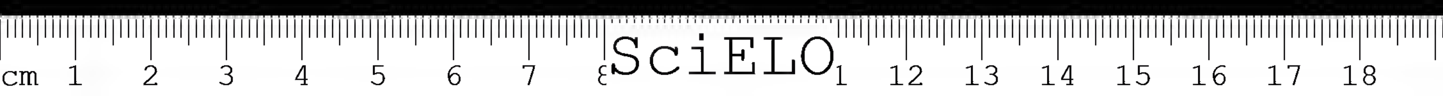
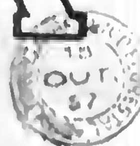

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19


SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA



FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

JANEIRO - FEVEREIRO, 1956



Aspecto do campo de culturas do Posto Tritícola de Goiânia

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX JANEIRO-FEVEREIRO — 1956

MAIS UM ANIVERSÁRIO

A 16 de janeiro comemorou a Sociedade Nacional de Agricultura mais uma etapa de sua longa existência : 59 anos devotados e de incansáveis serviços à agricultura nacional.

A idéia de Ennes de Souza, encaminhada e amparada pelos seus patrióticos seguidores, concretizou-se na magnífica realização que é hoje a entidade pioneira das mais importantes iniciativas em favor da nossa lavoura.

Fundada numa época em que falar nos problemas da terra era como que pregar no deserto — haja vista a extinção, no regime republicano, da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — exerceu ela, entre 1897 até a fundação do atual Ministério, papel de verdadeiro órgão de fomento, distribuindo plantas, sementes, adubos, vacinas. Pela propaganda, através de congressos, conferências e exposições ,levou aos quatro cantos do Brasil a palavra em favor do nosso progresso no setor da lavoura e da pecuária, batalhando, sem desfalecimentos, por tôdas as medidas que daí para cá foram tomadas em favor dos objetivos da maior classe produtora da Nação.

Centralizando o movimento associativo da classe, tentando organizá-la através dos sindicatos agrícolas e das cooperativas, representou, durante muitos anos, com uma elevação digna de nota, os mais legítimos interêsses da agricultura nacional. Compreendendo que essa representação deveria alicerçar-se em movimento de caráter nacional, idealizou e pugnou pelo advento do Decreto-lei N.° 8.127, de 24 de outubro de 1945, que organizou a classe em base associativa, partindo da associação rural do Município, pasando pela Federação dos Estados, para consolidar-se na Confederação Rural Brasileira, sem dúvida um dos seus maiores serviços ao Brasil.

Hoje, instalada em magnífica séde própria, na qual se abriga, também, aquela pujante entidade, resolvidos os seus problemas de natureza econômica e financeira, lança-se, após remodelação de seus Estatutos, no terreno cultural — mercê de programa que está sendo seguramente desenvolvido.

Órgão de fomento e de propagação, primeiro; de representação da classe, depois de instalado o Ministério da Agricultura — que ajudou a criar — alcança hoje o ponto culminante de sua trabalhosa mas proficiente trajetória, com vastos objetivos para cada vez mais ser útil à agricultura, servindo ao Brasil.

A QUESTÃO CAMBIAL E A AGRICULTURA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Como a agricultura representa a infra estrutura econômica do Brasil, é justo que a classe rural esteja alerta para cooperar e, mesmo, fazer advertências que repercutam no trabalho agrícola e, por conseguinte, na expansão econômica. De forma simples, pode-se considerar como sendo três os modos possíveis de permuta: mercadoria por mercadoria diversa equivalente, que é o que se chama escambo; de mercadoria por dinheiro, o que constitue a compra e venda; e a troca de dinheiro por dinheiro, variando no tempo (operações a prazo) ou variando de lugar, no mesmo país ou entre países diversos (câmbio internacional).

O câmbio, a princípio, limitava-se à troca de moeda por moeda; aperfeiçoando-se os processos comerciais, surgiu a letra de câmbio, que é um maravilhoso instrumento de progresso abrindo novos horizontes às operações cambiais. De modo que câmbio é essa operação que consiste não só em trocar uma moeda por outra, mas também em transportar somas de um lugar para outro evitando transporte custoso e arriscado das espécies metálicas.

As letras são o principal meio de pagamento internacional e o instrumento principal do câmbio.

A importação e a exportação de mercadorias são, por certo, as sérias causas de débitos e créditos entre dois países. Existem inúmeras outras relações creditórias estranhas à balança comercial. A balança de contas não é uma pura questão de importação e exportação. A balança comercial avulta nas outras causas; podem igualá-la ou sobrepujá-la e assim se explica que nações que importam mais do que exportam tenham posição cambial favorável. É o caso, por exemplo, da Inglaterra que possue rendas industriais no estrangeiro, as rendas de comissões de tôda ordem, etc., representando as exportações invisíveis que excedem as importações.

No dizer de Vieira Souto, mesmo nos países de efetiva circulação de ouro, as taxas de câmbio, embora se mantenham em limites estreitos estão sujeitas a variações determinadas pelo gold point, acima e abaixo do par.

Nos países onde o regime é o de curso forçado, como o nosso, o câmbio varia consideravelmente por causas complexas. Os preços das letras de câmbio são fixados no comércio pela perspicácia dos banqueiros, tendo em vista as necessidades presentes e futuras da praça.

O curso de câmbio é sempre limitado pela possibilidade de remessa em espécie.

É bem certo que o comércio cambial está sujeito a especulações que se faz sôbre moedas de diversos países. Entre nós, tem sido, por vezes, procurado adotar um conjunto de medidas que possibilitem a estabilidade do câmbio.

Em 9 de outubro de 1953, pela instrução n.º 70, o Govêrno propiciou o regime de arrecadação extra-orçamentária que permitiu fossem arrecadados em pouco mais de dois anos, cerca de 62 biliões de cruzeiros. Essa fabulosa arrecadação do chamado "Plano Aranha" seria empregada no estímulo e no equipamento da agricultura uma vez que dela,

pelo sistema de taxas múltiplas de câmbio, pelo confisco cambial e pela instituição da licitação de câmbio, é que provem a vultosa arrecadação pelos ágios. Aos importadores ficou livre comprar o que quizerem e lhes aprouver. Essa situação cambial está patenteada pelos seus efeitos no constante encarecimento das utilidades importadas e na elevação constante do custo da vida. As atividades agricolas tem experimentado sérias dificuldades no seu equipamento com as importações de materiais devido aos ágios elevados quando as exportações (80% de produtos agrícolas) e as cambiais adquiridas a câmbio fixo de Cr$ .. 18,90 pelo Banco do Brasil. Compreende-se que as classes rurais se tenham manifestado com insistência em seus congressos com tal regime cambial, que consideram verdadeiro confisco do trabalho que está favorecendo as importações e elevando o custo da vida. O elevado descortinio do ambiente ministro Whitaker certamente atenderá, com serenidade, a essa situação econômico-financeira do país e procurará modificá-la. No primeiro semestre do ano passado o comércio exterior brasileiro apresentou um déficit da ordem de 70 milhões de dólares. Esse resultado negativo deve-se à fraca exportação de café. As taxas múltiplas de câmbio que vigoram no Brasil constituem um sistema complexo que é responsável pelo encarecimento do custo da vida. Segundo economistas, mercadorias que antes da instrução 70 da SUMOC eram importadas normalmente, estão hoje 600% mais caras.

A política cambial que vem sendo adotada pela SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), de licitação, com ágios, de cambiais (das quais mais de 80% são fornecidas pela exportação de produtos agricolas) creou sérias dificuldades ao equipamento da agricultura nas importações indispensáveis de materiais. A lavoura nacional tem considerado o assunto com verdadeira compreensão de que, sacrificada embora na venda de cambiais, precisa incrementar e melhorar a produção agro-pecuária, em bases técnicas e econômicas, e para alcançar esse objetivo necessita fazer a importação de produtos e maquinismos essenciais. Seria, portanto, de todo indispensável que, das licitações, fosse dada prioridade cambial utilisavel nas importações, reservando-se uma quota de caráter *especial e preferencial*. E foi essa uma das principais resoluções aprovadas na III Conferência Rural Brasileira, realizada em São Paulo, de 6 a 12 de dezembro de 1954. Entretanto, apesar de pleiteada essa providência junto ao Ministério da Fazenda, não mereceu ela o exame e acatamento de que era merecedora.

Afigura-se-me que no orçamento cambial de 1956, como foi pleiteado pela III Conferência Rural Brasileira, deveria ser incluida a verba especial de 150 milhões de dólares destinada à importação de equipamentos e materiais necessários à lavoura e retirada do orçamento anual de dois bilhões de dólares.

No Brasil, o sistema de taxas múltiplas de câmbio não produziu os resultados esperados.

Devemos confiar em que o ministro da Fazenda, com sua longa experiência, logre melhores resultados da anunciada reforma cambial, tirando o país da penosa conjuntura econômico-financeira em que se encontra com o regime de taxas múltiplas de câmbio. A estrutura cambial de um país envolvendo grandes interesses econômicos é complexa e sensível a repercussão de modificações da taxa cambial nas atividades agricolas. Essa, sem dúvida, a cautela que está sendo adotada pelo ministro Whitaker na anunciada reforma cambial.

Notícias e Informações

ASEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Pelo ofício n.º 333, assinado pelo primeiro secretário da Assembléia Legislativa do Ceará, a Sociedade Nacional de Agricultura tomou conhecimento de que em virtude do requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Plácido Aderaldo Castelo que mereceu aprovação da casa, foi consignada na ata dos seus trabalhos um voto de aplauso pelo ofício-circular que a Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu a todos os prefeitos do Brasil, relativamente ao movimento de reflorestar o País. Outrossim, a referida Assembléia enviou ofício circular a tôdas as Prefeituras do Estado, secundando o pedido da Sociedade Nacional de Agricultura.

XXXIV REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO INTERAMERICANO DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO

Realizou-se, no período de 25 a 27 de agôsto de 1955, em Lima, Peru, a XXXIV Reunião da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, à qual estiveram presentes representantes das Seções Nacionais da Argentina, Brasil, Estados Unidos, República Dominicana, México, Peru e Uruguai.

TRATORES ALEMÃES SERÃO FABRICADOS NO BRASIL

De acôrdo com as declarações do Sr. Heinrich Jakopp, Diretor Geral da "Kloeckner, Humbuldt Doutz A. G.", em breve a referida firma fabricará tratores no Brasil.

EXPORTAÇÃO DE LARANJAS

O Brasil se encontra, atualmente, em quarto lugar como exportador de laranjas, abaixo, portanto, da Espanha, Palestina e Africa do Sul.

ADUBOS ORGANICOS

O Instituto do Açúcar e do Álcool vai instalar em Recife, Estado de Pernambuco, uma fábrica de adubos orgânicos, que empregará como matéria prima os desperdícios da cidade.

CONSELHO INTERAMERICANO DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO

Foi eleita, em 15 de julho, a seguinte diretoria que dirigirá no triênio 1955-1957, os destinos do Conselho Interamericano de Comércio e Produção:

Presidente — Augusto Viana Ribeiro dos Santos.
Vice-Presidente — João de Vasconcellos.
Vice-Presidente — Edgard Teixeira Leite.
Diretor Executivo — Aldo B. Franco.

PLANO DE EXPOSIÇÕES

A Comissão Permanente de Exposições, reunida na Diretoria da Produção Animal do Rio Grande do Sul, em 10 de maio de 1955, aprovou o seguinte plano de exposições para o triênio 1955-1957:

a) Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, realizada anualmente em Pôrto Alegre (1955, 1956 e 1957).

b) Exposição Estadual de Gado Leiteiro, realizada anualmente em Pôrto Alegre, simultâneamente com a Exposição Estadual.

c) Exposições Agro-Pastoris realizadas anualmente em Bagé, Uruguaiana, D. Pedrito, S. Gabriel, Livramento, Pelotas e Alegrete.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Existem no Brasil 70.000 engenhos de açúcar e 722 usinas modernamente instaladas.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

O 100.º ANIVERSARIO DE *RIDLEY*

Completou 100 anos no dia 10 de dezembro, o botânico Henry Nicolas Ridley, introdutor da seringueira amazonica na Malaia.

Revestiu-se a comemoração de seu aniversário, de expressivas celebrações, tanto no Jardim Botânico de Singapura, que realizou uma exposição de sua obra, como por parte da Associação dos Plantadores de Borracha, que, entre outras homenagens, inaugurou em sua sede, o busto do pioneiro da borracha cultivada.

Só há poucos anos é que estamos cultivando a seringueira.

APROVEITAMENTO INDUSTRIAL DAS FRUTAS CITRICAS

A economia citrícola — exposta a um elevado número de dificuldades —, exige, para resultados compensadores, o mais rigoroso aproveitamento.

Há, felizmente, muito a aproveitar, se adotarmos como se faz necessario, racional politica de industrialização.

Nos Estados Unidos, ainda há pouco o Agrônomo Fitossanitarista João Higino do Carvalho teve oportunidade de realizar proveitosas observações.

Eleva-se naquele país a nada menos de trinta e oito, o numero de produtos de variado emprêgo, resultantes do aproveitamento industrial das frutas citricas.

INAUGUROU SEDE PROPRIA A ASSOCIAÇÃO RURAL DO INGÁ

A sede própria, — continuamos a insistir no tema —, constitui, a nossa ver, segurança de regularidade de funcionamento das Associações Rurais.

Daí haver proposto à Confederação Rural Brasileira inclui la entre as campanhas que orienta.

Soldado, hoje reformado, da campanha pelo associativismo rural brasileiro, cabe-me transmitir ao Prof. Severino Alves da Rocha e aos seus companheiros de Associação, as congratulações de "A Lavoura", e os agradecimentos de um ingaense do Salgadinho do Pé da Serra.

O edifício mede 20 metros de frente por 14 metros de fundos e consta de dois armazens conjugados, medindo cada um 7 metros por 13 metros de espaço útil.

Há uma sala de 4,80 metros por 5,00 metros e um salão de 8,00 metros por 4,80 metros, esta para biblioteca e reuniões.



Sede própria da Assciação Rural de Ingá

HABITAÇÕES RURAIS — A CASA DA SEDE

As sedes dos estabelecimentos rurais não obedecem, em regra, a disposições que lhes assegure beleza, confôrto e salubridade, e nem tão pou-

(Continua na pág. 50)

CULTURA DA MACIEIRA

A macieira constitui uma cultura frutífera de grandes possibilidades no sul do país.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, vem dedicando a esta fruteira de clima temperado grande atenção. São ali estudadas e observadas 136 variedades de macieira.

Dessas, 31 já completaram mais de 10 anos de observações fenológicas; são elas: BELFIORE GIALLO — BISMARCK — BLACK BEN DAVIS — CALVILLE BLANCHE — CLEÓPATRA — CO'X ORANGE PIPPIN — DELICIOUS — DEMOCRAT — EZOPUS SPITZEMBERG — FAVORITE — GRAVENSTEIN — GOLREN DELICIOUS — HUIDOBRO — JONATHAN — JOHN-A-RED — JONOTHAN BLACK — KING DAVID — MUNRO'S FAVORITE — MAMA — NORTHERN SPY — PARAGON — POSTOFF D'HIVER — PRIMAZIA —RED DELICIOUS — RED ASTRAKAN — RED SPY — ROME BEAUTY (DARK RED) — ROME BEAUTY — STAR-KING — WINTER BANA — YELLOW NEWTOWN.

Segundo os resultados experimentais e observações feitas, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS recomenda o cultivo das seguintes variedades de macieira: I — variedades de frutos vermelhos — ASTRAKAN — BISMARCK — BLACK BEN DAVIES — DELICIOUS RIO NEGRO — EZOPUS SPITZEMBERG — JOHN-A-RED — KING DAVID — NORTHWESTERN GREENING — PARAGON — RED DELICIOUS — RED SPY — ROME BEAUTY e ROME BEAUTY (DARCK RED) —; II — variedades de frutos amarelos: BELFIORE GIALLO — CLEÓPATRA — COX'S ORANGE PIPPIN — FAVORITE — GOLDEN DELICIOUS — GOLDEN PEARMAIN — GRAVENSTEIN — GRIMES GOLDEN — YELLOW NEWTOWN — HUIDOBRO — JONATHAN — MUNRO'S FAVORITE — POSTOFF D'HIVER — RENETTA DE ZUCALMAGLIO — WILLIAM'S FAVORITE — WINTER BANANA.



Macieira da variedade "Red Delicious" em floração

Dessas variedades, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS faz multiplicação em larga escala, para distribuição aos agricultores registrados no M. A. Em 1952 foram distribuídos 2.327 enxertos de macieiras; em 1953, essa distribuição foi de 1.705 enxertos, tendo sido preparados mais 3.520 enxertos e, em 1954, atingiu a 600 enxertos, tendo sido preparados mais 1.847 enxertos também para distribuição.

Os pomares de macieira do Posto de Fruticultura, sediado em São Joaquim, no Estado de Santa Catarina; da Escola Agro-Técnica "Visconde da Graça" (Pelotas), do Hôrto Florestal de Pelotas, das residências do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, dos Postos Agro-Pecuários de Piratini (Rs), Canguçu (Rs), e Ijuí (Rs), das Granjas Regimentais do 9.º R. I. (Pelotas), do 6.º R. C. (Alegrete), do 5.º R. C. (Quaraí), do 3.º G. A. Cav. (Alegrete) e do 8.º R.C. (Uruguaiana), foram, igualmente, contemplados com a remessa de grandes quantidades de enxertos de macieira, fornecidos pela Estação Experimental de Pelotas.

Além dêsses trabalhos, a referida Estação Experimental realiza, ainda, com a cultura da macieira, vários experimentos de campo, entre os quais os seguintes:

uma competição entre variedades, executada em blocos ao acaso, com três replicações, no qual são estudadas as variedades ROME BEAUTY, DELICIOUS, EZOPUS SPITZEMBERG e GRAVENSTEIN, sendo empregada como bordadura e polinizadora a variedade JONATHAN;

um experimento de adubação em pomar de macieira, realizado em blocos ao acaso, com quatro replicações; nesse experimento, são estudadas adubações com nitrogenio, fósforo e potássio, com e sem o emprêgo simultâneo de calcáreo. A variedade indicadora dos efeitos das adubações, neste caso, é a DELICIOUS, sendo usada a EZOPUS SPITZEMBERG, com bordadura e polinizadora;

um experimento destinado a verificar a causa determinante de certas manchas e le-



Macieira da variedade "Cleopatra" em floração

sões que ocorrem nos frutos da macieira. Duas opiniões têm sido divulgadas sôbre a origem das lesões, que tanto na casca como na polpa, vêm sendo observadas nos frutos de diferentes variedades de macieiras cultivadas entre nós. — Uma, de que tais lesões seriam causadas por picadas da mosca da fruta, a outra de que essas lesões seriam provocadas por males criptogâmicos ou fisiogênicos. Tendo em vista que a literatura internacional sôbre as deficiências de elementos menores é, na sua maioria, da opinião de que tais lesões, vulgarmente conhecidas por "Cortiça", "Mancha sêca na maçã", "Coração Ôco", "Internal Cork" ou "External Cork" da maçã, seriam causadas por uma deficiência de boro nos solos onde se cultivam as macieiras e, por outro lado, considerando que há, também, evidentemente, a possibilidade dessas lesões serem provocadas por picadas da "mosca da fruta", praga esta muito comum entre nós, julgamos oportuno fazer um ensaio preliminar para investigar a qual dessas causas devemos atribuir aquelas lesões de nossas maçãs.

Para a execução desta pesquisa, estão sendo empregados os seguintes tratamentos:

a) aplicação de borax granulado ao terreno, sendo os frutos ensacados;
b) aplicação de borax ao terreno sem ensacamento de frutos;
c) ensacamento dos frutos, sem aplicação de borax no terreno;
d) nem ensacamento dos frutos, nem aplicação de borax ao terreno.

O experimento está sendo executado sôbre 49 variedades de macieira.

UM ANO DE FECUNDA ATIVIDADE

Relatório apresentado pelo Presidente da Confederação Rural Brasileira, Sr. Iris Meinberg, à Assembléia Geral Ordinária de 10-11-1955

O Snr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira acaba de apresentar um detalhado e bem elaborado relatório à Assembléia Geral, reunida no dia 10-11-1955, dando conta das atividades do orgão máximo das entidades rurais, referente ao exercício terminado em 31-10-1955.

Trata-se sem dúvida, de um trabalho que reflete, fielmente às grandes e fecundas atividades da Confederação Rural Brasileira no exercício findo que mereceu a aprovação unânime do plenário após seis horas de análise de todos os seus tópicos e dos esclarecimentos prestados de viva voz pelo seu dinâmico presidente que, pela sua capacidade de trabalho, devotamento à causa do associativismo rural e vigilância permanente em defesa dos interesses da classe, de há muito se impoz como grande lider rural.

O relatório consta de quarenta e uma páginas mimeografadas abrangendo desenove tópicos assim distribuidos :

1 — Introdução ao relatório
2 — Serviço Social Rural
3 — Subvenção as entidades rurais
4 — Reforma agrária
5 — Leilões especiais para a lavoura
6 — Armazens e silos para a agricultura
7 — Reforma da política cambial
8 — Estatuto do Trabalho Rural
9 — Prêços mínimos
11 — Movimento associativista
12 — Crédito agrícola e banco rural
10 — Política cafeeira
13 — Outros problemas rurais
14 — Atuação perante os poderes públicos
15 — Conferências — Reuniões — Concentrações
16 — Conselho Técnico
17 — Departamento de Relações Públicas
18 — Secretaria
19 — Tesouraria.

Entre as atividades mais marcantes da Confederação Rural Brasileira no exercício findo, destacam-se :

a — o trabalho desenvolvido pela aprovação da Lei 2.613 de 27-9-1955 que instituiu o Serviço Social Rural, coroando assim um esforço antigo da Confederação.

b — campanha de amparo financeiro às entidades rurais, consubstanciada no projeto de Lei da Câmara n.º 247-54 e prestes a receber sanção presidencial (14-11-1955)

c — trabalho desenvolvido junto à Commissão Nacional de Política Agrária, defendendo os pontos de vista da classe

d — os esforços junto ao Ministério da Fazenda e aos orgãos competentes do Banco do Brasil no sentido do desenvolvimento de leilões especiais para a lavoura.

e — esforços no sentido da efetivação do Plano da Rêde Nacional de Armazens e Silos, inclusive a instalação de uma Usina Piloto que se transformarin mais tarde em empresa tipo "holding", tendo o assunto ficado em suspenso em face do advento da Comissão Executiva da Rêde Nacional de Armazens e Silos (Decreto n.º 37.514, de 22-5-55)

f — empenhou-se ativamente para conseguir a reforma cambial

g — estudou amplamente o ante-projeto de lei sôbre Contratos de Trabalho na Agricultura

h — não descurou do estudo de todos os problemas relacionados com a garantia de preços mínimos para a agricultura.

i — examinou e dedicou sempre a maxima atenção aos problemas da lavoura cafeeira

j — coordenou e assistiu ativamente o desenvolvimento associativista rural no país

k — estudou e se bateu eficientemente para a solução em carater amplo do crédito rural

l — não descuidou de outros problemas de interesse para a cla se como os relacionados com a participação dos empregados no lucro das emprêsas, o seguro agrário do trigo, a defesa da produção da pimenta do reino, os resíduos de trigo, etc.

m — atuou ativa e eficientemente junto aos poderes públicos no Instituto de Imigração e Colonização, Comissão de Acôrdos de Tarifas Aduaneiras e Comerciais, Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, Comissão Revisora de Tarifas, I Conferência dos Ministros da Fazenda das Américas, etc.

n — realizou, em S. Paulo, a III Conferência Rural Brasileira, que alcançou completo êxito.

o — realizou também, Concentrações Rurais Regionais em Teresina (Piauí) e na Bahia

p — criou e instalou o Conselho Técnico da Confederação

q — substituiu o Serviço de Imprensa, pelo Departamento de Relações Públicas

h — Lançou a revista "Gleba", que tão bôa acolhida vem recebendo

Foram, portanto, multiplas as atividades da Confederação Rural Brasileira que, sob a presidência do Sr. Iris Meinberg sempre devotado à classe, e a colaboração de uma diretoria integrada por líderes rurais, vem realizando um trabalho digno de tôda a atenção e conduzindo o associativismo rural do país por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

G. G. S.

ASSOCIATIVISMO RURAL

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá a Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos no biênio 1954-1955:

Presidente — Carlos Eugenio Tibau.

Vice-presidente — Geraldo Domingos Machado.

Secretário Geral — Flamarion Ferreira.

1.º Secretário — Gil Lacerda.

2.º Secretário — Waldemar Santiago.

1.º Tesoureiro — Rui Silva Vecchi.

2.º Tesoureiro — Benedito Miranda.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE LEOPOLDINA

A Sociedade Nacional de Agricultura ofereceu uma taça como prêmio, destinada à XIX Exposição Agro-Pecuária de Leopoldina, promovida pela Associação Rural local. Pela carta n.º 90 de 10 de junho de 1935 a S.N.A. recebeu os agradecimentos do presidente da referida entidade, Sr. José Newton Reis Junqueira.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CURITIBA

A Associação Rural de Curitiba edita um interessante Boletim mimiografado, cujo 6.º número a S.N.A. acaba de receber.

SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS

Foi eleita e empossada a primeira diretoria que dirigirá os destinos da Sociedade Fluminense de Engenheiros Agrônomos, que ficou assim constituida:

Presidente — Eng. Agr. Octavio Brandão Caldas.

Vice-Presidente — Eng. Agr. Manoel Affonso Filho.

Secretário Geral — Eng. Agr. Ozíel T. B. Rego.

1.º Secretário — Eng. Agr. Juvenal da Rocha Nogueira.

2.º Secretário — Eng. Agr. Landivaldo de M. Motta.

1.º Tesoureiro — Eng. Agr. Alberto G. Wueherer.

2.º Tesoureiro — Eng. Agr. João Ribeiro Vianna.

Conselho Deliberativo: — Abner Joseph Perez, Arthur Oberlander Tibau, Demostenes Moscoso, Edmundo Campello Costa, Ernesto Carneiro Santiago Junior, Jorge Nazareth Zany e Okiro de Senna Braga.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE AÇÚ

A Associação Rural de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, distribui aos seus associados o "Boletim do Ruricola", por ela editado.

UNIÃO DOS LAVRADORES DE VALA DO SOUZA

Esta Sociedade, sediada no municipio de Vala do Souza, Estado do Espírito Santo, tem fins educativos e beneficentes e é reconhecida de utilidade pública por leis estadual e municipal, desde 1950.

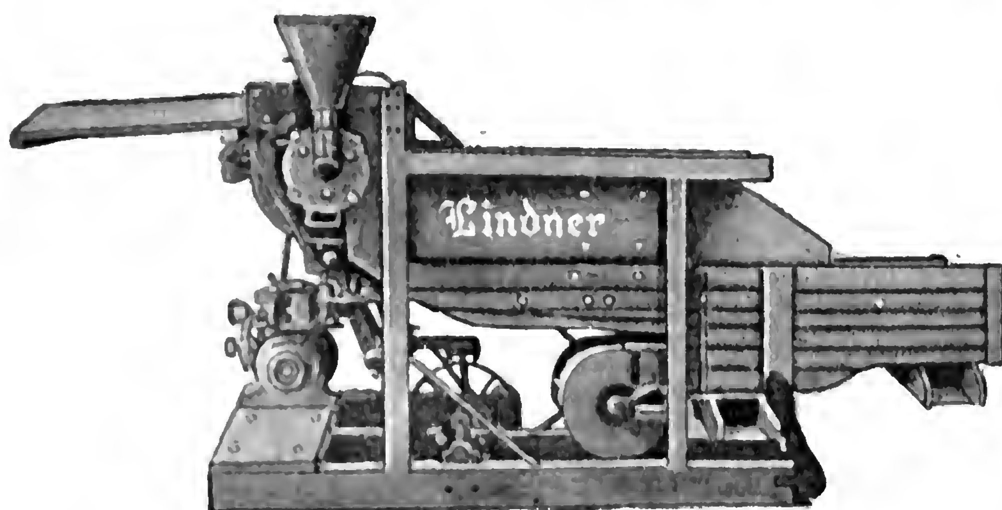


No município de Erechim, no Rio Grande do Sul, foram construidos, pelo Govêrno, dois silos para armazenamento de trigo. Entretanto, nenhum dos dois funciona, apesar das obras haverem sido concluidas há bastante tempo. Os triticultores reclamam a imediata entrega dêsses silos, que constituem uma esperança de melhores preços para o seu produto. A foto acima reproduz um aspecto de um dêsses silos.



MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Arados — Arame farpado — Bombas — Capinadeiras — Ceifadeiras — Combinadas — Cortadores de forragens — Engenhos de cana — Extintores de saúva — Fertilizantes — Formicidas — Fungicidas — Grades de discos — Mulas mecânicas — Pneus Firestone — Plantadeiras — Pulverisadores — Tratores, etc.



MÁQUINA COMBINADA DEBULHADEIRA E TRILHADEIRA "LINDNER"

Fôrça motriz de 4/5 H. P. — Capacidade: milho, 15 sacos p/ hora. — Trigo, 6 sacos p/ hora. — Arroz, 8 sacos p/ hora. — Quirera, 8 sacos p/ hora. — Despalha, debulha e ventila, milho, trigo, arroz e outros cereais, com um pequeno moinho graduável adaptado para fazer quirera.

CONSULTEM NOSSOS PREÇOS

Lojas e Exposição :

RUA TADEU KOSCIUSKO, 31-A (Bairro de Fátima)
FONE : 42-5967 "SOCIAGRI"

RIO DE JANEIRO

EXEMPLO

L. M. POLIANO

Telegrama de Berna, na Suiça, informa-nos de que "mais de 40% das subvenções previstas em seu orçamento de 1956 serão destinadas à agricultura". Visa com isto o govêrno helvético aprovisionar o país de cereais, beneficiando de modo particular a viticultura e os laticínios.

Não dispomos de dados para saber qual o montante dos valorizados francos suiços representados por aquela alta percentagem. Contudo, é de causar admiração que um país super industrializado como a Suiça dedique quase a metade de seu orçamento às atividades rurais.

Vem isto provar que os países de organização adiantada não descuram da agricultura e da criação, antes as estimulam, como base econômica indispensável a uma indústria sadia e verdadeira. Haja vista os Estados Unidos, que seguindo os conselhos de Henri Ford, dirigiram a sua economia "com um pé na agricultura, outro na indústria". Os nossos vizinhos do Norte, bem avaliando a sábia sentença do seu dinâmico filho, ao lado da maior indústria do mundo, mantém e estimula a maior agricultura também do mundo.

Ao lermos o telegrama de Berna, e ao considerar os esforços dos americanos para favorecer por todos os meios as atividades campesinas no seu enorme território, quedamo-nos desanimados ante a situação verdadeiramente oposta em que os nossos dirigentes, por motivos que dificilmente seriam explicados, encaram o problema e o executam.

Senão, vejamos:

Para uma receita de 70 biliões, orçamos uma despesa que já admite um déficit de 600 milhões.

Nessa despesa, a parte destinada ao Ministério da Agricultura, atinge a somente Cr$ 4.123.264.390,00.

Abaixo do Ministério que cuida da nossa produção agro-pecuária se colocou apenas os das Relações Exteriores, Justiça e Trabalho.

Proporcionalmente, os nossos legisladores deram ao Ministério da Agricultura apenas 3%, mais ou menos, do que se arrecada no país.

Em contraposição, sabemos todos que é da Agricultura — já que os produtos industriais entram em parcela insignificante nos quadros da nossa exportação — que nos suprimos de divisas para atender às necessidades da importação daquelas utilidades de que carecem tôdas as nossas atividades econômicas, aí entrando em maior participação os diversos ramos da indústria nacional.

Com esses minguados recursos é que se exige do agricultor produção para alimentar nossas populações e atender em grande parte as exigências de nossas indústrias nas matérias primas de origem vegetal, oriundas do país.

Naqueles 4 biliões — convinha notar — muito pequena é a verba de *fomento verdadeiro*, já que ali se inclue a parte do pessoal e outros encargos administrativos.

Sirva de exemplo aos nossos homens de govêrno a orientação do govêrno suiço, considerando a atividade rural do seu povo como digna de receber quase a metade do seu orçamento em ajuda, para seu desenvolvimento e bem estar nacional.

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wencesláo Bello

Em 1955, o número total de matriculas nos Cursos Práticos Agrícolas ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, atingiu a 650, conforme demonstração abaixo:

Maio a julho	187
Julho a setembro	240
Outubro a dezembro ..	223
Total	650

ÚLTIMA SÉRIE DE CURSOS PRÁTICOS AGRÍCOLAS

A última série de Cursos Práticos Agrícolas ministrados na E.H.W.B., em 1955, compreendeu os seguintes cursos:

Solos e Adubação
Enxertia
Hortas Domésticas
Restauração de Pomares
Floricultura
Contabilidade Agrícola
Defesa Sanitária Vegetal
Entomologia Agrícola
Organização de Viveiros
Cálculos e Medidas Agrárias.

ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

Realizou-se no dia 22 de novembro, na sede da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura, a entrega dos diplomas à turma de profissionais concluintes de 1955, abrangendo

4 Hortelões
3 Fruticultores
1 Floricultor

A solenidade, presidida pelo Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Camara, contou com a presença do corpo docente, do Deputado João de Abreu, alunos dos Cursos Permanentes e dos Cursos Práticos e de pessoas da família dos diplomandos.

Usaram da palavra, durante a solenidade:

a) o aluno Eny da Silva Guedes, orador da turma
b) o aluno Daurey Vaccani, em nome do Clube Agrícola
c) o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome do corpo docente
d) o Deputado João de Abreu, em nome das famílias presentes.

Aos diplomandos foram oferecidos prêmios constantes de livros sôbre agricultura, oferecidos pela Escola.

Na mesma ocasião foram entregues os certificados aos alunos que concluiram o Curso Rápido de Apicultura ministrado em colaboração com o Serviço de Apicultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Problemas de Defesa Sanitária Vegetal

Interessantes problemas debatidos e oportunas recomendações aprovadas durante a II reunião de Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, no período de 23 a 29 de agôsto de 1955

(SINTESE PREPARADA PELO ENGENHEIRO AGRÔNOMO GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Generalidades

É desnecessário encarecer a importância da defesa sanitária vegetal na produção agrícola.

O Ministério da Agricultura, através da sua Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, vem realizando, em todo o território nacional, um trabalho profícuo, estudando e solucionando os problemas fitossanitários que afetam a nossa produção.

Sabido é que, sem uma eficiente e oportuna vigilância fitossanitária, não se pode esperar bons rendimentos culturais, pois são enormes os prejuizos causados pelas doenças e pragas dos vegetais.

A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura cabe, portanto, papel preponderante no setor da produção vegetal, sempre atenta e vigilante não só no sentido de prevenir o aparecimento de doenças e pragas, como também, de orientar e auxiliar os lavradores no combate aos parasitos que possam comprometer as suas colheitas.

Visando aperfeiçoar cada vez mais os seus planos de trabalhos, a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal iniciou, em 1954, com grande êxito, a praxe de reunir, anualmente, os Chefes dos Postos de Defesa Sanitária Vegetal, para um amplo debate sôbre os problemas da referida Divisão do Ministério da Agricultura.

A de 1955, segunda da série iniciada, estudou e debateu os multiplos e variadas problemas fitossanitários de cada um dos Estados da União, como base ao planejamento do trabalho daquela Divisão, para o exercicio de 1956.

Programa

Foi o seguinte o programa da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal realizada no Rio de Janeiro, no período de 22 a 29 de Agosto de 1955 :

22 de Agosto

9 horas — Sessão Preparatória — Apresentação dos membros credenciados — Eleição da Mesa Diretora — Designação de Comissões Técnicas.

10-12 horas — Sessão de Instalação com a presença do Snr. Ministro da Agricultura e do Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal ou de seus representantes — Discurso do Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal e do representante dos Chefes de Postos — Uso da palavra a quem solicitar.

14 horas — Reunião das Comissões Técnicas — Elaboração da matéria e apresentação de contribuições a serem apresentadas em sessão plenária.

17 horas — Visita ao Snr. Ministro da Agricultura e ao Diretor Geral do D.N.P.V.

23 de Agosto

9-12 horas — Reunião das Comissões Técnicas

14 horas — Reunião das Comissões Técnicas

16 horas — Palestra — Exibição de Filmes técnicos no Salão de Projeções do Serviço de Informação Agrícola.

24 de Agosto

9-11 horas — Sessão Plenária sôbre "Organização e Recursos"

14 horas — Palestra e demonstração sôbre "Expurgo de Navios, no cais do Lóide Brasileiro.

25 de Agosto

9-12 horas — Demonstração do emprêgo de defensivos (pulverizações de baixo volume, herbicidas e polvilhamento por helicóptero), na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

14 horas — Sessão Plenária sôbre "Fiscalização Fitossanitária"

26 de Agosto

9-12 horas — Sessão Plenária sôbre "Assistência Fitossanitária"
14 horas — Reunião das Comissões para a elaboração dos relatórios.

Temário

Foi o seguinte o temário organizado para a referida Reunião abrangendo três Comissões Técnicas:

I — Comissão de Organização e Recursos

1 — Previsão e aplicação das verbas orçamentárias referentes à **manutenção**: **pessoal** (salários, diárias, ajuda de custo, etc.) e **material** (expediente, laboratório, livros, inseticidas e semelhantes, máquinas de defesa sanitária vegetal, veículos e outros não especificados).
2 — Outros assuntos de natureza administrativa

II — Comissão de Assistência Fitossanitária

1 — Medidas de assistência às lavouras contra doenças e pragas de importância econômica na região (demonstração de tratamentos, campanhas, revenda de materiais e outras modalidades) — Trabalhos de experimentos —Resultados obtidos.
2 — Projetos de experimentação e execução de medidas de combate — Inseticidas, fungicidas e outras defensivos — Máquinas e aparelhos de defesa sanitária vegetal.
3 — Trabalhos de cooperação com orgãos federais estaduais e municipais (Acôrdos e outras formas).

III — Comissão de Fiscalização Fitossanitária

1 — Inspeção fitossanitária na importação e na exportação — Parasitos interceptados — Prescrição, restrição, etc.
2 — Inspeção fitossanitária de culturas e estabelecimentos agrícolas comerciais e oficiais — Parasitos interceptados — Levantamento fitossanitário.

Conforme se verifica, o temário organizado abrangeu todos os campos da defesa sanitária vegetal, permitindo assim uma ampla visão dos seus problemas em todo o território nacional, e, consequentemente, dos debates havidos entre os técnicos resultaram oportunas recomendações visando maior eficiência da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura.

Organização das Comissões

As três Comissões Técnicas acima citadas ficaram assim constituídas:

I — Comissão de Organização e Recursos

João Alves Junior
Antonio Francisco M. Torres
José Luiz de Vasconcelos
Benedito Pereira Nogueira
Helio Barrada Nobrega
Otaciano de Faria Braga
Moacyr Leão
Suplentes. Flávio de Carvalho Mesquita, Afonso Macedo, Antídio Brito Guerra, Galdino Brandão Alvim, Albino Menezes

II — Comissão de Assistência Fitossanitária

Jefferson Firth Rangel
Nestor Barcelos Fagundes
Rubens Landeiro
Felix Achaeffer
Antonio Domingos Alves
Arnaldo Vieira
Suplentes: Cincinato Rory Gonçalves, Amanuel Franco, Simplicio Jorge Hage, Zoroasto Pio Medeiros, Eduardo Figueiredo Junior

III — Comisão de Fiscalização Fitossanitária

João Vieira de Oliveira
Ulisses Cavalcanti de Mello
Eugenio Germano Bruck
Agenor Fonseca Junior
Dandolo de Setta
Suplentes: Edgard Silveira Caldeira e Pellegrino Tolomei

Mesa Diretora e Comissão Organizadora

A direção geral dos trabalhos coube à Mesa Diretora que ficou assim constituída:

Presidentes de Honra: Angelo M. da Costa Lima
A. F. Magarinos Torres
Presidente: Armando David Ferreira Lima
Vice-Presidente: Eugenio Germano Bruck
Secretário: Ulisses Cacalcanti Mello
Relator: Antídio de Brito Guerra.

A Comisão Organizadora da referida reunião ficou assim constituída:

Jaimirez G. Gomes
Carlos H. Reiniger
Odorico Costa — Secretário
Maria de Lourdes Lorenz — Datilógrafa
Edy Morisson Guimarães — Datilógrafa

Participantes

Participaram da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal os seguintes técnicos:

Olivio A. Lima — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em S. Luiz — Maranhão

Afonso Macedo — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em João Pessoa — Paraíba

Jesus Gerardo Fortes — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Maceió — Alagoas

Antidio de B. Guerra — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Natal — Rio G. do Norte

Antonio Domingos Alves — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Goiânia — Goiás.

Albolino A. de Menezes — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Terezina — Piauí

Rubem Landeiro — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Vitória — Espírito Santo

Omilio Monteiro Soares — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Curitiba — Paraná

Felix Shaefer — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Florianópolis — Santa Catarina

Arnaldo Augusto Vieira — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Barbacena — Minas Gerais

Antonio Gomes Pádua — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Caratinga — Minas Gerais

Celso Guanabarino Freira — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Belo Horizonte — M. Gerais

Agenor Fonseca Junior — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Nova Iguaçu — Estado do Rio

Helio Barradas Nóbrega — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em S. Gonçalo — Estado do Rio

Pelegrino Tolomei — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Campo Grande — Distrito Federal

Otaciano Faria Braga — Chefe do Posto de Defesa Agrícola no Distrito Federal

Galdino Brandão Alvim — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Ubá — Minas Gerais

Mauro Vaz Curvo — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Cuiabá — Mato Grosso

Odias Araujo Mattos — Chefe do Posto de Defesa Agrícola em Itabuna — Bahia

Simplicio Jorge Rage — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Manáus — Amazonas

Benedito Pereira Nogueira — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Belém — Pará

José Freire — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Fortaleza — Ceará

Carlos V. Dutra — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Recife — Pernambuco

Edgard S. Caldeira — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Salvador — Bahia

Ulisses C. Mello — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal no Distrito Federal

Eugenio Germano Bruck — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Santos — S. Paulo

Arthur Buchele — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em S. Francisco do Sul — Santa Catarina.

Zoroasto Pio Medeiros — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal no Rio Grande — Rio Grande do Sul

F. Danlolo Setta — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Porto Alegre — Rio Grande do Sul

Vicente Majó da Maia — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Uruguaiana — Rio Grande do Sul

Claudio de Oliveira —Chefe do Posto de Defesa Vegetal em Livramento — Rio Grande do Sul
Antonio L. de Andrade Fontelles — Chefe do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Pelotas, Rio Grande do Sul
Mario de Araujo Marques — Agrônomo Fitossanitarista do P.D.S.V. — Santos — S. Paulo
Jefferson Rangel — Chefe da Seção de Defesa Agrícola
Anderson Coelho — Engenheiro Agrônomo do Instituto Biológico de São Paulo
Mario Antuori — Biologista do Instituto Biológico de S. Paulo
Jorge Bierrembach de Castro — Chefe da Seção de Raizes e Tubérculos do Instituto Agronômico de Campinas
Milton Anacleto de S. V. — Agrônomo da Seção de Investigações Fitossanitárias



Demonstração de polvilhamento aéreo com helicóptero, realizada na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

Alceu Ozias Monteiro — Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura — S. Paulo
JoãoAlves Junior — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Defesa Agrícola
João Vieira de Oliveira — Chefe da Seção de Fiscalização Fitossanitária
A. Francisco M. Torres — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Fiscalização Fitossanitaria
Nestor Barcelos Fagundes — Chefe da Seção de Investigações Fitossanitárias
Eduardo Figueiredo Jr. — Engenheiro Agrônomo do Instituto Biológico de São Paulo.
Americo Gonçalves — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Investigações Fitossanitárias
José Alves de Albuquerque — Chefe da Seção de Expurgo de Produtos Vegetais
Carlos H. Reiniger — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Defesa Agrícola
Nady Bastos Genú — Agrônomo Fitossanitarista do P.D.S.V. em Belem — Pará
Moacyr A. Leão — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Defesa Agrícola
Geraldo M. Freira Coucelro — Agrônomo do P.S.D.V. em Belém — Pará
Jalmirez G. omes — Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Defesa Agrícola
Armando Costa — Agrônomo da Seção de Investigações Fitossanitária
Cincinato R. Gonçalves Agrônomo Fitossanitarista da Seção de Investigação Fitossanitária
Flavio de C. Mesquita —Chefe do Serviço de Combate à Broca do Café — Estado do Rio.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Conforme o programado, realizou-se, às nove horas do dia 22 de Agosto, no Salão de Projeções do Serviço de Informação Agrícola a Sessão Preparatória da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Jalmirez Guimarães Gomes, durante a qual :

a — foi eleita a Mesa Diretora da Reunião
b — foi feita a apresentação dos membros credenciados
c — foram designadas as Comissões Técnicas.

Sessão de Instalação

A sessão de instalação teve lugar às 10 horas, sob a presidência do Exmo. Snr. Ministro da

Agricultura, Dr. Bento Munhoz da Rocha e do Diretor do Departamento Nacional da Produção Vegetal, Engenheiro Agrônomo Kurt Repsold.

Durante a sessão usaram da palavra :

a — O Dr. Armando David Ferreira Lima, Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, que teve a oportunidade de enumerar as realizaçõeós da Divisão decorrentes de recomendações da I Reunião de Chefes de Postos, realizada em 1954.

b — O Engenheiro Agrônomo Edgard Silveira Caldeira, Chefe do Posto de Salvador, que salientou a evolução processada nessa dependência do Ministério da Agricultura nos últimos vinte anos.

c — O Dr. Alceu C. Martins, do Departamento de Defesa Sanitária da Secretaria de Agricultura de S. Paulo, que salientou o papel fundamental da investigação e execução dos métodos racionais de assistência às lavouras, e da orientação às populações rurais do país.

d — O Snr. Ministro da Agricultura, Dr. Munhoz da Rocha, louvando a iniciativa dos técnicos da D.D.S.V. e prometendo apoiar as deliberações que viessem a ser formuladas em decorrência da reunião. Nessa ocasião, como uma demonstração de apoio ao que vem realizando a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, assinou o ante projeto do novo Regimento da mesma.

Sugestões e proposições debatidas e aprovadas pela Comissão de Organização e Recursos

O relatório da I Comissão : — Organização e Recursos —, consigna a seguinte matéria aprovada:

1 — **Relativamente às Instruções e normas técnicas para execução de expurgo em porões de navios**, em complemento à Portaria n.º 922 de 20 de Dezembro de 1950, vários técnicos se manifestaram sôbre o assunto, emitindo pareceres no sentido de :

a — quando o embarque é feito por vários exportadores, num mesmo porão de navio e sendo o serviço executado por mais de uma firma exportadora, se interponha o Chefe do Pôsto no sentido de conseguir o entendimento entre as partes interessadas, para que o trabalho seja executado por uma só firma, sendo a despesa paga proporcionalmente aos volumes expurgados ;

b — que, no caso do carregamento do navio não ser completo e ter que receber mercadorias em um ou outros portos, que se estabeleça um entendimento para que o expurgo se faça no último porto, tambem sob a fiscalização da D.D.S.V.

c — que se estabeleça o tabelamento de preços para o serviço nas várias regiões do país;

d — que, além de outras medidas, seja fiscalizada a exaustão dos porões dos navios.

Após um amplo debate no plenário, ficou deliberado que se constituisse uma comissão para um exame mais acurado do assunto, isto e, das instruções em aprêço.

2 — Tendo-se em vista que o novo regimento proposto para a D.D.S.V. amplia a sua estrutura, ficou deliberado que sejam organizados **novos questionarios mensais.**

3 — Relativamente **à literatura, instruções, etc.** foi sugerido :

a — que a Divisão, ao remeter aos Postos, periòdicamente, a relação de defensivos para a lavoura, também a faça acompanhar da literatura respectiva, e, bem como, de instruções completas sôbre o emprego dos mesmos, de modo a possibilitar a sua aplicação imediata nos Estados;

b — a remessa aos Postos, mimeografadas, das resoluções da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal.

4 — Com relação **às capatazias**, foi recomendado que sejam convocadas as capatazias, no sentido de uma maior aproximação com a D.D.S.V., no tocante ao expurgo em porões de navios, os quais só tenham licença para sair após manifestar-se o respectivo Posto.

5 — Tendo-se em vista a importância do conhecimento de **dados meteorológicos na previsão** da ocorrência de pragas e doenças, foi lembrada a conveniência de uma mais estreita articulação com o Serviço Meteorológico do Ministério da Agricultura, Companhias de Aviação, etc.

6 — Foi ressaltada, em carater geral, as vantagens de todos os Postos se instalarem em próprios nacionais, tanto visando as suas sêdes, como depósitos, garagens, angares e campos de demonstração.

7 — Quanto ao **sistema de projetos**, foi recomendado que todo projeto tenha a sua sistematização de trabalho para que atenda a sua real finalidade.

8 — Que o postos possam contar com o **pessoal administrattivo indispensavel** à suas atividades nomais, o que não ocorre no momento, em muitos deles. Aliás, nesse sentido, é angustiosa a situação da Divisão com relação a todas as suas dependências.



Demonstração da ação de herbicidas nos campos de cultara da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

9 — Quanto a **realizações e experimentos**, foi sugerida a confecção anual de uma síntese de todas as realizações das dependências da D.D.S.V., que depois de apreciada pela Diretoria, seja distribuida entre os seus próprios orgãos e demais repartições oficiais ou não, às quais possa interessar.

Relativamente ao **problema de recursos materiais e ao problema de recursos de pessoal**, ficou plenamente evidenciado que :

a — nem sempre os créditos são postos à disposição em épocas oportunas, trazendo sérios inconvenientes;

b — muitas vezes os materiais adquiridos na Capital Federal chegam aos Postos, ora tardiamente, ora danificados;

c — seria de grande conveniência que a aplicação dos créditos da verba 3 no que diz respeito as contas destinadas à aquisição de materiais e custeio de reparos e conservação de máquinas, aparelhos e veiculos, sejam utilizadas sem a exigência de coleta de preços e concorrências frequentemente demoradas e, mesmo, muitas vezes, dificeis de serem realizadas em determinadas situações e regiões do país;

d — seja modificada a Lei n.º 1.489 de 9-12-1954 a fim de permitir a ação pronta e efetiva no combate aos surtos de pragas e doenças que estejam afetando ou ameacem a economia agricola nacional.

Quanto à **dualidade de orgãos de revenda de defensivos para a lavoura**, como ocorre com a D.D.S.V. e a D.F.P.V. que se ocupam com a revenda desses produtos, foi sugerido :

"um entendimento entre êsses orgãos, talvez, com a participação do D.N.P.V., no propósito de evitar os inconvenientes da dualidade de orgãos de revenda de defensivos, e, consequentemente, para que melhor êles possam servir à agricultura Nacional".

Foi lembrado que essa dualidade tem proporcionado dúvidas e até mesmo, retraimento dos lavradores.

A Comissão, tendo em vista que no momento a distribuição e remessa de materiais para os Estados tem trazido serios contra-tempos, entre os quais :

a — demora no atendimento dos pedidos;
b — não remessa de guias de carga;
c — confusão entre material de uso e de revenda;
d — atrazo no recebimento dos conhecimentos;
e — não existência dos estoques atualizados dos materiais existentes;

resolveu sugerir

"que fosse melhor estudado o assunto a fim de que seja atendida, de maneira eficiente, as necessidades dos Postos"

Aliás, ficou ressaltado que no novo Regimento está previsto a existência de um Almoxarifado e de uma Agência de Sanidade Vegetal no Distrito Federal, cada um dispondo de recursos próprios, a fim de atender às justas aspirações dos Chefes de Postos.

Na referida Comissão foram ainda realizadas duas palestras :

a — palestra do Engenheiro Agrônomo Honorato de Freitas, Diretor da Divisão do Pessoal, que atendendo à convocação da Comissão prontificou-se a responder as perguntas formuladas pelos Chefes de Postos, esclarecendo-as, amplamente, em plenário;

b — palestra do jornalista José Vieira, Diretor do Serviço de Informação Agrícola, ressaltando as vantagens da maior divulgação dos trabalhos realizados, para conhecimento do público, e, em particular, dos lavradores interessados nas medidas de profilaxia vegetal. O jornalista José Vieira propoz um maior entendimento entre a D.D.S.V. e o S.I.A., visando a divulgação de suas atividades e dos resultados de seus trabalhos.

Assuntos estudados e conclusões aprovadas pela Comissão de Assistência Fitossanitária.

O relatório da Segunda Comissão : — Assistência Fitossanitária —, consigna :

1 — A Comissão reitera os termos do Relatório da II Comissão da I Reunião de Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal realizada em 1954, fazendo as seguintes considerações :

a — que seja designada pela Diretoria da Divisão uma **Comissão de Projetos**, encarregada de sistematizar, particularmente, os trabalhos de investigação sanitária; promover a elaboração de projetos; receber e analizar sugestões e propostas e organizar os projetos;

b — que a iniciativa de projetos caberá tanto às diversas dependencias da Divisão nos Estados, como nos orgãos centrais;

c — que, no tocante à assistência fitossanitária cada Posto indique os problemas fitossanitários de grande importancia econômica das principais lavouras na área de jurisdição de cada um dêles;

d — que, a partir de 1956, os planos de trabalho dos Postos para o ano seguinte sejam trazidos por ocasião da Reunião dos Chefes de Postos e, que, no corrente ano, os referidos planos sejam encaminhados nos relatórios anuais das dependências;

e — que o fornecimento gratuito de materiais de defesa sanitária vegetal considerados de consumo, seja, tanto quanto possível restringido aos trabalhos de demonstração e, em casos particulares, concedidos aos lavradores reconhecidamente desprovidos de recursos;

f — que os Postos mantenham estoques de materiais de revenda para estimular a adoção de práticas racionais de defesa agrícola;

g — que a Divisão promova medidas para que sejam amplamente divulgados os novos conhecimentos referentes à defesa sanitária vegetal, fazendo imprimir e distribuir publicações, mantendo o Boletim Fitossanitário e editando um Boletim Informativo;

h — que sejam possibilitados nos técnicos do Interior estágios para atualização de conhecimentos;

i — sempre que possível e necessário, sejam admitidos, à conta da verba 3, agrônomos ou auxiliares técnicos, para suprirem as necessidades de pessoal;

j — que, nas próximas reuniões os Chefes de Postos apresentem um breve relato da situação fitossanitária local, indicando os problemas mais relevantes, e as medidas que vêm sendo adotadas para solucioná-los;

k — que os Chefes de Postos sejam concitados a exigir de seu pessoal a observância dos cuidados a serem tomados no manuseio de defensivos, visando evitar intoxicações, e, si possível, promover o rodízio daqueles mais expostos aos riscos decorrentes do contacto com aqueles produtos.

A Segunda Comissão resolveu ainda :

a — tomar conhecimento da comunicação do Chefe do P.D.A. relativa à obtenção de uma área destinada à experimentação, situada no campo das Palmáceas da Seção de Fomento Agrícola, e deliberou que, mediante entendimentos com Chefe do P.D.A., a D.D.S.V. assentará planos experimentais a serem executados naquela área, no tocante às **investigações sôbre o "anel vermelho" dos coqueiros;**

b — ficou tambem resolvido que a D.D.S.V. procurará entrar em entendimentos com o DNPV, o CNEPA e a Prefeitura do Distrito Federal, para o estabelecimento de áreas desinfetadas para a produção de mudas de coqueiros isentas de "anel vermelho", sob a ficalizaão da D.D.S.V.

Ainda provenientes da Segunda Comissão, foram apresentadas ao plenário as seguintes comunicações técnicas :

1 — **Estudo da mancha marron dos frutos do coqueiro** — Amanuel Franco.

Observações sobre a queda prematura de frutos causada por **Thielaviopsis paradoxa**. Foram encontrados cinco insetos transmissores, entre os quais a abelha irapuá. Nos ensaios de tratamento destacou-se o Thiodow

2 — **Clorose estriada da cana de açúcar** — Amanuel Franco.

Refere-se à doença conhecida por **Chlorotis** Streek Disease. Os sintomas são idênticos ao ataque da cigarrinha.

3 — **Controle do caruncho das tulhas** — Eduardo Figueiredo.

Trata-se de um trabalho sôbre o expurgo nos próprios armazens, de café atacado por **Araecerus fasciculatus**, pelo brometo de metila, sob tendas de de papel Kraft e de madeira compensada revestida dêsse papel.

4 — **Ensáio sôbre o controle da broca do fruto do tomateiro** — Carlos H. Reiniger.

O autor relatou experiências sôbre o combate no **Eulecinodes elegantalis** por meio de inseticidas, sallentando-se os bons resultados obtidos com o paration.

5 — **Documentários fotográfico sobre ensaios de controle do "anel vermelho"** — Jesus Parentes Fortes

Trata-se de uma documentação sôbre estudos e experiências realizadas no Estado de Alagôas, visando o melhor conhecimento do agente do "anel vermelho" e seu combate.

6 — **Organização e atividades de defesa sanitária vegetal em Santa Catarina — Felix Schaeffer**

Exposição sôbre os trabalhos que estão afetos no P.D.S.V. em Santa Catarina.

7 — **Combate ao Gnipterus gibberus, praga do Eucalyptus** — Leoncio Fontelles.

Relato do aparecimento da praga em Pelotas e as providências para debelá-la. O tratamento mais eficiente foi o B.H.C. a 2%, polvilhado por meio de avião.

8 — **Estudo comparativo sôbre três formicidas no combate à saúva. — Jefferson Firth** Rangel.

Relato de experiências realizadas em Campo Grande com brometo de metila, bissulfureto de carbono e M M. 33. As doses mais eficientes foram 5 cc por metro quadrado para o brometo de metila e 100 cc por metro quadrado para o bissulfureto de carbono. Prosseguem as experiências com o M M 33.

9 — **Assistência fitossanitária** — Clovis D. Beduino.

Resumo das atividades desenvolvidas em S. Catarina, com indicações sôbre as principais doenças e pragas e seu combate.

10 — **Moléstias e pragas de significado econômico que mais ocorrem na jurisdição do P.D.S.V. em Belém** — Geraldo Meira Conceiro.

Trata-se do levantamento fitossanitário da área de jurisdição do Posto, com indicações sôbre as principais doenças e pragas e meios de combatê-las

11 — **Campanha contra os gafanhotos (tucuras), no Município de Irituia, Pará** — Geraldo Meira F. Conceiro.

Comunicado sôbre o aparecimento do gafanhoto **Entropidacris cristata**, em Irituia, em Abril de 1955. O combate com B.H.C. a 1% deu bom resultado.

Foram realizadas ainda as seguintes demonstrações práticas:

1 — **Expurga em porões de navios por meio de brometo de metila**, realizado pelo Agr. Diógenes da Silva Cardoso, nos porões do navio

Ascânio Coelho, com 100 sacos de arroz infestado, empregando 41 gr. de brometo de metila por metro cúbico,

2 — **Pulverização de baixo volume**, pelo Eng. Agr. Carlos H. Reiniger.

3 — **Emprêgo de herbicidas**, pelo Eng. Agr. Jefferson Firth Rangel.

4 — **Polvilhamento por meio de helicóptero**, pelo Eng. Agr. Flavio Mesquita.

As três últimas demonstrações foram realizadas nos campos de cultura da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura.

Foram ainda realizadas as seguintes palestras:

1 — **Podridão do engaço e do pedicelo da banana** — Anderson Coelho Andrade.
Foram descritas as doenças causadas por **Thielaviopsis paradoxa e Gleosporium musarum**, e, bem assim, os métodos de tratamentos. Os melhores resultados foram obtidos com o Shirlan.

2 — **Sobre experimentos de combate à Orthezia dos Citrus tratamento experimental da podridão peduncular da laranjeira, ensaios, comparativos com fungicidas em tomateiros, experimentos com acaricidas, com herbicidas e outros.** — Anacleto de Souza Vieira e Armando Duarte.

3 — **Sôbre a biologia da saúva** — Mario Antuori.
O autor explanou, principalmente, suas observações sôbre a "infestação residual" de sauveiros, discorrendo sôbre a evolução de formigueiros e necessidade dos conhecimentos biológicos para orientação do combate, etc.

4 — **Meios de divulgação de assuntos de defesa sanitária vegetal** — Jornalista José Vieira.

Resoluções aprovadas pela Comissão de Fiscalização Fitossanitária

Entre as recomendações da Terceira Comissão que teve a seu cargo os assuntos relativos à fiscalização fitossanitária, foram aprovadas as seguintes:

1 — **Necessidade da modificação do dispositivo da Lei que regula a taxa fitossanitária**, que datando de 1941 está desatualizada. Deve-se levar em conta a redução do número de incidencias e que as plantas vivas devem figurar em uma só categoria, tanto para importação como para exportação.

2 — **Necesidade da revisão das normas que regulam a importação de batatas**, admitindo-se um aumento de tolerância para liberação, tratamento e condenação por fungos cosmopolitas e virus, em vista de não terem, em nosso país, os mesmos efeitos que no país de origem.

3 — **Atualização ou reforma do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal**, levando-se em conta entre outros, os seguintes pontos:

a — reforma do § 1.º do Art. 8 do atual Regulamento no sentido de determinar o conceito de pequena partida;

b — inclusão da obrigatoriedade da fiscalização da importação de defensivos da lavoura, pelos Postos de Defesa Sanitária Vegetal;

c — transformação dos atuais Postos de Defesa Sanitária Vegetal, em Inspetorias;

d — inclusão, na Seção de Investigações Fito-sanitárias, de Laboratórios de Entomologia e de Fitopatologia;

e — criação da Seção do Combate à Saúva.

4 — Que seja providenciada a **ratificação da Convenção Internacional de Proteção aos Vegetais**, realizada em 1952, sob os auspícios da F.A.O.

5 — Que seja feita a **publicação mensal de um Monitor Fitossanitário**, onde serão registrados todas as atividades da Divisão, não só sôbre assuntos referentes ao fitossanitarismo, como também sôbre assuntos administrativos, devendo para isso ser designado um técnico sediado nesta Capital.

6 — Necessidade da **organização de instruções ilustradas sôbre a sintomatologia do Corybacterium sepedenicus e do Heteroderes rostochinensis**, bem como de outras doenças e pragas consideradas como impeditivas à importação.

7 — Dispensa da apresentação de requerimento nas partidas importadas ou exportadas, bem como nas partidas de pequenas amostras.

8 — Intensificação da inspeção nas importações de vegetais e partes de vegetais por via aérea, não só pelo vulto sempre crescente dessas importações como pela necessidade imperiosa de ser evitada a entrada no país de parasitos exóticos.

9 — Necessidade de ser estabelecido um limite para as quantidades de vegetais que devem ser consideradas bagagens, quando estejam sendo transportadas.

Discurso do Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal

O Eng. Agr. Armando David Ferreira Lima, Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, na Sessão de Instalação da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal, pronunciou um oportuno discurso, abordando os seguintes assuntos:

1 — organização da II Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal, explicando os encargos de cada uma das três Comissões Técnicas, isto é; das Comissões de Organização e Recursos, Assistencia Fitossanitária e Fiscalização Fitossanitária.

2 — as recomendações da I Reunião de Chefes de Postos de Defesa Sanitária Vegetal realizada em 1954, e que dentro do possível a Divisão havia procurado atender, como sejam:

a — necessidade inadiável da nova estruturação da Divisão, visando transformá-la em Departamento. Em face das dificuldades em se conseguir tal estrutu-

ração, foi elaborado um novo Regimento prevendo novas seções (Defensivos, Acridiologia e Administrativa), Inspetorias Regionais e Agências de Sanidade Vegetal nos Estados;

b — quanto a resolução do problema da séde própria aos Postos nos Estados, e, mesmo, de armazens e depósitos cuja carência é flagrante, já foram dados passos. Salvador, Aracajú e João Pessôa em breve terão áreas doadas para esse fim;

c — distribuição total de créditos para fins de aquisição, de acôrdo com o plano de trabalho de cada dependência;

d — quanto a recomendação de uma intima colaboração entre as Seções de Defesa Agricola, Fitossanitária e os Postos, já foram realizados, entre outros, os seguintes trabalhos: Ensáios de inseticidas contra a **Parileucoptera caffeella**, em Jardim, Estado do Rio; experimento de novos defensivos no controle à **Orthezia prelonga** dos citrus; trabalhos a respeito das **podridões de laranjas** destinadas à exportação, com Dowcide; verificação da eficiência de 11 **acaricidas** no combate aos ácaros de mamoeiro, em Nova Iguassú; ensaios de **competição de fungicidas e inseticidas** no controle às doenças e pragas do tomateiro, experiências com formicidas, inclusive pós **à base de paradiclorobenzeno**, realizados no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Espírito Santo, S. Paulo e Rio Grande do Sul; destacando-se ainda outros trabalhos que estão sendo realizados nos Estados de Paraiba, Pernambuco, etc;

e — foram atendidas as seguintes recomendações da I Reunião de Chefes de Postos atualização e reforma do Regulamento; criação do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Paranaguá e transformação do P.D.A. de Pelotas em P.D. S.V.

6 — Teceu considerações sôbre o **movimento de embarque de material de defesa agricola** para os Postos lembrando que, apezar das dificuldades, foi possivel remeter aos Postos, no período de Janeiro a Junho de 1955, 3.468 volumes com 170.584 quilos, e sôbre o **movimento de revenda de materiais aos lavradores**, que se vem acentuando de ano para ano, sendo que, embora não computando a revenda realizada por alguns Postos cujos resultados ainda não eram conhecidos, esse movimento já atingira, no primeiro semestre de 1955, a 11 milhões de cruzeiros.

Discurso de Encerramento

Coube ao Eng. Agr. F. A. Magarinos Torres, ex-Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, fazer o discurso oficial de encerramento, abordando dois pontos:

a — o histórico da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, desde a criação do Ministério da Agricultura, em 1908

b — os resultados da II Reunião dos Chefes de Postos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

RETIFICAÇÃO



A fotogravura estampada na capa de A LAVOURA de julho-agôsto de 1955 é do churrasco oferecido aos membros da delegação da Confederação Rural Brasileira à III Concentração Rural Regional realizada em S. Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul, e não em Canelas, como foi publicado.

Aproveitamos a oportunidade para publicar a fotografia acima de uma das solenidades da III Concentração Rural Regional, realizada em S. Francisco de Paula, em maio de 1955, quando falava o Sr. Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, tendo ao lado o Sr. Davenir Peixoto Gomes, presidente da referida Associação Rural.

(Conclusão da pág. 55)

Morrow, que se alguma falha cometeu, foi a de exceder em zêlo e dedicação ao grupo que liderava.

Ao mr. Frosbink que elaborou o nosso programa em Purdue.

Aos intérpretes mr. Lee Zeroth e mr. Manoel Pinto, que removendo a barreira da lingua tornaram-se responsáveis pelo nosso aproveitamento.

A todos os americanos que cavalheirescamente nos ministraram ensinamentos, e com que tivemos a honra que conviver, queremos deixar o nosso reconhecimento e o nosso muito obrigado.

PRÊMIO "ENNES DE SOUZA"

Ata da sessão solene da Sociedade Nacional de Agricultura para entrega do referido prêmio ao veterinário Jerome Langenegger

Aos vinte dias do mês de outubro de 1955, realizou-se no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, a sessão solene de entrega do prêmio "Ennes de Souza". Aberta a sessão, às dezessete horas pelo Dr. Adamastor Lima, que presidiu a sessão na ausência do Dr. Artur Torres Filho, foram convidados a tomar parte na mesa o Snr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, o Dr. Rubens Farrula, representando o Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Dr Newton de Castro Belleza, Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, o Dr Durval Bastos Valadares, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e o Dr. Guilherme Hermsdorf, Diretor da Escola Nacional de Veterinária. O Snr. Presidente após dizer algumas palavras a respeito da solenidade, deu a palavra ao Snr. Luiz Marques Poliano, que fez um sucinto relatório verbal do concurso instituido pelo Sociedade Nacional de Agricultura. Em seguida o Dr. Adamastor Lima, pronunciou, de improviso, o discurso alusivo ao ato e fez entrega ao Veterinário Jerome Langenegger, classificado em primeiro lugar pela Comissão de Julgamento do prêmio "Ennes de Souza" sob uma salva de palmas. O Veterinário Jeromme Langenegger, recebeu das mãos do Dr. Adamastor Lima, a medalha e o diploma a que fez jús pela brilhante colocação no concurso instituido pela Sociedade Nacional de Agricultura. Falou a seguir o Dr. Taylor Ribeiro de Mello, em nome da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, salientando a importância da instituição do prêmio "Ennes de Souza" e o valor intelectual do premiado, primeiro aluno da Escola Nacional de Veterinária, na turma de Veterinários, de mil novecentos e cinquenta e quatro. O Presidente Dr. Adamastor Lima, deu a palavra ao Veterinário Jerome Langenegger, que de improviso, com grande simplicidade agradeceu o prêmio que lhe fôra atribuido, o qual constituia para êle um motivo a mais de entusiasmo para o proseguimento de seus estudos. Encerrando a sessão, falou o Dr. Adamastor Lima, que se congratulou com os dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura pelo êxito de seu novo empreendimento cultural, felicitou o premiado,

(Continua na pág. 44)

GADO DOS ESTADOS UNIDOS MELHORA REBANHOS NA AMÉRICA LATINA

(Especial para A LAVOURA)

Washington, novembro — Novos tipos de gado produzidos por criadores norte-americanos, especialmente para climas tropicais e sub-tropicais, estão contribuindo para que os países da América Latina melhorem e aumentem seus rebanhos.

Antigamente, nas regiões quentes das Américas, a criação de gado não prosperava, o que privava tais regiões de abundância de carne fresca e laticínios.

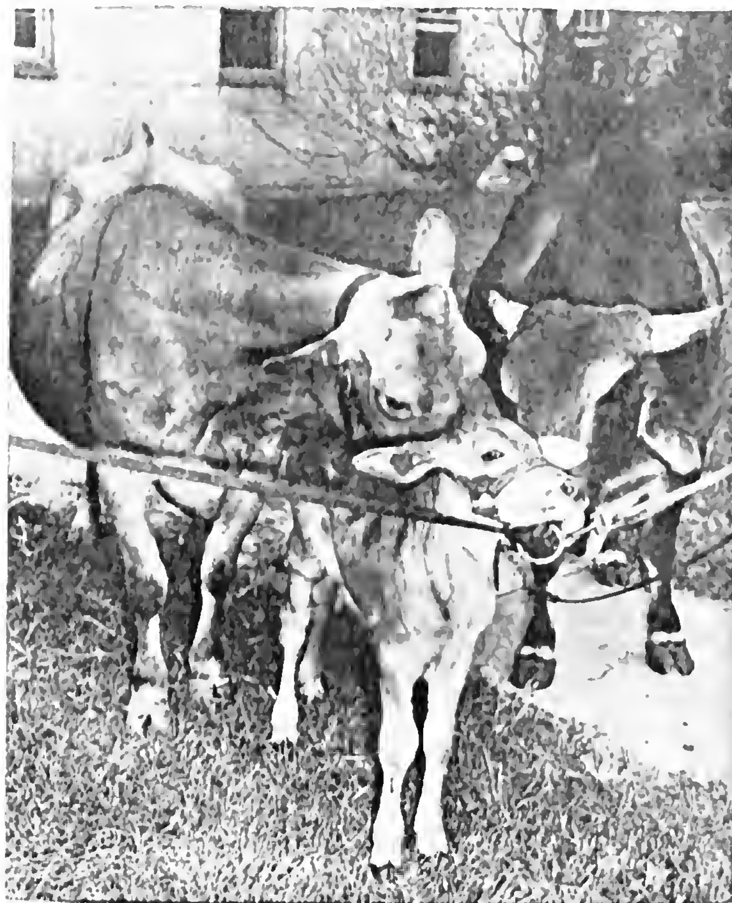
Isso aplicava-se, igualmente, às zonas sub-tropicais dos Estados Unidos. Mas num esfôrço bem sucedido para solucionar o problema, os criadores norte-americanos trabalharam durante anos a fim de aperfeiçoar raças apropriadas às zonas quentes.

No ano passado, sob um grande programa de cooperação particular inter-americana, os criadores norte-americanos embarcaram 14.000 cabeças dêsse tipo especial de gado para a América Latina. Entre os países importadores estavam a Venezuela, Colômbia, México, Cuba, República Dominicana, Brasil, Costa Rica, Guatemala, Argentina, Equador, Nicarágua e Panamá.

Diversas raças de gado **criadas nos Estados Unidos** estão sendo exportadas para a América Latina, mas as principais são a *"Brahman"*, *"Santa Gertrudis"*, *"Charbray"*, *"Brangus"* e *"Beefmaster"* — tôdas criadas com **a finalidade de suportar as** condições dos climas quentes e úmidos.

Tôdas essas raças possuem **sangue dos Brahman** podendo, por esta razão, suportar elevadas temperaturas. São tôdas bem proporcionadas para evitar a tendência de nos climas quentes tornarem-se menores, em cada geração.

Tôdas elas são aptas a pastarem durante todo o ano e são resistentes aos parasitas e pestes, difíceis de serem eliminados dos Trópicos.



Este bezerro que se encontra na Estação Experimental de Beltsville do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, é o resultado do cruzamento do touro de raça Brahman (à direita) e da vaca da raça Jersey (à esquerda). Tais cruzamentos de raças produzem gado leiteiro excelente podendo ao mesmo tempo suportar altas temperaturas de regiões tropicais e sub-tropicais dos Estados Unidos e América Latina. (Foto IPS)

Os Brahman e Zebus dos Estados Unidos, originaram-se da Índia. Em 1910, foram introduzidos em alguns ranchos do Texas. Durante os anos seguintes, houve o cruzamento com uma série de gado de origem européia, nascendo dessa combinação, um novo tipo de Brahman, muito diferente e melhorado por anos de criação seletiva, podendo ser quase considerados de origem norte-americana. O Brahman dos Estados Unidos é um animal de grandes proporções, de carne excelente e vive sob condições tropicais.

O gado *Santa Gertrudis* foi aperfeiçoado no Texas, sendo derivado do cruzamento das Shorthorn e dos Brahman do tipo de corte. Atualmente, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos reconhece êsse tipo como uma raça norte-americana à parte. As vacas da raça Santa Gertrudis podem pesar até 660 quilos e os touros, 900.

O *Charolais*, tipo europeu, e o Brahman, produziram outra raça norte-americana conhecida por Charbray. Esta foi igualmente aperfeiçoada no Texas, das raças Charolaise importadas do México. Os da raça Charbray devem possuir ao menos 1/8 e nada mais do que 1/4 dos Brahman, e o restante da Charolaise.

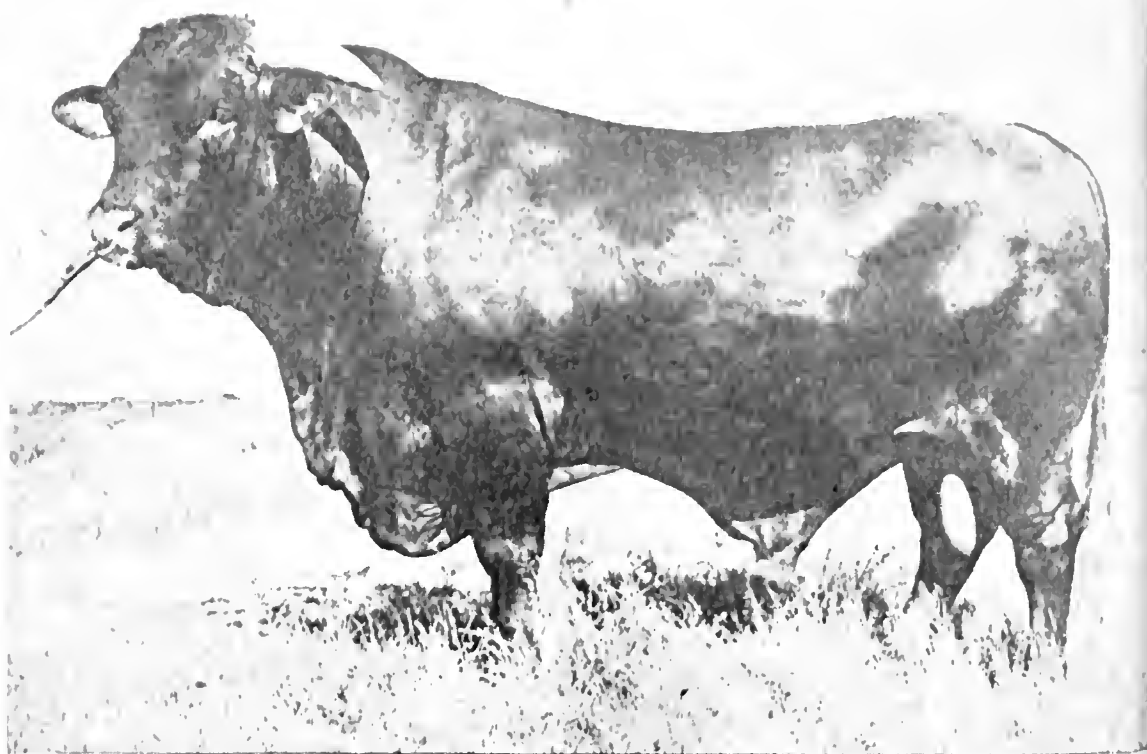
O *Brangus*, outra criação norte-americana, está se tornando imensamente popular na América Latina, sendo um cruzamento entre o Brahman e Aberdeen Angus. Êsses animais são pretos, não possuem chifres, sendo menores do que os Santa Gertrudis e Beefmaster, mas bem aceitos por sua maturidade rápida.

Ainda outro tipo é o *Lasister Beefmaster*, que possui metade dos Brahman, 1/4 Hereford e 1/4 Texas Shorthon. O Beefmaster é conhecido por sua fertilidade, tamanho e boa produção de leite, entre outras características.

Quase todo o gado produzido nos Estados Unidos e enviado para a América Latina é exportado por particulares. No entanto, programas do "U. S. International Cooperation Administration" a antiga "Foreign Operations Administration", financiaram a venda de alguns animais reprodutores selecionados.

Os inspetores do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, examinam todos os animais a serem exportados e verificam se não possuem doenças transmissíveis. Também prescrevem o modo pelo qual os animais devem ser carregados e as condições pelas quais serão transportados a fim de assegurar se os mesmos receberão tratamento humano e alimentação adequados, durante a viagem.

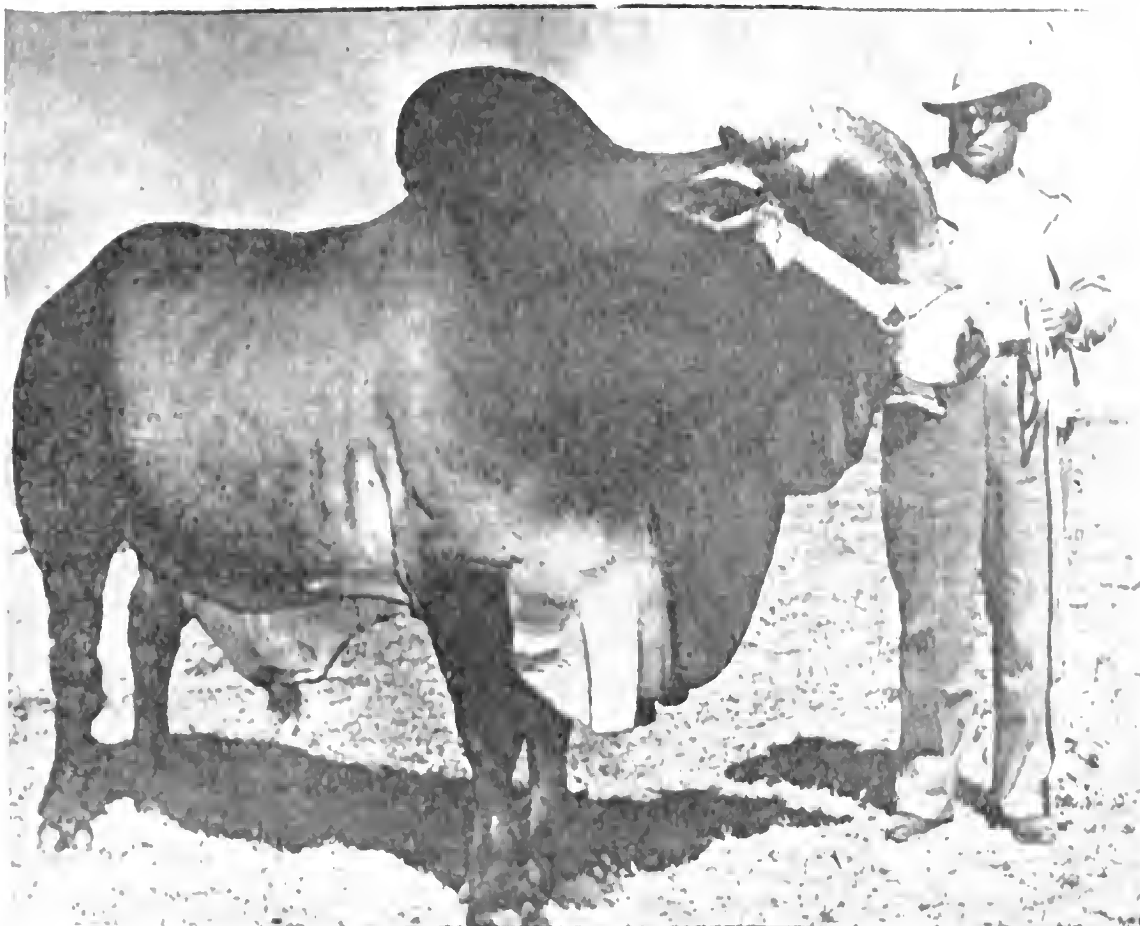
O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos informa que êsse programa de fornecimento de animais à América Latina é de vantagens mútuas a ambas as regiões.



Este touro Santa Gertrudis de 3 anos de idade, é um dos tipos de gado criado nos Estados Unidos que prospera em climas tropicais e sub-tropicais das Americas. (Foto IPS)

O programa além de oferecer "escapamento para o excesso de gado norte-americano" ,contribui "para a prosperidade e poder aquisitivo de nossos vizinhos. Realça o fato de que os interêsses agrícolas dos dois países podem ser negociados, com vantagem mútua".

(International Press Service).



Um touro "Brahman" usado pelos criadores para o cruzamento com gado europeu a fim de produzirem gado especialmente adequado a climas quentes (Foto IPS)

(Conclusão da pág. 40)

b) Bimonthly Bulletin, vol. XVII, n. 5, editado pela North Dakota Agricultural Experiment Station

TUCAN
Ano VI — N. 268 e 269

Tucan é uma revista mensal de informação económica do Instituto Assessor Técnico do Comércio Exterior, editado em Madrid, Espanha

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION OREGON STATE COLLEGE

Recebemos os seguintes trabalhos da referida Estação Experimental:

a) Effect of from and rate of active ingredient, spraying season, solution volum and type of solvent on mortality of big sagebrush, por Donald N. Hyder Forrest A. Sneva.
b) Brahman x Hereford with Herefords

WEST VIRGINIA UNIVERSITY AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

Recebemos da referida Estação Experimental os seguintes trabalhos:

a) Winter wheat variety trials in West Virginia.
b) Some features of feed marketing in West Virginia
c) Farm and home business center studies.
d) The effect of rate and frequency of phosphate fertilization on pasture production.
e) Drugs for controlling coccidiosis in chickens.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

KANSAS STATE COLLEGE

Recebemos da referida Estação Experimental os seguintes folhetos:

a) Crops and soils field day report.
b) Irrigation in Western Kansas.
c) Kansas rural institutions.
d) 1955 Experiment Station results fall seeded wheat barley oats.
e) Growing sorghums in Kansas.
f) Fall field day report of the Fort Hays Branch Station.
g) Soil fertility investigations at Columbus Experiment Field 1924-1954.
h) Pests of farm stored wheat and their control.
i) Growing wheat in Kansas.
j) Chemical composition of Kansas wheat.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

TRABALHOS SÔBRE VITICULTURA

A Facultad de Ciências Agrarias, da Universidad Nacional de Cuyo, do Ministério da Educación em Mendoza, República Argentina ,acaba de publicar seis bons trabalhos sôbre viticultura.

1 — Determinación de espresiones vegetativas en vid y su aplicación en el análisis de ensayos culturales, por José Vega y Juan M. Fox.
2 — Influência de la calidad de la gelatina sobre la clasificación, pelo Eng. Agr. Aquiles Maveroff e "Acción desferrizante del fitato de cálcio en enologia", pelo Eng. Agr. Aquiles Maveroff e Marta N. Sanchez.
3 — Precisión de las determinaciones analíticas del vino, pelos Engs. Agr. Aquiles Maveroff, Juan de D. Morales e o enólogo Humberto Ofta.
4 — Vinificación continua, sistema Eremaschi, pelo Eng. Agr. Aquiles Maveroff.
5 — Estudio comparativo de leveduras champañeras, pelo Eng. Agr. Roberto Vega.
6 — Clarificación de los vinos, por Aquiles Maveroff.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Vol. 40 — Abril-Junho 1955

O volume 40 da Revista de Direito Administrativo editada pela Fundação Getúlio Vargas traz três oportunos estudos :

a) A crise do federalismo, de Dario de Almeida Magalhães.
b) A revisão do lançamento de impostos, de Rubens Gomes de Souza.
c) Interpretação e integração da lei tributária, de Amilcar de Araújo Falcão.

ESTACION EXPERIMENTAL AGRÍCOLA DE "LA MOLINA"

Entre os trabalhos da referida Estação Experimental que recebemos destacam-se.

a) Estudios de herencia en trigo, de Rafael V. Novoa.
b) La roya negra del trigo en el Perú, de Emilio R. Rendoza.
c) Insectos e insecticidas en la campaña algodoeira 1954-955, por Juan E. Wille, Juan E. Simon e Juan E. Gonzalez.
d) Microbiologia del guano de Islas del Perú, por Carmem Cuba.
e) La costra plateada de la papa, por Consuelo Bazán Segura.

UNIVERSITY OF MINNESOTA
Agricultural Experiment Station

Recebemos da referida Universidade os seguintes folhetos:
a) Testing fertility in bulls, por J. .N. Cummings.
b) Effects of fertilizers and stand on corn and of stand on soil moisture, por Fred E. Shubeck e A. C. Caldwell.
c) Agricultural production loans of Minnesota country banks, por R. P. Dahl e O. B. Jerness.
d) Sixtieth annual report of Agricultural Experiment Station University of Minnesota.
e) Marketing fresh sweet corn in the midwest.
f) The effect of trace elements on alfafa and oats in Minnesota, por J. M. MacGregor..

A PARTICIPAÇAO NOS LUCROS DAS EMPRÊSAS

Trata-se de um interessante folheto de 18 páginas, de autoria de A. J. Renner, contendo uma série de artigos publicados na imprensa.

PARANÁ ECONÔMICO

Ano III — N. 28

Trata-se de um interessante folheto de 18 páfesa da produção do Estado do Paraná, publicada pela Federação do Comércio do Estado do Paraná. O presente número refere-se ao mês de julho de 1955.

CONJUNTURA ECONÔMICA
Ano IX — N. 7

Recebemos mais um número desta importante revista, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Na análise que faz em relação ao primeiro semestre verifica-se que é satisfatória a situação no setor agropecuário.

GACETILLA AGRÍCOLA
Abril-maio de 1955

Recebemos mais um número de Gacetilha Agrícola da Holanda, que focaliza aspectos da agricultura e das indústrias holandesas.

MUNDO AGRÍCOLA
Ano IV — Junho de 1955

Foi dada publicidade a mais um número de Mundo Agrícola, que é uma revista mensal sôbre agricultura e pecuária publicada pela Editôra Mundo Agrícola de S. Paulo.

FAUNA
Ano XIV — N. 7

É um órgão mensal do caçador e do criador com variados artigos sôbre caça e pesca. O presente número refere-se ao mês de julho do corrente.

EXTENSÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL NO BRASIL
I. B. G. E. — 1955

O Serviço Nacional de Recenseamento, do Conselho Nacional de Estatística, do I. B. G. E. acaba de publicar um volume sôbre a Extensão do Estabelecimento Rural no Brasil (segundo os Censos Agrícolas de 1920, 1940 e 1950). Trata-se de um trabalho que dá uma idéia da evolução da grandeza da propriedade rural em todo o Território Nacional.

BOLETIM DE LA ASSOCIACIÓN NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS
N. 62 — Julho de 1955

Entre outros, destaca-se no referido número dêste Boletim, o artigo técnico sôbre Aparatos automáticos, de W. Rafols.

STORRS AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

College of Agriculture, University of Connecticut

Recebemos da referida Estação Experimental, as seguintes publicações:

a) Efficiency factors and changes in milk distribution — 1946-1954, por S. Johnson e G. K. Brinegar.
b) Report of the station for the year ending — June 30 — 1953.
c) Factors in the 1954 market situation for Connecticut valley typer of cigar tabacco, por A. W. Dewey.
d) Reopouse of chicks to antibiotics, por R. E. Moieng, D. W. Bolin, R. L. Bryaut e D. G Gossiec.
c) Control of the gapeworm in the ring-necked pheasant in Connecticut.

C. I. S.
N. I — Maio de 1955

Trata-se do primeiro número da revista do Serviço de Divulgação e Documentação, da Comissão de Imposto Sindical, do Ministério do Trabalho.

COMÉRCIO INTERNACIONAL
Ano IV — N. 9

Trata-se de um oportuno e interessante boletim mensal do Banco do Brasil.

LEGISLAÇÃO ORGÂNICA
1955

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, reuniu em um volume intitulado "Legislação Orgânica", contendo a Lei n. 9.163, de 5/1/1954, o Decreto n. 36.198, de 20/9/1954, e respectivo regulamento, e a Portaria n. 84, de 27/1/1955, e respectivo regulamento.

PRODUTIVIDAD Y BIENESTAR SOCIAL
Ano I — N. 18

Trata-se do órgão oficial do Congresso Nacional de Produtividade e Bem Estar Social, de Buenos Aires, República da Argentina.

VITA
Vol. XII — N. 13

Recebemos mais êste número, referente ao mês de julho (1.ª quinzena), da revista bimensal da Confédération de l'Alimentation Belga, contendo interessantes trabalhos relacionados com os problemas de alimentação.

COMISSÃO REGULADORA DOS CEREAIS DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES
Boletim n. 21

Trata-se de um interessante Boletim, publicado em Açores, apresentando magníficos trabalhos sôbre agricultura, fomento, etnografia agrícola, etc.

REVISTA BRASILEIRA DE PANIFICAÇAO
Junho de 1955

Trata-se de um mensário dedicado ao estudo e crítica dos assuntos inerentes à panificação e indústrias correlatas.

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO
Ano XX — N. 23?

Recebemos mais êste número, onde se encontra um oportuno tópico sôbre "Reforma Agrária".

DIVERSOS

Recebemos e agradecemos:

a) Iowa Farm Science, vol. 9, n. 12, editado pelo Iowa College, Ames, Iowa, Estados Uniod.s
b) New Orleans Port Record, vol. XIII, n. 8, referente ao mês de julho de 1955.

(Continua na página 37)

Alimento para Milhões

O rápido e constante crescimento da população mundial, calculado em cêrca de 20 milhões de habitantes cada ano, cria o problema de assegurar um aumento proporcional na produção de alimentos para atender às necessidades do homem em tôdas as partes do globo.

Para superar êsse grave problema, procura-se, na medida das possibilidades técnicas, econômicas e geográficas existentes em cada região, ampliar a extensão das áreas de plantio e aumentar a produção das terras cultivadas, tornando maior o aproveitamento do solo, através de um tratamento adequado, que resulte em colheitas fartas, sadias e nutritivas. No conjunto das medidas empregadas para o fomento da produção agrícola, é de máximo relêvo o papel desempenhado pelo petróleo, não só como combustível e lubrificante do material mecanizado que, durante os últimos vinte anos, principalmente, trouxe progresso decisivo à agricultura, mas também como matéria prima para a fabricação de adubos, herbicidas e inseticidas, produtos imprescindíveis ao beneficiamento do solo, à preservação dos alimentos e à garantia de safras abundantes.

Os insetos constituem uma das mais terríveis ameaças para os homens e suas colheitas e os agricultores do mundo inteiro procuram combate-los, incessantemente, valendo-se de todos os meios possíveis para evitar os danos causados às suas plantações, cuja produtividade varia grandemente, na medida em que é reduzida a ação destruidora dos insetos. Os produtos de petróleo, quer diretamente, quer por meio de pulverizações, ou sob a forma de solventes de outras substâncias tóxicas, têm sido utilizados de maneira vária e eficaz na guerra química contra os insetos. Mais recentemente ainda e com grandes resultados, os hidrocarbu retos de petróleo passaram a ser também empregados como matéria prima na fabricação de diversos inseticidas químico orgânicos, que vieram modificar, radicalmente, a técnica empregada pelo homem, no combate milenar aos insetos e pragas que destroem e arruinam suas colheitas.

Desde 1939, quando foi descoberto o D.D.T., tem sido notável o desenvolvimento e a aplicação dêsses inseticidas químico-orgânicos, obtidos através de processos rigorosamente científicos. Em 1948, surgiram o aldrin e o dieldrin, derivados clorados de ciclopentadieno, os quais, juntamente com o endrin, descoberto mais recentemente, são os inseticidas sintéticos mais poderosos até hoje produzidos, exterminando insetos contra os quais outros produtos se mostraram inteiramente ineficazes. Além do mais, apresentam excepcionais resultados mesmo quando empregados em doses menores e, consequentemente, mais econômicas, o que constitui um fator importantíssimo ao maior sucesso dessa batalha constante, que o agricultor se vê obrigado a travar, para a maior produtividade de suas terras e a proteção de suas colheitas.

O extraordinário poder dêsses inseticidas atraiu a atenção do mundo pela primeira vez, em 1951, quando grandes nuvens de gafanhotos, que invadiram extensas áreas do Oriente Médio, foram pràticamente aniquiladas, em poucos dias, com o emprêgo do aldrin, o qual age mais ràpidamente como veneno estomacal do que como inseticida de contato. Onde a vegetação é abundante, seu poder letal torna-se mais pronunciado quando o produto é devidamente pulverizado nas plantações atacadas pelos gafanhotos. Nos desertos ou em regiões áridas, deverá ser aplicado sob a forma de iscas. Além dêsse notável sucesso alcançado no combate aos gafanhotos, já foi também comprovada a ação extremamente poderosa do aldrin contra as pragas do solo, pouco conhecidas por estarem fora do alcance da vista, mas que, apesar disso, causam estragos consideráveis, havendo poucas plantações imunes ao seu ataque. Devido à sua volatilidade, o aldrin permanece pouco tempo sôbre as superfícies em que fôr aplicado, mas, quando empregado no subsolo, seu poder letal se faz sentir por períodos longos, de um ano ou mais, sem que altere o gôsto e o cheiro das colheitas, além de não afetar a germinação das sementes, nem causar dano aos vermes e micro-organismos benéficos, apesar de eliminar as larvas existentes no solo e que sem o seu emprêgo se desenvolveriam em insetos destruidores da folhagem e frutas.

Quanto ao dieldrin, que bem poderia ser chamado "o amigo n.º 1 da saúde pública", revelou-se extraordinàriamente eficaz na destruição dos insetos transmissores de doenças, tais como os mosquitos (transmissores da malária, filariose, febre amarela, febre dengue); barbeiros (transmissores da doença de Chagas); moscas domésticas (responsáveis pela desinteria); pulgas (veículos do tifo e da peste bubônica); carrapatos (transmissores do tifo e de febres intermitentes); baratas e percevejos, considerados como transmissores mecânicos de numerosas doenças.

O endrin, a nova arma com que conta agora o agricultor no combate às pragas que destroem as suas colheitas, é um poderoso inseticida clorado, muito eficiente contra os insetos prejudiciais às lavouras de algodão, arroz, milho, fumo, batatas, mandioca e outras.

Experiências executadas por Institutos de Pesquisas de muitos países revelaram seu alto valor inseticida. No Brasil ,provas rigorosas, realizadas pelo Instituo Biológico de São Paulo e pela Shell, confirmaram suas qualidades, permitindo considerá-lo como "o melhor inseticida para a pulverização do algodão", atualmente em uso.

Endrin atua por ingestão, contato e fumigação. Sua extrema toxicidade aos insetos (empregam-se sòmente 576 a 960 gr. do princípio ativo, por

(Continua na pág. 42)

Imprescindível ao País a Radiodifusão Rural

JOSÉ A. VIEIRA
Diretor do Serviço de Informação Agrícola

A radiodifusão rural é uma realidade em diversos países, destacadamente nos Estados Unidos, onde são formadas cadeias de emissoras para a irradiação de programas agrícolas, com evidentes benefícios para as populações campesinas e para a própria economia do Estado. No Brasil, apesar das deficiências de comunicações, alta percentagem de analfabetismo e vastidão territorial, essa atividade apresenta pequeno desenvolvimento, datando de 1946 o primeiro ensaio do Ministério da Agricultura no campo da radiodifusão rural. Em junho daquele ano, fôra lançada, pelo Serviço de Informação Agrícola, a "Hora do Ministério da Agricultura" (hoje extinta), através da Rádio Tamoio. Na base dessa experiência e sempre procurando atualizar as suas informações nesse setor, o S.I.A. criou, a seguir, diversos programas de rádio, todos endereçados ao homem do campo, já agora agindo em articulação com a Rádio Ministério da Educação e contando com a colaboração de várias emissoras desta Capital e dos Estados para breves informativos especializados. O programa "Terra Brasileira" é irradiado aos domingos, de 8 às 9 horas, já há mais de quatro anos, através da emissora do Ministério da Educação. E o "Informação Agrícola", de 15 minutos, é remetido semanalmente a mais de duzentas estações do interior, que o transmitem, gratuitamente, em horários variados.

Após oito anos de atuação no campo da radiodifusão rural, reunindo material e experiência valiosos para o Govêrno, cumpria iniciar nova fase, mediante a instalação de uma emissora própria para o Ministério da Agricultura. A partir de 1952, foram adquiridos dois transmissores em ondas curtas, de 7,5 Kw cada um, e obtidas duas freqüências para os mesmos (15.105 Kcls e 6.065 Kcls). Entretanto, sòmente em 1955 tornou-se possível dar prosseguimento ao projeto de instalação da chamada Rádio Rural, revalidando-se a concessão, que já havia caducado, e obtendo-se o terreno em Benfica e os recursos necessários à construção do abrigo para os transmissores.

O funcionamento da emissora do Ministério da Agricultura depende, todavia, de certos recursos, que estão sendo tentados junto às autoridades, a fim de que a mesma possa entrar no ar em meados de 1956. O referido abrigo já está em fase de conclusão.

Para o lançamento da Rádio Rural, que fará cobertura de tôda a América, foi organizado amplo inquérito a fim de auscultar as instituições e autoridades dos meios agrícolas, com o propósito de estabelecer as futuras programações da emissora de modo a orientar, esclarecer e informar, pronta e adequadamente, as nossas populações campesinas. A exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, nossos agricultores serão colocados a par de tôdas as novidades técnicas e informados de quaisquer alterações nas cotações dos produtos agropecuários; saberão com antecedência dos fenômenos meteorológicos, podendo tomar providências para a proteção das suas lavouras, serão avisados das geadas, das ondas de frio ou de calor, das inundações, de todos os fatos, enfim, que possam ocasionar-lhes prejuizos. Receberão, também, ensinamentos e conselhos, soluções adequadas e oportunas para os seus problemas locais, em resumo, tôda a fôrç ade educação e informação que há no rádio moderno e que pode ser usada em benefício dos lavradores e criadores.

Além da compreensão demonstrada pelos demais órgãos do Ministério da Agricultura, no tocante aos benefícios com o funcionamento da Rádio Rural, dezenas de emissoras do interior já manifestaram o seu propósito de retransmitir, gratuitamente, em cadeia, os programas do Serviço de Informação Agrícola, sendo também numerosas as mensagens de aplausos enviadas por entidades ligadas às campanhas ruralistas. Para o S.I.A., significará a expansão dos seus serviços atuais a todos os Estados no campo da divulgação agrícola.

Estamos convencidos do acêrto daquela afirmativa do govêrno norte-americano de que *"só uma população agrícola bem informada pode conseguir uma produção agrícola eficiente"*. E o rádio é o instrumento ideal para essa importante tarefa, porque chega depressa a uma grande massa de população, proporciona informação regular e atual de uma maneira interessante, introduz novas idéias, anuncia reuniões e demonstrações e requer um mínimo de esfôrço por parte dos ouvintes.

(Conclusão da pág. 41

alqueire — 2,42 Ha.), aliada à sua prolongada ação residual de 3 a 4 semanas — oferece alta proteção a baixo custo.

Com a multiplicidade de emprêgo dos inseticidas químico-orgânicos e sua necessidade sempre maior na agricultura tem havido uma procura crescente de matérias básicas entre os produtos químicos do petróleo. Caberá à indústria petroquímica contribuir assim, uma vez mais, de forma decisiva, para a solução de um dos graves problemas da humanidade, na sua luta para a produção de mais alimento para os milhões que povoam a face do globo.

Engenheiro Euvaldo Lodi

Acaba o Brasil de sofrer perda irreparável com o inesperado desaparecimento do ilustre Deputado por Minas Gerais, Engenheiro Euvaldo Lodi, — sem dúvida um dos maiores brasileiros contemporâneos, por sua cultura e capacidade realizadora, — sendo merecedor de tôdas as homenagens das classes produtoras, de que era lídimo representante.

A Sociedade Nacional de Agricultura, da qual o Engenheiro Euvaldo Lodi era associado e membro do Conselho Superior, associou-se às justas homenagens que lhe foram prestadas, tendo manifestado o seu pezar à família do extinto e à Confederação Nacional da Indústria, da qual foi êle fundador e presidente.

DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu o Sr. Euvaldo Lodi, filho de Luiz Lodi e de D. Annunciata Lodi, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas, aos 9 de março de 1896.

Era casado com D. Alvarina de Oliveira Lodi.

Fêz seus estudos primários nos grupos escolares de Belo Horizonte, aí matriculando-se no "Ginásio Mineiro", onde cursou os preparatórios, findos os quais, ingressou na Escolas de Minas de Ouro Preto, conquistando através de brilhantes estudos o grau de engenheiro civil e de minas, em 1920.

Como profissional, realizou trabalhos em estradas de ferro, em mineração de carvão e etc.

Dedicando-se à indústria siderúrgica, carreira em que foi notável especialista, o Dr. Euvaldo Lodi, fundou e foi um dos proprietários da Usina Siderúrgica "Gorceix", no município de Caeté (E. de Minas); foi presidente da Cia. Ferro Brasileiro, com sede em Belo Horizonte e diretor da Sociedade Siderúrgica Ltda.

Era membro das seguintes associações: Clube de Engenharia do Brasil, da Sociedade Mineira de Engenheiros; Federação das Indústrias, de Minas Gerais; Confederação Industrial do Brasil, da qual foi vice-presidente (1934); Associação Comercial de Minas; Associação Comercial do Rio de Janeiro, e do Sindicato dos Industriais de Ferro de Minas Gerais.

Fêz parte do Conselho Nacional de Tarifas Ferroviarias e do Conselho Nacional de Similares (junto ao Ministério da Fazenda), como representante da indústria e do comércio.

Tomou parte na comissão dirigida por Gonzaga de Campos, pela Comissão Nacional de Siderurgia, em 1923, que estudou as ocorrências de carvão, minério de ferro e manganês, nos Estados de Santa Catarina e Paraná, por ocasião do estudo do problema siderurgico nacional, para o fim de verificar da conveniência e possibilidade de instalação de uma grande usina no sul do país.

Homem de fina educação e portador de vasta cultura, escreveu, com assiduidade, em "O Imparcial" (Rio de Janeiro) durante os anos de 1924 e 1925, publicando artigos ágeis e lapidares sôbre geologia econômica, legislação de minas, estradas de ferro, tarifas aduaneiras e problemas industriais e agrícolas.

Escolhido delegado-eleitor pelo Sindicato dos Industriais de Ferro de Minas Gerais, a Convenção dos Sindicatos patronais reunida no Rio de Janeiro em julho de 1933, foi por essa convenção eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, dentro da qual, com um dos seus mais brilhantes membros, foi um legítimo defensor de sua classe e um dos mais esforçados parlamentares, tendo sido o seu nome sufragado pelos seus pares para "leader" de sua bancada e, também, para compor a "Comissão dos 26", encarregada de organizar o ante-projeto constitucional.

Foi nessa casa legislativa designado relator do Capítulo da "Ordem Econômica e Social" e mais tarde, cumulativamente, dos Capítulos "Família" e "Educação e Cultura".

Da tribuna parlamentar, em discursos substanciosos e eruditos, tratou dos assuntos referentes à legislação de minas, águas, energia hidráulica, leis sociais, amparo à produção nacional, etc.

Criou ainda outras organizações, entre as quais a Companhia Industrial de Ferro e a Eletrometal S. A.. Foi Presidente da Cia. Carbonifera Metropolitana, que fêz doação à Companhia Siderúrgica Nacional de cêrca de dez mil hectares de sub-solo carbonífero.

Desde 1938, até dois anos passados, foi Presidente do Centro Industrial e da Confederação Nacional da Indústria.

De 1935 a 1937, foi deputado, tendo ocupado uma das vice-presidências da Câmara. Em 1946, reeleito, retornou à Câmara dos Deputados sob a legenda do PSD mineiro, tendo nesse período continuado a desenvolver a sua notável atividade em favor da solução dos principais problemas, não apenas nos setores relacionados com a indústria e comércio, como nos setores vinculados à ordem social, com implicações diretas no campo da assistência e da previdência social.

(Conclusão da pág. 33)

desejando-lhe sucesso na sua profissão e agradeceu a colaboração de todos.

E, para constar, foi lavrada a presente ata que vai, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da mesa que presidiu a sessão.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1955. *Luiz Marques Poliano* — Secretário Geral; *Adamastor Lima* — Presidente.

O ALGODÃO

O algodão foi uma das primeiras plantas cultivadas pelo homem e já era conhecida no Egito no tempo do cativeiro dos hebreus. Na América, Colombo o encontrou cultivado pelos indigenas, 1492. As principais variedades cultivadas pelos primeiros colonizadores do Brasil eram: o "Creoulo" ou "Quebradinho", o "Rim de Boi" e o "Mocó". O Brasil figura hoje entre os maiores produtores de algodão do mundo. Em 1944, sòmente o Estado de S. Paulo produziu cerca de 500.000 toneladas de algodão em pluma. Continuará nosso país, ainda por muitos anos, a tê-lo como um dos produtos de maior valor econômico em sua balança comercial.

BOTANICA — Pertence à familia das malvaceas, gênero "Gossypium". O número de espécies é muito grande, classificando-se em dois grupos: os arbóreos e os herbáceos.

SÓLO — Apezar de um tanto exigente, adapta-se o algodão a diferentes tipos de sólo, desde que não seja inundável, pedregoso, com sub-sólo impermeavel. O algodoeiro, contudo, tem no sólo areno-argiloso o tipo mais aconselhável, desde que seja fértil e não muito úmido. O sólo deve ser profundo, de consistência média, mais ou menos plano. O algodão é uma planta que requer chuvas descontinuas, rápidas e copiosas, entremeadas com muita luz. A quantidade de chuvas deve ser maior nos três primeiros meses de vegetação. No Brasil seu cultivo abrange grande parte do território, excluidos apenas os Estados sulinos.

VARIEDADES — Entre as conhecidas podemos citar o "Mocó" o "Texas", o "H 105", o "Piratininga", bem como outras mais recentes, como o "I.A. 7470".

PREPARO DO TERRENO — O preparo do terreno vale quase por uma adubação, segundo a opinião de alguns. Compreende geralmente a derrubada, a roçada, a queima, o encoivaramento, o destocamento. Depois dessas operações seguem-se a aradura, o gradeamento e o nivelamento.

SEMENTES — A aquisição de sementes puras e expurgadas é facilitada pelo Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura e pelas Secretarias de Agricultura Estaduais. O trabalho de seleção é feito nas Estações Experimentais.

PLANTIO — Os sulcos feitos com semeadeira devem ser rasos e transversais em relação à declividade do terreno. Para pequenos tratos de terra é preferível o plantio em cóvas feitas com enxada, a uma profundidade de 4 cm. A quantidade de sementes para um alqueire (48.400 m2) é de cerca de 70 quilos, para semeadura feita a mão. Com semeadeiras mecânicas gastam-se de 120 a 150 quilos. Não é aconselhável o cultivo consorciado do milho, feijão, etc. com o algodão.

ÉPOCA DE PLANTIO — É muito variável, de acôrdo com o Estado da Federação, de Outubro a Novembro, em S. Paulo, de Outubro a Dezembro em Minas e de Maio a Setembro nos Estados do Norte.

CUIDADOS CULTURAIS — O desbaste é uma operação importante nos algodoais de semeadura mecânica. As capinas são muito necessárias pois o algodoeiro é uma planta demasiado sensivel à invasão das hervas daninhas. Em geral são feitas quatro capinas. Em certas regiões quentes é feita a irrigação. O plantio em curvas de nivel é aconselhável como prática protetora contra a erosão e, nos terrenos levemente inclinados, devem ser estabelecidos os cordões com a distância de 50 metros entre si.

MOLÉSTIAS E PRAGAS — As principais pragas do algodoeiro são: a bróca, a lagarta rosada, o curuquerê, o manchador, a saúva, o cupim e o pulgão. Dentre as moléstias podemos citar a antracnose, a murcha e a mancha angular. A lagarta rosada é classificada como um dos seus maiores agentes de destruição conhecidos, atacando as maçãs do algodoeiro. Deve ser combatida pela destruição dos destroços e restos do algodoeiro e como preventivo, faz-se o expurgo das sementes pelo sulfureto de carbono. O curuquerê é a praga mais comum no Brasil e o combate é feito por meio de inseticidas, por aspersão.

COLHEITA E RENDIMENTO — Apezar dos aperfeiçoamentos existentes na maquinária agricola, a colheita do algodão ainda deve ser feita a mão, o que não dispensa certa técnica e pericia por parte dos apanhadores. Quanto ao rendimento no Brasil, para as variedades herbáceas ou americanas, nas bôas colheitas, é de 1.200 a 1.500 quilos por hectare, chegando, às vezes, a 2.000 quilos; quanto às arbóreas, de modo geral, o rendimento chega 700 ou 800 quilos, por hectare.

ADUBAÇÃO — No cultivo do algodoeiro podem ser aplicados dois tipos de adubação a orgânica e a química. O algodoeiro é uma planta exigente, sendo o azôto considerado como seu elemento nutritivo mais significativo. Em sua forma nitrica o Salitre do Chile é ràpidamente assimilável, oferecendo ainda a vantagem de favorecer a assimilação dos fosfatos dificilmente solúveis e concorrer também, até certo ponto, para neutralizar a acidêz do sólo, sendo pois, o adubo quimico indicado. A experiência tem demonstrado que no cultivo do algodoeiro a matéria orgânica é de notável importância, podendo os adubos orgânicos ser aplicados ao sólo, seja sob forma sêca, decomposta ou verde. A maioria das terras de cultivo do algodoeiro é pobre em matéria orgânica, sendo essa falta agravada pelos métodos de cultivo um tanto rotineiros que ainda se empregam em multos lugares. A incorporação de matéria orgânica à adubação química é, sem dúvida, indispensável.

ADUBAÇÃO QUÍMICA — Julga-se como bôa colheita média aquela que fornece cerca de 350 quilos de algodão limpo por hectare, sendo o consumo de elementos nutritivos calculado aproximadamente em 150 quilos de azôto, 100 quilos de ácido fosfórico e 160 quilos de potassa.

O 59.º Aniversário da S. N. A.

Na reunião da C.R.B., de 19 de Janeiro, o Sr. Iris Meinberg, presidente da entidade, pronunciou as seguintes palavras:

"Quero comunicar à Casa que no dia 16 pp. a nossa Sociedade Nacional de Agricultura comemorou seu 59.º aniversário de atividades de serviços prestados à agricultura brasileira.

Já tivemos oportunidade de remeter um telegrama de congratulações àquela entidade. Entretanto, trago o fato ao conhecimento da Casa, para que conste da ata dos nossos trabalhos a passagem dessa efeméride, de vez que a Sociedade Nacional de Agricultura foi, no movimento ruralista, a pioneira, desenvolvendo intenso trabalho, pelos seus líderes, para a elaboração da legislação que hoje ordena a vida das associações rurais do país. Daí a satisfação que temos em poder inscrever na ata dos nossos trabalhos a passagem dêste aniversário que significa para a SNA e para a agricultura nacional uma etapa a mais vencida em serviços e realizações para o Brasil."

Tambem o Sr. Agostinho Monteiro, Diretor Tesoureiro da C.R.B., assim se expressou:

"Sr. Presidente, no que se relaciona à Sociedade Nacional de Agricultura, peço permissão para um adendo à proposta de V. Excia.. A Sociedade Nacional de Agricultura é um marco tão importante na vida agrícola dêste País que nesta oportunidade não nos podemos limitar a um telegrama ou a um simples registro em ata. Sugeriria, pois, que os membros da Diretoria da Confederação visitassem a Diretoria da Sociedade, levando-lhe o nosso aplauso, a nossa solidariedade. Ela teve seus momentos de depressão mas só o fato de chegar até aqui, o que bem demonstra a sua resistência, e possibilitar a organização da Confederação, faz com que tenhamos por essa sociedade uma estima e um carinho que tôdas as manifestações de afeto que possamos ter são poucas.

Era o que tinha a dizer." (Muito bem).

TELEGRAMAS RECEBIDOS

Serviço de Informação Agrícola:

Satisfação transmitir cumprimentos efusivos transcurso 59.º aniversário fundação essa sociedade que tão gran-

Continua na pág. 60)

O CUSTO DA VIDA E A ORGANIZAÇÃO DOS EMPREGADOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os que acompanham a história econômica do mundo, sabem que a Grande Guerra não é a única responsável pela alta excessiva de tôdas as utilidades indispensáveis ao homem: trata-se, quando muito, de uma crise que se agravou, cujas origens são antigas, objéto como tem sido o assunto, de longa data, das cogitações dos economistas.

A elevação dos preços manifestou-se mais profundamente na segunda metade do século XIX. No fim dêsse século e no comêço do XX, assume, o movimento de alta, sintomas impressionantes, principalmente entre 1895-1905, e mais tarde a partir de 1908.

Na Europa, muito antes da 1.ª Grande Guerra, tentativas haviam sido feitas pelas municipalidades para fundar leiterias, açougues, etc., travando-se luta contra o aumento cada vez maior dos preços. É assim que surgiram as sociedades cooperativas, as ligas de consumidores, as "régies", as cozinhas populares, etc.

Podem ser agrupadas em três ordens, as causas principais da alta dos preços: econômica, demográfica e política.

Dentre as causas econômicas, uma das principais será o desenvolvimento peculiar às sociedades modernas, principalmente ao regime industrial, nuns países mais do que em outros, **determinando o êxodo rural, por conseguinte a deserção do trabalho agrícola.**

A formação capitalística da Sociedade hodierna tem tido repercussão sensivel nos preços; assim, por exemplo, os "trusts" e os "cartéis" tem provocado, por vezes, lutas entre produtores e consumidores.

Outra causa à qual os economistas atribuem importância notável é a da abundância ou escassês de ouro. Isto quer dizer que, quando há abundância de ouro os preços se elevam. Acontece que o poder aquisitivo da moeda diminui, os juros e as rendas baixam de valor: tudo se torna ou parece tornar-se mais caro. Nêsse caso, a situação se mostra torturante para os que possuem rendas fixas: capitalistas ou funcionários, operários e empregados, cujos salários e rendas aumentam lentamente.

Não viria a pêlo discutir o assunto por êsse aspecto; os economistas muito se têm preocupado com a depreciação resultante da superabundância de ouro no mundo.

Países há onde se tem verificado pletora de habitantes nas cidades; outros, em que o coeficiente de natalidade, sendo elevado, tem aumentado sensivelmente a população; concorrendo essas causas para a alta de preço das mercadorias.

É bem verdade, se a lei de Malthus não teve confirmação até hoje, com rigor previsto pelo seu criador, não é menos certo que, em condições particulares, pode o aumento da população determinar a carestia da vida.

Politicamente, acontecimentos vários, num dado país, influem sôbre os preços: gastos imoderados, da administração, com o lançamento constante de novos impostos ou agravação dos antigos; deslocamento da população para obras improdutivas; desvalorização da moeda circulante, etc..

Nos nossos dias, a Grande Guerra constitui uma exemplificação dolorosa; concluída a paz, conturbado permanece o mundo, ainda se fazendo sentir seus dolorosos efeitos.

Não foram apenas as fontes de produção que ficaram perturbadas com a Grande Guerra; principalmente a circulação se alterou e, em vista da interdependência dos fenômenos econômicos nos nossos dias, êsse estado de coisas tem ocasionado desbragada especulação mercantil em diferentes países.

Outro aspecto do momento, que está preocupando os financistas de todo o mundo, é a "crise monetária" e, consequentemente, a "questão cambial", cujas oscilações não se acham suficientemente documentadas.

É atribuida, pelo menos essa é a opinião da maioria, à larga emissão de papel-moeda, recurso de que se serviram vários países para suprir o meio circulante, com o desaparecimento dos metais, em particular ouro e prata.

Pode-se dizer, no entanto, que quase tôdas as nações se socorrem dêsse expediente; possivelmente, umas mais do que outras, refletindo-se na situação cambial. Preciso se torna ter em vista a situação interna de cada país, mormente a aplicação dada às emissões de papel-moeda. Assim, por exemplo, o desequilíbrio da balança comercial, pode, para um dado país, ter efe- to acentuadamente nocivo sôbr o câmbio; como também as de pesas imoderadas, desequilibrai do os orçamentos, com a inve são de capitais em obras nã sempre reprodutivas, ou quand o sejam, muito tardiamente, de vendo preferir-se melhor opor tunidade para semelhantes gas tos.

A intolerância do regime fis cal é um outro ponto a se s lientar. Sabe-se que, depois d Grande Guerra, houve um agravação geral de impostos e todo o mundo, cuja incidênci nem sempre se fez com pond ração.

O impôsto indireto ainda é mais geralmente preferido; em bora preconizado o impôsto sô bre lucros comerciais e rend pessoais, alegando-se atingir todos, não tem êle correspon dido à expectativa, pelo men em alguns países.

Em síntese, são essas as cau sas das dificuldades e misério que afligem a humanidade. Nã poderíamos indicar aqui, tôda as medidas aconselháveis par debelar o mal que, no Bras também se tem feito sentir, ap sar dos seus abundantes recur sos de produção.

No dizer de Georges Renar "o mal sendo quase universal, e remédios precisam ser intern cionais". Isso não importa des cuidar-se cada país da sua s tuação interna, aumentando produção e procurando regul rizar o consumo. A bôa orde nas finanças públicas é um das medidas mais aconselhávei como a diminuição dos imposto refletindo-se sôbre o consumi dor. Segundo o Deputado Bar the, na Inglaterra, tem-se 67 de impostos diretos e 32% sôbr o consumo; na França, 37% d impostos e 63% sôbre o con sumo.

O ambicionado estado de equi librio para ser alcançado está exigir trabalho perseverant espírito de continuidade e pa durável.

Como se formam os preços Sob que influência se elevam São perguntas da maior impor tância, que os economistas at hoje se tem esforçando por res ponder, tal o papel que desem penham o preço na vida diária

Diz-se, em economia, que

preço é o valor da permuta de suas mercadorias, uma das quais é a moeda; ou, em outros têrmos, é a relação entre certas quantidades de moéda e a quantidade da mercadoria considerada suscetível de ser obtida em permuta.

Até Stuart Mill, a resposta clássica no caso, era de que o preço de cada mercadoria varia na razão direta da procura e inversa da oferta, sendo regulado, por conseguinte, pela relação entre a oferta e a procura.

Nos nossos dias, essa fórmula já não pode ser aceita; as formações dos preços são de tal ordem que não nos é dado prever, pràticamente, as suas formas e conseqüências.

Na opinião de J. Moret "o equilíbrio geral; o preço, a oferta e a procura duma mercadoria não se acham apenas ligados estreitamente, mas dependem de todos os fatores do equilíbrio do mercado". Ainda na opinião dêsse economista, "a inflação da circulação fiduciária representa antes a conseqüência do que a causa da alta dos preços, acarretando essa alta, modificação na repartição das mercadorias em detrimento da coletividade.

Últimamente, notáveis economistas, dentre êles Bouniatian, Aftalion e outros, devido à formidável destruição de riquezas em conseqüência da guerra, têm procurado explicar a formação dos preços e sua influência na distribuição das riquezas.

É crença geral que tôda a economia política hoje, mais do que nunca, deve constituir objeto de sérias preocupações; novos fenómemenos se tendo apresentado e outros se declarado em formas novas, ignorando-se como se estabilisará, no futuro, a vida das nações, mais do que nunca segregadas, cada qual procurando tomar medidas de defesa própria na ordem econômica — quando tudo nos diz que os fenômenos econômicos se internacionalizam por uma interdependência dia a dia mais acentuada.

Certamente, a questão dos mercados é daquelas dignas de melhor exame por parte de todos os países, dependendo do seu conhecimento, no interior e exterior, saber-se os diferentes graus de venda dos produtos, isolada e coletivamente.

Produzir ou dispor de elementos capazes de permitir a produção, não é suficiente; esforços precisam ser conjugados para "reproduzir e vender" em bôas condições, conseguindo preços médios para a produção.

Hoje, para combater-se as crises agrícolas, não podem as medidas revestir-se de caráter particularista; porquanto, complexas como são essas crises, exigem no geral um conjunto de providências, muitas delas se prendendo a questões de economia rural. Devido a isso, o exame do mecanismo dos mercados, não é bastante; tornam-se precisas investigações de outra natureza: — agronômicas, biológicas, físicas, estatísticas e econômicas, das quais só homens experimentados se poderão ocupar, exigindo um conhecimento muito exato dos métodos agrícolas de cada país.

No caso, por exemplo, de procurar-se saber o que convém produzir, impõe-se o estudo das variedades de plantas; das qualidades e quantidades de produtos solicitados pelos mercados; da história e geografia da produção e sua distribuição, interpretando-se as tendências da produção agrícola com as oscilações de preços, da taxação incidindo sôbre a produção e distribuição dos produtos agrícolas; enfim, o conhecimento de uma série de informações bem apuradas, podendo alicerçar-se a produção em bases seguras e racionais.

Nos dias que correm, a produção é considerada um dever, como também será o de permitir fazer com que os produtos cheguem ao consumidor pelo menor preço possível; a colheita, conservação e distribuição dos produtos agrícolas, obedecem, na atualidade a conhecimentos técnicos e econômicos tão aperfeiçoados, como os da própria produção.

O estudo das condições dos mercados; as investigações que facilitem uma produção abundante e a preços módicos; no momento por que atravessa o Brasil aconselha deva constituir programa social e econômico da mais alta significação para as vidas dos povos. Nêste particular, muito temos a organizar para atender às condições peculiares ao abastecimento de nossas populações.

★

I — Faz-se mistér que o Ministério da Agricultura, como as Secretarias de Agricultura, com a colaboração das entidades de classe representativas, procedam a investigações periódicas dos custos de produção ágro-pecuárias e divulguem com oportunidade as cotações nos principais mercados do país e do estrangeiro que interessem à cla se agrícola.

II — É urgente a execução d plano nacional de silos, arm zens e frigoríficos com o nece sário equipamento técnico, n principais centros produtores consumidores, sendo dado no mesmos acesso preferencial ao legítimos produtores rurais ou suas entidades de classe, leg mente constituídas.

III — Para a formação Cinturão Verde, até cem quil metros de perímetro das cap tais mais populosas do país, de ve ser recomendável o loteamen to rural e a formação de nov sítios e granjas pelo Poder Pú blico ou pela iniciativa part cular solicitando-se crédito agr cola a longo prazo, a juros má ximos de 4%.

IV — O crédito agrícola per soal ao agricultor e criador de ser descentralizado e coloca junto ao produtor rural, fazen do-se isto por intermédio d associações rurais e suas coop rativas, que deverão ser mixt de preferência.

(Conclusão da pág. 9)

co, na maioria dos casos, eco nomia de construção.

Dever-se-á considerar, en tretanto, que as despesas co estudos, planejamentos e pr jetos realizados por arquit tos competentes, são inferi res às resultantes do desp dício em material, espa útil e mão de obra, nas con truções planejadas pelos pr prios donos ou pelos "mestr de obras".

Sugerimos às Associaçõ Rurais campanha no sentid de melhorar a casa de se ao construi-las ou reform las.

REPOVOAMENTO DE BEIJ FLOR, NOVA CAMPANHA D SEABRA CLUBE

Muito simpática e oport na a campanha lançada Seabra s Clube, visando povoar de beija-flor, o de Janeiro.

Augusto Ruski exultou, com o desenvolvimento campanha, que é anima pelos Diários Associados, contrará sem dúvida, um n vo estímulo aos seus estud referentes aos mimosos co bris, que talvez venham a gurar no ex-libris do Con lho Nacional de Proteção Natureza.

É a nossa sugestão.

SEIS FAZENDEIROS BRASILEIROS VISITARAM OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANCELINO BASTOS FRANÇA

I — *Introdução*

Após uma viagem de estudos com a duração de 8 semanas pelo interior dos Estados Unidos da América, observamos que 60% de sua área total é constituída de terras de cultivo Entre as mais importantes colheitas americanas, encontram-se o milho, o trigo, algodão, frutas cítricas e o fumo. Os rebanhos e seus produtos representam mais da metade do rendimento total das fazendas.

Há aproximadamente 6 milhões de fazendas com tamanho médio de 78 hectares e cêrca de 28 milhões de pessoas vivem na zona rural, ou seja, um quinto da população total. E é admirável o fato de 75% das famílias que vivem da agricultura, serem proprietárias das terras que amanham.

Em virtude dos resultados alcançados pela pesquisa, pela mecanização da agricultura, pelos métodos de conservação do solo, pela assistência contínua ao agricultor através dos seus órgãos de classe, as colheitas de milho, trigo, algodão, crescem ano a ano, criando problemas seríssimos de super-produção

A topografia aliada à fertilidade do solo, os recursos naturais e a educação, que é o primeiro direito, e essencial, que todo o norte americano exige para si e para os outros, contribuíram decisivamente, ao nosso vêr, para este notável desenvolvimento agrícola, desde os primeiros dias de sua história.

Da grande massa do povo, alguns emergem, tornando-se líderes, no govêrno, na ciência, nas artes, nos negócios e na agricultura.

Mas, nos parece, que, o maior fator para o desenvolvimento agrícola — dos U. S. A. — e seu significado comum para o homem comum — é a oportunidade que lhe é dada para viver sua vida plenamente e contribuir com seu trabalho para a comunidade em que vive.

Esta é a tradição viva do povo norte-americano, que nos foi dado observar nesta pequena permanência naquele país.

II — *Ensino — Pesquisa — Extensão*

Em Washington e principalmente em Indiana, na Universidade de Purdue, tivemos a oportunidade de estudar como surgiram e funcionam o Ensino Agrícola, a Pesquisa e a Extensão.

Estes três serviços, nos U. S. A., atendendo às necessidades prementes do agricultor americano da época, surgiram, por fôrça de lei do Congresso.

Foi em 1862, quando ainda era incipiente a agricultura americana, que o presidente Lincoln aprovou a lei Morrill que determinava a doação de 30.000 acres de boas terras aos Estados para uso ou venda mas sempre destinados exclusivamente ao estabelecimento de colégios de agricultura. Surgiram, assim, os Land Grant College e, com êles, o ensino agrícola. Parece-nos que êste foi o primeiro passo para o desenvolvimento e organização da agricultura americana.

A medida que a densidade populacional dos Estados Unidos crescia, à medida também que cresciam os mercados, evidenciava-se, mais e mais, a necessidade de estabelecer-se uma agricultura racional em moldes científicos que produzisse mais e melhor.

Foi em 1887 que a lei Hatch permitiu a criação de estações experimentais sob a administração dos Land College.

Surgiu então a pesquisa exigida para uma agricultura racional.

O desenvolvimento dos Land College, foi sem dúvida alguma, facilitado pelo fato de o Ensino e Pesquisa estarem sob uma administração única, pois, inicialmente, em virtude da falta de material humano, o próprio professor que administrava o ensino agrícola era o pesquisador ou vice-versa o pesquisador era também o professor.

Dentro dêste clima, armou-se um ambiente de boa vontade e colaboração entre professores, pesquisadores e alunos.

Faltava entretanto um elemento que traduzisse ao agricultor o sentido e o resultado

das pesquisas. Seria inócuo pesquisar, se tais pesquisas não alcançassem o terreno prático

Foi em 1914, enfim, aprovada a *lei Adams* que determinava a criação do serviço de extensão agrícola, também sob a administração dos Land College.

Em síntese, eis a história de como surgiram os Land-College — célula mater da agricultura americana.

Extensão

Na Universidade de Purdue em contato com as autoridades daquele estabelecimento nos foi detalhadamente relatado, sôbre a organização do serviço de extensão. Ficamos cientes da organização de seus escritórios pelos diversos Estados americanos e de seu trabalho em perfeita colaboração com a agente doméstica. Em todos os estados e em quase todos os municípios, tivemos oportunidade de entrar em contato com o próprio agente municipal, e com êle à medida que nos transportávamos para visitas a fazendeiros locais, nos puséssemos a par de como funcionava um escritório de extensão. Tivemos ciência de como juntamente com a família do agricultor e com a colaboração da agente doméstica planejam a exploração e melhoramento de uma propriedade agrícola.

Farto material de informação, através dos ditos escritórios, põe os fazendeiros a par das mais recentes descobertas no campo da pesquisa agrícola. É notável observar a influência do serviço de extensão na educação da mocidade americana, através do clube dos 4H e dos futuros fazendeiros da América.

Em Indiana tivemos ocasião de testemunhar o resultado desta influência numa esplêndida exibição do clube 4H.

É importante ainda assinalar a estreita colaboração existente entre êste serviço e as associações de classe como o Farmer Bureau, Farmer Union e Granjes.

Parece-nos, enfim, ser o serviço de extensão um elemento precioso no desenvolvimento da agricultura americana.

Pesquisa

A pesquisa nos Estados Unidos, é quase sempre realizada objetivando fins econômicos, sendo altamente especializada, conta com um técnico pesquisador para cada objetivo.

Realizam-se as pesquisas no campo da agricultura e pecuária, ora buscando através da genética e melhoramentos de produtos por exigência da indústria ou dos mercados, ora procurando conseguir variedades adaptáveis a determinadas regiões com maior rendimento e maior rusticidade ou resistência a determinadas doenças, ora enfim criando através cruzamento entre raças, novos tipos de gado leiteiro adaptáveis às condições dos trópicos ou simplesmente selecionando os tipos já existentes e experimentando os diversos racionamentos equilibrado e adequado.

As pesquisas nos Lands College, funcionam em perfeita harmonia com o ensino e extensão.

Tivemos ocasião de observar trabalhos de pesquisas na Georgia, pela Estação Experimental da Georgia e em Indiana na Universidade de Purdue, em Bettsville pelo centr de pesquisas agrícolas do Departamento d Agricultura, e em Springfield pela Eastern Farmers de iniciativa particular.

A pesquisa nos U. S. A., tem elevado enormemente o nível de rendimento de diversas culturas, como é o caso do milho — pela introdução do milho híbrido — e d diversas variedades de fumo, algodão e trigo

Na Georgia tivemos ocasião de observa pesquisas sôbre algodão, fumo, amendoim também, milho e adubação.

Em Bettsville — sôbre cruzamentos de gado Jersey e Red Shinde a fim de alcança um gado leiteiro ideal para as zonas ma quentes; também em Bettsville vimos expe riências sôbre milho, soja, frutas e herbicida

Em Purdue — vão adiantadas as expe riências sôbre pastagens artificial e alimen tação de gado de corte.

A Universidade de Purdue é reconhec damente notável pela sua produção de milh híbrido.

Nesta Universidade visitamos seus labo ratórios que são amplos e bem equipados sem serem luxuosos e também todos seus expe rimentos de campo.

Ensino

O ensino agrícola nos Land College feito num período de 4 anos. Os dois prime ros são fundamentais e os dois últimos sã dedicados à especialização.

Os Land College mantêm cursos rápido de verão.

Salientamos, muito embora não seja m nistrado pelos Land College, a importânci do ensino "vocacional da agricultura".

III — *Organização da Vida Rural America*

Sôbre a vida rural americana, no qu diz respeito às suas associações de classe com os Granjes, Farm Bureau e Farm Union qu tanta atenção nos despertaram, mesmo an tes de chegarmos aos U. S. A., podemos con fessar que fomos surpreendidos com sua ex tensão no auxílio que é prestado ao agri cultor.

Em Washington mantivemos nosso pri meiro contato com essas organizações, ond tivemos a oportunidade de conhecer de um forma geral os princípios de cada uma dela

Com o decorrer da viagem, na execuçã de um programa pré-estabelecido, tivem oportunidade de sentir a ação dessas org nizações até à família do agricultor, dent de uma área onde cada uma delas exer maior ou menor influência do que a outr

Apreciamos sobremaneira o auxílio qu prestam estas organizações indiretamente pesquisas desenvolvidas pelos Land Gra Colleges, com determinações específicas sôbr algum produto agrícola de interêsse ger em favor do agricultor e conseqüentemen da produção.

Visitamos o Estado de Ohio, onde man vemos contato direto com o agricultor f iliado aos Ganjes e onde participamos de um reunião regulamentar daquela organizaç na localidade de Ashiville.

Em Indiana, tivemos a oportunidade d conhecer de perto o trabalho do homem

liado ao Farm Bureau e a assistência de que o mesmo dispõe, por intermédio de sua organização de classe.

Em North Dakota, enfim, chegamos até o agricultor filiado ao Farm Union e conhecemos esta organização em todos os seus detalhes.

Do primeiro contato em Washington com estas organizações, ficamos em expectativa quanto à possibilidade de funcionarem normalmente as tres organizações que tinham um único fim, trabalhar em favor do agricultor, para uma melhor produção e uma melhor vida para aqueles que trabalham na agricultura.

Naturalmente com o decorrer de nossas visitas, ficamos convencidos de que o objetivo estava sendo alcançado e tivemos uma boa impressão do sistema de cooperação que usam essas organizações para alcançarem o fim almejado.

Eastern State Farms

Uma organização tôda peculiar do leste americano visitada por nós, foi o Eastern State Farms, em Springfield, e que nos impressionou muito bem.

Esta organização compreende agricultores de todas as categorias e especialidades. Mantem serviços de pesquisas e experimentações, além das atividades na venda de sementes e materiais necessários à agricultura daquela região. Observamos que a sua assistência vem sendo aceita e prestigiada pelos agricultores.

Federação Internacional dos Agricultores

Ao tomarmos conhecimento da existência desta organização e ouvidos a respeito de sua finalidade e prestígio, que desfruta desde a sua existência em 1946, providenciamos de imediato uma recomendação ao nosso órgão máximo da agricultura brasileira, Confederação, a conveniência de filiar-se a esta organização internacional.

Clube 4 H

O clube 4 H, fundado neste país em 1910, vem prestando serviços inestimáveis, não só à agricultura, como a toda coletividade norte-americana. Progrediu de tal forma que hoje se encontra espalhado por todo o território americano.

A função dos 4 H na educação da juventude norte-americana é reconhecida e prestigiada, não sòmente pela agricultura, mas tambem pela industria, comercio, e demais setores da atividade deste país.

O nome dos 4 H, já se projetou para fora das fronteiras americanas e tem sido usado como modêlo a outras instituições em diversos outros países.

Mesmo no Brasil, no Estado de Minas Gerais, já funcionam alguns Clubes 4 H, com as mesmas finalidades.

Para o jovem de mais de 20 anos, o fato de ter frequentado o clube 4 H, representa valiosa recomendação para a carreira que êle abraçar.

Tivemos oportunidade de assistir à inauguração da Feira dos 4 H, em Indianópolis, e foi para nós um espetáculo inédito. Presenciamos as competições dos garotos, cada qual exibindo um magnífico exemplar do seu tipo preferido de gado, de porcos, de carneiros, etc. Sentimos de perto o entusiasmo com que os jovens são tomados por seu trabalho, às vêzes de longo tempo, e o orgulho que todos tem de possuir os troféus e prêmios que lhes são conferidos, justificando ou premiando um ótimo trabalho.

Em Purdue, tivemos a oportunidade de verificar, como são levados para o campo os serviços dêste clube. Vimos o papel preponderante do agente municipal, persuadindo a criança e explicando aos pais as vantagens que teriam seus filhos, ingressando nas fileiras dos 4 H. Ensinando, em colaboração com os componentes dos clubes, àquele menino, a ser um bom cidadão e um ótimo agricultor, dispondo para isso de todos os elementos necessarios.

Notamos ainda que grande número dos atuais agricultores americanos receberam os seus primeiros ensinamentos no clube 4 H. E estamos absolutamente certos que a agricultura norte-americana sòmente atingiu o seu atual apogeu, graças aos esforços que, desde 1910, vem sendo, admiràvelmente, realizada por esta instituição conhecida por 4 H.

Devemos salientar, também, a ação dos lideres voluntários que emprestam o seu apoio e colaboração para que àqueles objetivos sejam alcançados.

Regressamos ao Brasil trazendo farto material sôbre as atividades, organização e vida deste clube, e cada um dos componentes

dêste grupo excursionista traz consigo a disposição de dispender o máximo de seus esforços para que, no Brasil, os quatro S possam chegar a prestar à nossa agricultura os mesmos grandes serviços que os 4 H prestam à agricultura norte-americana.

Cooperativas

Com o objetivo de melhor vender os seus produtos, e sabendo que dos preços que o consumidor paga pelos produtos agrícolas, apenas 48% é recebido pelo agricultor; e que nas suas compras o mesmo sucede em sentido inverso, vem sendo tentado a quase um século, pelos gricultores americanos, se congregarem em cooperativas, de compra ou de venda. Com o objetivo de se compensarem melhor pelo seu trabalho, e ao mesmo tempo conseguirem uma estabilidade para o preço de suas mercadorias.

Durante a grave depressão econômica de 1929, quando os excessos de produto e as quedas de preços atingiram o climax, surgiram neste país as grandes cooperativas, como meio capaz de aliviarem aquela situação.

Durante esta nossa rápida viagem através dêste país, tivemos a oportunidade de visitar algumas destas grandes organizações, tais como: Producer Cooperative Livestock Association, em Columbus, Ohio. Foi nesta grande praça de negócios de gado. que tivemos a oportunidade de presenciar uma organização completamente nova para nós.

A cooperativa recebe o gado dos agricultores, e os vende em leilões pelos maiores preços possíveis. Dispondo de uma organização muito bem elaborada, oferece aos agricultores tôdas as instalações necessárias para o normal desenvolvimento do negócio.

Assistimos a realização de um leilão de gado e verificamos detalhadamente suas dependências. Devemos ressaltar que cumprem perfeitamente suas necessidades.

Esta organização está disseminada por várias regiões do Estado de Ohio e mesmo nos Estados vizinhos, tendo um mercado em cada centro, oferece aos agricultores filiados amplas garantias para um negócio seguro e direto entre o agricultor e o industrial.

O seu progresso tem sido vertiginoso e cremos nós que dentro de pouco tempo essas cooperativas controlarão para os agricultores o comércio do gado nos Estados Unidos.

Outra semelhante tivemos a oportunidade de visitar, tanto em Indianópolis como em Chicago, a grande praça de gado de National Livestock Producers Association, impressionante pelo seu volume de negócio, cujas finalidades assemalham-se às de Ohio e Indianópolis.

Também esta modalidade de negócio de gado, consideramos de grande proveito para a agricultura brasileira, e pretendemos demonstrar o que nos foi dado visitar, e explicar o que aprendemos aos agricultores brasileiros de nossas regiões, fazendo-os vêr as conveniências dêstes mercados, e a possibilidade de implantar no Brasil um tipo semelhante, adaptável às nossas condições.

Não sòmente para o gado, mas para a venda de todos os seus produtos, e também para a compra de tudo que necessita, dispõe o agricultor norte-americana, de giganteseas cooperativas como a que pudemos observar em Indianópolis, Farm Bureau Cooperative.

Recebe a Farm Bureau Cooperative, os produtos de seus associados, dispondo de modernissimos silos, de enorme capacidade onde são classificados e cuidadosamente armazenados.

Além disso, dispõe esta organização de quase tudo quanto o agricultor precisa, desde os objetos domésticos até o maior conjunto mecânico, não faltando nem alimento nem sementes.

Além disso há fábricas de rações capazes de atender às necessidades dos associados, poços e refinarias de petroleo para o abastecimento dos seus associados, e, conseqüentemente, a serviço da agricultura norte-americana.

Foram-nos ministrados todos os ensinamentos sôbre esta grande cooperativa, e esclarecidas as dúvidas por uma série de perguntas e respostas.

Logo a seguir, em Jamestown, tivemos contato com os diretores da North Dakota Farmer Union, organizada com os mesmos fins, da Indiana Farmer Bureau Cooperative, e operando na região noroeste americana, oferecendo suas grandes vantagens aos agricultores daquela região. Zona de terras riquissimas e de topografia absolutamente plana, os agricultores ali situados usam os grandes armazens terminais para depositarem e venderem suas safras. Recebem da cooperativa tudo quanto um agricultor necessita, até mesmo a eletricidade para o uso doméstico e industrial.

Durante as visitações tivemos a oportunidade de assistir a uma reunião de uma das sessões da North Dakota Farm Union, onde presenciamos os debates, e devemos esclarecer que nesta reunião, nos impressionou a participação da mulher americana, levando o seu ponto de vista, sugerindo medidas e preconizando objetivos.

Nos lisongeou o interêsse demonstrado para intercâmbio comercial, entre North Dakota Farmer Union e Cooperativas do Brasil. Querem os farms Union do North Dakota cooperar não só com a agricultura norte-americana, mas com outros países a fim de estabelecerem uma cooperação internacional de agricultores.

IV — *Sistema de Crédito Agrícola*

O primeiro contato que tivemos com as organizações de crédito dos U. S. A. foi na U. S. U. A., com os técnicos da Farmer Crédit Administration e Farmers Home Administration que orienta o crédito supervisionado em todo o país.

Mais tarde, em Indianópolis, visitamos os escritórios da Farmers Home Administration com jurisdição estadual e também alguns agricultores beneficiados por êste sistema de crédito.

Em Springfield, Mass, Lafayette, Ind. fomos recebidos pelos gerentes do Federal Land Bank que empresta dinheiro ao agricultor ao longo prazo de 20 a 30 anos e juros de 2, 3, 4%, para compra de propriedades, construções rurais, pagamento de débitos e outras despesas da fazenda ou da família e

o Federal Intermediate Credit Bank, que funciona no mesmo prédio, apesar de sua completa inedependência nas transações comerciais.

Esta entidade negocia com os fazendeiros a curto prazo e a juros mais elevados para compra de animais, fertilizantes, alimentos, equipamento agrícola, médico, educação, etc.

Estas organizações de crédito, que atualmente pertencem aos agricultores americanos, iniciaram suas atividades a cêrca de 40 anos, por iniciativa governamental.

Elas possuem distribuídas pelo país 12 agências regionais, assistindo cada agência regional a certo número de estados e supervisionando os escritórios municipais e locais.

Êste é o verdadeiro crédito "capilar" porque se irradia por todos os quadrantes da Nação levando aos interessados os recursos necessários para p r o d u z i r, evitando dêste modo a especulação, de consequência reconhecidamente nefasta para o homem que trabalha a terra.

Tivemos a oportunidade de conhecer também o Production Credit Corporation que é um orgão do govêrno para fiscalização das outras organizações e o Bank for Cooperatives que negocia, ùnicamente, com as instituições dêste gênero. Tôdas estas instituições foram organizadas e estimuladas pelo Govêrno Federal e hoje são dirigidas e de propriedade d o s próprios fazendeiros norte-americanos.

Em Lafayette, Ind., tivemos contato com o senhor Ted Axton, diretor do Comercial Bank, que nos fez uma magnífica esplanação de como êstes bancos particulares operam com os fazendeiros americanos

Cumpre-nos, sôbre êste assunto, salientar dois aspectos que nos chamaram a atenção :

1.º — Os bancos particulares nos U. S. A. emprestam 50% do total do crédito necessário ao agricultor;

2.º — a Farmers Home Administration empresta, apenas, 15% do volume total daquêle crédito.

Ressaltamos a importância do assunto, porque no Brasil o crédito agrícola é feito exclusivamente pelo Govêrno Federal, através da carteira agrícola do Banco do Brasil, enquanto nos U. S. A. os agricultores estão organizados através de *suas* instituições bancárias para o *seu* desenvolvimento econômico.

Os bancos particulares tiveram que ajustar o seu sistema de crédito nos moldes das organizações da classe agrícola, encorajando também o agricultor na luta para a produção melhor e mais barata.

A Farmers Home Administration que é um órgão do Departamento de Agricultura, serve unicamente aos lavradores que não conseguem obter crédito nos bancos comerciais. Production Credit, Federal Land Bank e outras fontes de crédito cooperativo ou privado onde exigem amplas garantias para os empréstimos.

V — *Conclusões e Sugestões*

Diante das observações que tivemos a oportunidade de fazer nos Estados Unidos e considerando as presentes necessidades da agricultura brasileira, é possível promover :

1) Através os órgãos de classe em colaboração com os órgãos federais e Secretaria de Agricultura dos Estados, órgãos municipais e colégios de agricultura, um movimento no sentido de congregar o ensino, à pesquisa e a extensão, já existentes no Brasil, porém, sem coordenação harmoniosa;

2) recomendar o deslocamento dos centros de pesquisa e extensão, para os colégios de agricultura nos diversos Estados onde já funcionam os colégios tradicionais, procurando d e s s a maneira, descentralizar a pesquisa e a extensão;

3) promover, através dos órgãos da classe agrícola, reuniões com industriais e comerciantes, no sentido de interessá-los nas pesquisas agrícolas, fomentando a s s i m as iniciativas particulares;

4) recomendar ao legislativo, a criação de um sistema de crédito supervisionado, nos moldes do Farmers Home Administration;

5) desenvolver o sistema A. C. A. R., que é uma modalidade de crédito supervisionado já em execução em alguns Estados do Brasil;

6) desenvolver os serviços informativos, social e educativo n a s federações rurais e suas filiadas;

7) promover, por intermédio das Federações e Associações Rurais, a criação de cooperativas de compras e de vendas;

8) difundir, através dos órgãos de classe, o sistema de mercado de gado vivo;

9) difundir, através dos órgãos de classe, o clube dos 4 S;

10) estimular o intercâmbio entre as associações de classe do Brasil — Estados Unidos.

VI — *Nossos Agradecimentos*

Deixamos o nosso muito obrigado ao Foreign Operations Administration que tornou possível a nossa viagem; ao Departamento de Agricultura; aos Land Colleges e às Associações de classe americanas, pelas atenções que nos dispensaram.

À miss G. Drinker que nos nossos diversos contatos nos dispensou suas características gentilezas e elaborou tão útil e proveitoso programa.

Ao nosso dedicado lider mr. James L.

(Continua na pág. 32)

INDUSTRIALIZAÇÃO DA LARANJA

Lemos no Jornal do Comercio de 27 de outubro último uma nota intitulada "Industrialização da Laranja" noticiando a viagem reada América do Norte pelo Agrônomo - Fito-sanitarista João Higino de Carvalho, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, que regressou ao nosso País entusiasmado com os métodos usados na grande república do norte na defesa sanitária vegetal, bem como na industrialização da laranja, declarando que 69 milhões de caixas de laranjas são usadas na extração do suco, e que 2 milhões de toneladas de resíduos são beneficiados, resultando trinta e oito produtos vários, desde a forragem para o gado até produtos farmacêuticos, dos quais destacou o óleo extraido das sementes, dextrose, vitaminas, ácidos ascórbico e cítrico.

O entusiasmo dêste nosso patrício é digno de ser divulgado e seria interessante que os nossos administradores tomassem a peito o amparo da citricultura nacional, facilitando a implatação de uma indústrialização racional da mesma, nos moldes do que já existe nos Estados Unidos.

As nossas possibilidades são iguais ou talvês superiores às daquele País e, no entanto, continuamos n a s tentativas, estimular a iniciativa privada,, a fim de desenvolver esta indústria agrícola em bases sem um plano seguro que vise sólidas e progressistas.

Temos, de vez em quando, encontrado por parte do Govêrno, atos que revelam a preocupação de acertar; haja vista o interêsse que o Ministério da Agricultura demonstra na feitura da lista dos produtos isentos de licença prévia, na qual figurou nos anos de 1951 e 1952 as máquinas destinadas à extração do suco e seu engarrafamento.

Esta cooperação por parte do Govêrno foi transitória, pois presentemente não mais existe, entravando assim a expansão de uma indústria genuinamente agrícola, que é a do aproveitamento da laranja.

A industrialização da laranja parte de dois pontos: extração do suco e do óleo essencial, naturalmente firmados estes dois pontos poder-se-á, então cogitar do aproveitamento dos demais produtos, acima citados, orientando-se tudo em base recional. Normalmente 300 laranjas produzem 12 litros de suco e, portanto, ao se cogitar do aproveitamento industrial da laranja não se deve despresar êste fator, e o Govêrno de muito poderia ajudar facilitando a importação de máquinas m a i s aperfeiçoadas destinadas à extração do suco e seu respectivo engarrafamento, bem como da extração do óleo essencial.

As organizações que ora funcionam no Brasil e as que pretendem funcionar esmorecem-se diante do alto custo das máquinas, que devem ser importadas não só para a implantação de novas indústrias como ampliação das atuais.

Naturalmente o País se debate com outros problemas sérios mas isto não impede que se sugira ao Govêrno medidas que nos parecem acertadas, e também que o Govêrno faça uma convocação de industriais interesados na industrialização da laranja (indústria de s u c o s, bebidas, óleos de laranja) e debata com eles os problemas inerentes à mesma, evitando desta fórma que uma legislação inadequada perturbe a indústria.

Esta medida, além de colocar o Govêrno ao par da real situação da incipiente industrialização da laranja do País daria a êle elementos para um plano seguro e metódico.

Presentemente funcionam no Brasil cinco fábricas que utilizam suco de laranja nos refrigerantes de sua fabricação e, destas cinco, duas já iniciaram a extração do óleo essencial. No plano destas fábricas inclue-se o aproveitamento total da laranja, naturalmente dentro de um programa racional mas muito melhor seria que o Govêrno amparasse a indkstria com medidas acertadas.

O estímulo à iniciativa privada é um ponto capital em qualquer programa de govêrno, e o Brasil, cujo desenvolvimento não mais pode parar e para quem temos de trabalhar, necesita de uma colaboração leal e desenteressada por parte do Govêrno, de todos os Brasileiros e de todos aqueles, de qualquer nacionalidade, que aqui labutam.

A Sociedade Nacional de Agricultura, órgão que congrega os estudiosos dos nossos problemas agricolas, tem debatido nas suas reuniões o problema da citricultura nacional e, em particular, da laranja, nas suas mais variadas facetas, sentindo-se, portanto, a vontade para divulgar, aplaudir ou criticar qualquer notícia sôbre o assunto pois o mesmo sendo de interêsse da Agricultura, será da Sociedade e, como tal, do Brasil, para cujo engrandecimento a Sociedade vem procurando cooperar.

DR. ANTONIO DOS SANTOS MALHEIRO



Lamentamos o falecimento do nosso consócio Dr. Antonio dos Santos Malheiro, ocorrido a 11 de maio do corrente, em virtude de um infarto do miocárdio.

Ao registrarmos o desaparecimento de nosso velho e querido companheiro desejamos, como nossa homenagem póstuma, transcrever um resumo biográfico do médico paulista que teve sempre suas vistas voltadas para o cultivo da terra que sempre amou.

"Era o Dr. Antonio dos Santos Malheiro filho do Dr. Antonio Benedicto dos Santos Malheiro e de D. Maria Rita de Carvalho Malheiro. Nasceu em S. João da Boa Vista, Estado de S. Paulo. Tendo iniciado seus estudos em Poços de Caldas, veio a terminá-lo no Seminário Episcopal de S. Paulo. Em 1897 matriculou-se na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se em 1903. Foi logo depois nomeado médico de bordo do Lloyd Brasileiro e mais tarde contratado como Inspetor Sanitário do Estado de S. Paulo, indo servir em Passa Quatro, onde grassava a epidemia de febre amarela. Mais tarde foi médico da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e clinicou em Pirassununga. Em 1906 foi nomeado médico Inspetor do Matadouro de Sta. Cruz, vindo então para o D. Federal. Durante mais de vinte anos residiu em Santa Cruz (1906-1929) exercendo a medicina como sacerdócio, acudindo sempre a população de Santa Cruz durante as epidemias de varíola e de impaludismo (que se repetiam anualmente), tendo trabalhado muito para o saneamento da região. Enquanto permaneceu em Santa Cruz, em virtude de seus méritos fez jus a várias promoções. De médico Inspetor do matadouro de Santa Cruz passou a Sub-Comissão de Higiene, depois Chefe do Serviço Sanitário do mesmo matadouro e, finalmente, Diretor do mesmo. Foi mais tarde Comissário de Assistência da Diretoria Geral de Assistência Municipal, cargo em que foi aposentado em 1933. Os traços marcantes de sua personalidade eram o grande amor à Pátria, ao seu Estado, à sua Cidade Natal, o seu imenso entusiasmo pelas belezas da natureza, o seu amor à terra dadivosa e boa que êle cultivava com carinho e ternura, a firmeza e retidão de seu caráter e, finalmente, a grande bondade de coração e a sua inesgotável generosidade."

À família, pois, do Dr. Antonio dos Santos Malheiros, os sentidos pêsames da Sociedade Nacional de Agricultura e da revista "A LAVOURA".

NOVO PRESIDENTE DA SWIFT

Na Reunião dos Acionistas do dia 28 de novembro, o Sr. C. E. Wrynn foi eleito Presidente da Cia. Swift do Brasil S. A. sucedendo ao Sr. M. W. Irwin. O Sr. C. E. Wrynn começou sua longa e brilhante carreira em 1931 na Swift Canadian Co. Ltd. tendo ocupado muitos cargos durante êsse período inclusive os de Gerente de Vendas e Gerente das usinas e refinarias de óleos vegetais no Brasil. Até há pouco tempo êle ocupava os cargos de Diretor e Gerente Geral da Cia. Swift do Brasil S. A.

O Sr. Wrynn assumiu seu novo cargo a partir de 1.º de dezembro.



A FAMÍLIA DAS ABELHAS

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

Uma colmeia povoada e em plena atividade, é constituída de diversas partes, que se separam umas das outras, quando necessário, e se mantêm formando um só conjunto, quando em funcionamento.

Cada colmeia abriga, normalmente, uma única família de abelhas. Há casos especiais em que se abrigam diversas famílias em uma única habitação gigante, chamada "colmeia de macro-formação"; da qual não nos ocuparemos neste comunicado.

Uma família de abelhas, geralmente chamada "enxame" é uma coletividade constituída normalmente de .... 20.000 a 120.000 abelhas operárias, uma rainha, também chamada "abelha mestra" ou ainda "abelha mãe" e uns tantos zangões, ou "abelhões", cujo número varia muito conforme as necessidades e as provisões da família, mas que não deve exceder de 400.

As operárias e a rainha são produzidas por ovos femininos sendo, portanto, insetos dêste sexo, enquanto que os zangões são os únicos machos da coletividade. Tôdas as abelhas nascem de ovos, que normalmente são produzidos pela rainha. Dos ovos que nascem pequeninas larvas brancas, que podem ser vistas encurvadas nos fundos dos alvéolos (uma larva em cada alvéolo). À medida que vai crescendo, a larva toma conta de todo o espaço do alvéolo, que também é chamado "cela". Terminado o desenvolvimento, a larva prepara-se para passar o período pupal, para o que tece um pequeno casulo, que as abelhas adultas completam com um pouco de cêra, fazendo com que a futura abelha fique num ambiente abafado, sem contudo se asfixiar. Assim, ela se transforma em abelha adulta e, no fim de algum tempo, rói o opérculo e emerge o alvéolo para desempenhar seu papel no seio da família. Como vimos, as crias passam por três fases distintas ovos, larvas e pupa. Tôdas as três castas de abelhas (rainha, operárias e zangões) passam 3 dias sob a forma de ôvo. O período larval dura 5 a 5 e meio dias para a rainha, 6 dias para a operária e 6 e meio dias para os zangões. O período pupal dura 7 a 7 e meio dias para a rainha, 12 dias para a operária e 14 e meio dias para o zangão. Isto dá total de 15 a 16 dias para a rainha, 21 dias para a operária e 24 dias para o zangão, desde o momento da postura no alvéolo até que dali saia a abelha adulta perfeita.

Rainha — A rainha é a única abelha feminina com os órgãos de reprodução completamente desenvolvidos. Tem as asas do mesmo tamanho e do mesmo formato que as das operárias; mas tem abdomem muito mais desenvolvido que os destas, o que dá a impressão de que as asas da rainha são menores. Pura ilusão de ótica.

A rainha põe, conforme queira, ovos para nascimento de operárias, ou de zangões ou ainda de outras rainhas. Os ovos para nascimento de rainhas são postos em celas maiores, com a abertura virada para baixo parecendo um copinho de cêra. Ésses copinhos são chamados "realeiras" ou "celas reais". O seu aparecimento numa colmeia povoada anuncia a vontade que essa família tem de soltar enxame. O seu número varia muito, principalmente de acôrdo com a raça das abelhas. Quando nasce uma rainha, a primeira coisa que faz é procurar outras realeiras e destruir as suas ocupantes, que seriam suas rivais, e das quais uma delas poderia vir a matá-la se conseguisse nascer. Se nascerem simultâneamente várias rainhas, estas se toleram perfeitamente enquanto virgens; mas quando uma delas voltar fecundada para a colmeia, destruirá tôdas as demais. Quando duas rainhas fecundadas se encontram numa mesma colmeia, lutam imediatamente procurando cada qual atingir, com o seu aguilhão, o corpo de sua rival. A primeira que conseguir isso, será a vencedora e será a futura mãe da família; a outra morrerá imediatamente e o seu cadáver será atirado fora sem a mínima consideração.

A rainha tem aguilhão como a operária mas não faz uso dêle senão quando luta com outra rainha. Mesmo pegada entre os dedos, ela não se defende como faria uma operária. Ela não morre quando usa o aguilhão contra outra rainha, enquanto que a operária morre quando ferroa. A rainha sái poucas vêzes da colmeia; 2 ou 3 vêzes para reconhecer o local poucos dias depois de nascer; entre o 5.º e o 26.º dia de idade ela sái para ser fecundada; quando a família enxameia ou quando foge do lugar em que mora, a rainha sái para acompanhar o enxame. É fácil diferenciar uma rainha das operárias, tanto pousada como voando no meio dessas operárias. Quando pousada sôbre um favo, a sua presença é assinalada por uma côrte de operárias que, com uma leve vibração de asas, têm tôdas a frente voltada para a rainha, formando um círculo respeitoso. Quando a rainha caminha, as operárias abrem-lhe passagem, afastando-se de costas, quase sempre. Quando a rainha pára sôbre o favo, as operárias aproximam-se dela, acariciando-a com as antenas e estiroando-lhe a língua para alimentá-la com o mel que trazem no papo ou no estômago.

Quando a rainha voa no meio das operárias, também não é difícil reconhecê-la, se fôr rainha fecundada, porque seu vôo é lento e pesadão. Já com uma rainha virgem não se dá o mesmo, porque o vôo é rápido e leve como o das operárias.

No Brasil a rainha vive normalmente mais ou menos

dois anos. Nos países onde o inverno é mais rigoroso, dando-lhe oportunidade para um bom descanço, ela esgota-se menos, chegando assim a durar até nove anos. A única função da rainha é a postura dos ovos. Esta postura varia de acôrdo com a intensidade das colheitas, porque havendo colheitas abundantes, as operárias têm mais trabalho e duram menos tempo, não só pelos esforços que despendem, mas também pelos riscos a que se expõem, sendo muitas delas devoradas por pássaros e outros inimigos. Assim, morrendo mais operárias torna-se necessário que nasçam mais, também, a fim de não desaparecer a família. Em ocasiões de postura muito intensa a rainha chega a pôr mais de 3.000 ovos em 24 horas, o que corresponde a duas e meia vêzes o seu pêso. É muito boa prática substituir a rainha, cada ano, em tôdas as colmeias, porque as rainhas com mais de um ano de idade, produzem menos ovos para nascimento de operárias, têm mais propensão à produção de ovos para zangões e para a enxameação; alem disso, estão mais sujeitas a morrer pelo limite da idade. Por isso o apicultor deve encomendar em um apiário oficial ou particular, de idoneidade comprovada, as rainhas de que precisa, matando as que possui e introduzindo as novas, uma em cada colmeia. A rainha é fecundada uma só vez na vida, motivo pelo qual sabe-se desde o nascimento das suas primeiras filhas, qual será sua prole, durante tôda a sua vida.

Operária — A abelha operaria, apesar de ser do sexo feminino, como a rainha, só em ocasiões especiais é que põe ovos. Normalmente só lhe cabe o desempenho dos trabalhos pròpriamente ditos. Cabe às operárias os serviços de limpeza dos alvéolos e da casa; a alimentação das larvas; a guarda e a defesa da família e das provisões; a construção dos favos; a colheita dos materiais necessários à vida da coletividade cabe-lhe a maior quota do aquecimento da habitação para garantir o desenvolvimento das crias e o amadurecimento do mel. Cabe-lhe ainda promover a ventilação necessária ao arejamento, refrescação do ambiente interno e evaporação do excesso de água recolhida com o néctar.

Normalmente a operária dura cêrca de 6 semanas nos períodos de grandes atividades, podendo atingir até 5 meses nos períodos de maiores descanços. Quando nasce, ela passa o primeiro dia passeando de um lado para outro, comendo um pouco de mel e contribuindo com o calor de seu corpo para o aquecimento do interior da colmeia. Nos dois dias seguintes, ela só se interessa em lamber o interior dos alvéolos para limpá-los, a fim de poderem receber novos ovos, ou provisões de pólen e mel. No quarto dia de vida, ela passa a desempenhar o papel de nutrir; isto é, passa a preparar o alimento a ser dado às larvas. Para isto ela procura o mel, preferivelmente em um alvéolo não aperculado, e dali engole um pouco dêsse mel; depois vai a outro alvéolo contendo pólen, do qual engole também um bocado; em seguida, procura alguma abelha que venha de fora, trazendo água no papo; encontrando-se as duas, a abelha nutriz estica a lingua até a boca da abelha campeira e dali absorve uma gotinha de água, que a campeira faz regurgitar do papo. Feito tudo isto a abelha nutriz vai procurar uma larva a ser alimentada; se a larva fôr operária e tiver menos de 72 horas de idade, a nutriz só lhe fornece o alimento depois de completamente digerido; é êsse alimento que os apicultores chamam "geléia real". As larvas de rainhas e de zangões recebem geléia real desde que saem dos ovos até que se fechem em seus casulos. As larvas de operarias, a partir da idade de 72 horas passam a receber o mesmo alimento, porém cada vez menos digerido, o que as obriga a produzirem sucos e diástases para completarem a digestão. Êsses sucos e diástases serão produzidos depois que se transformarem em abelhas adultas, e terão muita importância não só para a preparação da alimentação das larvas, como ficou dito, mas também na preparação do mel.

Com a idade de 14 dias a jovem abelha operária deixa seus trabalhos de nutriz e passa à fase mais ativa de sua vida, que dura até ela atingir 3 semanas de idade. São as operárias com essa idade, entre a 2.ª e 3.ª semana, que constroem os favos de cêra, resolvendo se serão favos com alvéolos masculinos ou femininos; são elas que escolhem o lugar em que serão construidos êsses favos e a sua forma e posição. São elas que resolvem sôbre a continuação ou a substituição da rainha. São elas, ainda, que resolvem sôbre a saida dos enxames ou o abandono do lugar em que estão abrigadas. São elas, enfim, as abelhas diretoras da sua coletividade. Com 21 dias de idade, a abelha operária começa a fazer os seus primeiros serviços fora da colmeia; isto é, passa à categoria de "abelhas campeiras".

As abelhas campeiras são encarregadas de trazer para a casa a água necessária à alimentação das crias; o néctar ou o xarope, para a elaboração do mel; o pólen que tem grande importância na alimentação das abelhas; a resina e o própolis, que são os materiais com que as abelhas soldam as diversas partes da sua habitação e tampam quaisquer frestas que as perturbem.

Muito antes, porém, de começar a operária a desempenhar o seu papel de campeira, ela já está habituada a voar fora da colmeia, para os seus vôos de higiene. O apicultor vê freqüentemente entre as 13 e as 17 horas um grande número de abelhas saindo e entrando na colmeia, depois de passar alguns minutos revolutoando pelo ar, próximo à sua colmeia. São as operárias que estão descarregando as fezes contidas nos seus intestinos, em seus vôos de higiene, pois em condições normais elas não evacuam dentro da colmeia.

Ao fim de 6 semanas de vida intensa, a operária morre, dentro ou fora da colmeia; se morre dentro uma outra operária imediatamente carrega o seu cadáver para fora, deixando-o cair logo que sái do alvado. É por isso que freqüentemente vemos muitas abelhas mortas em frente da colmeia, o que causa, às vêzes, preocupação ao apicultor. Essa preocupação não deve existir, porque como nascem muitas abelhas diàriamente (milhares) também hão de morrer milhares, diàriamente. Apenas deve preocupar o apicultor a morte de milhares de abelhas, quando não há nascimento correspondente, o que se reconhece pela diminuição acentuada do volume do enxame.

Zangão — É o marido da rainha, sem que no entanto tenha direito a qualquer regalia.

O zangão que consegue acasalar-se com uma abelha, um entre milhares, cái morto logo após o ato da fecundação. Os outros zangões, que não conseguiram fecundar terão sua entrada barrada pelas operárias das colmeias em que não sejam necessários. O zangão, antes da volta da rainha fecundada, tem livre entrada, sem ser molestado, em qualquer colmeia, mesmo que não seja a colmeia de sua família; o que não acontece com a operária, e mesmo com a rainha, de outra colmeia. Mas, geralmente, quando é barrado a entrada de uma colmeia, o zangão se desmoraliza e não se anima a procurar outra colmeia. O apicultor poderá ver então, à tardinha, aquêle montículo de zangões, que a um canto do alvado geme e sofre, até que após algumas horas estejam todos mortos de fome e de frio, ante o rigoroso indiferentismo das demais abelhas.

O zangão não tem agulhão, sendo pois absolutamente inofensivo. Apesar do barulho que faz quando voa, é incapaz de atacar ou mesmo se defender.

Quando está dentro da colmeia não faz nenhum serviço. Passa o tempo todo dormindo ou procurando os favos mais cheios de mel para se banquetear. Quando saem da colmeia, juntamente com as operárias que fazem seus vôos de higiene, os zangões voam muito mais longe, indo a 3 Km. de distância, se sentem o cheiro de uma rainha virgem.

Podem viver até 8 meses, mas quase nunca atingem a têrça parte dessa vida.

O número exagerado de zangões, dá prejuízo ao apicultor, principalmente àquele que não cria rainhas, mas que visa apenas a produção de mel. Um só zangão é capaz de comer mais mel do que diversas operárias juntas. É por isto que em apicultura industrial, procura-se reduzir ao mínimo o nascimento de zangões. Há quem use o sistema de matar o excesso de zangões, mas êste não é o melhor meio, porque o tempo, o trabalho e a alimentação que as abelhas gastam até nascer o zangão, devem ser aproveitados para a produção de algumas operárias. Para evitar o nascimento de um número exagerado de zangões, o apicultor deverá usar nos quadros destinados à cria, fôlhas inteiras de cêra alveolada para operárias, deixando que as abelhas produzam uns poucos zangões, nalgum cantinho esquecido.

As celas de zangões são maiores que as celas de operárias, tendo porém a mesma forma hexagonal. Cada 2 celas de zangões correspondem ao tamanho de 3 celas de operárias.

O zangão é maior que a operária, sendo mais corpulento do que a rainha mas [...] manos comprido do que esta. As asas do zangão são maiores e mais fortes.

O 59.º ANIVERSÁRIO DA S. N. A.

(Continua na pág. 47)

dos benefícios tem prestado classes produtoras pt.

Centro dos Excursionistas:

Associamo-nos demonstrações justificada simpatia aniversário colenda Sociedade seus altruísticos propósitos contando sempre modesta coadjuvação nossas saudações pt

Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás no transcurso do 59.º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura congratula-se com essa entidade por tão jubiloso acontecimento pt

Confederação Rural Brasileira no transcurso do 59.º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura congratula-se com sua ilustre filiada por tão jubiloso acontecimento da vida rural do País pt

Dr. José Augusto:

Congratulo-me com o ilustre presidente pela passagem de mais um ano de vida di nossa sociedade de Agricultura agora tão cheia de bênçãos no progresso do Brasil pt

PROBLEMAS DA COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

Ao Sr. José Larivoir Esteves, Presidente do Centro de Café do Rio de Janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura enviou após estudo de que foi relator o Sr. Benjamin Cabello, o seguinte ofício :

"Em atenção ao ofício de 18 de novembro de 1955, de Vossa Excelência, acompanhado de uma cópia do Memorial sôbre os problemas da comercialização do café, enviado por êsse Centro ao Conselho Nacional de Economia, tenho a honra de lhe transmitir a opinião desta Sociedade a respeito do assunto. A essência do referido Memorial é a reforma cambial.

2 — Sôbre a parte crítica, nada há a comentar, uma vêz que, além de justa e real, é sincera, abordando frontalmente a fraude cambial praticada, segundo o referido documento, como uma decorrência do desajustamento existente entre a realidade dos mercados e as diferentes instruções da "SUMOC" a respeito.

3 — Como solução saneadora, propõe o Centro que se adote um sistema idêntico ao usado pela Colombia, e alí denominado "reintegro". — Tal sistema já foi tentado no Brasil, por fôrça da Instrução 66, se bem que por tão pouco tempo que os seus resultados não chegaram a se manifestar ao ponto de nos capacitar sôbre as virtudes negativas ou positivas, de seu comportamento.

4 — Consiste o referido sistema no estabelecimento de uma "pauta mínima única", para todos os portos cafeeiros do país, na base de US$ 35,00 por saca, que o Banco do Brasil pagaria por dolar-cambio livre, pelos exportadores.

5 — Assegura o Memorial que o sistema cuja volta preconiza terá função estabilizadora e se enquadra inteiramente dentro da reforma elaborada pelo ex-ministro José Maria Whitaker, além de assegurar à lavoura uma compensação muito mais ampla, através da parte vendida ao Banco do Brasil à taxa do dolar-geral.

6 — Entre outras vantagens de ordem econômica e de ordem moral, afirma o Centro que :

a) seria eliminado, em sua quasi totalidade, o *confisco cambial*, contra o qual continua a reclamar a lavoura;

b) o Banco do Brasil receberia a totalidade do câmbio cafeeiro, sem perigo de desvios;

c) assegurar-se-ia o bom nome de uma das instituições mais sérias e respeitadas do Brasil, no extrangeiro que é o comércio exportador do nosso produto básico.

7 — Por fim, referindo-se à aplicação dos saldos percebidos, que segundo a Reforma Whitaker destinar-se-iam "à reorganização do crédito agrícola e ao melhoramento de produção do café", propõe o Centro passassem êles a constituir um Fundo do Café, aplicando-se preferencialmente à defesa do produto e ao financiamento suplementar, além do que é levado a efeito normalmente pelo Banco do Brasil ou pela Comissão de Financiamento da Produção.

8 — Essas as principais sugestões que o Centro houve por bem apresentar ao Conselho Nacional de Economia, aliás como uma reafirmação de quanto, em junho de 1954, sob o título de "Defesa Permanente do Café", apresentou à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, onde recebeu aplausos mas que não mereceu o beneplácito das esferas oficiais.

9 — Conclue-se dêsse trabalho que o que preocupa fundamentalmente o Centro é a reforma cambial em si mesma e cuja urgência é constante de todas as suas páginas e os parágrafos em que se dividem estas. As sugestões que apresenta, perfeitamente adequadas, são detalhes que aos representantes da lavoura, na Junta Administrativa do Instituto do Café, cabe analisar, apoiar ou combater quando do pronunciamento dêsse órgão junto ao Conselho Nacional de Economia e de acôrdo com as reiteradas manifestações da classe, através de seus órgãos associativos, principalmente a Confederação Rural Brasileira e a Sociedade Nacional de Agricultura.

10 — Quanto à reforma cambial pròpriamente dita, sua premência é questão sôbre a qual não existem vacilações de nossa parte : a Confederação Rural Brasileira esteve presente a todas as reuniões em que as três Confederações, representando a unanimidade das classes econômicas do país, afirmaram reiteradamente ao Senhor Presidente da República a sua opinião absolutamente favorável à mesma e a imperiosa necessidade de sua im-

tituição, naquela oportunidade, sem maiores preocupações quanto ao seu mérito.

11 — Desde então as causas que militaram em favor da reforma cambial subsistem e até se agravam, o que nos leva a considerá-la como mais necessária do que nunca, mesmo porque, após o conhecimento, em todos os seus detalhes, de seus texto, outra a mesma nada há de ser posto, de forma profunda, por parte das classes produtoras do país.

12 — Ao contrário — é nesse ponto que as sugestões do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro adquirem maior importância e atualidade — o confisco cambial, que é a grande reivindicação da lavoura cafeeira nacional, encontra na mesma reforma em equação a sua sentença de morte, começando desde logo com uma substancial redução sôbre a realidade em vigor.

13 — Em conclusão, o Memorial do Centro ao Conselho Nacional de Economia não contém nenhum inconveniente do ponto de vista dos interêsses da lavoura quanto às sugestões que formula com relação à premência da reforma cambial é certo que o assistem tôdas as razões, motivo por que não devemos a êle nos opor na parte opinativa e a êle dar todos o nosso apoio na parte relativa aos seus enfáticos apêlos em pról da urgência da reforma cambial. a) *Arthur Torres Filho*, Presidente.

O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE EM COOPERATIVISMO

FABIO LUIZ FILHO

O princípio da neutralidade é mantido e defendido há 26 anos em todo o Brasil. Na prática é que, paradoxalmente, depois do advento de regime constitucional, com a pluralidade dos partidos, êstes têm procurado levar ao seio das assembléias gerais as suas competições políticas, mas, por enquanto, restritas a certas cooperativas agrícolas que se contam pelos dedos. Existe em Estados do Norte também a pressão política sôbre certos órgãos oficiais, frutos da natural tibieza com que êsses órgãos locais se vêem obrigados a agir, face ao mandarinismo dos "coronéis" caboclos e ao critério político com que se nomeiam dirigentes para cargos técnicos, além dos desenfreios da demagogia. Mas, o órgão federal procura sempre neutralizar essas estéreis lutas de campanário, como lhe é possível.

Além disso, se silêncio na Lei 22.239 houvesse, teríamos ainda o proeter legem e mesmo o contra legem, uma das modalidades de interpretação que alicerçam o Direito Subsidiário.

Excetuadas algumas caixas rurais do Brasil, muitas das quais, no Norte, não só se amoldaram à 22.239, excluindo de seus estatutos e confessionalismo, como se transformaram em bancos populares, há 26 anos que o movimento cooperativo brasileiro, como disse, mantém estrita linha de neutralidade política, racial e religiosa.

O princípio de que os usos e costumes, consentâneos com a razão e o bom-senso, e acordes com a lei escrita, devem sempre prevalecer, ainda permanece de pé o conceito dos hermeneutas. Tem **"valor jurídico, uso ou costume, diuturno, constante, uniforme e não contrário ao direito vigente"**.

Desde 1907, com o movimento João Pinheiro, que o caráter neutral é mantido pelo movimento brasileiro. Mesmo os falsos bancos e as caixas rurais do tempo do **Sr. Plácido de Melo** nunca fizeram essa discriminação nos seus estatutos. As caixas rurais do Sul não mais fazem essa discriminação nos estatutos e na prática, como as remanescentes do Norte.

Quanto ao caráter político, nenhuma no Brasil até hoje teve êsse desplante.

A NEUTRALIDADE NA SUIÇA

O **Dr. Thedy Gauer** acaba de publicar interessante trabalho sob os auspícios da União Suiça de Cooperativas de Consumo.

A Suiça, desde 1515, adota o princípio da neutralidade.

"Aussi n'est-il pas étonnant que le concept de neutralité joue un grand rôle dans le mouvement suisse de consommation.

"Depuis 1890, ce principe a constitué la base de l'activité de l'U. S. C. Ce principe est inclus dans les statuts-tipes elaborés pour ses sociétés affiliées. Il repose sur la ferme conviction que dans les petites communautés, caractéristiques en Suisse, on ne peut bâtir de puissantes unités économiques que si toutes les couches de la population participent à une entreprise commune."

O contrário será uma condenável atomização de todo o movimento cooperativo, aqui e em qualquer parte.

Em relação à política social e econômica a atitude, ao ver de **Gauer**, deve ser outra.

Sessenta anos de existência do movimento suiço assinalam sua independência em relação a tôdas as tendências, religiosas ou políticas, não se podendo citar um só caso em que haja violado êsse princípio.

"Le preuve que l'U. S. C. n'a jamais devié des principes de neutralité politique et religieuse, on la trouve dans le fait qu'elle a réussi à unir des consommateurs appartenant à toutes las couches de la population et qu'elle groupe plus d'un demi-million de membres."

Eis o concludente e impressionante quadro suiço sob a égide fecunda do princípio da neutralidade. Será preciso dizer mais?...

A ATITUDE DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL

Já tive oportunidade de dizer em livro que a "Aliança Coope-

rativa Internacional" recentemente reafirmou:

1.º — Depois de um profundo exame dos fatos postos à sua disposição, o Comitê Especial achou que os seguintes sete pontos podem ser considerados, em seu aspecto histórico, como os princípios essenciais de Rochdale e como características do sistema autônomo fundado pelos Pioneiros, para cada um dos quais podem encontrar-se os elementos justificativos na constituição, nos estatutos e na prática da Cooperativa fundada em Rochdale em 1844:

1.º — Adesão livre.
2.º — Contrôle democrático.
3.º — Devolução ou retôrno sôbre as compras.
4.º — Juro limitado ao capital.
5.º — **Neutralidade política e religiosa.**
6.º — Venda à dinheiro à vista
7.º — Fomento do ensino.

Neutralidade política e religiosa — Êste ponto mereceu uma atenção especial das organizações consultadas. Diz o Comitê:

"O Comitê deseja insistir no fato de que a **neutralidade política do Cooperativismo não significa a renúncia à responsabilidade que têm os cooperadores de defender os interêsses legítimos de seu sistema econômico perante os poderes públicos. Esta responsabilidade é grande, porquanto o Cooperativismo não se identifica com nenhum grupo ou partido político em particular, o que permite dar um caráter mais universal e mais representativo às suas reivindicações.**

"A neutralidade implica, por outra parte, o reconhecimento da devoção completa do Movimento à comunidade, baseada na melhoria econômica e social, independentemente de significação que uma idéia política qualquer possa ter para os membros de determinada cooperativa."

O PONTO DE VISTA DE LAVERGNE

Lavergne, no livro "Révolution coopérative" (1949), refere-se ao princípio da "neutralidade cooperativa", e frisa como na Bélgica não mais existe, da parte do Partido Operário Belga, a existência da tríplice filiação no partido político, no sindicato e na cooperativa. Há uns quatro anos o partido voltou à absoluta neutralidade cooperativa.

"Celle-ci (neutralidade política e religiosa) est en effet nécessaire pour permettre aux coopératives de prendre le plus rapidement possible la plus grande extension économique. C'est ce que GIDE et L'École de Nimes n'ont jamais cessé de proclamer."

"O princípio da neutralidade cooperativa, ao qual os inglêses se conservam fiéis, apesar da existência de alguns deputados "cooperativos", não encontra mais oposicionistas."

UM CONCEITO DE FABRA RIBAS

Fabra Ribas disse recentemente na "Review of Social Economy": "Cooperation, like the Church, is catholic, that is, universal. It has its principles and standards. The character of both prevent it from inquiring of the would be cooperative member what are his religious belief or political ideas. This is, after all, the identical pratice of industry and commerce in dealing with their customers and associates."

("O cooperativismo, como a Igreja, é católico, isto é, universal. Tem êle seus princípios e padrões. O caráter de ambos impede-os de indagar dos que se querem filiar às cooperativas se têm crença religiosa ou idéias políticas. É esta, aliás, a prática da indústria e do comércio ao tratar com seus clientes e associados.")

Seria, positivamente, uma estultícia, um chocante contra-senso que, para maior volume de suas operações, benefício de todos os consumidores a maior extensão de seu espírito humanista e renovador, montasse cada cooperativa uma seção especializada em verificar, inquisitorialmente, quais as crenças religiosas, a ideologia ou raça de cada um...

O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE NA AMÉRICA DO SUL, ETC.

Todos êsses exemplos certamente levaram os argentinos a tomar cautelas em relação a êsses desvios doutrinários, elaborando o dispositivo (que serviu de base ao da lei brasileira) que proíbe homenagem ou manifestação de sabor político, racial ou religioso, mesmo quando apenas implícitas nos nomes das cooperativas, mesmo sem restrições no corpo dos estatutos.

Os poderes públicos argentinos, em face da situação idêntica à que se esboça no Brasil, em que até se estão usando, nas denominações das cooperativas, expressões que encerram manifestas restrições de caráter racial político e religioso (adventista israelita, de famílias cristãs, maçônicas, etc.), ao baixarem o decreto que as proíbe, louvaram-se em longo e brilhante parecer da Assessoria Jurídica do Ministério da Agricultura argentina assim resumida:

"De modo que se efectua propaganda quando esta se exteriorisa por médio de palavras términos e signos **cuyo objeto es destacar una modalidad característica, normas y costumbres que traducen aspiraciones, sugieren evocan ideas políticas, religiosas de nacionalidades y regiones determinadas, lo qual constituye un motivo de atracción para quienes comulgan idénticos sentimientos, profesan ideas políticas afines, a la vez que, así, excluyen a quienes practicamente no participen de ideas enunciadas en una palavra o exteriorizadas en un simbolo.**"

Os estatutos colombianos de cooperativas taxativamente proíbem o caráter político e o religioso, de vez que estão inspirados na doutrina de Rochdale. Na Europa é respeitado, excluídas a Espanha fascista atual e a Rússia totalitária, a primeira com influência política e sindicalista clerical cativa e legalmente permitida, e a segunda com a intervenção política do Estado representada pelo partido único.

Em Portugal, como vimos, o cooperativismo arrasta-se penosamente, sem expressão, não obstante a flama de alguns líderes. O Estado cria obstáculos ao movimento e os "grêmios" asfixiam-no.

Esse assunto é vital para o movimento brasileiro, que já possui muitos fatôres de deformação para que o deixemos assim à mercê de dois dos que mais paixões provocam: religião e política.

O S. E. R. não pode nem deve romper com uma tradição justa, consentânea com os sãos princípios cooperativos. Aberta a represa, não teremos mais meios nem autoridade moral para evitar o completo desvirtuamento do cooperativismo no Brasil. Atrás de uma cooperativa adventista, surge uma "**Cooperativa de Consumo das Famílias Cristãs**", agora uma cooperativa maçônica e uma "**Cooperativa Sto. Expedito**" (1), e outras, certamente, virão no roldão caudário.

Disposições particulares de uma lei devem ser interpretadas conforme o espírito geral da mesma lei.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil"
Avenida Rio Branco, 110/112 — R

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

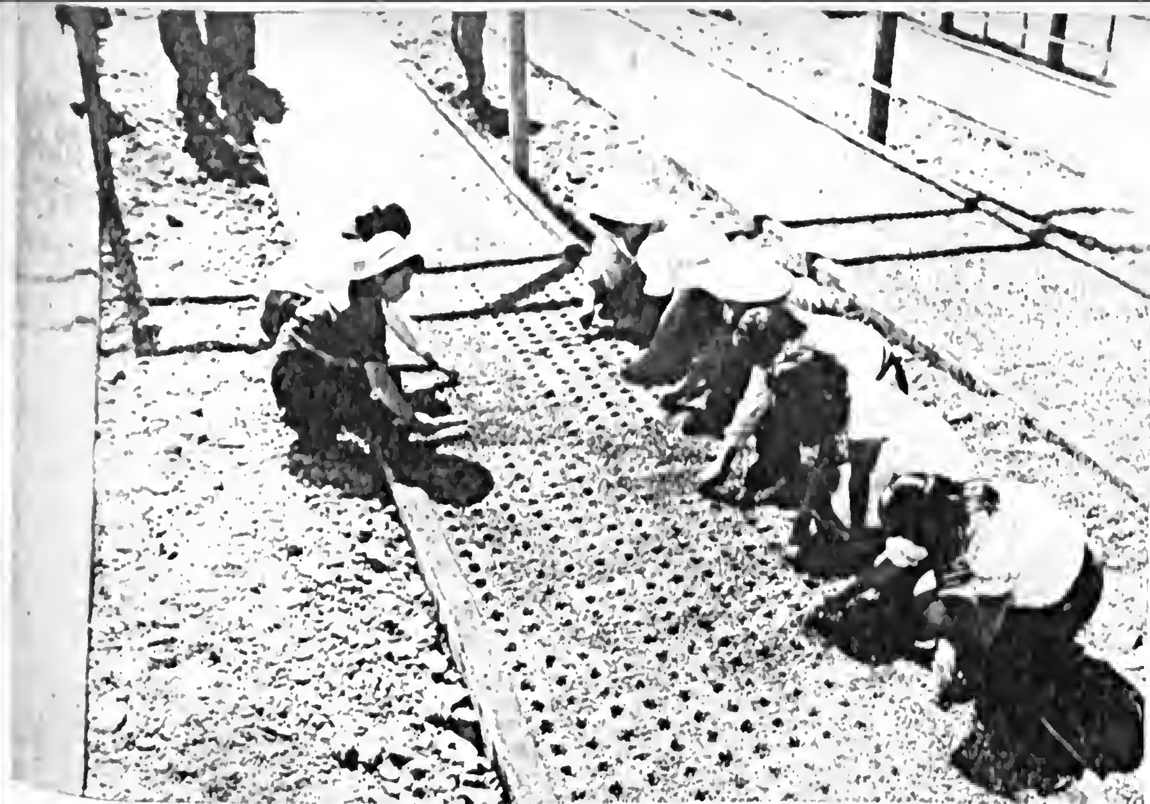




RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

MARÇO-ABRIL 1956



Uma solução à produção de vegetais frescos em áreas onde a terra fértil é limitada, é o uso hidropônico na agricultura. Estas mulheres japonesas plantam sementes em solos de cascalhos numa fazenda hidropônica dirigida pelo Exército dos Estados Unidos em Chofu, Honshu, Japão. As sementes são colocadas e em seguida, alisa-se o solo e cobre-se com água preparada com substâncias nutrientes.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacion de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério d Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Per-manente de Associações Americanas de Comércio Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Con-sultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Re-ções Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comiss de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — D Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX MARÇO-ABRIL — 1956

FORMAÇÃO DE SERINGAIS MODELOS NO LITORAL PAULISTA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Os problema da terra são aquêles de cujas soluções dependem o destino do Brasil, portanto, são os que devem estar em primeiro lugar nas nossas cogitações neste grave momento de grande depressão econômico-financeira. É que da *produtividade agrícola*, com uma produção agro-pecuária de elevado rendimento e de baixo custo, dependerá o bem-estar geral e a estabilidade das nossas instituições. Quero referir-me muito particularmente à obra benemérita que o *Instituto Agronômico de Campinas*, com sua notável equipe de técnicos, vem de há muito realizando no domínio da pesquisa agronômica, à margem dos diversos setores de suas atividades, promovendo o melhoramento, em bases técnicas, de nossas principais culturas econômicas (café, algodão, cereais, grãos leguminosos, tubérculos, cana de açúcar, cêras e óleos vegetais, etc., e, agora, com grande sucesso, a formação de *seringais-modêlos* no litoral paulista, mediante sementes híbridas de alto valor genético. Na realização dêsse notável cometimento, que é fundamntal para a nossa indústria pesada de artefatos de borracha, o *Instituto Agronômico de Campinas* que, para a estabilidade de seus notáveis trabalhos científicos, dispõe do *Fundo de Pesquisas*, tem procurado contar com a colaboração das emprêsas industriais, salientando-se a que vem prestando a *Firestone* (Indústria de Pneumáticos Fire-Stone), que é uma das maiores fábricas do seu gênero em nosso país.

Destacamos, nesta oportunidade, a iniciativa do *Instituto Agronômico* no que diz respeito a seringueira no litoral paulista, não só pelo seu valor econômico como estratégico, face da insuficiência da matéria-prima proveniente dos seringais nativos da Amazônia, tributários que ficamos dos suprimentos, em grande parte, da Indonésia, com dispêndio de divisas.

Registra-se, como acontecimento auspicioso, a entrega dos primeiros pneumáticos, fabricados pela *Firestone* de seringueiras plantadas pelo *Instituto Agronômico de Campinas* (Diário da Manhã, de São Paulo, de 21 de outubro de 1954). E é graças às diretrizes experimentais do *Instituto Agronômico* que

se estão formando verdadeiros *seringais-modêlos* no litoral paulista onde não se verifica o "mal da folhas".

Como *o mundo gira hoje sôbre borracha*, êsse triunfo da ciência agronômica nacional representa acontecimento auspicioso, que aqui deixamos registrado.

O Instituto Agronômico de Campinas, (a antiga Estação Agronômica de 1887, criada pelo largo descortínio de Dom Pedro II, sendo ministro da Agricultura o conselheiro Antonio Prado), correspondeu às suas finalidades e tem prestado inestimáveis serviços à defesa e ao progresso da agricultura brasileira.

Notícias e Informações

Centro dos Estudantes dos Cursos Agro-Técnicos

É a seguinte a diretoria que dirigirá o Centro dos Estudantes dos Cursos Agro-Técnicos de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul, no período 1955-1956:

Presidente — João Lena
Vice-Presidente — Giovani Borges
1.º Secretário — Laurindo Ziulkoski
2.º Secretário — Enio Carvalho
1.º Tesoureiro — José Pedro Monteiro
2.º Tesoureiro — Cesar Santiago.

Telegrama recebido pelo Presidente do S. N. A.

O Presidente da S. N. A. recebeu do ministro Eduardo Catalão o seguinte telegrama: "muito agradeço eminente professor votos êxito minha gestão frente Ministério Agricultura formulados em seu nome e no da Sociedade Nacional de Agricultura. Desejo pessoalmente retribuir-lhe os cumprimentos. Assinado: Eduardo Catalão.

Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz"

Foi empossada a seguinte diretoria que dirigirá o Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", da Universidade de S. Paulo, no periodo de 1955-1956:

Presidente — Edson Rodrigues de Bastos
Vice-Presidente — Otavio Nakano
1.º Secretário — Ronaldo A. Guedes Pereira
2.º Secretário — Elliot Kitajima
Tesoureiro — Wilson Mosca
Orador — Sergio Bicudo Paranho.

Centro Acadêmico de Agronomia

Foi a seguinte a nova diretoria eleita e empossada para dirigir o Centro Acadêmico de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Lavras, no periodo 1955-1956:

Presidente de Honra — Casal Dr. Marcello Otton Penido
Presidente Efetivo — Haroldo Dantas Bertolucci
Vice-Presidente — Nilson de Matos Sabino
Secretário Geral — Antonio Siécola Moreira
1.º Secretário — José Aurelio Vilela
2.º Secretário — José Ludovico dos Reis
Tesoureiro — Ivo Ferreira Vieira
1.º Procurador — Ubaldo Lima de A. Barrios
2.º Procurador — Claudio Dessimoni Pinto
Bibliotecário — Getúlio de Souza Rodrigues
Critico — Dr. Jair Ribeiro Guaracy
Orador — Guarim Garcia Ghelli.

Feira Internacional de Bruxelas

Terá lugar, no período de 28 de Abril a 13 de maio de 1956, nos Palácios e Parques do Centenário, em Bruxelas, a 30.ª manifestação da "Foire Internationale de Bruxelles".

VI Festa Nacional do Trigo

Realizar-se-á em Outubro do corrente ano na cidade de Cachoeiro do Sul, a VI Festa Nacional do Trigo.

Exposição Nacional de Animais

Realizar-se-á em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a

(Continua na pág. 52)


Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias ...





IMPORTANTES TEMAS DEBATIDOS PELA CLASSE RURAL

O que foi a IV Conferência Rural Brasileira reunida em Fortaleza, Estado do Ceará, no período de 19 a 25 de Fevereiro de 1956 — Seguras e oportunas recomendações da classe

Especial para "A Lavoura", pelo Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

GENERALIDADES

Com a presença de mais de duas centenas de ruralistas, agrônomos, economistas e outros estudiosos dos problemas rurais brasileiros reuniu-se em Fortaleza, no período de 15 a 26 de Fevereiro de 1956, a IV Conferencia Rural Brasileira, a cargo da Federaçao das Associações Rurais do Ceará, sob os auspicios da Confederação Rural Brasileira.

Durante o conclave, que despertou o mais vivo interesse, a classe rural, com entusiasmo, elevados propositos e conhecimento de causa, debateu importantes temas relacionados com a vida e as atividades do campo, como sejam a Reforma Agrária, o Serviço Social Rural, a Reforma Bancaria, o Crédito Rural e Assuntos Gerais.

TRABALHOS APRESENTADOS

Foram apresentados e amplamente estudados nas Comissões Especializadas, quarenta trabalhos sôbre os assuntos do temário da Conferência, que, conjuntamente com os debates havidos serviram de base para o preparo dos relatórios finais de cada um dos quatro Grupos de Trabalho.



Aspecto do desembarque em Fortaleza da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura à IV Conferência Rural Brasileira.

INSCRIÇÕES

Inscreveram-se na IV Conferência Rural Brasileira 205 congressistas representando as Federações de Associações Rurais de 18 Estados, além dos representantes dos Territórios do Amapá e do Rio Branco.

Enviaram delegações, as Federações de Associações Rurais dos seguintes Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A delegação da Sociedade Nacional de Agricultura foi assim constituída:

Chefe — Geraldo Goulart da Silveira

Membros — Itagiba Barçante, Luiz Marques Poliano, Enio Luiz Leitão e Alberto Ravache.

Os componentes da delegação da S. N. A. atuaram ativamente durante os trabalhos. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira foi o relator do 1.º Grupo de Trabalho que teve a seu cargo o estudo dos problemas relacionados com a chamada reforma agrária (diretrizes fundamentais, processo de ação e estatuto do trabalho rural); o Snr. Luiz Marques Poliano teve atuação destacada junto a bancada de imprensa; o



Mesa que presidiu a instalação da IV Conferência Rural Brasileira, quando falava o Vice-Governador do Estado do Ceará.

Snr. Itagiba Barçante foi designado membro da 2.ª Comissão (Crédito Agrícola), do 3.º Grupo de Trabalho; o Snr. Enio Leitão foi o relator da 2.ª Comissão (política cambial), do 4.º Grupo de Trabalho, e o Snr. Alberto Ravache atuou como secretário da Comissão Executiva da Conferência.

REPRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES RURAIS

Estiveram presentes delegações das entidades rurais de 18 Estados e de 2 Territórios, conforme relação a seguir:

a — *Estados:* Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Estado do Rio, S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

b — *Territórios* — Amapá e Rio Branco.

OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Tomaram parte nos trabalhos, representantes dos Governos Estaduais, de Serviços do Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, I. A. P. I., de Assembléias Legislativas, etc.

DELEGADOS VOTANTES

De acôrdo com as disposições regimentais, somente tiveram voto no plenário os delegados votantes das Federações das Associações Rurais O número de votantes de cada entidade foi o seguinte:

6 votantes — Estado de S. Paulo.

5 votantes — Ceará e Minas Gerais

4 votantes — D. Federal, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pernambuco.

3 votantes — Piauí, Bahia, Estado do Rio, Goiás, Mato Grosso e Paraná.

2 votantes — Paraíba, Pará e Espírito Santo.

1 votante — Amapá.

RECOMENTAÇÕES DO 1.º GRUPO DE ESTUDOS

O 1.º Grupo de Trabalho, que se ocupou dos problemas relacionados com a chamada Reforma Agrária, teve como Presidente o Deputado Evaldo Saramago Pinheiro, delegado do Estado do Rio, e como Relator Geral o Professor Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

Foram as seguintes as conclusões do referido Grupo de Trabalho aprovadas pelo plenário com 3 emendas aditivas:

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DA REFORMA AGRÁRIA

1.º — Acha que uma lei agrária obedecendo, como deve, às peculiaridades do nosso país, constitui uma necessidade para imprimir diretrizes seguras a uma estruturação agrária em bases tais que favoreça o desenvolvimento da agricultura, criando igualmente, melhores condições de incentivo à exploração da terra e valorização do homem do campo.

2.º — A lei agrária deverá ter finalidade plurilateral, abrangendo, simultâneamente, não só a correção de algumas anomalias de nossa estrutura fundiária, como também a instituição de medidas efetivas de justiça social, de proteção aos recursos naturais, de técnicas de produção e outras, com a consequente elevação da capacidade produtiva da agricultura e melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural.

3.º — A lei agrária não deve basear-se apenas na divisão da propriedade rural.

4.º — Nela deverão ser consideradas a valorização do homem, a defesa e restauração do solo, as adequadas condições de trabalho que constituem, também, seus pontos fundamentais.

5.º — Estabelece o princípio de que em casos excepcionais pode ser admitido o partilhamento de terras, desde que para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem à terra.

.º — Os partilhamentos, quando necessários, deverão incidir sôbre terras inexploradas, sub-desenvolvidas ou abandonadas, cujos titulares, por absenteísmo ou qualquer outro fator, deixarem de as utilizar, quando lhes sejam asseguradas condições favoráveis que permitam o seu racional aproveitamento.

7.º — Tendo-se em vista as particularidades demográficas, territoriais e ecológicas do país, medidas desta natureza deverão ser oficialmente dirigidas de preferência no sentido do aproveitamento de áreas favoráveis à exploração agro-pecuária ainda não utilizadas, podendo também estender-se para a atual faixa cultivada onde, esporàdicamente, se fizer sentir a necessidade da desapropriação por interêsse social, respeitados sempre os princípios constitucionais vigentes.

8.º — A orientação da lei agrária deve disciplinar também as migrações internas, superando-se, através de colonização intensiva, a escassez demográfia observada em certas regiões do país.

9.º — Intensificar a colonização nas áreas despovoadas ou onde fizer necessária, tendo-se em vista o elemento estrangeiro selecionado;

10.º — Firma o princípio de que a renovação agrária deve processar-se por etapa;

11.º — Que as diretrizes e objetivos fundamentais da lei agrária se articulem harmoniosamente com o recem-criado SERVIÇO SOCIAL RURAL, com a nova política de colonização e com a legislação social a ser instituída.

Feitas estas considerações preliminares, entende o 1.º Grupo de trabalho da IV CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA que a lei agrária, disciplinando as relações agro-pastoris nas suas implicações jurídicas, sociais, agro-técnicas, e político-econômicas deve importar em:

a) — legislação sôbre serviços sociais rurais, tendo-se em vista o imperativo de uma imediata assistência médico-social, educativa e jurídica às populações rurais em bases amplas;

b) — instituição de uma adequada legislação fixando os direitos e deveres dos que trabalham no campo, observando-se, naturalmente as peculiaridades da vida rural;

c) — regulamentação do dispositivo constitucional sôbre desapropriação por interêsse social;

d) — integração da legislação cooperativista nos objetivos de emulação produtiva e de valorização do homem, implícitos na lei agrária;

e) — necessidade de legislação estadual subsidiária disciplinando o aproveitamento de terras devolutas;

f) — partilhamento, devendo obedecer estritamente aos preceitos constitucionais;

g) — providências imediatas no sentido de evitar-se a burla do preceito constitucional que limita em DEZ MIL HECTARES o máximo para concessões ou alienações de terras públicas;

h) — estabelecimento de medidas eficientes que conduzam à expansão creditária à base de bancos especializados ou alargamento operativo das carteiras de crédito agrícola de estabelecimentos já existentes, dando-se ênfase às necessidades do pequeno lavrador; i) necessidade de uma legislação que impeça qualquer prática envolvendo danos às áreas irrigadas ou obras de importância social e econômica;

j) — necessidade de reforma de dispositivos do Código

Civil que dificultem a execução da lei agrária.

k) — modificação da legislação nacional de sucessão hereditária, de modo a assegurar-se limitação da área mínima de partilha de próprios agrícolas segundo estrito critério agro-pecuário.

l) — elaboração de lei federal que impeça o loteamento de característicos urbanos na zona rural.

m) — elaboração pela bancada nordestina no Congresso Nacional de projeto de lei de Irrigação no Polígono das Sêcas.

n) — proteção, na legislação agrária, ao índio brasileiro.

PROCESSO DE AÇÃO

1 — Que o Serviço Social Rural promova no campo, uma ação eficiente de assistência:

a) *Sanitária:* médico-farmacêutica e dentária;
b) *Educacional:* elementar, profissional e higiênica;
c) *Econômica:* creditícia e cooperativista;
d) *Social:* jurídica, previdencial, religiosa e recreativa.

2 — Necessidade de crédito fácil e imediato com taxas e prazos compatíveis com a sua aplicação.

3 — Conveniência da extensão da padronização a todos os produtos agrícolas.

4 — Medidas visando o escoamento fácil e barato dos produtos agrícolas.

5 — Difusão de sistemas de conservação dos produtos agrícolas, particularmente rêdes de armazens e silos.

6 — Ação eficiente dos órgãos competentes na manutenção do preço justo em cada zona de produção.

7 — Política de fixação do homem à terra, com:

a) treinamento, por espaço de dois anos dos pretendentes a aquisição de lotes rurais que não tenham capacidade provada;

b) venda dos lotes nas condições fixadas para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

c) financiamento de investimentos de melhoria, especialmente cercas e residências.

8 — seja dado sentido de funcionalidade para a propriedade agrícola de modo que a grande, média e pequena área subsistam à base de sua produtividade.



O Presidente da F.A.R.E.C., Deputado Guilherme Gouveia, discursando na sessão da instalação da IV Conferência Rural Brasileira.

9 — Preservação enérgica e imediata das reservas florestais existentes e incentivo ao reflorestamento que atenda as condições mesologicas, com essencias indígenas e alienígenas de aproveitamento econômico.

10 — Criação de estações meteoro-agrárias e laboratórios de análise sumária de terras.

11 — Emprêgo de patrulhas moto-mecanizadas (pesadas, médias e leves) para o desbravamento e preparo do solo em regime de empreitada.

12 — Organização das oficinas de manutenção e reparos das máquinas agrícolas a preços módicos.

13 — Facilidade para o suprimento das Cooperativas Agrícolas e Associações Rurais, com materiais e drogas para defesa sanitária, vegetal e animal.

14 — Dotar o meio rural de assistência técnica, exercida através de profissionais competentes localizados no próprio ambiente de trabalho.

15 — Organização do cadastro imobiliário rural.

16 — Manifestar aos Estados e Municípios a necessidade de legislação subsidiária sôbre tapumes, visando a proteção das lavouras.

17 — Indicação no Govêrno Federal sôbre a conveniência de imediato entendimento com os Governos Estaduais, no sentido de ampla aceitação dos dispositivos legais que regem a vida das cooperativas, especialmente, no que se refere à parte fiscal.

ESTATUTO DO TRABALHO RURAL

1 — Que sejam aceitos os princípios gerais esposados no trabalho da Confederação

Rural Brasileira em torno do Estatuto do Trabalho Rural, que deverá disciplinar os aspectos contratuais e sociais de trabalho no campo.

2 — Que aprovando em tése as sugestões no referido trabalho, formula ainda os seguintes reparos:

a) admissão do contrato individual ou coletivo do trabalho, segundo as condições peculiares às diferentes zonas do país;

b) adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento dêsse horário;

c) aceitação, em princípio, da estabilidade dos trabalhadores rurais, matéria que deverá ser enquadrada em legislação especial, observadas as particularidades e as caracteristicas das atividades econômicas do campo.

3 — No que tange a instituição de previdência social para o campo, e tendo-se em vista o projeto em curso no Congresso (Projeto n.º 4.264 de 1954) que confia essa atribuição ao Instituto dos Industriários a classe deseja, preliminarmente sobrestar a tramitação do referido projeto, até que, à base do prévio estudo se consolide a sua orientação em torno da matéria.

Feitas essas considerações sôbre os assuntos afetos ao 1.º Grupo de Trabalho, formula mesmo as seguintes recomendações finais:

1.º — Que a Confederação Rural Brasileira em face das conclusões contidas no presente Relatório, se empenhe junto ao Congresso para elas sejam consideradas nos Projetos em curso de reforma agrária e outros relacionados com a vida rural.

2.º — Que a base dessas mesmas conclusões formule a Confederação Rural Brasileira ante-projetos de leis necessários à complementação da legislação agrária.

Aprovado por unanimidade.

Evaldo Saramago Pinheiro — Presidente.

Geraldo Goulart da Silveira — Relator.

EMENDAS ADITIVAS:

1.º) Que a Carteira de Colonização do Banco do Brasil recentemente criada, entre em efetivo funcionamento seguindo diretrizes que deverão ser enviadas pela Confederação Rural Brasileira.

2.º) Do mesmo modo que é, para efeito de cálculo do imposto de renda deduzivel desta, donativo feito a órgão de beneficência, seja também dela abatido, para tal efeito, o montante dos investimentos feitos no exercicio pelo contribuinte em realizações agrárias de carater eminentemente produtivo e permanente, pois vale isso como um donativo feito à terra pátria.

3.º) Tôda a área doada ou vendida pelo Poder Público, com objetivo de partilhamento territorial, só poderá ser adquirida por quem não a possua em qualquer porção do Brasil e este, por sua vez, só poderá legitimamente transmitir sua propriedade a outrem que se encontra na mesma situação e assim sucessivamente, sob pena de nulidade do ato.

RECOMENDAÇÕES DO 2.º GRUPO DE ESTUDOS

Foram as seguintes as conclusões do 2.º Grupo de Estudos presidida pelo Snr. Walker Correia de Araujo, da Bahia, que teve como relator o Dr. Raul Cardoso Melo, de S. Paulo, e que cuidou dos problemas sôbre Serviço Social Rural:

I — Considera a Confederação Rural Brasileira que o Serviço Social Rural deve ter como base a comunidade rural e a família rurícola.

II — Como decorrência mesmo do princípio anterior, o S. S. R. deve ter um caráter eminentemente educativo, procurando assentar suas bases de trabalho no propósito de preparar as populações rurais para que possam agir e atuar por si próprias, sempre com o objetivo de ser estimulada a formação de uma base econômica sólida nas comunidades rurais.

III — Os serviços a serem prestados, apontados no artigo 3.º, da lei, devem ser conduzidos em cada região ou município, com preferência para os mais vivamente reclamados pelo meio, como por exemplo, a saúde e a educação sanitária, a educação de base, a habilitação, a difusão das técnicas de trabalho e a melhoria dos padrões de vida rural para homens e mulheres e crianças.

IV — Os trabalhos a serem realizados devem visar a obter uma colaboração intensa com as populações locais, colaboração essa que resulta de uma coordenação de esforços e de recursos, de que participem pessoas, grupos e instituições da própria comunidade. Assim os serviços terão um caráter estritamente local. Para que possa intensificar êsse espírito de cooperação é conveniente que as Juntas Municipais promovam meios que permitam recrutar elementos representativos das classes sociais da comunidade para que, com seu espírito público, conhecimento do meio e influência social, contribuam para a efetiva realização e execução dos serviços.

V — A êsse esfôrço de colaboração integrando todos os membros da comunidade; serão convidados a cooperar as entidades politicas e particulares cuja experiência no campo do desenvolvimento econômico e social, demonstre possuirem capacidade técnica, idoneidade moral e sen-

so de responsabilidade; com estas entidades serão estabelecidos convênios ou acordos, de maneira que possam elas incumbir-se da realização de tarefas técnicas ou executivas em cooperação com o S. S. R., na maneira e forma que se julgue mais adequada ao respectivo meio de atuação.

VI — Para que se fortaleça, no meio rural, uma estrutura econômica sólida, julga-se indispensável a organização de instituições correspondentes às necessidades características do meio, e das quais participem esforços e recursos dos membros da comunidade. Tais instituições podem ter formas diversas — associações, cooperativas, centros sociais, etc. — desde que a estrutura escolhida corresponda às necessidades peculiares do meio, devendo com a sua constituição, dela emanarem as atividades construtivas dos diversos aspectos econômicos e sociais da comunidade.

VII — Compreende-se como fundamental ao bom êxito do S. S. R. que suas atividades ou tarefas não se encontrem nas sédes municipais descentralizando-se ao máximo possível a sua ação de modo que, flexível às peculiaridades de formação econômica e social da área de ação, a prestação de serviços atinja às populações dos distritos, povoados, sítios etc., não localizados no meio urbano da séde municipal.

VIII — Tendo em vista a desigualdade econômica e social das diversas regiões brasileiras, bem como as condições culturais e geográficas que essas regiões apresentam, reconhece-se a necessidade de ser o S. S. R. implantado de maneira gradual e progressiva, em todo o país, à proporção que sejam prèviamente conhecidas as condições das diversas áreas através de um minucioso levantamento. Assim os serviços deverão ser executados em bases municipais e locais, dentro, porém das linhas gerais do planejamento nacional e regional, por meio do qual os programas de trabalho traduzam as reais necessidades das comunidades a serem beneficiadas.

IX — Sem prejuízo da unidade de orientação técnica e da centralização do contrôle orçamentario cabíveis ao órgão central, os serviços técnicos de execução devem gozar de um regime de autonomia condizente com a natureza da tarefa: dentro dos planos nacionais cabe aos órgãos locais a adaptação necessaria das idéias e diretrizes gerais às peculiaridades do respectivo meio.

X — Tendo em vista a conveniência de manter-se o Serviço Social Rural num nível, elevado, julgam-se fundamentais no completo êxito de seus trabalhos as seguintes medidas que deverão ser adotadas pela direção superior e por esta recomendadas às direções regionais e locais:

a) recrutamento de pessoal, de preferência entre elementos locais, junto a profissionais de qualificação cor-



Reunião do 1.º Grupo de Estudos, quando falava o relator, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

respondetue às funções a desempenhar, devendo os escolhidos apresentar experiência no meio rural, possuir aptidões especiais para o trabalho de campo, idoneidade moral e, em certos casos, ter sua admissão condicionada a curso prévio de treinamento;

b) aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de trabalhos adequadas ao meio rural, que traduzam a realidade econômica da região onde vão ser aplicadas, evitando-se, o mais possível, o ensino meramente teórico;

c) orientação dos trabalhos do S. S. R. em todos os planos, como uma instituição particular;



Aspecto de uma reunião da comissão que estudou a reforma cambial, vendo-se o seu relator, Dr. Enio Leitão, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

d) manter o S. S. R. com absoluta autonomia em face das organizações político-partidárias, evitando-se a deturpação de seus objetivos com qualquer participação que venha a destruir êsse princípio.

Presidente do 2.º Grupo: Walker Correia de Araújo.

Relator: Raul Cardoso Melo.

RECOMENDAÇÕES DO 3.º GRUPO DE ESTUDOS

O 3.º Grupo de Estudos, que cuidou da Reforma Cambial e do Crédito Agrícola, teve como presidente o Coronel Francisco de Paula Soares Neto e como relator o Dr. J. M. Fonseca Lima, apresentou as seguintes recomendações:

PRIMEIRA COMISSÃO — REFORMA BANCARIA

1 — A Comissão reafirma a premente necessidade da criação do Banco Central. Aconselha igualmetne a criação do Banco Rural, como evolução final de ampla autonomia a ser concedida à CREAI, a exemplo do que já ocorre com as Carteiras de Câmbio, Redescento e CACEX, com descentralização dos seus serviços, para possibilitar maior e mais rápida disseminação do crédito especializado.

2 — Considerando a necessidade de se obter fundos monetários para as diferentes operações, sem os quais não será possível atender satisfatòriamente às necessidades de crédito agrícola em volume, realmente impossível de se conseguir, sem a reorganização do nosso mercado monetário, resolve aceitar em princípio, a indicação contida em a GLEBA de janeiro de 1956, número especial.

3 — Seja apressada pela CREAI a instalação dos Escritórios previstos no seu Regulamento, para maior capilaridade do crédito ao pequeno agricultor.

SEGUNDA COMISSÃO — CRÉDITO RURAL

1 — *A Confederação Rural Brasileira* deverá emprestar o seu integral apoio a tôda e qualquer iniciativa, pública ou privada, consubstanciada na organização de novas instituições de crédito, que visem, principalmente, a sua aplicação no meio rural;

2 — Dentro desse princípio, apoiar a idéia da formação e criação do BANCO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO BRASIL S. A., autorizando a sua constituição e conferindo à Diretoria da CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, os poderes de promover a sua imediata incorporação, de conformidade com as condições propostas pela FARERJ, devendo, para seu desenvolvimento, aproveitar, por convênio, a rêde bancária nacional e, antes de ser iniciados os trabalhos de incorporação, a INCORPORADORA — CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA — promoverá os estudos definitivos de estruturação e o dos estatutos projetados, juntamente com os Presidentes das Federações das Associações Rurais.

3 — Influir, junto aos organismos competentes, para que a rêde bancária nacional seja aproveitada, no máximo possível, permitindo uma maior distribuição do crédito nas zonas rurais do país; ampliando-a, com a colaboração, das próprias associações rurais;

4 — Reafirmar que o sistema cooperativo é um dos melhores meios para ampliar a difusão do crédito agrícola, propondo:

a) — a colaboração para o aprimoramento da atual rêde de cooperativas agrícolas existentes no país;

b) — sua participação no movimento para a instalação de novas unidades cooperativas no interior brasileiro, mórmente em municípios que ainda não possuam êsses estabelecimentos de crédito;

c) — solicitar de todos os Governos Estaduais e dos Territórios a sua cooperação no sentido de prover os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo de suas zonas, de todo o aparelhamento necessário ao cumprimento de suas finalidades e, principalmente, munir aqueles órgãos de número suficiente de técnicos, economistas-contadores, que possam dar uma assistência profícua às cooperativas e proceder à

fiscalizações periódicas que possibilitem uma maior e melhor consolidação das entidades.

5 — Sugerir a criação de um Fundo de Credito Rural, formado por verbas consignadas no Orçamento Anual da República.

6 — Recomendar que êsse Fundo de Crédito Rural seja distribuido pelos Institutos de Crédito especializado já existentes, bem como, os que venham a se constituir.

J. M. Fonsêca — RELATOR

EMENDAS APROVADAS

O plenário aprovou as recomendações do 3.º Grupo de Estudos com as seguintes emendas:

1) Suprimindo o período "até que seja ......" e substituindo-o pelo seguinte "até que seja feita a criação de novos órgãos de crédito especializado que os substituem de forma definitiva".

2) Susbstituindo o item 2, por: "dentro desse princípio, recomenda-se à diretoria da C. R. B. a idéia da formação e criação do Banco das Associações Rurais S. A. e sugerindo-se o estudo pelos seus órgãos técnicos do projeto apresentado pelo ilustre conferencista Dr. Walter Peixoto, e o imediato encaminhamento do mesmo às suas filiadas.

RECOMENDAÇÕES DO 4.º GRUPO DE ESTUDOS

O 4.º Grupo de Estudos teve a seu cargo o exame da Política de Prêços, Política Cambial e Questões Regionais, foi presidido Dr. Napoleão Fontenelle e teve como relator o Dr. Humberto de Andrade.

Foram as seguintes as conclusões do Grupo de Estudos:

Com relação à política de prêços:

1.ª — A continuação pelo Govêrno da política de fixação de preços.

2.ª — O estudo, pela Comissão de Financiamento da Produção da divisão do Brasil em zonas geo-econômicas bem caracterizadas, sendo-lhes os preços fixados em épocas oportunas, de acôrdo com o disposto na Lei n.º .. 1506, verificada a possibilidade de manter-se uma data fixa para cada região.

3.ª — Que a Comissão de Financiamento da Produção estude a possibilidade de incluir, entre os produtos de fixação obrigatória, outros gêneros alimentícios, especialmente a batata inglêsa, cuja extensão cultural e importância econômica são bastante acentuadas no Centro e Sul do País, bem como outros produtos agrícolas de finalidade nitidamente alimentar, visando ao incremento de sua produção nas zonas geo-econômicas adequadas.

4.ª — Que a Comissão de Financiamento da Produção exclua de seus trabalhos os produtos já amparados por legislação especifica, ou que possuam órgãos coordenadores de produção e financiamento.

5.ª — Que o critério de fixação de preços, além dos elementos comprovantes da produção, seja também estudado, à base das médias dos anos anteriores, corrigido por um percentual variável, calculado no critério do acréscimo do custo de vida.

6.ª — Que a Comissão de Financiamento da Produção, ao fixar o preço mínimo, bus que sempre atender com justo preço ao agricultor, uma vez que esta fixação é base para operações comerciais, determinando, quando é baixo, um deságio que atinge ùnicamente o produto.

7.ª — Que, no sentido de propiciar um melhor funcionamento da Comissão de Financiamento da Produção, estude o Ministério da Fazenda a possibilidade de conceder à dita Comissão maior autonomia de ação, libertando-a de entraves burocráticos e possibilitando-lhe uma atuação constante e oportuna aos interêsses da produção agrícola nacional.

8.ª — Que seja incluído nos Anais da IV Conferência Rural Brasileira o excelente estudo dos Srs. Rubens Araújo Dias e Constantino Carneiro Fraga intitulado: "Necessidade de Garantia de Preços para a Agricultura" publicado em "GLEBA", edição de dezembro de 1955.

Com relação à política cambial:

1.º — O govêrno reajustará a nossa moeda em bases que melhor atendam as conveniências nacionais e tanto quanto possível pelo seu justo valor no mercado internacional ou livre, fixando o prazo ou data para colocar a medida em vigor, cobrindo as diferenças de valor da moeda, decorrentes de reajustamento e seus reflexos, quer internos quer externos estabelecendo uma taxa de exportação para todos os produtos exportáveis, taxa esta calculada ou baseada no valor médio mínimo de cada produto no mercado internacional no trimestre anterior;

2.º — Em nenhuma hipótese a taxa de exportação fixada pelo govêrno poderá ser maior que a decorrente da atual diferença cambial e será sempre reajustada, a fim de permitir a mais ampla liberdade de comércio;

3.º — As divisas provenientes desta medida pertencerão ao exportador, que delas poderá dispor livremente, devendo o govêrno suprir-se no mercado livre para as suas necessidades.

Com relação às questões regionais:

1 — Modificação da taxa cambial de exportação do algodão, aproximando-a quanto possível da taxa do câmbio livre.

2 — Suspensão imediata dos tabelamentos e contrôles sôbre subprodutos do algodão, como torta e óleo.

3 — Providências de longo alcance, que visam ao aprimoramento da qualidade do produto nacional, para que tenhamos uma fibra superior à dos Estados Unidos:

a) maiores dotações em verbas e pessoal para as estações experimentais do Nordeste, para produção de melhores linhagens do Mocó;

b) colaboração entre os Governos Federal e Estaduais e firmas interessadas na distribuição de sementes selecionadas aos lavradores;

c) promover os estudos e as providências efetivas do combate à broca do algodoeiro no Nordeste;

d) incrementar a produção de algodão de fibra média sòmente com fibra superior a uma polegada do comércio internacional;

e) recomendar o plantio em separado de cada variedade, a fim de evitar-se a hibridação;

f) auxiliar e promover a imediata distribuição de sementes selecionadas de fibra longa;

g) melhor cooperação entre os Governos Federal e Estaduais, Associações Rurais e entidades idôneas interessadas na ampla divulgação das boas práticas agrícolas, a fim de elevar a produtividade do algodoeiro, tanto em média por área como *per capita*.

4 — Aprovação pela CRB do tipo de trabalho de cooperação para produção de sementes entre o lavrador, Estado e máquinas de descaroçamento, recomendando que êsse tipo de cooperação se estenda aos outros Estados, onde o lavrador não conta com a semente fornecida por estabelecimentos oficiais especializados.

5 — Recomendar ao Ministério da Agricultura o aumento de verbas destinadas ao Fomento Agrícola de Goiás em virtude do excelente trabalho da equipe de agrônomos sediados ali.

6 — Recomendar ao Govêrno Federal liberação completa de controles sôbre farelo de algodão, a fim de que o lavrador goiano e de outras regiões do País possam adquirir não só 50%, mas para a totalidade de suas necessidades sem os entraves de interferências políticas e administrativas.

7 — A mais ampla divulgação, através dos agrônomos regionais e entidades agrícolas dos resultados obtidos pelos Institutos Agronomicos e Estações Experimentais em problemas de adubação e recuperação do solo.

8 — Dados comparativos entre nossas leguminosas atuais para produção de matéria orgânica e fixação de azoto, em cada tipo de solo.

9 — Introdução de novas variedades de leguminosas.

10 — Estudo das gramíneas relativamente à recuperação do solo.

11 — Ampliação do sistema de análise do solo, com possível ramificação pelas estações experimentais e postos regionais.

12 — Estabelecimento da correlação para cada tipo de solo, entre análises de solo e os resultados de adubação, a fim de facilitar a recomendação de adubação ao lavrador.

13 — Ampla divulgação dos resultados obtidos com calagem.

14 — Continuação e ampliação dos trabalhos sôbre conservação do solo e planejamento da propriedade agrícola. Ampla divulgação dos resultados obtidos.

15 — Experiências sôbre vantagens e limitações da cobertura do solo com capim nos cafeeiros e em outras culturas, principalmente nas zonas de estio sêco e quente.

16 — Apoio e ampla divulgação dos resultados obtidos pela iniciativa particular na recuperação da produtividade do solo.

17 — Libertação do agrônomo regional de serviços burocráticos, para que êle possa visitar os pequenos lavradores e auxiliá-los no planejamento conservacionista de sua propriedade.

18 — Promover, através dos órgãos de classe agrícola, reuniões com industriais e comerciantes no sentido de interessá-los nas pesquisas agrícolas, fomentando, assim, as iniciativas particulares;

19 — Desenvolver os serviços informativos, social e educativo, nas Federações Rurais e suas filiadas..

20 — Promover, por intermédio das Federações e Associações Rurais, a criação de cooperativas de compra e venda;

21 — Difundir, através dos órgãos de classe, o clube dos 4H, tipo americano ou semelhante, e

22 — Estimular o intercâmbio entre as associações de classe do Brasil e Estados Unidos.

23 — Revisão de todo o sistema nacional de estradas, de modo que as principais vias de comunicação sejam ferroviárias, dando-se ao transporte rodoviario função meramente supletiva.

24 — O traçado das principais vias de comunicação servidas por ferrovias levará na devida conta e aproveitará, racionalmetne, as vias de transporte interiores representadas pelos rios navegáveis, pelos que possam ser navegados mediante correções do curso dos leitos e, ainda, por sistema de canais.

25 — As ferrovias deverão ser uniformizadas quanto a bitola e eletrificação.

26 — Uma legislação previdente deverá fomentar a iniciativa privada pela inversão de capitais nacionais e estrangeiros, tanto para o aumento da produção hidroelétrica como para a extensão da rêde ferroviária planejada. Tanto quanto possível, o Poder Público abrirá mão das emprêsas de estradas de ferro, confiando-se ao particular, dando quanto necessário, garantia de juros aos capitais efetivamente invertidos.

27 — As tarifas ferroviárias serão fiscalizadas pelo Poder Público, não devendo ir além do necessário para assegurar a justa remuneração dos capitais. De qualquer forma, a Administração Pública estudará e aplicará normas que estimulem a concorrência, entre as ferrovias, quanto à qualidade do serviço e quanto aos preços das tarifas.

28 — O impôsto sôbre o combustível mineral para o transporte rodoviário será tal que permita à Administração Pública construir e manter a rêde rodoviária sem recorrer nos tributos gerais, e, ainda forneça recursos com que



Aspecto do Churrasco oferecido aos participantes da IV Conferência Rural Brasileira, vendo-se o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

atender o mais possível aos reclamos da garantia de juros às emprêsas de estradas de ferro. O impôsto único servirá como regulador da concorrência entre as emprêsas de estradas de ferro e as de rodagem, pela graduação do custo do transporte rodoviário e, portanto, pelo conseqüente congestionamento das classes e volumes de mercadoria que procurem esta espécie de transporte.

29 — Interferência junto ao D. N. E. R. para construção de diversas estradas de rodagem. Nada temos a opor sôbre semelhante pedido. Assim, propomos que a Confederação oficie ao D. N. E. R. solicitando amparo para o que pleiteia o Presidente da referida Associação

30 — Pede também a construção de um açude,alegando que os atuais já não atendem às necessidades locais. É um outro problema que a Confederação pode intervir na solução, entendendo-se com o D. N. O. C. S.

31 — Solicita a isenção de impostos e de licença de importação para máquinas e produtos agrícolas, gado vacum, cavalar, suínos etc., criação de uma cooperativa agrícola, construção de silos bem como seja oficiado ao Banco do Nordeste do Brasil S. A., no sentido de autorizar a Agência do referido Banco em Nova Russas a realizar operações, com maior amplitude, com agricultores.

32 — Que a IV Conferência Rural Brasileira faça sentir ao Exmo. Senhor Presidente da República a necessidade premente de financiamento, pela União, para a realização da Rêde Nacional de Armazéns e Silos;

33 — que a C. R. B. pleiteie, através da C. E. R. N. A. S. (Comissão Executiva da Rêde Nacional de Armazéns e Silos) a imediata execução de unidades armazenadoras suficientes nas regiões de altos índices de produção, estabelecendo, assim, um critério justo de prioridades;

EMENDAS

Foram aprovadas pelo plenário as seguintes emendas:

1 — Suprimindo todo o item sôbre politica de preços.

2 — Fica a C. R. B. autorizada a enviar à Comissão de Financiamento da Produção Agrícola do Ministério da Fazenda o trabalho publicado em "Gleba" de Dezembro de 1955 páginas 3 a 38, como contribuição ao estudo do estabelecimento de um novo sistema de garantia de prêços no Brasil.

3 — Com relação à politica cambial:

a — ratificando o pensamento da classe manifestado na III Conferência Rural Brasileira;

b — que as teses apresentadas sôbre o assunto sejam remetidos à C. R. B. para apreciação de seus órgãos técnicos, como subsidio ao estudo de uma solução para

COMO TRABALHAR COM AS ABELHAS

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

Apesar de muito popular, é falsa a lenda que diz que as abelhas se habituam com o seu dono.

Na realidade, é o apicultor quem se habitua com as abelhas. O bom apicultor é sempre mais ou menos bem sucedido, quando lida com as abelhas, sejam suas ou sejam de outras pessoas.

Qualquer pessoa pode se tornar bom apicultor, desde que não tenha mêdo de abelhas. É bem compreensível que nas primeiras vêzes em que alguém abra uma colmeia, seja acentuado o receio de ser agredido pelas suas ocupantes; mas com o decorrer do tempo, o apicultor, geralmente, vai perdendo êsse receio e vai sentindo amizade pelas suas fazedoras de mel. Essa substituição do mêdo pelo amor é a primeira condição para ser bem sucedido, porque gera um sentimento de compreensão que induz à calma enquanto trabalha; e trabalhar com calma é um fator muito importante em apicultura.

Nas primeiras vêzes em que se mete com as abelhas, deverá o apicultor proteger-se com o véu, também chamado errôneamente "máscara"; mas desde a primeira vez, deve ir se habituando a trabalhar sem luvas. Se acontecer alguma ou várias abelhas picarem a mão, o apicultor deverá suportar com estoicismo, sem dar tapas nem largar o que está segurando e sair correndo. Os movimentos deverão ser sempre lentos, porque os movimentos bruscos irritam as abelhas, tanto as que estão na colmeia observando atentamente os movimentos externos, como as que estão voando ao redor da colmeia, procurando o motivo de alarme que foi dado quando no seu interior se abriu a colmeia.

Algumas vêzes a abelha ataca o apicultor com a resolução firme de picá-lo; então, dificilmente se consegue fazê-la desistir de seu intento; se ela atinge a mão ou a roupa, geralmente deixa ali cravado o aguilhão; sendo a mão a parte atingida, deve-se providenciar a retirada do aguilhão antes que a carne absorva todo o veneno.

Quando a abelha pousa sôbre a mão, ou qualquer outra parte, sem ferrear, deve ser deixada em paz, porque se lhe der um tapa, ela ou cravará imediatamente o aguilhão ou, se fôr atirada, voltará furiosa, para não perdoar o seu agressor.

Quando as abelhas mostram se agressivas, geralmente umas baforadas de fumaça fria serão suficientes para acalmá-las, desde que outros fatores não estejam contribuindo para essa agressividade. Se as condições forem normais e as abelhas mantiverem-se agressivas mesmo com o uso da fumaça, trata-se então de uma família naturalmente muito agressiva. Havendo necessidade premente de se lidar com essa colmeia, o apicultor poderá lançar mão de um pulverizador cheio de água, que não tenha sido anteriormente utilizado com inseticida. O chuvisco provocado molhará as abelhas que se acalmarão e se recolherão para o interior de sua habitação. Se a água usada no pulverizador fôr adoçada com um pouco de açúcar, dará melhor resultado porque as abelhas procurarão se lamber umas às outras, deixando de atacar o apicultor.

Além dêsses cuidados, que são essenciais, o apicultor deverá não se esquecer de alguns outros, que muito contribuirão para facilitar os serviços, principalmente evitando ou diminuindo a agressividade das abelhas. Isto se consegue evitando o que as abelhas não gostam. Por exemplo:

1) as abelhas não gostam de cheiros ativos, como perfumes, loções, falta de asseio, etc.; portanto, o apicultor que tenha cheiros, agradáveis ou desagradáveis, mesmo fracos, irrita as abelhas, tornando-as agressivas;

2) as côres prêta e marron irritam as abelhas, enquanto as azul claro e branca geralmente acalmam-nas; é por isso que os apicultores geralmente usam um guarda pó claro quando trabalham com as abelhas;

3) os dias frios, principalmente quando venta, resfriam as crias, prejudicando-as; as abelhas sabem disto e se irritam quando o apicultor abre uma colmeia em tais ocasiões;

4) as abelhas campeiras, que são as mais velhas, são as mais agressivas da família; não se deve mexer nas colmeias nem muito cedo, quando ainda não saíram as campeiras, nem muito tarde, quando já se recolheram;

5) as abelhas depois de tomarem conhecimento da localização de sua colmeia, atiram-se para fora dela ou de retôrno a ela, contando sempre com os obstáculos observados em seus primeiros vôos de localização; se o apicultor

(Continua na pág. 52)

A SAFRA DE CEREAIS DO PARANÁ

O transporte dos cereais, no Norte do Paraná, durante a época de safra, não pode ser resolvido de forma ordinária, normal.

O rodoviário é caro, embora grande trecho — Ibiporã-Londrina-Apucarana — 87 km — já esteja pavimentado. Continua a não ser a verdadeira solução.

Acontece, porém, que a Rêde Viação Paraná-Santa Catarina não está em condições de atender o escoamento rápido das safras dessa região, onde a armazenagem é ainda mais precária do que a própria estrada.

As razões são estas:

a) debilidade da via permanente que não permite composições de grande porte;

b) escassez de locomotivas e material rodante que não permite grande multiplicidade de composições para compensar a impossibilidade de composições grandes;

c) desnivelamento social do pessoal que não permite à estrada atividade intensa durante 24 horas ininterruptas.

Os dois primeiros itens são conhecidos apesar de muitas melhorias terem sido introduzidas últimamente. Mas essas melhorias nada representam em relação às necessidades de uma boa sofra como é o caso presente.

A situação do pessoal é outro fator negativo de graves conseqüências. O trecho do Norte do Paraná representa apenas 10 % das linhas da R. V.P.S.C. as quais abrangem outras regiões de configuração diversa e economia próprias. São estas regiões que determinam os padrões de salários vigorantes na estrada.

Como a região Norte do Paraná é fundamentalmente diferente das demais com os padrões de salários mais altos do país dado o *rush* econômico que ali se verifica, ocorre então um grave desnivelamento entre o que ganham os trabalhadores da Rêde e os de tôdas as demais atividades. Isso determina que a estrada não conte com horas extraordinárias de seu pessoal que prefere aproveitá-las em atividades estranhas à mesma e onde, em poucas horas, ganha consideràvelmente mais do que nas oito horas de serviço profissional.

A deficiência que êsse fenômeno provoca nos serviços ferroviários é catastrófica, agravando em todos os sentidos as suas deficiências materiais.

A missão Klein & Sacks analisou a fundo essa situação e as soluções a que chegou ou são de longo alcance, ou não podem ser por nos encampadas. É que, as primeiras giram principalmente em tôrno da construção de armazens e silos, que é solução remota, embora premente. As outras se concentram sobretudo na transferência do trecho de Cornélio Procopio a Maringá, da Rêde para a Sorocabana.

Ora, esta providência é chocante para os paranaenses, que não se conformariam nunca com tamanha afronta

à autonomia estadual, que é no que constituiria, em última análise, a extraterritorialidade a ser concedida a uma estrada de propriedade do govêrno de um outro Estado.

Outra sugestão que se tem discutido é a da autonomia ou da federalização do referido trecho, a qual, em verdade, não chega a ser atentatória ao espírito autonomista dos paranaenses. Mas, tal como a construção da rêde regional de armazens e silos, é solução de longo alcance, que demanda tempo. E o problema submetido à nossa consideração é de solução imediata, para providências a serem adaptadas dentro de dois mêses, no máximo, em face da grande safra de milho e feijão que se espera, em conseqüência da calamidade que liquidou os cafesais norte-paranaenses.

Nessas condições, com a experiência que temos do problema e tendo em vista as causas objetivas da crise de transportes da região, o que nos parece necessário fazer, de imediato e antes de mais nada, é conservar no trecho Cornélio Procópio-Maringá, a maior quantidade possível de locomotivas, vagões e pessoal.

Para se conseguir êsse objetivo, no devido tempo, é claro que a Rêde não dispõe dos elementos necesários. É preciso ir buscá-los onde fôr possível e isso é possível. Apenas, as medidas para a sua obtenção não podem ser tomadas pelas autoridades estaduais e muito menos pela própria Rêde.

É um caso típico de coordenação e como se trata de providências que envolvem os governos de dois Estados, essa coordenação só pode ser levada a efeito pelo Govêrno Federal ou, melhor dito, pelo Ministério da Viação, ou pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços que são os órgãos próprios.

É, pois, ao Ministério da Viação que devem ser dirigidas estas sugestões, pois é a êle, através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, que compete essa responsabilidade de coordenar os elementos que devem atuar no escoamento daquela safra cerealífera.

A mesma responsabilidade cabe à COFAP no contrôle dos embarques e da armazenagem nos centros de consumo, bem como à Comissão de Financiamento da Produção, na defesa dos produtores.

Nessas condições, deve-se organizar uma comissão, integrada por um representante dos três órgãos citados, para tomar as medidas que se fizerem necessárias, tais como as seguintes e que nos parecem fundamentalmente essenciais:

a) acôrdo entre a Rêde e Sorocabana, para tráfego mútuo, se é que não está em vigor o de 1951, a fim de que as composições da primeira viagem diretamente até S. Paulo e, as da segunda, até Maringá.

b) coleta de locomotivas e vagões, para empréstimo por três meses, entre outras estradas que dêles dispuserem e cujas bitolas sejam idênticas, como a Sorocabana, a Araraquerense, a Nordeste e a Central.

c) acôrdo com a Central, para que receba em Barra Funda e carregue imediatamente para o Rio os cereais que a êle se destinarem e onde não haverá dificuldade de armazenagem;

d) acôrdo com a Santos-Jundiaí, para o transporte rápido, de Barra Funda a Santos, dos cereais destinados ao consumo local e à cabotagem, uma vez que em Santos também não haverá maior dificuldade de armazenagem;

e) adaptação de vagões fechados para o transporte a granel destinado êste a todos os estabelecimentos comerciais ou industriais que dispuserem de silos;

f) acôrdo com os embarcadores para que custeiem os extraordinários em horas e feriados em bases capazes de interessar o pessoal e desde que a Rêde não possa fazer por sua conta;

g) distribuição de vagões pela própria Comissão cobrando pesada multa pela praça morta ou não havendo má fé por parte do embarcador entrega imediata do vagão desistido a outro embarcador em condições de utilizá-lo prontamente;

h) acôrdo com os sindicatos de atacadistas de cereais de São Paulo Rio e Santos, para que seus associados armazenem ou distribuam tôdas as quantidades de cereais que lhes forem remetidas além das suas compras normais;

i) se fôr o caso, obter do Banco do Brasil financiamento aos atacadistas, mediante penhora dos estoques em poder dêstes, a fim de permitir que cada um possa fazer estoques acima da respectiva capacidade financeira, pelo tempo necessário;

j) na hipótese de que a Comissão de Financiamento da Produção possa ela mesma adquirir tôda a produção e que o Exército possa, a sua vez, fazer de uma só vez a aquisição de tôdas as suas necessidades, os itens anteriores — *h* e *i* — perderão muito sua razão de ser ou ficarão bastante limitados em seu alcance, desde que o referido órgão entre em acôrdo

(Continua na pág. 52)

A INFLUÊNCIA DAS FLORESTAS SÔBRE A TEMPERATURA DO AR E SÔBRE AS GEADAS

A influência das florestas sôbre a temperatura do ar fôra já assinalada por Humboldt, Boussingault, Nordingler, Becquerel, Krutzsch e outros; mas só a partir do século XIX foi ela estudada com rigor científico. Os trabalhos mais importantes a êste respeito e que elucidaram definitivamente a questão foram os de Mathieu, na Escola Florestal de Nancy, e os de Ebermayer, nas Estações Florestais da Baviera.

A existência de grandes áreas de matas tem influência apreciável sôbre a temperatura do ar, sobretudo dentro dessas áreas, quando comparada com a de outras despidas de vegetação. De um modo geral, pode estabelecer-se que a temperatura média anual é menor dentro das matas do que a obtida fora delas. Essa diferença não é, porém, tão sensível como muitos querem fazê-la: as observações feitas na Europa, em grande número de estações e postos, mostram que a 50º de latitude norte, ela é apenas de 0,6º, a 1,50 m do solo, comparada com a temperatura, à mesma altura, em terreno descoberto, um pouco mais nas regiões montanhosas, um pouco menos nas planícies.

Em Nancy, a média dessa diferença foi de 0,45º para os anos de 1869 a 1888, isto é, num período de 20 anos de observações consecutivas. No Departamento de Oise, de 1874 a 1878, Fantrat notou uma diminuição de 0,5º na temperatura média anual devido à influencia das florestas, em Halattie, e de 0,9º, em Ermenonville. Uma das maiores diferenças observadas foi de 1,05º, em Melkerei, na Baixa-Alsácia, no período de 1875 a 1895. Convém notar que estas observações foram feitas em diferentes altitudes e em florestas de essências diversas;

Em Nancy — a 340 m numa floresta de faias.
Em Halattie — a 120 m numa floresta de carvalhos e carpas.
Em Ermenonville — a 100 metros numa floresta de pinheiros.
Em Melkerei — a 930 m numa floresta de faias.

Esta diferença, para menos, segundo os dados das Estações Florestais da Baviera, não se encontrou repartida com igualdade por todo o ano: foi máxima no verão, mínima no inverno, intermediária na primavera e no outono, como se verifica pelas médias correspondentes às quatro estações, considerando só as temperaturas diurnas:

Primavera	1,02º
Verão	1,68º
Outono	0,45º
Inverno	quasi nula

Na Suiça, o abaixamento da temperatura, devido à

ação da floresta, foi de 1,51°, no verão, e de 0,51°, no inverno; no Wurtemberg, respectivamente, 1,70°, e 0,30°; em Nancy, no mês de julho, a média foi inferior de 1,14° e, Ermenonville, de 2,2°.

Na Suécia, segundo as observações de 1878 a 1883, a diferença foi de 0,60° em junho, 0,55° em julho e 0,60° em agôsto, enquanto que, em novembro, dezembro e janeiro, a média foi superior, na floresta, respectivamente 0,15°, 0,30° e 0,25°.

De quanto fica exposto se conclui que, nas matas, a média anual da temperatura é, em geral, inferior de cêrca de meio grau à do campo descoberto e que a ação refrigerante das florestas é muito mais sensível no verão do que no inverno.

Tem-se observado que, durante os dias mais quentes do ano, a temperatura máxima registada dentro das matas está sempre muito abaixo da registada fora e, pelo contrário, nos dias mais frios do ano, a mínima observada nas matas nunca é tão baixa como a obtida fora, principalmente nas que são constituídas por essências de folhas persistentes.

Esta influência da floresta tem grande importância sob o ponto de vista agrícola, evitando o efeito desastroso das geadas extemporâneas: tardias na primavera, precoces no outono. A proteção das árvores pode evitar o resfriamento brusco da temperatura na primavera, depois de começado o período de vegetação ativa.

As geadas tardias são menos freqüentes e menos rigorosas nas matas do que nos campos despidos de vegetação, como o provam as observações feitas, nas estações florestais alemãs de Carlsberg, Eberswalde e Huguenau.

Estudos feitos nas mesmas estações mostram que as geadas tardias ocorrem, durante um período muito mais longo no campo e são, portanto, mais nocivas do que na floresta.

Para se conhecer, tão exatamente quanto possível, a influência das florestas sôbre a temperatura do ar das regiões circunvizinhas, estabeleceram-se estações radiais de observação, isto é, numa série de pontos que começa no centro de um considerável maciço e que se vai afastando gradualmente até uma distância considerável da mata. Verificou-se que a ação das florestas sôbre a temperatura do ar das regiões adjacentes, despidas de vegetação, é muito limitada.

O que parece poder concluir-se é que o papel das florestas sôbre a temperatura da atmosfera, é bem semelhante ao do mar: atuam como regulador. A temperatura na floresta sobe menos durante o dia e desce menos durante a noite do que nos campos sem árvores; êste fato provoca as brisas que de dia sopram da floresta, menos aquecida, para os terrenos circunvizinhos, e de noite sopram em direção oposta.

As florestas, muito embora produzam uma pequena diminuição na média anual, corrigem os grandes extremos da temperatura de cada estação, de cada mes, de cada dia.

A influência das matas sôbre a temperatura do ar é devida ao coberto das árvores, *copa* ou *folhagem*, que intercepta a passagem dos raios solares, evitando que o solo se aqueça ràpidamente durante o dia, e que impede ou diminui a irradiação noturna; à transpiração das fôlhas que lançam grandes quantidades de vapor d'água, roubando um certo calor; e a camada humífera, *manta* ou folhedo, que, sendo má condutora do calor, abriga o solo, diminuindo a sua irradiação.

(Extraído do livro "Utilidade das Florestas", de Navarro de Andrade).

HOMENAGEM



Os diretores da Fruehauf Trailer S. A. homenagearam com um coquetel no Salão Portinari do Hotel Comodoro, o Sr. Alexander S. Aranyos, Diretor das Operações Estrangeiras da Fruehauf Trailer Co. de Detroit, Michigan. No clichê vêm-se da esquerda para a direita: Sr. Francisco Vieira, Sr. Louis J. Servizio, Diretor Tesoureiro da Fruehauf Trailer S. A. Ind. e Comércio, Sr. Attilio Porreca, da Bramasa S A., Sr. Alberto Moreira, Diretor Superintendente da C. M. T. C. Dr. Dr. Ary F. Torres, Diretor Presidente da Fruehauf Trailer.

Serviço social rural

Foi nomeado Presidente do Serviço Social Rural o Dr. Rubens Farrula, que de há muito está ligado à vida rural brasileira como ex-Secretário da Agricultura do Estado do Rio, organizador da Cooperativa Central dos Produtores do Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, membro da Comissão Nacional de Política Agrária e de outras entidades.

Em Fortaleza, durante a IV Conferência Rural Brasileira, o Dr. Rubens Farrula teve ocasião de pronunciar o seguinte discurso:

"Ao ensejo dos trabalhos da IV Conferência Rural Brasileira muito focalizado e muito debatido foi o tema do Serviço Social Rural, que constituiu, aliás, o objetivo específico do 2.º Grupo de Trabalho. O ardor com que ilustres Congressistas se empenharam no exame do problema demonstra a saciedade inegável relevância com que o mesmo avulta na conjuntura social e econômica da vida rural brasileira.

O Serviço Social Rural foi há muito uma reivindicação da Classe e é hoje, felizmente, uma vitória, que veio galardoar esforços ingentes da Confederação Rural Brasileira e de ilustres Parlamentares identificados com as causas da agricultura nacionl.

Na qualidade de presidente do S. S. R., posto a que fui conduzido pela confiança da Classe e do Govêrno, julguei oportuno trazer a meus companheiros alguns esclarecimentos sôbre o momentoso problema, para que esta IV Conferência conheça de perto a realidade dos fatos e as providências iniciais por nós adotadas para a instalação e funcionamento da autarquia criada pela Lei n. 2.613.

Empossado que fui na presidência do órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, entrei logo em entendimentos com o titular da Pasta, que se revelou perfeito conhecedor do assunto e sobremaneira desejoso de envidar conosco todos os esforços para o êxito do grande empreendimento em prol do alevantamento dos homens do campo.

Após as primeiras conversações chegamos com facilidade ao reconhecimento de que a providência basica seria a regulamentação da Lei, sem a qual nada se poderia concretizar e com presteza acedemos ao pedido do S. Exa no sentido de apresentar algumas sugestões sobre a matéria.

Com a colaboraçao da Confederaçao, constituimos um pequeno grupo de trabalho e, dentro de poucos dias, pudemos submeter à apreciação do Sr. Ministro da Agricultura um ante-projeto de Regulamento. Releva esclarecer aqui que esta lei adjetiva se ateve apenas aos aspectos administrativos do S. S. R. Pareceu-me — e também aos meus colegas da direção da CONFERUBRA — não ser conveniente que o Regulamento enfidasse da própria estrutura do S. S. R., convindo que se limitasse a fixar normas interpretativas do texto legal, notadamente no que concerne às disposições dos arts. 4, 6, e 14, que tratam dos processos de composição dos Conselhos e das Juntas, e do aparelhamento financeiro para instalação do novo órgão.

De fato, pareceu-nos de tôda conveniência que nada de fundamental fosse realizado sem que estivesse completo o Conselho Nacional, com a eleição dos quatro representantes da Classe e dos representantes de Ministérios.

Essa diretriz pareceu-me a mais acertada e a que melhor correspondia aos interêsses da Classe, agora convocada pelos Poderes Públicos para uma colaboração direta na disseminação dos serviços sociais nas regiões rurais. Assim, o Regulamento não focalizará pormenores da organização do Conselho Nacional e de seus órgãos regionais, os Conselhos Estaduais e Juntas Municipais. Esse encargo se efetivará, através do Conselho Nacional, que complementará, com o seu Regimento Interno, os aspectos básicos de funcionamento e do proprio quadro do pessoal do S. S. R. No ante-projeto do Regulamento, ficaram apenas expressas as atribuições dos Conselhos e da Presidência, bem como, em disposições transitórias, a autorização para movimentar a dotação especial para a instalação da Autarquia e o atendimento às despesas iniciais indispensáveis para o funcionamento do S. S. R.

A Lei n. 2.613 e o seu Regulamento serão os elementos básicos com que o Conselho Nacional, constituido após a assembléia geral extraordinária a ser convocada pela Confederação Rural Brasileira, contará para elaborar o Regimento Interno, que dará organicidade ao S. S. R. Após essa fase, a racionalização técnica e administrativa ficará assegurada pelas Instruções, destinadas a solucionar casos omissos ou fixar diretrizes exigidas pela experiência.

Eis, Srs. Conferencistas, quanto me cabe esclarecer sôbre o Serviço Social Rural e confio em que vossos cinco representantes — porque o Presidente tem a honra de representar também a Classe Agricola — darão à nova autarquia tôda a colaboração, para que possamos, com o apoio do govêrno, realizar a alta missão de assistir nos agrários do país, alevantando e mesmo dignificando seus precários e lamentáveis índices de saúde, de habitação, de alimentação e de educação.

Para tão nobre quão árdua e espinhosa tarefa convoco a Classe Rural e, ao lado da Confederação Rural Brasileira, iremos a todos os sacrifícios para que os agricultores se libertem do marginalismo em que vivem dentro da nossa civilização e possam, com menos sofrimento, continuar a trabalhar mais e melhor para o engrandecimento do Brasil!".

TRIGO NACIONAL

Em verdade, cada ano que passa mais grave se apresenta o grave problema de escoamento das safras triticolas nacionais. É o que poderíamos chamar de cruz da morte: enquanto os transportes minguam, aumenta a produção. Nem se compreende como, nessa ascenção contínua de dificuldade, a produção aumente.

As conseqüências são de todos conhecidos e aí estão elas a clamar, como um anatema, contra a nossa capacidade realizadora.

As vêzes ocorrem certas circunstâncias que, de tanto somarem-se a si mesmos, os fatores negativos acabam formando tal contextura que a solução se impõe de forma inapelável, do contrário sobrevém o cáos.

A nosso ver, a origem de tôda confusão está mais no sistema de comercialização do que pròpriamente nos transportes. Os transportes terão de ser resolvidos de seu lado, mais pela regularização dos embarque, através da armazenagem e da silagem, do que por êles mesmos. De nada valem muitos navios, se os portos não tem capacidade para atendê-los. É uma questão de tempo, uma solução de profundidade, embora premente.

O sistema de quotas, a sua vez, não está errado, dentro das circunstâncias. Cada moinho do país terá de beneficiar determinada quantidade de trigo estrangeiro. Não é aí que se encontra a distorção. A distroção, cujos pontos de maior deterioração são os chamados trigo-papel e trigo-itinerante, está exatamente no arbítrio concedido aos moinhos para a aquisição do trigo diretamente ao produtor. Ninguém pode ser culpado disso, nem os moinhos. O mal está no regime, no sistema adotado.

Como os produtores são dezenas de milhares, dispersos pela vasta região que compreende os três Estados Meridionais e, os moinhos, cêrca de uma centena, a transação direta entre uns e outros adquire uma complexidade que dificilmente poderá ser normalizada aumentando, ao contrário, à medida que novos produtores vêm incorporar-se à grande côrte dos sofredores.

Por conseguinte, o ponto crucial, o grande responsável, é o sistema de comercialização predominante. É aí que tem que ser encontrada a solução. E a solução é precisamente a que já tem sido adotada para outros produtos, por meio de autorização legal, ao Banco do Brasil, para a aquisição das safras, dentro do que objetiva o Serviço de Expansão do Trigo e a lei 1.506 faculta.

A justificativa é implícita. Os precedentes, inúmeros.

Basta o exemplo do democratíssimo Uruguai, cujo Banco de la República é o comprador exclusivo de todo o trigo produzido no território nacional. Na Argentina, é ainda um órgão federal — o IAPI — o comprador único.

E aqui mesmo entre nós existe um exemplo que deve ser levado na maior consideração. Trata-se da importação, pelo Banco do Brasil, através da CAOEX, de todo o trigo estrangeiro, desde 1952, e a êle atribuída pela Comissão Consultiva do Trigo.

Se o Banco do Brasil adquire 70% do trigo consumido pelo país, porque não adquirir os outros 30%? Se a justificativa para aquela providência foi a necessidade de evitar a hipótese de fraude cambial, com muito mais razão deve o mesmo exercer-se para a providência sugerida, pois também aqui existe uma grande fraude, a do trigo-papel.

Além disso, existem prejuízos que aparentemente não fazem ação de presença, mas que representam grave perda de substância para a economia nacional, qual seja, em especial, o das colheitas que se deterioram nos paióis dos produtores, por se apresentarem tarde demais ou nunca se apresentarem, os respectivos compradores, como está ocorrendo neste momento.

Outro prejuízo digno de conta é de ordem financeira e se refere aos financiamentos bancários que não podem ser liquidados pelo produtor, por ter assim perdido sua produção em conseqüência do retardo ou da ausência do comprador.

Acontece, ademais, que isso só ocorre com os pequenos produtores, confinados em regiões distantes ou de acesso difícil, precisamente os que mais precisam, por princípio, de assistência e proteção, primeiro por serem pequenos produtores, cuja proteção é pacífico e, segundo, porque muito interessa à economia nacional a recuperação das zonas mais inhospitas, encravadas em regiões de boa produtividade.

Vejamos agora as perspectivas que se apresentariam, instituída a providência preconizada.

Em primeiro lugar, é o Banco do Brasil, em último analise, o financiador da produção tritícola. Nenhuma outra entidade, portanto, mais familiarizada com a produção e mais ligada ao produtor,

Existe um verdadeiro vinculo entre um e outro.

Ao Banco do Brasil, portanto, deverá caber a compra exclusiva do trigo produzido por todo aquêle que dêle receber financiamento a medida aproximada de qual vai ser a produção dos que a êles recorrerem.

Da mesma forma ,será mais fácil ao produtor, qualquer que seja, entregar à agência ou ao representante do Banco do Brasil, que com êle tem trato, o fruto de seu trabalho, do que aguardar em sua casa a visita de um comprador às vêzes hipotético, ou que regateia, muito embora existam os preços mínimos fixados.

Por outro lado não haverá para êle mais, o drama do vencimento de seus títulos devedores. Feita a colheita, vai à agência ou ao representante do Banco do Brasil que o financiou e comunica o volume de de sua produção, a qual, uma vez verificada oficialmente, embora continue guardada nos seus próprios paióis, concede-lhe o direito de receber quanto necesite para os seus compromissos ou as suas despesas, com base no seu haver.

Mais ainda. Com o sistema atual, os moinhos localizados no coração das regiões produtoras têm que trabalhar em igualdade de condições com os mais distantes. Isso quer dizer que têm de industrializar trigo local e trigo estrangeiro. Daí essa barbaridade, cuja sobrevivência não se explica, de sair de uma estação um trem com trigo de produção local e chegar outro carregado de trigo estrangeiro. Só mesmo neste país poderia ocorrer uma coisa dessas!

Com a solução preconizada, pode o Banco do Brasil evitar fretes, despesas e delongas inúteis, determinando que os Estados produtores não recebam o produto estrangeiro e só exportem o saldo não industrializável localmente.

Poderíamos ir muito longe nestas digressões, mas isso seria como que malhar em ferro frio. É uma solução que se justifica sob todos os pontos de vista, não havendo nenhum argumento ponderável em contrário. A economia que isso representaria seria de ordem incalculável.

O convênio feito pelo Brasil com o Uruguai, em 1952, no sentido de adquirir todo o seu saldo exportável de trigo, permitiu a êsse país aumentar sua produção de.... 200.000 para 500.000 toneladas em apenas três anos. Estamos certos de que, não houvesse a centralização de compras e o Uruguai não teria podido realizar tão brilhante performance. E quando assim o afirmamos, estamos baseados em afirmações das próprias autoridades uruguaias.

Com efeito, a nosso entender, não existe para países de cultura anda em formação outra solução para o problema do trigo, em todos os seus aspectos, do que a do comprador único e exclusivo, como no caso nosso, o Banco do Brasil, que já é, por sinal, o importador exclusivo. E isso poderá, inclusive, resolver o problema do desnivelamento de preços entre o produto nacional e o estrangeiro, tendo em vista o seu baratenmento em benefício do consumidor e a eliminação total da especulação de diferente espécie de que é objeto a farinha, com argumento nas cotações do trigo nacional e suas misteriosas viagens cruzadas com o trigo estrangeiro.

Sendo o Banco do Brasil o comprador, como já é o importador, poderá êle criar um fundo de equilíbrio, de sorte que, da extraordinária diferença de preços entre um e outro produto ,possa extrair do estrangeiro margem suficiente para cobrir o preço do nacional, pago ao respectivo produtor, sem com isso sobrecarregar o já de si sobrecarregadíssimo consumidor brasileiro ,especialmente o das próprias zonas produtoras, que no regime atual é como que castigado pelo fato de viver no lado das lavouras destinadas a abastecer o país.

BENJAMIM CABELLO

FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM RECURSOS NATURAIS

Abertas as inscrições para as bôlsas de estudo do Centro Panamericano

Bôlsas de estudo para profissionais brasileiros, de preferência graduados em Engenharia, Geologia, Goagrafia e Ciências Naturais, foram colocadas à disposição do Ministério da Agricultura pelo Centro Panamericano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais, que funciona em dependências da Universidade Rural. Fundada pela Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), destina-se essa instituição à formação de especialistas nos setores da Geologia, Hidrologia, Florestas e Solos, visando à avaliação, aproveitamento e conservação dos recursos naturais das Repúblicas Americanas.

Entidades oficiais ou organizações privadas idôneas poderão apresentar candidatos às bôlsas de estudo do Centro, remetendo a êste os pedidos de inscrição, acompanhados de títulos e qualificações. Os candidatos devem escolher um setor de especialização entre os de Hidrologia, Geologia, Florestas e Solos. Uma comissão de professores do Centro examinará, então, os pedidos e respectivas documentações e, a seguir, concederá as bôlsas aos candidatos mais qualificados.

Afora duas bôlsas gratuitas, as demais incluem apenas alojamento e ensino em qualquer das especialidades, exigindo do bolsista ou da instituição patrocinadora os gastos com refeições nos restaurantes da Universida Rural (cêrca de Cr$ 70,00 por dia) e o transporte da cidade de origem ao Km 47.

No primeiro ano letivo do Centro, em 1954, estiveram matriculados 10 bolsistas brasileiros e 37 de outros países do Continente. No segundo ano, recém-terminado, frequentaram os cursos 36 bolsistas entre brasileiros e panamericanos.

As inscrições para as bôlsas acham-se abertas, até 15 de março vindouro, na sede do Centro Panamericano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais, na av. Churchil, 129, sala 1.003.

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

Estacas de fôlhas e de raizes

Respondendo ao Snr. D. S., nosso consócio no Paraná, temos a informar:

a) realmente, certas plantas se multiplicam por estacas de fôlhas, como acontece com a begónia

b) em outras plantas é possível a estaquia por meio de raizes, como por exemplo na fruta-pão.

Maracujá peroba

Esclarecendo ao Snr. J. V., do Distrito Federal, informamos que:

a) o maracujá-peroba pode ser cultivado em quase tôdas as regiões do país

b) a multiplicação é feita por meio de sementes retiradas de frutos bem maduros.

Importância do girasol

Respondendo à consulta do Snr. U. C., do Estado do Espírito Santo, informamos que, entre outras, podem ser citadas as seguintes utilidades do girasol:

a) as sementes fornecem óleo;

b) a torta (resíduo da extração do óleo) é utilizado na alimentação do gado;

c) as sementes são empregadas na alimentação das aves;

d) a cinza proveniente da queima das hastes é rica em potassa;

e) as fôlhas são utilizadas na alimentação do gado.

Cobras venenosas

Esclarecendo ao Snr. J. C. S., do Estado da Paraíba, informamos que o folheto "Cobras Venenosas", de Eurico Santos, é uma edição da revista Chacaras e Quintais. O enederço da referida revista é Rua Tabatinguera nos. 122-124, S. Paulo.

Vitamina C

Respondendo ao nosso consócio N. B., do Distrito Federal, informamos que são ricos em vitamina C a alface, a goiaba, a chicórea, o limão, o cajú, a laranja, o tomate, o agrião, o espinafre, etc..

O Serviço Social Rural

LUIZ MARQUES POLIANO

Ao assumir o govêrno, pela segunda vêz, o Presidente Getúlio Vargas fez constar de sua mensagem programática ao Congresso, um tópico relativo ao Serviço Social Rural. Vinha êle, ruralista que era, ao encontro de uma permanente aspiração da Agricultura Nacional, qual a de proporcionar vida melhor e mais útil aos que, como trabalhadores, assalariados, parceiros, tarefeiros e outros, faziam e fazem a grandeza agrícola do Brasil. Sabia o Presidente que, sem que contasse o homem do campo com um padrão de vida capaz de o integrar realmente na família nacional, tôdas as reformas, todos os planos ou projetos adotados em benefício da agricultura resultariam improfícuos, ou de difícil execução.

Manda a verdade que se consigne aqui o trabalho de uma comissão que por inspiração do saudoso brasileiro, foi constituída na Sociedade Nacional de Agricultura, a fim de alinhar as bases de um órgão, a ser criado, com aquêle objetivo. A comissão desincumbiu-se da tarefa e, ao cabo de algumas semanas, entregou ao então ministro da Agricultura, por intermédio do Diretor do Serviço de Economia Rural, o seu trabalho. Por êsse ante-projeto, era criada uma organização em cuja administração preponderava, como não podia deixar de ser, a representação da classe. Ainda não estava fundada a Confederação Rural Brasileira. Em virtude de fatos que não vêm a pêlo referir, êsse ante-projeto cedeu lugar a um outro, encaminhado ao Snr. Getúlio Vargas e oriundo do Ministério da Agricultura.

Sem delongas, e confirmando o seu sincero desejo de atender a êste ângulo importante dos problemas que dificultavam a vida agrícola do país, enviava o chefe do Executivo à Câmara dos Deputados mensagem pleiteando a adoção de uma lei criando o Serviço Social Rural.

Nêsse meio tempo, fundou-se a Confederação Rural Brasileira, como consequência da organização associativa que se implantára no país, baseada nos dispositivos do decreto-lei 8.127. Orgão máximo representativo da classe, expoente legítimo de suas aspirações, pôde a Confederação reunir, oito mêses após sua fundação, a Primeira Conferência Rural Brasileira.

Um dos temas consignados na sua Agenda, como de capital importância, era exatamente o que se referia ao Serviço Social Rural — título que dava ao novo órgão o projeto, naquela altura, já aprovado na Câmara e remetido ao Senado, em substituição ao de Serviço Social da Agricultura, do projeto originário da Sociedade Nacional de Agricultura.

A organização dada ao S. S. de Agricultura foi transformada numa Fundação; a interferência da classe no Serviço, ficou profundamente modificada pela organização dos conselhos federal, estaduais e municipais. Estes dois pontos, como não podia deixar de acontecer, levantaram a classe, reunida e coesa na Conferência de 1952. Disto resultou a remessa ao Senado de um substitutivo, estudado e votado durante o conclave, modificando substancialmente o vitorioso no plenário da Câmara.

Venceu finalmente o ponto de vista da classe ao cabo de três longos anos de penosos trabalhos: o Serviço Social Rural passou a contar com a orientação administrativa que os lavradores e criadores inicialmente lhe desejavam. São, afinal de contas, êles que, na sua maior parcela, vão financiar o Serviço numa expressiva demonstração de altruismo, que muito recomenda a classe perante a Nação.

Nomeado o seu presidente, depende agora o Serviço Social Rural, para sua organização e implantação, do decreto presidencial que regulamenta a lei que o criou.

Dêsse regulamento, da bôa orientação que fôr dada à estruturação do S. S. R., depende, em grande parte, o seu êxito. Até a constituição do Conselho Nacional, estarão atuando no caso os técnicos do Govêrno e o Presidente do organismo, mas necessário se torna que o Regulamento a ser criado não venha a sofrer influências estranhas e que a sua estrutura não deforme a intenção da lei.

Que se precavenham quanto a isto, a classe e o Govêrno.

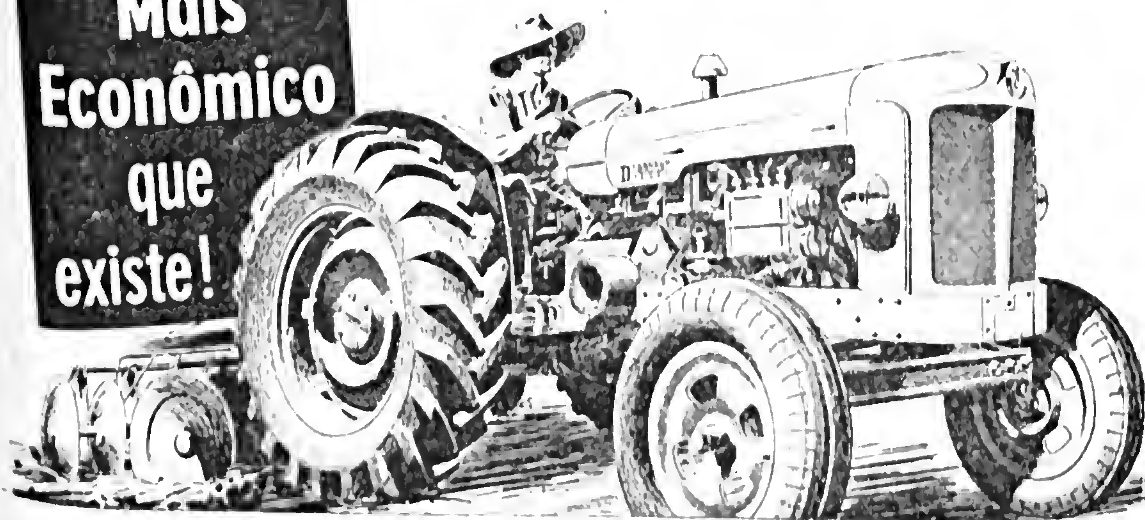
O S. S. R. é esfôrço de muitos anos de trabalho da classe rural. Sabe ela que o Executivo tem o maior interêsse em que os serviços de assistência prometidos sejam realmente prestados ao trabalhador do campo, afim de que, pelo menos desta vez, não cáia sôbre o nosso rurícola a descrença e o desânimo, geradores de males sociais que a todos cumpre obstar, pela sinceridade de propósitos e pela legitimidade das ações daqueles que terão o privilégio, mas também o penoso encargo de o pôr em prática.

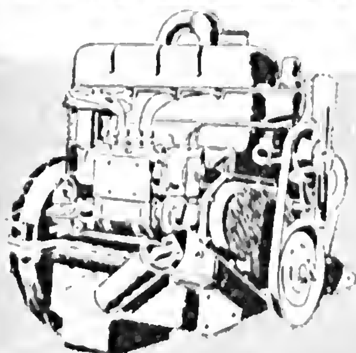
FORDSON MAJOR

(40.5HP)

O trator Mais Econômico que existe!

Visite o seu Revendedor Ford!





Motor Diesel de grande economia! — Desenho moderno, de 4 cilindros com curso reduzido, de maior rendimento e durabilidade. Trabalha fàcilmente com um arado de 4 discos.

Moderna transmissão com 8 velocidades (6 à frente e 2 à ré).

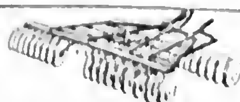
Sistema hidráulico em 3 pontos, mantém os implementos em profundidade constante.

Mais equilíbrio para trabalhar em encostas – Bitolas ajustáveis – Pneus de grande aderência – Freios de direção e estacionamento – Controlador de horas.

Completa linha de Implementos



Arado de Discos — Ràpidamente montado ao trator, proporciona maior rendimento com menor consumo.



Grade de Discos — De grande penetração, ideal para o preparo do solo, mantendo a umidade.



Plaina Terraceadora — Para fazer terraços, encher valetas e conservar ... estradas

Peças Legítimas 

Assistência técnica em todo o Brasil!

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC. — SÃO PAULO



3340 –

DEFENDER O PARQUE AÇUCAREIRO DO BRASIL

"A primeira cousa que eu poderia dizer sôbre o projeto que tive a honra de apresentar à Câmara dos Deputados traçando um rumo novo para a política açucareira do País — declarou à reportagem o deputado Pontes Vieira — seria para manifestar o meu desvanecimento, diante da extraordinária receptividade com que foi acolhida a proposição em todos os círculos interessados pelo problema da indústria canavieira do Brasil. Na verdade, ao lado do apoio que mereceu o projeto por parte do Instituto do Açucar e do Alcool, tão superiormente dirigido nesta hora por um homem público da categoria do Sr. Amaro Pedrosa, sôbre êle se manifestaram, em termos de inquestionável solidariedade, industriais dos de maior responsabilidade em nossa produção açucareira bem como parlamentares das mais diversas correntes especialmente aquêles vinculados a regiões afetadas pela economia do açucar".

TAXA ÚNICA PERCENTUAL

"Como já foi amplamente divulgado pela imprensa — salientou o deputado Pontes Vieira — a medida capital preconizada pelo meu projeto é aquela que unifica as diversas taxas e sobretaxas atualmente cobrados por saco de açucar, numa contribuição única e percentual. Atualmente, o Instituto arrecada uma série de taxas e sobretaxas fixas que totalizam Cr$ 24,10 por saco. O prêço vigente de faturamento do saco de açucar é de Cr$ 348,30. Verifica-se, assim, que as taxas que estão sendo cobradas equivalem, exatamente, a 6,91,93% da unidade tributada — ou seja em números redondos, 7% foi portanto tomado por base as imposições atuais que fixei em 7%, a taxa única constante do projeto, que não é, assim, resultado de um cálculo empírico nem representa uma cifra sugerida de oitiva. Este dado, de resto, é suficiente para desfazer os temores dos que pudessem imaginar que a taxação proposta fosse excessiva. Mais alta, mesmo, foi a taxa sugerida pelo egrégio Conselho Nacional de Economia, que chegou a indicar uma contribuição de 10%.

DEFESA DA PRODUÇAO

"O principal objetivo visado pelo projeto, com a instituição da taxa única percentual — continuou o Sr. Pontes Vieira — é a defesa da produção, pelo amparo ao instrumento assistencial que por ela deve zelar — o Instituto do Açucar e do Alcool. Como ninguém ignora, uma indústria como a da cana de açucar, sujeita a um parque fabril que absorve investimentos fabulosos, não se pode ser indiferente ao Govêrno, cuja assistência é imprescindivel aos interêsses da iniciativa privada. Neste sentido, não há voz discordante quanto ao papel até aqui desempenhado pela I. A. A. na defesa da produção nacional. Fortalecer o Instituto, aparelhá-lo de reservas, é o mesmo que fortalecer e aparelhar o parque usineiro do País. Entretanto, as medidas normativas vigentes, no que respeita à constituição de reservas do I. A. A., não capacitam esta entidade a acompanhar o ritmo das exigências assistenciais da indústria. O preço do açucar é fixado em função de seu custo industrial. Se este custo permite hoje um faturamento de saco de açucar a Cr$ 348,30 e se a arrecadação de Cr$ 24,10 por unidade basta para atender ao amparo de produção, estes mesmo Cr$ 24,10 amanhã serão insuficientes para arcar

com responsabilidades que podem até duplicar o custo industrial. E é a isto que está sujeito o destino de nossa política açucareira, se não se der aos níveis da arrecadação do Instituto, uma atualização permanente e dinâmica."

EXPORTAR AÇUCAR

"O Brasil — prosseguiu o deputado Pontes Vieira —é o terceiro produtor de açucar do mundo sobrepujado apenas por Cuba e pela Índia. Apesar disso, porém, nossa presença no mercado internacional não tem uma expressão correspondente às nossas possibilidades. O incremento do consumo nacional não pôde ser acompanhado pelas cifras da produção. Estas estão mesmo ameaçadas de um decréscimo relativo, em virtude das dificuldades para o aparelhamento do parque produtor, cuja manutenção e reforma estão submetidas às dramáticas condições cambiais do País, uma vez que dependem da importação estrangeira. Exigindo, assim, inversões enormes, que o preço do dolar torna ainda mais proibitivas, a produção nacional precisa de ser amparada, em larga escala. Isto só será possível com o aumento dos recursos do I. A. A. — aumento que inviável com as taxas fixas vigentes".

ALCOOL E AGUARDENTE

"Estou me referindo, com mais insistência, ao problema do açucar — esclareceu o Sr. Pontes Vieira — por ser um ítem de expressão econômica mais significativa. Entende o meu projeto, porém, que, também com relação ao alcool e à aguardente, se torna necessária a adoção de uma nova política. Assim é que a proposição pretende substituir a taxa variável para o alcool pela sobretaxa fixa de Cr$ 1,50, a ser recolhida à Caixa de Alcool, para as seguintes finalidades: pagamento das despesas decorrentes de Execução dos Planos de Alcool, inclusive fretes entre as usinas e os centros de consumo; 70% do restante em bonificações destinadas a todo alcool produzido diretamente de cana; o saldo final, em bonificações ao alcool proveniente do mel residual.

Para a defesa da aguardente, esta prevista a taxa de Cr$ 1,00, metade da que foi cobrada nos primeiros anos de execução do Plano que permitiu o lançamento das bases do esquema de transformação da aguardente em alcool anidro".

SENTIDO NACIONAL

"Não poderia negar — concluiu o Sr. Pontes Vieira — que minha atenção para o assunto foi despertada sobretudo pelos interêsses do meu Estado, afetada como está a economia de Pernambuco pela indústria canavieira. Tenho, porém, a convicção de que o meu projeto, defendendo os interêsses da produção sem ferir o bolso do consumidor tem um inequívoco alcance nacional, não estabelecendo quaisquer medidas discriminatórias entre as diversas regiões açucareiras do País".

CULTURA DO PESSEGUEIRO

O pessegueiro é uma das plantas frutíferas cultivadas em maior escala entre nós, especialmente no sul do Brasil, onde sua produção é das mais interessantes e rendosas.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, mantém uma série de estudos, observações, pesquisas e experimentos sôbre a cultura desta valiosa rosácea frutífera.

Assim é, que naquela Estação Experimental encontra-se a maior e a melhor coleção de variedades de pessegueiro existente em nosso país, sob rigoroso e constante contrôle e observação técnica. Essa coleção abrange, atualmente, 149 variedades de pessegueiro e 5 de nectarina.

Dessa coleção, 35 variedades já completaram mais de 10 anos de observações fenológicas devidamente controladas; essas variedades são as seguintes: ABÓBORA, ADMIRAL DEWEY, ASTENGO DE SAVOIA, COTOGNA SMITH, CRISTAL, EARLY CRAWFORD"S, EARLY ELBERTA, ELBERTA, GIGANTE AMARELO, GOLDEN ELBERTA CLING, GIGANTE AMARELO DA SICILIA, GOLDEN QUEEN, HALLES EARLY, HALL ELBERTA GIANT, J. H. HALLE, LATE CRAWFOR'S, LEADER, MAGDALENA DE COURSON, MAY FLOWER, MILORD, MAMIE ROSS, MONTEVIDEO, OLDMIXON CLING, PAVIA DE LANTHEAUME, PAVIA DE MONTEVIDEO, PRECIOSO, PRECOCE ROSADO, PULLAR'S CLING, REAL JORGE AMARELO, REGINA VITORIA, SALWAYS, SHANGAY, TOSHINA NOVEMBER, TRIUMPH E VICTOR BARRETO.

A multiplicação de variedades, destinada à produção de enxertos que, anualmente, são distribuídas aos agricultores registados no Ministério da Agricultura é, igualmente, feita em obediência a rigoroso critério seletivo; dentre as variedades molares, de polpa amarela, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, multiplica e distribui enxertos das seguintes, próprias para consumo e mesa: ANDEX AMERICANO, CRISTAL, EARLY ELBERTA, ELBERTA, GOLDEN QUEEN, HALL ELBERTA, MAGDALENA DE COURSON, MILORD, MONTEVIDEO e STARK EARLY ELBERTA; entre as variedades de pêssegos duros, de polpa amarela, sem raias vermelhas junto ao caroço, próprias para a indústria de conservas, são multiplicados e distribuidos enxertos das



Um aspecto dos talhões de coleção de variedades de pessegueiros da Estação Experimental de Pelotas.

seguintes variedades: ABÓBORA, ALDRIGHI, ASTENGO DE SAVOIA, LEADER, LEADER, MELÃO e SHAGAY.

A variedade ALDRIGHI, foi obtida de um "seedling" há vários anos já, por um fruticultor, que lhe deu o nome, estabelecido em "Monte Bonito", no 2.º Distrito do Município de Pelotas, próximo à ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS. Trata-se de um pêssego duro, amarelo, de excelentes qualidades para industrialização, sem raias vermelhas junto ao caroço, sendo bastante precoce, amadurecendo entre a 2.ª quinzena de dezembro e a 1.ª quinzena de janeiro; é bastante produtiva, dando, em média, mais de 30-40 quilogramos por planta, produção essa mui interessante, dada a sua regularidade.

Em 1952, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, distribuiu, a agricultores inscritos no M. A., 10.267 enxertos de pessegueiros; em 1953, essa distribuição atingiu ao total de 4.474 enxertos e, em 1954, a 7.802 enxertos, tendo sido preparados .. 18.766 enxertos para a próxima distribuição.

Além dessa distribuição, aquela Estação Experimental forneceu, ao Pôsto de Fruticultura, sediado em São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, 1 812 enxertos de pessegueiro, num total de 62 variedades, para constituirem as plantas matrizes daquele estabelecimento mantido sob o regime de acôrdo entre o M. A. e a Prefeitura daquele município catarinense.

Para o Ginásio de Nova Friburgo, mantido pela Fundação Getúlio Vargas, foi enviada uma coleção de 18 variedades de pessegueiro, para ampliação da anteriormente, digo, anteriormente fornecida pela Estação Experimental de Pelotas.

Também a Escola Agro-Técnica "Visconde da Graça", o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, as Granjas Regimentais do 6.º G. A. Cav. (Quaray) e 8.º R.

(Continua na pág. 40)

CRÉDITO AGRÍCOLA

1.ª Parte — Generalidades

Eng. Agr. ITAGIBA BARÇANTE
Membro da Diretoria do S.N.A.

Sempre lutou a agricultura brasileira com a falta de crédito. — Ao pouco que lhe era dado obter pagava juros extorsivos, escravisando o produto ao credor que, em regra acabava por tomar a propriedade daquele que lhe batia às portas para tomar dinheiro a juros ou comprar mercadorias a crédito; — quando não, o lavrador permanecia quase na miséria, trabalhando em suas fazendas no interior, para enriquecer os seus "comissários", nas cidades. — Tal situação, perdurava desde os primeiros dias da Colônia.

Alguns bancos organizados no País, inclusive o Banco do Brasil tranzacionavam, apenas com o comercio e outras atividades, que suportavam o crédito a prazos curtos e juros elevados.

Em 1853, iniciam suas atividades os Bancos Hipotecarios que se propunham a conceder empréstimos à lavoura, sôbre a hipotéca de bens de raiz. — Desde logo verificou-se a impraticabilidade de tal sistema, não só devido ao prazo máximo da hipotéca, 12 meses, como ainda a taxa elevada dos juros.

Um dos primeiros estabelecimentos dêste gênero incorporado, foi o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, com séde na Capital do Império, e capital de Cr$ ... 8.000.000,00, dividido em ações de Cr$ 400,00. — O seu principal objetivo era emprestar dinheiro à juros sôbre hipotéca de bens de raiz, urbanos e rurais, seus rendimentos e produtos, assim como receber a consignação gêneros de produção nacional.

O empréstimo sôbre a propriedade rural seria da metade de seu valor e ao prazo máximo de 12 meses.

Aos gêneros do país alfandegados, o Banco daria um empréstimo correspondente a metade do seu valor no mercado, e pelo prazo de seis meses.

O Banco podia, ainda, "mandar enganjar na Europa colonos por conta dos comitentes".

Em 1854, é autorizado a funcionar, com caixas filiais e agências, no interior, o Banco Comercial e Agricola.

Em 1859, com a lei então modificada, são organizados diversos estabelecimentos de crédito hipotecário:

Em 2 de abril, é autorizada a incorporação do Banco Industrial e Hipotecário, com a aprovação dos seus estatutos. — O seu capital era de Cr$ 20.000.000,0 dividido em ações de Cr$ 200,00. — Entre as suas finalidades, dispunha-se que, logo obtivesse o Banco, "os favores convenientes para o emprego dos capitais em estabelecimentos de colonisação", poderia destinar um oitavo dos fundos efetivos, para.

1.º — Aquisição, ou fundação de uma ou mais fazendas rurais, na Provªncia do Rio de Janeiro, com as condições necessárias para depósito e aprendizagem de colonos, destinados a suprir a lavoura, mediante os interêsses e condições que os regulamentos designarem.

2.º — Ao estabelecimento de agências na Europa, ou em outros pontos de migração

para o engajamento, e transporte de colonos, obtenção de máquinas de lavoura e de quaisquer outras para o aperfeiçoamento de seus produtos.

3.º — Ao adiantamento, com as convenientes garantias, de dinheiros, que tenham por fim a criação e desenvolvimento de emprêsas e estabelecimentos de colonisação de qualquer espécie.

Operaria ainda, com o crédito hipotecário sôbre "propriedades e estabelecimentos rurais, de seus rendimentos e produtos, e bem assim em hipotecas de bens de raiz rústicos e urbanos". — Os juros seriam, no máximo, "de um por cento ao mês." Poderia o Banco abrir contas correntes garantidas e efetuar descontos, entre outros, de "até metade sôbre o valor de gêneros, sendo êstes avaliados por corretores ou peritos da escolha da Companhia."

Na mesma data, foram ainda aprovados os estatutos e autorizada a incorporação das seguintes instituições de crédito, que se propunham transacionar com a agricultura:

a) Banco Agricola, Comercial e Hipotecário de Sergipe, com o capital de Cr$ .... 2.000.000,00, dividido em ações de Cr$ 200,00, com séde na cidade de Laranjeiras, Sergipe. — O estabelecimento se propunha a conceder empréstimo hipotecario aos lavradores e proprietários, "Contratando a solução dêstes empréstimos por meio de anuidades", podendo "receber em depósito ou à consignação, percebendo as comissões de estilo, produtos agricolas, armazenados em trapiches, quer alfandegados quer debaixo da guarda de seus propostos."

b) Banco Auxiliar da Lavoura, com séde na Capital do Império e o capital de Cr$ 25.000.000,00, dividido em ações de Cr$ 200,00. — Realizava as seguintes operações. — "Receber à consignação todo e qualquer produto da lavoura e indústria nacional mediante a comissão de (3) três por cento". — "Adiantar por empréstimo ao fazendeiro até a metade da importância provável da sua colheita anual, mediante o juro convencional", sendo a colheita provável baseada na média das colheitas dos, dois anos anteriores. — O prazo máximo para os adiantamentos seria de um ano caso, entretanto, não fôsse amortizado dentro dêste perºodo, o excesso seria pago com o produto das colheitas subsequentes que, por este fato "ficam tacitamente hipotecados no mesmo Banco." — Quando tais adiantamentos fôsse feito para emprego da importação de colonos ou de máquinas para agricultura, o prêmio nunca excederia a dez por cento".

Faria ainda o empréstimo hipotecário sôbre bens rurais ou urbanos, até o valor de dois terços da propriedade ao prazo máximo de um ano, e ao juro convencional nunca excedente a mais de 2% do que àquele pelo qual o Banco fizer os seus descontos de letras da praça.

Emprestar ainda; sôbre mercadorias armazenadas, ao prazo de sessenta dias e sôbre dois terços de seu valor; "sôbre hipoteca de escravos seguros, pelo tempo em que êste seguro durar."

Os empréstimos à lavoura seriam considerados essenciais, e as demais operações do Banco só poderiam ser praticadas sem prejuizo daquelas.

c) Banco Auxiliador — com o capital de Cr$ 16.000.000,00, divididos em ações de Cr$ .. 200,00, com séde no Rio de Janeiro e cuja principal finalidade seria de — "prestar à agricultura tôda a coadjuvação e auxilio, segundo a extensão dos recursos que tiver a sua disposição isto é:

1.º — Emprestando seus capitais à lavoura por largos prazos com o mesmo juro que fôr estipulado pelo Banco do Brasil para o desconto das letras da terra;

2.º — Recebendo à consignação todos os produtos da lavoura que lhe forem remetidos, quer por seus devedores, quer por outros quaisquer comitantes, mediante as comissões do costume;

3.º — Abrindo contas correntes a seus mutuários, creditando-lhes juro reciproco por tôdas as quotas que lhe remeterem ou entregarem, quer em dinheiro, quer em gêneros, de cujos saldos poderão dispor independente de seus penhores, uma vez pagos nas épocas fixadas os juros e quotas de amortização dos mesmos empréstimos.

4.º — Incumbindo-se da encomenda, compra e remessa de quaisquer máquinas e instrumentos agrários, plantas, sementes, animais, fazendas e gêneros de consumo, assim como de contratar a vinda, de colonos trabalhadores, mestres e engenheiros.

5.º — Encarregar-se de ajustar administradores, feitores, médicos, enfermeiros, capelães, todo o pessoal enfim, necessário aos estabelecimentos agricolas.

6.º — Fundando um mercado regular dos produtos da lavoura e fornecendo cotações exatas de seus preços correntes.

7.º — Oferecendo aos fazendeiros em geral um correspondente idôneo, para todos os negócios confiados a sua agência e intervenção.

O Banco para completo desenvolvimento de seu programa, promoverá a fundação e organização de associações de crédito rural nos centros agrºcolas que a êle quizerem ligar-se, celebrando com elas contratos de reciproca vantagem.

Este estabelecimento, e outro nas mesmas condições, tiveram os seus estatutos modificados pelo Govêrno para, atendendo as exigências rigidas da lei hipotecária, excluir tôdas as vantagens que se propunham a oferecer a agricultura, para se cingir a inesprecividade da lei que permitia, apenas, a hipoteca de bens de raizes urbanos ou rurais, e o empréstimo sôbre mercadoria imperecivel.

Na mesma época, foi ainda aprovado o estatuto do Banco União Comercial e Agrºcola de Pernambuco, com o capital de Cr$ 2.000.000,00 dividido em ações de Cr$ .. 200,00.

Continuava a agricultura à mingua de crédito. Não dera resultado esperado a instituição do crédito territorial, nas bases em vigor.

Analisando a questão do crédito agrícola, em 1863, afirmava o Ministro da Agricultura:

"Convencido, pelo contrário, de que à vontade humana nada resiste, acredito que com mais ou menos esfôrço

(Continua na pág. 51)

CENTRO DE GENÉTICA VEGETAL APLICADA E INVESTIGAÇÃO AGRONÔMICA EM GERAL

O que é o que vem realizando o Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", do Uruguai, modelar estabelecimento que se dedica aos estudos de genética vegetal aplicada e investigação agronômica em geral

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de A LAVOURA

Generalidades

Em recente visita que tivemos a oportunidade de fazer ao Uruguai, graças a amável convite do Dr. Alberto Boerger, nome que dispensa apresentação pela grandiosa obra que vem realizando no setor das investigações agronômicas naquele país, tivemos a oportunidade de conhecer a notável obra que realiza o Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", subordinado ao Ministério de Ganaderia y Agricultura do Uruguai.

Como hóspedes, durante alguns dias, de "La Estanzuela", nos foi dado observar o quanto de bom, de útil e de proveitoso vem realizando aquela dependência do Ministério de Ganaderia y de Agricultura do Uruguai, no setor das investigações agronômicas, e, em conseqüência, no desenvolvimento cada vez maior da agropecuária daquele país.

Os trabalhos do Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela" de há muito ultrapassaram as fronteiras do Uruguai graças a capacidade técnica e elevados propósitos de seu reduzido mas devotado e credenciado corpo de técnicos, a cuja frente se encontra, desde a sua fundação, a figura inconfundível do Dr. Alberto Boerger.

Durante nossa curta mas proveitosa permanência naquele estabelecimento tivemos a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho dos técnicos que lá se encontram, constatando o zêlo e a dedicação com que êles se devotam aos trabalhos de investigações agronômicas, dos quais resultam conselhos e orientação segura para aquêles que no Uruguai se dedicam às atividades agropecuárias.

Não podemos deixar de consignar os nossos agradecimentos ao mestre e amigo Doutor Alberto Boerger, pela grande oportunidade que nos deu de conhecermos Estanzuela e, bem assim, pela bôa acolhida que nos proporcionou, estendendo nossos agradecimentos aos técnicos do referido estabelecimento, que com tão bôa vontade e atenção sempre procuravam atender aos nossos desejos de bem nos inteirarmos do andamento das pesquisas e experimentações ai realizadas.

Localização

O Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela" é uma dependência do Ministerio de Ganaderia y Agricultura do Uruguai, localizado a 25 quilômetros da cidade de Colonia, pertencente ao Departamento do mesmo nome.

Dispõe de uma área de 1.300 hectares situados a 81 metros do nível do mar.

Em sua quase totalidade a área é destinada à experimentação, estando para isso subdividida em :

a) — pequenas áreas, que são os campos experimentais pròpriamente ditos;
b) — áreas maiores, destinadas a grandes cultivos.

É nos campos experimentais (pequenas parcelas de experimentos) que se estuda o comportamento das plantas cultivadas durante o seu ciclo vegetativo.

Além dos estudos de genética vegetal aplicada são feitos, nessas pequenas áreas, estudos de fertilidade do solo, aplicação de herbicidas, etc.

Instalações

Embora modestas, as instalações de "La Estanzuela" preenchem suas finalidades, e

permitem nela sejam realizados todos os trabalhos dentro das mais modernas técnicas de pesquisas e experimentações agrícolas.

Dispõe o referido Instituto de cêrca de 60 construções entre os quais edifícios administrativos, laboratórios, depositos, habitações para funcionários, etc.

Os gabinetes e laboratórios dos técnicos, embora modestos, são dotados de todos os elementos de trabalho para as múltiplas atividades científicas a que êles se dedicam, conforme podem verificar todos quanto visitam Estanzuela.

Nota-se que não há preocupação com suntuosidade e verifica-se que, mesmo em pequenos laboratórios, desde que êles sejam montados com o instrumental indispensável, muito se pode realizar.

Organização

A organização funcional de "La Estanzuela" apresenta dois aspectos fundamentais:

I — *O Instituto Fitotecnico*, cujas finalidades são, principalmente científicas, contando para isso com vários laboratórios especializados, tais como:

a) *Laboratório Experimental de Moagem e Panificação*, cuja finalidade principal é orientar a seleção do trigo sob o ponto de vista de sua qualidade industrial;
b) *Laboratório Químico do Solo e da Planta*, cuja finalidade é o estudo químico e físico do solo, e químico da planta;
c) *Laboratório de Plantas Industriais e Forrageiras*, cuja finalidade é o estudo botânico e químico de plantas industriais e forrageiras;
d) *Laboratório de Fitopatologia*, que se dedica aos estudos dos parasitos que causam doenças nas plantas;
e) *Laboratório de Estatística*, que se incumbe das análises e interpretações dos dados estatísticos.

II — *O Semillero*, de caráter técnico agronômico, ao qual está afeto tudo quanto se relaciona com a prática produtiva. A êste setor incumbe, inclusive, experimentações sôbre problemas que exigem comprovações em vasta escala, como rotações de cultura, combate à erosão, fertilização dos terrenos, combate às ervas daninhas, etc.

O Instituto conta com as seguintes Seções Especializadas:

1 — Seção de Cereais em Geral e Linho
2 — Seção de Moagem e Panificação
3 — Seção de Plantas Forrageiras e Industriais
4 — Seção de Fitopatologia
5 — Seção de Milho e Edafologia.

Completam a organização de "La Estanzuela", outras seções como a de documentação, a biblioteca, a de meteorologia, etc.

Nota-se que, em obediência a um plano de trabalho, há um perfeito entrosamento não só entre os laboratórios como entre as atividades experimentais nos campos e os laboratorios.

Laboratório Experimental de Moagem e Panificação

Tendo em vista a sua finalidade principal que é orientar a seleção do trigo sob o ponto de vista de sua qualidade industrial, dispõe o referido laboratório de tôda a maquinária indispensável para a moagem e panificação em pequena escala.

Neste laboratório sao feitas, entre outras, as seguintes determinações:

a) — aptidão moageira das farinhas;
b) — determinação do glúten;
c) — determinação de proteinas (segundo Kjeldahl);
d) — determinação da "fôrça dos trigos" durante a fermentação;
e) — determinação da produção de gás durante a fermentação;
f) — determinação das qualidades das pastas quanto a elasticidade e resistência à rutura.

Feitos todos os estudos parceladamente realiza-se, então, a prova de panificação, isto é, o estudo completo de todo o processo de panificação desde a moagem do grão até o preparo do pão.

Para isso dispõe o laboratório de todos os recursos, tais como moinhos, farinógrafos, fermentógrafos, alveógrafos, etc.

Laboratório de Plantas Industriais e Forrageiras

Dispõe de todo o material e instrumental indispensável ao estudo botânico e químico das plantas industriais e forrageiras.

Dispõe o laboratorio de uma bôa instalação refratométrica que permite a análise em série, do conteúdo em azeite de diferentes espécies cultivadas no Uruguai como o girasol, o linho, o amendoim, a sôja etc.

Laboratório de Fitopatologia

Dispõe de todo o material indispensável à sua finalidade, tais como microscópios, cultivo de microparasitos em meios artificiais de cultura, etc. O laboratório realiza também estudos de índole fisiológica, estudos sôbre medidas terapênticas, estudos sôbre tratamentos de sementes, etc.

Laboratório Químico do Solo e da Planta

Como tivemos a oportunidade de observar em outros laboratórios, no de Química do Solo e das Plantas, alguns dos aparelhos usados foram fabricados na própria oficina do Instituto.

Entre outros, realiza o laboratório, principalmente, os seguintes estudos:

a) — mobilidade da água no solo e umidade;
b) — riqueza em fósforo e solubilidade de seus composto orgânicos e inorgânicos;
c) — reação do solo;

d) — determinação do humus;

e) — estudos químicos de partes de plantas submetidas a ensáios experimentais;

f) — determinações químicas em geral, de interêsse para outras seções do Instituto (análises de linhas, de sementes, etc.).

Laboratório de Estatística

Equipado com modernas tábuas estatísticas, calculadores mecânicos, etc., o Laboratório de Estatística, realiza as análises estatísticas dos elementos quantitativos obtidos nos ensáios de campo e análises de laboratórios. A êste laboratório compete, também, traçar certos planos de experimentação.

Trabalhos em colaboração com lavradores

Os trabalhos do Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", não se limitam, apenas, à área compreendida no estabelecimento.

Multos ensáios levados a efeito por "La Estanzuela", são realizados em colaboração com agricultores progressistas.

Entre êsses ensáios podemos citar:

a) — ensáios destinados a estudar, nas mais variadas condições ambientais, a eficácia da inoculação de leguminosas forrageiras com bactérias radicícolas;

b) — ensalos sôbre o comportamento das principais variedades de trigo nas diferentes condições de ambiente.

Tais ensalos, chamados "ensáios chacareiros" apresentam grande interêsse para os estudos realizados em Estanzuela.

Finalidades

São múltiplas e variadas as finalidades desta dependência do Ministério de Ganaderia y Agricultura.

Entre outras, podemos destacar as seguintes:

a) — estudos de genética vegetal e sua aplicação prática nas plantas cultivadas mais importantes do Uruguai, tais como cereais (trigo, cevada, aveia, milho, etc.); plantas oleaginosas (linho, girasol, amendoim, etc.), espécies industriais, espécies forrageiras, etc.;

b) — criação e adaptação de plantas que apresentam interêsse para o Uruguai;

c) — estudo de problemas fitopatológicos relacionados com a seleção de plantas;

d) — produção, em larga escala, de sementes selecionadas para plantio;

e) — beneficiamento e classificação de sementes;

f) — estudos agrotécnicos relacionados com a fitotecnia, tais como estudos de solos, prática de adubação, defesa contra a erosão, etc.;

g) — ensáios sôbre manejo experimental do pastoreio, tanto em pastagens artificiais como em pastagens naturais.

Realizações de "La Estanzuela"

São sem conta os benefícios para a agricultura e a pecuária do Uruguai advindos do trabalho constante e profícuo levado a efeito pelo Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela".

Mais de quarenta anos de trabalho metódico e objetivo fizeram Estanzuela altamente acreditada não só entre os técnicos nacionais e estrangeiros, mas também acreditada entre os agricultores e criadores que têm obtido melhores rendimentos graças aos resultados de genética vegetal aplicada e indicações agronômicas levados a efeito nêste estabelecimento.

A revista "Archivo Fitotecnico del Uruguai", órgão oficial de Estanzuela, constitui uma documentação técnico-científica do multo que tem realizado as diversas seções do Instituto.

Entre as inúmeras realizações do Instituto podemos destacar:

a) — o melhoramento da produção vegetal no Uruguai, em conseqüência dos trabalhos nele realizados. Relativamente ao trigo, por exemplo, podemos salientar o aumento de rendimento (as variedades Pelson 33 e Americana 44d, superaram as raças locais em 20 a 50% em rendimento em grão); formação de variedades de trigo com grande elasticidade em relação à época de semeadura (fa-

ram obtidas variedades de trigo capazes de rendimentos compensadores mesmo nos invernos chuvosos); obtenção de variedades de trigos com elevado rendimento e acentuada resistência às enfermidades mais freqüentes, etc. Realizações idênticas têm sido realizadas com outros cereais, tais como cevada, aveia, etc.

b) — a rápida difusão da cultura do girassol no Uruguai é uma conseqüência do trabalho de Estanzuela. Os trabalhos realizados conduziram à obtenção da variedade "Estanzuela 30" que se caracteriza pelo seu alto rendimento, elevada porcentagem de óleo e porte da planta facilitando a ceifa e a debulha mecânicas.

c) — a seleção do linho, conduzindo à obtenção de boas variedades, inclusive resistentes ao Fusarium lini, como por exemplo as variedades Tabaré e Estanzuela H 2.

d) — os trabalhos com milho, conduzindo às "sínteses de milho", com elevados rendimentos, que levam sôbre o milho híbrido a vantagem de um plantio mais barato e o plantio dos grãos colhidos pelo próprio agricultor;

e) — no setor de plantas forrageiras, que tanto interêsse tem num país como o Uruguai em que a pecuária ocupa lugar de destaque, podemos citar a seleção de plantas forrageiras, entre as quais a obtenção do "Ray grass 234" resistente ao pulgão verde e com quasi perfeita imunidade à Puccinia coronata; a adaptação do trevo roxo (Trifolium platense) e do trevo subterrâneo (Trifolium subterraneum); a aclimatação e seleção de vários sorgos forrageiros (Sudam-grass, Feterita, etc.).

As realizações citadas — apenas algumas das realizações de "La Estanzuela" —, dão bem uma idéia do que representa e do que realiza o importante estabelecimento do Ministerio da Ganaderia y Agricultura del Uruguai.

Considerações finais

Muito admiramos o que vem conseguindo realizar o Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", não só no campo da genética vegetal aplicada, como também no campo das investigações agronômicas em geral.

Trata-se, realmente, de um estabelecimento com grande acêrvo de bons e relevantes serviços prestados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária do Uruguai e com um não menos importante acêrvo de contribuições de elevado valor no campo das indagações técnico-científicas e da experimentação agrícola.

Se muito tem realizado, forçoso é reconhecer o mérito e devotamento dos técnicos que aí trabalham entre os quais podemos citar G. J. Fischer, M. Canel, A. A. Bonjour, V. Gheorghiadov, E. J. Cortabarria, O. Campal de Cortabarria, E. V. Hermida e outros, tendo à frente Alberto Boerger que há mais de quarenta anos, com idealismo, alto tino administrativo e sólida cultura, vem conduzindo "La Estanzuela", por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Estanzuela é uma escola que precisa e deve ser visitada por todos aquêles que desejam enveredar pelo áspero e trabalhoso campo das investigações agronômicas, pois quarenta e dois anos de trabalho neste setor lhe conferem uma autoridade sólida e segura.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

Conselho Nacional de Estatística

Recebemos as monografias editadas pelo Conselho Nacional de Estatística sôbre o VI Recenceamento Geral do Brasil, referente ao Censo Demográfico dos seguintes Estados:
Estado do Rio Grande do Sul
" de Santa Catarina
" de Pernambuco
" da Bahia

Câmara de Comércio e Indústria do Brasil

Recebemos o n.º correspondente aos meses de Novembro-Dezembro de 1955 do órgão oficial da Câmara do Comércio e Indústria do Brasil.

Informativo FARSUL

Continúa saindo regularmente o Informativo FARSUL, órgão da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Annali della Facoltá di Agraria Di Portici

Recebemos os volumes XIX e XX dos Annali della Facoltá di Agraria Di Portici della Universitá di Napoli, onde se encontram magníficos trabalhos técnicos assinados por A. De Dominicis, M. Vilagliano, L. Leggieri, G. Donno, G. Petrosini, T. Eschena, C. La Rotonda, M. Materi, F. Mucci, G. Cotronei, C. D'Alfonso, A. Fabris, M Formisano, E. Honsell, A. Scognamiglio, etc.

Barateamento dos alimentos e o banco rural
Eng. Agr. José Cavalcanti de Souza

O Eng. Agr. José Cavalcanti de Souza, Chefe da Divisão de Colonização e Imigração da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, acaba de publicar um interessante livro de 72 páginas subordinado ao título "Barateamento dos alimentos e o Banco Rural". O trabalho abrange XI interessantes capítulos e tem como objetivo fundamental salientar a importância do planejamento agrícola e o concurso de um banco especializado para financiamento da lavoura, no barateamento dos alimentos. O planejamento agrícola seria feito através do Departamento Autônomo de Fomento Agro-Pecuário e o financiamento através do Banco Rural. Trata-se, sem dúvida, de um trabalho interessante, escrito por técnico experiente e perfeitamente a par das dificuldades da agricultura, através de seus longos anos de atividade na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. São os seguintes os capítulos do referido livro:

1 — Planejamento e Banco especializado
2 — O Banco Rural
3 — O Departamento Autônomo de Fomento Agro-Pecuário
4 — O prêço do açucar
5 — O prêço do arroz
6 — O trigo
7 — O feijão e o fubá
8 — A produção de leite
9 — Reflorestamento
10 — Granja para técnicos
11 — A colônia de Patos de Minas
12 — Aproveitamento de grandes áreas próximas de grandes cidades
13 — O nordeste brasileiro.

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Tomo 52 — Fascículo 2

Trata-se de um Boletim que o Instituto Oswaldo Cruz publica quatro vezes durante o ano (meses de março, junho, Setembro e Dezembro), onde são transcritos trabalhos originais nele realizados. O presente número contem trabalhos de técnicos como Rudolf Barth, Emmanuel Dias, Genésio Pacheco, R. J. de Siqueira-Jaccoud, Alvaro Emeul Trindade, Fernando Ubatura, A. A. Jorge da Silva, H. C. de Souza Araujo, Luiza Krau.

Revista do Conselho Nacional de Economia
Ano IV — N.ºs 33 e 34

Como sempre, a revista do Conselho Nacional de Economia traz valiosas colaborações sôbre assuntos econômicos. Nos números referentes aos meses de maio-junho e julho-

agosto de 1955 destacam-se os trabalhos assinados por Dênio Nogueira, P. Van Der Melsen, Luiz Dodsworth Martins, Almirante Alvaro Alberto, Renato Feio, Octavio Gouvêa de Bulhões, Robert Dorfman.

Boerenbond Belge

Trata-se do relatório do exercício de 1954 das atividades do Boerenbond Belge, com uma síntese da situação econômica da agricultura e da horticultura belgas no referido ano.

União Rural
Ano I — Num. 3

Trata-se de um órgão editado sob os auspícios da Federação das Associações Rurais de Pernambuco, com farto noticiário sôbre o associativismo rural no Estado.

Exodo Rural en Venezuela

Trata-se do primeiro de uma série de trabalhos que o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da União Panamericana vai publicar sôbre estudos técnicos, sôbre o problema da migração interna e, especificamente da que se verifica nas áreas rurais em torno das cidades.
Exodo Rural en Venezuela foi escrito pelo Prof. Anibal Bultrón, chefe de seção de Trabalho, Migração e Segurança Social.

Hilgardia

Recebemos os seguintes números de Hilgardia, boletim da "California Agricultural Experiment Station:

1 — Acclamation of an alkali soil of the hacienda séries —
2 — Reclamation of a saline and high boron soil in the Eoachella Valley of California
3 — The khapra beetle, trogoderma granarium everts.
4 — The effects of dates of harvest operations on yéeld and quality of pink beans
5 — Mechanical transmission of an apple mosaic virus
6 — Chemical weed control in rose nusery fields.

Estimación de rendimentos agricolas

É um interessante trabalho de V. G. Panse, assessor da Seção de Estatistica da Dirección de Economia, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, com uma clara exposição sôbre métodos de estimativa, técnica de medição etc.

Revista Iberoamericana de Seguridad Social
Setembro-Outubro de 1954

Trata-se de uma revista bimestral editado pelo Instituto Nacional de Previsão, do Ministério do Trabalho da Espanha, que publica estudos, informações, documentos, legislação, bibliografia e resumos de revistas de todo o mundo, especialmente da ibero-américa.

Estudos sôbre a alfabetização da população do Brasil

O Conselho Nacional de Estatística já publicou, na sua série de estatística cultural, seis volumes sôbre "Estudos sôbre a alfabetização da população do Brasil", baseados no censo demográfico de 1950.

Relatório sôbre as escolas de agronomia e de veterinária do Brasil

Trata-se de monografia n.º 1 publicada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA), de autoria de George W. Vare e Lincoln Monteiro Rodrigues.

Segunda contribución al estudio de la biologia floral de la vid en Mendoza

Trata-se de um trabalho dos Eng. Agrônomos Pedro A. Zuluaga e Enrique Zuluaga, que constitue o Boletin Tecnico nos. 7 e 8 da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Cuyo.

Vita

Como sempre, Vita, revista bimensal da Conféderation de l'Alimentation Belga, traz interessantes trabalhos sôbre a sua especialidade.

Gleba

A revista "Gleba", órgão oficial da Confederação Rural Brasileira publicou dois números especiais destinados a servir de veículo a uma parte importante do material de estudo da IV Conferência Rural, que se reuniu em Fortaleza, de 19 a 25 de Fevereiro.

Hojas y Tallos de yuca como forraje

Trata-se de um trabalho de Luiz Juarez Sallano, com os resultados das experimentações realizadas na Estación Experimental Agrícola "La Molina".

Control del oidium del melon, zapallo y pepino

Trata-se de um trabalho do Eng. Agr. Victor Bevilla Morante Chefe do Departamento da Fitopatologia, com o resultado das experimentações realizadas na Estación Experimental Agricola de "La Molina", do ministério da Agricultura do Perú.

Propriedades Agricolas do Estado de S. Paulo

A Subdivisão de Economia Rural da Divisão de Economia Rural do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura de S. Paulo acaba de publicar um interessante trabalho estatístico sôbre "Propriedades Agrícolas do Estado de S. Paulo, agrupadas segundo a área, por municípios e regiões e setores agrícolas.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

XXXIII

A lavoura verga, mas não quebra

Dizia o meu irmão, padrinho e compadre Cel. F. A. de Arruda Câmara, reproduzindo frase atribuida a ilustre pioneiro da cafeicultura fluminense, que "a lavoura verga, mas não quebra", isto é, embora exposta a crises, não está, em regra, sujeita aos desastrosos efeitos de falências. O cafeicultor, de sua época, acabava sempre achando jeito de não prejudicar ao comissário. É que a organização econômica das empresas e sua administração já obedeciam a certo número de regras e princípios que não podemos e nem devemos desprezar.

XXXIV

A horta, fator de fixação ao solo

Observava o meu irmão, padrinho e compadre a que nos referimos em a nota anterior, que, após a colheita, o "colono" que tencionava mudar de fazenda descuidava-se da própria horta. Ao contrário, era considerado seguro aquele que continuava tratando-a com carinho, e, sobretudo, cultivando espécies de produção tardia, como alguns "carás", por exemplo.

XXXV

Uvas pernambucanas

Ao sermos, por exigência de saúde, levados a solicitar aposentadoria, estávamos vivamente interessados em organizar, entre os produtores de uva da zona Macaparana-São Vicente, um entreposto cooperativo para distribuição do produto com uniformidade de maturação e conveniente embalagem. O entreposto, conforme planejava o Dr. Lauro Borba, seria aparelhado com instalações frigoríficas. Que a Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco e a Confederação Rural Brasileira levem o plano, ampliando-o, a bom termo.

Vale salientar que a produção anual é superior a 100.000 quilos de uva de mesa, e que essa, vendida, tôda ela, nas feiras, é disputada, e poderá ter a sua qualidade muito melhorada pela substituição gradual das veriedades (enxertia) racionalização dos processos de cultura, de colheita, armazenamento, embalagem e distribuição.

Doi ver a uva danificada, amassada, em conseqüência das más condições de embalagem e arrumação dos cachos nos balaios e caçuás.

XXXVI

Requisitos para o exercício da presidência

O presidente de uma associação rural e, sobretudo, o de uma federação de associações rurais, deve satisfazer a uma série de requisitos. Dentre os negativos, figura, em primeiro plano, a tendência no desprêzo pelos direitos dos associados e interêsses da classe.

XXXVII

Prados de jaraguá

Do nosso trabalho INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS extraímos:

— É o capim jaraguá muito apreciado pela sua rusticidade, resistência no pisoteio, composição e valor como planta forrageira que aguenta o maior pêso de gado solto por unidade de superfície. Afirma o Prof. Irom da Rocha Lima, engenheiro agrônomo com largo conhecimento da vida rural, goiana: "O jaraguá, quanto mais pastado, melhor. Quando nada resta senão as raizes, com oito dias de descanso já é um prado verdejante. As suas raizes, quase horizontais, são tão entrelaçadas que o tornam o melhor resguardador do solo contra a erosão. Mesmo nas encostas mais íngremes, nos grandes aguaceiros, não se formam enxurradas, e a agua tôda é absorvida pela esponja formada pelas suas raizes. A ação dessa gramínea sôbre a infiltração das águas é tão intensa que, desmatada uma região e transformada em pasto, dentro de pouco tempo, as suas grotas secas são córregos. Isto tem dado lugar a várias demandas, quando as divisas das antigas escrituras fazem menção a grotas, e que hoje são córregos. Conhecemos, nas cercanias de Goiás, pastos velhos, de quase duzentos anos e que mantém os animais com o mesmo vigor e produzindo leite e trabalho o ano todo, e em terreno granítico." Expendendo outras considerações, informa o mesmo técnico: "Ultimamente, devido à alta dos gêneros alimentícios, os fazendeiros estão sendo obrigados a lavrar mecanicamente os pastos e, graças à excelência do clima e ao poder de antierosão do jaraguá, esses solos estão produzindo bom rendimento." Embora a sua principal utilização seja em pastagnes permanentes, constituindo, a maioria delas, excelentes invernadas, presta-se bem o jaraguá para ser cortado e fenado ou ensilado. Crescendo livremente forma touceiras com tendência a macega, mas, pastado repetidamente, forma denso gramado revestido da feição de prado. Análises divulgadas pelo Instituto de Biologia Animal, do Ministério da Agricultura, indicam o capim jaraguá para a alimentação dos animais de engorda e de trabalho e a conveniência de ser cortado antes da floração, "quando êle é mais tenro, mais apetecido pelo gado, e de maior valôr."

Uma visita aos arredores de Goiás, antiga Capital, será proveitosa aos criadores interessados.

XXXVIII

O maior inimigo da associação rural

Vários são os fatores que concorrem para retardar o desenvolvimento de uma associação rural. O maior inimigo conhecido, e que a pre-

judica em maior escala, é a indiferença do associado e, consequentemente, a falta de interêsse e de vitalidade nas assembléias gerais.

XXXIX

Substituição da "casa de negócio", nas empresas rurais, pela cooperativa de consumo.

Investigações que tivemos oportunidade de realizar em tôdas as regiões geo-econômicas do país, em diferentes epocas, no decurso de quase oito lustros, revelam, com impressionante unanimidade, generalizada a convicção de serem as vendas, armazens, barracões ou casas de negócio nos estabelecimentos rurais, sobretudo quando explorados pelo proprietário ou administrador da empresa, responsáveis pelas dificuldades da vida dos trabalhadores rurais.

A queixa, procedente ou não, reveste se de caráter geral. Merece, portanto, ser considerada. De entre as providências aconselháveis, apontamos, confiantes, o estímulo a constituição de uma rede de cooperativas de consumo no meio rural, podendo essas, em função das distâncias, reunir moradores de uma, duas ou mais empresas, — chácaras, sítios, engenhos, fazendas, seringais, etc.

Ao fazermos a sugestão esclarecemos, reproduzindo trechos de nota de propaganda de uma Cooperativa fluminense, aprovada pelo Serviço de Economia Rural:

a) — a cooperativa de consumo é uma sociedade de pessoas, que se unem com o fim de formar um capital comum, para adquirirem diretamente, tanto quanto possível nas fontes de produção, tudo de que necessitam para a satisfação de suas necessidades econômicas;

b) — uma das vantagens desta aquisição direta das mercadorias, com a consequente eliminação do lucro, será a baixa dos preços;

c) — o capital da Cooperativa é formado mediante subscrição, pelos associados, das quotas-pates em que o mesmo é dividido, tôdas do mesmo valor, podendo cada pessoa subscrever várias quotas. Desta maneira cada consumidor tornar-se a sócio do estabelecimento onde compra;

d) — a cooperativa pagará um juro sôbre o valor das quotas-partes subscritas, e distribuirá aos associados as sobras havidas durante o ano, na proporção das compras feitas pelos mesmos; destas serão, previamente, deduzidas percentagens destinadas ao fundo de desenvolvimento para ampliação das instalações, e ao pagamento do juro referido. Estas percentagens serão fixadas pela maioria dos associados quando aprovarem os estatutos;

e) — se assim o preferirem os associados, o retorno poderá ser suprimido, convertendo-se o mesmo em u"a maior baixa dos preços das mercadorias;

f) — a distribuição das sobras havidas durante o ano aos associados tem o nome de retorno. As palavras lucros, ação e dividendo são mais apropriadas a outras sociedades de comércio, as anônimas;

g) — a cooperativa é dirigida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta de presidente, diretor comercial e diretor secretário, eleitos pela Assembléia Geral dos Associados, órgão administrativo e de poder soberano da Cooperativa. Um Conselho Fiscal, composto de três membros, eleito por esta Assembléia, é o órgão fiscalizador das atividades da Cooperativa;

h) — o cooperativismo é fator de progresso comum e de bem-estar de todos. É elemento de igualdade entre os homens, procurando fazer com que todos possam participar das conquistas da civilização. Evita o enriquecimento demasiado de alguns em detrimento da maioria. O antagonismo entre consumidor e fornecedor é eliminado e substituído pelo espírito de solidariedade cristã, de união e de cooperação;

i) — o cooperativismo educa o povo para a democracia. Todos os associados têm iguais direitos e deveres e podem intervir no funcionamento da Cooperativa. Os dirigentes são selecionados por todos os capazes. Cada associado tem direito a um voto, independente de sua participação no capital;

j) — podem fazer parte da Cooperativa tôdas as pessoas de boa vontade, que possuam boa conduta moral e social, e queiram colaborar pelo progresso e bem-estar comuns, dentro dos princípios da moral cristã, de respeito à ordem jurídica e acatamento às autoridades e ao regime democrático.

(Conclusão da pág. 30)

C (Urugnaiana) e a Granja da Academia Militar das "Agulhas Negras", além de 11 estabelecimentos rurais de ensino municipal de Pelotas, receberam grandes quantidades de enxertos de pêssegos, fornecidos pela ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, para ampliação de seus pomares.

Ainda em relação à cultura do pessegueiro, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, mantém uma série de interessantes experimentos de campo.

Um dêsses experimentos estuda tipos de cobertura de solo de pomar e nele competem os seguintes tratamentos: parcelas permanentemente gramadas, sendo a relva periòdicamente ceifada; parcelas permanentemente capinadas e o terreno escarificado; parcelas capinadas no inverno e no verão cobertas por uma leguminosa; parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por uma leguminosa; parcelas cobertas por "mulch" durante todo o ano; êsse experimento é executado em blocos ao acaso, com quatro replicações, sendo nele empregada a variedade de pessegueiro LEADER como planta indicadora dos efeitos dos diferentes tratamentos.

Num outro experimento, executado também em blocos ao acaso, com três replicações, são submetidas à competição, dez (10) variedades de pessegueiro, sendo cinco (5) molares: ANDEX AMERICANO, EARLY CRAWFORD'S, EARLY ELBERTA e PRECOCE ROSADO e cinco (5) duros: ABÓBORA, ALDRIGHI, ASTENGO DE SAVOIA, LEADER E MELAO.

SUGESTÕES PARA A CAMPANHA DO TRIGO DE 1956-1957

RELATÓRIO APRESENTADO PELA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO AO MINISTRO DA AGRICULTURA, GENERAL ERNESTO DORNELLES

A Comissão Técnica do Trigo, constituída pelos representantes dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura dos Estados Triticolas e bem assim pelos representantes da lavoura, indústria e do comércio do trigo no país, convocada por Vossa Excelência, realizou, no período de 19 a 24 de março de 1956, a sua décima reunião.

Conseqüentemente, a Comissão tem a honra de apresentar a Vossa Excelência as sugestões que lograram aprovação em plenário, compreendendo assuntos de ordem geral, econômica e agronômica.

A — ASSUNTOS GERAIS

1 — A produção nacional do trigo, da safra de 1955, ainda não totalmente conhecida, superará a estimativa devido ao pequeno aumento da área e principalmente as condições climáticas favoráveis, cumprindo salientar que haverá uma safra comerciável "record" que já ultrapassa a casa das 520.000 toneladas.

2 — Devem merecer destaque as medidas governamentais abaixo mencionadas, responsáveis pelo aumento da produção triticola:

I — a continuidade da política vigente para a campanha do trigo;

II — a fixação do preço mínimo em tempo hábil e compra obrigatória do trigo nacional;

III — a instalação de silos e armazens;

IV — a intensificação dos trabalhos experimentais e generalização da utilização de adubos, de inseticidas e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais;

V — a distribuição e financiamento de maquinária agricola;

VI — a unificação dos esforços, em geral, da Campanha do Trigo, através das reuniões da Comissão Técnica do Trigo;

VII — a política de financiamento do BANCO DO BRASIL.

3 — Fixar o período de 24 a 30 de março de 1957 para a realização da 11.ª Reunião da Comissão Técnica do Trigo, na sede do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro.

Recomendar que a apresentação, discussão e votação de todos assuntos se faça na seguinte ordem: agronômica, econômica e financeira e resoluções.

4 — Recomendar aos participantes da próxima reunião que apresentem um resumo datilografado de suas exposições, do qual constem observações sôbre clima, dados dos experimentos de variedades, adubações, etc. e, nos relatórios de fomento, relacionar as sementes produzidas e distribuidas, discriminadamente por variedade e quantidade, dados de produção, comércio e outras informações.

5 — Recomendar que a apresentação das teses e trabalhos seja feita em reunião preparatoria a realizar-se nos dias 22 e 23 de março de 1957, para permitir um minucioso estudo por parte dos relatores.

6 — Convidar para as próximas reuniões desta Comissão representantes do Ministério da Viação (Técnicos de transportes ferroviario, rodoviário e marítimo), bem como da Comissão Consultiva do Trigo, da Comissão Executiva Nacional de Silos e Armazens, da Companhia de Seguro Agrícola e do Banco do Brasil.

B — ASSUNTOS ECONÔMICOS

Tendo em vista as discussões e pronunciamentos do plenário, sôbre teses e proposições apresentadas, a Comissão recomenda que:

1 — seja fixado urgentemente, pelos órgãos competentes, um preço único para todo o trigo a ser mo"do no país, passando à competência do Govêrno Federal também a aquisição do trigo nacional;

2 — seja estabelecido o preço minimo de compra de tri-

go nacional, antes da época de plantio no Sul do Brasil.

3 — seja solicitado ao Banco do Brasil o financiamento, à base de 100%, para, a aquisição do trigo nacional desde o início da safra.

4 — seja incluído na Comissão Consultiva do Trigo (decreto n.º 29.916-51) um representante da Confederação Rural Brasileira, órgão máximo dos produtores.

5 — seja feito uniformemente, em cada um dos Estados produtores, a distribuição de sementes de trigo a cargo dos órgãos oficiais.

6 — sejam distribuídas aos triticultores, em larga escala, as informações sôbre as possibilidades de crédito que existem para o custeio das lavouras de trigo e compra de máquinas agrícolas.

7 — seja solicitado ao Banco do Brasil que só conceda permissão para a importação de máquinas agrícolas às firmas que fornecerem instruções de manejo e listas de peças em português, acompanhando, obrigatòriamente, cada máquina.

8 — seja o trigo nacional mantido nos Estados produtores, a título experimental e a critério do SET enquanto essa produção for inferior a sua participação na distribuição do trigo nacional e estrangeiro.

9 — seja instituído o FUNDO DE PROTEÇÃO A TRITICULTURA NACIONAL, cuja organização e regulamentação ficará a cargo de uma comissão subordinada ao Ministério da Agricultura, composta de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Serviço de Expansão do Trigo, Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, Divisão de Fomento da Produção Vegetal, Confederação Rural Brasileira, Confederação Nacional da Indústria

C — ASSUNTOS AGRONÔMICOS

1 — Iniciar ou intensificar nas Estações Experimentais:

I — as atividades de melhoramento do trigo;

II — os trabalhos experimentais de competição de variedades, épocas de plantio, adubação, rotação, conservação do solo, irrigação e conservação dágua;

III — as culturas de multiplicação de sementes selecionadas para fornecimento aos orgãos de fomento, devendo cada estabelecimento multiplicar apenas variedades indicadas para a respectiva região e aquelas recomendadas pela experimentação para futura multiplicação;

2 — Prosseguir e ampliar a cooperação que o Serviço do Expansão do Trigo vem dando aos demais órgãos de fomento e pesquisas interessadas na Campanha do Trigo.

3 — Continuar a incentivar a execução dos ensáios em redes regionais de experimentação entre os órgãos federais e dêstes com os estaduais, a fim de melhor orientar a recomendação futura de variedades e demais práticas agrícolas.

4 — Intensificar os trabalhos de fomento da triticultura, observando se, quanto à distribuição de variedades, as seguintes indicações:

No Rio Grande do Sul:

Para todo o Estado: *Colônias, Frontana* e *Trintani* na Campanha e Serra do Sudeste: *Bagé*

No Estado de Santa Catarina:

Trintecinco, Frontana, Rio Negro, Petiblanco, Colônias, Patriarca e *Combate.*

No Estado do Paraná:

Na Zona Sul: *Trintecinco, Frontana, Colônias Alegrete, Trintani, Patriarca* e *Combate.*

Na Zona Norte: *Bandeirantes* e *Frontana*

No Estado de São Paulo: Na faixa do trigo: *Frontana* e *Bagé*

No Estado de Minas Gerais:

Nas regiões mais indicadas: *Kenia 155, Frontana BH 1146.*

No Estado de Goiás:

Bandeirante, Frontana, Floreana e *Kenia 155.*

(No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná aconselha se sejam plantadas as variedades tardias no início e as precoces no fim das épocas de plantio. Variedades tardias: Colônias, Trintani, Alegrete, Trintecinco, Patriarca e Combate. Variedades precoces: Frontana, Bagé e Petiblanco).

5 — Recomendar aos órgãos de fomento estrita observância das variedades especificadas no item 4, devendo serem tomadas as medidas necessárias para que as mesmas sejam multiplicadas, em órgãos oficiais, em campos de cooperação ou de culturas fiscalizadas.

6 — Promover-se a distribuição oficial de sementes nas quantidades necessárias e em tempo oportuno e proceder-se a imediata comunicação aos interessados de qualquer anormalidade, de forma a permitir sua procura em outras fontes.

7 — Sugerir aos estabelecimentos experimentais publicar e divulgar comunicados aos agricultores de sua região, informando-os dos resultados experimentais sôbre variedades, épocas de plantio, adubação e práticas culturais.

8 — Recomendar aos estabelecimentos experimentais o estudo do uso de "variedades compostas", constituídas de misturas de variedades ou linhagens puras.

9 — Recomendar e chamar atenção aos orgãos de fomento para os seguintes pontos, quanto ao uso dos adubos e corretivos, tendo em vista a grande importância desta prática para o incremento da cultura:

I — intensificar o envio de amostras de solo aos laboratórios de análise para fim de recomendação da adubação e correção a usar. São indicados os laboratórios oficiais de Belo Horizonte, Campinas, Curitiba Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas.

II — Intensificar o uso de calcáreo moído, de acôrdo com indicações fornecidas pelos laboratórios de análise de solos.

III — Intensificar o uso de adubos fosfatados, na base de 60 kg de P205 por hectare.

IV — Têm sido obtidos resultados satisfatórios com o emprêgo de adubos nitrogenados, tanto com salitre de Chile como sulfato de amônio, à base de 30 a 50 kg de N por hectare, na presença de adubos fosfatados.

(Continua na pág. 47)

ASSOCIATIVISMO RURAL

Boletim Informativo da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

A Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro edita um Boletim Informativo, com farto noticiário sôbre a vida rural fluminense.

Associação Rural dos Fruticultores Fluminenses

Foi fundada, no Estado do Rio, a Associação Rural dos Fruticultores Fluminenses, sendo eleito, para presidí-la, a Snra. Maria do Carmo do Amaral Pinto.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

Foi eleita, no dia 15 de janeiro, a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Rural do Vale do Rio Grande em 1956.

Presidente — Carlos Meinberg.

Vice-Presidente — Lourival Ribeiro de Mendonça

1.º Secretário — Roberto Santos Andrade

2.º Secretário — Lucio Carvalho Costa

1.º Tesoureiro — Nilo Fenelon Santos

2.º Tesoureiro — Lauro Ribeiro de Rezende

Conselho Fiscal — Dr. Raymundo de Castro Diniz, Chuysogono Rosa da Cruz e Rubens de Andrade Carvalho

Suplentes — Dr. Rubens Paulo de Andrade, Jorge Wilson Franco e Alli Mussi.

Associação Brasileira de Criadores de Devon

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Brasileira de Criadores de Devon no período de Novembro de 1955 a Novembro de 1957.

Presidente — Dr. Abelardo José Nacul

1.º Vice-Presidente — José Gomes Filho

2.º Vice-Presidente — Clovis Kroeff

1.º Secretário — Francisco T. Gonçalves

2.º Secretário — Antonio Jacques

1.º Tesoureiro — Mario Centeno Crespo

2.º Tesoureiro — Dr. Jaime M. Barreto Fischtner

Diretores — D. Joaquina de Assis Brasil, Reinaldo Cherubini, Dr. Fernando Kroeff, Raphael Gonçalves, João Alfredo da Silva Tavares, Hilio Marcantônio e Felipe Benicio de Freitas Noronha.

Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá em 1956:

Presidente de honra — Prof. João Rodrigues de Alckmim

Presidente — José Augusto Vieira

Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes

1.º Secretário — Antonio Coelho Guimarães

2.º Secretário — Benedito Salles

1. Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo

2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

A Associação Rural do Vale do Rio Grande, Barretos, S. Paulo, publica um Boletim com interessantes dados de interêsse para seus associados.

Associação Rural de União da Vitória

A referida Associação Rural publica um boletim intitulado "O Ruralista", com farta documentação de interêsse para a classe rural do Município.

Boletim do Ruricola

Trata-se do Boletim publicado pela Associação Rural de Açú, do Estado do Rio Grande do Norte.

POSSIBILIDADES DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA SERINGUEIRA EM SÃO PAULO

PLANTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE SERINGUEIRAS EM SÃO PAULO

I — As primeiras plantações experimentais de seringueiras (Hevea brasiliensis) feitas pelo Instituto Agronômico datam de ...... 1941/1942, isto é, 10 anos antes de ser constatado o desequilíbrio entre a produção e o consumo da borracha nacional.

O material plantado nessa ocasião foi registrado como sendo de quatro origens diferentes, inclusive progênies de árvores já existentes no Estado.

As sementes e mudas plantadas nas Estações Experimentais de Campinas, Ribeirão Preto e Pindorama, tiveram desenvolvimento regular, cresceram sadias e atingiram as dimensões convencionadas para ser iniciada a exploração de latex quando completaram, em geral, a idade de 10 anos.

II. A segunda fase de trabalhos com a seringueira teve início quando, em 1951, foi feita a primeira importação de borracha natural, do extremo oriente. Foi apresentado em Abril dêsse mesmo ano, um plano de trabalho com essa planta visando ampliar estudos e promover plantações experimentais para que fosse possível aquilatar sôbre a viabilidade da exploração da seringueira nêste Estado.

Assim é que foram feitos os seguintes trabalhos:

a) Observação de tôda a região litorânea por via aérea a fim de colher impressões sôbre as zonas que, pelas bôas condições topográficas e extensão de área, se apresentam com maiores possibilidades de aproveitamento para o plantio da Hevea.

b) Obtenção e cálculos dos dados meteorológicos colhidos nos diferentes postos existentes na região litorânea.

c) Levantamento agro-geológico das áreas consideradas mais prováveis para a cultura em toda a faixa litorânea.

d) Inspeções pormenorizadas de 10 glebas de terras situadas nos municípios de Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente, a fim de escolher o local destinado à instalação de uma futura estação experimental, onde seriam processados os trabalhos de experimentação, e pesquisas, relativas à cultura da seringueira e outras plantas tropicais. A estação foi localizada em uma área de 362 alqueires no vale do Rio Quilombo, Município de Cubatão.

e) Providências para o levantamento aéreo fotográfico da área escolhida para a futura Estação Experimental de Cubatão.

f) Estudo agro-geológico das terras da referida Estação.

g) Levantamento do perímetro e demarcação das divisas da área da Estação.

h) Inspeções detalhadas a várias áreas na zona de Registro e Pariquera Açu, a fim de localizar terrenos mais adequados para a criação de uma Estação Experimental. A escôlha das terras preferidas foi localizada em Pariquera Açu, abrangendo a área de 550 alqueires.

i) Viagens de técnicos dêste Instituto aos Estados que cultivam seringueiras, e os estabelecimentos que se dedicam ao estudo dessa planta, a fim de fazerem observações e de se poderem colocar a par dos trabalhos experimentais em andamento.

j) Plantação de 922.480 sementes de Hevea brasiliensis, das quais 354 743 sementes de alto rendimento de latex, policlonais, importadas, para plantio direto e 567 737 de colheita local destinadas à formação de porta enxertos.

k) Importação e introdução na região amazônica, com os devidos cuidados fitosanitários, de 72 valiosas clones de alta produção de latex e copa resistente às moléstias das fôlhas. Com as gemas dêsses clones foram feitos 8 678 enxêrtos.

l) Enxertia, em Ubatura, de 18.000 plantas com gêmas de alto rendimento, já produzidas em São Paulo e oriundas do material importado.

m) Plantação de duas coleções de clones.

n) Instalação de um campo de aumento para produção de gêmas destinadas à enxertia dos melhores clones.

o) Plantação de um ensáio comparativo de clones.

p) Plantação de um ensáio das culturas de café e bananeiras intercaladas e da seringueira, objetivando estudar o custo de formação econômica do seringal.

q) Plantação de 8.600 mudas nos lugares definitivos, nas Estações Experimentais de Ubatuba, Pindamonhangaba e Campinas.

r) Fornecimento de mudas para plantação em campos de colaboração em propriedades particulares, sob contrato, totalizando atualmente 35.065 plantas nos lugares definitivos.

s) Proporcionou o fornecimento de material que se acha enviveirado em Estações Experimentais e fazendas, em um total de 149.800 mudas que deverão ser plantadas em 1956/57.

As plantações no litoral foram feitas em uma rêde que abrange a maioria dos municípios, principalmente naquêles onde parece que as condições são mais favoráveis.

Dessa forma, os seringais plantados a partir de 1952, foram feitos com os mais reputados clones mundialmente conhecidos como os maiores produtores de latex, de seleção mais recente, os quais ainda estão em pleno período de crescimento. Os lotes mais antigos dessas plantações têm atualmetne apenas 3 anos e 3 meses de idade, a contar da colocação das sementes no solo.

O desenvolvimento que se vem observando nas plantações especialmente, as que se acham situadas na região litorânea, ostentam vigoroso crescimento que demonstra a

adaptação dessa planta às condições ecológicas do litoral paulista, sobretudo nos lugares onde ela tem sido devidametne cuidada.

A opinião geral de técnicos nacionais e estrangeiros, que têm visitado as plantações, é do que as culturas aqui existentes tem desenvolvimento mais rápido do que na própria região amazônica.

III. Os cortes (sangrías) controlados das árvores para a exportação do latex com o fim de determinar o rendimento das plantas de diferentes origens, teve inicio em Maio de 1952.

Desde essa época que em Campinas se vem sangrando regularmente as seringueiras, anotando as produções.

Verificamos oue, dentre os grupos de plantas de 4, origens diferentes, um dêles tem destacada produção sôbre os demais. Essas árvores, embora sejam, 1 ano mais novas do que as dos outros grupos, mantém uma produção que atinge 4 a 5 vezes mais que as outras.

O quadro seguinte mostra a produção média, anual, por árvore:

FORMAÇÃO DE SERINGAL

Os dados existentes no momento revelam que o dispendio exclusivo com a mão de obra para o plantio de 1 hectare com seringueira, feito em terras cobertas de matas, incluindo os gastos com os tratos culturais, até, ser iniciado o periodo de exploração, atinge a Cr$ 20.000,00, mais ou menos.

Torna-se necessário observar que não estão incluidas as seguintes despesas: preço da terra, benfeitorias, estradas, administração, preço das mudas ou sementes e juros.

Plantando-se ao compasso de 7 metros, entre as linhas de 2,5 metros, nas linhas, 1 hectare comporta 372 plantas.

QUALIDADE DA BORRACHA PRODUZIDA EM SÃO PAULO

Amostras de latex e borracha recolhidas das seringueiras existentes em Campinas e Ubatuba, tem sido analisadas nos Laboratorios do Instituto Agronômico de Campinas.

PRODUÇAO POR ÁRVORE (10 ANOS AO INICIAR A SANGRIA)

Produção de latex natural em centímetros cúbicos	3.300	7.950	9.908	10.350
Latex concentrado com 60% de borracha em seu conteúdo	1.980	4.778	5.940	6.210
Valor do latex concentrado no preço atual de Cr$ 55,00	108,90	262,35	326,70	341,00
Cálculo da produção por hectare contendo cêrca de 400 árvores. Cr$	43.560,00	104.910,00	130.680,00	136.400,00

OBSERVAÇÃO: A mudança de sangria para painéis novos, troca de operário encarregado da sangria e a geada tiveram influência depressiva sôbre a produção de 1955. Os dados dêsse ano foram computados até Novembro, inclusive.

O material cujos dados foram apresentados, está, pela sua idade enquadrado entre os clones julgados atualmetne como obsoletos. A despeito de não ser de seleção recente, e, meio ambiente em que as plantas se encontram não ter os requisitos apropriados às exigências da seringueira, verifica-se que, a produção obtida em Campinas apresenta dados bastante interessantes para conclusões.

Considerando que as condições ecológicas do litoral paulista são mais favoráveis para a cultura de Hevea, conforme se vem constatando pela diferença de desenvolvimento entre plantas do mesmo clone e da mesma idade, cultivadas no planalto e naqueta região; considerando que os clones mais modernos plantados, em meio adequado, devem produzir mais do que os antigos em ambientes menos favoráveis, pode-se admitir "a priori" que, as seringueiras de alta produção já plantadas no litoral deverão proporcionar, quantidade de latex que provavelmente superará as produções das plantas existentes em Campinas.

da Companhia Firestone e do Instituto de Pesquisas Tecnologicas do Estado de São Paulo.

Os resultados dessas analises revelaram que o latex procedente das duas localidades são de bôa qualidade e encerram percentagens normais de borracha sêca em seu conteudo.

Sôbre as amostras enviadas à Companhia Firestone, foi emitido parecer de que o latex quando concentrado a 62% pode ser usado para a fabricação de artigos esponjosos, assim como na solução para imersão de cornonels destinados a fabricação de luvas para a confecção de pneumáticos. A borracha poderá ser aplicada na fabricação de artefatos varios.

As amostras de borracha enviadas ao I. P. T. foram analisadas e comparadas com a do tipo fina Acre ou seja a melhor qualidade de borracha produzida no país O relatorio detalhado enviado por êsse conceituado Instituto, apresenta a conclusão final de que, a borracha colhida em São Paulo tem caracteristicas de vulcanização e trabalhabilidade semelhan-



ELDORADO, um dos raçadores da Fazenda S. Geraldo, de propriedade do Dr. Mário de Almeida Franco. Uberaba — Minas Gerais.

cer o comportamento e a produção economites aos da borracha a qual foi comparada, sendo apenas inferior quanto à resistência a oxidação.

CONCLUSÃO

1 — O Instituto Agronômico tem feito plantações experimentais de seringueiras em varias regiões do Estado objetivando conheca dessa planta nas condições ecológicas de São Paulo.

2 — Os dados de produção colhidos em Campinas revelam ser bastante interessantes, embora essa zona não seja dotada do clima adequado à cultura da seringueira. Produções mais elevadas poderão ser conseguidas em Campinas com clones de maior rendimento do latex, de seleções mais recentes.

3 — As condições ecológicas do litoral são mais favoraveis para a seringueira. As plantações experimentais de clones modernos, nessa região, ainda são muito novas, razão pela qual não podem ser apresentadas informações sôbre dados de produção.

4 — O desenvolvimento das plantas têm sido em geral, muito bom. Presume-se que o inicio de exploração das plantas no litoral seja muito antecipado em relação ao planalto.

5 — A qualidade de borracha produzida em São Paulo, é praticamente, tão boa quanto a melhor borracha produzida no país, podendo, ser, aplicada para fins semelhantes e vendida a preços equivalentes ás de outras procedências.

6 — O programa de trabalho com seringueira que ve msendo realizado pela Secção de Plantas Tropicais do Instituto Agronômico necessita de recursos especiais para êsse plano em desenvolvimento, assim como de Engenheiros Agrônomos auxiliares, a fim de que seja possivel atender aos problemas de ato importante cultura.

Campinas, 28 de Dezembro de 1955.

(a) Eng. Agr. *JOÃO FERREIRA DA CUNHA*
Resp. pela Secção de Plantas Tropicais
Instituto Agronômico

RELATÓRIO CONSTANTE DO PROCESSO N. 396 146/55 DA SECRETARIA DA AGRICULTURA UNANIMEMENTE APROVADO N 381 REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLITICA DA AGRICULTURA REALIZADA EM DATA DE 9 DE JANEIRO DE 1956 EM RESPOSTA A UM "PEDIDO DE INFORMAÇÕES" FORMULADO PELO C. P. A. EM 30-11-1955.

POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1955

Prevê-se que no inicio do ano de 1955 a população do Brasil terá alcançado 57,8 milhões de habitantes, segundo as estimativas do Laboratorio de Estatística do I.B.G.E.. Mantém-se, assim, o nosso país como o mais populoso entre todos os de cultura latina. Já em 1953 os 55,8 milhões de habitantes do Brasil superavam a população da Itália (47 milhões), e da França (42,9 milhões) e a da Espanha (28,5 milhões).

Desde 1850 — ano em que no território nacional se contavam apenas 7,2 milhões de almas — até nossos dias, o aumento excedeu de 50 milhoes. Êste rápido crescimento tornou-se possível graças ao nivel excepcionalmente elevado da natalidade, a qual há aproximadamente 100 anos devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1.000 habitantes e ainda hoje apresenta taxas de 42 a 44 por 1.000. A mortalidade, nesse intervalo, desceu de 32 a 34 para 18 a 20 por 1 000 habitantes, embora ainda seja das mais altas do mundo, sobretudo na infância. No primeiro ano de idade, morrem aqui 160 por 1 000 nascidos vivos, em comparação com 30 nos Estados Unidos, 40 no Canadá, 70 na Argentina e 100 no México.

O forte excedente dos nascimentos sôbre os óbitos constitui o fator primordial do desenvolvimento da população do Brasil, cabendo à imigração exterior um papel insignificante. De 1850 a 1950 o incremento demográfico foi de 618% no Brasil, enquanto nos Estados Unidos, apesar da contribuição relativamente grande das correntes imigratórias, foi de 552%. No decorrer de um século, do aumento de 44,8 milhões de habitantes verificado em nosso país, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, enquanto 41,4 milhões ou sejam mais de nove décimos, corresponderam ao crescimento vegetativo (Flagrantes Brasileiros — I.B.G.E.).

SERVIÇOS SOCIAIS NA AGRICULTURA

BEN-HUR RAPOSO
Diretor Técnico da S. N. A.

O Brasil vai agora, afinal, dedicar-se às atividades referentes aos serviços sociais na agricultura. Após prolongadas e árduas campanhas, os poderes públicos, através da Lei n.º 2.613, de 23-9-955, compenetraram-se das graves responsabilidades que lhes cabem na atualidade, porque, sem dúvida possível, a missão de alevantar os níveis de vida das populações rurais constitue um dos mais fortes imperativos da política estatal no mundo moderno.

É chegada, portanto, a hora da convergência de todos esses esforços para se levar às massas agro-pastoris a assistência há tanto reclamada pelos mais altos interêsses nacionais e, ao ensejo dessa renovação política, torna-se oportuno o conhecimento e o estudo de campanhas semelhantes já efetuadas em outras nações, principalmente nas que possuam, sob certos aspectos, semelhanças com o nosso país.

É êsse o caso da Índia, que, embora sem dispôr de nossos recursos e à míngua do potencial econômico que já conquistamos, oferece pontos de semelhança, nos setores rurais, com as nossas atuais condições, no que se refere aos problemas do alevantamento dos padrões de vida ou de trabalho ainda predominantes em diversas regiões do país.

Merece, por isso, a melhor atenção o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNAL DA ÍNDIA RURAL, parte integrante do Plano Quinquenal de Nehru, destinado precipuamente a solver alguns dos mais angustiosos problemas daquele país: baixos padrões de vida, analfabetismo e endêmias.

Segundo os últimos comunicados, um dos objetivos imediatos do Programa de Desenvolvimento Comunal foi o de melhorar a produção de colheitas dos fazendeiros que compreendem perto de 80% da população da Índia e que estão distribuídos em 600.000 aldeias. Desde que os recursos da Índia estão limitados em relação à sua sempre crescente população, o plano do govêrno visa concentrar-se nestas áreas que prometem mais elevada produção ou que necessitam de auxílio mais imediato. Outros objetivos do esquema de desenvolvimento agrícola são: reivindicação de terras disponíveis ainda por serem trabalhadas, construção de poços e canais de irrigação, distribuição de fertilizantes comerciais e sementes, introdução de melhores métodos e aperfeiçoamentos, melhoria de vendas na praça e facilidades de crédito, exames do solo, assistência veterinária adequada.

Torna-se útil observar que, através do Programa de Desenvolvimento Comunal o Govêrno também constrói escolas, hospitais, centros de educação social e estradas nas aldeias. Quarenta escolas de sala única foram construídas no Distrito de Karjat em Bombaim, e perto de 40% das despesas com esta construção coletou-se entre os aldeões locais. Uma maternidade no mesmo distrito foi concluída a um custo total de 7.800 dólares, dos quais 20% foram voluntariamente cedidos pelos aldeões.

Durante o ano que finalizou em setembro de 1953 os aldeões em tôdas as áreas onde os projetos comunais foram iniciados prestaram trabalhos avaliados em perto de 1.500.000 dólares e quase em igual quantidade em dinheiro, terras e materiais.

Não se pense, porém, que tal programa foi idealizado aprioristicamente, sem base em experiências e pesquisas. Ao contrário, segundo o relatório oficial, o padrão para o desenvolvimento dos projetos futuros foi estabelecido por três experiências sucessivas. No Distrito de Etawah, situado entre o Ganges e Jumna (rios) na seção centro-sul do Estado de Uttar Pradesh, 97 aldeias com uma população de perto de 80.000 habitantes organizaram 52 conselhos de aldeia e 7 cooperativas, 30 aldeias organizaram as suas próprias bibliotecas, salões de leitura, campos de treinamento e um centro de informação. Um jornal de publicação quinzenal organizado em bases cooperativistas e em idioma Hindi abrange a 1.500 aldeões que o lêm. Através dêste jornal, os fazendeiros obtêm informações sôbre colheitas e assuntos de interêsse local.

Êsses e muitos outros aspectos dos trabalhos de serviço social, que estão sendo realizados na Índia, merecem o mais atento estudo por parte dos executores do plano constante da Lei n.º 2.613, para que o Brasil, em assunto de tanta relevância, não enverede por caminhos perigosos.

(Conclusão da pág. 42)

V — Os resultados alcançados com adubos potássicos não permitem a sua recomendação, a não ser em casos especiais, dependentes de indicação específica dos laboratórios de análise.

10 — Recomendar o estudo de um sistema de coordenação dos trabalhos de pesquisa e melhoramento do trigo através de centros especializados.

11 — Recomendar a todos os órgãos de fomento e experimentação que apresentem nas próximas reuniões da Comissão Técnica do Trigo informes sôbre incidência de pragas, doenças e ervas daninhas que ocorram nas lavouras do trio, avaliando, se possível, os prejuízos causados devidos a cada um dêsses fatores.

12 — Promover o fornecimento de calcáreo moído, a preço acessível, nas zonas de produção tritícola.

13 — Recomendar a organização da previsão da safra comercial do trigo em grão, antes da colheita.

14 — Recomendar um entendimento de técnicos que trabalhar em forrageiras e com trigo no Sul do país a fim de que estas duas formas de exploração agrícola se desenvolvam harmônicamente, e produzam melhores resultados.

AINDA O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE COOPERATIVA

FABIO LUZ FILHO
Presidente do C. N. E. C.

Prosseguindo na defesa do princípio universal da neutralidade política, racial e religiosa, quero começar acentuando bem o papel do magistrado na interpretação das leis.

CARLOS MAXIMILIANO acentua que o magistrado *não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos mas, como orgão de aperfeiçoamento dêstes, intermediário entre a letra morta dos códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria prima da lei, uma obra de elegância moral e util à sociedade. Não o consideram autômato, e, sim, arbitro da adaptação dos textos às espécies ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social.*

É através dêste prisma que desejo sejam examinados os casos que estão surgindo no campo cooperativo brasileiro, para que não fiquemos "*impotentes contra as resistencias brutas da realidade das coisas*", abrindo caminho, pela tolerância, omissão ou não-aplicação da lei, ao completo desvirtuamento do cooperativismo no Brasil, como está acontecendo, sem que isto envolva qualquer desrespeito ou importe em desconhecer as boas intenções dos fundadores dessas cooperativas aberrantes dos sadios princípios doutrinários. Mas é que o sectarismo religioso, a discriminação racial e o virus político sofrem do mal da intolerância e do particularismo, elementos dissolventes.

O COOPERATIVISMO NO BRASIL E OS PODERES PÚBLICOS

Como todos sabemos, o movimento cooperativo brasileiro ainda está em seus começos. E da obrigação moral, pois, dos poderes públicos, que o incentivaram no Brasil, e têm responsabilidade, por lei, de seu contrôle público, sua assistência e fiscalização, a ressalva dos princípios que o embasam, patentes em tôda a lei 22.239. Já esbarra êsse movimento com óbices de todos conhecidos com origem em fatores diversos.

A ATITUDE E A COLABORAÇÃO DA IGREJA

Aceitar a colaboração esclarecida e culta da Igreja, qualquer que seja sua cor confessional, é uma coisa, e permitir organizações estanques em um sistema econômico que é e devem ser universalista, dentro da concepção democrática que é a essência dêsse sistema, é outra coisa. Foge isto à atual concepção das Igrejas em face do que consideram perigo comum, o comunismo, para cujo combate já esboçam até uma "frente única" ou uma "entente cordiale". Como querem atingir essa suposta comunhão se, no campo econômico, que é fundamental, dividem pela discriminação religiosa?

A atitude e a ação da Igreja Católica no momento, em relação ao problema agrário, só lhe recomenda os elevados propósitos, tirando-a da posição realista de nossos problemas de base. A atuação, dentre outros ilustres prelados, do atual arcebispo de S. Luís, Dom Medeiros Delgado, que continua, nesse Estado, paupérrimo apesar de suas virtualidades econômicas, a mesma campanha de benemerência que manteve no Rio Grande do Norte, isso confirma. Sendo um cooperativista sincero e eloquente, tem dado, sem preocupações sectaristas, sua culta contribuição ao movimento cooperativo brasileiro. Está no momento lançando as bases de uma cooperativa rural de crédito no Maranhão, tendo a c a t a d o com entusiasmo a idéia, que tive o prazer de lhe dar, da colonização nuclear.

Por que, pois, em organizações que nasceram sob o signo da tolerância política e religiosa, protestantes encantoados aqui, católicos lá, adeptos do judaismo e do maometismo, etc., acolá, como se não houvess um campo neutro para convivência digna e entendimentos e t r a b a l h o construtivos de autodefesa econômica contra inimigos comuns? Lembrem-se daquela nobilitante da Igreja medieval quando se rebelava contra a usura e a exploração da burguesia nascente, e o princípio, que defendia, da satisfação de necessidades que não o lucro no domínio econômico...

Essa questão de neutralidade política, religiosa e racial é fundamental, pois alguém já acentuou, com justeza:

1.º — As barricadas políticas fazem feridas no adversário, mas também ferem. Assim, as cooperativas devem servir generosamente a gregos e troianos, sem distinção de raças, credo e côr política.

2.º — Entanto, não quer dizer isto que os associados duma cooperativa não possam ter idéias políticas ou religiosas.

3.º — Todo cooperador é livre de genuflectir diante de Jesus Cristo ou do Buda; pertencer à extrema esquerda ou à extrema direita, segundo os seus gostos e crenças, mas converter os postos de responsabilidade em baluarte políticos ou religiosos, é levar qualquer instituição à anarquia e à bancarrota.

4.º — Os dinheiros de uma cooperativa não são dinheiros públicos, e, sim, fruto de um esfôrço realizado, quase sempre, à base de privações e desvelos.

5.º — A mística cooperativa deve primar sôbre a febre política e religiosa. No se pode servir a dois senhores.

Friso que, para *Hans Müller*, as cooperativas de consumo consideram o associado como consumidor e não como membro de uma corporação, de uma classe ou de uma nação, pelo que revestem um caráter geral e internacional mesmo, representando "*economias coletivas públicas*", enquanto as cooperativas por emprêsa ou as cooperativas r u r a i s são "organizações econômicas privadas".

Na cooperativa reaprende-se "o sentido da liberdade, que é o reconhecimento de idêntica dignidade espiritual de tôdas as pessoas humanas".

Colombian frisou que o cooperativismo encontrou o homem completo sob as abstrações dos economistas e que nêle perdemos o hábito de considerar o homem o lôbo do homem, e achamos novamente a noção da fraternidade humana.

O PARECER DO CONSULTOR JURIDICO

Repito: não fôssem bem clara a 22.239 e a Constituição, estaria tàcitamente proibido o caráter confessional, racial ou político, implícito ou explícito, de vez que se inspira essa lei nos princípios rochdallianos. Ninguém melhor que o *Dr. Luciano Pereira* para esclarecê-lo, antigo e sincero batalhador e coautor da lei 22.239, ex-consultor geral da República, e não frio espectador.

Restabelecido o princípio salutar que seu parecer firmou, e agora subvertido, salvaremos o movimento cooperativo brasileiro de uma desintegração certa, trabalha do que já é por vários fatores adversos, como disse.

São, além do mais, inconstitucionais essas restrições, como o assinalou o proprio *Dr. Luciano Pereira*, cujo brilhante parecer permanece de pé, de vez que está dentro da letra e do espírito do decreto 22.239. Nêle êste ilustre consultor jurídico do Ministério da Agricultura fulminou essas discriminações anticooperativas e ruinosas para o movimento, firmando o princípio da neutralidade política, racial e religiosa que decorre da letra *l* do artigo 7.º daquele decreto, e da doutrina e da prática cooperativas universais nos países livres.

Imaginem êsse princípio de sideração, que discriminações e hiperdulias envolvem, levado aos centros rurais, como já acontecia em algumas colônias do Sul, nas quais houve cooperativas que permaneciam nas mãos de católicos e outras nas de protestantes, e os cemitérios (até a morte os dividia...) eram também separados: o mesmo no Norte, em que os bispos podiam dissolver assembléias de cooperativas de responsabilidade ilimitada, e a administração de certa caixa rural de uma capital só aceitava católicos, embora, por exigência do S. E. R., seus estatutos não estabelecessem nenhuma discriminação. E essa intransigência ia até ao ponto de o presidente da mesma levar essa discriminação ao selo de um estabelecimento de ensino!

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL EM PONTES DE MIRANDA

Vejamos o princípio constitucional, que se sobrepõe a tudo.

PONTES DE MIRANDA, em "Comentários à Constituição de 1946" (vol. 3.º fls. 240), diz que a Constituição de Valmar considerava as instituições religiosas como corporações de direito público interno.

"Propôs-se o mesmo" (continua ê s s e ilustre comentarista) em Espanha, quanto à Igreja católica e outras confissões. Foi repelida a inovação. Também no Brasil não se introduziu isso.

"No direito constitucional brasileiro, antes e depois da Constituição de 1946 e desde que se procedeu à separação entre a Igreja católica e o Estado, a Santa Sé é pessoa de direito das gentes, portanto do direito publico supraestatal, e as associações religiosas simples pessoas jurídicas de direito privado.

"Nenhuma pessoa de direito publico interno, constitucional ou simplesmente administrativo, pode ser de caráter religioso, porque infringiria o princípio de separação entre a Igreja e o Estado.

"O princípio que veda à União, aos Estados-membros e aos Municípios estabelecerem, subvencionarem ou embaraçarem o exercício dos cultos religiosos, exclui não só qualquer personificação no terreno do direito público (e. g. uma Universidade católica ou protestante só particular pode ser), como qualquer outro laço que implique aliança ou dependência ainda que menos intenso que o da personificação".

Quanto ao artigo 141 § 8.º da Constituição de 1946, que é o que mais interessa ao caso que está em tela neste artigo, diz *Pontes de Miranda* que ele contém *direitos que não podem ser condicionados ou limitados pelo gôzo ou pelo exercício* (prática) *de convicções filosóficas ou religiosas.*

Acrescenta êle *que o § 7.º assegura a inviolabilidade de consciência e de crença.*

O art. 184 faz acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, os cargos públicos, sem aludir a convicções ou crenças filosóficas.

Diz ainda (peço tôda a atenção para isto) que a *proibição de restringir-se o direito de alguém por motivos de convicções religiosas dirige-se ao Estado e a qualquer pessoa ou entidade infra-estatal ou de direito publico ou privado.*

Assim, é contra o § 8.º a ordem que veda, em determinada industria, pessoas estranhas a um credo político ou religioso, como se uma fábrica só admite empregados de certa religião.

Parece-me que êstes últimos tópicos de *Pontes de Miranda* são decisivos, notadamente em relação ao argu-

(Continua na pág. 52)

O COMPOSTO BIOHUMUS

O composto Biohumus está na ordem do dia e isso porque ele permanece na mente de todos os agricultores progressistas; e muito já se tem escrito sôbre êsse produto, principalmente quando se fala na Recuperação do Solo.

Sempre que se fala em composto não se pode deixar também de pensar em HUMUS, pois é com o intuito de obtê-lo que nos propomos preparar o composto. Tal importancia tem o HUMUS que, no latim original, de onde se deriva a palavra, HUMUS, significa o proprio solo integral. Na vida atual, a palavra HUMUS serve para designar especificamente uma substância de coloração escura, terrosa, produzida em fase característica da decomposição da matéria orgânica do solo.

O problema do HUMUS tem preocupado os cientistas e os agricultores há muitos séculos, embora não se tenha ainda uma resposta completa com relação a sua composição química, extraordináriamente complexa. Além disso, esta constantemente sofrendo uma decomposição qualquer que seja a fase em que se encontre. Como relação à sua origem, o HUMUS é formado por resíduos de origem vegetal e animal, bem como por microorganismos tanto vivos como mortos, incluindo fungos, algas e inúmeras espécies de bactérias.

Os vermes são também excelentes elementos para a formação do HUMUS. Durante o processus de decomposição química complexa, tais como hidratos de carbono, encontrados na matéria orgânica, são transformados em substâncias mais simples. Um fato de considerável importância prática é que a decomposição pode ter lugar de vários modos, isto é:

a) — por fermentação *aeróbica*, cujos produtos resultantes, apesar de ainda complexos, podem ser assimilados pelas plantas;

b) — putrefação *anaeróbica*, conduzindo à formação de substâncias simples, como amônia, gás sulfúrico, azoto e água, que são pontos de partidas para a formação de outras substancias nutritivas.

Alguns produtos *anaeróbicos*, tais como o hidrogenio sulfurado, são os causadores de aroma desagradavel.

A boa pratica na obtenção de composto procura imitar os processos naturais, promovendo condições biologicas convenientes para a realização dos dois processos de decomposição, isto é, a fermentação nas fases iniciais, seguida mais tarde pela putrefação. A cooperação de varios microorganismos é decisiva para a boa realização dos dois processos. Ora, é justamente essa cooperação a fornecida pelo BIOHUMUS.

COMPOSIÇAO DO HUMUS

É sabido que vários fatores determinam as propriedades e a qualidade do HUMUS, tais como:

a) — a riqueza do material empregado, especialmente no que se refere às proteinas e às substâncias minerais, tanto de origem vegetal como de origem animal;

b) — o processo de decomposição que predominou, aeróbio ou anaeróbio, devido às condições de temperatura, arejamento, umidade e a presença ou ausência de agentes ativadores: microorganismos e substâncias quimicas convenientes. Importante é que não tenham sido perdidos dois elementos de grande valor e que são o azoto e a amonea;

c) — o grau de decomposição existente, pois quanto mais "maturado" mais assimiláveis serão os nutrimentos que êle encerra.

IMPORTANCIA E FUNÇAO DO HUMUS

Pode-se avaliar a importância do HUMUS, sabendo-se que:

a) — êle é o componente do solo no qual muitos processos quimicos e biológicos tem lugar;

b) — apesar de ser uma fonte direta de alimentos para as plantas, o HUMUS não é apenas um material inerte e de acumulação de tais nutrimentos; êle regula também sua distribuição para as condições e as ocasiões necessárias. Além disso, êle impede, em grande parte, que os elementos nutritivos sejam arrastados pelas chuvas;

c) — de acôrdo com certas pesquisas de data recente, o HUMUS, não somente está ligado com a nutrição azotada da planta, mas também que influencia a assimilação do fósforo, do enxofre, do potássio e do ferro, levando-os a uma condição que ainda não foi apreciada em toda a sua extensão;

d) — os nutrimentos minerais em presença do HUMUS não se comportam como na sua ausência, isto é, as plantas que em face de nutrição mineral deficiente apresentam sinais de fraqueza, podem crescer muito bem após a adição de uma pequena quantidade de HUMUS, apesar dêle não conter apreciáveis quantidades das substâncias minerais faltosas;

e) — a associação de certos microorganismos com a planta, denominada simbiose, e que influencia certas propriedades do solo, tais como a capacidade reprodutiva,
mo a capacidade reprodutiva,
a resistência a determinadas moléstias, a coloração e o aroma das plantas, está dependente de certas proporções de HUMUS no solo;

f) — o HUMUS é o responsável pela boa textura ou condição granulométrica mais conveniente para o solo. Os complexos coloidais que êle encerra, em presença de uma base, coom a cal, por exemplo, são poderosos para reduzir a capacidade e a plasticidade da argila e dêsse modo melhorar o arejamento e a drenagem. Por outro lado, a fraca coesão dos solos arenosos e leves e a sua fraca capacidade de retenção de água e de nutrimentos podem ser aumentados pela presença de HUMUS.

g) — o HUMUS também influência o fenômeno da absorção de calor pelo solo, pois faz com que os solos de coloração mais clara se tornem mais escuros e dêsse modo possam absorver com mais facilidade os raios do sol;

e) — o HUMUS é, provàvelmente, a mais poderosa salvaguarda que existe contra a ameaça, cada vez maior para a agricultura em todo o mun-

do, da erosão. Seja em terras cultivadas, florestas ou outra qualquer região o HUMUS, em virtude de sua capacidade, semelhante à de uma esponja, de absorver a água das chuvas e distribuí-la convenientemente, é de inestimável valor para prevenir contra as inundações e empoçamentos de água e que são tão perigosos como ameaçadores de erosão. Nas mesmas condições, êle pode evitar que o solo superficial seja levado pelo vento, o que pode ser uma calamidade. Estas propriedades que, a rigor, não constituem ainda tôdas as extraordinárias propriedades do HUMUS, servem para demonstrar a importância capital que o mesmo pode ter para a verdadeira fertilidade do solo.

O COMPOSTO BIOHUMUS NA PRESERVAÇÃO DO HUMUS NO SOLO

O composto Biohumus, como produtor de HUMUS, concorre para a preservação do estoque dessa substância no solo, constantemente consumida. No clima tropical como o nosso, com a agravante do pouco zêlo de grande número de agricultores, que não tratam de proteger devidamente o solo nesse particular, a destruição do HUMUS faz-se com rapidez extraordinária, semelhante em muitos casos a uma verdadeira combustão, principalmente se feita por um confronto com o que acontece em países de clima temperado. Segundo alguns autores, essa velocidade pode ser cinco vezes maior do que nos climas temperados. Acresce ainda que em muitos dêsses países, como na França, por exemplo, a adubação orgânica é feita com freqüência e muita regularidade, o que não acontece entre nós, onde sòmente de muito poucos anos para cá é que se começa a dar atenção a êsse importante problema.

O calor úmido que predomina nos climas tropicalizados e as más práticas agrícolas — geralmente feitas — aceleram, de modo notavel, a decomposição da matéria orgânica do solo, por promover uma maior atividade dos microorganismos. De modo que, em igualdade de condições, quanto mais quente fôr o clima mais ràpidamente se dará o desaparecimento do HUMUS. A desintegração da matéria organica se dará também mais rapidamente se o solo estiver descoberto e o céu não estiver nublado.

Quando tais condições se apresentarem nos trópicos, um agricultor poderá naturalmente dizer, sem muito exagero, que a matéria orgânica é queimada pelo calor solar. Se as condições inversas ou, pelo menos, atenuadas, haverá tendência para o HUMUS se acumular. Tal é o que acontece nos solos compactos não cultivados ou mantidos permanentemente cobertos de florestas, capins ou gramas, especialmente nos climas frios, úmidos ou nebulosos. Entrando, para um cultivo intensivo, tais quantidades de HUMUS acumulado não chegam para satisfazer as necessidades, devendo o solo ser abastecido por vários métodos, entre os quais podemos citar:

a) — aplicação de "composto" que, por vários motivos, é um excelente método e que tem sido relegado ao esquecimento pela maioria dos agricultores brasileiros;

b) — aplicação de esterco de curral, que é, sem dúvida, o mais poderoso, mas que, no caso das fazendas brasileiras, nem sempre pode ser aplicado como deve ser, principalmente em consequência de defeitos nos métodos de exploração agrícola e desperdício ou mau aproveitamento do estrume produzido nas fazendas. Além dêsses métodos, poderíamos naturalmente citar a adubação verde, o enterramento dos resíduos das colheitas, a rotação das culturas e o cultivo de plantas produtoras de grande quantidade de massa verde, e que podem crescer mesmo em solos de pouca fertilidade, como o capim elefante, por exemplo, que pode fornecer até 300 toneladas de massa verde por hectare por ano e que pode também ser usado como forragem.

Com a palha resultante de tal cultivo pode ser obtido, com o auxílio do BIOHUMUS, um excelente "composto". Apesar da ciência de fazer "composto" ser relativamente nova entre nós, ocidentais, a arte de ser preparado e o seu uso vem de data muito remota. Assim, por exemplo, a manutenção da fertilidade do solo na China e no Japão durante milhares de anos de cultivo intensivo de seu solo é atribuída em grande parte ao uso extensivo e inteligente do "composto". Os escritores gregos e romanos das antigas eras, antes mesmo de Cristo, já descreviam o "composto" e enalteciam o seu valor como adubo. É o que se pode ver lendo alguns trechos das "Georicas" de Virgilio, bem como alguns opúsculos escritos por Columela e por Varrão.

As pesquisas modernas feitas sôbre as causas marcantes do declínio das antigas civilizações mostraram que em muitos casos o motivo principal foi o empobrecimento progressivo do solo em consequência da destruição progressiva do HUMUS.

Em conseqüência dêsse empobrecimento progressivo do solo a quantidade e a qualidade dos alimentos declinaram, tendo como conseqüência uma decadência física e mental dos habitantes dessas regiões, populações essas que foram depois suplantadas por povos de outras regiões, onde êles eram melhor alimentados e, portanto, mais eficientes.

(Conclusão da pág. 32

se poderão criar sòlidamente tais instituições.

E nem para se conseguir semelhante resultado será indispensável alterar completamente o atual sistema hipotecário, que pelos graves defeitos que encerra, há muito devia ter sido substituído: bastará que, abundando na índole e idéias do mesmo sistema, se estabeleça um novo privilégio gosando dos mesmos direitos dos que competem à fazenda nacional, em favor dos estabelecimentos bancários da agricultura.

Porventura não será também exequivel a criação de uma instituição de crédito mútuo, organizada pelos lavradores entre si, mediante a associação de seus valores agricolas, que servisse de garantia ao banco hipotecário que se organizasse?"

Mais tarde em 67, advogava o Ministerio da Agricultura a criação do "Banco de Crédito Real", para solução do problema:

(Conclusão da pág. 4

tradicional Exposição Nacional de Animais.

Lembretes Dierberger

Dierberger Agro-Comercial Ltda., Avenida Anhangabaú 392-394, em S. Paulo, publica, mensalmente, os "Lembretes Dierberger", com calendario agrícola referente à hortaliças, jardins, grandes culturas e silvicultura.

Noticiário Econômico

O Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Govêrno Brasileiro edita em Madrid, Espanha, um Noticiário Econômico, com informações espanholas. Acusamos o recebimento do número correspondente a Setembro/Outubro de 1955.

FUMEX

A "Brasimed" Comércio e Indústria S. A., é representante exclusivo no Brasil da firma Gebi Borchers A. G. Alemanhã, fabricantes de FUMEX.

Instituto de Cacau da Bahia

O Departamento Técnico Agrícola do Institno de Cacau da Bahia publica, mensalmente um Boletim Climatológico.

(Conclusão da pág. 16)

se colocar na linha de vôo estabelecida pelas abelhas virá com isso perturbá-las irritando-as e tornando-as agressivas; assim não se deve lidar com as abelhas colocando-se na sua linha de vôo;

6) o esmagamento de uma abelha faz desprender do corpo esmagado um cheiro característico que irrita as abelhas guardiãs, devendo-se portanto, evitar o esmagamento de qualquer delas;

7) quando uma abelha fere a apicultor num determinado ponto do corpo, deixa alí o ferrão com a bôlsa de veneno; êste veneno tem cheiro característico que irrita e atrai outras abelhas para a agressão à mesma parte do corpo; assim sempre que possível, quando o apicultor fôr picado (na mão por exemplo), deverá, quanto antes, retirar o aguilhão, com a unha, sem comprimir a bôlsa de veneno; e

8) o fumigador e o véu devem estar sempre prontos para serem usados; mas as luvas nunca devem ser usadas.

(Instrução Técnica n.º 20, do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Agôsto de 1955).

(Conclusão da pág. 18)

com os atacadistas para que fiquem com estoques além do que necessitem, para pagamento a prazos convenientes.

São estas medidas que nos parecem adequadas, face a uma produção excepcional. A verdade é que não se trata sòmente de dar escoamento a uma safra excepcional. Trata-se não apenas de defender os produtores do Norte do Paraná, mas de proporcionar a êles a oportunidade de se ressarcirem dos funestos prejuízos que tiverem com a perda de seus cafesais e que, por isso exatamente, se jogaram na produção de cereais.

É preciso que sejam êles os beneficiários maiores do que plantaram e vão colhêr em breve. Em outros tempos, podiam êles vender seus cereais a preços vis. O café compensava. Hoje não. Não existe café. Só lhes restam os cereais que produziram entre os cafesais assassinados pela inclemência da Natureza.

É a êles, pois, que deverão as autoridades e os demais setores das atividades econômicas defenderem a qualquer preço, mesmo com medidas heróicas e algum sacrifício, desde que necessários.

Em tempo: — É bem possível que entre os pontos críticos aqui assinalados, alguns dêles já tenham sido superados. Fazem quatro anos que, pessoalmente, pouco contato tenho tido com o gravíssimo problema que êles constituem, e que, infelizmente, sobrevivem e se fazem sentir com as suas maléficas conseqüências. Nesse caso, peço a devida tolerância para as propostas falhas que houver oferecido à sua solução. Não me foi possível dispor de mais tempo para um trabalho mais profundo ou pelo menos, mais atualizado

(Conclusão da pág. 49)

mento dos que apelam para o § 8.º do artigo 6.º do Decreto 22.239, e para os que acham que êste mesmo decreto na letra *l* do artigo 7.º só cogita de manifestações ou propaganda políticas ou religiosas, fingindo ignorar ou ignorando que elas estão implícitas nas denominações de colorido político ou religioso e na obrigatoriedade estatutária do ingresso prévio em associação de cunho religioso, racial ou político, como o fêz sentir a Argentina, ferindo, assim, a nossa Constituição, como o frisa *Pontes de Miranda*, na sua inconteste autoridade.

Um dos pioneiros e precursores brasileiros, *Teixeira Duarte* disse muito bem que a política e a religião não devem entrar como pensamento inspirador na formação e funcionamento de nenhuma cooperativa. "A cooperação, mesmo em si, num sentido amplo e filosófico é uma religião, mais isenta de sectarismos dispersivos, porque uma religião pelo dever, pelo amor, pelo trabalho comum e para todos". *Luzzatti* mais de uma vez afirmou que o cooperativismo não deve nem pode ser o monopólio de nenhuma seita, de nenhum partido político; mas, como a luz fecundadnte do sol, na sua esplendência, deve banhar a cabeça de todos os mortais.



ERECHIM, município líder da produção tritícola gaúcha, teve no ano corrente uma das suas maiores colheitas, tanto na região das granjas, como na da zona colonial. O "Frontana" continua a ser a variedade de trigo preferida por todos, pela resistencia que oferece a todas as pragas.

(Foto S.I.A. em Erechim)

Agrada mais

a nova embalagem



- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica

Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açucar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açucar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



açucar PEROLA

saco azul e cinta encarnada

fabius

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil",
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA



FUNDADA EM 1897

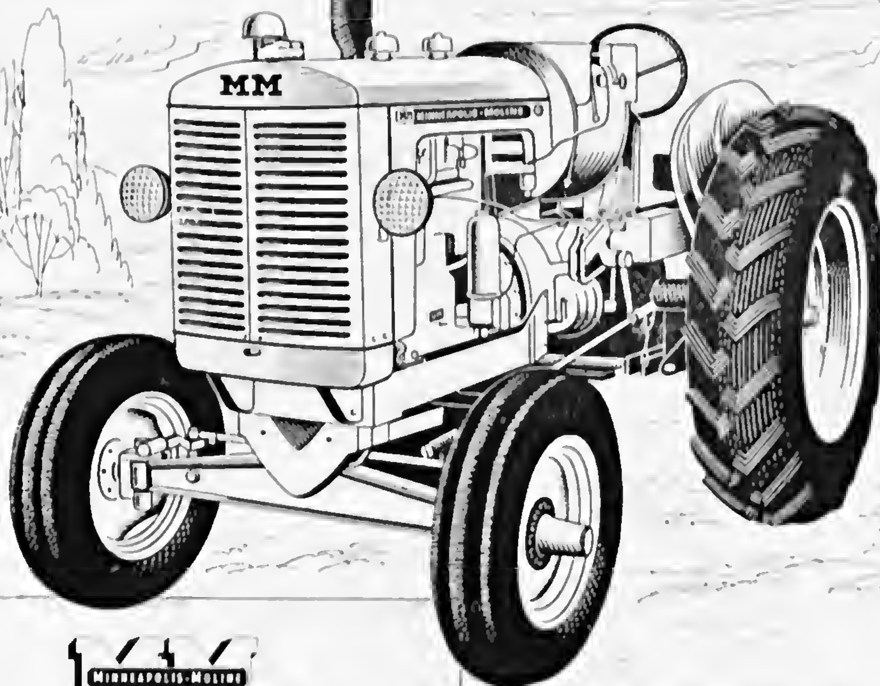
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

MAIO-JUNHO, 1956

O MÁXIMO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO





PARA O MÁXIMO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Êste é o "MM" modêlo "G", a DIESEL, com 52 HP na barra de tração, provido de moderno sistema hidráulico, de grande mobilidade e fácil manejo. Juntam-se a êste outros tratores "MM" de 25, 33, 45 e 52 HP, com motor a gasolina, e um de 40 HP com motor DIESEL — todos aperfeiçoados pelos engenheiros da Minneapolis-Moline, juntamente com uma linha completa de implementos especialmente produzidos para proporcionar o mais baixo custo de operações.

COLHEDEIRAS PARA TRIGO, ARROZ, MILHO E FORRAGEM
ENFARDADEIRAS E OUTRAS MÁQUINAS

Com a sua tradicional e permanente assistência técnica e mecânica, a Cia. PROPAC, distribuidora da Minneapolis-Moline para os territórios do Distrito Federal e Estados do Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro) e Rio de Janeiro, assegura aos seus clientes o que há de mais aperfeiçoado para a mecanização da lavoura.

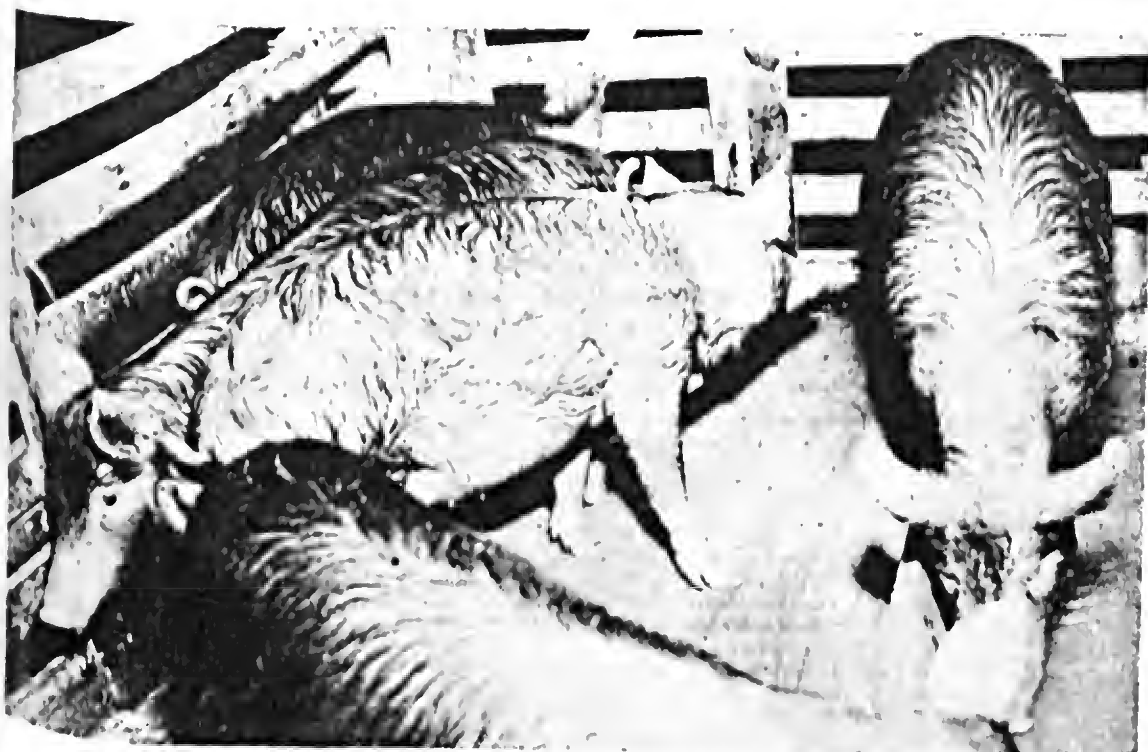
COMPANHIA



COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Av. Rio Branco, 81 - 5.º andar — Tels.: 23-2101 e 43-9797 — Rio de Janeiro

UMA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA A SERVIÇO DO BRASIL



Acabam de chegar da Inglaterra 80 porcos de raças altamente selecionadas, adquiridos pelo Ministerio da Agricultura para melhoria dos seus plantéis que fornecem reprodutores destinados à venda aos criadores nacionais. Os suínos descendem das raças "BERKSHIRE", "TAMWORTH" E "WESSEXADDLEBACK", sendo a primeira especializada na produção de carne para bacon e as duas últimas de bacon e toucinho.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da** E. F. Central do Brasil — **Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX MAIO-JUNHO — 1956

A RECUPERAÇÃO DO SOLO E A IMPORTAÇÃO DE FOSFATOS

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Se é certo que de múltiplos fatores econômicos e técnicos depende a restauração das terras consideradas esgotadas ou cansadas, principalmente as culturas de maior valor econômico (café, algodão, cana de açúcar, etc.), não deixa de ser estranhável que, com o conhecimento que já possuímos de fontes de matérias primas minerais, de que hoje dispomos em nosso território, estejamos sujeitos à importação de adubos fosfatados com um aumento de cerca de 30% em 1955, em comparação com a de 1954, pelo porto de Santos. Essa é a revelação que faz a Folha da Manhã de 2 do corrente mês, salientando que houve um aumento de 14,1% na importação de superfosfatos, de 39,5% na de fosfato bruto e decréscimo na importação de bi-fosfatos e outros fosfatos.

Como ainda salientou a Folha Manhã, não se conhece a produção nacional de superfosfatos, fosfatos moídos e fosfato natural.

E' certo, entretanto, conforme as estatísticas de importação pelo porto de Santos, em 1955, que os superfosfatos continuam a ocupar o primeiro lugar entre os fertilizantes importados. Em seguida veem o cloreto de potássio e o salitre, que também apresentaram diferença para mais nas importações, em 1955.

E' de salientar que, quanto ao fosfato bruto, houve um aumento na importação de 39,5% ; na de cloreto de potássio de 74,9% . Com o conhecimento que hoje possuímos do vulto das jazidas nacionais de apatita, principalmente as de Araxá, no Estado de Minas Gerais que, a base de estudos cuidadosos, estão sendo exploradas pelo "Fertilizantes Minas Gerais S. A." (FERTISA) — notável empreendimento que teve o amparo do govêrno do presidente Juscelino Kubitschek e que poderá fazer o suprimento de fertilizantes indispensáveis à nossa economia agrícola — evitaremos as importações com benefício para a situação cambial.

A FERTISA, quando em pleno funcionamento, para a restauração das terras agrícolas, será o mais notável empreendimento na indústria de fertilizantes no Brasil. Bastará assinalar

ainda o fato que ela se propõe a "completar a composição dos nitratos puros obtidos por síntese com o tufito das jazidas situadas no Município de Patos".

Além do valiosíssimo concurso de Minas Gerais, deve-se assinalar os depósitos de fosforosa de "Fôrno da Cal" e de "Fragoso", nas cercanias de Olinda, no Estado de Pernambuco, e no vale da Ribeira, em São Paulo.

Podemos considerar o País suficientemente dotado de reservas de minérios e rochas fosfáticos para, pela *industrialização,* atender à restauração das terras agrícolas sem precisar recorrer às importações, tanto mais que os nossos recursos minerais para fertilizantes estão sendo objetos de cuidadosas pesquizas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Empenhado, como se acha, o Sr. Presidente da República em proporcionar ao povo brasileiro uma alimentação sadia, a preços acessíveis às diversas classes sociais, forçoso será atentar-se para a situação da agricultura brasileira com extensas áreas de terras esgotadas, tornando-se urgente uma técnica especial do emprêgo de fosfatos de custo baixo a fim de se proceder à recuperação de nossas terras.

Trata-se de um empreendimento de caráter nacional e que está na alçada do Ministério da Agricultura, facilitando aos agricultores do País a devida orientação, como facilitando a adubação em condições econômicas

EXPORTAÇÃO DE LARANJAS PELO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO EM 1955

Janeiro	42.428	caixas	1.484.980 K
Junho	20.200	"	707.000 K
Julho	75.651	"	2.647.785 K
Agôsto	132.578	"	4.641.230 K
Setembro	173.758	"	6.081.530 K
Outubro	209.839	"	7.344.370 K
Novembro	146.482	"	4.744.370 K
Dezembro	103.368	"	1.980.357 K
	904.304	"	21.631.597 K

As 42.428 caixas pesando 1.484.980 K, exportadas para a Argentina em janeiro de 1955, foram da safra passada (1954), de modo que da safra de 1955, foram exportadas 739.697 caixas pesando 25.889.395 K, destinadas aos seguintes países:

Argentina	566.342	caixas	19.821.970 K
Alemanha	31.857	"	1.114.995 K
Bélgica	2.536	"	88.760 K
França	115.962	"	4.058.670 K
Holanda	4.000	"	140.000 K
Inglaterra	19.000	"	665.000 K

Foram condenadas 3.121 caixas pesando 109.215 K.

EXPORTAÇAO DE LARANJAS DE 1949-1955

1949	1.742.932	caixas	61.002.620 K
1950	2.169.227	"	75.922.945 K
1951	1.668.775	"	46.907.125 K
1952	663.086	"	23.208.010 K
1953	576.598	"	19.970.930 K
1954	623.572	"	21.825.020 K
1955	782.125	"	27.371.375 K

A colonização italiana em São Paulo

[illegible] BRANDÃO
[illegible] Agrônomo

([illegible] LAVOURA)

I

A assimilação da mão de obra estrangeira no meio rural brasileiro tem dado margem a uma série de observações e comentários contraditórios.

Em verdade, varia muito com um conjunto de fatôres intrínsecos e extrínsecos; lembremos apenas que a área geográfica (clima, solo, tipo de trabalho agrícola) e a natureza técnica do imigrante, entre outras, vem influir positiva ou negativamente na assimilação.

No colono italiano, por exemplo, a origem latina comum, traz-lhe uma facilidade de adaptação mais rápida às nossas condições ambientais. Foi o que tivemos oportunidade de observar pormenorizadamente durante nossa prolongada estadia no interior do Estado de São Paulo.

E que intensidade tem esta adaptação? Abrange ela sòmente o que concerne aos métodos de trabalho, ou se coaduna perfeitamente às demais condições locais? É o que veremos a seguir.

Lavoura — a agricultura na península Itálica tem caráter fortemente intensivo; principalmente a pequena extensão das propriedades agrícolas traz a necessidade de um trato constante da terra, de modo a manter a fertilidade em níveis suficientemente econômicos.

O colono italiano quando chega a nossa pátria sente, de início, a grande facilidade de terras — e se vai trabalhar isolado, utiliza grandes extensões e esquece, ou é obrigado esquecê-lo, daquelas técnicas agrícolas, de cunho intensivo que empregava em sua terra. No Brasil ele faz como o nosso caboclo — usa a terra até a sua exaustão — não procurando devolver o que dela é retirado, não só pela colheita, como também e principalmente pela ação erosiva constante no terreno desprotegido. Porém uma exceção se faz a tal situação — é das culturas permanentes, de grande interêsse econômico (café e uva), as quais vem sempre a merecer tratos culturais extras, que não os rotineiros de capina e limpeza. Tal integração é de tal forma completa que até a própria capina passa a ser feita da mesma forma que o faz o nativo! É perfeitamente razoável que, em [illegible] as culturas tropicais (o [illegible], a banana, etc.), não conhecidas pelo colono italiano, venha êle a usar as mesmas normas de trabalho que aqui já empregamos. É interessante entretanto observar que as lavouras por êle já trabalhadas, como o arroz, o milho e a batatinha passam a ser cultivadas de acôrdo com [illegible] normas técnicas de [illegible] — [illegible] o preparo da terra, o plantio e as capinas [illegible] são idênticas às nossas!

[illegible] verdade que se diga, que quando trabalha junto com outros patrícios, no sistema [illegible], continua [illegible], tal como em sua pátria, a agricultura intensiva. [illegible] de máquinas agrícolas [illegible] e pouco frequente, [illegible] dos arados e

grades de tração animal; a semeadura é feita à mão, bem como as capinas e a colheita. Não há igualmente critério na escolha das sementes; geralmente as piores sementes são usadas no plantio, por um falso espírito de economia.

Mas será realmente uma adaptação natural ou forçada ?

Imaginamos que seja um meio têrmo — pois que a localização geográfica vem subordinar de forma drástica, as operações culturais; assim é que o relêvo acidentado, adverso, força o colono a empregar a tração animal, em vez da moto-mecanizada, tal como fazia em sua terra natal.

Ocorre simplesmente uma adaptação degenerativa; o imigrante, com níveis técnicos de trabalho agrícola mais evoluídos, para sobreviver às condições especiais de topografia, extensão e qualidade das terras e por vêzes à própria natureza da lavoura, utiliza recursos idênticos ao do elemento nativo. Portanto não há benefício algum, sob o aspecto de melhoria de tipo de trabalho agrícola, na introdução daquêles colonos, esparsamente, na região em aprêço, pois se uns regridem (imigrantes), outros (nativos), permanecem com as técnicas de trabalho que sempre utilizaram.

Em tal tipo de utilização de mão de obra estrangeira só se pode considerar como vantagem apreciável o povoamento de nosso hinterland e o aumento quantitativo da produção agrícola, enquanto que uma migração controlada e sob contínua orientação possibilitaria a obtenção de maior rendimento, não apenas quantitativo, como também qualitativo, já que os olonos estrangeiros exerceriam uma benéfica ação pela introdução de normas mais racionais e eficientes de trabalho agrícola.

II

A ecologia social encontrada pelo colono italiano em nosso país tem inúmeras semelhanças com a de uma origem e isto muito vem facilitar a sua integração no meio rural.

A religião, por exemplo, é o elo mais comum, já que o italiano, tradicionalmente católico, vai encontrar um ambiente propício à continuação das práticas do culto e por estas, ficam facilitados os contactos primários com a população local.

A proximidade dos idiomas, o trabalho agrícola, também vem favorecer a mais rápida assimilação.

O sistema de patriarcado é um fato interessante a ser notado entre os colonos italianos na zona rural.

É indiscutível e aceita por todos da mesma família a autoridade do "nonno' e da "nonna", aos quais filhos e netos prestam obediência irrestrita. Os filhos casados não escapam à sua influência.

Qualquer decisão importante é tomada em reunião de família, embora sempre prevalecendo a autoridade dos elementos mais antigos. Assim por exemplo, a época de preparo da terra, a da colheita, a venda da produção, a educação escolar, a participação nas festas cívicas e religiosas da comunidade a que pertencem, tudo é examinado pelos "nonno". E isto também se dá nos mais triviais assuntos domésticos !

É uma grande família, chefiada pelos avós e da qual fazem parte os filhos, seus cônjuges e os netos.

Tal patriarcado entretanto tem pouca duração; subsiste apenas enquanto são vivos os iniciadores da família; após a sua morte, os diversos filhos passam a viver de maneira autônoma e os casados dentro de suas próprias famílias, das quais passam a ser os verdadeiros chefes.

Restringe-se assim o círculo familiar aos elementos básicos : pais e filhos, mais se assemelhando portanto, à estrutura da família rural brasileira contemporânea.

Raramente a influência da terra natal do imigrante italiano se faz sentir no seu descendente, de maneira incisiva — ficam apenas têrmos típicos no vocabulário e alguns pratos regionais na cozinha.

Não se distingüe, a não ser pelo nome de família, o agricultor, descendente italiano de 2.ª geração, daquêle de ascendência tipicamente nacional. Tal é a intensidade com que se realizou a assimilação, que em tudo se parece com o nosso caboclo. O que mais se nota é a igualdade de vida social (hábitos, costumes, alimentação) e de tipo de trabalho.

A CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

XL

Energia elétrica do Alto S. Francisco para a nova Capital — Será de ordem de .... 880.000 KW a capacidade da Central de Três Marias que serão distribuídos pelas cidades mineiras de Belo Horizonte, Curvelo, Pirapora, Montes Claros, Cordesbugo, Corinto e outras, sem prejuízo da nova Capital, a 350 quilômetros, no planalto goiano que não conta sòmente com os recursos locais. O preciso, indispensável, é que as obras sejam realizadas sem as preocupações de interêsses regionais.

XLI

Aumenta a rêde mineira de portos fluviais — A construção de barragem de regularização situada 300 metros à jusante do Borrachudo, no alto São Francisco, aumenta, com forte reação econômica, a rêde mineira de portos fluviais, passando Belo Horizonte a integrá-la. Para se formar idéia do vulto da obra que virá melhorar as condições de navegabilidade do "rio de unidade nacional" em todos os trechos navegáveis, basta saber-se que a grandeza do volume d'água dêsse reservatório será superior a dez vêzes ao da baía de Guanabara.

XLII

Fosfato de Olinda — É uma realidade, em fase de auspiciosa exploração, o fosfato de Olinda, produto tão bom quanto o de Marrocos, da Flórida e de Tennesses. Eleva-se a 60-80 toneladas diária a produção que é absorvida nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Com as novas instalações elevar-se-á a 250.000 toneladas anuais. Não é muito para as necessidades da lavoura brasileira. O mercado interno organizado fará milagres e assim considerando sugiro:

a) A Fosforita Olinda S. A. proprietária da Usina Fôrno da Cal-Olinda-Pernambuco promova entendimentos para a distribuição com as cooperativas agrícolas;

b) Que procure interessar as Associações Rurais e suas Federações na distribuição;

c) As cooperativas agrícolas e, as associações rurais e suas federações, não devem e nem podem, convenientemente esclarecidas, se desinteressar pela intensificação do consumo de tão preciosa riqueza.

XLIII

Depreciação dos couros — Reconhecemos que as causas naturais, embora produzindo, ainda, grandes danos, têm sido objeto de maior atenção que as causas provocadas, isto é, aquelas produzidas pela ação do homem, quer em vida, quer depois da morte do animal.

É um índice animador.

Carrapato, berne e moléstias da pele, que tantos prejuízos tem trazido à nossa indústria pecuária, ninguém mais põe em dúvida a necessidade de combatê-los. O mesmo entretanto, não se dá em relação aos fatores de depreciação provocados pelo homem. Para tanto contribuem causas diversas, de fácil combate, dependendo êste, porém, em grande parte, da educação e do preparo profissional dos trabalhadores.

Nesse sentido precisam as associações rurais desenvolver assídua atuação junto aos criadores, invernistas, matadouros e frigoríficos visando evitar práticas prejudiciais.

Reputamos as "aguilhoadas", o uso das "varas de ferrão", tão do gôsto dos nossos "carreiros", "tangerinos", e "candieiros", muito mais prejudicial que o arame farpado. Não combatemos, aliás, o emprêgo do arame farpado nos tapumes. Os prejuízos decorrentes das ranhuras produzidas pelo arame farpado, tal como as das chifradas, são muito menores que os provocados pela desordenada marcação a fôgo. Para cêrca de arame farpado, apesar de seus inconvenientes, há justificativa. Mas a inutilização do couro por cortes no esfolamento e pela marcação, em local inadequado, não encontram qualquer defesa.

A "ferra" ou "marcação" a fôgo, já que o nosso sistema de criação ainda justifica, precisa ser feita mais racional e humanamente.

Um couro inutilizado pelo excesso de marcas a fôgo não recomenda os criadores da região de que procede. Daí a necessidade de todos se esforçarem para que não venham os mais cuidadosos a responder pelos males por outrém praticados.

O excesso de "marcas" é condenável e anti-econômico. Nenhuma necessidade tem o criador de usar a "marca" de sua fazenda e da "ribeira" ou zona em que exerce a sua atividade.

Esta prática de indicar a região, está felizmente sendo abolida. Mas as "marcas" de avantajadas proporções, numerosos e complicados traços, são ainda freqüentes.

Devemos ter em vista que a marca é uma convenção e que o uso de marcas, indicando o nome do criador ou sua propriedade, não tem o alcance que se lhe empresta. Os nomes se repetem e as mesmas iniciais servem a muitos nomes.

É verdade que na prática, há, sempre, alguma diferença e que para assegurá-la, foi introduzida a "marca" indicativa da região, comarca ou "ribeira" em que o gado vive à solta.

Felizmente, a medida que podem ou que, em virtude de exigências municipais, são forçados (não os criadores sertanejos das regiões de "cria" em comum) a cercar as respectivas propriedades e assim abolindo a "marca" de procedência.

Resta, entretanto, a simplificação e limite da "marca" individual a proporções razoáveis.

Nesse sentido, como no da fixação do local de sua aplicação no animal, por ocasião da "ferra", precisaremos desenvolver campanha educativa intensa e até mesmo, adotar medidas coersitivas.

Não deve a "marca", quer pelas suas proporções e feitura, quer pelo local de sua aplicação, prejudicar e, menos ainda, como acontece muitas vezes, inutilizar o couro.

A medida tem caráter acentuadamente econômico.

O couro é uma riqueza a defender pela eliminação das causas, tanto naturais como provocadas, de sua depreciação.

Em cada couro desordenadamente marcado perde o criador valor superior ao da superfície coberta pela marca quando esta foi aplicada na parte útil do couro. Cada contra-marca acresce o prejuízo em igual ou maior proporção.

Apontadas, como ficaram, em linhas gerais, as causas depreciadoras do couro de produção nacional, devemos, acentuando a importância desse produto na balança comercial do país, examinar os meios ao nosso alcance para eliminá-las ou reduzir-lhes os efeitos.

Os prejuízos resultantes das depreciações naturais e provocadas são consideráveis e correspondem a uma elevada porcentagem de valor da produção.

Além do comércio interno, que tem se desenvolvido auspiciosamente, o valor da produção industrial e o da exportação justifica plenamente as providências defensoras.

Não dispomos de elementos que nos habilitem em relação ao vulto da produção ou no seu valor comercial, indicar o índice de perdas anuais resultantes da ação dos fatores depreciativos. Sabemos, entretanto, serem elas relativamente vultosas e exigires persistência na campanha pelo melhor aproveitamento do couro e sua apresentação comercial.

Acreditamos que da ação educativa a ser desenvolvida e da equitativa apreciação dos defeitos do couro no comércio desse produto, resultem benefícios de largo alcance.

O couro que apresentar menor porcentagem de defeitos deve e precisa ser melhor reputado.

XLIV

Substituição da "casa de negócio" nas emprêsas rurais pela cooperativa de consumo

Recebemos do nosso prezado colega Valdiki Moura, o incansável Secretário Geral do C. N. E. C., oportuna e expressiva carta que divulgamos a seguir:

"Rio de Janeiro, abril de 1956

Prezado colega e amigo
Arruda Câmara:

Li com vivo interêsse a sua Nota XXXIX inserida na seção habitual de "A Lavoura", órgão da nossa veterana e gloriosa Sociedade Nacional de Agricultura.

Trata-se, realmente, de um tema apaixonante pelo iniludível interêsse social que envolve, e que já foi invocado pelo genial Ruy Barbosa em seu famoso discurso de 1919, lido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. É dessa famosa e formosa peça de oratória política, o seguinte trecho lapidar que transcrevo, para salientar a importância do tema que o ilustre colega vem de trazer a debate:

"Considerado, assim, o sétimo ponto, assentemos o oitavo, dos que se me afiram predominantes no rol prático dos artigos de ingerência da lei nas relações do trabalho com o capital. Aludo aos armazéns de venda, estabelecidos com a côr de benefício aos trabalhadores, mas que, na realidade, não são mais do que aparelhos de escravização dêles aos capitais, à cuja indústria servem. As relações de credor a devedor e devedor a credor, travadas por êsse meio entre operários e patrões, acabam numa sujeição que nunca mais se resolve, num sistema de usura perpétua e lenta, numa espoliação irremissível em que se vão todas as economias do trabalho e, com elas, toda a dignidade, toda a energia, toda a seiva moral dos trabalhadores.

Seria, provàvelmente, inexequível o intento de arrancar pela raiz, em torrão como o nosso, êsse praguedo absolutamente daninho. É mal com o da tiririca, ou o da saúva, contra, os quais se baldam o ferro ou o fôgo e nem por isso o ferro ou o fôgo descansam. Mas, nas cidades, pelo menos, não será impossível que uma combinação de medidas legais bem estudadas, nos acerque da sua extinção total".

Tais aspectos não passaram também despercebidos a Euclides da Cunha, diante do renascimento "do feudalismo acalcanhado e bronco", em que o mísero trabalhador desamparado, e por isso escravizado aos armazéns espoliadores dos barracões de aviamento, quedava-se, então "na mórbida impassibilidade de um desprotegido, dobrando tôda a cerviz à servidão completa".

Parecia que, com o advento do decreto-lei 5.893 de 19-10-43, a questão estaria resolvida com a disposição contida no art. 158, do seguinte teor: "Fica terminantemente proibido a quaisquer emprêsas particulares, ainda que concessionárias do serviço público, manter diretamente ou por interposta pessoa, armazéns de abastecimento para fornecimento de gêneros de consumo aos seus funcionários, empregados ou dependentes, quando em número superior a duzentos". O artigo imediato atribuía o prazo de seis meses para que as emprêsas encerrassem os seus armazéns de fornecimento, estabelecida a obrigatoriedade da comunicação ao SER, da existência dos mesmos, "informando sôbre o valor das respectivas instalações, estoques de mercadorias e volume mensal de operações". Ficaria ao SER o encargo de promover a constituição das cooperativas de consumo que deveriam preencher os fins dos armazéns extintos. As emprêsas estavam obrigadas a facilitar às cooperativas organizadas, "a aquisição' pelo justo prêço, das instalações dos armazéns, bem como das mercadorias e objetos neles existentes".

Ocupando, então, a direção do DAC da Bahia, iniciei uma campanha de esclarecimento junto às emprêsas compreendidas na proibição. Se me não falha a memória, apenas a firma Manoel Joaquim de Carvalho, grande proprietária na zona cacaueira, organizou a cooperativa correspondente, que recebeu todo o acêrvo do barracão da Mo-

cambo Cocoa, próspera fazenda incorporada ao seu considerável patrimônio imobiliário. Não sei se ainda funciona a cooperativa, até porque, revogado o decreto-lei 5.893, houve como que um estímulo à regressão ou permanência da situação anterior.

Devo dizer que não era fácil a sua execução, não somente em face da resistência passiva criada pelas empresas privadas, como também porque a lei mesma criava o obstáculo, subordinando a criação da cooperativa à existência do mínimo de duzentos empregados. Era exigido o mínimo de doze para a constituição de qualquer sociedade, mas não obstante, contradizendo-se e também desconhecendo a realidade nacional, a lei impunha um quantitativo de difícil ocorrência. Sendo Consultor Jurídico do DAC, o atual deputado prof. Nestor Duarte, teve ele ensejo de assim se manifestar a respeito da obrigatoriedade legal:

"Preocupado, já agora, em transformar o fim mais importante — a cooperativa de consumo, que era antes simples meio de remediar-se o mal dos armazéns de fazenda, o legislador do cooperativismo nacional, para facilitar ou tornar possível a existência das cooperativas de consumo na região rural, deixou que continuassem a multiplicar-se, como d a n t e s, as dispensas de fazendas do pior tipo, as pequenas, perdidas nos longínquos rincões e que devem a sua maldade no fato mesmo de constituírem, em algumas léguas em derredor, o único centro, sem concorrência de abastecimento do trabalhador. E como quase não existem no Brasil, de São Paulo ao Ceará, propriedades rurais, fazendas, enfim, com um número de empregados e dependentes superior a 200, segue-se que melhor fora que o legislador de outubro de 43 e de fevereiro de 44 nada fizesse e dispusesse sôbre um problema social, que está a exigir maior tino e inteligência reformadora".

Se assim acontecia na vigência de uma lei, que não obstante a sua imprecisão, de alguma forma impunha a transformação dos barracões em cooperativas, imagine-se o que não ocorrerá em sua ausência! Certamente muitos e variados fatores têm concorrido para que se tenha retardado a desejada evolução, ao tênues ou instáveis os laços de interligamento obrigacional dos patrões rurais e do assalariado correspondente, afinal todos vítimas da generalizada desorganização econômica e social, nada praticamente existindo de consistente para a plena e efetiva ocupação do trabalho assalariado. É uma instabilidade diferente da *seasonal fluctuation*, verificada, sobretudo, no oéste norte-americano, onde por fôrça da rotação das colheitas, desloca-se permanentemente uma considerável massa humana de trabalhadores, em busca de melhores salários. A remuneração estimulada pelo dinamismo do mercado de trabalho, movimenta e s s a curiosa migração humana que busca os meios de pagamentos mais altos, os quais lhe conferem uma capacidade de compra relativamente elevada. Há, digamos, o nomadismo circunstancial da conjuntura, justificado pela demanda de mão de obra, mas sem o caráter de espoliação, porque não avilta ou rebaixa o poder aquisitivo do braço alugado.

Entre nós o fenômeno é mais complexo e diferente, pois mesmo quando o trabalhador permanece, por longos anos, na propriedade rural, por fôrça de hábito ou da incapacidade para reagir e vencer (quando não por mera

revivescência sentimental do regime escravocrata, gerador do patriarcado rural) — nem mesmo assim êle se considera econômica e socialmente vinculado ao destino comum da propriedade. Esta é uma emprêsa estranha, à qual serve por meio de um automatismo resignatário, porque o regime de trabalho não o vincula a coisa alguma, não lhe dá o sentido da responsabilidade funcional, não lhe cria o estado de consciência, e consequentemente não o predispõe a ser um ambicioso em busca de melhorias materiais. Falo em tese, e não quero argumentar com as exceções que justificam a regra.

A experiência indica, entretanto, que os armazéns não desaparecerão por imposição de leis. Enquanto houver mentalidade retrógrada ou concupiscente, haverá exploração do pequeno pelo maior, do desamparado pelo explorador. A solução estará em uma campanha educativa de envergadura, que o Serviço Social Rural poderá levar avante, a meu ver com mais êxito que o Serviço de Economia Rural, órgão federal especializado no fomento do cooperativismo, mas desaparelhado para atuar convenientemente. Será uma campanha a cargo, sobretudo, dos assistentes sociais, campanha a ser feita com apoio em pesquisas cuidadosas.

Não deverá visar à formação de cooperativas especiais, sòmente para o suprimento dos trabalhadores, mas para o de tôda a população das fazendas próximas e que nelas trabalhem, independente da categoria do seu trabalho. Há dificuldades de ordem financeira, material e humana, que impedem a organização de uma cooperativa em cada propriedade. Sòmente as grandes monoculturas como as do café, da cana, do cacau, e poucas mais, bem como a grande exploração pastoril sem o caráter maléfico do latifundiarismo, poderão manter cooperativas estanques, isto é, limitadas às próprias fazendas. As pequenas, entretanto, não poderão suportar o encargo, e porisso será tôda conveniência que se unam em grupos regionais para a manutenção de cooperativas comuns. Os associados, quaisquer que venham a ser (assalariados, arrendatários, patrões) ou onde residem, serão supridos através de postos de abastecimento localizados em pontos de mais fácil acesso.

Inicialmente o SER deveria formar "cooperativas-pilôto" dêste tipo em zonas diversificadas, para apreciar o seu comportamento, estabelecendo normas adequadas para a consecução da experiência. A verba que destinasse a isso, inicialmente reduzida, poderia ulteriormente constituir um fundo especial de financiamento, talvez com a própria colaboração material dos proprietários rurais.

Eis aqui, meu caro Arruda Câmara, as idéias que me ocorrem a propósito do tema que V. S. abordou, e que eu reputo da mais transcendente importância. E chego mesmo a afirmar que esta será a *pedra de toque* do esperado Serviço Social Rural, porque se êle não enfrentar o problema com decisão e objetividade, dificilmente poderá atingir sua finalidade, que deve ser, em essência, uma revolução pacífica, uma reforma substancial nos antiquados costumes do nosso ruralismo patriarcal e canhestro.

Com afetuoso abraço e votos de constante melhora de sua saúde, sou o seu colega e admirador muito amigo

Valdiki Moura

XLV

Cêrca viva de avelós ou forquilha — Agricultor golano, das proximidades de PIRENOPOLIS, pede esclarecimentos. Solicitei ao Chefe da Agência do SER em Pernambuco fotografia da cêrca e ao Prof. Getúlio César cópia de um estudo, inclusive folclórico, que há anos divulgou na imprensa do Recife. Enquanto esperamos vale transmitir ao interessado, reproduzindo dos "*Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*", do Prof. Renato Braga, os seguintes esclarecimentos :

"FORQUILHA. — *Euphorbia gymnoclada* — Boiss., da família das Euforbiceas. Arbusto lactescente, áfilo, com ramificações articuladas, de côr verde, formando densas moitas, muito usado para cêrcas vivas na Paraíba, Pernambuco e na região Cearense do Cariri. O latex cáustico nao so é aplicado na cauterização de úlceras de mau caráter, como torna as cêrcas invulneráveis tanto aos pequenos como aos grandes animais domésticos".

Cêrca útil, duradoura e decorativa.

A RECUPERAÇÃO DA CITRICULTURA NACIONAL — O EXEMPLO DE S. PAULO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presid. da Sociedade Nacional de Agricultura

Os que acompanham a evolução de nossa economia agrícola, reconhecem que a citricultura, desde a Primeira Grande Guerra, surgiu como a fonte de riqueza que, pelas exportações efetuadas através os portos do Rio de Janeiro e São Paulo, particularmente, passaria a competir com as frutas cítricas dos Estados Unidos, Espanha, Itália, África do Sul e Palestina.

O aparecimento do Brasil como exportador de laranjas constituiu, não só pela qualidade do produto como pela adoção de novos métodos de comercialização (padronização), acontecimento de repercussão mundial. E êsse resultado, que representou o coroamento de esforços conjugados da iniciativa particular com o do poder público, teve o apoio decisivo e entusiástico dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, com a atuação vigilante e esclarecida dos ministros Simões Lopes, Miguel Calmon e Lyra Castro (a quem se deve as duas primeiras packing-houses. O que ocorria com as volumosas e crescentes exportações pelo pôrto do Rio de Janeiro também se dava no Estado de São Paulo, pelo pôrto de Santos, devido à expansão da citricultura em São Paulo, que passou a merecer os cuidados dos agricultores e dos podêres públicos. Consideradas as condições de solo e clima nas regiões onde se apresentava mais favorável à exploração econômica dos citros, no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com escoamento para os mercados internos e para exportação e iniciada a industrialização, tudo fazia crer que a citricultura se achava implantada em bases econômicas e técnicas que permitiam a sua consolidação como um novo e valioso setor da economia agrícola do País.

Foi a partir de 1927, com a exportação de 969 toneladas de laranjas brasileiras para a Argentina e mercados da Europa, que teve início o grande surto da citricultura em nosso País. Já em 1928 eram exportadas 560.903 caixas, sendo 47.128 para a Alemanha, 329.018 para a Argentina, 139.853 para a Inglaterra, 43.333 para a Holanda, seguindo-se outros países, como a França e o Canadá. Já em 1932 eram exportadas 1.279.166 caixas pelo pôrto do Rio de Janeiro e 649.759 pelo pôrto de Santos, atingindo o valor em mil réis de Cr$: 40.179 : 070$000 e, em libras, de £ 610.719. O mercado inglês, por sua capacidade, era o mais importante para o Brasil que, com a sua produção exportável já padronizada, começou a fazer concorrência vantajosa à Palestina, África do Sul, Espanha e outros países produtores.

Assim se expressou, em 1932, a publicação oficial do Govêrno inglês "Fruit Supplies", sôbre a impressão do conceito que, na Grã-Bretanha, tinha a nossa exportação de frutas cítricas: "The striking rise in imports from Brazil in 1931 was not maintained in 1932 but imports in that year were nevertheless little short 10.000 cwts. The phenomenal growth of the orange trade between Brazil and the United Kingdom which is perhaps the most remarkable hep pening in the post-war orange trade...".

Era o aparecimento do Brasil no comércio mundial da laranja como talvez o fato mais notável verificado no mercado da laranja depois da Primeira Guerra Mundial

---

Entretanto, sobrevindo a

Segunda Guerra Mundial, estava reservado a citricultura brasileira um período [illegible] depressão, que se [illegible] de modo [illegible] com o fechamento dos mercados europeus, abalando a [illegible] econômica da citricultura, onerada com a [illegible] ção do custo de produção. [illegible] decorrer dos [illegible] ram fortes [illegible] a aplicação de métodos e processos modernos de plantio e defesa dos pomares contra pragas e doenças. A partir de 1940, insidiosa moléstia denominada "tristeza", causada por um vírus, atingiu as regiões citrícolas, especialmente as do Distrito Federal e Estados do Rio e São Paulo onde, segundo o abalizado técnico Sílvio Moreira, foram aniquiladas 10 milhões de árvores. Desastrosas foram as conseqüências dessa depressão.

Investigações cuidadosas foram feitas nos Institutos Agronômicos do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, para identificação e combate à "tristeza" dos citrus.

Como se lê nos números 7-8 do "Agronômico", revista do Instituto Agronômico de Campinas, em trabalho de Moreira, Costa e Grant: "Os sintomas gerais das plantas afetadas são semelhantes aos causados pela podridão do pé (gomose), podendo-se distingui-la da "tristeza" examinando as raízes". Ainda segundo êsses cientistas, "há combinações cavalo-enxêrto tolerantes e não [illegible] ao vírus". Hoje já a doença é combatida pelo emprêgo de cavalos resistentes.

Graças à orientação [illegible] ca traçada pela Secretaria da Agricultura, a citricultura paulista está se recuperando com resultados [illegible], para os citricultores e para a economia daquele Estado. [illegible] dada a importância dos citros para a *alimentação humana*, em suas múltiplas formas de uso, aqui [illegible] êsse fato, para [illegible] atenção dos nossos economistas e sociólogos. Como comprovação, temos a informação que vem de São Paulo [illegible] [illegible] de frutas cítricas, [illegible], pelo Pôrto de Santos, que se elevaram a 520.032 caixas, representando mais [illegible] do que em 1954. A Grã-Bretanha foi o maior importador com 279 819 caixas, seguindo-se a Argentina com [illegible] caixas, vindo depois a [illegible], a Alemanha, a Bélgica e a Irlanda. Apesar de se conservar em níveis modestos, a exportação de frutas cítricas paulistas, patenteia-se evidentemente a recuperação de sua citricultura graças aos métodos e processos agronômicos. Outro tanto, infelizmente, não se observa com o que se passa nas citriculturas fluminense e carioca, as quais se apresentam [illegible] por múltiplos fatores negativos e que ainda em 1940, tendo permitido uma exportação pelo pôrto do Rio de Janeiro de 2 169 227 caixas, representando 75 922.945 cruzeiros; só logrou exportar, em [illegible], [illegible].125 caixas. Essa exportação se fêz principalmente para a Argentina, seguindo-se a França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Holanda.

Se se considerar a importância econômica da citricultura e seu alto valor para a alimentação, patentear-se-á [illegible] a necessidade de os podêres públicos e os órgãos de classe equacionarem o problema da citricultura no Distrito Federal e no Estado do Rio, a fim de que se promova o seu reerguimento.

Segundo a estimativa da [illegible] cultivada de São Paulo, [illegible] 195[illegible]-1956, é sensível o aumento esperado na produção de laranjas (+ 31,9%), em conseqüência da entrada em produção de novos pomares. Foi apurada a existência de 7 519 000 pés de laranja ([illegible]%). A safra, prevista em 8 32[illegible] 000, apresenta totais mais elevados em Piracicaba, Campinas, Bebedouro, Araraquara e Pirassununga. Está evidente que êstes [illegible] revelam achar-se a citricultura paulista em fase de franca recuperação, sob a supervisão dos órgãos técnicos e científicos da Secretaria da Agricultura. E é para [illegible] que tal aconteça dado o papel que êsse setor da economia agrícola para a alimentação representa num Estado em crescimento demográfico acentuado e com a industrialização da laranja, com muitos produtos e subprodutos, de que o suco, nos Estados Unidos, absorve 60% dos frutos produzidos na Flórida, que, segundo Sílvio Moreira, atinge a 110 milhões de caixas.

A Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897 com sua permanente atenção voltada para os problemas agrícolas do País, sempre considerou a fruticultura como fator poderoso capaz de contribuir grandemente para o fortalecimento da nossa economia. E foi assim que há mais de cinqüenta anos criou o Horto Frutícola da Penha, no Distrito Federal do qual, sob a direção dos seus saudosos diretores Philippe Aristides Caire, Paulino Cavalcanti e Victor Leivas, saíram as matrizes que foram os pomares de frutos cítricos que viriam, com o estímulo da iniciativa particular, constituir a base de nossas exportações. Apraz-me recordar ainda que a Sociedade Nacional da Agricultura, em 1904, com a colaboração da Sociedade Rural Argentina organizou uma Exposição Permanente de Frutas Brasileiras, em Buenos Aires, interessando na mesma as associações rurais de todo o País. E é dentro dessa diretriz, que mantém até hoje, sempre assistindo o pequeno produtor rural com a difusão do ensino agrícola pela Escola de Horticultura Wencesláo Bello, que a Sociedade acompanha a evolução da *citricultura nacional*.

No relato que submeto à apreciação da Diretoria, sugiro que, pelo seu Conselho Superior, sejam estudados os aspectos agrícola, comercial e industrial dessa fonte de riqueza da nossa economia agrícola para dar-se à citricultura bases técnicas e econômicas seguras de organização e expansão, colocando o Govêrno a par da sua situação no momento em que se acha diretamente ligado ao problema alimentar.

Para que se possa ter u'a mais perfeita compreensão

da alta importância para a economia nacional do que a citricultura pode representar bastará que se faça algumas referências ao que ela representa para os Estados Unidos, de acôrdo com dados recentes constantes do relatório sôbre a citricultura norte-americana, que o conhecido e competente técnico engenheiro agrônomo Silvio Moreira acaba de apresentar à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Segundo êsse profissional, 360 mil hectares (150 mil alqueires paulistas) são ocupados por pomares cítricos localizados na Flórica, Califórnia, Texas, Arizona, Louziania, Mississipe e Alabama; % dessa área não dispensa os benefícios da irrigação, mais de metade dos pomares estão localizados em áreas sujeitas anual ou periòdicamente ao fenômeno das geadas; o número de árvores existentes das diversas idades eleva-se a 62 milhões e a produção da última safra foi avaliada em 180 milhões de caixas; calcula-se que ...... 1.750.000.000 é o valor do capital empatado nos pomares cítricos, representando Cr$ .. 35.000.000.000,00 de cruzeiros que, no dizer de Silvio Moreira, êsse é o valor de tôda a lavoura cafeeira de São Paulo.

O Estado da Flórica, no parecer dêsse técnico, que o percorreu e estuou, é a maior e mais produtiva zona citrícola do mundo e, levando-se em conta árvores de tôdas as idades, possui mais de 25 milhões de árvores cítricas e, a despeito dos "solos paupérrimos", os citricultores da Flórida conseguem de suas árvores "uma produção que causa admiração"; e é ainda Silvio Moreira quem informa: os pomares da Flórida produziram em 1954 mais de 110 milhões de caixas de frutas cítricas e tendo percorrido pomares verificou que os pomares ostentavam "tremenda arga de frutas", "podendo-se avaliar em mais de 10 caixas sua produção média por árvore",)pg. 9 do relatório). Êsse resultado surpreendente na Flórida êle atribui não só às condições ecológicas (principalmente ao clima) mas sobretudo ao "auxílio de primorosa técnica no campo da adubação".

Essa enorme riqueza agrícola, acentua Silvio Moreira, tem os seus graves problemas de moléstias e pragas e o virus causador da "tristeza", já existente na Califórnia e Luisiania, ainda não atingiu a Flórida, onde são tomadas severas medidas de quarentena, achando que é questão de tempo para que as árvores enxertadas em cavalos de laranja-azeda e de pomelo acabarão sendo atacadas pelo virus.

É de salientar que cêrca de 60% das frutas cítricas da Flórida são consumidas sob a forma de suco, não fresco mas em todo o País durante os 12 meses do ano concentrado e congelado e é consumido em quantidade assombrosa por tôda a população do País. E, graças ao suco concentrado e congelado a produção da Flórida foi absorvida. Com a industrialização, uma série de sub-produtos são utilizados na alimentação do gado e humana. É de salientar ainda o emprêgo de 50.000 toneladas de torta, aproveitada na produção de álcool, óleo de grande consumo em perfumarias e indústrias de sabão, o óleo da semente na alimentação humana e as vitaminas do grupo designado por "p".

Ainda recentemente o agrônomo sanitarista João Higino de Carvalho, da Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, regressou dos Estados Unidos entusiasmado com o que observou na industrialização da laranja.

O Estado de São Paulo, de 22 de março, em bem lançada nota econômica sôbre a "laranja paulista" e depois de referir-se à safra cuja colheita das variedades precoces já se iniciou, estimada pela Secretaria da Agricultura em 8.326.00, isto é, mais 2.000.000 de caixas do que na safra anterior, sendo a maior colheita desde que os pomares de frutas cítricas paulistas começaram a ser recuperados e acntua que essa safra não só é a mais volumosa como de melhor qualidade. Depois de acentuar a garantia do abastecimento do mercado interno os mercados de exportação particularmente o britânico vai sendo recuperado quando antes da última guerra, quando éramos dos grandes abastecedores de frutas cítricas do mundo.

Adverte o "Estado de São Paulo" que devemos cuidar da propaganda nos mercados externos muito especialmente na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica e países escandinavos onde a laranja do Brasil tem boa penetração e pode reconquistar seus antigos consumidores.

Com a exposição que faço à Diretoria quis focalizar e sugerir que o Conselho Superior examine o problema da citricultura em seus múltiplos aspectos (econômico, agrícola, comercial e industrial) atendendo à situação econômico-financeira e por tratar-se de uma riqueza agrícola para a qual o Brasil possui fatores para sua implantação em bases técnicas e econômicas sólidas.

FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO



Um grupo de agricultores em visita à Estação Experimental de Pelotas, onde lhes são ministrados os ensinamentos práticos de que necessitam

Instituído pela Direção dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, da Universidade Rural, vem funcionando na ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, da Rêde de Experimentação Agrícola do Instituto Agronômico do Sul, em Pelótas, Estado do Rio Grande do Sul, desde 1953, um CURSO DE MONITOR DE FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO.

Êsse Curso avulso, tem a finalidade de preparar elementos capazes para bem executar as diferentes tarefas do plantio, tratamento e cultivo das árvores frutíferas, os quais, distribuídos entre os agricultores da região, servirão, não sòmente de núcleos base para a instrução dos demais plantadores, mas também desempenharão o importante papel de agentes de ligação entre os técnicos daquela Estação Experimental e os produtores, facilitando dest'arte a difusão dos bons princípios que devem reger os cultivos daquelas plantas.

O referido Curso, em 1933, com a duração de treze (13) semanas, foi ministrado pelo Técnico Agrícola JOAQUIM IGNACIO SILVEIRA DA MOTA tendo como assistente o Técnico Agrícola JOAQUIM FRANCISCO MARTINS, ambos da ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS. Foram então lecionadas: quarenta e quatro (44) aulas teóricas, dezenove (19) teórico-práticas e vinte e oito (28) práticas. Matricularam-

se em 1953, vinte e seis (26) alunos, tendo sido, após às provas regulamentares, habilitados treze (13) e inabilitados os restantes, o que correspondeu a 50% de aprovações.

Em 1954, o Curso foi ministrado pelo Engenheiro Agrônomo NEDE TERRES NUNES, tendo ainda como asistente o Técnico Agrícola JOAQUIM FRANCISCO MARTINS, ambos igualmente da ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, conforme fôra proposta pela Chefia da E.E.P. o Curso passou a ter a duração de vinte (20) semanas. Foram



Uma aula prática num dos apiários da Estação Experimental de Pelotas

Nêsse Curso, o candidato é aprovado quando consegue obter, no mínimo sessenta (60) pontos, como média final entre os graus obtidos em duas provas parciais e uma prova final prático-oral.

lecionadas trinta e três (33) aulas teóricas, vinte e quatro (24) teórico-práticas e trinta e seis (36) práticas. A matrícula atingiu a vinte e quatro (24) alunos e, depois de feitas as provas regulamentares, verificou-se a aprovação de dezessete (17) dos candidatos e a inabilitação dos restantes, o que correspondeu a 71% de aprovações.





Fardos de enxertos prontos para serem entregues aos agricultores

PERDEU O COOPERATIVISMO UM GRANDE LÍDER

O cooperativismo brasileiro acaba de sofrer um grande golpe com a morte do Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, ocorrida no dia 2 de abril, em S. Paulo, sua cidade natal.

O Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida que, desde 1942 era presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia (reeleito, portanto, por cinco gestões), graças ao seu dinamismo aliado ao idealismo da fé cooperativista, imprimiu rumos tão seguros e objetivos àquela entidade que em pouco tempo ela se tornou dentro e fora do país, a expressão do muito do que podem conseguir os pequenos lavradores quando unidos pelo laço fraternal do cooperativismo.

A Cooperativa Agrícola de Cotia é hoje, sem dúvida, uma potência e ao seu dinâmico presidente deve ela, em grande parte, a sua potencialidade.

Onde quer que se fizesse necessária uma voz em defesa do cooperativismo, um soldado sempre disposto a, na linha de frente, defender seus princípios, ali se encontrava Manoel Carlos Ferraz de Almeida e a sua voz, a serviço de uma causa justa, era sempre ouvida, e a sua presença era uma garantia de que os pequenos lavradores não estavam desamparados.

Seu nome sempre esteve ligado, também, ao movimento do associativismo rural concretizado no Decreto-lei 8.127, tendo sido fundador e Diretor de seu órgão máximo: — a Confederação Rural Brasileira —, e presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo, onde a sua experiência e o seu dinamismo se fizeram sentir de uma maneira acentuada.

O desaparecimento de Ferraz de Almeida aos 46 anos de idade, quando muito ainda se esperava de sua experiência, de seu devotamento aos problemas rurais e, em especial, aos problemas dos pequenos lavradores, foi, sem dúvida, um rude golpe ao cooperativismo e ao associativismo rural do país e uma grande perda para todos aqueles que tinham em Ferraz de Almeida um bom amigo e querido companheiro.

A revista "A Lavoura" ao divulgar êsse lutuoso acontecimento, presta sua homenagem póstuma a Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que desde 1949 até a reforma dos Estatutos integrava a Sociedade Nacional de Agricultura como membro de seu Conselho Superior.

O trabalho do grande líder não foi em vão.

Aí está a Cooperativa Agrícola de Cotia para atestar o quanto pode realizar a tenacidade, o devotamento e o idealismo de um homem que não media esforços nem sacrifícios para levar bem alto o cooperativismo rural no país.

Transcrevemos a seguir alguns dados biográficos do saudoso companheiro a quem prestamos, neste momento, nossas homenagens póstumas.



DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu em São Paulo em 8 de Abril de 1909.

Cursou o Ginásio do Estado — Ginásio Oswaldo Cruz e a Faculdade de Direito de São Paulo.

Fundador e Diretor da Associação Paulista de Avicultura (APA).

1942 — Presidente da COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA (foi reeleito por 5 gestões).

1946 — Membro da Comissão Permanente do 2.º Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

1949 — Membro do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura — Membro do Instituto de Economia Rural da Sociedade Rural Brasileira — Fundador e Diretor do Curso de Cooperativismo da Soc. Rural Brasileira.

1950 — Membro do Centro Nacional de Estudos Cooperativos.

1951 — Fundador e Diretor da Confederação Rural Brasileira.

1953 — Membro da Comissão Nacional de Política Agrária.

1954 — Presidente da Comissão Organizadora e Promotora da 4.ª Conferência Rural

(Continua na pág. 32)

"PROBLEMAS DA ECONOMIA ALGODOEIRA"

A política comercial ùltimamente adotada pelas autoridades norte-americanas vem criando para os demais países produtores de algodão, situação deveras inquietante, de uma gravidade jamais sentida na história da cotonicultura de São Paulo.

Substanciais parcelas da reserva acumulada nos Estados Unidos (14 milhões de fardos) estão sendo lançados nos mercados consumidores, exercendo sôbre êles irresistível pressão, que se traduz na baixa das cotações, e ameaçando arrastar à ruína a economia algodoeira dos competidores mais fracos.

E o perigo será tanto mais sério para os centros produtores de fibras médias e curtas, pois, sabendo-se que a maior parte do colossal estoque armazenado nos Estados Unidos é constituída de tipos daquelas características, tem-se a convicção natural de que os reflexos do verdadeiro "dumping" que se está processando se farão sentir com menor intensidade no Egito, Uganda, Peru e outros centros produtores de fibras longas, de grande procura, porém atingirão em cheio o Brasil (São Paulo), México, Turquia, Síria, etc.

Parece certo, portanto, que quem quiser escapar aos efeitos da avalanche partida do norte do Continente deverá se esforçar por oferecer aos consumidores produto de fibra não encontrada no estoque que, segundo tudo indica, os americanos estão dispostos a liquidar ou reduzir consideràvelmente nos próximos anos.

Aliás, tendo-se em vista a rapidez com que está sendo vendida a primeira cota, de um milhão de fardos, é lícito prever que o Congresso norte-amrelcano force a colocação imediata de cinco milhões de fardos, nos mercados do exterior, conforme informações colhidas nos círculos algodoeiros.

Posta a questão nestes têrmos, que são exatos, tem-se que para sobreviver a uma concorrência poderosa, que não poderá suportar, por muito tempo, a lavoura de S. Paulo, produtora de fibras curtas e médias, deverá modificar-se fundamentalmente, adaptar-se para produzir não só tipos de melhor qualidade, mas, principalmente de fibras médias e longas (1,1/32 polegadas acima, se possível), e, paralelamente, elevar a produtividade, a fim de baixar por esta via o custo de produção.

Isto quer dizer que deveremos selecionar novas linhagens, aliás já obtidas pelo Instituto Agronômico de Instituto Agronômico de Campinas, segundo consta, e aprimorar a técnica nas plantações.

Aí está, em arbitrária síntese, a chave do problema de nossa economia algodoeira, o único meio capaz de resolver eficaz e duradouramente as dificuldades com que nos defrontamos a cada passo e que, até agora, têm sido contornadas, mas não eliminadas, por processos puramente artificiais, simples paliativos, em derradeira análise.

O comprimento da fibra é, indiscutivelmente, de suma relevância na economia da malvácea e ainda há dias a "Fôlha da Manhã", edição de 11 do corrente mês, refletindo opinião dos técnicos do Instituto Agronômico de Campinas, acentuava:

"A questão do comprimentoda fibra do algodão é de transcedental importância no comércio algodoeiro, pois, quanto mais longa melhor computada. Bem por isso os técnicos têm a máxima preocupação em aprimorar tal característica nas variedades que sempre são apresentadas".

E o mesmo jornal observa que na safra de 1954-55 o comprimento da fibra em S. Paulo entrou, como surpresa para muitos, num declínio que está dando margem às mais sérias controvérsias".

É bem verdade que os técnicos ouvidos pela "Fôlha da Manhã" acreditam que o "fenômeno se verificou, mas não

(Continua na pág. 28)

CRÉDITO AGRÍCOLA

2.ª Parte — Banco de Crédito Real

Eng. Agr. ITAGIPA BARÇANTE
Membro da Diretoria do S.N.A.

"São bem conhecidas as necessidades da agricultura no Brasil. A urgência do remédio que as deve prover, já profundamente calou no ânimo de todos.

As provas dessa convicção acham-se registradas na imprensa e na tribuna, nos atos do govêrno e na legislação. Estando nisto empenhados os mais caros interêsses da sociedade brasileira, cada qual, por expontâneo impulso, tem procurado contribuir para o descobrimento de meios, que atalhem o mal conhecido e promovam a prosperidade desejada.

A divergência das opiniões e alvitres teve naturalmente de converter-se no acôrdo, a que os princípios econômicos deviam levar os espíritos.

Se o trabalho escasseia, se a produção proporcionalmente se restringe, se a riqueza nacional, em vez de desenvolver-se, vê, pouco a pouco, exaurirem-se-lhe as fontes, é de intuição que, enquanto ao trabalho se não derem os instrumentos apropriados a acrescentar-lhes as fôrças, a causa atuará com a mesma energia, os efeitos continuarão a ser progressivamente funestos.

Assinalada assim a origem do mal, faz-se evidente a maneira de tolher-lhe o desenvolvimento, de reduzir-lhe as proporções até desvanecê-lo de todo.

Quando o trabalho esmorece, o fenômeno provém ou da falta de braços, ou da míngua de capitais, ou da ausência de boa direção na indústria, ou da deficiência dos recursos que a ciência e a arte tem descoberto nos agentes naturais.

Para ocorrer à falta de braços cumpre aumentar a população. Para dotá-lo de capitais formem-se instituições de crédito apropriadas ao seu destino.

Para bem dirigí-lo dê-se-lhe a instrução, que ensina a tirar das fôrças, que possui, mais avantajado lucro, e a acelerar e multiplicar a produção sem maior dispêndio.

Como complemento dos auxílios que devem reanimar o trabalho arriscando a inanir-se, sugere-se o transporte fácil, pronto e barato dos produtos por estradas cômodas e seguras e por navegação rápida.

Aí está a solução do problema.

Na aplicação dos meios, a que se deverá o benefício desejado, surge a maior dificuldade.

Para consegui-la mais discreta, mais acertada, se tem multiplicado os tentâmes. O seu resultado, porém não há sido o mais feliz.

Cumpre que não desacoroçôe, nem a iniciativa individual, dos interessados, nem a ingerência protetora dos poderes públicos, ainda e por muito tempo, indispensável em país econômicamente organizado como o nosso.

Enquanto pelos estímulos à imigração se trata de importar braços laboriosos, e pelos institutos competentes se procura divulgar o ensino apropriado; enquanto se procede às obras destinadas a franquear o interior do país à comunicação com o litoral, convém aproveitar as bases já assentadas na legislação para fundar o crédito real, a que a agricultura irá pedir os capitais necessários às suas operações.

A agricultura até o presente se tem socorrido dos estabelecimentos de crédito comercial. Estreitada pelas circunstâncias que lhe impõem as condições mais penosas, tem-se ela visto na necessidade de tomar compromissos que contribuem mais para sua ruina, do que para seu desafôgo.

Ao alto juro, acrescentado com as onerosas comissões dos intermediários que lhe prestam a sua coadjuvação, acresce a pressão do curto prazo em que o pagamento se tem de realizar. O uso por ela dado aos capitais assim emprestados a inhabilita para satisfazer os seus contratos. E, impossibilita de cumprir suas obrigações remindo a dívida, agrava seus compromissos pela renovação dos títulos do empréstimo com acumulação dos juros.

As dificuldades que a cercam vão destarte aumentando. A sua dívida cresce ao

cabo de cada período, e assume em breve tempo proporções que aniqüilam de todo, absorvendo o valor dos prédios e a sua renda acumulada no decurso de longos anos.

Não há indústria que resista a tais resultados. A mais vigorosa, assim ferida nos seus princípios vitais, exausta, de fôrças, desfalece e morre.

A agricultura pela natureza de sua tarefa não pode usar dos capitais como as outras indústrias. Estas, expeditas em seus processos, os renovam ràpidamente, e a cada evolução os vêm reproduzidos integralmente para se aplicarem a novo emprêgo em que nenhuma demora é admitida.

Tão acelerado movimento é essencial à sua existência. A menor intermitência lhes seria fatal, como na circulação do sangue a mínima interrupção é sinal de morte. Nas mãos do comerciante e do manufatureiro o capital imobilisado seria uma ameaça de ruína.

A agricultura, porém, para satisfazer as necessidades de sua índole e atingir os resultados apetecidos, deve fixar os capitais que possui. A terra que lavra, os operários que paga, as máquinas que auxiliam o trabalho, os animais de que se serve, os edifícios apropriados às suas operações, as sementes e os alimentos que consome, representam os seus haveres.

Para reproduzir o seu valor, o seu único recurso consiste na colheita anual.

Com os seus produtos só no fim de muitos anos acumulará soma equivalente no capital consumido em salários e alimentos, e imobilisado em oficinas e instrumentos agrários.

Sendo as suas operações tão diferentes das que se empreendem nos outros gêneros de atividade humana, é de intuição que regê-las pelas normas, reguladoras do comércio, é preparar a sua infalível aniqüilação é contrariá-la nas condições de que depende sua existência.

Se a agricultura fôr assimilada às outras indústrias nas evoluções em que giram, será condenada em remissão; porque, como diz Boyer, autorizando-se com a opinião de Adam Smith e Sismondi, a agricultura inteligente que deve melhorar e progredir de acôrdo com os alvitres da economia política, a agricultura a que convém adiantar capitais, em benefício público, está por sua própria natureza absolutamente impossibilitada de se desonerar, em tempo nenhum, da sua dívida, sendo-lhe sòmente permitido pagar um certo juro com dividendo maior ou menor.

Não é, pois, no crédito comercial que a agricultura achará os auxílios de que há mister, porque o crédito comercial não deve, não pode querer imobilisar os elementos de sua ação sem arriscar-se a perigo inevitável.

A agricultura pede auxílios adaptados à natureza do seu trabalho, que possa restituí-los sem perturbação na sua economia sem detrimento para seus interêsses. Pede capitais com a expressa declaração de fixá-los, no propósito de restituí-los na mesma proporção, em que receber os produtos da terra. Não lhe servem, pois, auxílios de breve duração, empréstimos que tenham de pagar em curto prazo. Onde os deparará? Quem quererá entregar-lhe as suas economias com a certeza de não rehavê-las senão ao cabo de prolongada série de anos, se a privação de sua propriedade não fôr compensada por vantagens comuns?

Mas a agricultura, sôbre a modicidade das prestações que tem de pagar, dará ao capitalista juro menor do que qualquer outra indústria. Não há destarte duplicada desvantagem que a faz excluir de todo o favor do capital, entidade tão assustadiça e tão interesseira?

Aí está o problema: descobrir o meio de dar à agricultura o dinheiro necessário aos seus processos com proveito dela e vantagem do capitalista.

Era difícil a solução. Foi, porém, descoberta, trazendo consigo a dêste outro, em que se reunem tôdas as condições desejáveis de recíproco proveito: conciliar o empréstimo a longo prazo e a imobilidade do penhor com a garantia e fácil disposição do capital emprestado.

É, pois, evidente que à agricultura podem convir sòmente empréstimos que, atendendo à lentidão com que reimir-se do seu compromisso sem vexame, e ao mesmo tempo com vantagem para quem lhe empresta capitais.

Era mister criar uma fórmula em que se reunissem êstes requisitos, cuja harmonia parece tão difícil, e satisfizesse a interêsses que se julgariam contrários uns aos outros.

De um lado está o capitalista que deseja dar ao seu dinheiro a melhor aplicação, certeza de reembôlso, juro avantajado, facilidade de realização. Do outro lado o mutuário que não pode pagar em prazo próximo porque terá de fixar o capital adiantado, que se arruinará com um juro superior ao rendimento módico de sua indústria que só passados muitos anos solverá seu débito.

Aproximar êstes dois extremos, fazê-los entrar em acôrdo no qual sejam atendidas as conveniências mútuas, eis o resultado que se deseja obter. Os obstáculos são removidos mediante um intermediário que se incumbe de conciliar os interêsses divergentes.

A êste intermediário confiam-se os capitais, na certeza de que colherão proveito infalível. A êle se dirigem os mutuários, certos igualmente de que acharão socorros sob condições convenientes. Êle estabelece regras que utilizam a ambos, e, zelôso administrador, por todo o seu trabalho exige apenas moderado salário.

Serve-se de dois meios — pagamentos por anuidades, letras hipotecárias ("pfandbrief", "obligations foncièr,s"). São os polos em que se livra todo o sistema do crédito real.

Nas anuidades, calculadas segundo período mais ou menos extenso, compreende-se o aluguel do capital, uma cota mínima para amortizá-lo uma percentagem, ainda menor, para retribuir os cuidados do intermediário. Terminado o período marcado, a dívida se acha extinta sem mais ônus ou obrigação para o mutuário que reassume o uso livre do penhor que havia dado.

A letra hipotecária, garantida pela totalidade dos penhores entregues ao int,rme-

diário, é o título, pelo qual êste se obriga por uma quantia determinada, e pelo respectivo juro até o reembôlso, que será paga em ocasião oportuna mediante sorteio.

O mutuário não tem que ver com o capitalista, nem êste com àquele; todos os seus tratos fazem-se e solvem-se com o intermediário. Para êste tôda a responsabilidade do mutuário, assim como dêle tôda a responsabilidade para com o capitalista.

O intermediário, prestando os seus serviços, procede com tôdas as cautelas que dão segurança e estabilidade aos compromissos contraídos perante o capital.

Oferece, pois tôdas as condições desejáveis para suas letras serem consideradas valores dignos de completo aprêço.

Do mutuário exige a entrega de um penhor, representado por um prédio, urbano ou rústico, do qual(metade ou dois têrços pelo menos, importem o equivalente da quantia entregue.

Ainda mais: para maior s,gurança do pagamento sem ruína do mutuário, calcula a anuidade de conformidade com o rendimento médio do prédio, de modo que nunca o exceda.

O penhôr lhe é entregue em primeira hipotéca. Firmado nesta base depara na lei o auxílio necessário para coagir o devedor remisso a cumprir com o seu compromisso.

Tudo isto é fôrça que se concentre na letra hipotecada para lhe dar maior estimação no conceito do capitalista.

Não obstante, porém, as garantias de que o intermediário rodeia êsses títulos de crédito, não obstante o pagamento indefectivel dos juros e o impreterivel reembôlso do principal, o capital escrupulisaria em empregar-se nas letras emitidas pelo intermediário, se não acrescerem facilidades e incentivos que desvanecem tôdas as hesitações.

Em verdade, se o dinheiro despendido na aquisição de uma destas letras fôsse realizável ùnicamente quando chegasse a sua vez de ser paga pelo intermediário no dia por êle determinado, o capital circulante acharia pouco pendor para fixar-se, por assim dizer, em semelhante aplicação que o prenderia por espeço de alguns decênios; evitá-la-ia como perigo, pois para êle é sempre perigosa a imobilidade.

Mas a natureza da letra hipotecária afasta, qualquer receio dessa espécie.

Sendo nominativa ou ao portador (o que quase sempre é preferivel), transmissivel no primeiro caso por endôsso, no segundo pela simples tradição, expedita e prontamente presta-se às transações, como quaisquer outros valores industriais. Igualando-os, quando não os avantajar, vistos os seus predicados especiais, pode entrar em giro e passar por tôdas as evoluções da circulação.

Assim deve suceder necessàriamente.

A letra hipotecária é garantida, quanto é possível exigir-se, para que tenha valor. Primeiramente responde por ela o penhor hipotecário que não é êste ou aquêle prédio, mas todos os prédios entregues ao intermediário em primeira hipoteca. Em segundo lugar o intermediário que a aceitou goza de tôdas as condições de confiança que inspira a convicção de pleno e fiel desempenho de seus compromissos. E, finalmente, a transferência de semelhante título se efetua sem ônus para o portador, nem despesa, nem obrigação de espécie alguma.

Não são, por ventura, estas razões suficientes para mover os capitalistas a empregar o seu dinheiro em letras hipotecárias, e até para preferí-las a qualquer outro emprêgo, pois êste, sôbre a segurança comparável à da apólice da divida pública, possui a vantagem de se transferir de mão em mão, quase como moeda, sem formalidades de registro, sem gratificação a corretor, sem taxa de sêlo?

Mais um atrativo oferece o crédito real ao capital para se empregar nos títulos de sua emissão.

Tendo de ser pagas as letras hipotecárias por sorteio em época prefixada em cada ano estabelecem-se prêmios para os números que primeiro se extraírem.

Tais prêmios serão de .... Cr$ 40 000,00 até Cr$ ...... 2.000,00 na forma determinada pelos estatutos, não excedendo de Cr$ 300.000,00 a quantia anualmente destinada para êste fim.

A esperança de um grande e extraordinário lucro, embora aleatório, infundirá em muitos o desejo de possuir letras hipotecárias. E tanto mais veemente será, quanto, diminuindo de ano em ano o número destas, maior soma de probabilidade terão seus possuidores para alcançar êsse avultado proveito.

A letra hipotecária, portanto, tem direito a gozar de subida estima no conceito de quantos disponham de dinheiro para aplicações úteis, e desejem ter rendimento certo, seguro e cômodo de realizar-se e arrecadar-se. Por módico que êste seja, em confrontação com o de certas indústrias, em que o capital depara avultado crédito, não está sujeito a eventualidades que o cercelam, e a perigos que ataquem não só o juro, senão também o principal.

Reune as qualidades que induzem os prudentes a edificar prédios e a adquirir títulos da divida pública: solidez do emprêgo, e certeza da renda.

Além disto, a letra hipotecária,reduzida ao seu mínimo de Cr$ 100,00, estando ao alcance dos mais modestos haveres, é, como segurança e como lucro, o melhor destino das economias do operário. Quando ali tiver acumulado por pequenas frações um total equivalente àquela quantia, a compra de uma letra hipotecária lhe dará interêsse que não deparará em nenhuma outra aquisição.

Não é uma conjectura, Não é também simplesmente uma esperança bem fundada. A experiência demonstra que assim tem sucedido nos países, onde esta espécie de títulos foi admitida.

Em muitos lugares da Alemanha, onde existem estabelecimentos de crédito real, as suas letras tem gozado de tanto aprêço e hão sido tão procuradas, que as cotações as compreendem entre os valores estimados acima do par. E quando outros títulos, sem executar os da divida pública, sofreram enorme desconto, elas conservaram-se no

par, ou oscilaram bem perto dêsse limite.

Igual efeito notou-se em França, onde, pouco tempo depois da fundação do "Crédit Foncier", as letras por êste emitidas obtinham as mais vantajosas cotações, próximas ao par, quando o não excediam. Presentemente as variações nos preços não oferecem diferenças consideráveis para menos do par.

Acrescentando em 68: — "A grande dívida que onera a lavoura, e os altos juros que paga, explicam os embaraços e o atraso, com que luta. Tributário do capitalista, o lavrador está reduzido a trabalhar toda a sua vida para fazer frutificar capitais alheios, sem descortinar no futuro um meio de libertar-se; daqui o desânimo, e com êle o abandono de sua lavoura, que não pode ser melhorada de maneira que, com emprêgo de pequenos meios, consiga resultados mais vantajosos.

O estabelecimento de um banco de crédito real, baseado nas condições que descrevi no meu citado relatório, tem tôdas as presunções de existência, e de existência proveitosa, em relação não só aos capitais que deve congregar, mas também à lavoura que nêle encontrará o mais eficaz auxiliar da sua prosperidade e engrandecimento.

Felicitar o lavrador, proporcionando-lhe os meios de pagar suas dívidas atuais, convertendo-as em outras menos onerosas tanto pela modicidade do juro, como pelo largo prazo de vencimento, e pela aplicação do princípio de amortização, entregar ao comércio e à indústria uma grande soma de capitais, de fácil emprêgo em muitas emprêsas de reconhecida utilidade, as quais só aguardam êste momento para aparecer e florescerem, tais serão, em poucas palavras, os benefícios efeitos do crédito real".

A carteira hipotecária do Banco do Brasil iniciára suas transações com a agricultura, a partir de agôsto de 18d7 fornecendo à lavoura, até março de 1871, cêrca de Cr$ 20.000 00 em empréstimos hipotecários, na sua zona limitada de ação, compreendendo o Município da Côrte, a Província do Rio de Janeiro e os municípios que com ela confinam de S. Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo

A "falta de filiais ou de estabelecimentos semelhantes nas outras províncias mais importantes, dificultava a expansão do crédito rural-hipotecário", onde, geralmente, estava a lavoura sujeita a empréstimoa curto prazo, com os juros de 18% ao ano.

Pelo Regulamento do Banco do Brasil, o prazo para os empréstimos hipotecários não poderia exceder de seis anos, cobrando-se os juros de 9% ao ano e amortização anual de 8%, "com a obrigação de saldar a dívida no fim do sexto ano.

Em outros têrmos, o lavrador sujeita-se para solver seu compromisso a entrar anualmente com uma percentagem maior de 17% durante àquele prazo, ou pràticamente, uma amortização anual de perto de 16,7% do total da dívida, afora os juros de 9% ao ano, para liquidação em 6 anos.

Tal "benefício", não pode trazer grande interêsse à agricultura, que tinha necessidade de fixar capitais em terras, em edifícios próprios, em máquinas, na aquisição de braços, ou no contrato de trabalhadores, além de numerário para custear as culturas, "sem precipitar a renda dos produtos, ou para manter-se antes de apurar a venda dos produtos".

Se os produtos da lavoura, com tôdas as dificuldades de produção e transporte, mal dão um lucro líquido de 20%, como poderia ela arcar com responsabilidades superiores as suas posses?

E, o que se viu foi correrem "para o comércio pela exatidão dos pagamentos no vencimento e porque os prazos dêstes são curtos", os créditos destinados à lavoura, mesmo os da carteira hipotecária do Banco do Brasil.

O que a lavoura necessitava:

a) crédito hipotecário a longo prazo e juros módicos, com pequenas amortizações anuais, para imobilizar em imóveis, terras, máquinas, etc.;

b) crédito "com fundamento ou garantia em seu capital circulante, representado pelos produtos da próxima colheita", concedido como simples adiantamento para resgate integral com a venda dos produtos colhidos.

Mas a agricultura, onerada de avultada dívida que diàriamente se acrescenta por novos compromissos e pela acumulação dos juros, acha-se em afiltiva situação, não tanto por êsse gravame, quanto pela dificuldade, senão impossibilidade, de contrair outros empréstimos, requeridos pelas necessidades presentes. Em tal extremo antolha-se temerosos o porvir e quase desacoroaçoada não se afouta a cometimentos que provàvelmente a salvariam, descativando-a de suas obrigações e conduzindo-a à prosperidade".

Em 7 de agôsto de 1872, são aprovados os estatutos do Banco Agrícola e Comercial de Campinas, São Paulo, com o capital de Cr$ 2.000,00 dividido em ações de Cr$ 200,00, que além das transações normais de crédito comercial e industrial, apenas concedia empréstimos "sôbre hipoteca de bens de raízes ou sòmente nos casos a pela forma estabelecida pelo Decreto n.º 3912, de 12 de julho de 1867, art. 12 e seguintes, e em geral sôbre qualquer valor que só seja transferido por hipoteca, não tenha vencimento fixo ou não possa realizar com brevidade".

Mais tarde, estabelece o Banco o crédito hipotecário sôbre bens rurais, incluindo-se escravos, máquinas e animais destinados à lavoura com a taxa de juros máxima de 8%.

Finalmente, em virtude do acôrdo celebrado entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda, conforme o disposto na Lei n.º 2.400, de 17 de setembro de 1873, facultou-se "à lavoura do Município da Côrte, e das províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, meios de obter capitais em favoráveis condições".

"Autoriza um novo acôrdo com o Banco do Brasil, e reduz o resgate anual das notas dêsse Banco e dos outros de circulação".

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos Súditos que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º — A proporção marcada no § 3.º do art. 1.º da lei de 22 de agôsto de 1860, para o resgate das notas dos Bancos de circulação, fica reduzida a 2½% anuais, sendo esta disposição aplicável ao Banco do Brasil de conformidade com as disposições desta lei.

Art. 2.º — O Govêrno fica autorizado para prorrogar por mais quatorze anos a duração do Banco do Brasil, sendo êste obrigado a empregar o capital de sua carteira hipotecária, que não será menor de 25.000:000$000 em empréstimos à lavoura, efetuados nos têrmos desta lei, dentro do prazo que lhe fôr marcado pelo mesmo Govêrno, e a estender o círculo de suas transações hipotecárias além do designado nos atuais estatutos.

Findo êste prazo, o resgate anual das notas do Banco será elevado a 8%, sôbre a diferença entre o capital de 25.000:000$000, e a soma efetivamente empregada nos empréstimos à lavoura.

§ 1.º — O Banco do Brasil, deduzido o valor representado por títulos em liquidação na sua Repartição de Hipotecas, preencherá o capital que lhe é fixado por esta Lei, como fundo exclusivo da mesma Repartição, separando de sua carteira comercial para a hipotecária uma soma igual em apólices da dívida pública, ou moeda corrente.

E do mesmo modo preencherá qualquer desfalque que ocorrer no referido capital depois de convertido em empréstimos hipotecários.

§ 2.º — O Banco do Brasil em sua secção hipotecária não poderá nos empréstimos feitos à lavoura exigir juro superior a seis por cento ao ano, nem amortização anual maior de cinco por cento calculada sôbre o total da dívida primitiva; os juros e amortização serão pagos por semestres vencidos.

§ 3.º — Os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil antes da data desta lei,

sob garantia de hipoteca de estabelecimentos agrícolas, ficam sujeitos à disposição do parágrafo antecedente.

§ 4.º — No resgate de suas notas o Banco do Brasil dará preferência às que restarem das Caixas filiais de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará.

§ 5.º — Recusando o Banco do Brasil aceder a qualquer das disposições dos parágrafos antecedentes, o Govêrno fixará a cota nual do resgate de suas notas no máximo do art. 1.º § 6.º, da lei de 12 de setembro de 1866.

Art. 3.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estados Negócios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 17 de setembro de 1873. 52.º da Independência e d oImpério.

Foi êste "um importante recurso, embora muito limitado e eficiente prestado a muitos proprietários agricolas que, graças a êle, poderam libertar-se de dívidas onerosas, salvando assim da ruína eminente, e até melhorando seus estabelecimentos, se, pois fôsse possível, ampliar êste benefício e estendê-lo às demais províncias", melhorariam consideràvelmente as condições da lavoura nacional que continuava, notadamente no norte do País "à mercê das exigências do crédito e até da ouzena, que a empobrece e arruína. Do inquérito que o Govêrno mandou proceder em 1874 sôbre o estado da grande e da pequena lavoura, em cada Província ficou averiguado que, em uma, a taxa dos empréstimos à mesma lavoura elevava-se de 48 a 72% anualmente e, em muitas, de 18 a 24%.

Na própria zona de influência do Banco do Brasil, mostrava-se insuficiente o crédito distribuído à agricultura, e, "tôda a lavoura do Império necessitava dêsse indispensável agente da produção, assim para melhorar as condições onerosíssimas da sua considerável dívida, como para numerosas exigências da economia agrária.

"A agricultura brasileira precisa aperfeiçoar os seus métodos de cultura, tanto para poupar braços, quanto para conseguir que àqueles de seus produtos, que encontrem similares de outras procedências, possam com êles concorrer e competir nos mercados. Melhorar o produto equivale aumentá-lo".

Na "Fala do Trôno", lida na abertura da Assembléia Geral Legislativa, em 5 de maio de 1874, confirmava o Imperador: "A lavoura, nossa principal e abundante indústria, exige de nossas luzes providências que mais prontamente removam os maiores embaraços com que luta. Sobretudo é sensível a deficiência de estabelecimentos de crédito que proporcionem aos lavradores, mediante condições menos onerosas, os capitais de que necessitam para aperfeiçoar e desenvolver o seu trabalho. O novo contrato com o Banco do Brasil vai sendo benéfico, mas a circunscrição dêste não compreende tôdas as províncias, nem seus meios seriam suficientes para tanto".

Em 27 de setembro de 1875, é autorizado a operar, no Brasil o Banco Português da Cidade do Pôrto, tendo como uma de suas obrigações "fazer operações de crédito agrícola e industrial nos têrmos das leis vigentes".

A crise continua cada vez mais acentuada. Na "Fala do Trôno", de 1.º de fevereiro de 1877, declarava a Princesa Imperial Regente:

"São ainda penosas as circunstâncias da lavoura".

"No período de transição que ela atravessa carece de braços livres, que se adaptem à organização do trabalho agrícola.

Infelizmente, a lei de 6 de novembro de 1875, que teve em vista proporcionar-lhe alívio e recursos não têm sentido o desejado efeito. É intuitiva a urgência de considerar atentamente a sorte desta indústria principal fonte de riqueza pública".

Há vista dos insistentes pedidos do Govêrno, resolveu o Deputado José Angelo apresentar à Câmara, na sessão de 6 de fevereiro de 1877, a seguinte indicação: "Auxílio à lavoura — Indico que seja nomeada uma comissão especial de três membros desta Câmara para, com as comissões permanentes de comércio, indústria e artes, e de agricultura, minas e bosques, formular um projeto de lei que tenha por fim curar das penosas circunstâncias da lavoura do País, uma vez que a lei de 6 de novembro de 1875, que teve em vista proporcionar-lhe alívio, recursos não têm surtido o desejado efeito, como está asseverado na "Fala do Trôni".

"E tomando ainda na maior consideração a gravidade do assunto, para o qual a Princesa Imperial Regente em nome de S. M. o Imperador julgou que atendêssemos com urgência à sorte desta indústria, principal fonte, como diz da riqueza pública e particular; e considerando o seu objeto complexo, digno da solicitude da Assembléia Geral, quando por àquele meio acima indicado não julgue a Câmara eficaz, na forma do art. 39 e seguinte do regimento comum, indico que se proponha ao Senado a nomeação de uma comissão mixta que tenha por fim com urgência formular o referido projeto de lei.

"Resolva a Câmara sôbre o melhor dêstes meios, sendo que só tenho por fim apressar um ato legislativo, que quanto ante dê à decadente ou quase morta lavoura do país meios com que possa viver e desenvolver-se na deficiência, em que está, de falta de braços, e sobretudo na carência de dinheiro para acudir às suas necessidades, não estabelece preferência".

A essa indicação, emitiu parecer a Comissão de Agricultura, aprovado pelo plenário:

"A comissão de agricultura, apreciando a indicação do Sr. Deputado José Angelo para que se nomeie uma comissão desta Câmara, que outra do Senado formule em projeto medidas concernentes aos melhoramentos da lavoura do país, passa a emitir o seu parecer nos têrmos que seguem:

"Que a lavoura do país necessita de melhoramentos consideráveis é ponto incontroverso, como incontraverso

é o estado precário de suas atuais circunstâncias. Basta considerar que dos fatores de produção econômica-natureza, trabalho e capitais, conta apenas a lavoura com o primeiro, que aliás pouco vale, se falta o trabalho que dêle se utilisa, se falta o capital de que se alimenta o trabalho.

"De que nos serve a extensão e fecundidade do solo, se o não aproveita a impericia do agricultor, desajudado de fáceis meios de locomoção à mingua dos fomentos naturais da indústria — o trabalho e o capital".

"De opinião geral procede a improdutividade da indústria agricola do país da falta de instrução profissional, meios de transporte braços e capitais.

"E se atender-se que êstes dois últimos elementos nas fazendas agrícolas — se traduzem principalmente no elemento servil, que, por efeito da lei de 28 de setembro de 1871, vai em constante diminuição de sorte a extinguir-se em tempo não remoto; se considerar-se que a instrução profissional é apenas uma aspiração, e os meios de transporte não passam de tentames e ligeiros ensaios, não será exagêro dizer-se que está ainda por preparar-se o dia de amanhã da lavoura que se estorce perplexa e indecisa nas incertezas do futuro. É uma transição difícil e árdua essa do antigo ao novo regime do trabalho e da sua conveniente organização.

"A quem confiar tão importante cometimento? À iniciativa individual, Ao Estado, A emprêsas remuneradas?

Se oscilam os espiritos na preferência entre a intervenção direta e a indireta do Estado, acordes se acham geralmente no reconhecimento da impotência do elemento agrícola, — para por si só — e desajudado, fazer a sua obra:

"Deixar a lavoura, destituída de luzes e recursos, o preparo do seu futuro, quando se a onera de impostos e se lhe quebra o principal instrumento de trabalho, fôra dizer ao cego a quem se fraturou um dos membros de locomoção — "surge et ambula".

"Os auxilios prestados à nossa principal indústria são os complementos indispensáveis à ação benéfica da lei de 28 de setembro uma justa compensação um dever indeclinável da sociedade, em cujo nome se operou a reforma do elemento servil.

"É daquêles casos em que a escola radical dos economistas tolera e porventura aconselha a animação à indústria como contrapêso, equilíbrio e compensação de interêsses seus prejudicados.

"Sob êste ponto de vista Cocquellin atenua e justifica o protecionismo de Colbert. "E Stuart Mill, sectário ardente do individualismo da escola utilitária do seu país renuncia em certos casos o rigorismo individualista da escola econômica e reconhecendo a necessidade de cooperação do Estado em certos ramos do serviço industrial.

"Ora fôra sobremodo estranhável que, adotado como têm sido, o sistema protetor em relação a outras indúsrias, aliás não tão importantes, nem tão prejudicadas como a lavoura, só a respeito desta se abrisse uma exceção que não seria menos um desacêrto quanto uma injustiça e iniqüidade.

"Incumbe aos poderes políticos iniciar e promover as medidas para a solução do problema.

"Dir-se-á talvez:

"Se pelo artigo 105 — 2.º ato adicional é da competência dos poderes provinciais legislar o ensino primário e secundário;

"Se pela lei n.º 2.450 de 24 de setembro de 1873, foi autorizada garantir juros às estradas de ferro provinciais;

"Se avultadas somas se consignam nos orçamentos ao serviço da imigração e colonização;

"Se a lei de 6 de novembro de 1875 estabelece as bases de instituição do crédito territorial, de sorte a provêr a lavoura de capitais a juros módicos e longo praso;

"O que mais podem e devem fazer os poderes do Estado?

"É tudo isto verdade:

"Mas os poderes provinciais não usam da competência que têm, nem podem usar à falta de recursos, para a instituição do ensino profissional. Não há imposição de fins sem prestação de meios, — e de recursos não dispõem as provincias.

"A insuficiência das disposições da lei de 1875 para angariar capitais às emprêsas de estradas de ferro se acha demonstrada pelo experiência e foi, como tal, já demonstrada no último discurso da corôa.

"A aquisição de braços por meio da imigração estrangeira é questão tão complexa e difícil, tão mal sucedidos os empreendimentos feitos, precários e nulos os resultados obtidos, que, a olhos vistos, não se acha ainda resolvido.

"É assunto de mais séria meditação sob suas diversas relações não sendo de desprezar duas hipóteses — ainda não estudadas a dotação de braços às atuais propriedades rurais — para que se não preenchendo os claros deixados pela extinção dos atuais — e a adoção de expedientes indiretos incentivos que induzam a população livre do país a se prestar ao serviço das ditas propriedades.

"A lei de 6 de novembro de 1875, famoso ideal da iniciativa do culto espírito, que a promover, se não é completamente inexequível, não parece que dê frutos na atualidade.

"Aí correm impressas as modificações propostas, a conselho do ilustrado Sr. Jousseau, algumas das quais de todo ponto inadmissiveis por contravirem ao próprio fim da instituição.

"Cumpre revêr a lei modificá-la, reformá-la mesma sob outras bases, e sem delonga; porque instituir o crédito real em condições de beneficiar à lavoura é medida imperiosa e inadiável.

"Será o meio de, com recursos próprios, o lavrador desenvolver o seu trabalho, por meio de maquinismo aperfeiçoados, que, em parte suprindo os braços, melhore também o fabrico, de sorte a concorrerem os seus produtos com os similares de outros países; e possa com o aumento da produção e do prêço, entrar por outros cometimentos no interêsse de sua indústria.

"Por tais motivos entende

a comissão que a indicação do Sr. Deputado José Angelo — está no caso de ser atendida.

"Se a comissão a nomear-se deve ser mixta de deputados, senadores, ou simplesmente de deputados, é questão de mera forma.

"Entretanto se a primeira hipótese pode assegurar as chansas de mais luzes, a segunda, assegurando maior presteza e fácil expediente, tem por si notáveis precedentes em assuntos importantíssimas, e não exclui as luzes da câmara vitalícia, quando fôr-lhe submetido o trabalho aceito e discutido nesta.

"É pois, a comissão de parecer:

"Que seja nomeada pelo presidente desta augusta câmara uma comissão especial de nove membros para dar parecer e formular projeto sôbre as medidas atinentes aos melhoramentos da lavoura do país.

"Sala das comissões, em 20 de junho de 1877. — J. J. Coelho e Campos — Barão de Araçagy".

"Não obstante a aflitiva situação da lavoura, continuava a Assembléia Geral, em moroso processo, sem dar solução aos inúmeros apêlos do Imperador. — Ainda, na "Fala do Trôno", em 3 de maio de 1880, dizia D. Pedro II: "Auxiliar a lavoura, facilitando-lhe especialmente capitais e ensino profissional, é ainda uma necessidade sentida geralmente, e que recomenda a vossa atenção". — Entretanto, sòmente em 1889, é autorizado o Govêrno a tomar medidas relativas ao crédito agrícola, sob a fôrma de — "Auxílio à lavoura".

Antes, são alteradas disposições referentes às execuções civis e comerciais pela lei n.º 3.272, de 5 de outubro de 1885, sendo baixado pelo Decreto n.º 9.549, o Regulamento sôbre o processo civil, comercial e hipotecário, — determinando em seu artigo 8.º que "o privilégio de integridade, decretado pela lei de 30 de agôsto de 1830 em favor das fábricas de Mineração e de Açúcar, só terá lugar nas execuções por dívidas que não forem provenientes de créditos hipotecários ou penhor agrícola".

Em maio de 1888, a lavoura brasileira que já vinha, há muito tempo sofrendo tremenda crise pela falta de crédito e de braços, conforme anualmente informava o Imperador à Assembléia Geral, desde antes de 1874, sem que providências positivas fôssem tomadas por àquela Assembléia, sofre o seu maior golpe, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, onde tôda a lavoura se assentava no braço escravo.

Nesta época, o valor total dos escravos, avaliados para efeito da emancipação pelo "Fundo de Emancipação", "instituido pela Lei do Ventre Livre, portanto, muito abaixo de seu custo real, em mais de quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros, superior três vêzes ao orçamento geral do Império, que não ia além de cento e cinqüenta milhões de cruzeiros. Êstes escravos, além de fornecer o necessário braço para a lavoura, ainda serviam de meios para o agricultor obter crédito para manter as suas culturas, por meio de penhor.

Por outro lado, a maioria absoluta trabalhava nas fazendas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, Estados Líderes da agricultura brasileira. — A abolição veio em maio e, para maior desastre, em plena safra de cereais e com a próxima colheita do café que, por falta de braços, não pôde ser colhido perdendo-se tôda a safra.

A Lei Áurea, se humana porque abolia a escravidão negra, tornou-se injusta porque confiscou, sem nenhuma indenização pelo Govêrno, de todo àquele ponderável patrimônio que, para o agricultor, constituía o valor do escravo. — Libertou-se o negro e escravisou-se os lavradores às suas dívidas.

Em novembro dêste ano, é reformado os estatutos do Banco do Brasil, determinando, em seu artigo 41, que, "a administração do Banco será dividida em duas repartições: *uma exclusivamente hipotecária* e de *crédito agrícola*, que será gerida por um dos diretores; a outra compreendendo as demais operações".

Finalmente em 1889, o Ministro da Fazenda entra em acôrdo com vários Bancos, a fim de se estabelecer empréstimos à agricultura, sob a forma de "auxílios à lavoura", de duração efemera, apenas os ultimos dias do já combalido Império — Por êstes contratos o Govêrno concederia um adiantamento ao Banco, para emprestar aos lavradores na zona de ação delimitada no respectivo contrato, mediante juros módicos e longo prazo. O Banco por sua vez, era obrigado a aplicar importância idêntica em tais empréstimos. Com o aproveitamento da rêde bancária então existente, procurava o Govêrno dar maior expansão possível ao crédito agrícola, com uma melhor distribuição pelas diversas regiões do País.

Por outro lado, promovendo o Govêrno êstes contratos, teve em vista fazer equitativa e proporcional distribuição de auxílios aos lavradores que dêles necessitassem.

Os contratos celebrados entre o Govêrno e os vários institutos bancários, estavam sujeitos a rigorosa fiscalização por parte do Ministro da Fazenda. Ainda em 1889, é aprovado o estatuto do Banco de São Paulo, que dispunha em seu artigo 8.º, alínea A: — "Celebrar contrato de penhor agrícola por prazo de um a três anos, e ainda por escrito particular, assinado pelo devedor e duas testemunhas, e devidamente registrado, não excedendo, porém, o total de tais empréstimos à décima parte do capital realizado". — Esta foi a última autorização concedida pelo Império e consta do Decreto n.º 10.387, de 5 de outubro de 1889, sendo Ministro da Fazenda o Visconde de Ouro Prêto.

A primeira concessão feita na República foi ao Banco Mercantil de Santos para a faculdade de emitir e aprovando a reforma de seus estatutos. O Decreto é o de n.º 13, datado de 28 de novembro de 1889. O parágrafo 6.º, do artigo 14 de seus estatutos autorizava a "emprestar dinheiro sôbre café e outras mercadorias, que não sejam de fácil deterioração, armazenados na Alfândega, trapiches alfandegários ou não, em armazens e em viagens, contra conhecimentos, quando tais operações sejam julgadas afetivas". Os gêneros

deveriam estar segurados em companhias acreditadas.

E o parágrafo 6.º do mesmo artigo — "emprestar dinheiro sôbre contratos de penhor agrícola por prazo de um a três anos".

O Decreto n.º, de 28 de novembro de 1889, concede à Sociedade Comercial, estabelecida na Bahia, em 1848, "a faculdade emitir bilhetes ao portador, conversíveis em moeda metálica e à vista.

O parágrafo 3.º, do artigo 7.º de seus estatutos, autorizava a "fazer empréstimos de um a três anos sôbre penhor agrícola, constituído de colheitas pendentes, frutos agrícolas, animais, máquinas, utensílios e instrumentos da lavoura", e o artigo 34 a continuar a Sociedade a "fazer operações de crédito agrícola, nos têrmos do acôrdo com o Govêrno Imperial de 8 de julho de 1889, e mais decisões, em escritura especial e com capital fornecido pela parte do fundo social não sujeita à conversão em ouro".

Ainda em novembro de 1889, são alterados os estatutos do Banco do Brasil, continuando êle com a faculdade de operar com o penhor agrícola, nos têrmos da Lei de 24 de novembro de 1888.

Em dezembro de 1889, são concedidos as seguintes concessões:

Ao Banco de Pernambuco com permissão para emitir bilhetes ao portador e à vista, convertíveis em ouro. — A alínea 10, do artigo 8.º de seus estatutos autorizava o estabelecimento a "adiantar dinheiro sôbre algodão, açúcar, café e outras mercadorias que não sejam de fácil deteriorisação", e a alínea 13 do mesmo artigo a "aplicar até 25% do seu capital em contratos de penhor agrícola, por prazo de um a três anos".

Ao Banco Comercial Pelotense, cujos estatutos, aprovados, autorizava, no artigo 5.º, a fazer empréstimos: — alínea *b*, "por gêneros de produção nacional ou estrangeira que não sejam de fácil deterioração"; alínea *e*, "por produtos agrícolas, pastoris, manufatura ou fabrico". O artigo 6.º permitia, ainda; "fazer contratos de penhor agrícola", podendo aplicar, nesta última transação, até 20% do capital realizado.

Ao Banco da Bahia, — que era permitido, pelo artigo 5.º, parágrafo único, — a "celebrar contrato de penhor agrícola, emprestando sob a garantia de produtos da lavoura, quer pendentes, quer já colhidos e manufaturados, de máquinas, animais, instrumentos e quaisquer acessórios agronômicos, "pelo prazo de um a três anos no que poderia aplicar até 25% de seu capital.

Ao Banco União da Bahia, que era autorizado pelo artigo 8.º de seus estatutos, a: "alínea 11 — adiantar dinheiro sôbre café e outras mercadorias;" alínea 14 — "aplicar até 25% de seu capital a contratos de penhor agrícola, por prazo de 1 a 3 anos.

(Continua)

(Conclusão da pág. 17)

porque tenham degenerado as variedade, como alguém poderá afirmar", pois "a tese da degenerescência não é cabível, porque ela jamais se processa de um ano para outro, e sim uma série de anos, devido a uma possível mistura de variedades", e atribuem, êsse efeito, antes à prolongada estiagem que então se verificou.

Nada obsta, entretanto, que, mesmo aceitando-se como verdadeiro o parecer dos especialistas da Secretaria da Agricultura, se ponha em prática o plano de melhoria que estamos a preconizar, de inteira oportunidade em qualquer caso.

A solução por nós apontada demanda tempo, é bem verdade, e sua execução não mais pode ser retardada sem o risco de conseqüências talvez irreparáveis. Porisso mesmo, por ser de realização demorada, deverá ser acompanhado de medidas outras, meros paliativos, sem dúvida, que nos tirem da posição deveras insustentável em que nos achamos.

De fato, estamos às portas de uma das mais volumosas safras algodoeiras dos últimos anos e não há perspectiva de colocá-la a preços que compensem o trabalho dos lavradores ou, pelo menos, os forrem de prejuízo.

Em tão grave situação, pareceu às entidades representativas da economia algodoeira de São Paulo que cumpre ao govêrno da União acudi-la, não só para salvar os lavradores,mas, sobretudo para preservar uma fonte de riqueza de que o País não pode prescindir, que sustenta apreciável porção de nosso comércio internacional; e o sr. Governador do Estado, em quem temos um decidido defensor de nossa grandeza, se fêz éco do apêlo da iniciativa privada, reunindo os delegados das associações de classe no Palácio dos Campos Elíseos, para uma troca preliminar de pontos de vista, e enviando ao Rio de Janeiro, em seguida, uma comissão que se entendeu com as autoridades federais, integrada pelo sr. Secretário da Agricultura, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo, Sociedade Rural Brasileira e Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Essa comissão já foi recebida pelo exmo. sr. Presidente da República, em dias da semana passada, e pleiteou de s. exa. uma das três seguintes providências:

1. câmbio mais conforme à realidade;
2. passagem do algodão da terceira para a quarta categoria cambial; e
3. fixação de preços mínimos.

Sem dúvida que a reforma cambial seria a solução ideal, principalmente porque definitiva, duradoura; porém, dependendo esta providência de aprovação do Congresso, não acreditamos que possa ser concluída em tempo hábil, nem que deva ser realizada de afogadilho, repleta de imperfeições.

O sr. presidente ouviu com a máxima atenção o relato dos componentes da comissão, e esclareceu que depois de estudada a questão, dentro do mais breve prazo possível, convocaria novamente a mesma, para ser resolvido definitivamente o assunto.

*

Trabalho lido na 39.ª Reunião Ordinária do Conselho de Política da Agricultura, realizada em data de 20 de fevereiro de 1956, pelo sr. Acácio Gomes, da Comissão Especial do Algodão — Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

ANAIS DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

A Confederação Rural Brasileira acaba de publicar um interessante volume de 278 páginas com o relatório da III Conferência Rural Brasileira realizada em S. Paulo, no período de 6 a 12 de dezembro de 1954.

Trata-se de um oportuno trabalho onde se encontram os relatórios parciais dos Grupos de Trabalho que tiveram a seu cargo os seguintes estudos :

a — Produção Agro-Pecuária — Extensão e Ensino;
b — Suprimento de bens de produção — Serviços;
c — Política Monetária — Política Tributária — Seguro Agrícola;
d — Intervenção do Estado na economia;
e — Estrutura agrária — Bem-estar e assistência social — Associativismo e cooperativismo.
f — Recursos naturais.

ANAIS DA 1.ª MESA REDONDA REGIONAL DE CONSERVAÇÃO DO SOLO

A Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo acaba de publicar os Anais da 1.ª Mesa Redonda Regional de Conservação do Solo, realizada em Taubaté, Estado de S. Paulo, em 1951.

O referido volume transcreve as 23 teses debatidas e votadas durante o conclave, e as oportunas e objetivas conclusões no sentido de que o problema da conservação do solo seja encarado, no país, com o destaque que êle bem merece.

CONJUNTURA ECONÔMICA
Ano X — N.º 1

O número de Janeiro de Conjuntura Econômica, publicação mensal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, traz, entre outros, um substancial estudo sôbre o "Balanço Agro-Pecuário de 1955," com as seguintes conclusões :

a — Satisfatória a taxa de crescimento;
b — Produção superior à taxa de crescimento; demográfico;
c — Animador o ritmo de aumento da produção por regiões;
d — Mais regular o aumento da produção para consumo interno;
e — Menor a remuneração da atividade rural;
f — Reduzido acréscimo da área cultivada.

Estudo ainda, o referido trabalho, os principais fatores determinantes de comportamento da produção rural.

PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA

A Comissão Nacional de Política Agrária acaba de divulgar, através de quatro interessantes folhetos, mais alguns estudos que acaba de realizar.

São os seguintes os novos trabalhos publicados :

1 — **Migrações internas no Brasil** — T. Pompeu Accioly Borges;
2 — **Arrendamento e parceria no Brasil** — Clóvis Caldeira,
3 — **Técnica de produção** — João Castelio Branco;
4 — **Aspectos Rurais Brasileiros** (resultados numéricos do inquérito realizado em colaboração com o IBGE).

PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura acaba de editar um magnífico trabalho do Eng. Agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, sôbre o "Parque Nacional do Itatiaia" no qual encontra-se uma detalhada descrição do que é, para que serve e como é esta reserva administrada pelo Ministério da Agricultura. O Parque Nacional do Itatiaia cobre uma área de 120 quilômetros quadrados, localizada em terras dos Estados do Rio e de Minas Gerais, compreendendo matas primitivas, capoeiras e campos

OS ANIMAIS SELVAGENS

Eurico Santos acaba de publicar mais um de seus magníficos livros de zoologia, tornando acessível a todos, conhecimentos gerais sôbre aprisionamento, cativeiro, amansamento, domesticação e utilização de animais selvagens.

Escrito em linguagem clara e simples, o livro torna ameno e agradável assuntos que em compêndios de zoologia são áridos e não despertam o interêsse dos menos doutos.

Trata-se, sem dúvida, de uma obra original e de uma utilidade incalculável entre nós, onde a bibliografia sôbre tais assuntos é escassa e de difícil aquisição.

Estão pois de parabens, não so o Serviço de Informação Agrícola e a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, que lançaram a util oportuna obra, como também o Sr. Eurico Santos que mais uma vez de uma maneira feliz como é de seu feitio, enriqueceu a bibliografia zoológica nacional, com um interessante compêndio destinado ao mais franco sucesso.

INGENIERIA AGRONOMICA
Ano XIII — N.º 6

O número de Novembro-Dezembro de 1955, da revista Ingenieria Agronomica, órgão do Centro Argentino de Ingenieros Agronomos, traz como sempre, magnífica colaboração, destacando-se entre outras, a referente ao "0,0-dietil-0-Nitrofenil-Tiofosfato", do Eng. Agr. Osvaldo G. Cordoba e "La agronomia y su aporte a la higiene pública" do Eng. Agr. Roberti M. G. Oleine.

FORMULARIO DE TERAPEUTICA VETERINARIA

E' o volume n.º 14 da Série Didática do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Em suas 276 páginas, seu autor, Professor Catedrático Cicero Neiva, da Escola de Medicina Veterinária de S. Paulo, condensa dados sôbre os medicamentos quimicos e biologicos empregados em zooterapia e, além disso algumas páginas com resumos de métodos terapeuticos e indicações outras de utilidade médico-veterinária.

O CAFE NO BRASIL

E' um trabalho, em dois volumes que constituem o n.º 4 da Série Estudos Brasileiros, do Serviço de Informação.

Os seus autores, Rogério de Camargo, tecnico consagrado em cafeicultura, e o Dr. Adalberto de Queiroz Teles Junior, adiantado cafeicultor abordam, nos dois volumes que abrangem 1254 páginas, todas as questões relativas à cafeicultura.

AGRICULTURA EXPERIMENT STATION
Utah State Agricultural College

Recebemos da referida Estação Experimental as seguintes publicações:

1 — Labor structure and labor problems — Utah sheep ranches 1952-1953 — W. C. DeHart e W. H. Metzler.
2 — Eradication of mule ear with herbicide — D. C. Tingery e C. Wayne Cook.
3 — Performance testing studies with beef cattle — J. A. Bennett e D. J. Mathews
4 — Growing alfalfa for seed.
5 — Biology and control of the peach twig borer (Anarsia lineatella, Zeller), in Utah — C. J. Sorenson e F. H. Gunnell
6 — Safflower — Its possibilities and culture in Utah. — D. W. Pittman e C. I Draper

L'ACADEMIE D'AGRICULTURE DE FRANCE

Recebemos os números 9 — 10 — 11 — 12 e 13 de Comptes rendus hebdonaires des séances de l'Académie d'Agriculture de France, que, como sempre, traz magníficos trabalhos sôbre assuntos técnicos de interêsse para a agricultura.

STORRS AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

College of Agriculture — University of Connecticut Storrs, Connecticut

Recebemos da referida Estação Experimental os seguintes trabalhos:

1 — The school tax crisis in connecticut — H. G. Halcrow e D. C. Goodwin.
2 — Foliar analysis results from 40 connecticut orchards — F. H. Emmert.
3 — A 14-year study of vegetable crop rotatione ou merrimac fine sandy loam soil in connecticut — B. E. James W. O Drinkwater, G. Beall, J. Scarchuk e J. M. Lent.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA

Vol. XI — Ns. 2 - 3 - 4

E' com a mais grata satisfação que registramos o reaparecimento da Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia, e que apresentamos nossos calorosos aplausos ao Conselho Nacional de Pesquisas pelo auxilio que possibilitou a volta à circulação do órgão da entidade que representa a classe agronômica. Colaboram no numero referente aos meses de abril a junho de 1956, os Srs. Arthur Torres Filho, Ana E. Jenkins, A. A Bitancourt, Ady Raul da Silva Wilmar Schramm, Heitor Grillo, Horácio Peres de Mattos e Procopio Gomes de Oliveira Belchior.

DAVY'S DEVON HERD BOOK

Recebemos o volume setenta e oito do Davy's Devon Herd Book, publicado pelo Devon Cattle Breeders Society.

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Ano 4 — N.º 48

Trata-se do Boletim editado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, destinado a divulgar conhecimentos sôbre agricultura, veterinária e higiene rural.

ALGUNS ASPECTOS DA PECUARIA NORDESTINA

A Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco acaba de publicar em folheto a conferência pronunciada em sua sede pelo Dr. Aluísio F. Costa, em 28-4-1955 subordinada ao tema "Alguns aspectos da pecuária nordestina".

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
Serie Estudos e Ensaios

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura publicou, na série "Estudos e Ensaios", entre outras, mais as seguintes publicações:

a — **Dados clínicos sobre as afecções dos bezerros** — Octavio Dupont.
b — **Analisando e sugerindo dados sobre a situação economica de Pernambuco** — Apolonio Sales.
c — O babaçú — Alpheu Diniz Gonçalves.
d — Planejamento do trabalho em extensão agrícola — Willy Johahan Timmer.
e — O homem e a fauna no Brasil — Eurico Santos.

UNIAO RURAL

Recebemos mais três números de "União Rural", órgão editado sob os auspícios da Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco, contendo farto noticiário de interêsse para a classe rural do Estado.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION
University of Vermont and State Agricultural College — Burlington — Vermont

Recebemos as seguintes publicações:

a — Converyor feeding sistem for dairy cows in stanchions and in loore housing.
b — Farm and home.
c — Population change in Vermont 1500 to 1950
d — Marketin eggs

CORNELL UNIVERSITY
Agricultural Experiment Station — Ithaca — N. Y.

Recebemos as seguintes publicações:

a — Role of as corbic acid in development of oxidized flavors in dainy products.
b — Durability of some agricultural sprayer pumps
c — Cane molasses nutrients for dairy heifers.

EVOLUÇAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA
Newton Belleza

O Tecnico de Educação Rural, Eng. Agr. Newton Belleza, acaba de publicar um interessante folheto abrangendo:

a — A evolução do Ministerio da Agricultura
b — A relação dos ministros.
c — Anexos.

Trata-se, como se vê, de um oportuno trabalho de grande interêsse para todos quantos se interessam pelos estudos históricos relacionados com a agricultura brasileira.

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE AGRONOMIA

Acaba de ser publicado pelo Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", os Anais do I Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia, contendo oportunos trabalhos de autoria de estudantes de agronomia, abordando assuntos de grande interêsse.

SERVIÇO DE INFORMAÇAO AGRICOLA

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura acaba de publicar dois magníficos trabalhos de interêsse para os Clubes Agrícolas Escolares, de autoria de Xavier Placer, subordinados aos títulos: "Redação Oficial para o Clube Agrícola" e "Como organizar a biblioteca do Clube Agrícola."

(Conclusão da pág. 16)

Brasileira — Delegado do Ministério da Agricultura junto ao Govêrno Argentino para o Convenio de Frutas (1949 e 1951); Assistente da Delegação do Estado de São Paulo para o Congresso da Associação Católica para o estudo dos problemas da vida rural; Membro da Ordem dos Advogados; Jornalista Profissional; Membro Fundador do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de São Paulo, Associação Paulista de Imprensa e da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo

1942 a 1952 — Ex-Diretor-Gerente da Cooperativa Central Agrícola de São Paulo

1950 — Delegado das Classes Produtoras à Conferência das Classes Produtoras em Araxá.

1953 — Ex-Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo.

1954 — Ex-Presidente da Federação das Associacões Rurais do Estado de São Paulo (FARESP).

PUBLICAÇOES

1946 — "O Desenvolvimento da Legislação Cooperativista no Brasil".
1948 — "Contribuição ao Congresso da Ação Católica do Rio de Janeiro"
"O Cooperativismo e a Economia dos Povos", "Cooperativismo e Colonização", tese apresentada à 1.ª Conferência Nacional de Imigração de Goiânia.
1950 — "A Expansão do Cooperativismo em São Paulo".
"Tributação da Lavoura", tese apresentada à 2.ª Conferencia Econômica de Araxá.
1952 — "Problemas do Associativismo Rural".
1953 — "Problemas do Abastecimento".
1955 — "Problemas da Produção", apresentada à Conferencia realizada na Escola Superior de Guerra.

Já houve quem escrevesse que a prosperidade pública é semelhante a uma árvore: a agricultura é a sua raiz, a indústria e o comércio são os ramos e as fôlhas. Se a raiz sofre, as fôlhas caem, os ramos destacam-se e a árvore morre.

Os progessos da ciência e da técnica, entretanto, possibilitando os vertiginosos avanços da indústria, vão aos poucos tornando as **cidades tentaculares** e sacrificando a economia das nações, que, se não podem nem devem deixar de enveredar pelo caminho da industrialização, como o reclamam os imperativos da hora histórica que estamos vivendo, podem e devem fazê-lo sem esquecer que a terra antes de tudo é a fonte essencial de riqueza e de prosperidade: "ainse larguit l'activité d'un paye qui ne veut pas comprecendre que l'agriculture est as principale resource et que la prosperite agricole commande l'enseble de son économie. (D'abord la terre" — Marcel Braibant).

Um relancear de olhos sôbre as atividades legislativas e governamentais de quase tôdas as nações, de muitos decênios a esta parte, demonstra à evidência a preocupação, senão exclusiva, pelo menos preponderante em tôdas elas em estimular, defender, amparar a indústria, relegando-se para plano subalterno e secundário os interêsses da indústria mater, que é a agricultura.

Em conseqüência, os campos **alucinados** despovoam-es a passos céleres, o operariado rural, abandonado dos cuidados e desvelos do poder público que os reserva paca os grandes núcleos urbanos de população, mais instruidos e mais exigentes, permanece largado de qualquer medidas, mesmo rudimentais, de educação e de higiene.

O fenômeno é generalizado, atingie a quase todos os povos e vem de longe.

Contra êle bradaram, sem que até certo tempo nada conseguissem, homens de Estado dos mais ilustres das várias nações prejudicadas.

Jules Méline escreveu em 1912 o seu famoso "Retour à la Terre", pleno de argumentos em prol do retorno à vida do campo que êle desejava se fizesse "par la science et par la concorde, l'union de toutes les bonnes volontés et l'effort commun de tous les Français désireux d'egaliser, d'harmoniser l'sensembre de la production nationale".

ADUBOS E FERTILIZANTES

JOSE AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

Alguns anos antes, em 1903, Vandervelde, o estadista belga, lançava em "L'exode rural et le retour aux chaps", o brado em prol da classes agricolas e da industrialização da agricultura, como alicerce do seu reerguimento.

Sente-se que o movimento de redenção da vida rural vai hoje conquistando as melhores opiniões e para a agricultura se voltam os estadistas mais advertidos de várias nações à testa da civilização.

Generaliza-se a opinião que Tomas Amadeo traduziu fielmente nestas pelavras em relação às classes agrárias.

"Ellas son las provecdoras de las substacias alimenticias más indispensables para la vida y de las materias primas necessarias a la actividad industrial. Todo el dificio economico de una nacion está basedo sobre los fundamentos economicos de sus industrias rurales; y si se considera la interdependencia de los pueblos, cada ves mas intensa, puede asseguranse que la producion de las substancias agricolas constituye el fondamento economico del prroceso del mondo".

Preciso é acentuar que não defendemos aqui o abandono das atividades industriais. Não somos contra a industria, porque não somos nem podemos ser contra o progresso humano.

Indústria e agricultura não são têrmos que oponham ou atividades que se entredevorem. O que devemos é amparar uma e outra, harmonizando-as, dando possibilidades a que as duas vivam e prosperem, tratando com iguais cuidados os operários de ambas, a todos possibilitando condições de vida, saúde e educação, compatíveis com um standard de bem estar, reclamado pela situação presente do mundo civilizado.

É exatissima a afirmação de Marcel Braibant: "l'agricultura ne fait pas seulment sont interesses à son salut; le rélévement du pouvoir d'achat de notre Paysannerie leur permettrait de se reveler en raniment notre marche intérieur et en dévoloppant notre marché colonial. L'origine principal des difficultés de toutes les branches de l'activité économique est dans l'abaissement du pouver d'achat de la Paysannerie; par suit de la deflation du prix des produits agricales, la moitié de la deflation françaisc est réduite a une condition inférieure, à une existence de primitifs".

Estas palavras foram escritas para a França, mas aplicam-se com justeza a tôdas as nações.

As populações agricolas, as classes rurais são, em muitas delas, a grande maioria, a grande massa consumidora. Como fazer avançar, avolumar-se, prosperar a indústria, o comércio, se essa grande maioria, se essa grande massa, pelo abandono e pela pobreza em que vive, em face das precárias condições das atividades a que se dedica, não tem fôrça aquisitiva, não tem poder de compra, não tem recursos para adquirir e comprar o que a indústria produz e o comércio faz circular?

A interrogação cresce de relevância no Brasil, porque a população brasileira é a mais rural do mundo; é a que, em relação ao seu total, maior percentagem de camponêses apresenta e a que, sôbre mil profissionais, fornece maior número de agricultores, sendo de observar que é a pior possível a condição do homem rural brasileiro (Luiz Amaral — "Aspectos Fundamentais da Vida Rural Brasileira").

É irrecusável, assim, a relevância da agricultura no concerto da economia nacional. Urge, pois, aparelhá-a para que cumpra a sua tarefa.

Um exame mais cuidadoso das suas necessidades, leva-nos a catalogá-las nas seguintes categorias essenciais: **a** — educação e saúde do trabalhador rural; **b** — crédito agricola; **c** — transporte; **d** — seleção de sementes; **e** — armazenamento e silagem; **f** — conservação do solo; e **g** — fertilização do solo.

Para êste ultimo aspecto do problema cumpre invocar os cuidados e a atenção das classes rurais e dos setores administrativos. Como se sabe, os solos, mesmo os mais fertéis, se exgotam e depois de certo tempo descrescem na sua produtividade.

O remédio é aduba-los, é fertilizá-los, isto é, a êles levar e conduzir os elementos biológicos e quimicos de que carecam para a restauração da sua capacidade de produção.

As nações mais avançadas do globo no campo agrícola recorrem de há muito à prática dos corretivos e adotam uma verdadeira política de fertilizantes.

Congressos e Conferências Internacionais reunem-se frequentemente para estudar as medidas a adotar para que essa política se faça cada vez mais em harmonia com os ensinamentos da ciência e da técnica.

Mesmo no Brasil, a F.A.O. já realizou uma dessas reuniões, em dezembro de 1951, e proveitosos foram os resultados dos debates travados e das resoluções adotadas.

Temos no nosso solo muitas condições propícias a uma grande produção dos fertilizantes de que necessitamos. Não é só o poder público, é também a iniciativa privada a mostrar-se vivamente interessada nas pesquisas e na exploração das nossas jazidas.

É dever dos dirigentes do Brasil, quer os que encarnam a administração pública, quer os que orientam as associações rurais, não abandonar essa larga estrada, pois sòmente por ela poderemos dar à nossa agricultura o prestígio que a justo título lhe deve caber no conjunto da economia nacional.



A FOTO INTERNACIONAL

Uma pequena fazenda norte-americana pode ser bem o exemplo do clichê acima. De fato, milhões de ruralistas americanos vivem em fazendas do tipo assinalado, e que foram construídas e tratadas à base de esfôrço enorme e de trabalhos ininterruptos de tôda a família. Uma casa antiga e velha restaurada, cabeças de gado adquiridas gradativamente, um silo abandonado durante anos re-aproveitado, tudo isso aconteceu na fazendola de Edwin James, nas colinas de Vermont, a noroeste dos Estados Unidos. Como Edwin James, milhões de pequenos ruralistas existem nos EE.UU., todos no trabalho conjunto de bem tratar a terra e produzir o máximo. (Foto exclusiva para *GLEBA*, do "International Press Serviço").

TAXA ÚNICA PARA O AÇUCAR



Sessão da C. R. B. de 29-4-1956. Fala o Deputado Pontes Vieira, ladeado pelos Srs. Iris Meinberg e Rubens Farrula.

O Deputado Pontes Vieira, na sessão da Confederação Rural Brasileira 26 de abril deste ano, leu perante o plenário da entidade, pormenorizando justificativa dos motivos que o levaram a apresentar à Câmara dos Deputados o projéto 979 deste ano, criando a taxa única para o açúcar, em substituição à taxação múltipla, que atualmente incide sôbre o produto.

Tratando-se de matéria da mais alta relevância para a economia agrícola do país, e tendo ainda em conta a autoridade daquele parlamentar, inserimos aqui as suas palavras, para conhecimento da classe.

Com imenso agrado recebi a sugestão para trazer a debate nesta casa, a mais alta guardiã das melhores tradições da vida rural brasileira, as idéias contidas no projéto de lei n.º 979/56, por mim apresentado na Câmara dos Deputados e que, no momento, é objeto de estudo das comissões técnicas daquela casa legislativa.

Trata-se de modesta contribuição para o bom andamento da política de defesa do complexo agro-industrial da cana de açúcar, que não prescinde da colaboração e dos esclarecimentos recolhidos à luz da técnica e da experiência, na melhor compreensão do sentido nacional que se deve imprimir àquela política.

O ponto fundamental do projéto é a substituição do critério de fixação da taxa de defesa, estabelecida no § 2.º do art. 1.º do Decreto lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939, em têrmos absolutos, por uma tributação "ad valorem". O objetivo de tal modificação é obviar as dificuldades e dúvidas que vêem sendo suscitadas desde algum tempo, por produtores de diversos Estados, a respeito da capacidade do Instituto do Açúcar e do Alcool de criar sobretaxas e contribuições, não obtante o expresso no art. 148 do Decreto-lei n.º 3.855, de 21 de novembro de 1941 (Estatuto da Lavoura Canavieira).

Para compreensão do problema é imprescindível que se faça um breve restrospecto da intervenção do Estado neste importante ramo da economia nacional.

RAZÕES DA INTERVENÇÃO

Economistas e sociólogos têm procurado identificar causas econômicas na raiz da Revolução de 1930. Não é êste o momento para julgarmos a razão de suas conclusões, conquanto devemos reconhecer que estava o Brasil,

naquela época, colhido na teia da grande crise econômica que eclodira no mundo, em 1929. No setor específico da produção açucareira a situação se traduzia pelo fato de que, em dezembro de 1929, a cotação de um saco de açúcar cristal, posto no Rio de Janeiro, flutuava entre 23 e 24 mil réis, importância da qual deveriam ser deduzidos os gastos com impostos, fretes, despesas portuárias e corretagens, num total aproximado de 9 mil réis e aí temos que, de um saco de açúcar negociado naquelas condições, significava para o produtor uma receita de apenas 14 a 15 mil réis.

Este era o resultado de uma super-produção aparente, num mercado de consumo deprimido e diante do qual sòmente uma indagação cabia ao produtor: saber se lhe não conviria, antes, sustar suas atividades ou continuar a produzir para vender com segura perda. Em qualquer circunstância, era a derrocada o que havia pela frente.

Quando, ao terminar a primeira guerra mundial, houve uma corrida aos mercados, estimulando altos preços, e proporcionando bons negócios, a indústria açucareira do Brasil, como a de muitos outros países, havia empreendido vasto programa de renovação. A reconversão dos grandes parques produtores de máquinas, na Europa e nos Estados Unidos, a necessidade de reativamento do intercâmbio comercial, vivendo também da euforia da paz recém-concluída, se pôs também ao serviço do reaparelhamento daquela indústria, com as facilidades de financiamento então comuns. Mas, no montante em que em nosso país, a capacidade de produção ampliada entrava em uso, a grande crise, marcada pelas quebras de câmbio, impunha duas sortes de dificuldades fatais: era preciso dispor de duas, três e mais vêzes mil réis do que o previsto para atender aos compromissos assumidos e cuja liquidação era instantemente solicitada pelos credores: e o mercado internacional já estava sob o pêso de um excesso de produção, fato que havia determinado, inclusive, os primeiros entendimentos em busca de uma solução conjunta, internacional, para correção do desequilíbrio.

Em duas safras apenas — de 1928/29 a 1929/30 — a produção brasileira de açúcar de usina tivera um acréscimo de 4,0 milhões de sacas, atingindo nesta última a 10.804.034 sacos, volume que de maneira nenhuma estava o mercado interno em condições de absorver.

Foi nestas condições que a Revolução de 30 veio encontrar a economia açucareira: premida por pesados — compromissos externos e internos, afogada num excedente para o qual não encontrava mercado, batida pela depressão dos preços numa conseqüência lógica da maior oferta que a procura, vencida uma vez pela dúvida que, já no século XVII, assaltara a Frei Vicente do Salvador: "Mas que aproveita fazer-se tanto açúcar, se a cópia lhe tira o valor, e dão pouco prêço por êle que nem o custo se tira?".

A intervenção, iniciada a título de emergência com a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, criada pelo Decreto n.º 20.761, de 7 de dezembro de 1931, em atenção a insistentes apelos de grande número de produtores de diferentes Estados, tomou caráter efetivo e permanente, pelo Decreto n.º 22.789, de 1.º de junho de 1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Assim, como bem o escreveu Leonardo Truda, o artífice da política de defesa em seu ainda hoje oportuno livro "A Defesa da Produção Açucareira", o plano de defesa, sob o patrocínio do Estado, "se impôs por imperativas exigências de ordem econômica, pelo clamor dos produtores ameaçados de ruína total e incapacitados não só de reerguer-se pelos seus próprios esforços como até mesmo de coordenar e conjugar êsses esforços para o objetivo de salvação comum".

Certo estava o Brasil, ao dar aquêle passo em que não era siquer um inovador: seguinda já as pégadas de muitas outras nações, movimento que dava ensêjo a Henry Noyelle de reconhecer que uma das atividades econômicas que mais reclamaram, através dos países produtores, a ação dirccionista, foi a indústria açucareira. Hoje, à luz dos mais modernos estudos econômicos, é a própria FAO, das Nações UUnidas, quem reconhece, na produção do açúcar de cana, o caráter particular de, não obstante as flutuações dos preços, manter uma tendência crônica a exceder as possibilidades de obsorção do mercado.

A PRATICA DA INTERVENÇAO

Está dito, na justificativa ao projeto n.º 979/56, que o objetivo primordial da política de defesa foi restabelecer o equilíbrio econômico das emprêsas, tendo em vista assegurar-lhes a sobrevivência, mediante a sustentação dos preços e o saneamento do mercado pelo equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

Para atingi-lo, três caminhos distintos deveriam ser trilhados:

a) limitação da produção;
b) transformação em álcool de excesso de matéria-prima;
c) exportação, para mercados externos, de eventuais excedentes do consumo interno.

Para execução das medidas de defesa da produção açucareira, asim como para amparo e estímulo à produção e desenvolvimento do álcool anidro, foi criada a taxa de Cr$ 3,10 por saco de 60 kgs., para todo o açúcar produzido pelas usinas do país. Mas, em 1933, quando foi criado o Instituto do Açucar e do Alcool, o prêço base do açúcar era de 42$000 por saco, correspondendo, portanto, o valor daquela taxa, e 7,38%.

No desempenho de seu mandato e seguindo aquêles caminhos, pôde o Instituto do Açucar e do Alcool conduzir o complexo agro-industrial à recuperação e posteriormente à expansão. O excesso de capacidade de produção foi gradualmente solicitado pelas necessidades do consumo, dando ensêjo então ao reaparelhamento e ampliação do parque, hoje sem nenhuma dúvida em grande parte modernizado e em dia com as mais modernas técnicas da fabricação do açúcar e do álcool. Permitiu a expansão, inclusive, que se organizasse no país uma perfeita indústria de máquinas, graças à qual se — prescinde hoje da sua importação.

A produção de açúcar das usinas do país está em têrmos de 35,0 milhões de sacos contra aquêles modestos 10.804.034 sacos de 1929/30, para um consumo que supera os 32,0 milhões e que assegura ao Brasil uma posição proeminente nas estatísticas internacionais de consumo "per capita", com um contigente da ordem de 33,0 kgs. A indústria do álcool, que pelos idos de 1929/30 era inexpressiva, regista

hoje produção da ordem de 280,0 milhões de litros, parte dos quais utilizados na mistura carburante e outra parte absorvida por um sem número de indústrias, muitas delas de química, surgidas no país precisamente em face da disponibilidade regular de sua matéria-prima de base.

Mas a evolução que medimos aqui, pelos últimos números, não tem se processado sem tropeços. Aquela tendência de desequilíbrio crônico, já assinalada na produção de açúcar de cana, tem vez por outra feito sentir o seu pêso, não obstante a vigilante ação da Autarquia, operando a estabilização dos preços através o escoamento de tais excedentes para mercados externos, mediante a equalização dos preços.

Como já em 1948 se fazia sentir a exiguidade de seus recursos proporcionados pela Taxa de Defesa de Cr$ 3,10, naquele ano, com audiência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool o Fundo de Compensação dos Preços do Açúcar, a ser integrado por uma sobretaxa de até Cr$ 3,00 por saco. Fê-lo inclusive com amparo em disposição do Estatuto da Lavoura Canavieira.

A expansão do parque e, consequentemente da produção, reclamada pelo consumo crescente, pasou a exigir maiores responsabilidades do Instituto, sobretudo no terreno financeiro, solicitado, que era a prestar amparo financeiro, seja deferido recurso para reaparelhamento e instalação de usinas e destilarias compra de máquinas agrícolas, caminhões vagões, construções de armazéns, ou mesmo simples financeamentos de entre-safra à lavoura, ou com penhor mercantil à produção, completando nestes dois casos a assistência normalmente dispensada pelo Banco do Brasil.

Era fatal, para que houvesse continuidade na ação da defesa, a busca a novos recursos.

Em fins de 1951, dando cumprimento a recomendação expressa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi estabelecido o sistema de preço único de liquidação para os produtores de todo o país; era uma importante transformação que se processava, visando pôr têrmo nos inconvenientes do sistema de preços diferenciais.

Enquanto prevalecera, o sistema de preços diferenciais fôra um agente insólito de descapitalização das emprêsas produtoras do Nordeste e do Estado do Rio, ao passo que funcionou como fonte de lucros excessivos e consequentemente de expansão para a produção em outros centros.

Devendo os centros de produção insuficiente no consumo — notadamente São Paulo e Minas Gerais — receber suprimentos dos estados exportadores do Norte e do Rio de Janeiro, iam os preços de sua produção ao encontro dos preços dos açúcares daquelas regiões, onerados com as despêsas de transporte e movimentação, para a composição de um regime de uniformização nos centros de consumo, que feria inclusive os interêsses dos consumidores.

Para corrigir tamanho desnível, os produtores de muitos Estados lutaram, anos a fio, até que, à vista de Memorial que lhe fora endereçado por associações de classe, julgou oportuno o Excelentíssimo Senhor Presidente da República autorizar o Instituto a tomar aquela providência.

Para assegurar a equalização de preços nos mercados de competição, tais como o Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo, foi então criado o Fundo de Ajustamento de Fretes, que funciona assim como legítimo fiador do sistema, permitindo que os açúcares de uns centros possam ser consumidos em outros asseguradas iguais vantagens aos seus produtores.

Como decorência do estabelecimento do régimem de preço único de liquidação para os produtores de todo o país, foi criado em 1953 o Fundo de Ajustamento de Fretes e Exportação, mediante contribuição fixada, no último plano de safra, em Cr$ 18,00, sempre com fundamento no art. 148 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Desde a criação do Fundo de Compensação dos Preços, em 1948, veem surgindo dúvidas quanto à capacidade tributária do Instituto e, não obstante repetidos pronunciamentos do Tribunal Federal de Recursos no sentido da legitimidade das contribuições fixadas pela Autarquia, o fato é que os pleitos se repetem cada ano, com recursos a Mandato de Segurança, o que cria inquietação e insegurança na execução da política de defesa.

O OBJETIVO DO PROJETO

O principal objetivo do projeto que tive a honra de apresentar na Câmara dos Deputados é, precisamente, o estabelecimento de um critério de taxação mais racional, já é praticado ou está sendo proposto para as demais autarquias econômicas: o "ad valorem" e com a vantagem de unificar os ônus devidos pela produção a política de defesa.

Ao fazê-lo, tive em vista, inclusive, o minucioso estudo elaborado em começos de 1954 pelo Conselho Nacional de Economia, ao apreciar medidas propostas pelo Instituto e que, em suas conclusões, reconhecia e recomendava que "a multiplicidade de taxas que o Instituto cobra atualmente deve ser substituída por uma taxa única "ad valorem", cumprindo-se acentuar que essa taxa deve ser fixada em lei... ficando compreendida no preço mínimo do produto".

Na análise do problema, assim foi situada a questão por aquêle órgão;

"Quando o Instituto do Açucar e do Alcool foi criado, atribuiu-se-lhe a faculdade de arrecadar uma taxa de Cr$ 3,00 por saco de açúcar produzido, com o fim precípuo de intervir no mercado adquirindo o produto sempre que o preço do mesmo tendesse a cair abaixo do mínimo estabelecido. Com o correr do tempo, a arrecadação desse tributo, que se destinava também a cobrir as despêsas da administração, foi sendo pràticamente absorvida pelos encargos de custeio. A elevação geral dos preços das utilidades não só fêz destacar maior soma para a administração como tornou insuficiente a arrecadação fixa, destinada à operação de compra de uma mercadoria de preço mínimo crescente. A vista do fato, deliberou o Instituto exigir dos usineiros nova contribuição, com o fim de cobrir as despêsas de intervenção no mercado para a manutenção do preço. Essa exigência está dando lugar a dúvida quanto à sua legalidade, sôbre as quais não compete a êste Conselho opinar. Não deixa, porém, de ser oportuno chamar a atenção para os seguintes pontos:

a) o Instituto deve dispor da faculdade de obter recursos pois, do contrário, não lhe será possível realizar a intervenção fundamental de preservação do prêço mínimo;

b) seja qual for o argumento sôbre a legalidade da obtenção dos referidos recursos, a verdade é que a lei de 1933 deu à mesma um aspecto tributário, fixando a quantia a cobrar;

c) demonstrou a experiência o incoveniente de uma taxa inflexível que pode ser, entretanto, fàcilmente corrigida, substituindo-se a taxa fixa por uma taxa ad valorem;

d) o Instituto deve cobrar sempre essa taxa, seja iminente a intervenção no mercado ou não, pois impõe-se a constituição de uma reserva capaz de fazer face aos excedentes de produção, subsidiando a exportação ou a produção de álcool em substituição à do açúcar".

Ao cabo de seus estudos opinava o Conselho Nacional de Economia pela fixação em 10% da taxa a ser cobrada por saco de açúcar produzido pelas usinas do país.

Analisando a situação atual do prêço do açucar e a taxa, sobre taxa e contribuição que o Instituto cobra no momento admiti como suficiente, depois de ouvir os técnicos da Autarquia, não os 10% apontados pelo Conselho Nacional de Economia, mas apenas 7%, isto é um pouco menos que a relação existente entre o prêço mínimo de 1933 e a taxa fixa então estabelecida de Cr$ 3,10.

O prêço de faturamento de um saco de açucar cristal, de 60 kgs., nas usinas do país, é de .... Cr$ 348,30, aí compreendidas:

Taxa de Defesa	Cr$ 3,10
Sobre taxa para o Fundo de Compensação dos Prêços do Açúcar	Cr$ 3,00
Contribuição para o Fundo de Ajustamento de Fretes e Exportação	Cr$ 18,00
Total	Cr$ 24,10

A taxa única, de 7% importaria, à base do atual prêço de faturamento em Cr$ 24,38. Feito o reajustamento dos valores correspondentes à taxa de defesa e à sobre taxa para o Fundo de Compensação dos Prêços incluídas na estrutura do prêço único de liquidação, teríamos provàvelmente uma importância talvez um pouco inferior aos Cr$ 24,38 por saco.

A modificação prevista não importaria, nestas condições, em qualquer novo ônus, seja para o produtor, seja para o consumidor.

Se quisermos mais razões que justifiquem o projéto a que se empresta o meu nome, temos estas, na frieza dos números:

Na safra 1954/55 — última encerrada — arrecadou o Instituto sôbre a produção de açucar:

Taxa de Defesa	Cr$	110.270.424,80
Sobretaxa para o Fundo de Compensação dos prêços	Cr$	110.076.483,80
Contribuição para o Fundo de Ajustamento de Fretes	Cr$	261.168.146,50
Total	Cr$	482.415.055,10

Na mesma safra, o Instituto, exclusive os gastos de sua administração prestou assistência financeira aos produtores assim discriminados:

Ajustamento de fretes no mercado interno ..	Cr$	134.384.859,00
Compensação de prêços na exportação	Cr$	274.953.674,80
Financiamentos		
Reequipamento de usinas, reaparelhamento e montagem de destilarias, reservatórios vagões tanque e construção de armazens ..	Cr$	70.624.688,00
Adubos	Cr$	18.299.330,60
Melaço	Cr$	16.336.763,90
Entressafra a banguezeiros	Cr$	6.000.000,00
Entressafra a fornecedores de carne	Cr$	108.655.905,00
Entressafra a usinas (financiamentos de emergência)	Cr$	87.170.076,00
Instalação de fábrica de papel de bagaço de ca ena	Cr$	16.495.333,20
Construção de hospital dos trabalhadores da indústria de açúcar	Cr$	11.000.000,00
Diversos fins	Cr$	17.587.061,30
Varrantagem de açúcar com recursos próprios	Cr$	479.621.699,00
Total	Cr$	1.241.129.391,10

Do confronto das cifras, verifica-se que sòmente à custa de uma rotatividade segura dos recursos e da inteira mobilização de suas reservas, tem podido o Instituto dar pleno desempenho de suas responsabilidades.

Este é, sem dúvida, o mais importante testemunho que se pode oferecer sôbre a necessidade de revisão da taxa, além de tôdas as vantagens de natureza política e social que o aconselham.

É o me depoimento. E aqui estou, à inteira disposição da casa, para elucidar pontos em que porventura não tenham sido suficientemente explicito.

O clero e as campanhas ruralistas

JOSÉ A. VIEIRA

Mais de três mil sacerdotes, de tôdas as dioceses do País, irão dedicar-se, ainda mais, às campanhas agrícolas em favor das populações rurais, segundo ficou estabelecido nos entendimentos entre dezoito Arcebispos e Bispos brasileiros e dirigentes do Ministério da Agricultura. A medida visa à solução de problemas de ordem material, técnica, social, moral e religiosa e foi determinada levando-se em conta, no quadro da vida rural do Brasil, os pontos de contacto e de interêsse comuns ao Clero e àquela Pasta, empenhando-se a Igreja na perfeição espiritual do indivíduo, para o que se reconhece a necessidade de um mínimo de condições materiais.

De outro lado, tarefas de tanta complexidade e amplitude, em todos os pontos do nosso território, não podem nem devem ficar exclusivamente a cargo dos órgãos ministeriais, já de si assoberbados pela escassez de recursos e de técnicos. Assim, o ministro Munhoz da Rocha sentiu no Clero, fundamentalmente originário do meio rural e, nele exercendo as tarefas de apostolado religioso, a existência de verdadeiros líderes, em contacto direto com agricultores, criadores, posseiros, arrendatários ou trabalhadores braçais, mostrando-se, assim, aconselhável a articulação, agora feita, para a melhor cooperação daqueles líderes.

As conclusões dos participantes dos referidos entendimentos abrangem medidas ligadas aos vários setores do Ministério da Agricultura, diversas delas já em fase de realização. Um dos ângulos focalizados diz respeito às características do ensino da agricultura, do ponto de vista do interêsse com o que o recebe o homem do interior e, também, quanto aos respectivos currículos. Duas idéias foram ventiladas: a de que o problema não consiste em se abrirem novas escolas superiores, mas de serem povoadas de alunos as existentes; e a de que devem ser concedidas bôlsas de estudos não apenas pelo Govêrno, mas também pela iniciativa privada.

No que se refere ao ensino do grau médio, sugeriu-se que a Igreja estimule a criação de escolas nas dioceses onde as necessidades sejam mais vivas e que os estabelecimentos do Ministério, articulados com o Clero, realizem cursos para o preparo de líderes e o treinamento de elementos femininos em economia doméstica, indústrias rurais caseiras, etc.

No campo das pesquisas agronômicas e zootécnicas, assentou-se que os vigários fomentem maior intercâmbio entre o povo e o técnico local, para que se inteire dos novos métodos recomendados pelas citadas pesquisas. O Secretariado da Ação Social da Conferência dos Bispos do Brasil fomentará a inclusão, em novos Seminários, de instruções ligadas ao problema do meio rural onde irão viver e trabalhar os sacerdotes.

Outras resoluções tomadas, quanto ao fomento e defesa da produção animal e vegetal, relacionam-se com a mecanização agrícola, a irrigação, a adubação, a conservação do solo e o reflorestamento, o combate às pragas e doenças vegetais e animais, vacinação de rebanhos, distribuição de mudas, sementes ou reprodutores, em função da ajuda, altamente desejada, que pode ser prestada pelos sacerdotes católicos.

Igualmente proclamou-se, no que se prende ao associativismo e cooperativismo rural, a conveniência de o Clero oferecer a sua coperação, visando a uma arregimentação mais ampla, ainda de lavradores e criadores, para dinamizar tais entidades agrícolas. Aliás, se organizadas sem orientação político-partidária, essas associações rurais e cooperativas serão instrumentos preciosos na defesa de interêsses econômico-sociais dos homens do campo.

Os problemas do contacto com o silvícola foram também examinados, acertando-se que, alguns dêles, devem receber um tratamento novo, na base de maior entendimento, que capacite a sua adequada solução.

As questões migratória, imigratória e de colonização mereceram ampla atenção, assentando-se o estabelecimento de esquemas de colonização nas áreas de emigração, com apoio de autoridades locais, mediante convênios em que se especifiquem as atribuições do Govêrno e da Igreja. Foi, também, apontado o meio pelo qual poderá o Clero atuar nas próprias hospedarias do INIC, através de um programa de assistência social e religiosa aos migrantes e respectivas famílias.

Relativamente aos trabalhos de informação e divulgação agrícola, no setor das semanas ruralistas, decidiu-se que estas fôssem, sempre que possível, programadas e realizadas com a participação da Igreja, cabendo aos sacerdotes conseguir a presença do maior número de lavradores e criadores. Quanto à expansão do movimento de clubes agrícolas escolares, as autoridades eclesiásticas pretendem influir positivamente no seu desenvolvimento. E, também, desejam participar, por intermédio do Secretariado da Ação Social Católica, da elaboração de programas radiofônicos, para agricultores e criadores, depois de instalada a Rádio Rural.

Por último, ficou resolvido que seja assegurado o mais amplo apoio do Clero não só ao plano de aparelhamento do S.I.A., mas também à Rêde Nacional de Divulgação Agrícola, ora em formação.

Dêste modo, com colaboração decidida do Episcopado brasileiro, a cuja frente se encontram dignitários esclarecidos e dinâmicos, bem assim com a cooperação dos legítimos líderes ruralistas, é de se esperar uma fase nova e promissora nos trabalhos de extensão agrícola em todo o país, para a qual não poderão faltar a compreensão e ajuda financeira das autoridades executivas e legislativas.

EDIÇÕES DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretário-Geral da Soc. Nac. de Agricultura

Devorada pelo incêndio de 1942 a Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, com êle se consumiram, também, tôdas as edições da velha instituição. Aos poucos, vem sendo refeita essa parte importante da antiga biblioteca, a começar pela revista A LAVOURA, hoje com a sua coleção completa, graças às aquisições e doações de antigos associados e de instituições públicas e particulares.

No que concerne às publicações avulsas, mais difícil tem sido a tarefa da reconstituição, à falta de uma relação completa do que foi, em mais de 50 anos, publicado pela Sociedade.

Damos hoje, à luz dos próprios exemplares obtidos, uma relação cronológica dessas publicações na expectativa de que algum sócio ou amigo desta Casa, porventura detentor de livro ou folheto de nossa edição, que não conste da nossa lista, no-lo ofereça, ou pelo menos dêle nos dê a indicação para inclusão na mesma.

A LAVOURA, como já dissemos, está completa, 1897 a 1955 — ou seja 59 anos de ininterrupta circulação.

Nesta relação, acham-se assinaladas com um asterístico, edições nossas que faltam em nossa coleção.

Daqui agradecemos, ainda uma vez, àqueles que atenderam ao nosso apêlo oferecendo-nos números antigos da nossa revista, esperando que, com as publicações avulsas, o mesmo venha acontecer.

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EDITADAS PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA EXISTENTES EM SUA BIBLIOTECA

1898

VERT, GERMANO — Alimentação do vegetal. Conferências realizadas na S. N. A. pelo Dr. Germano Vert. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.
48 p. ilus. (fasc. n. 3).

MENSAGEM da Sociedade Nacional de Agricultura às Sociedades filiais. Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1898.
16 p.

PAZ, CAMPOS DA — Viticulture; Exposition viticole de S. Paul en 1897. Rapport presenté au gouvernement de Minas Geraes. Trad. du Dr. Germano Vert. Rio de Janeiro, Imprimerie nationale, 1898.
51 p. ilus.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — "Regulamento e Regimento Interno" Rio de Janeiro, Imprensa america, 1898.
10 p.

1899

LAGARDE, ARTHUR DINIZ — A borracha; Cultura da Maniçoba. Rio de Janeiro, Tip. L. Miotto, 1899.
68 p. ilus. (Monographias agricolas, II).

1901

AMARAL E SILVA, VICTOR FERREIRA — Herva-Mate, sua cultura, colheita e preparo. Memória apresentada ao Congresso de Agricultura pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1901.
27 p.

UTRA, Gustavo D' — Cultura das plantas textis. Monografia. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1901.
30 p.
Ao alto do titulo: Sociedade Nacional de Agricultura. Congresso de Agricultura e Industria Rural.

1903

BELLO, WENCESLAO — Relatorio apresentado à S. N. A. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1903.
40 p.
Ao alto do titulo: Congresso Agricola de S.Paulo.

1904

CARVALHO, RICARDO ERNESTO FERREIRA DE — Melhoramentos dos terrenos de cultura com auxilio da mecanica agricola. Monographia apresentada à S. N. A. pelo sócio honorário... Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1904.
76 p. ilus.

1905

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Alfafa... Rio de Janeiro, Com. Litho-Typographica, 1905.
7 p. (Propaganda agricola, V).

1906

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1906.
13 p.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Regulamento da S. N. A. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1906.
17 p.

TOSTA, JOAQUIM IGNACIO — Projeto e parecer sobre a creação do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio... Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1906.
xiv, 236 p.

RANGEL, SILVIO FERREIRA — Valorização do café; Parecer. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1906.
18 p.

1907

INQUERITO SOBRE O GADO ZEBÚ. (Com apêndice, contendo trabalhos sobre o assunto, dos Drs. Eduardo A. Torres Cotrim e Elias Antonio de Morais)... Rio de Janeiro, Cia. Gráfica do Brasil, 1907.
100 p. ilus.

PLANTAS PRODUCTORAS DE BORRACHA... Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1907.
59 p. ilus. (Propaganda agricola, VII)

ANNAES DO CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA... instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro. Histórico. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1907.
(1.º e 2.º vols. enc. juntos.)

1908

SYNDICATOS AGRICOLAS, SYNDICATOS PROFISSIONAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS... Leis, Regulamentos e Normas de Estatutos. Rio de Janeiro, 1908.
122 p.

BELLO, WENCESLAO — Exploração de madeiras... Drs. Wenceslau Bello e J. Monteiro da Silva. Rio de Janeiro, Typ. da "Gazeta de Noticias", 1908.
107 p.

CAVALCANTI, MANUEL PAULINO — Geografia agricola do Brasil. Rio de Janeiro, 1908.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908 — A S. N. A. na

exposição nacional de 1908 "Catalogo das diversas secções" Rio de Janeiro, 1908

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA Rio de Janeiro — Cultura do Lupulo. Monographias Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1908.
8 p ilus (Propaganda agricola, II).

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Cevada. Monographias. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1908
8 p ilus (Propaganda agricola, III)

RANGEL, SYLVIO FERREIRA — O café... Soc. Nac de Agricultura. Rio de Janeiro, 1908.
108 p

1909

II CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA — Conclusões... Rio de Janeiro, Typ. da Revista dos Tribunais, 1909.
82 p

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA Rio de Janeiro — Plantas tuberosas e forrajeiras... Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1909.
28 p. ilus. (Propaganda agricola, X).

1910

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA Rio de Janeiro — Geografia agricola (Colecção de mappas da S. N. A.) Rio de Janeiro, Typ da Revista dos Tribunais, 1910.
30 p. e uma circular anexa.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA Rio de Janeiro — Legislação agricola do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1910-1911.
3 v.

1911

PARTENO, DE STEFANO — O cooperativismo no Brasil. O programma da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro... 1911.
32 p. (enc. com outras obras.)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos... Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1911.
13 p.

COOPERATIVA CENTRAL DE AGRICULTORES DO BRASIL — Estatutos Rio, 1911.
17 p.

1913

CALMON, MIGUEL — Homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Lauro Muller no seu regresso dos E. U. A. do Norte "Discurso"... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.
15 p.

1915

PROJETOS DE ESTATUTOS para organização de Associações Ruraes, de Federações Estaduais e da Confederação Rural Brasileira. Rio de Janeiro, "Typ. Revista dos Tribunaes", 1915.
24 p.

HOMENAGEM PARTICULAR a meu querido Wenceslau... (Coletaneas)... 1915

1916

HORTA, PAULO PARREIRAS — Algumas notas sobre parasitas de solipedes. Conferencia realizada na S. N. A. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
19 p.

A SESSAO INAUGURAL DA CONFERENCIA ALGODOEIRA — Noticia da reunião, com os discursos dos Exmos. Srs. Ministros da Agricultura e Dr. Miguel Calmon, publicado no "Jornal do Commercio" de 2 de junho de 1916. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
21 p.

I CONFERENCIA ALGODOEIRA — These sexta; Conferencia realizada por William W. Coelho de Souza. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1916.
28 p.

A UTILIDADE DA CONFERENCIA ALGODOEIRA — Entrevista do "Jornal do Commercio" com o Dr. Miguel Calmon, publicada no numero de 23 de maio de 1916. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

UBATUBA, EZEQUIEL — O sertão e a pecuaria... Bello Horizonte, Imprensa official, 1916.
50 p.

ANDRADE, ALFREDO ANTONIO — Os subproductos do algodão; Suas relações nas plantas brasileiras; o oleo, a horta, valores relativos... Rio de Janeiro, 1916.
84 p. ilus.

ANNAES DA 1.ª CONFERENCIA ALGODOEIRA... S. Paulo, Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1916.
3 v.

O REBANHO BOVINO BRASILEIRO E A EXPORTAÇAO DE CARNES — Relatorio da Commissão nomeada pela S. N. A. para dar parecer sobre o trabalho do Dr. Nicolas Athanassof. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
16 p.

1917

GREEN, EDWARD C. — A lagarta rosada dos capulhos do Brazil, seu histórico, disseminação, prejuizos, parasitas e modo de combatel-a. Rio de Janeiro, 1917.
21 p.

PRIMEIRA CONFERENCIA NACIONAL DE PECUARIA — Programa geral. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1917.
14 p.

* PRIMEIRA CONFERENCIA NACIONAL DE PECUARIA — Regulamentos. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1917.
15 p.

PIN E ALMEIDA, MIGUEL CALMON DU — Notas acerca da producção e commercio do cacau. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
21 p.

O CORTE DAS MATTAS E A EXPORTAÇAO DAS MADEIRAS BRASILEIRAS — Exposição redigida pela commissão composta dos Drs. L. R. Vieira Souto (relator), Alberto Lofgren e Hannibal Porto. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
33 p.

PORTO, HANNIBAL — Pelo algodão no Brasil. Conferencia realizada na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte e outros trabalhos de propaganda da 1.ª Conferencia Nacional Algodoeira. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
56 p.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — A crise do trigo e a fabricação de pães mixstos. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
28 p.

1918

4.ª EXPOSIÇAO NACIONAL DE MILHO — Regulamento. Rio de Janeiro, 1918.
20 p.

NEVES, ANTONIO DA SILVA — Annais da 1.ª Conferencia Nacional de Pecuaria. Origem provável de diversas raças de gado que povoam o território pátrio. (2.º milheiro) S. Paulo, Tip. Siqueira, 1918.
149 p. ilus.

1.ª CONFERENCIA NACIONAL DE CEREAIS — Organizada na cidade de Curytiba pela S. N. A. Relatório organizado pelo Cel. Hannibal Porto e Romario Martins. /Curitiba, Typ. d'A Republica/ 1918.
153 p. ilus.

1919

ZEHNTNER, L. — Estudo sobre algumas varieda-

des de mandiocas brasileiras. Rio de Janeiro, Imprensa Ingleza, 1919.
113 p. ilus.

* O PROBLEMA DA BORRACHA BRASILEIRA... Rio de Janeiro, 1919?
59 p. ilus.

1920

3.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO — Regulamento. Rio de Janeiro, Casa Publicadora Baptista /1920/.
49 p.

1921

IGLESIAS, FRANCISCO — Insetos nocivos e uteis no algodoeiro. 2. ed. Reeditado da "Vida Doméstica". Rio de Janeiro, Of. Gr. "Jornal do Brasil", 1921.
32 p. ilus.

PEARSE, ARNO S. — Missão Internacional algodoeira. Conferencia. Rio de Janeiro, Typ. "Revista dos Tribunaes", 1921.
28 p.

1922

CONFERENCIA INTERNACIONAL ALGODOEIRA — Promovida pela S. N. A. Comissão Organizadora, Estatutos, Programma. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunaes, 1922.
17 p.

1.ª CONFERENCIA ALGODOEIRA — Annaes. S. Paulo, 1922.
3 v.

ANNAES DA CONFERENCIA INTERNACIONAL ALGODOEIRA.., promovida pela S. N. A. Reunida de 15 a 20 de outubro de 1922. Rio de Janeiro, /1922/.
2 v.

3.º CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUARIA — Regimento interno. Rio de Janeiro, Typ. "Revista dos Tribunaes", 1922.
12 p.

GUIMARAES, JOÃO SILVERIO — A cultura do fumo e seu preparo. Rio do Janeiro, 1922.
126 p. ilus.

BARROS, PAULO DE MORAES — O sul de Matto Grosso em relação ao presente e futuro da pecuaria nacional. Conferencia. Rio de Janeiro, 1922.
60 p. ilus.

NEIVA, ARTHUR — Cultura do coqueiro no Oriente. Conferencia. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1922.
22 p. ilus.

3.º CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUARIA — Comissão organizadora. Estatutos. Programma. Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Commercio, 1922.
32 p.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE FEBRE APHTOSE — Comissão Organizadora, Estatutos, programma. Rio de Janeiro, 1922.
10 p.

1923

CARNEIRO, J. A. BARBOZA — O problema da expansão economica do Brasil. Conferencia. (Contendo a Ata da Sessão da S. N. A. — 12-7-1923) Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1923.
23 p.

PORTO, HANNIBAL — Cooperação e Previdencia. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1923.
92 p.

1924

IMIGRAÇAO — Inquerito promovido pela Soc. Nac. de Agricultura.

1925

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. Rio de Janeiro, 1925.
21 p.

HUMICULT, BENJAMIN H. — A produção agricola do Brasil. Trabalho baseado no censo de 1920, publicado no "Brazilian Business". Rio de Janeiro, 1925.
54 p. ilus.

PORTO, HANNIBAL — Relatório da 6.ª Exposição Internacional de borracha e outros produtos tropicaes. Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1925.
34 p. ilus.

1926

IMMIGRAÇAO — Inquerito promovido pela S. N. A.... 2. ed.... Rio de Janeiro, 1926.
488 p.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. Rio de Janeiro, Pap. e Typ. do O Social, 1926.
21 p.

ANNAIS DA 1.ª CONFERENCIA NACIONAL DE LEITE E LATICINIOS Outubro — 18 à 26 — 1925. Rio de Janeiro, 1926.
354 p. ilus.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

1927

BELTRAO, HEITOR — Capacidade commercial. Desenvolvimento industrial. Situação das industrias chimicas do Brasil. Conferencia. Rio de Janeiro, 1927.
57 p.

BRASIL, ASSIS — A industria cavalar. Conferencia. Rio de Janeiro, Typ. O Social, 1927.
12 p.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Conferencias e contribuições scientificas (Biennio 1925-1926) 9 trabalhos diversos. Rio de Janeiro, Typ. O Social, 1927.
93 p. ilus.

* ESTÉVE LEO — Productos naturaes e productos da cultura.

1928

CONFEDERAÇAO RURAL BRASILEIRA — Estatutos. Rio de Janeiro, 1928.
10 p.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. Rio de Janeiro, 1928.
21 p.

1929

* HORTO FRUTICOLA DA PENHA — Catálogos. 1929.
16 p.

1.ª EXPOSIÇAO NACIONAL DE HORTICULTURA — 2.ª Exposição Nacional de Leite e Derivados. Catalogos geraes. Rio de Janeiro, 1929.
196 p.

2.ª EXPOSIÇAO NACIONAL DE LEITE E DERIVADOS — 1.ª Exposição Nacional de Horticultura. Regulamento Geral e programa da exposição de Horticultura. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1929.
53 p.

1932

GUIMARAES, JOAO SILVERIO — A cultura do fumo e seu preparo. 2. ed. Rio, 1932.

1935

FRENZEL, OTTO — Aspectos leiteiros brasileiros. Rio de Janeiro, 1935.
11 p.

TORRES FILHO, ARTHUR EUGENIO MAGALHAES — Expansão Economica do Brasil. Rio, 1935.
489 p.

1937

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO VELLO" — Rio de Janeiro, 1937.
BELLO" — Rio de Janeiro, 1937.

1938

II CONFERENCIA NACIONAL DE PECUARIA — Historico, Org., Sessões, Confer., Conclusões... Rio, 1938.
272 p.

1939

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO" — Regimento interno. Publicação n. 2. Rio de Janeiro, 1939.
46 p. ilus.

1940

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO" — Regimento interno. Rio de Janeiro, 1940.
30 p.

ARRUDA CAMARA, ANTONIO DE — Cooperativismo e organização rural. Rio de Janeiro, 1940.
42 p.

1941

SILVEIRA, GERALDO GOULART DA — Curso de melhoramento de plantas. Rio de Janeiro, 1941
32 p. ilus.

1942

O ALCOOL CARBURANTE... Problema nacional. Separata da "A Lavoura", Boletim da S. N. A. Rio de Janeiro, 1942.
30 p.

1943

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. Rio de Janeiro, 1943
20 p.

1944

LIMA, ADAMASTOR — O estado brasileiro e a eletricidade... (tese apresentada ao 1.º congresso brasileiro de economia) Rio de Janeiro, /1944/.
14 p.

ILDEFONSO SIMÕES LOPES — Discursos pronunciados na sessão comemorativa do 1.º aniversário de seu falecimento. Rio, Gráfica Bloch. 1944.
92 p.

1945

POLIANO, LUIZ MARQUES — A Soc. Nac. de Agricultura. Resumo histórico. Pref. do Dr. A. T. Filho; com uma biografia de todos os presidentes da S. N. A. Rio, 1945.
179 p.

1947

REFORMA AGRARIA — (A propósito do projeto do deputado Nestor Duartes)... Luiz M. Poliano. Rio de Janeiro, 1947.
63 p.

1948

ORGANIZAÇAO RURAL — A estruturação da classe agrícola brasileira em base associativa de acôrdo com o decreto-lei 8.127 de 24 de outubro de 1945. Rio de Janeiro, 1948.
85 p. ilus.

1949

UM ESTADISTA DA AMAZONIA — Dr. Germiniano Lyra Castro. (datilografado).

1951

NAVES, YVES-RENÉ — As condições técnicas da criação do mercado de óleo essencial. Separata de "A Lavoura". /Rio de Janeiro/ 1951.
12 p.

SERVIÇO SOCIAL DA AGRICULTURA — Trabalho da comissão especial designada pela S. N. A para estudo do assunto. Separata da revista "A Lavoura", n. de março-abril de 1951.. 1951.
9 p.

POLIANO, LUIZ MARQUES — A Confederação Rural Brasileira. Notas a propósito de sua recente fundação. Separata da Revista "A Lavoura" de setembro-outubro de 1951... 1951.

1955

TORRES FILHO, ARTHUR EUGENIO MAGARINOS — Problemas agricolas. Soc. Nac. de Agricultura. /Rio de Janeiro/ 1955.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro — Estatutos. /Rio de Janeiro/ 1955

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DA LEI AGRÁRIA

Eng. Agro. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Membro da Diretoria Técnica da S.N.A.

I — GENERALIDADES

No momento em que tanto se fala no problema da chamada "reforma agrária" é oportuno lembrar qual o pensamento da classe rural com relação a tão debatido assunto, firmado durante a IV Conferência Rural Brasileira reunida em Fevereiro, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, pela Federação das Associações Rurais do referido Estado, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira.

Esse pensamento não pode ser subestimado, pois é o fruto da experiência daqueles que de há muito conhecem e estudam os problemas agrícolas nacionais.

Conforme se verifica através da leitura do relatório do Primeiro Grupo do Trabalho da referida Conferência, a classe rural indicou os princípios gerais das diretrizes fundamentais de uma lei agrária visando a estruturação de nossos problemas agrícolas em vista as pecularidades de nossa vida rural.

Trata-se, sem dúvida, de um pronunciamento da mais alta relevância, que precisa e deve ser estudado em seus múltiplos aspectos.

A classe rural, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de uma solução no sentido de ser o país dotado de uma estruturação agrária enquadrada nas peculiaridades de nossa atividade agrícola que atenda, dentro dos princípios constitucionais vigentes, ao interêsse social, acha que é indispensável olhar-se para o homem rural, valorizando-o e dignificando-o através do recem-criado Serviço Social Rural e de legislação complementar que regule os direitos e deveres daqueles que trabalham no campo e que precisa me deve mser encarados como elementos valiosos da contrução de nossa pujança econômica.

II — RELATÓRIO APRESENTADO À IV CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Tranerevemos adiante os tópicos do relatório do Primeiro Grupo de Trabalho da IV Conferência Rural Brasileira, abrangendo os seguintes assuntos:

a) diretrizes fundamentais da reforma agrária; b) processo de ação; c) estatuto do trabalho rural.

Trata-se de um trabalho que mereceu a aprovação unânime do plenário.

"Diretrizes Fundamentais da Reforma Agrária

O 1.º Grupo do Trabalho tendo em vista o relatório parcial da 1.ª Comssão e os debates havidos em seu seio, estabelece as seguinte diretrizes gerais no que tange ao problema da "reforma agrária".

1.º — Acha que uma lei agrária obedecendo, como deve as peculiaridades do nosso país, constitui uma necessidade para imprimir diretrizes seguras a uma estruturação agrária em bases tais que favoreça o desenvolvimento da agricultura, criando igualmente, melhores condições de incentivo à exploração da terra e valorização do homem do campo.

2.º — A lei agrária deverá ter finalidade plurilateral, abrangendo simultaneamente não só a correção de algumas anomalias de nossa estrutura fundária, como também a instituição de medidas efetivas de justiça social, de proteção nos recursos naturais, de técnicas de produção e outras, com a consequente elevação da capacidade produtiva da agricultura e melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural.

3.º — A lei agrária não deve visar apenas à divisão da propriedade rural.

4.º — Nela deverão ser consideradas a valorização do homem, a defesa a restauração do solo, as adequadas condições de trabalho que constituem, também, seus pontos fundamentais.

5.º — Estabelece o princípio de que em casos excepcionais pode ser admitido o partilhamento de terras, desde que para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem a terra.

6.º — Os partilhamentos, quando necessários, deverão incidir sôbre terras inexploradas, sub-

desenvolvidas ou abandonadas, cujos titulares, por absenteísmo ou qualquer outro fator, deixarem de as utilizar, quando lhes sejam asseguradas condições favorecidas que permitam o seu racional aproveitamento.

7.º — Tendo-se em vista as particularidades demográficos e territoriais e ecológicas do país, medidas desta natureza deverão ser oficialmente dirigidas de preferência no sentido do aproveitamento de áreas favoráveis à exploração agro-pecuária ainda não utilizadas, podendo também estender-se para a atual faixa cultivada onde, esporàdicamente, se fizer sentir a necessidade de desapropriação por interêsse social, respeitados sempre os princípios constitucionais vigentes.

8.º — A orientação da lei agrária deve disciplinar tambem as migrações internas, superando-se, através de colonização intensiva, a escassez demográfica observada em certas regiões do país;

9.º — Intensificar a colonização nas áreas despovoadas ou onde fizer necessária, tendo-se em vista o elemento estrangeiro selecionado;

10.º — Firma o principio de que a renovação agrária deve processar-se por etapa;

11.º — Que as diretrizes e objetivos fundamentais da lei agrária se articulem harmoniosamente com o recém-criado SERVIÇO SOCIAL RURAL, com a nova política de colonização e com a legislação social a ser instituída.

Feitas estas considerações preliminares, entende o 1.º Grupo de trabalho da IV CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA que a lei agrária, diciplinando as relações agro-técnicas, e político-econômicas deve importar em :

a) — legislação sôbre serviços sociais rurais, tendo em vista o imperativo de uma imediata assistência médico-social, educativa e jurídica às populações rurais em bases amplas;

b) — instituição de uma adequada legislação fixando os direitos e deveres dos que trabalham no campo observando-se, naturalmente as pecularidades da vida rural;

c) — regulamentação do dispositivo constitucional sôbre desapropriação por interêsse social;

d) — integração da legislação cooperativista nos objetivos de emulação produtiva e de valorização do homem, implícitos na lei agrária;

e) — necessidade de legislação estadual subsidiária disciplinando o aproveitamento de terras devolutas;

f) — partilhamento, devendo obedecer estritamente aos preceitos constitucionais;

g) — providências imediatas no sentido de evitar-se a burla do preceito constitucional que limita em DEZ MIL HECTARES o máximo para concessões ou alienações de terras públicas;

h) — estabelecimento de medidas eficientes que conduzam à expansão creditícia a base de bancos especializados ou alargamento operativo das carteiras de crédito agrícola de estabelecimento já existentes, dando-se ênfase às necessidades do pequeno lavrador;

i) — necessidade de uma legislação que impeça qualquer prática envolvendo danos às áreas irrigadas ou obras de importância social e econômica;

j) — Necessidade de reforma de dispositivo do Código Civil que dificultem a execução da lei agrária;

k) — modificação da legislação nacional de sucessão hereditária, de modo a assegurar-se limitação da área mínima de partilha de próprios agrícolas segundo estrito critério agro-pecuário.

l) — elaboração de lei federal que impeça o loteamento de características urbanos na zona rural.

m) — elaboração pela bancada nordestina no Congresso Nacional de projeto de lei de Irrigação no Polígono das Sêcas.

PROCESSO DE AÇÃO

O 1.º Grupo de Trabalho tendo em vista o Relatório Parcial da 2.ª Comissão e os debates havidos em seu seio, estabelece as seguintes recomendações no que diz respeito ao Processo de Ação, dentro das diretrizes gerais da Lei Agrária.

1 — Que o Serviço Social Rural promova no campo, uma ação eficiente de assistência.

a) SANITARIA : médico-farmacêutica e dentária;

b) EDUCACIONAL ; elementar, profissional e higiênica;

c) ECONOMICA : creditícia e cooperativista;

d) SOCIAL ; jurídica, previdencial, religiosa e recreativa.

2 — Necessidade de crédito fácil e imediato com taxas e prazos compatíveis com a sua aplicação.

3 — Conveniência da extensão da padronização a todos os produtos agrícolas.

4 — Medidas visando o escoamento fácil e barato dos produtos agrícolas.

5 — Difusão de sistemas de conservação dos produtos agrícolas, particularmente rêdes de armazens e silos.

6 — Ação eficiente dos órgãos competentes na manutenção do preço justo em cada zona de produção.

7 — Política de fixação do homem a terra, com :

a) treinamento, por espaço de dois anos dos pretendentes a aquisição de lotes rurais que não tenham capacidade provada;

b) venda dos lotes nas condições fixadas para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

c) financiamento de investimentos de melhoria, especialmente cercas e residências.

8 — Seja dado sentido de funcionalidade para a propriedade agrícola de modo que a grande, média e pequena área subsistem à base de sua produtividade

9 — Proteção aos recursos florestais existentes o incentivo ao reflorestamento que atenda as condições mesológicas, com essências indígenas e alienígenas de aproveitamento econômico.

10 — Criação de estações meteoro-agrárias e laboratórios, de análise sumárias de terras.

11 — Emprêgo de patrulhas moto-mecanizadas (pesadas, médias e leves) para o desbravamento e preparo do solo em regime de empreitada.

12 — Organização das oficinas de manutenção e reparos das máquinas agrícolas a preços módicos.

13 — Facilidade para o suprimento das Cooperativas Agrícolas e Associações Rurais, com materiais e drogas para defesa sanitária, vegetal e animal.

14 — Dotar o meio rural de assistência técnica, exercida através de profissionais competentes localizados no próprio ambiente de trabalho.

15 — Organização do cadastro imobiliáro rural.

16 — Manifestar aos Estados e Municípios a necessidade de legislação subsidiária sôbre tapumes, visando a produção das lavouras.

17 — Indicação ao Govêrno Federal sôbre a conveniência de imediato entendimento com os Govêrnos Estaduais, no sentido de ampla aceitação dos dispositivos legais que regem a vida das cooperativas, especialmente, no que se refere à parte fiscal.

ESTATUTO DO TRABALHO RURAL

O 1.º Grupo do Trabalho, tendo em vista o Relatório Parcial da 3.ª Comissão e os debates em seu seio, formula as seguintes recomendações, no que diz respeito no Estatuto do Trabalho Rural.

1 — Que sejam aceitos os princípios gerais esposados no trabalho da Confederação Rural Brasileira em torno do Estatuto do Trabalho Rural, que deverá disciplinar os aspectos contratuais e sociais de trabalho no campo.

2 — Que, aprovando em tése as sugestões no referido trabalho, formula ainda os seguintes reparos:

a) admissão do contrato individual ou coletivos do trabalho, segundo os condições peculiares às diferentes zonas do país;

b) adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento désse horário;

c) aceitação, em princípio, da estabilidade dos trabalhadores rurais, matéria que deverá ser enquadrada em legislação especial, observadas as particularidades e as características das atividades econômicas do campo.

3 — No que tange a instituição de providência social para o campo, e tendo-se em vista o projeto em curso no Congresso (Projeto n.º 4.264 de 1954) que confia essa atribuição ao Instituto dos Industriários, a classe deseja, preliminarmente, sobrestar a tramitação do referido projeto, até que, à base do prévio estudo, se consolide a sua orientação em torno da matéria.

Feitas essas considerações sobre os assuntos aletos no 1.º Grupo de Trabalho, formula ainda as seguintes recomendações finais:

1.º — Que a Confederação Rural Brasileira em face das conclusões contidas no presente Relatório, se empenhe junto ao Congresso para que elas sejam consideradas nos Projetos em curso de reforma agrária e outros relacionados com a vida rural.

2.º — Que a base dessas mesmas conclusões formule a Confederação Rural Brasileira ante-projetos de leis necessárias à complementação da legislação agrária.

Aprovado por unanimidade.

Evaldo Sramago Pinheiro — Presidente
Geraldo Goulart da Silveira — Relator".

III — CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme se verifica, são ponderadas, oportunas e objetivas as recomendações da classe rural, relativamente ao problema da chamada "reforma agrária".

Não se trata, como se vê, de uma reforma revolucionaria; e sim, de uma estruturação agrária em bases reais, atendendo às pecularidades da vida rural e aos altos interêses nacionais.

Que, portanto as conclusões e recomendações aprovadas pela IV Conferência Rural Brasileira sejam consideradas nos projetos em curso no Parlamento sôbre Reforma Agrária e outros relacionados com a vida rural e que à base dessas mesmas conclusões e recomendações sejam apresentados no Parlamento outros projetos de leis necessários à complementação da legislação agrária é o que deseja e espera a classe rural que sempre esteve pronta a colaborar com o Govêrno, tendo em vista o interêsse nacional.

O Serviço Social Rural, já está criado.

Que em breve êle esteja em efetivo funcionamento e que outras leis sejam aprovadas e postas em vigor tendo em vista imprimir diretrizes seguras a uma estruturação agrária em bases tais que favoreça o desenvolvimento da agricultura criando, igualmente, melhores condições de incentivo à exploração de terra e valorização do homem do campo, é o que esperam e desejam todos quanto estudam e se interesam pelos problemais rurais.

Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura comemorou, em 16 de Janeiro último, 59 anos de existência e O MUNDO AGRARIO quer registrar o fato, que é uma data de tôda a agricultura brasileira. Fundada e mantida, até hoje, por idealista, a S.N.A. participa dos grandes acontecimentos da vida rural do Brasil, desde a criação do Ministério da Agricultura até a estruturação dos agricultores em base associativa, lançada em 1945, e que se consolida, nos dias de hoje, através da Confederação Rural Brasileira. Adaptando-se dinâmicamente aos tempos modernos, a S.N.A. tem, agora, objetivos mais amplos e nenhuma iniciativa ligada à nossa economia rural pode, doravante, ser conduzida sem a sua cooperação efetiva e eficiente.

Citar nomes, nesta oportunidade, é perigoso, pois certamente vamos esquecer de muitos, mas não é possível omitir a longa atuação do Professor Arthur Tôrres Filho (seu Presidente), nem tão pouco de alguns dos seus colaboradores mais assíduos, com Antônio de Arruda Câmara, Geraldo Goulart da Silveira, Kurt Repsold, Eurico Santos, Otto Frenzel, João Mauricio de Medeiros, Alberto Ravache, e ainda do Secretário Geral, Luiz Marques Pollano, que, há tantos anos, garante a vida interna da entidade, trabalhando de verdade, inclusive desdobrando-se, agora, na Confederação Rural Brasileira.

A sede atual, e modernissima, da S.N.A., simboliza os resultados da luta de um grupo de diretores e associados, vencendo todos os obstáculos, e garante a perenidade de sua participação na batalha sem fim que os brasileiros travam, para construirem uma grande nação. — M.V.

Transcrito do "O MUNDO AGRARIO" Abril de 1955.

CLASSIFICAÇÃO DE COOPERATIVAS

O regime cooperativo é, assim visceralmente democrático, tendo cada associado um só voto qualquer que seja o capital que possua. Todos os associados nelas têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. São as cooperativas administradas pelos próprios associados, como associações livres e autônomas.

As formas fundamentais são: consumo, crédito, produção e seguros, destas decorrendo tôda uma gama de sociedades cooperativas, tornando multifária a flora cooperativa, como já acentuamos.

Tendo por centro a idéia do consumidor, como o assinala Gide, o cooperativismo assim define seu pensamento social: sendo feito o cooperativismo para os consumidores livremente associados, deve ser êle aberto a todos, sem discriminações políticas, religiosas, raciais ou de nacionalidades ou regiões.

As formas fundamentais de cooperativas são assim concretizadas:

1 — Cooperativas de consumidores: as que têm por fim a distribuição de coisas ou a prestação de serviços para o consumo, o uso, pessoal ou doméstico, dos seus associados e de suas famílias, como já vimos.

2 — Cooperativas de produtores em geral: aquelas cujos membros, de profissões idênticas ou afins e de interêsses homogêneos, se associam com o objetivo de trabalhar em comum na produção de mercadorias, na sua venda ou aquisição, ou em prestação de serviços ao público.

3 — As cooperativas de crédito, ou as seções desta espécie, têm por objetivo receber depósitos, fazer adiantamentos, empréstimos e descontos, cobranças e pagamentos por conta dos associados, assim como prestar-lhes os serviços bancários de que necessitem, e realizar quaisquer operações que sejam complementares ou sirvam para sua melhor efetivação.

Os empréstimos ou créditos e descontos se farão ùnicamente aos associados, tendo em consideração as suas necessidades, sua capacidade, garantias oferecidas; nas de crédito agrícola, sempre para fins reprodutivos.

4 — As cooperativas de seguros operarão com seus associados em regime de mutualidade. No caso de estabelecerem prêmios fixos, o retôrno será na proporção dos prêmios pagos.

5 — Não se exclui a possibilidade da criação de cooperativas de outras modalidades não incluídas na enumeração acima, as quais serão consideradas de categorias indeterminadas e assemelhadas àquelas que ofereçam mais aproximada analogia, entre elas as cooperativas de funções múltiplas, que serão classificadas pela atividade central, quando esta tiver predominância; não o tendo serão classificadas de mistas. (Vejam os interessados o decreto 22.239, no seu artigo 21).

Vimos as de consumo, que ainda podem ter:

OUTROS OBJETIVOS PARA COOPERATIVAS DE CONSUMO

A cooperativa de consumo poderá ainda ter em vista outras atividades de interêsse dos seus associados, como sejam: lavanderias, escolas profissionais, clínicas, panificação, fábricas de massas, etc.; mas, para levar a cabo tão elevadas realizações carece de adesão de todos os moradores de sua área de ação.

As suas operações deverão ser processadas de acôrdo com um regimento interno, que deverá adotar, em tese, os seguintes princípios:

a) — as aquisições serão feitas, sempre que possível, por concorrência;

b) — o armazeneiro, ou superintendente do armazém, terá o contrôle direto do pessoal a seu cargo e do armazém, e ficará subordinado ao gerente, cujas atribuições serão pormenorizadas;

c) — a venda se processará a dinheiro, a um justo preço, podendo, excepcionalmente, ser concedido um crédito mensal máximo equivalente a 2/3 do capital realizado, (mediante as garantias necessárias, sòmente renovável após quitação plena do débito anterior), quando as condições da Cooperativa o permitirem. (No caso de não pagamento, cobrar-se-á um juro de mora de 6 % ao ano a partir do 31.º dia do saldo devedor, suspendendo-se o crédito até liquidação final).

d) — organização da escrituração, de modo a que cada associado, conhecendo o montante de suas compras na sociedade, possa controlar suas percentagens de retôrno;

e) — fiscalização no sentido de evitar o abuso de aquisição em demasia em relação ao consumo pessoal ou doméstico;

f) — os artigos que interessem apenas a determinados associados, só serão adquiridos mediante encomenda, sob responsabilidade dos interessados.

NOTA

Para pequenas cooperativas de consumo, o regimento disporá sôbre as atribuições do encarregado do armazém, que fará, sob as vistas do gerente, as compras necessárias, mediante amostras, etc.; atribuições do gerente; sistema de vendas; modo de estabelecer os preços; pessoal e distribuição de mercadorias; proibição de negócios com pessoas ligadas comercialmente à cooperativa, etc.

O Conselho de Administração poderá autorizar ao gerente que seja concedido crédito a associados em absolutas condições de miserabilidade decorrente de desgraças de família.

Êsse crédito deverá ser liquidado mensalmente e não deverá ser superior aos dois têrços do valor das quotas-partes dos associados necessitados. Ver regimentos internos.

A PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S.N.A.

É auspicioso assinalar — e todos nós, brasileiros, o famos com entusiasmo —, que de ano para ano aumenta a nossa produção tritícola (de apenas 423.646 toneladas em 1951 passou para 982.861 toneladas em 1955) representando essa duplicação da quantidade de trigo produzido uma sensível economia de divisas para o país.

Justo e digno de registro é, ao abordar-se o problema da triticultura nacional, assinalar-se o papel que coube aos nossos agrônomos que, anonimamente, nos gabinetes e nos campos das Estações Experimentais do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, especialmente a do Rio Grande do Sul, trabalharam e continuam trabalhando no sentido da seleção de variedades resistentes às enfermidades, adaptadas às diferentes regiões ecológicas do país, de ótima qualidade industrial e de bom rendimento cultural.

Pode-se dizer que sob o ponto de vista agronômico o problema já está praticamente resolvido, embora prossigam, como é natural, as pesquisas e experimentações nêste setor.

Os nossos estudos, trabalhos experimentais e pesquisas, graças à capacidade técnica e aos esforços de nossos agrônomos, nada ficam a dever àqueles que se realizam em outros países produtores como Canadá, Estados Unidos, Uruguai, Argentina, etc.

A triticultura precisa e deve merecer, portanto, todo o amparo governamental no sentido de sua mais ampla expansão, uma vez que o que dependia de seus técnicos, já está, em sua maior parte resolvido.

Alguns dados numéricos focalizam melhor o problema.

Vejamos, por exemplo, a nossa produção tritícula no último quatriênio (1952-1955).

Unidades da Federação	Produção em toneladas			
	1952	1953	1954	1955
Rio Grande do Sul ..	508.639	579.863	699.024	796.833
Santa Catarina	132.548	138.114	111.887	124.435
Paraná	51.312	50.416	57.906	59.135
S. Paulo	1.653	3.107	2.313	
Minas Gerais	207	132	133	
Bahia	60	46	56	
Goiás	22	4	14	
BRASIL	639.500	771.688	871.333	982.861

Observação — No ano de 1955, S. Paulo, Minas Gerais, Bahia e Goiás, produziram, juntos, 2.458 toneladas.

Conforme se verifica, aproximadamente 75% da produção tritícola nacional provém do Estado do Rio Grande do Sul:

A média anual de aumento, nos últimos quatro anos foi de 114.804 toneladas anuais e que constitue, sem dúvida, um índice muito excessivo do desenvolvimento de nossa triticultura.

Anos	Produção brasileira (em toneladas)	Aumento em relação ao ano anterior
1951	423.646	—
1952	689.500	165.854
1953	771.692	82.192
1954	871.333	99.641
1955	982.861	111.528

O valor de nossa produção de trigo já tem grande expressão em nossa economia, representando em 1955 quase quatro vêzes mais que em 1951, conforme se verifica no quadro abaixo:

Anos	Valor da produção (em Cr$ 1.000,00)
1951	1.037.755
1952	1.847.915
1953	2.763.498
1954	3.929.409
1955	4.437.232

Releva salientar que quase 2/3 do valor da produção representa a produção do Estado do Rio Grande do Sul que é, sem dúvida, o Estado onde a triticultura nacional encontra sua maior expansão:

Anos	Valor da produção em Cr$ 1.000,00	
	No Rio Grande do Sul	No Brasil
1951	736.756	1.037.755
1952	1.315.770	1.847.915
1953	2.061.899	2.763.498
1954	3.188.793	3.929.409
1955	3.635.152	4.437.232

Anos	Paraná	Sta.Catarina	R. G. do Sul	Outros
1951	58.377	105.875	557.140	3.483
1952	62.676	135.941	604.971	5.991
1953	72.117	150.404	683.507	4.386
1954	75.755	146.538	855.964	3.240
1955	73.163	127.493	881.661	2.791

Conforme se verifica:

a) a área cultivada aumentou, de ano para ano, de 1951 até 1955, no Estado do Rio Grande do Sul;

a) a área cultivada foi aumentando de 1951 até 1953 em Santa Catarina e em seguida diminuiada nos anos de 1954 e 1955;

c) a área cultivada no Estado do Paraná foi aumentando de ano para ano de 1951 até 1954 e diminuiu em 1955;

d) nos demais Estados, a área cultivada vem diminuindo anualmente, desde 1953 até 1955.

Graças ao aumento muito acentuado da área cultivada no Estado do Rio Grande do Sul que compensou a redução da área cultivada nos outros Estados, no cômputo geral a área cultivada com trigo no Brasil vem aumentando sempre desde 1951 até 1955, conforme se verifica no quadro abaixo:

Anos	Área cultivada no Brasil (hectare)
1951	724.875
1952	809.579
1953	910.414
1954	1.081.397
1955	1.085.108

O aumento na área cultivada decorre de vários fatores, entre os quais podemos destacar a atuação do Ministério da Agricultura (Serviço de Expansão do Trigo, Comissão de Revenda de Material; etc.), do Banco do Brasil S.A., das Secretárias de Agricultura, etc.

Questão da mais alta importância em agricultura é o da produtividade, isto é, rendimento por unidade de superficie cultivada.

Relativamente ao trigo, o rendimento médio no país foi de 853 quilos por hectare no último quatriênio, prosseguindo-se, aos Estações Experimentais, os trabalhos de melhoramento e os ensáios culturais, principalmente os relacionados com a adubação, no sentido de elevar-se, cada vez mais a producão por unidade de superficie.

Foi o seguinte o rendimento médio de nossas culturas no período 1952 a 1955 :

Unidades da Federação	Rendimento médio por HA (kg)			
	1952	1953	1954	1955
Paraná	819	699	764	808
Santa Catarina	975	918	764	976
Rio Grande do Sul	833	848	817	904
Outros Estados	326	752	777	881
BRASIL	852	848	806	906

É interessante assinalar que graças ao aumento constante de nossa produção triticola temos conseguido manter, nos últimos anos, a importação de trigo (em grão e em farinha), num nível que não ultrapassa 1.700.000 toneladas, isto é, a nossa produção representa já a terça parte de nossas necessidades (em pouco mais de 2.500.000 toneladas).

Especificação	Toneladas	
	1954	1955
Importação de trigo		
Trigo em grão	1.409.355	1.685.691
Farinha de trigo	170.475	121.797
Produção nacional	871.333	982.861

Prossigamos, pois, na campanha do trigo e dentro em breve cada um dos brasileiros disporará de "um pedaço de pão elaborado de trigo nascido em terra brasileira", como bem salientou o Dr. Alberto Boerger, Diretor do Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela") em sua notável conferência pronunciada no dia 8 de agôsto do ano pasado, no salão nobre da Sociedade Nacional de Agricultura.

A MAIOR PRODUÇÃO DE OVOS DEPENDE DE BOAS RAÇÕES

Alimentar as galinhas de maneira racional, de modo a fazer com que elas produzam mais, é um dos problemas já resolvidos pela ciência da nutrição. Na vida normal das galinhas, como as crioulas existentes ainda no interior do país, a média de produção de ovos não passa de 70 a 80 unidades por ano. Mesmo as galinhas de raças especializadas, como a Leghorn, precisam ser bem alimentadas para que mantenham uma produção satisfatória, de 180 e mais ovos. A maior produtividade das raças é obtida, sem dúvida, através da seleção das aves, mas ela só pode ser mantida se o avicultor fornecer-lhes rações bem equilibradas em seus princípios nutritivos. Mesmo com um galinhame de boa origem, ou de ótima linhagem, os resultados da exploração avícola serão negativos caso a alimentação seja deficiente. A recíproca também é verdadeira, isto é, com galinhas comuns, as crioulas, é possível obter maior produtividades desde que elas passem a receber rações balanceadas. Embora durante algum tempo tenha sido contestado, continua sendo expressão legítima da verdade a teoria de que "a raça entra pela bôca", o que equivale a a dizer: os animais (aves, nêste caso) bem alimentados poderão produzir melhor.

No problema especial da produção de ovos, as galinhas precisam de rações que contenham proteínas de boa qualidade, tanto de origem vegetal quanto animal, hidratos de carbono, vitaminas, sais minerais, matérias graxas (gorduras), etc., tudo convenientemente dosado. A dosagem dêstes elementos (fornecidos às rações pelos resíduos de cereais, tortas sintéticas e os sais minerais) só é possível em fábricas bem equipadas. Por isso mesmo, o avicultor interessado na maior produção de seu galinhame deve preferir rações balanceadas para as suas aves, escolhendo as fábricas produtoras que possam fornecer garantia de perfeita manipulação e escrupulosa mistura dos alimentos básicos.

A CÔR DA CASCA NÃO INFLUI NA QUALIDADE

O valor nutritivo do ôvo não depende, de modo algum, da coloração da casca. Êste é um atributo racial. As raças de origem européia, como a Leghorne, dão ovos de casca marron ou mesmo avermelhada. Os diversos cruzamentos raciais determinam nuances variados na coloração, mas esta, de modo algum, tem qualquer relação com o valor nutritivo, isto é, com a composição da gema e da clara. Do mesmo modo, a coloração da casca não exerce nenhuma influência em relação ao sabor dos ovos. Qualquer que seja a coloração da casca, o ôvo bem conservado encerra sempre proteínas, vitaminas, sais minerais e outros princípios nutritivos excelentes que o tornam aconselhável e mesmo insubstituível na alimentação humana.

VERIFIQUE A QUALIDADE DOS OVOS

Um ôvo perfeito é o mais completo e nutritivo alimento natural. Você pode e deve incluí-lo na sua refeição diária. Mas tenham sempre cuidado! Prefira ovos de granja, onde a qualidade é determinada antes da exportação. Verifique você mesmo, também, se o ôvo está em boas condições de conservação. Utilize, de preferência, os ovos cuja gema esteja bem centrada e câmara de ar reduzida.

GOSTOSA E NUTRITIVAS AS CARNES DAS AVES

Muita gente come carne de galinha ou de outras aves anos a fio — às vêzes a vida tôda — e não sabe o que está comendo. Estamos nos referindo ao valor alimentar dessas carnes, não ao seu paladar, que isto é matéria que não precisa ser esclarecida.

A carne de galinha, a mais comum, quando magra, contém: proteínas, 21%, gorduras, 7%; quando gorda, possui: proteínas, 19% e gorduras, até 18%.

Carne de frango: proteínas 20%; gorduras, 3%.

Carne de capão: proteínas, 27%; gorduras, 11%.

Carne de ganso: proteínas, 22%; gorduras, 7%.

Carne de pato: proteínas, 21%; gorduras, 8%.

Carne de perú: magra — proteínas, 20%; gorduras, 8%; gorda — proteínas, 23%; gorduras, 13%.

Carne de pombo: proteínas, 20%; gorduras, 4%.

Quanto ao teor de ferro, a mais rica é a de pombo, com 9,80 miligramas por 100 gramas, cuja quota se aproxima à do fígado. Segue-se-lhe a de perdiz, com 7,70 miligramas por 100 gramas. As outas contém 1 a 2 miligramas por cento.

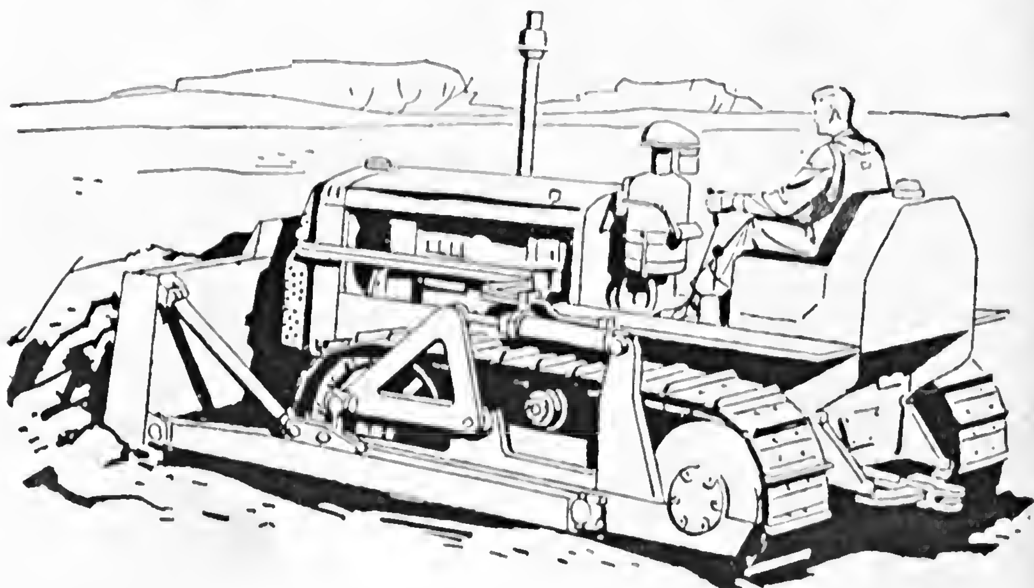
As carnes das aves possuem substâncias extrativas que lhes dão cheiro e sabor característicos. São alimentos de alto valor nutritivo, que, quando possível, devem entrar nas refeções para variação das fontes de proteínas de origem animal.

Comunicados do Serviço de Informação Agrícola do M.A.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

TRATOR "CAT" D4

de 48 HP na barra de tração



Fôrça de sobra — mais de 1 m² de esteiras de grande tração — e um grande número de equipamento com o qual trabalha constituem apenas algumas das razões porque o D4 pode apressar o seu trabalho! Eis aqui outras razões:

- **Motor de 54 HP dá 48 HP na barra de tração**
- **Queima óleo Diesel barato**
- **Pode ter motor de partida a gasolina, independente, ou sistema de arranque elétrico, direto, de 24 volts, com velas incandescentes**
- **4.800 kg de esfôrço de tração — para um rendimento médio, por hora, de 2,6 hectares, com discos duplos; com bulldozer move 76 m³ a 15 metros de distância.**
- **Bitolas de 1,12 m ou 1,52 m**
- **Transmissão de fôrça, simples e eficiente, com 5 marchas avante e uma à ré — fôrça controlada nas duas esteiras, cada uma independente da outra**
- **Rolêtes de esteira vedados — pinos de esteira temperados pelo processo "Hi-Electro"**
- **Trabalha com uma linha completa de equipamenta, incluindo bulldozers CAT, scrapers de 3,44 m³ (carga coroada), barras porta-ferramentas e bulldozer da barra porta-ferramentas.**

CENTRO DAS MÁQUINAS CATERPILLAR

Caterpillar é marca registrada de Caterpillar Tractor Co.

SOTREQ S.A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

Av. Brasil, 9.200 - Rio de Janeiro

Filiais:

BELO HORIZONTE: Rua Professor Gerson Martins, 166 - C. Postal, 858
Loja de Peças - Rua Guaicurus, 653

CAMPOS: Rua Marechal Floriano, 40 - Caixa Postal, 167 —
UBERLÂNDIA: Av. Vasconcelos Costa, 1.646 - Caixa Postal, 370
VITÓRIA: Av. Vitória 2.073 - Caixa Postal, 483 — **GOIÂNIA:** Av. Araguaia, 60

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

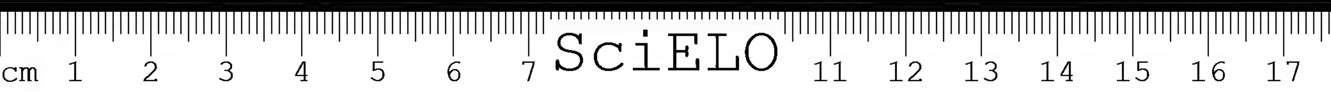
ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

JULHO-AGÔSTO, 1956



cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17



Conhecido por suas qualidades especiais para os rebanhos, o Estado de Montana, nos Estados Unidos oferece aspectos peculiares na epoca da movimentação dos rebanhos, deslocados de zonas, para o melhor aproveitamento das pastagens. O cliche nos mostra um rebanho a noroeste do grande Estado, sendo conduzido para encostas melhores ao pastoreio.

SUMÁRIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII — JULHO-AGÔSTO — 1956

OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E O ÊXODO RURAL

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Conquanto os movimentos migratórios constituam fenômeno antigo da humanidade, deslocando-se o homem de um lugar para outro à procura de melhores condições de vida, o exôodo rural, com a migração das zonas rurais para as cidades, acentuou-se nos séculos XIX e XX. Pode-se dizer, atualmente, que as grandes cidades crescem a custa das populações rurais. Este fenômeno, que se observa de modo acentuado em tôda a América Latina, torna-se cada vez mais crescente nas regiões de mais intensa industrialização

Fato que se deve registrar é que as causas da migração interna são diferentes da migração internacional.

As diferenças na situação econômica e as oportunidades dentro do nosso país representam fatores dignos de consideração provocando as migrações internas.

Em geral, a direção das migrações se opera das áreas de baixo poder aquisitivo para as de alto poder aquisitivo. Entre as razões que concorrem para que uma área seja de baixo poder aquisitivo podem ser citados : a falta de recursos naturais em relação à população, que deles depende para sua subsistência; terras insuficientementes ou mal distribuidas; insuficiência de recursos minerais, etc., insuficiência de transportes, falta de pessoal técnico, falta de capital para a exploração de recursos naturais. Esses fatores podem apresentar-se isolada ou conjuntamente e a situação econômica precisa ser analisada levando-se em conta a influência das distâncias na apreciação da *capacidade* econômica de uma dada região.

O sistema de povoamento (latifúndio e minifúndio) em relação ao uso da terra é um dos fatores a ser estudados e, bem assim, o problema da água, como fatores de êxodo rural.

Relata Nelson Rockfeller (discurso na Reunião dos Secretários de Agricultura, de 1946), que o Presidente Roosevelt, em 1942, quando lhe relatava as impressões de uma sua viagem ao Brasil e as dificuldades com que o nosso país lutava para as explorações agrícolas, abrindo o grande e inolvidável estadista,

o mapa do Brasil e mostrando as extensas planícies do macisso central, declarou que essa seria um dia "a região mais importante do desenvolvimento do mundo", como servia de exemplo a história do Oeste dos Estados Unidos, e nela o Brasil teria um assombroso dsenvolvimento. Esse pronunciamento do grande estadista deve merecer registro espeial para nossa orientação administrativa porque ele traduz uma visão percuciente para vencermos as dificuldades presentes e futuras em relação ao nosso crescimento, que deverá fazer-se principalmente na região geoeconômica do centro oeste com a utilização da mecanização na agricultura, a fim de elevarmos o nível de vida das populações rurais combatendo o êxodo rural para as cidades, particularmente as mais industrializadas e localizadas no litoral. Está evidenciado que todo o esfôrço deverá ser feito dentro de um programa para elevação do rendimento individual do trabalhador e do homem rural, a fim de que obtenha maior salário e melhor remuneração do seu esfôrço, e não seja atraído pelas luzes da cidade...

Já não escapa aos economistas a evidência que a rápida *industrialização* acarreta o aumento do nível de salário e provoca o crescente exôdo rural com a quéda da produção agrícola e a criação de graves problemas urbanos.. E é bem certo que a mecanização da lavoura, com a conservação e restauração dos solos, não representa única solução para combater-se a carência, cada vez mais acentuada, de mão de obra no meio rural; ela representa, com os treinamentos intensivos, uma das providências fundamentais para o aumento da produção e a redução do seu custo e para a elevação do nível dos salários dos que vivem do trabalho no campo.

Está evidenciado, como ocorre nos Estados Unidos com sua admirável organização econômica, que a mecanização representa o processo principal de contrabalançar-se o exôdo rural, que entre nós se acentua com a rápida industrialização. Caberá aos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura estabelecer o programa para a moto-mecanização da área agrícola existente no país com a avaliação das suas necessidades. E ao Govêrno caberá ainda promover e estimular com urgência a criação da indústria de tratores e seus implementos. É de se registrar ainda que os planos de conservação do solo e da colonização (fixação do homem rural) se ressentem de providências que terão de se basear na organização da carta dos solos. A *política de conservação dos solos, com o combate à erosão,* está ligada às migrações, com o abandono de extensas áreas pelas populações do interior, em busca de terras novas e cobertas de florestas, que são devastadas e abandonadas depois de poucos anos de exploração.

As migrações criam o problema da adaptação social, com o movimento das populações rurais para os centros industriais e urbanos, com a criação de bairos pobres nas cidades sem se levar em conta o grave perigo para a queda da produção rural.

PROBLEMAS DA FEBRE AFTOSA NO BRASIL

Trabalho apresentado para o concurso ao prêmio "Ennes de Souza" instituido pela Sociedade Nacional de Agricultura

JEROME LANGENEGGER

1955

PREFÁCIO

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, instituição de cunhos puramente patrióticos, procura dar ao Brasil o justo fruto da sua existência com o incansável labor na assistência cotidiana às já florescentes agricultura e pecuária nacionais. Com êste mesmo intuito organiza também, anualmente, um concurso que versa sôbre temas relacionados com os seus objetivos de trabalho, instituindo o prêmio "SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA", o qual é disputado por seleto número de candidatos formados em Veterinária e Agronomia de tôdas as Escolas do Brasil.

Esta iniciativa não podia ser mais elogiável, uma vez que procura atrair e mostrar a jovens brasileiros, através dos temas do concurso, problemas sugestivos que carecem cuidadosos estudos para sua resolução pois são todos fundamentais para a economia nacional.

Levado por estes sentimentos, procurando contribuir com pequena parcela para o brilhantismo deste concurso, e também, aproveitando a oportunidade que me foi dada, apresento o modesto trabalho no qual procuro analizar problemas da Febre Aftosa no Brasil, expondo sugestões e críticas construtivas, visando tão sòmente esclarecer e explicar certas concepções sôbre este grande entrave no desenvolvimento da pecuária nacional.

Para tal mister, julgo não ser exigido a apresentação de trabalho totalmente original porquanto, na qualidade de recém-formado em veterinária, não me seria isto possível; por outro lado, sendo funcionário contratado do Instituto de Biologia Animal, como técnico em sôros e vacinas, e, dispondo ali de franco acesso aos laboratórios de febre aftosa cujos trabalhos são orientados pelo Dr. AMLETO MOSCI foi-me possível obter dados objetivos sôbre o assunto em aprêço para a confecção deste trabalho que, em virtude da vastidão da matéria, constitui apenas observações sôbre um aspecto do problema.

Jerome Langenegger

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos nosso tema pròpriamente dito, o qual deve versar ùnicamente sôbre os problemas da febre aftosa no Brasil, devemos dar uma noção concisa sôbre esta virose, caracterizando-lhe o agente etiológico, a sua epizootiologia e o seu possivel combate, em face da antigenicidade específica deste virus.

A febre aftosa é uma doença infecciosa febril, aguda, contagiosa dos fissípedes em cujo curso aparecem erupções visiculosas nas mucosas e na pele, em particular, na boca e no espaço interdigital.

O agente etiológico é um virus epiteliotrópico. Dentre os virus conhecidos figura como um dos menores. Apresenta pouca resistência no meio ambiente quando contido em exudatos e secreções, resiste, porém, por longos dias à dessecação e a congelação quando em epitélio.

A febre aftosa difunde-se ràpidamente, aparece, de quando em quando, como epizootias violentas ou sob forma de surtos mais benignos em países já contaminados, em grandes extensões, infectando de preferência os bovinos e, em menor grau porcinos, caprinos e ovinos e a sua receptividade se extende a todos os outros biungulados.

A infecção natural ocorre, via de regra, pelo contágio imediato, pela saliva virulenta, de animal para animal, por via digestiva. O contágio indireto, de grande importância, sempre se faz quando material contaminado entra em contacto com o animal receptivel e isto é possível por intermédio dos mais variados veículos.

Vallée e Carré em 1922 estabeleceram o conceito da pluralidade do virus e distinguiram então o tipo "O" e o tipo "A"; Valdman descobriu posteriormente o terceiro tipo, designando-o por tipo "C".

Estes três tipos de virus são os atualmente reconhecidos, e se caracterizam pelas suas propriedades imunológicas distintas. Na prática diferenciam-se fàcilmente pela fixação de complemento e pela imunidade cruzada.

Variantes destes tipos padrões do virus da febre aftosa já foram suspeitados por vários autores, hipóteses bastante viáveis, pois mutações em virologia são aceitáveis.

O virus da febre aftosa confere imunidade ativa específica para cada tipo de virus. Este é um ponto fundamental no problema do combate da febre aftosa. A determinação do tipo do virus responsável por um surto, ou de outros tipos concomitantes, é a primeira tarefa exigida para o combate imunológico desta entidade.

Epizootiològicamente todos os tipos de virus produzem as mesmas alterações clínicas e patológicas. Inicialmente se verifica sempre uma reação febril durante a fase septicêmica, e depois, dado o tropismo do virus, surgem as lesões vesiculosas da mucosa e da pele, principalmente na boca, no espaço interdigital e nas tetas.

Em formas super-agudas a morte é consequente à miocardite aguda. Estas miocardites agudas, quando não fatais, deixam como sequela o chamado coração tigroide, impròpriamente tido como miocardite crônica, e que na realidade corresponde à fibrose cardíaca, responsável pelas formas clínicas do animal "coroteiro". Outras lesões secundárias, de grande frequência em nosso meio, são as pododermites interungulares, vulgarmente conhecidas como "Gavarro".

O tratamento preventivo consiste na imunização ativa.

A sôro-terapia tem valor relativo, muito dispendiosa e de difícil administração nas criações extensivas.

A FEBRE AFTOSA NO BRASIL

Há vários decênios a febre aftosa vem sendo observada em nossos rebanhos e sempre constitui um dos mais sérios problemas no desenvolvimento da pecuária nacional. Cada vez mais graves estão sendo as suas conseqüências, tendo-se em vista a crescente valorização da pecuária e dos produtos derivados, principalmente diante da possibilidade de intensificar as relações comerciais que, até hoje, grandemente prejudicadas pela existência desta virose no Brasil, privando-nos de intervir diretamente no mercado internacional.

Esta circunstância antepõem-nos barreiras à exportação de carne e de produtos derivados principalmente aos países idenes, igualmente não não possibilita exportar animais reprodutores, e por vezes com razão, pois, ainda está bem vivo na memória de todos o sucedido com a exportação de reprodutores contaminados pela febre aftosa para o México, fato êste que deixou nosso país em situação delicada e melindrando-nos os sentimentos patrióticos.

A febre aftosa no Brasil é considerada doença panzoótica, sua ocorrência se verifica em todos os Estados da república, ora sob forma de surtos extensos e virulentos de grande amplitude, ora em caráter mais benigno e em limitado âmbito regional. O reaparecimento nos rebanhos é variável tanto em relação com a gravidade quanto com o intervalo entre um surto e outro; essas variações de caráter e de espaço mencionadas variam ainda de região para região.

Assim um surto benigno pode ser seguido por outro virulento, ou vários surtos benignos podem tornar-se enzoóticos. O reaparecimento pode ocorrer em espaços de tempo variando de anos a semanas ou mais frequentemente numa região do que em outra. O estudo epizoótiológico permite esclarecer esta grande variabilidade da doença analizando o agente etiológico que hoje já se compõem de três tipos de virus perfeitamente distinguiveis pelos seus caracteres imunológicos.

Estes se identificam bem por não apresentarem imunidade cruzada. No Brasil também já foram diagnosticados os três tipos de virus, acima aludidos, em várias regiões, onde naturalmente um mesmo rebanho pode ser contaminado por um tipo de virus e em pouco espaço de tempo ser vítima de uma segunda infecção por virus de outro tipo; ou ainda, pode ocorrer a concomitância de dois, e mesmo, dos três tipos de virus, num mesmo surto.

FATORES DISSEMINADORES DA DOENÇA NO BRASIL

A febre aftosa é conhecida em todos os Estados do Brasil há vários anos e ainda, continua grassando em nossas regiões pastoris, apesar das tentativas de combate pelas autoridades sanitárias; pormenores deste plano de combate serão analizados em próximo capítulo, e antes convem examinar quais os fatores que contribuem para esta disseminação. Por ordem de importância citaremos os seguintes: 1) A grande contagiosidade desta virose de animal para animal, principalmente na espécie bovina. A grande susceptibilidade dos outros animais biungulados domésticos e selvagens, faz com que ovinos, caprinos, suínos, em suas respectivas regiões de criação, possam ser fontes de disseminação da doença entre si proprios como para os bovinos; aqui no Brasil as pastagens naturais são constituidas em grande parte de "matarias", permitindo a convivência frequente dos animais domésticos com o veado campestre o qual também é veiculador da febre aftosa aqui no Brasil.

2) Outra causa do rápido alastramento da doença em nosso meio é a criação extensiva em rebanhos muito numerosos que, dada a circunstância das pastagens pobres em muitas regiões, necessitam percorrer amplas areas de pastorelos, levando assim, o agente quando grassa a virose neste rebanho, para longinquos limites. Por outro lado, em regiões com ricas pastagens, como por exemplo a fronteira do Rio Grande do Sul, a concentração dos rebanhos separados apenas por cêrcas simples de fios de arames, possibilita também a rápida transmissão da doença para os rebanhos vizinhos. Ainda poderíamos citar aqui algo sôbre o estado da aftosa nas regiões leiteiras nas quais ela exibe a tendência para permanecer enzoótica, aparecendo ora numa granja ora noutra, justamente por que os animais vivem em confinamento e portanto menos sujeitos à contaminação direta pelos rebanhos vizinhos. O alastramento é mais lento; ocorre por causa dos retireiros que passam de uma a outra propriedade e também através o transporte do leite com vasilhame que continuamente circula de um lado para outro.

3) A finalidade zootécnica da maioria de nosso gado bovino é a criação de animais de corte, que como tais, têm prazo de vida muito curto, geralmente entre três a cinco anos, motivo pelo qual o criatório prevê sempre grande número de animais jóvens para a substituição do rebanho. Naturalmente estes animais novos tem sempre maior receptividade pois o tempo não lhes permitiu a contaminação e consequente imunização natural.

4) O transporte de animais sempre é apontado como o meio mais frequentemente responsavel pela disseminação da febre aftosa. A exportação e importação de animais deve por isto ser muito bem controlada.

Em nosso país, onde as medidas profiláticas pela vacinação ainda não podem ser adotadas pelas razões que em capítulos futuros iremos tratar, principalmente nos rebanhos de corte, nota-se que as tropas viajando a pé durante dias, semanas e mesmo mêses estão sujeitos a saírem já infectados das pastagens de criação e em consequência o virus irá sendo disseminado pelo caminho.

Em outra hipótese, os animais adquirem a infecção durante a caminhada e a sua disseminação se fará no matadouro, feira ou outro lugar de destino. Na prática observa-se este fato bem nitidamente nos grandes centros de afluência do gado bovino, onde também por essa mesma razão, é frequentemente diagnosticada sempre a presença de mais de um tipo de virus.

Exemplo pratico e o sul de Minas Gerais e norte do Estado de São Paulo, em tôrno do grande frigorífico de Barretos que é centro de afluência, e é justamente nesta região onde já foram evidenciados pelos nossos técnicos os três tipos de virus e mesmo variantes destes suspeitados. Tambem por esta razão já se verificaram aparentes falhas de vacinas de laboratórios que não contavam com a pluralidade dos virus existentes na região.

O transporte de animais por vias férreas ou outras conduções também em nosso meio acarreta possibilidades de disseminação apesar do rigoroso cuidado em desinfetar os vagões, isto porque as nossas estradas de ferro são muito deficientes em número e extensão, não permitindo, na maioria das vezes, atingir as proximidades do ponto de origem ou do ponto de destino dos animais. Neste caso, em ambas as extremidades temos novamente dois pontos de confluência ou de dispersão de animais.

5) Ponto capital não deixa de ser o frigorífico, pois por mais cuidadosa que seja a inspecção antemortem, sempre acontece que animais contaminados atinjam a sala de matança e em conseqüência os produtos, principalmetne as peles e as carnes que, logo após são postas no comércio, formam veículos de transmissão de grande importância quando exportado para região ou países indenes.

Aliás esta é infelizmente a barreira internacional imposta aos nossos produtos de origem animal. Outro prisma que também deve ser ventilado aqui é o fato de que, em muitos matadouros, forçados pelas circunstâncias, faz-se a inoculação de dezenas de animais com amostras virulentas para a obtenção do epitélio contaminado, destinado à elaboração da vacina contra a febre aftosa.

Este mal necessário deve ser encarado cada vez com mais seriedade, tendo-se em vista que esta prática constitue nova fonte de contaminação, tanto para os nossos rebanhos, pois o matadouro é um ponto de convergência, como também para os países que possam importar os nossos produtos de origem animal.

Nota: Nos frigoríficos de âmbito internacional já não

é mais permitido a inoculação de animais para coleta de epitélio.

6) A disseminação da doença pode se fazer ainda pelos cursos dágua, onde fragmentos de epitélio contaminado podem ser carregados pela água e permanecer contagiantes por longos dias, principalmente durante o inverno quando a temperatura é bastante baixa.

7) Sabe-se que o virus da febre aftosa é bastante resistente ao dessecamento e assim pode permanecer ativo por semanas em cadaveres dessecados e mesmo por alguns dias, em cadaveres putrefatos. Assim sendo todo o cadaver vitimado por esta virose, não deixa de constituir fonte de novas infecções, principalmente quando exposto à beira de lugares muito transitados por tropas indenes.

8) Por fim, também podemos culpar um pouco o próprio govêrno brasileiro pela sua indiferença diante deste problema. Razões múltiplas naturalmente concorrem para isto, dentre elas, podemos citar a grande extensão territorial do Brasil que aliada aos fatores de disseminação já referidos acima, agravam mais a situação. A falta de vias de comunicação e de meios de transportes para os animais destinados ao abate também podem ser incluidos como fatores indiretos no constante alastramento da doença, assim também, a falta de estabelecimentos especializados para o estudo e fabricação de vacinas.

Por outro lado a pouca compreensão do nosso criador, fruto ainda do baixo nível cultural, pode ser apontado como contribuição para a disseminação da doença.

ESTADO ATUAL DA FEBRE AFTOSA NO BRASIL

Após a minuciosa análise que fizemos dos fatores que responsabilizamos pela rápida e constante disseminação desta doença no Brasil, fàcilmente é compreensivel que o estado atual desta virose, considerada sob o ponto de vista epizootiológico, apresenta ainda as mesmas caracteristicas dos últimos decênios.

Os prejuizos internos na criação são ainda os mesmos, se considerarmos o conjunto, apesar dos numerosos esforços das autoridades sanitárias, que sempre lutaram dentro de reduzidas possibilidades, principalmente pela falta de recursos, reflexo da indiferença do govêrno, pela grande extensão territorial e ainda, em grande parte, pela falta de compreensão do nosso criador.

Por outro lado, observamos com otimismo os progressos feitos no setor dos estudos científicos que são a base de futuro plano de combate à febre aftosa no Brasil. Infelizmente o número de estabelecimentos e os técnicos que neles labutam, são muito reduzidos, assim como deficientes as condições em que trabalham tais técnicos. Contamos atualmente com o Instituto Disidério Finamor, no Rio Grande do Sul, que durante anos foi o vanguardeiro e seu grande mérito está bem reconhecido, no que concerne o combate do surto de 1943 naquele Estado. Hoje o Instituto de Biologia Animal já está bastante bem aparelhado para produção de vacinas em grande escala e também possue o seetor de pesquisas, onde está em foco a cultura de epitélio e a adaptação de virus. O Centro Panamericano de Aftosa que dispõe atualmente dos maiores recursos para estudo e pesquisas, reune hoje um especializado corpo de técnicos, orientados por especialistas estrangeiros. Esta instituição tem por base única promover, em última instância, o plano de combate da febre aftosa nas Américas.

Ao lado dêstes Institutos acima citados, dispomos ainda de alguns laboratórios que auxiliam a defesa sanitária com a produção de vacinas, cujo total longe esta das exigências minimas. Vemos assim que o número dos estabelecimentos especializados no estudo da febre aftosa é muito reduzido considerando-se os maleficios desta virose em nossa pecuária.

IMPORTANCIA ECONOMICA DA FEBRE AFTOSA NO BRASIL

Mesmo que muitos leigos considerem a febre aftosa doença benigna aqui no Brasil, alegando que a letalidade é muito baixa, vamos esclarecer, transcrevendo uma ligeira estimativa apresentada à I Conferência Nacional de Febre Aftosa, em 1950, para dar idéia do montante dos prejuizos anuais, que são assim distribuidos:

		Cr$
a)	Mortandade de animais debilitados por várias causas, inclusive idade avançada e que não resiste ao ataque da virose	30.000.000,00
b)	Perda de bezerros em amamentação e abortos	20.000.000,00
c)	Quebra da produção de leite, abortados, mamites consequentes à virose, miocardite e afecções secundárias	200.000.000,00
d)	Perda de carne dos animais em regime de engorda que terão sua permanência nas pastagens dilatada, as vezes de uma safra a outra, para fins de recuperação	150.000.000,00
	TOTAL	400.000.000,00

Os dados acima, muito aquém da realidade, não incluem porque não computados, todos os elementos outros que incidem em nossa pecuária, pois neste cálculo estão compreendidos apenas os prejuizos referentes ao gado bovino. Assim, ao lado dos aproximadamente, 58 milhões de bovinos, nossa pecuária ainda conta com 23.900.000 suinos, 13 milhões de ovinos e 8.300.000 de caprinos, que, mesmo apresentando menor susceptibilidade e também menores prejuizos individuais, concorrem amplamente para elevar as cifras de prejuizos na balança econômica.

Um levantamento exato é muito dificil, mesmo se há possibilidade de se avaliar os prejuizos materiais, dificil-

mente serão computados os danos sôbre o valor econômico do rebanho até a sua recuperação completa. Por vezes é possível avaliar os danos de um surto aproximadamente, como aconteceu no Rio Grande do Sul, no surto de 1943, no qual foi de Cr$ 80.000.000,00, porém em outras regiões tais estimativas não são possíveis e portanto a importância econômica nêstes casos, não é devidamente ressaltada.

Para revelar ainda uma vez, com dados concretos, a magnitude do problema da febre aftosa convém citar os gastos que os Estados Unidos fizeram diante da ameaça, para o seu território, quando irrompeu a doença no México.

O Govêrno americano gastou na primeira campanha cêrca de 65.000.000 de dólares, e em seguida mais 20 milhões, sòmente com o intuito de evitar a introdução da febre aftosa em seu país.

Estes gastos convertidos em cruzeiros, ao câmbio oficial, nos darão cêrca de Cr$ .... 1.700.000.000,00 (Um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros). Não cremos que isto tenha sido feito a título de perdulário, e sim porque os dirigentes desta nação previam a realidade dos fatos e souberam avaliar a sua significação, com verdadeiro patriotismo.

IMPORTANCIA DA FEBRE AFTOSA PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE OVINOS NO RIO GRANDE DO SUL

A inseminação artificial de ovinos no Rio Grande do Sul já está sendo praticada em ampla escala e cada vez maior é o seu conceito entre os fazendeiros gaúchos. Esta iniciativa do Ministério da Agricultura foi muito bem executada pelo Instituto de Zootecnia; assim que nos anos anos passados o número subiu a mais de 300.000. Na de ovelhas inseminadas já prática desta exploração zootécnica é necessário grande manejo de rebanhos para o "aparte" das fêmeas em cio. Além disto é sabido que a ovelha tem ciclo estral estacional — que em média corresponde aos meses de janeiro, fevereiro e março, nos quais devem ser executados os trabalhos de inseminação Quando um surto de febre aftosa irrompe em um rebanho que está sendo inseminado, por mais benigna que seja a forma clínica, o trabalho acaba por ser prejudicado quando não completamente paralizado. Em primeiro lugar a porcentagem de fecundações cai acentuadamente e além disto o manejo com o rebanho é quase impossível em virtude das lesões dos cascos.

Vemos assim que a febre aftosa vem constituindo outro problema de importância econômica para o nosso país, prejudicando indiretamente a indústria textil brasileira.

COMO O GOVÊRNO BRASILEIRO ENCAROU O PROBLEMA DA FEBRE AFTOSA NO PASSADO.

Diante desta exposição dos inúmeros malefícios trazidos pela febre aftosa e de sua importância econômica, faremos um ligeiro retrospecto sôbre a atuação do govêrno em face desta doença.

Em 1919 foram lançadas as bases para o Código de Polícia Sanitária Animal, quando Ministro da Agricultura o Dr. J. G. PEREIRA LIMA. No artigo 206 deste encontravam-se diversas medidas relativas à febre aftosa. Infelizmente este código não teve prosseguimento. Em 1926, o Estado de São Paulo, pela lei n. 2.172, de 28 de dezembro, promulgou o Código de Polícia Sanitária Animal, figurando no artigo 83, letra e) as medidas concernentes à febre aftosa.

Posteriormente os diversos regulamentos expedidos pelo Govêrno Federal no âmbito do D. N. P. A., ditaram medidas sôbre essa doença. As medidas atuais adotadas pelo D. N. P. A., são:

A) Medidas permanentes

1) Vigilância sanitária dos portos e postos de fronteira.

2) Inspecção de correntes de gado.

3) Desinfecção de produtos de origem animal.

4) Inspeção de feiras, mercados e exposições de gado.

5) Proibição de trânsito de animais infectados.

6) Desinfecção de meios de transportes.

7) Regulamento especial sôbre a matança de gado para consumo.

8) Severa vigilância no comércio de peles, carnes, leites e produtos derivados.

9) Imunização, compreendendo a vacinação, a sôro-vacinação e a sôro-terapia.

B) Medidas temporais:

1) Notificação da doença

2) Visita Sanitária.

3) Isolamento e sequestro.

4) Quarentena.

5) Desinfecção de estábulos.

Este conjunto de medidas compreende realmente tôdas as medidas necessarias a serem tomadas em face de qualquer doença infecto-contagiosa, no entanto o cumprimento integral destas exigências nem sempre é possível, e é por esta razão que também nós aqui no Brasil contamos hoje com uma série de doenças que poderiam ser evitadas ou então combatidas. Entre estas está a febre aftosa e diante da qual não devemos estar dispostos a nos render, considerando por demais complexo o conjunto deste problema. Antes de mais nada devemos reconhecer que inúmeras das medidas acima mencionadas nunca foram postas em prática, quer pela indiferença do proprio govêrno, quer pela deficiência de veterinários, quer pela diversidade de regiões e condições mesológicas, e isto, como já frisamos no capítulo anterior, constitue um dos fatores da rápida disseminação e constante reaparecimento de novos surtos.

UM PLANO DE COMBATE A FEBRE AFTOSA NO BRASIL

As autoridades sanitárias brasileiras já pensaram em organizar inúmeras vezes, e ainda continuam preocupadas com um plano de combate à febre aftosa. Para isto devem ser tomados em consideração inicialmente os fatores da sua disseminação. Consideramos isto a primeira parte de um suposto plano, pelo qual seria evitado, na medida do possível, o seu alastramento, e para isto, naturalmente seria necessário que o govêrno, por meio de leis adequadas, desse fôrça às autoridades sanitárias.

A segunda parte deverla compreender o problema relacionado com as dificuldades impostas pela extensão territorial diante da falta de

meios de comunicação, diversidade de regiões e de climas. Assim num país como este seria aconselhável que cada Estado tivesse seu organismo proprio, com leis e regulamentos, formando pequenas unidades as quais, segundo as necessidades, se auxiliariam mútuamente, cabendo ao govêrno federal as medidas de âmbito nacional. Neste caso cada municipio adotaria suas medidas preliminares, mediante a assistência dos órgãos técnicos, procurando estabelecer as medidas de profilaxia desde a simples desinfecção de estábulos, construção de pedilúvios, até a imunização dos rebanhos segundo as necessidades. Ao Estado já caberia regulamentar importações de animais, o trânsito de animais em pé, especialmente o trânsito de boiadas com destino aos matadouros e frigorificos, que, como já dissemos são as principais disseminadoras da febre aftosa em nossos rebanhos. O Estado deveria prever sempre o necessário número de vacinas corresopndente ao seu rebanho, cuja fonte de fornecimento poderia ser obrigatória mediante particulares, mas, como veremos adiante, a fabricação da vacina, apresenta inúmeros problemas dos quais o alto custo das instalações é o primeiro entrave para os laboratórios particulares e sem as quais dificilmente poderão ser credenciados. A vacinação de todo o rebanho deveria ser obrigatória mediante atestados emitidos pelas autoridades.

Para o govêrno federal caberia o contrôle da importação e exportação de animais e produtos derivados, o contrôle dos matadouros ou frigorificos, inclusive a construção de novos para evitar o transporte terrestre das boiadas e limitar os grandes centros de afluência, pois quanto menos concorridos tanto mais fácil evitar os contágios. Ao govêrno deverá ainda caber a árdua tarefa de orientar o combate e assegurar a vitória quando irradiado êste mal.

Vimos assim que para vencer o fator extensão territorial devemos iniciar com a unidade e trabalhar em conjunto para não acumular o trabalho em um só órgão.

A terceira parte de um plano no combate a febre aftosa compreende tão somente a elaboração da vacina contra esta virose. Dada a importância, estudaremos os problemas da sua fabricação em capitulo especial.

MEIOS DE COMBATE PARA A ERRADICAÇÃO

A febre aftosa é doença cosmopolita, existindo ainda atualmente na grande maioria dos paises do mundo, e a razão disto reside justamente no fato de ser bastante difícil o seu combate para definitiva erradicação, aliada a grande facilidade do aparecimento de novos surtos em virtude da dificuldade na sua vigilância, em face do sempre necessário comércio de animais e produtos derivados. Mesmo diante de tôdas estas razões expostas, sabemos que a erradicação da febre aftosa é possivel, principalmente quando se trata de pequenos focos notificados com a máxima brevidade e diante dos quais as autoridades dispõem dos necessários recursos. Sua erradicação de paises contaminados já é muito mais difícil e os gastos para uma campanha desta natureza são sempre elevados.

Exemplo digno de menção, neste sentido , foi o do Mexico em cujo território estava disseminada a doença, ameaçando passar as fronteiras dos Estados Unidos, e em menos de dois anos de intenso combate, este país era considerado livre da febre aftosa.

Os meios usados para o combate da febre aftosa, além das medidas profiláticas gerais adotadas para tôdas as doenças, se resumem:

a) no sacrifício dos animais.

b) na imunização dos animais.

O primeiro meio sempre foi tido como uma medida drástica, muito dispendiosa e, via de regra, mal aceitada pelo povo.

Sua utilização é atualmente muito limitada e a adotada apenas na erradicação de zoonoses contagiantes e fatais para o homem, como por exemplo, o mormo. No entanto, o sacrifício também já foi empregado no combate da fefre aftosa e com êxito, na extinção de focos circunscritos em países indenes. Sua aplicação é inexequivel em regiões onde a doença já se acha disseminada; um exemplo classico, é o da tentativa no México, onde além do elevado custo, a simples incompreensao dos criadores foi fator de revolta, que culminou com conflitos armados e, em consequência, varias vitimas entre os seus técnicos.

O combate da febre aftosa pela imunização ativa é o meio empregado atualmente em todo o mundo. Sua utilização ficou, cada vez mais aceita depois que Vallée e Carré comprovaram a teoria da pluralidade do virus e da sua especifica antigenicidade.

Constituia, portanto, sempre um grande problema que hoje pode ser resolvido, uma vez que, há recursos para a determinação dos tipos de virus, ou dos tipos reinantes em um surto, em uma região ou em um país. Mas o maior entrave no combate para a imunização, reside sempre na obtenção da vacina, e em tôrno desta questão se agrupam os mais diversos problemas, principalmente de natureza econômica; problemas na elaboração da vacina, em quantidade e qualidade que nos capitulos posteriores serão analizados.

O COMBATE A FEBRE AFTOSA NO BRASIL

No Brasil deve ser tentada a erradicação da febre aftosa pela imunização sistemática dos rebanhos, que não será nada facil, tendo-se em vista, as considerações já feitas no capitulo sôbre o suposto plano de combate, onde na primeira parte incluimos as medidas profiláticas, na segunda, a extensão territorial a ser vencida e por fim a dificuldade na obtenção das vacinas.

Atualmente, e nos próximos anos será dificil pensar-se em exito diante de problemas como êste que abordamos, dadas as conjunturas politica e financeira. A constante mudança das pessôas chaves por meros caprichos politicos não pode deixar de alterar a meta traçada para a solução do um problema desta envergadura. O pouco reconhecimento dispensado aos nossos técnicos favorece a indiferença destes pelo interêsse comum.

Diante disto tudo, se verifica o desleixo já da primeira parte que é a profilaxia, pois o cumprimento rigoroso das leis não é observado, quando não por interêsses pessoais. Outras vezes as circunstâncias ainda forçam irregularidades sem culpas imediatas, tais como seja o pequeno contingente de veterinários de que dispomos e consequentemente tôdas as organizações não podem ser suficientes. Neste particular cumpre analizar a situação dos Estados do nordeste e principalmente de Mato Grosso e Goiás, Estados criadores, onde o número de veterinários se reduz a dois ou três.

Diante do problema da grande extensão territorial brasileira, em que grassa a febre aftosa, devemos adotar um plano semelhante ao feito pela Common Health Europea, no qual cada país constitue uma unidade. Em nosso país as unidades consideradas devem ser os Estados já que dentro destes há autonomias em muitos pontos relacionados mesmo com a profilaxia. No que concerne à imunização sistemática, dada a diversidade geográfica dos Estados, convinha certamente agrupá-los, por sua vez, em regiões de criação onde seriam iniciados os trabalhos de imunização dos centros para a periferia, ou, de pontos de convergência em radiações dirigidas para os pastos afluentes, pois, já frisamos que os pontos de convergência, além de reunirem frequentemente vários tipos de virus, constituem um dos principais fatores da disseminação, e com esta medida cortar-se-ia o mal pela raiz.

Em cada unidade deveria haver pelo menos um estabelecimento especializado, com um corpo de técnicos destinados a dirigir, tanto os trabalhos de campo como também controlar as pesquizas em laboratórios, principalmente no que diz respeito à validade da vacina e a determinação exata dos tipos de virus presentes nesta ou naquela região.

A tipificação dos virus, em epizootias nem sempre é fácil porque pode haver predominância de um, ou de outro, e assim ocorre que, em uma mesma fazenda, de dez amostras tomadas do mesmo rebanho, apareça apenas o tipo predominante e uma única vez o predominado o qual, em virtude de não ter sido observado, vem causar um segundo surto. No Brasil seria portanto necessario fazer antes de mais nada um levantamento estatístico sôbre os tipos de virus, em tôdas regiões pastoris. No Rio Grande do Sul já existe durante varios anos esta iniciativa a qual vem auxiliando muito a vacinação profilatica em muitos municípios deste Estado. Esta tipificação vem ter também grande importância na obtenção do epitelio virulento dos matadouros, pois, por intermédio desta podemos excluir as "contaminaçoes", sempre verificadas, com maior ou menor frequência.

A terceira parte do suposto plano de que falamos compreende a elaboração da vacina que para um plano de irradicação deve satisfazer quantitativa e qualitativamente. O mundo cientifico aceita o poder da antigenicidade especifica dos tipos de virus da febre aftosa e reconhece seu valor na imunização ativa, porém, a maneira da elaboraçao do antigeno, de sua produção em massa e principalmente o lado econômico da fabricação desta vacina, tem preocupado muitos cientistas. O ponto chave destas dificuldades todas esta na obtenção do epitelio virulento com titulo d . . . . 1:1 000.000 D. M. I

OBTENÇAO DO EPITÉLIO VIRULENTO

Para a obtenção do epitelio virulento inoculam-se animais indenes com virus de comprovado valor antigênico e, em 24 horas após, colhe-se o epitélio. Estas operações devem ser feitas em estabelecimentos isolados e instalações especiais, onde cada animal recebe, em média, um total de 30 inoculações sob a mucosa da lingua.

O animal reagente mostra intensa reação local e riqueza em virus no epitélio.

No Brasil esta operação nos apresenta os seguintes problemas:

1) a falta de estabelecimentos especiais, nos obriga a efetuar êste trabalho em matadouros sem instalações especiais, de maneira que, alem de ser incômodo o trabalho de inoculação e pouco rendoso, não se deve permitir a realização deste trabalho quando se trata de uma campanha contra a doença. O matadouro sempre servirá de fonte de disseminação.

2) pelo fato de a febre aftosa ser doença muito disseminada em nosso meio, ocorre sempre, que grande número de animais vindos aos matadouros supostos indenes, na realidade não são receptiveis ao virus inoculado para a obtenção do epitélio.

Por esta razão apenas uma média de 40 animais são reagentes para cada 100 inoculados, fato êste que torna por demais trabalhoso e muito dispendioso a obtenção do epitélio.

3) se o bovino possuir fraco poder imunizante, não deixa de ter reação local após inoculado, porém a virulência do virus e o consequente titulo sofre relativa queda, mesmo a ponto de não mais satisfazer as exigências mínimas. Este problema também não ocorreria caso fossem os animais, destinados para este fim, importados de paises, de zonas, ou de isolamentos verdadeiramente indenes. Fato êste que deve ser previsto antes que se iniciem os trabalhos de erradicação em primeiro lugar, para contar com número suficiente e também animais não imunizados que garantam a produção.

4) outra dificuldade que atualmente ocorre a miúdo em nossos matadouros por ocasião da inoculação e colheita de epitelio são as "contaminações" de virus. Os animais são inoculados com virus tipo "O" e, depois, na tipificação do virus do epitélio colhido, aparecem o tipo "A" e o tipo "C", em virtude de contaminação prévia destes animais no recinto do matadouro ou durante o caminho.

Esta contaminação é prejudicial para a elaboração da vacina impedindo a dosagem e mascarando a especificidade.

5) Por fim, mesmo que os itens acima expostos fossem superados, faltaria uma regulamentação oficial, no qual seriam estabelecidos a obrigatoriedade para ceder as linguas e o preço por unidade, coisa que não acontece atualmente como poderemos

ver pelo quadro anexo onde o preço varia segundo as exigências do "marchante".

QUANTIDADE DE EPITÉLIO NECESSÁRIO ANUALMENTE PARA UM PLANO DE ERRADICAÇÃO

A quantidade media de epitelio obtido normalmente no Brasil é cêrca de 20 gr. por animal. Já vimos que apenas 40% de animais são reagentes e destes, entre nos, obtemos apenas 20 grs em média, ao par que em outras circunstâncias se poderia ter 100% de reagentes e uma colheita acima de 30 grs por cabeça. Ainda mais desolador é o fato de que aqui no Distrito Federal, onde a maioria dos animais trabalhados são da raça zebú, a quantidade média baixa para 14 grs. (Vide o quadro anexo).

No Rio Grande do Sul a quantidade média é de 30 grs. e a maioria dos animais abatidos pertencem ás raças inglesas, mormente cruzas de "Hereford". Atribui-se esta maior quantidade de epitélio, obtido dos animais do Rio Grande do Sul, a dois fatores: a) a maior sensibilidade do gado inglês em virtude da constante introdução de sangue novo, com grande susceptibilidade. b) o fato de o Rio Grande do Sul não apresentar tantas possibilidades de contaminação de seus rebanhos quanto o Brasil central, onde, já explicamos, as grandes caminhadas, a falta de transporte e a maneira do criatorio bem diverso, levam os animais á maior exposição e em consequência, tornando-os mais resistentes ás reações locais. O maior tamanho da lingua do "Hereford" poderia ser lembrado ainda, mas o primeiro fator que influi sôbre a quantidade de epitélio por cabeça deve ser atribuido a melhor reação, á inoculação. Nestes reagentes há maior edema da mucosa lingual com intenso infiltrado e acúmulo de exudato.

Para o caso de um plano de combate para a erradicação da febre aftosa no Brasil, que conta com um número aproximado de 58 milhões de bovinos e para o qual seriam necessárias duas vacinações anuais, deveriamos produzir um total de .. 100.000.000 de doses.

Despresamos aqui nesta hipótese o montante de vacinas que seriam necessarias para os ovinos, caprinos e suinos. Como também contamos com os três tipos de virus em nosso meio deveriamos dispor naturalmente três vezes mais epitelio, sabendo-se que o epitelio não deve vir contaminado por outro tipo de virus e que, a quantidade mínima de epitélio virulento de um tipo de virus deve ser 0,15 grs.

Sabendo que a vacina pode ser bi ou mesmo tri-valente, mas neste caso também é necessário usar duas ou três vezes a quantidade mínima de epitélio. As 100 milhões de doses acima citadas deveriam ser tri-valentes, ou então, o total das vacinas monovalentes seria de 300.000.000 de doses.

Se para uma dose de vacina monovalente são necessários 0,15 grs. de epitélio virulento, para um total de .. 300.000.000 serão exigidos 45 toneladas desse epitélio. Ora se cada bovino reagente nos fornecer em média 20 grs. de epitélio, serão necessarios um total de 2.250.000 de bovinos reagentes para a obtenção dessas 45 toneladas.

Mas, como já vimos, apenas 40% dos animais inoculados são reagentes e isto vem complicar mais ainda a situação pois em vez de serem necessários um montante de 2.250.000 de animais indenes, necessitariamos a elevada cifra de 5.625.000 de bovinos, provenientes das zonas mais indenes do Brasil para a produção das vacinas para um ano de combate. Sabemos que o número de animais e as zonas indenes do Brasil são muito reduzidos impossibilitando-nos a obtenção destas cifras.

Mesmo se fosse possivel reduzir a um quinto o número de doses monovalentes, em virtude de a febre aftosa não estar representada em tôdas as regiões do Brasil pelos três tipos, ainda seriam mais de 1.000.000 o número de animais destinados, anualmente.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS INOCULAÇÕES DE VIRUS AFTOSO, EM MATADOUROS, NOS ANOS DE 1953, 1954 E 1955, REALIZADAS PELO INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano	Matadouro	Tipos Virus	Total bov. inoculados	Total lingua reagente	% linguas reagentes	Pêso em gr. epitélio	Pêso médio por lingua	Despesas em compra lingua	Prêço médio
1953	B. Mansa	A	9.223	3.814	41,6 %	51.543	13,4	$ 62.828,00	16,37
1954	" "	A	10.446	3.030	29 %	48.862	16,1	$ 60.600,00	20,00
1955	" "	A	410	78	19 %	900	11,1	$ 1.560,00	20,00
1953	Nilopolis	C	13.157	3.594	25,3%	63.710	17,7	$ 62.504,00	17,40
1954	"	C	6.173	1.577	25,3%	24.885	15,7	$ 32.606,00	20,67
1955	"	C	881	201	23,1%	2.360	11,0	$ 4.675,00	23,20
1953	Niterói	O	9.461	3.963	11,8%	51.843	13,0	$ 65.074,00	16,42
1954	"	O	11.811	3.126	26,4%	45.962	14,7	$ 66.040,00	21,12
1955	"	O	3.137	960	30,6%	14.906	15,5	$ 18.780,00	19,56
1953	S. Gonçalo	A	2.465	2.000	81,1%	19.022	9,8	$ 34.000,00	17,00
1954	" "	A	8.655	6.684	77,2%	91.587	13,7	$146.380,00	21,90
1955	" "	A	2.799	2.175	81,1%	22.968	10,2	$ 43.500,00	20,00
					41,8%		13,5		19,50

a serem inoculados manualmente, sem as devidas instalações e sem a reconhecida regulamentação. No presente a produção brasileira de vacinas contra a febre aftosa não passa da cifra de ...... 10.000.000 de doses, das quais a maioria é monovalente e o resto bivalente ou também em bem pequena escala trivalente.

DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DA VACINA ANTI-AFTOSA

Vimos no capítulo anterior as dificuldades na obtenção da quantidade da matéria prima necessária para a elaboração da vacina anti-aftosa, em grande quantidade e por unidade de dose; agora abordaremos algumas questões de ordem técnica relativa à qualidade dessa matéria prima assim obtida.

Para mais salientarmos a grande importância dada à elaboração da vacina, para atender aos requisitos técnicos relativos à qualidade, quantidade e eficiência da vacina anti-aftosa, cumpre rever, antes de mais nada os trabalhos de cientistas mundialmente conhecidos, por outro lado, colher os principais dados discutidos em conferências nacionais e principalmente nos congressos internacionais. A realização dêstes conclaves internacionais mais uma vez, mostram indiretamente a importância que é dada por todo o mundo à febre aftosa.

Antes de analizarmos os problemas advindos dessa elaboração de vacinas no Brasil, queremos transcrever as resoluções do Ofício Internacional de Epizootias, de setembro de 1947, Berna-Suiça.

Na conferência reunida em Berna-Suiça, em Setembro e outubro de 1947, sob os auspícios do Ofício Internacional de Epizootias, após discussão dos temas apresentados, foram recomendadas as seguintes normas para a uniformidade do preparo da vacina anti-aftosa.

1 — Confirma-se que, no momento, a vacina em hidróxido de alumínio, preparada segundo Schmidt-Waldmann é, quando convenientemente aplicada, eficaz e totalmente inofensiva. Jamais se verificou que animais imunizados hajam contraído a doença devido a vacinação ou que tenham eliminado virus ativos.

2 — Para que a vacina preencha os requisitos exigidos internacionalmente, deve ter as seguintes características:

a) Ser submetida às provas de inocuidade, tanto por via subcutânea como por via lingual, garantindo ausência absoluta de virus ativo;

b) Ser bivalente e, em princípio, conter os tipos "O" e "A" de Valée se as condições gerais não exigem outra composição.

A determinação das amostras de virus a ser usada, far-se-á segundo os métodos biológicos aprovados. Recomenda-se que os Institutos estudem o valor da reação de fixação de complemento e a empreguem se os seus resultados práticos forem satisfatórios. Para êste fim, os Institutos de Amsterdam, Grécia e Santiago do Chile se comprometem a propiciar a ajuda necessária;

c) Conter em cada dóse média destinada aos animais de grande porte, pelo menos um décimo (0 1) de grama de epitélio virulento, de cada tipo de virus contido na vacina; cada um destes tipos de virus deve ter infecciosidade para o bovino a uma diluição mínima de 1:1.000.000;

d) Conter hidroxido de alumínio neutro ou ligeiramente alcalino e com poder de absorção suficiente para garantir uma margem de segurança que exclua, sem margem de êrro, qualquer perigo de infecção proveniente da vacina;

e) Conter um virus de material infeccioso extraido por um método que permita sua suspensão em maior grau possível;

f) Ser bacteriològicamente estéril;

) Ser atenuada por ação conjunta de, no máximo, 0,15% de formol puro e de calor moderado.

h) Imunizar o bovino adulto com a dose única de trinta (30) centímetros cúbicos. Esta dosagem se uniformiza por ser considerada de aplicação prática nos países importadores. A imunidade conferida por uma vacina se considerará suficiente, quando a infecção de prova, efetuada com as amostras utilizadas na produção da vacina, não dê início a generalização aftosa numa proporção fixada experimentalmente, a qual estará relacionada com o modo de inoculação e com a raça dos animais, utilizados na prova.

3 — Os delegados expressam seu desejo de que os países produtores de vacina que não estiverem representados na sessão de 22 de novembro de 1946 em Berna, adiram às conclusões finais daquela reunião e que os países ausentes à presente conferência, adotem, o anteriormente resolvido e abaixo mencionados;

4 — Os delegados desejam que, com o objetivo de assegurar uma boa preparação da vacina, ela deverá, mediante entendimentos entre os países, adquirir a estabilidade que ora lhe falta. Isto não sòmente para evitar que os países produtores tenham que manter, debaixo do seu exclusivo risco, reservas suficientes para a luta internacional, como para reduzir as suas perdas eventuais;

5 — A conferência recomenda insistentemente que os problemas de febre aftosa insolúveis sejam estudados, em âmbito internacional e desejam que os Diretores dos Institutos encarregados de investigar e produzir vacinas, se reunam em intervalos regulares sob a egide do O.I.E."

Berna, 3 de Outubro de 1947

Conforme requisitos técnicos aceitos pelo mundo, devemos também nós, procurar seguir estas determinações pois são adaptáveis, ao nosso meio e às nossas condições. No entanto vários são os pontos que requerem atenção especial na elaboração da vacina anti aftosa sôbre que, dada a importância, devemos fazer rápidas considerações.

O virus, como sabemos, só se desenvolve e se multiplica, em presença de tecido vivo. Esta dificuldade pode ser contornada pela cultura de tecido e cultivo do virus nesta cultura. Pormenores sôbre esta prática queremos apresentar em capítulos vindouros.

(*) Ofício Internacional de Epizootias de 1947, em Berna — Suiça, estipulou 0,10 grs. por dose

No Congresso de Genebra foi adotada que a quantidade de epitélio virulento deveria ser 0,15 grs. a conferência de Berna estipulou como quantidade mínima um décimo de grama (0,10 grs.), com um título mínimo de 1:1.000.000 D. L. M. (doses mínimas infectantes).

Aqui no Brasil verifica-se, na prática, em virtude do caráter enzoótico de doença, devido a presença de anticorpos, em maior e menor quantidade, que o título não atinge aquele mínimo desejável.

Esta atenção, rigorosamente falando, já deveria excluir, o emprego deste epitélio e por isto seria necessário titular individualmetne todo o epitélio de cada animal reagente.

Esta prática naturalmente é quase impossível e assim deixa o problema sem solução satisfatória, que ocorre em nosso meio, dada a circunstância do caráter enzoótico da febre aftosa no Brasil. A qualidade da vacina é diretamente proporcional ao poder antigênico. Para isto é necessário a seleção de amostras virulentas e com boa antigenicidade. Esta ação comumente fica prejudicada pelas contaminações de outros virus provenientes de infecção natural de que já falamos. Outro assunto ainda muito ventilado é a questão do volume da dose da vacina, e a relação do absorvente o qual atualmente é o hidróxido de alumínio. O hidróxido de alumínio, pela sua ação absorvente incluiria o virus em sua estrutura molecular e sua libertação no organismo do animal vacinado, se faria progressivamente permitindo que o retículo endotélio do organismo sofresse a sensibilização e, em seguida intensa reação com a produção de anticorpos.

Ainda difícil é a determinação exata da quantidade de hidróxido exigida para que não haja o excesso de virus, aliás, esta ressalva é feita também nas resoluções do Ofício Internacional de Epizootias, justamente com o intuito de evitar a possível infecção do animal vacinado pela exaltação do virus. Quando o hidróxido entra em excesso na sua composição, ocorre que certas doses ficam com reduzido número de virus absorvidos, quando não privados, o que torna ineficiente a vacina. Na elaboração, há pois grande importância a homogenização. A questão do volume da dose em relação ao poder imunizante e a porcentagem de animais imunizados na prática, ainda estão em estudos; tende-se mais para maiores doses supondo-se haver maior grau de imunidade. Estudos orientados no sentido de diminuirem o volume da dose tornariam mais econômico o combate, melhor manejo e o transporte se faria com mais facilidade. Neste sentido as pesquisas deveriam ser orientadas para a liofilização, prática muito usada em outras viroses, tais como na New Castle e na Epiteliose contagiosa das aves.

A vacina liofilizada já está sendo fabricada, aproveitando-se justamente a propriedade do virus em resistir bem a dessecação, e em pouco tempo certamente, o fruto desta fase experimental será posto em prática, principalmente com a vantagem do seu transporte, mesmo que seja necessário sempre a conservação em temperatura baixa.

A vacina deve ser estéril. O problema da esterilidade é também de grande importância, mas geralmente em face da falta de instalações e aparelhagem adequada, de alto custo, encontramos tendência para o descuido, excluindo-se só germens patogênicos.

A ação prejudicial, de muitos germens apatogênicos, sôbre o virus da vacina, pode-se fazer pela simples presença de enzimas ou então pela acidificação do meio. Esta ação quando não verificada inicialmente e durante a permanência da vacina nos congeladores, poderia manifestar-se em poucas horas antes da vacina ser usada. Não deixa de ser problema que pesquisadores deverão estudar mais a fundo.

DIFICULDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA VACINA

A vacina da febre aftosa deve ser conservada sempre em baixa temperatura para que seja assegurada a vitalidade do virus e a sua eficiência. A temperatura mais indicada para este fim oscila entre 4 e 6 C° acima de zero, e fator importante na conservação da vacina é a constância da mesma temperatura, portanto, deve-se evitar no máximo as oscilações desta, nos acondicionamentos, tanto nos depósitos como quando em transporte. Igualmente grande cuidado deve ser dispensado pelo vacinador, por ocasião dos trabalhos de vacinação, em não manter por demais tempo o "inoculum" exposto diretamente aos raios solares ou deixar por horas a vacina no meio ambiente.

Outra parte que merece destaque é também o tempo de armazenamento da vacina, assunto este discutido e como tal nao há últimos exatos; no entanto o armazenamento pode ficar, quando em temperatura adequada aproximadamente 6 mêses. Naturalmente, em caso de combate de febre aftosa numa campanha de erradicação dever-se ia tomar providências para que as vacinas fossem sempre de recente fabricação para evitar falhas.

No Brasil, defrontaremos ainda com uma serie de dificuldades no que se refere a distribuição da vacina por todos os seus recantos.

O primeiro entrave é novamente a extensão territorial que atualmente pode ser vencida pelas vias aéreas em grande parte, e satisfaria certamente o abastecimento para as unidades estaduais em que dividimos o território nacional no suposto plano de combate. Assim seriam necessários estabelecimentos com instalações frigoríficas com capacidade proporcional ao consumo aproximado de vacina por esta unidade. Importante seria que a localização dêste Pôsto de Vigilância Sanitária Animal fosse o mais possível, no centro de seu âmbito regional para que dali as vacinas pudessem ser distribuidas em sentido radial por caminhões frigoríficos aos sub-postos, ou determinados pontos chaves, onde com regularidade e pontualidade o caminhão deveria percorrer o seu itinerário. Já nesta ocasião, as vacinas estariam acondicionadas em caixas isotérmicas com capacidade de até três mil doses.

A partir destes pontos, a vacina seria levada diretamente à fazenda quer por condução pessoal ou mesmo em "lombo de barro" e utilizada imediatamente em uma

ou em várias propriedades segundo as circunstâncias. Para a orientação destes trabalhos naturalmente seria indispensável um veterinário administrador, com poderes de emitir atestados de vacinação para todos os rebanhos imunizados. Neste caso, só se admitiria a saída de tropas, ou outro movimento de animais, mediante a apresentação dos atestados de vacinação e declaração do destino dos animais.

Desta maneira venceríamos a primeira dificuldade que é a extensão territorial do Brasil, no entanto, defrontaríamos numa série de problemas dos quais os mais importantes seriam: a) A organização dos Postos de Vigilância nos Estados ou unidades consideradas, tendo-se em vista a situação da sua localização relacionado com os meios de transporte, tanto aéreos como pelas rodovias e ferrovias, e suas possibilidades de irradiação para o interior. b) As instalações e o aparelhamento destes postos e sub-postos, capacitando-os a armazenar vacinas, fazer testes de contrôle de partidas, proceder a tipificações de virus provenientes da região de sua custódia, redundaria em gastos de altas cifras, principalmente diante do elevado número de estabelecimentos, desta natureza para isto necessários. c) Outro gasto extraordinário constituiriam os caminhões frigoríficos e caixas isotérmicas cujo número deveria ser estipulado segundo as exigências, onde influiria o tamanho da região, a densidade da população e o estado das estradas. d) Um dos fatores principais, sem dúvida, será o veterinário sanitarista e administrador, o qual deverá ser estimulado em sua campanha no interior. Nós, no momento, certamente não contaríamos siquer com suficiente número de veterinários para a solução de problema desta envergadura. Cumpre portanto também ao govêrno brasileiro salientar a carreira de veterinário no panorama político, social e moral, para esperar de todo o veterinário brasileiro o valor da sua contribuição no alicerce da economia nacional que é e será sempre a agricultura e a pecuária.

TIPIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DO VIRUS

Dentre as operações mais importantes para os trabalhos com o virus da febre aftosa, salientam-se a tipificação e titulação do virus. Por meio destas duas práticas é possível evidenciar-se a presença do virus, uma vez que, apenas um microscópio eletrônico, poderia torná-lo visível.

A grande importância da tipificação já foi ventilada em capítulos posteriores e o seu emprêgo sempre deverá acompanhar os planos de combate da febre aftosa em virtude da já provada pluralidade de virus e a especifica antigenicidade destes.

O quadro abaixo mostra esquemàticamente a marcha do processo da tipificação que, em síntese, é a fixação de complemento

Tubos	*Virus (antig)*	*Sôro "O"*	*Sôro "A"*	*Sôro "C"*	*Compl.*	*Salina*	B. M.	*Sist. H.*	B. M.
1	0,25	0,25	—	—	0,25	—	Banho maria a 37° C 20'	0,50	Banho maria a 37° C 30'
2	0,25	—	0,25	—	0,25	—		0,50	
3	0,25	—	—	0,25	0,25	—		0,50	
4	0,25	—	—	—	0,25	0,25		0,50	
5	0,25	—	—	—	—	0,50		0,50	
1	—	0,25	—	—	0,25	0,25		0,50	
2	—	—	0,25	—	0,25	0,25		0,50	
3	—	—	—	0,25	0,25	0,25		0,50	

NOTA: 1) Tubo n.º 4 deve haver hemólise
2) Tubo n.º 5 não deve haver hemólise
3) As dosagens do complemento e antígeno são operações prévias.

A titulação do virus é a operação pela qual se estabelece a virulência do agente etiológico imprescindível à fabricação da vacina e de cultivo do virus em culturas artificiais. Atualmente este processo é realizado por várias técnicas dentre as quais devemos salientar as seguintes:

1.ª) Titulação em camundongos: êste método requer pouco gasto mas apresenta pequeno inconveniente por apresentar resultados apenas em 7 a 10 dias. O uso deste método é possível porque o epitélio virulento pode muito bem ser conservado por meses em temperatura de 15 gráus centígrados abaixo de

zero. Nos trabalhos de pesquizas com o cultivo de virus, onde é necessário acompanhar o trabalho com resultados imediatos, é mais conveniente o método de Henderson. Nós, aqui no Brasil, limitamo-nos a usar a titulação em camundongos.

2.ª) Titulação em bovinos hipersensiveis. Este método Henderson tem a grande conveniência de apresentar resultados em 24 horas, porém, além do alto custo, para nós aqui no Brasil seria impossível dada a circunstância do estado enzoótico da doença, salvo raras exceções.

3.ª) Titulação pelo cultivo do virus, segundo a técnica de Brooksby e Ella Ward, requer também o epitélio hipersensível. A leitura é feita em 72 horas.

Outros métodos com cobaios, coelhos, etc., são possíveis porém não apresentam resultados condizentes com o valor econômico.

O quadro abaixo mostra esquemàticamente um exemplo de titulação em camundongos, baseado em teste de 50%, de Reed e Muench.

Diluições do virus	*Camond inoc.*	*Camond. mortos*	*Camond. sobr.*	*Acumul. sobr.*	*Acumul. mortos*	*Percentagens*
10-1	4	4	0	0	17	100%
10-2	4	4	0	0	13	100%
10-3	4	4	0	0	9	100%
10-4	4	3	1	1	5	83%
10-5	4	2	2	3	2	50% 40%
10 6	4	0	4	7	0	50%

CALCULO: $\frac{83 - 50}{83 - 40} = \frac{33}{43} = 0,769$ o ttulo = 10 — 4.769

NOTA: Virus = Suspensão de epitélio virulento em diluição 1:10
Camundongos devem ter 7 dias de idade.

CULTIVO DO VIRUS DA FEBRE AFTOSA

Diante das inúmeras dificuldades apontadas na obtenção do epitelio virulento e das conseqüências não menos prejudiciais para a fabricação da vacina, devemos optar por outros meios de adquirir a matéria prima para a elaboração das vacinas contra a febre aftosa. O velho método de inocular o virus em animais de matadouro deve ser substituido pelo moderno cultivo do virus.

As pesquisas já ultrapassaram a fase experimental, tanto assim que muitos paises empregam com êxito o cultivo do virus da febre aftosa como exploração industrial na fabricação da vacina.

Dentre os paises que já adotam o cultivo do virus no combate desta virose podemos citar a Holanda cujos trabalhos são dirigidos pelo eminente professôr Frenkel, a França, a Itália, a Dinamarca, a Iugoslávia, a Pérsia, a Indonésia, a Venezuela, a Colômbia, e últimamente também a Argentina. Aqui no Brasil os estudos desta prática estão sendo levados a efeito com muito interêsse pelo Centro Panamericano de Febre Aftosa e pelo Instituto de Biologia Animal onde as pesquisas de adaptação de virus com altos títulos e constâncias de propriedades estão sendo selecionados, para depois passar à produção em massa com o fim industrial.

Os princípios básicos da virologia nos ensinam que todo o virus necessita de células vivas para a sua multiplicação ao contrário das bactérias que tem a propriedade de crescerem e se multiplicarem em meios artificiais. Para contornar esta dificuldade foi necessário possibilitar a cultura artificial de tecido, para depois cultivar o virus neste meio. Atualmente o cultivo do virus da febre aftosa é feito em culturas artificiais de epitélio lingual, principalmetne em dois meios padronizados que são: o "Meio de Frenkel" e o "Meio Glicose de Parker". O epitélio lingual aproveitado para este mister deve provir, preferentemente, de animais hiper-sensiveis, do "stratrum Spinosum" e a camada germinativa. Na primeira formam-se as vesiculas e a segunda é responsável pelo crescimento das células.

Não queremos deter-nos em explanações sôbre os demais pormenores do processo do cultivo de virus, visto não ser este o nosso objetivo. O êxito deste cultivo artificial é aceito pelos pesquisadores de todo o mundo e nós o aconselhamos, em virtude das grandes vantagens que o seu emprêgo trará ao combate da febre aftosa no Brasil. Antes de analizarmos as vantagens, vamos mencionar as exigências mínimas necessárias pa-

ra a exploração industrial deste processo:

a) Instalações especiais para o cultivo do virus. O conjunto destas, com alguns aparelhos, naturalmente são adquiríveis diante da grande produtividade e da importância que representa a qualidade do virus, para a elaboração da vacina.

b) A obtenção do epitélio virgem. Já salientamos que de preferência o epitélio a ser utilizado deveria ser hipersensível.

Em nosso meio esta possibilidade de obtermos grande quantidade de epitélio virgem será difícil, pelas razões que expuzemos. No entanto, esta circunstância é fàcilmente contornada se recorrermos à importação de línguas virgens ou o epitélio destas já beneficiado. Ocorrência idêntica se verifica na Holanda e na França, que no momento importam epitélio virgem da Irlanda, país indene da febre aftosa. Em nosso caso, em virtude da febre aftosa grassar em todos os países sulamericanos, seríamos forçados a procurar importar o epitélio dos Estados Unidos. À primeira vista parece ser muito dispendioso e problemático; mas se defrontarmos com o metodo empregado na obtenção do epitélio virulento aqui no Brasil, onde apenas 40% dos animais inoculados são reagentes, o "marchante" estabelece o preço "ad libitum" e a qualidade da matéria prima ainda é de inferior qualidade, devemos crer na maior objetividade da importação. Quanto ao fato de ser problemático, diante dos pareceres do govêrno, do meio de transporte, da conservação, e da autorização do Govêrno Americano, para esta importação, julgamos possível vencer os obstáculos. O Govêrno brasileiro concordará, vendo a sua objetividade e assim igualmetne o Govêrno dos Estados Unidos o qual terá o máximo interêsse na solução do problema da febre aftosa nas Américas. A questão do transporte e da conservação do epitélio é possível em aviões que, em menos de 24 horas, vem dos Estados Unidos para o Brasil. Neste caso a matéria prima viria acondicionada apenas em baixa temperatura, e se viesse até um laboratório do Brasil em 3 dias, estaria em perfeitas condições para o cultivo do virus. Outra hipótese, o epitélio seria colhido, preparado e posto já em contacto do meio de cultivo, no local de origem, para ser assim transportado para cá, neste caso a duração de transporte poderia ser mais de três dias, e quando o epitélio aqui chegasse, seria adicionado o virus. O envio de apenas o epitélio e invez de tôda a língua tornaria menos dispendioso o transporte. Caso necessário o govêrno mandaria um técnico especialista para o país de procedência da matéria prima para a coleta e acondicionamento desta.

A razão por que não é aconselhável trabalhar com epitélio de nossos animais, em grande escala, está no fato de que grande percentagem desse epitélio viria com riqueza de anticorpos e assim o virus cultivado, dentro de pouco tempo, perderia parte de sua virulência.

Outro fator é a possibilidade de haver "contaminações", pois sabemos que certas amostras de virus podem adaptar-se bem em poucas passagens, de maneira que haveria sempre grande dificuldade na manutenção da pureza das amostras iniciais.

c) Uma terceira exigência para atender a grande produção é justamente selecionar bom número de amostras (padrões) que de preferência deveriam ser resultados de virus adaptados e provenientes de surtos aqui ocorridos para evitar falhas relacionadas entre a antigenicidade de um virus e outro, pelo fenômeno da mutação. Até hoje, não se verificaram mutações em virus cultivados em meios artificiais.

d) Para orientar estes trabalhos seria necessário dispor, de técnicos especialistas, dada a delicadeza dos trabalhos, porém o número de técnicos poderia ser muito inferior, para produzir quantidades idênticas de epitélio virulento por este processo do que pelo do matadouro.

VANTAGENS DO CULTIVO DO VIRUS

Dentre as vantagens que o cultivo do virus proporciona para a obteção de epitélio virulento e para a elaboração da vacina anti-aftosa podemos relacionar as seguintes, de maior destaque:

a) *Vantagem econômica:* Para a demonstração desta afirmativa vamos apresentar um simples quadro comparativo, para uma produção de 10.000.000 de doses de vacina anti-aftosa, mostrando o método da obtenção do epitélio virulento pela inoculação em matadouro e o método do cultivo artificial do epitélio. No primeiro caso basear-nos-emos, nas condições de que dispomos aqui no Estado do Rio de Janeiro.

No caso do cultivo de virus supomos tratar-se de epitélio hipersensível. A vacina seria trivalente em ambos os casos.

1. — Virus inoculado.

Para 10.000.000 doses de vacina serão necessários 1.500 kg de epitélio.

Para a obteção desse epitélio, à razão de 14 gr médias serão necessárias 107.142 línguas, para os três tipos seriam necessários 321.428 línguas que ao preço de Cr$ 20,00 dariam um gasto de Cr$ 6.428.560,00 cruzeiros, sem contar o trabalho infrutífero da inoculação dos 60% de animais não reagentes, cujo total é de 803.570 animais.

2. — Virus cultivado.

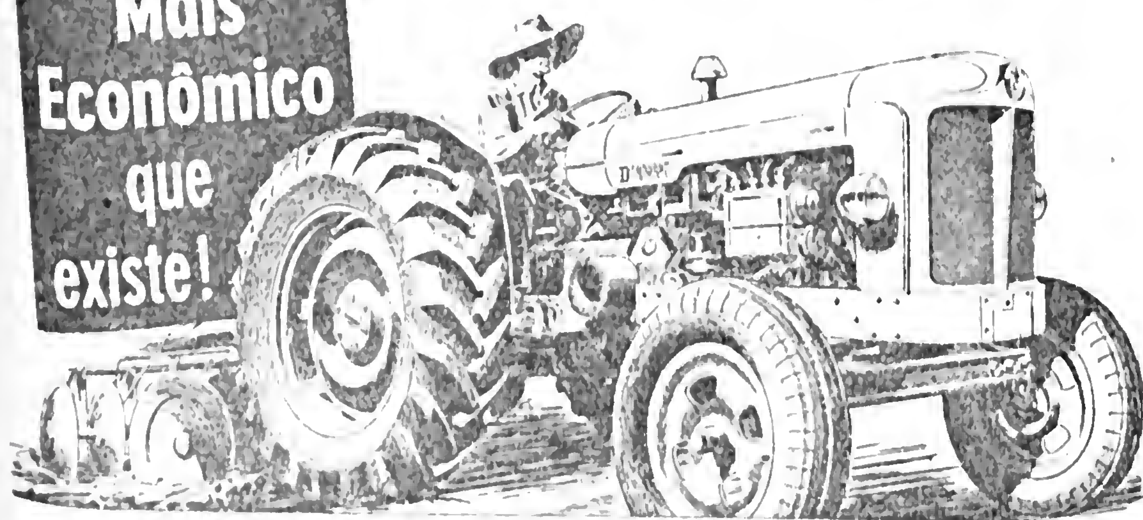
Para 10.000.000 doses serão necessários 6.110 litros de cultivo para o qual serão necessários 250 kg de epitélio, que a razão de 12 gr "por capta", provém de 20.833 línguas, sendo para os três tipos de virus, seriam 62.500 línguas, que se viessem custar 5 vezes mais ou seja Cr$ 100,00 cruzeiros cada, fariam Cr$ 6.250.000,00 cruzeiros, ou seja aproximadamente o valor do calculo anterior. Portanto a compra, o transporte e o meio de cultura para o epitélio de uma língua poderia custar Cr$ 100,00 e mesmo assim, o processo do cultivo de virus seria econômico pois neste não seriam necessários dispor, manejar e inocular um total aproximado de 803.570 animais.

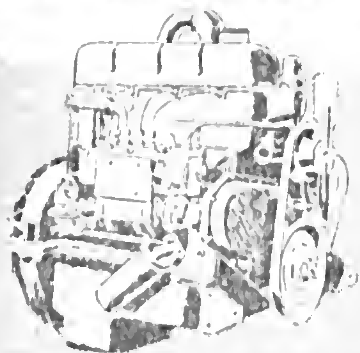
b) *Maior rendimento:* Por este mesmo cálculo também podemos observar que com o método do cultivo de virus há maior produtibilidade por unidade de língua.

c) *Menos trabalhoso:* O método do cultivo do virus é menos trabalhoso do que a inoculação de animais, prin-

FORDSON MAJOR

(40.5HP)





Motor Diesel de grande economia! — Desenho moderno, de 4 cilindros com curso reduzido, de maior rendimento e durabilidade. Trabalha fàcilmente com um arado de 4 discos.

Moderna transmissão com 8 velocidades (6 à frente e 2 à ré).

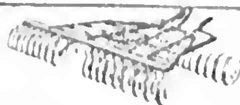
Sistema hidráulico em 3 pontos, mantém os implementos em profundidade constante.

Mais equilíbrio para trabalhar em encostas – Bitolas ajustáveis – Pneus de grande aderência – Freios de direção e estacionamento – Controlador de horas.

Completa linha de implementos



Arado de Discos — Ràpidamente montado ao trator, proporciona maior rendimento com menor consumo.



Grade de Discos — De grande penetração, ideal para o preparo do solo, mantendo a umidade.



Plaina Terraceadora — Para fazer terraços, encher valetas e conservar estradas.

Peças Legítimas  **Assistência técnica em todo o Brasil!**

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC. — SÃO PAULO



cipalmetne quando apenas 40% dos animais são reagentes.

d) *Evita disseminações:* Não ocorre o perigo verificado nas inoculações em matadouro, de haver disseminação da doença, como frisamos no capítulo dos fatores de disseminação.

e) *Evita a relutância dos "marchantes":* Cumpre ainda assinalar a relutância dos marchantes que não pode ocorrer usando-se o método do cultivo do virus, pois neste caso a língua seria adquirida apenas para retirar o epitélio e depois serviria para o consumo, aliás isto é outra vantagem econômica não verificada no método de inoculação, onde as línguas são desprezadas, pelo menos entre nós.

f) *Manutenção da pureza dovirus:* Esta é uma vantagem de ordem qualitativa da vacina. Evita-se pelo método de cultivo do virus a possibilidade de "contaminação" por outros virus que vem influir na qualidade da vacina. Ao mesmo tempo seria mais fácil controlar o poder antigênico, a virulência e, segundo as observações, não ocorreriam mutações nas amostras mães.

Em síntese vimos que as vantagens do cultivo do virus da febre aftosa para a produção industrial de vacina são de ordem econômica, profilática, quantitativa e qualitativa. Diante destas perspectivas apelamos sejam estudadas tôdas as possibilidades para a intensificar o progresso dessa prática no Brasil com o firme intuito de promover em próximos dias o combate da febre aftosa no Brasil.

Jerome Langenegger

À Sociedade Nacional de Agricultura, nossos agradecimentos pela oportunidade que nos foi dado de contribuir com êste Trabalho.

Esperamos que este, satisfaça às exigências mínimas do concurso. Reiteramos nossos agradecimentos ao Dr. AMLETO MOSCI, que nos auxiliou com dados valiosos sôbre os principais problemas analizados aqui neste trabalho.

(Conclusão da pág. 33)

Com efeito, o emprestimo sobre hipoteca não merece o nome de credito que se lhe dá. É desonrar essa bela palavra *crédito*, que significa confiança, do verbo latino *credere*, a fé na solvabilidade do que toma o empréstimo, aplicá-lo ao empréstimo sôbre hipoteca. É preciso, pois, chegar a um sistema de empréstimo para o agricultor que não se baseie n e s s a garantia material da terra, mas unicamente na solvabilidade do agricutor.

COOPERATIVAS AGRICOLAS MISTAS

A *F.A.O.* publicou recentemente um folheto em que cita a "Review of the co-operative movement in I n d i a" (1939-1946), que é uma publicação do Banco de Reserva da India. Esta revista friza que se acredita, geralmente, que as cooperativas de funções múltiplas satisfazem, nas zonas rurais, uma necessidade maior e têm maiores possibilidades de êxito que as que objetivam um só fim, de vez que em uma instituição sò os agricultores poderão satisfazer suas necessidades normais. Ademais, seu volume de negocios será mais amplo e as despesas gerais serão m e n o r e s, além de contornar dificuldades quanto ao número suficiente de pessoas idôneas para a administração. Daí a tendência, na India, atual, para as cooperativas de finalidades múltiplas, ou mistas (c o m o no Brasil e na Argentina). É cita a cooperativa de crédito agrícola de finalidade múltipla de Kudiralchandal, de responsabilidade ilimitada, que abarca quatro pequenas aldeias, filiadas ao Banco Central Cooperativo de Arcot Sur, c o m o do Armazém Central Cooperativo e da Cooperativa Agrícola e Industrial. Distribui ela adubos quimicos, telas de arame, ferro, artigos de uso doméstico, como sal, tamarindo, tec.

Chegaram, assim à conclusão de que crédito e comercialização não bastam por si sós, devendo-se pensar também na economia, nas atividades estreitamente ligadas à questão da adubação, fornecimento de sementes e utensílios domésticos.

É a mesma tese desenvolvida por *Belshaw*, que frisou o que há de favorável à mesma e o que contradiz

(Conclusão da pág. 32)

são feitas: a coroação, a esparramação, a varrição e a colheita pròpriamente dita, seja pela derriça comum, derriça cuidadosa, colheita a dedo, colheita de lençol ou colheita em pano. Em seguida procede-se a abanação. Finalmente, depois de colhido, o café é lavado.

ADUBAÇÃO— As substâncias nutritivas necessárias à vida normal dos cafeeiros e que se encontram dentro da área de 1 hectare são, aproximadamente, de 15 quilos de potassa, 10 quilos de azôto, 16 quilos de ácido fosfórico e 2 quilos de cal, quantidades essas que devem ser repostas todos os anos. Una boa colheita poderia atingir 1.00 quilos de café beneficiado por mil pés. As colheitas, em alguns Estados do Brasil, têm alcançado 400 quilos por 1.000 pés. Deve-se procurar atingir uma maior produção, adubando-se racionalmente o cafesal. A "CADAL" possui excelente fórmula, muito bem dosada e equilibrada, que é o "CADAL 14", já largamente usada pelos Srs. cafeicultores. Deve ser empregada na quantidade de 100 a 150 gramas por pé no replante ou de 600 a 700 gramas nos cafeeiros em produção. É de tôda a conveniência fazer acompanhar tal adubação química de uma certa dose de matéria orgânica, variável de 10 a 15 quilos por pé. Por êsse meio não só se restabelece a vitalidade do solo como também se determina melhor aproveitamento dos adubos químicos.

A adubação com Salitre do Chile pode ser feita em mudas, em canteiros, na proporção de 30 a 60 gramas por metro quadrado; nas plantações até 5 anos empregam-se 60 gramas por pé e nas de mais de 5 anos, de 300 a 500 gramas por pé.

A aplicação do Salitre do Chile em cobertura é aconselhável e se processa da seguinte maneira: em corôa, acompanhando a saia do cafeeiro, na proporção de 50 gramas por pé; nos viveiros, em solução de 20 gramas para 20 litros dágua, irrigando-se cada 20 dias, até ser feito o transplante.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

XLVI

CONFERÊNCIAS RURAIS

O engenheiro Lauro Borba, presidetne da FAREP, escreveu:

"As conferências rurais brasileiras no gênero da que acaba de encerrar-se na capital do Ceará, representam um relevante movimento de classe. Reunem elementos exponenciais das atividades relacionadas com a economia rural, para um confronto das idéias dominantes nesse âmbito de trabalho.

Nestes encontros de numerosos representantes das organizações em forma de associações rurais, representadas por suas federações, realiza-se num convívio cordial, o exame dos problemas mais prementes das várias regiões representadas e por vêzes o reexame de problemas básicos mais difíceis e repetidos na pauta das conferências.

De um modo geral as teses e proposições encaminhadas à apreciação das conferências, apresentam sentido muito objetivo. Além disto ao debate do plenário precede um detido estudo feito por grupos pouco numerosos, servidos sempre por um relator dotado da necessária cultura especializada, para sintetizar em relatórios bem redigidos, a matéria oferecida ao exame do grupo.

O relatório de cada grupo é levado à discussão das reuniões, plenárias pelo próprio relator que fica na mesa diretora, ao dispor dos que analizam o seu trabalho, para as explicações e esclarecimentos solicitados pelos oradores que se pronunciam sôbre a matéria.

Êste método de reunir e examinar assuntos de interêsse comum, justifica o êxito até aqui alcançado na elucidação de problemas da vida agrária, para a análise dos quais não se dispunha outrora, de ambiente algum. Tudo se fazia ao saber de uma legislação mais ou menos improvisada.

As conferências ruralistas proporcionaram êste ambiente e as oportunidades para os que lidam diretamente com os problemas da vida rural, manifestarem o seu pensamento sôbre os dados e as incógnitas dêstes problemas.

Os que assumem com boa vontade e tino, a direção superior dêste movimento, no âmbito das conferências e no seio das associações das classes rurais, podem ser sem favor considerados seus legitimos defensores, pela diretriz impessoal geralmente adotada, com poucas exceções.

Pode-se considerar de um modo generalizado, que a propria politica de cada um, não tem perturbado a boa marcha dos assuntos rurais de interêsse comum. Dentro dos pontos de vista, torna-se possivel a cooperação para o progresso da vida rural, tão primitiva ainda sob tantos aspectos.

O atual movimento ruralista vai se tornando a êste respeito, um bom exemplo.""

As oportunas reflexões acima, publicadas em o n. 8 da UNIÃO RURAL, sugerem que as associações rurais levem, cada uma delas, sua contribuição ao êxito dos delegados da respectiva Federação à próxima conferência, que será realizada em Belém, Estado do Pará.

XLVII

ENCONTRO DOS BISPOS

Não me foi possivel assistir, em Campina Grande, ao memorável encontro dos bispos do Nordete... Magnificos os resultados atingidos, sobrelevando, entre todos, a confiança despertada, os efeitos morais do conclave e, sobretudo, o exemplo pelo desprendimento revelado. Não será licita, agora, a indiferença das autoridades. A familia rural nordestina compreendeu que os seus problemas, todos ligados à sociologia e à economia rural, vão ser encarados com elevação e objetividade. É o quanto basta, e não se atribua, ao movimento, apenas propaganda de feição religiosa.



Novos encontros de feição regional precisam, e quanto antes, ser realizados.

XLVIII

PECUÁRIA DO BRASIL CENTRAL

Muito confusa a discriminação regional. Agitam-se os pecuaristas de Campo Grande, por exemplo, e o movimento ecoa em Formosa, Montes Claros, Pedra Azul e, até, no vale do Paraíba. Seria conveniente que a Confederação Rural Brasileira delimitasse a região, subdividindo-a em faixas em tôrno dos mercados regionais de maior importância, como Barreiras (Bahia), Montes Claros (norte de Minas), Uberaba (Triângulo Mineiro), Barretos, etc.

A melhor divisão ficaria, a meu ver, entre os paralelos 10º e 21º e os meridianos 44º e 55º.

XLIX

O BARBATIMÃO NOS CERRADOS GOIANOS

É o *barbatimão*, de entre as plantas do cerrado, talvez a de maior valor econômico. Embora sua relativa resistência às queimadas, concorrem essas, mais do que a extração da preciosa casca, para a redução ds espécies que ocorrem, largamente dispersas, nas chapadas e nos chapadões.

A extração da casca para a indústria do cortume, houvesse incentivo à multiplicação do *barbatimão verdadeiro*, — espécie preferida, pela riqueza em tanino —, poderia constituir regular exploração econômica.

A indústria de cortume paga pela arroba (15 quilos) de casca, preço compensador.

A casca de barbatimão verdadeiro, além do tanino, contém matéria corante empregada na indústria de tintas.

Depois da queimada é o barbatimão uma das árvores do cerrado que primeiro se veste, quebrando a sua folhagem verde-clara a acabrunhadora tristeza da paisagem.

L

A MANGABEIRA NOS CHAPADÕES GOIANOS

Durante a guerra, muita gente se ocupou, no norte de Goiás, da extração do leite de mangabeira, transformando-o em borracha de boa aceitação. Espontânea, como o barbatimão, nos chapadões do planalto apresenta, em alguns lugares, tendência gregária, que facilita a exploração, tornando-a menos penosa e muito mais lucrativa.

Acreditamos seria relativamente fácil, poupada que fosse a *Hancornia speciosa* M. à ação destruidora das queimadas, a formação de mangabais. A importância econômica da borracha e a sua crescente aplicação, compensará, possivelmente, qualquer esfôrço nesse sentido.

Rudimentar indústria local utiliza a borracha de mangabeira no fabrico de *capas* e *ponchos*, estes muito apreciados para viagens a cavalo. Além de não embeberem a água das chuvas, que tornam muito pesados os ponchos de casimira importados de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, acreditam serem as capas e ponchos fabricados com a borracha de mangabeira refratários às faíscas elétricas.

Depois de chuvas é frequente encontrar-se cavaleiros vestidos de capa ou poncho de casimira, suportando o calor, esperando que sequem. Procuram justificar esse sacrifício alegando que, dobradas ainda úmidas, mofam, estragando-se fàcilmente.

O fruto da mangabeira é bastante apreciado e tem aplicação na feitura de sorvetes e compotas.

LI

SUBSTITUIÇÃO DA "CASA DE NEGÓCIO" NAS EMPRESAS RURAIS, PELA COOPERATIVA DE CONSUMO

Dado o papel reservado às cooperativas agrícolas, inclusive agro-pecuárias, na campanha, pedi a Fábio Luz, chefe da SPOSC examinasse a situação do trabalhador e sua participação na secção de consumo dessas cooperativas. Com costumada gentileza enviou-nos a seguinte carta:

"Arruda.

Chelo, como sempre e como sabe, de serviço, inclusive revisão de provas, só agora consegui tirar uma folga para responder ao seu cartão de 26 do mês passado, que me chegou às mãos, aliás, com certo atraso.

Como sabe, de vez que foi diretor do S. E. R. duas vêzes e aprovou mais de um parecer da S.P.O.S.C. e da Assistência Jurídica a respeito, o S.E.R. firmou:

O associado entra para a cooperativa agrícola mista e não para as seções de cujos serviços próprios se poderá valer conforme as suas necessidades. É como o fazem tôdas.

O que certas cooperativas paulistas especializadas fazem é admitir fornecimento ao assalariado na seção de consumo, o que você e outros diretores do SE.R. admitiram, e com razão.

Se fôr assalariado, parceiro, meeiro, pequeno proprietário, etc., não há impedimento para seu ingresso em cooperativas agrícolas mistas, uma vez que a qualidade de agricultor existe, e não a de assalariado, a não ser que neste existam as duas condições.

Como simples assalariado não pode preencher, sobretudo nas cooperativas especializadas, as condições profissionais e os requisitos estatutários comumente exigidos.

Quanto à gerência, etc., você encontrará tudo isso bem focado e desenvolvido nas "*Instruções*" do S.E.R. e no meu livro "Teoria e prática (4.ª edição), os quais tive o prazer de lhe oferecer. As questões acima também estão nessas publicações bem focadas.

Estimando seu pronto restabelecimento, pedindo me recomende aos seus, seu amigo e colega

Fábio Luz Filho"

Mantidas na SPOSC as diretrizes aprovadas, resta, agora, termos em vista, na organização de novas cooperativas, inclusive de consumo, e no agrupamento dos estabelecimentos rurais, a necessidade de prévio planejamento.

POSTOS AGROPECUÁRIOS

De acôrdo com os dados divulgados pelo Ministério da Agricultura através de seu Serviço de Informação Agrícola, existem no país 263 Postos Agropecuários assim distribuídos:

Região Norte — 14 Postos Agropecuários;

Região Nordeste — 96 Postos Agropecuários;

Região Leste — 76 Postos Agropecuários;

Região Sul — 53 Postos Agropecuários;

Região Centro-Oeste — 24 Postos Agropecuários.

A distribuição dos referidos Postos pelas Unidades da Federação, é a seguinte:

Território do Acre — 2 Postos Agropecuários;

Território do Guaporé — 1 Posto Agropecuário;

Território do Rio Branco — 1 Posto Agropecuário;

Território do Amapá — 1 Posto Agropecuário;

Estado do Amazonas — 6 Postos Agropecuários;

Estado do Pará — 3 Postos Agropecuários;

Estado do Maranhão — 17 Postos Agropecuários;

Estado do Piauí — 14 Postos Agropecuários;

Estado do Ceará — 15 Postos Agropecuários;

Estado do Rio G. do Norte — 23 Postos Agropecuários;

Estado da Paraíba — 13 Postos Agropecuários;

Estado de Pernambuco — 9 Postos Agropecuários;

Estado de Alagôas — 5 Postos Agropecuários;

Estado de Sergipe — 8 Postos Agropecuários;

Estado da Bahia — 27 Postos Agropecuários;

Estado de Minas Gerais — 28 Postos Agropecuários;

Estado do Espírito Santo — 2 Postos Agropecuários;

Estado do Rio de Janeiro — 9 Postos Agropecuários;

Distrito Federal — 2 Postos Agropecuários;

Estado de S. Paulo — 4 Postos Agropecuários;

Estado do Paraná — 10 Postos Agropecuários;

Estado de S. Catarina — 15 Postos Agropecuários;

Estado do Rio G. do Sul — 24 Postos Agropecuários;

Estado de Mato-Grosso — 14 Postos Agropecuários;

Estado de Goiás — 10 Postos Agropecuários.

De acôrdo com o ano da instalação é a seguinte a distribuição dos Postos Agropecuários.

Instalados em 1947 — 21 Postos Agropecuários;

Instalados em 1948 — 62 Postos Agropecuários;

Instalados em 1949 — 31 Postos Agropecuários;

Instalados em 1950 — 56 Postos Agropecuários;

Instalados em 1951 — 4 Postos Agropecuários;

Instalados em 1952 — 0 Postos Agropecuários;

Instalados em 1953 — 47 Postos Agropecuários;

Instalados em 1954 — 32 Postos Agropecuários.

G. G. S.



CAMPINA GRANDE VIA RECIFE

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretário-Geral da Soc. Nac. de Agricultura

Aproveitando a Reunião dos Bispos em Campina Grande, dirigiram-se àquela cidade nordestina os srs. Iris Meinberg e Rubens de Campos Farrula, respectivamente Presidente da Confederação Rural Brasileira e Presidente do Serviço Social Rural acompanhados do autor desta reportagem.

O Constellation da Panair decolou do Galeão exatamente à hora marcada. Vale citar que, ao contrário do que vinha acontecendo, a grande emprêsa está agora levando mais a sério esta questão de pontualidade, conforme pudemos comprovar nas decolagens e pousos a que estivemos presentes em nossa ida e vinda a Recife.

Recife — Farep

No aeroporto dos Guararapes fomos recebidos pelo Secretário da Federação das Associações Rurais de Pernambuco, que madrugou para esperar a delegação da C. R. B., e encaminhá-la ao hotel. As 10 horas reuniu-se a Diretoria da entidade pernambucana para receber-nos, realizando-se então uma reunião em que vários problemas do associativismo rural foram debatidos, assentando-se a posição do movimento face ao conclave dos Bispos. Além do sr. Lauro Borba, presidente da FAREP tomaram parte na reunião os srs. Manoel Castro Roberto Moreira, Aloísio Fragoso, Antônio Estima, Nelson Oliveira, Eraldo Souto Maior, Xisto Guedes, José Maria Primo de Carvalho Antônio Neves e Justino Alves, Diretores e Conselheiros da entidade, presente a jornalista Telha de Freitas, representando o "Diário de Pernambuco" e o "Jornal do Comércio" do Recife.

Declarou então o sr. Iris Meinberg que além das questões nacionais, no campo econômico-social, a Confederação está interessada em contribuir para a solução dos principais problemas das grandes regiões do país.

Em relação ao Nordeste, esclareceu que assunto da maior relevância é o do aproveitamento das terras marginais dos açudes, os quais, como se sabe, não veem cumprindo a missão social para que foram construídos. E' por isso que está sendo reexaminado no momento um projéto de lei no qual o problema da desapropriação das terras marginais àqueles depósitos dágua, é objetivo principal.

Referiu-se depois ao Serviço Social Rural, informando que os prejuízos na arrecadação das contribuições, decorrentes da não execução da lei que o criou, por não ter sido ainda baixado o decreto presidencial que o regulamentará, vão a cêrca de um milhão de cruzeiros diàriamente. (*)

A respeito dos propalados cortes no orçamento do Ministério da Agricultura, disse estar informado de que os mesmos alcançarão a elevada soma de um bilhão de cruzeiros cortes êsses que não atingirão felizmente as subvenções votadas para as Associações Rurais.

Campina Grande

Chegamos a Campina Grande às 13 horas de sexta-feira, sendo recebidos no aeroporto pelo Presidente da Associações Rural local, Dr. Salvino de Oliveira, dinâmico e benquisto líder da lavoura campinense e de municípios visinhos. O palacete do Deputado Plínio Lemos foi destinado à hospedagem da comitiva já que todos os hotéis e pensões se encontravam superlotados. Recebemos na confortável residência o melhor tratamento, sendo que aí, até da água, tão rara na cidade, não sentimos falta...

A Cidade

Movimentada, com 10.000 habitantes, sendo de 190.000 a população do município. Conta, também, com uma população adventícia de cêrca de 3.000 pessoas que chegam diàriamente, e sáem, a negócio. Vive a braços com grandes problemas: água e energia. Como na maioria das cidades brasileiras, o Poder Público vive sempre atrazado em relação ao progresso e crescimento das mesmas. Boas construções, clima ameno, sobretudo à noite. Ruas bem calçadas e lançadas, intenso tráfego de automoveis. Manda a verdade que se diga que os Prefeitos Lafayette Cavalcanti, Wergniaux Wanderley, Elpídio de Almeida e Plínio Lemos, muito fizeram pela cidade, nos seguintes setores, respectivamente: calçamento, remodelação geral assistência médico-social e solução dos problemas rurais. E' de esperar-se, agora, um novo e grande surto para Campina Grande, com a energia de Paulo Afonso e a solução do problema de água. São também os campinenses muito gratos aos Presidentes Getúlio Vargas e Eurico Dutra e aos governadores Argemiro de Figueiredo, Oswaldo Trigueiro e José Américo — todos sempre presentes nos atos que mais impulsionaram a vida progressista da grande cidade sertaneja. Notamos a ocorrência de um original "carro de mão" com freio, molas e direção de automóvel cujos condutores se aproveitam dos declives para o transporte de pequenas cargas. Cidade limpa, pelo menos os dias de visita presidencial.

Reunião na Associação Rural

De um dia para outro o Presidente Salvino reuniu na séde da Associação Rural um considerável número de grandes e pequenos agricultores. Alguns Presidentes de Associações Rurais de Municípios próximos também assistiram à "conversa", bem como o Dr. Lauro Pires Xavier, Presidente da Federação das Associações Rurais da Paraíba.

O Presidente Iris Meinberg em linguagem accessível, expôs àquela gente simples e trabalhadora as linhas gerais da atuação da entidade que dirige, face aos problemas que dificultam a vida do homem do campo. Mostrou a necessidade de cada um cuidar de si próprio e todos os lavradores, unidos na Associação, da profissão, discutindo no seu seio, expondo livremente o seu pensamento, dizendo com franqueza o de que necessita. Invocou a figura de Salvino de Oliveira, cujos dotes de liderança afloraram exatamente porque sempre pensou assim, e sempre agiu assim.

Temos necessidade — frisou — de criar líderes, dêsse estôfo em todos os municípios brasileiros, porque só falando dêsse modo, a classe será ouvida. Devemos, abstrair as idéias de paternalismo, que a agricultura

dêle não precisa. Se a iniciativa nos vem dos outros nada podemos fazer mas de uma coisa teremos de estar certos: não devemos nós, os agricultores, lançá-lo ou adotá-lo de motu-próprio. E' época que já passou e hoje não devemos pedir esmolas, mas reivindicar direitos, exigir o retôrno em parte, dos bens que produzimos, em benefício da coletividade. Não queremos favores frisou o Presidente da C. R. B. exigimos um direito, que é nosso, mas para o conseguirmos teremos de fazer da nossa reunião a alavanca que nos permitirá remover essa idéia de proteção, porque entendem que somos os mais fracos, quando em verdade somos de fato os mais fortes pela nossa destacada posição na economia do país.

Durou a reunião cêrca de 3 horas, tendo sido dirigidas numerosas perguntas ao Presidente da C. R. B. pelos agricultores presentes. Perguntas e reclamações, queixas e reivindicações. Falta de crédito carência de transporte, descaso público ou desorientação no trato com os assuntos pertinentes a cada caso. A questão das terras marginais aos grandes açudes predominou no debate, ficando evidenciado que providências urgentes se fazem mister para que a inversão federal nos grandes obras de açudagem no Nordeste percam o caráter político com que foram, e são ainda hoje utilizadas, para cederem lugar aos fins sociais que eram e devem ser seu objetivo.

A abertura de estradas sôbre pequenas glebas, muitas vêzes inutilizando-as, sem qualquer indenização e malgrado os protestos dos seus proprietários foi outra questão levantada por alguns agricultores. A exportação de resíduos de sementes de algodão, necessários à alimentação dos numerosos rebanhos da região, foi também motivo de reclamos da classe rural de Campina Grande, pois as fábricas ali instaladas preferem desviá-los até para o estrangeiro, quando tais resíduos seriam de alta valia para complementação do alimento do gado, feito ali à base da palma.

O Presidente da C. R. B. prometeu tomar as providências que lhe cabiam após relacionar todos os protestos e pedidos dos lavradores da vasta região onde a sêca, como acontece no Vale do Cariri Velho, é o principal problema a desanimar e a impedir maiores surtos na produção agro-pecuária.

Feira de Campina Grande

E' esta a maior feira livre do Nordeste. Feira realmente livre porque cada qual traz, expõe e vende a sua mercadoria nas muitas dezenas de ruas por onde o grande mercado se estende, duas vêzes por semana. Notamos ali grande fartura e variedade de produtos horti-granjeiros, de bom aspecto, mas a preços relativamente caros. Alguns, colhidos na região, outros, como o feijão, vindos de Minas ou mesmo do Paraná. Também peras e maçãs da Argentina são vendidas ali ao lado do abacaxi, da pitomba e do maracujá. Os preços são altos, custando a carne bovina fresca entre Cr$ 40,00 e Cr$ 50,00 o quilo e os demais produtos na mesma proporção. Entre 8 e 10 horas percorremos as ruas e praças por onde se espraia a grande feira vencendo correntes adversas da população e dos freteiros, que de balaio à cabeça acompanham os compradores nos dificultosos trajetos, , por entre pregões e mercadorias expostas inclusive no chão, sôbre esteiras e jornais. Até aquela hora as barracas ainda regorgitavam de produtos, e nos convencemos de que muita mercadoria haveria de retornar ao ponto de partida. Informaram-nos que tal não aconteceria porque depois dessa hora e até ao cair da noite, as classes menos abastadas, aproveitando a queda dos preços, iriam fazer as suas compras. O que nos pareceu é que havendo fartura, mas sendo os preços elevados faltava à maioria da população poder aquisitivo, dado o baixo nível dos salários locais. Não podemos deixar de notar a enorme quantidade de mendigos portadores de aleijões, chagas e doenças de tôda sorte usando desde a cantoria religiosa ao desafio ou o simples gesto de estender na mão uma lata vasia de goiabada, polida pelo uso cotidiano, para o peditório, de permeio com vendedores e compradores, no seu apêlo à caridade pública, sobretudo aos forasteiros. Não sabemos se estamos errados, mas um asilo de mendigos faz falta à progressista Campina Grande. Se algum existe, precisa ser ampliado.

Baixo o nível de vida do trabalhador rural

Durante a reunião, vários agricultores se referiram repetidamente às precárias condições em que vivem, na região nordestina, os trabalhadores rurais. Custa o quilo de feijão mulatinho cêrca de Cr$ 20,00 e sendo de 8 a 10 pessôas em média, uma família na zona sêca cujo chefe vence o salário de 25 cruzeiros, é de avaliar-se o estado de miséria em que se encontram aquêles infelizes brasileiros. Descreveram-nos o quadro com as côres a que as palavras fortes e os adjetivos retumbantes não fazem falta para o avivar, pois que, se sòmente um quilo do alimento básico leva ao trabalhador nordestino quatro quintos de um jornal de trabalho, segue-se que aquela gente apenas não morre — já isto não é viver. Falta-lhe o alimento, a assistência médica (em 500 municípios principalmente na região, não existem médicos residentes), as roupas, a educação mais rudimentar. Um punhado feijão aguado, sem gordura a que adicionam alguma farinha de mandioca é o seu prato de todo dia, entra ano sai ano, afastada qualquer possibilidade de algumas gramas de carne de sol, que se vende ali a 45 cruzeiros cada quilo. Se ao menos o Serviço Social Rural estivesse sendo executado, ainda alguma coisa poderia ser feita em favor dessa enorme parcela de nossa população assim transformada em verdadeiro pêso morto da nossa economia.

Haverá porventura outro meio, que não o da elevação do padrão de vida dessa gente, para que se fixe à terra? Se não se fizer alguma coisa de positivo, de concreto em seu favor não tenhamos dúvida — as Cruzadas terão de trabalhar sempre e cada vêz mais sem parar, num crescendo inimaginável, a urbanizar favelas no Rio e em São Paulo, pois do Nordeste continuarão a vir os "Páus de Arara" pejados de retirantes, na sua fuga irrefreável à fome e à miséria, criando ainda um outro problema social como já se acentuou: uma mulher cheia de filhos, abandonada por um lar novo que se forma noutras paragens.

O Nordestino trabalha

Durante os 45 minutos do percurso do Recife a Campina Grande o avião sobrevoou uma zona agrícola tôda cultivada, na qual se nota o trabalho pertinaz da gente nordestina. Não

há ali espaço, por menor que seja, que não reflita a marca da mão do homem a arrancar da terra sêca o alimento e a matéria prima. A adversidade do meio exige, por conseguinte, muito mais esfôrço do agricultor, sem, contudo lhe fornecer a recompensa das safras de qualidade e abundantes. Se a atividade agrícola é incerta em regiões onde as condições climáticas são favoráveis, é de se admirar a tenacidade do sertanejo que apesar de tudo, não desanima ao ponto de poder oferecer ,através as suas terras, um panorama que, visto do alto, muito se parece com as zonas agriculturadas de São Paulo e demais Estados do Sul. E todas as glebas separadas por cercas vivas de **Aveloz** ou **dedo do cão** ou ainda mais comumente, **dedo do diabo.**

E as verbas oficiais?

Se percorremos o Orçamento Federal da Despesa, ali encontraremos (e sempre tem sido mais ou menos assim nos anos anteriores) grandes verbas destinadas à região, ora para corrigir a calamidade das sêcas, ora para abertura ou conservação de estradas, ou ainda para serviços da mais diversa natureza. Contudo parece que os recursos se diluem ou não chegam até lá já que os resultados práticos de tais aplicações não são muito visíveis. Será porque as verbas não são distribuídas? Ou porque lhes dão diversa aplicação, ou são desviadas para fins inconfessáveis? Fala-se por lá que, em alguns casos, alguns responsáveis se locupletaram com tais recursos ao invés de os aplicarem como mandava a lei. Seja assim ou não, manda a verdade que se diga que pouco se sente do auxílio federal na vasta região.

O dinheiro foge do Nordeste

No seio do povo se nota latente um ressentimento generalizado: os nordestinos que emigram e que conseguiram fazer grandes fortunas no sul, geralmente esquecem a terra mater. Ao invés de investirem os sobejos dos seus recursos em empreendimentos capazes de desenvolver e dar progresso à região e trabalho aos seus habitantes, preferem construir arranha-céus no Rio e em São Paulo, quando não se transferem, definitiva ou periòdicamente para Paris e outras cidades menos "sêcas" da Europa. E citam alguns nomes, cujas fortunas, se aplicadas nos Estados que lhes serviram de bêrço mais do que os auxílios esporádicos dos governos, seriam talvez decisivos para os destinos e a economia e bem-estar daquelas abandonadas populações.

Aqui fica a queixa.

Serviço Social Rural

Numa das sessões plenárias da Reunião dos Bispos — talvez a última delas — o Sr. Rubens Farrula, Presidente do Serviço Social Rural, pronunciou um discurso que vale por um programa para aquela Autarquia. Publicaremos nesta revista.

Além daqueles conceitos, outros foram por S.S. expedidos na reunião da Associação Rural, em resposta às numerosas perguntas que lhe foram dirigidas pelo auditório, tendo o antigo Secretário da Agricultura do Estado do Rio satisfeito à curiosidade dos seus interlocutores.

Salvino de Oliveira

Já dissemos que é êste o nome do Presidente da Associação Rural de Campina Grande. Funciona a entidade sob o comando sereno mas decidido e enérgico dêste nordestino de fibra. Uma convocação passada a um associado corre como um telegrama da **Western** e daí a horas a séde está superlotada. Conhece a todos e a todos cumprimenta ouve, aconselha, orienta e ajuda. Assistência positiva e direta por isso mesmo a era das e sempre bem recebida e acatada pelos seus companheiros de profissão — todos seus verdadeiros amigos.

Durante a estada da comitiva da C.B.R. em Campina Grande, desdobrou-se em gentilezas, não poupando esforços para tornar ainda mais agradável o contato que mantivemos com os ruralistas campinenses.

Daqui vão a Salvino de Oliveira, com os melhores votos pelo êxito de sua campanha pela construção da séde própria da Associação, os melhores agradecimentos de Iris Meinberg, Rubens Farrula e do autor destas linhas.

TRABALHO DE MELHORAMENTO DE PESSEGUEIRO

Os frutos do pessegueiro são devidamente estudados, classificados e selecionados em relação aos seus caracteres próprios.

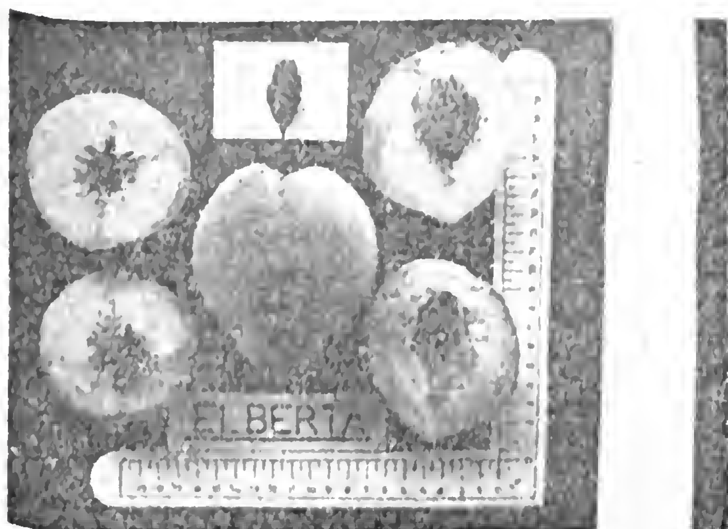
Dando execução aos trabalhos que lhe incumbe executar no campo da fruticultura de clima temperado, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, vem executando, já há alguns anos, interessante trabalho de seleção e melhoramento de passeguei-o.

Êsse trabalho está sendo executado em consonância com um similar, planejado e em execução na República Argentina, ali sob a orientação do Engenheiro Agrônomo José Vallega, Diretor do Instituto de Fitotecnia, de Castelar.

Em linhas gerais, êsse trabalho abrange as seguintes etapas: estudo detalhado de uma grande coleção de variedades, especialmente das que, com resultados, já vêm sendo cultivadas entre nós; cultivo de alguns milhares de "seedlings" das variedades mais interessantes, obtidas por fecundação livre e que permitem selecionar formas consideradas convenientes; cultivo,







igualmente, de alguns milhares de "seedlings" de pessegueiros desenvolvidos espontâneamente na região, dentre cujas plantas se localizem fatores interessantes, especialmente no que respeita à resistência às doenças, vigor das plantas, etc, bem como são selecionados os tipos convenientes para servirem de porta-enxertos; a seguir, serão executados cruzamentos, com o intuito de obter plantas que reunam determinados caractéres desejados, segundo os fins a que se destina a produção, isto é, frutos para mesa e frutos para industrialização.

Na safra que agora se iniciará, os técnicos da Estação Experimental de Pelotas, irão percorrer, novamente, as zonas de produção, afim de nelas identificar e assinalar novas "plantas matrizes", das quais serão obtidos, não somente caroços para a continuação do trabalho já iniciado, como acima foi dito, mas também, conforme o caso, na época própria, serão retiradas "borbulhas" para a multiplicação vegetativa das plantas cuja produção apresentar caractéres que isso recomende fazer.

O trabalho em questão, está em execução, esperando-se que, em prazo relativamente curto sejam atingidos os fins colimados.

CAFÉ

O café foi introduzido no Brasil em 1727, quando o capitão tenente, Francisco de Melo Palheta, de volta de Caiena, na Guiana Francesa, trouxe para Belem do Pará, sementes e mudas que aí se desenvolveram bem. Sòmente em 1760 é que chegou ao Rio de Janeiro. Parece supérfluo falar-se ainda da importância que o cultivo do café representa para o Brasil pois constitui a nossa maior riqueza econômica.

CLIMA — Exige o cafeeiro condições climáticas específicas, sendo a sua cultura possivel em tôda zona tropical e sub-tropical. A temperatura média ótima oscila entre 18 a 24° centigrados. Com referência às chuvas, uma precipitação de 1200 a 1800 mm anualmente e a que melhor convem ao cafeeiro.

SOLO — O cafeeiro é muito exigente no que se refere à natureza da terra. Prefere solo humoso de mata virgem recém desbravada, sendo os principais tipos de terras cafeeiras: a) terras roxas que se caracterizam pela coloração vermelho arroxeada; b) terras massapés, enquadrando-se nesta categoria diversos tipos de terras argilosas ou argilo-silicosas, apresentando várias colorações: branca, amarela, preta e vermelha; c) há ainda outros tipos, como o salmourão, o sangue de tatú e as terras arenosas.

SEMEADURA — A escolha de sementes para o plantio deve ser feita com capricho. Os viveiros são feitos de preferência em laminados de madeira, conhecidos por jacazinhos. De modo geral colocam-se, de 2 a 5 sementes em cada jacazinho. Na época apropriada o jacazinho é enterrado, evitando-se dessa maneira a perda de mudas.

CUIDADOS CULTURAIS — Durante a formação dos cafeeiros as capinas constituem o trato cultural mais importante. Geralmente êsse trabalho é feito à enxada ou então mecânicamente, por meio de cultivadores especiais tais como o bico de pato, a enxada rotativa etc.

CULTURAS INTERCALARES — As culturas intercalares são também praticadas, sendo geralmente distribuidas da seguinte maneira: no 1.° ano, milho e feijão em tôdas as ruas; no 2.° ano, milho em ruas alternadas e feijão em todas; no 3.° ano, milho na 1.ª rua depois na 4.ª e assim por diante. As culturas intercalares reduzem as despesas mas só devem ser feitas no periodo de crescimento, do 1.° ao 4.° ano. No caso de cafesal, já formado, são prejudiciais, a não ser que se adube a terra. Já há certa tendência a deixar, durante a época das chuvas, o terreno coberto com uma manta de leguminosas apropriadas para êsse fim. Entre elas podem ser citadas: Calopogonium muconoides, Centrosoma pubescens, feijão de porco, mucuna, etc.

DEFESA CONTRA A EROSÃO — A defesa do solo contra a erosão é uma operação indispensável. Pode ser feito um encordoamento ou enleiramento do material existente na superfície do solo, tais como varreduras, palhas, madeira, restos de capina, disposto de maneira a quebrar a fôrça das águas, obrigando-as a penetrar na terra. Outro processo consiste na abertura de covas retentoras, de cerca de 1 m de bôca por outro tanto de profundidade, ficando êsses buracos dispostos de modo a se manterem desencontrados para melhor recolher as águas das chuvas. O enleiramento permanente também é muito aconselhado, abrindo-se largos sulcos com um arado sulcador, no centro das ruas do cafesal, tanto no sentido longitudinal como no transversal, enchendo-se êsses sulcos com o cisco do cafesal e restos de tôda sorte, se o lastro existente não fôr suficiente. Essa matéria orgânica incorporada ao solo vai se decompondo aos poucos, servindo assim de alimento às plantas. A abertura de valetas no cafesal, de distância em distância, é outro processo que pode ser empregado.

MATÉRIA ORGANICA — É êste, sem dúvida, o elemento de predileção do cafeeiro; a prova de tal fato é que prefere terra de mata virgem recém desbravada e agradecendo, quando em decadência, os suprimentos de matéria orgânica incorporados à terra onde vegeta. O húmus tem importância capital para o cafeeiro e é por isso que cafesais de 60 anos ainda podem produzir perfeitamente quando se o aduba, de vez em quando, com matéria orgânica, preferivelmente sob a forma de estéreo de curral. A quantidade dêste a ser empregada varia de 5 a 15 quilos por pé, conforme a idade da planta e a natureza do solo. Nem sempre as lavouras cafeeiras podem dispor de quantidades suficientes de estêreos de curral, havendo necessidade de substituí-lo por outro adubo orgânico de eficiência quasi idêntica, como por exemplo o "composto", formado pela mistura de lixo da fazenda com tôda a sorte de detritos de natureza orgânica, tais como palha de milho, de arroz, de feijão, mato capinado. O material depositado em cova aberta de preferência à sombra de uma árvore e devidamente coberto, é polvilhado com cal de vez em quando e regado com freqüência, decompondo-se ao cabo de 4 a 6 mêses e tornando-se quasi idêntico ao estrume de curral em seus efeitos sôbre o solo. A palha de café constitui um bom material como adubo orgânico. Pela adubação verde pode-se fornecer matéria orgânica ao solo, empregando-se de preferência leguminosas como o feijão de porco, a mucuna, o amendoim rasteiro, as crotalárias, etc. O feijão de porco talvez seja a planta mais empregada para êsse fim, gastando-se cerca de 60 quilos de sementes por mil pés, sendo a semeadura feita com um espaçamento de 60 a 70 centimetros.

COLHEITA — Começa geralmente em abril e pode prolongar-se até setembro. Como operações principais

(Continua na pág. 22)

Faço sentir em *"Teoria e prática das sociedades cooperativas"* que milhares de cooperativas de crédito do tipo *Raiffeisen* constituem o pilar da cooperação agrícola européia. As de responsabilidades Limitada (um de cujos tipos mais difundidos é o b a n c o *Luzzatti*, de origem italiana, modificação dos bancos alemães Schulze-Delitzch) estão também vulgarizadas, o tipo Schulze principalmente, nos países de origem nórdica.

Já se disse que o escopo fundamental das cooperativas de crédito é tornar possível o benefício do crédito ao pequeno proprietário, ao pequeno rendeiro, ao colono, aos cultivadores; reunir, impedir o isolamento, nobilitar, educar o agricultor. As caixas rurais têm como características essenciais: a moralidade e honestidade de cada associado e zelar pelo emprêgo reprodutivo dos empréstimos; responsabilidade ilimitada, fixando o assembléia a soma total dos empréstimos passivos e a importância máxima individual que podem conceder a cada associado, indagando o conselho de administração se a soma é proporcional às necessidades e às posses do requerente e se a garantia é suficiente; aprova-o, se é o caso, por tantos meses quantos forem necessários para que isso explique a sua produtividade, preferidos, os pequenos empréstimos; capital social coletivo indivisível entre os associados; singularidade do voto; ausência do capital e de retornos. Estabelecendo a assembléia, anualmente, a soma total de empréstimos que a Sociedade pode contrair e a importância máxima individual que pode conceder a cada associado, a responsabilidade dos associados deixa de ser ilimitada para mover-se dentro de uma órbita definida e segura.

O associado desejoso de um empréstimo deve dirigir seu pedido ao conselho de administração, indicando a importância, o fim e a duração, e, conforme o caso, a garantia do empréstimo. O conselho de administração verifica se o fim é frutífero, indaga se a soma é proporcional as neces-

Cooperativas de Crédito Agrícola Específicas — Cooperativas Agrícolas Mistas —

Por FABIO LUZ FILHO

(Presidente do Centro Nacional de Estudos Cooperativos)

sidades e à capacidade do requerente ou se a garantia é suficiente e concede *por tantos meses quantos forem necessários para que isso explique a sua produtividade*, como disse.

O fundo de r e s e r v a nas cooperativas em geral e, notadamente o das caixas rurais, traz em seu bôjo a futura emancipação das mesmas. êle um fundo de previsão, de garantia, de estabilidade, de emancipação. É indivisível, mesmo para as cooperativas de responsabilidade limitada, em virtude de sua p r ó p r i a natureza, podendo até aplicar-se ao reembôlso das próprias quotas, depois de atingir um limite que p e r m i t a a sua emancipação completa e definitiva, acentuando-lhe o caráter privado-social, na asserta de VIVANTE, transformado o trabalho em capital.

As cooperativas de crédito destinam-se, assim, a atender às necessidades de crédito das classes menos favorecidas, mediante juros módicos. Nas de crédito agrícola com prazos médios e longos.

As *cooperativas de crédito agrícola* devem ser localizadas junto ao agricultor, para que o conhecimento fundamente a confiança como base de crédito, que é, por essência, local e pessoal. Diz GIDE que *a única solução do crédito, agrícola é o crédito pessoal. Para êsse crédito, diz êle, não se pode mais tratar de um grande estabelecimento, mas de estabelecimentos locais que conheçam as necessidades e a solvabilidade dos que t o m a m o empréstimo.*

(Conclui na pág. 22)

AS FUNÇÕES DO CONSELHO FISCAL NA ITÁLIA

O novo Código Italiano tem disposições taxativas sôbre as funções dos Conselhos Fiscais nas sociedades de base econômica, muitas dessas normas aplicáveis, por extensão, as cooperativas.

DEVE o Conselho Fiscal nas sociedades italianas, alem de verificações quanto aos registros legais, inscrições nos registros das demissões dos administradores :

1.º — Receber as denuncias ou apelos dos Administradores quanto a conflitos de interêsses;

2.º — Aprovar as deliberações relativas às substituições dos Administradores, até a primeira assembléia geral.

3.º — Controlar a Administração da Sociedade, zelar pela observência das leis e dos estatutos, e verificar se a contabilidade está em ordem e em dia.

4.º — Examinar o balanço com a conta de lucros e perdas e os comprovantes respectivos, assim como a observência das leis no que tange à Assembléia;

5.º — Ter em dia o livro de reuniões das deliberações do Conselho Fiscal.

6.º — Reunir-se ao menos cada trimestre.

7.º — Verificar, pelo menos cada trimestre, a situação da Caixa e a existência dos valores e títulos, e o que a Sociedade recebeu em penhor, caução ou custódia.

8.º — Intervir nas reuniões do Conselho de Administração e das Assembléias, assim como nas da Comissão Executiva.

9.º — Convocar as Assembléias Gerais, se estiver acéfala a Sociedade, para substituição dos administradores.

10.º — Convocar as Assembléias, com as formalidades legais estatutarias, no caso de omissão da parte dos Administradores.

11.º — Apurar denúncias da parte dos associados, na hipótese de terem fundamento e se houver urgento necessidade dessa convocação.

12.º — Apresentar relatório à Assembléia no caso de convocação para redução do capital social em virtude de perdas.

13.º — Apresentar relatorio acompanhado do balanço final da liquidação.

PODE o Conselho Fiscal :

1.º — Proceder a qualquer momento, mesmo *individualmente*, a atos de inspeção e contrôle.

2.º — Solicitar dos administradores informes sôbre o andamento das operações sociais e sôbre determinados negócios.

Advertência :

1.º — Os Fiscais que não assistirem, sem motivo justificado, às Assembléias, ou faltarem durante o exercicio social, a duas sessões do Conselho de Administração, serão considerados demissionários.

2.º — Os Conselheiros Fiscais que, sem motivo justificado, deixem de comparecer, durante o exercicio social, a duas sessões do Conselho Fiscal, serão considerados demissionários. (A demissão será deliberada pela assembléia geral, por proposta do Conselho de Administração; com prévia declaração de que as faltas não tiveram a necessária justificação).

3.º — Os Fiscais são responsáveis, solidàriamente como o Conselho de Administração, pelos fatos e omissões dêste, quando verificados que os prejuizos não se teriam dado se a vigilância do Conselho Fiscal, tivesse sido efetiva, na conformidade de suas atribuições e deveres.

4.º — No caso de não comprimento das normas estabelecidas sôbre os critérios de avaliação dos elementos do balanço, apresentar seu parecer à Assembléia.

5º. — Dar seu consentimento para redução do fundo de amortização de despesas de fundação e ampliação.

6.º — Lembrar-se de que a emissão de elementos do balanço de uma Sociedade por ações, e a avaliação excessiva de parte do ativo, *mesmo que computados para o fim de construir reserva ocultas, violam disposições legais*, e as deliberações das Assembleias que aprovarem o balanço, nesse sentido irregular, é nulo. Não é regular que as matérias-primas e as mercadorias não sejam avaliadas pos seu valor *superior ao meno ... entre o da compra, o do custo e aquêle do mercado*, conforme sentenca do Tribunal da Novara.

Penalidades

O Conselho Fiscal sofrerá penalidade quando :

1.º — Quando nos seus relatórios exponha fatos, *fraudulentemente*, seja sôbre a condições econômicas da Sociedade ou escondam, no todo ou em parte, fatos concernentes a essa condição, sofrerá prisão de 1 a 5 anos e multa de 10.000 a 100.000 liras.

2.º — Quando se servir, sem causa justificada, para seu proveito ou outros, de elementos ou noticias decorrentes de sua função, se de tal resultar prejuizo para a Sociedade, sob imputação da mesma, sofrerá prisão até um ano e multa de 1.000 a 10.000 liras.

3.º — Se contrairem empréstimos, seja por interposta pessoa, com a Sociedade de que são fiscais, ou Sociedades por essa controlada, ou que peçam quantias a tais sociedades, prisão de 1 a 3 anos e multa de 2.000 a 20.000 liras.

5.º — *Se não fiser que se cumpram as imposições legais no caso de os Administradores e Diretores gerais, na falta do balanço aprovado, contràriamente a êste, ou na base de balanço falso, sob qualquer forma, distribuam lucros ficticio ou que não possam ser distribuidos fora dos casos legalmente previstos, sofrerão prisão de 6 a 3 anos e multa de 1.000 a 10 000 libras.*

6.º — *A aprovação do Balanço pela Assembléia Geral, não liberou os Fiscais da responsabilidade assumida na gestão social*

NOTA — Como se vê, são grandes as responsabilidades e de grande relevância as funções do Conselho na Itália, o que se precisa considerar no Brasil, em face da própria lei orgânica brasileira.

A PECUÁRIA NA COLONIZAÇÃO

NEY BRANDÃO
Eng.º Agr.º

A opinião moderna considera que colonização é a ocupação efetiva e permanente da terra, visando um aproveitamento contínuo e metódico de suas riquezas.

No setor agrícola considera-se indispensável a instalação de culturas permanentes para que o homem se fixe verdadeiramente à terra.

E no que concerne à pecuária?

Vamos considerar o problema como aconteceu e acontece no Brasil.

Exerceu a criação de animais domésticos, grande importância no povoamento de nosso interior, dizem os historiadores patrícios.

Porém tinha e ainda hoje tem, o aspecto de profundidade, de extensão, já que o rebanho, com áreas imensas para pastar, nelas se locomove e acompanhando-o vão todos os que dêle cuidam ou que, de qualquer modo, tem a sua subsistência garantida por tal atividade econômica.

De modo que o método de criação extensiva, na sua feição mais elementar, caracteristicamente não fixa de qualquer modo o homem à terra e além disto, notamos que êle ocupa poucos braços — um homem cuida de muitas rezes; em virtude de seu primitivismo, necessita de grandes pastagens, o que cria o problema de dificuldade na aquisição de terra.

Julgamos que esta modalidade de criação não povoa pròpriamente; é na realidade desbravadora.

Assim sendo, não é possível uma colonização nela fundamentada.

A pecuária em tal forma de povoamento deve, a nosso ver, ter um caráter intensivo, ou seja :

1.º ocupar áreas reduzidas;
2.º utilizar raças especializadas, para o tipo de criação desejada e sempre mestiçadas com uma raça já perfeitamente adaptada na região;
3.º empregar pastagens melhoradas (pastagens cultivadas);
4.º alimentação complementada por um arraçoamento balanceado;
5.º constantes condições de higiene, vacinação preventiva e sistemático combate às doenças que surjam.

Podemos considerar as seguintes modalidades de pecuária :

a) criação de aves;
b) criação de grandes animais (bovinos, ovinos e caprinos).

Criação de aves — em caráter intensivo, sua realização está condicionada à proximidade dos grandes centros consumidores, devido à facilidade de escoamento da produção agrícola (carne e ovos) e da aquisição de ração.

A criação de grandes animais pode ser feita visando a produção de carne, leite, de couros e de sub-produtos.

A produção de carne está em função de um transporte rápido, da existência de frigoríficos, ou a presença próxima de fábricas de beneficiamento. Quanto ao leite, condiciona-se à proximidade dos grandes centros consumidores, a um sistema de transporte rápido ou de refrigeração ou então de uma fábrica de laticínios.

Quanto à produção de couros e derivados tem sempre um caráter secundário, dada a sua importância econômica.

Principalmente devido às condições atuais de transporte, tem se restringido a pecuária intensiva à relativa proximidade dos centros consumidores, de modo que, no momento, são as atividades criatórias subsidiárias das agrícolas nos centros de colonização mais afastados das grandes cidades e tem um rendimento bastante pequeno.

Julgamos que, se houvesse um padrão de trabalho mais

(Continua na pág. 41)

Algumas oportunidades oferecidas pelo SENAC

O SENAC Regional do Distrito Federal, em sua nova orientação, vem sendo enquadrado nas normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do SENAC.

Dispões o SENAC REGIONAL do Distrito Federal de nove (9) Escolas, das quais duas funcionam o dia todo, quatro são noturnas, duas são diurnas e a última é a Escola por Correspondência e Rádio.

Nestas Escolas o SENAC vem preparando os alunos mais fracos para atingirem o nível do 3.º ano primário; os alunos de nível do 3.º ano primário, para atingirem o nível do Admissão; os alunos com curso primário completo, enfim, para alcançarem uma especialidade comerciária.

Assim é que se oferecem aos alunos com curso primário completo, Ingresso no Curso Comercial Básico e no Curso de Preparação Funcional, mediante exame de admissão.

O Curso Comercial Básico, como é notório, desenvolve-se por 4 anos e dá ingresso ao Curso Comercial Técnico, de 3 anos, que equivale ao ciclo colegial e abre aos alunos todo o horizonte de inúmeras especialidades de nível superior, em finanças economia, etc.

O Curso de Preparação Funcional, diurno, desenvolve-se por 2 anos, sendo, porém, restrita aos alunos compulsórios nos termos da lei. Este Curso, de reconhecimento oficial, equivale aos 2 primeiros anos do Curso Comercial Básico, e de fato, suplementado por aulas de Inglês, Desenho e Caligrafia, dadas em um Curso de Preparo Suplementar, à noite, permite o ingresso no 3.º ano do Curso Comercial Básico, êste é um assunto que os alunos compulsórios não parecem ter ainda compreendida em seu verdadeiro alcance: de fato, tôdas as perspectivas acenadas para o Curso Comercial Básico, estão ao alcance dos menores que a lei protege, dando direito a estudo gratuito, de qualidade.

Os outros cursos que se oferecem aos alunos com curso primário completo, sem a necessidade de exame de admissão, são os seguintes:

Para os alunos compulsórios, um curso diurno de Preparo Comercial, consistindo em um biênio geral ou fundamental, e um ano de especialização em Armazenagem, Escritório ou Vendas, os três grandes afeios do Comércio.

Para os alunos voluntários, comerciários ou filhos de comerciários, dois cursos noturnos, sendo um de especialização por matéria e o outro de especialização por ocupação.

O primeiro é chamado, Curso de Adestramento Profissional, e o aluno escolhe 1, 2 ou 3 matérias a escolher dentre Datilografia, Inglês, Estenografia e Escrituração Mercantil, por ora.

O Segundo é chamado, Curso de Habilitação Profissional, e o aluno escolhe um dentre vários Cursos, como de Correspondentes, Estenógrafos, Datilógrafos, de Comércio, de Escritório, por ora.

Êstes dois cursos, de 2 anos cada um, permitem aos alunos atingir um nível tal que os leva ao curso de especialização, de 1 ano, êste exclusivamente por matéria, conforme o de adestramento profissional.

Os Cursos do SENAC REGIONAL são assim planejados para, em 3 anos, a partir do curso primário completo, dar aos alunos um nível de especialização que lhe seja de maior utilidade, imediata, quanto ao trabalho que desenvolve, ou mediata — quanto ao trabalho que almeja.

Finalmente, a Escola por Correspondência e Rádio, ministra cursos de Português,

(Conclui na pág. 52)

Ao Banco de Crédito Rural do Rio Grande que era autorizado, pelo parágrafo 1º do artigo 7.º de seus estatutos a "emprestar sob hipotecas de propriedades rurais e urbanas ao juro máximo de 8% para as amortizações em 10 anos e de 9% para os prazos mais longos. (§ 5.º do artigo 1.º da lei Provincial do Rio Grande do Sul, de nº 1.786 — empréstimos rurais)".

Em 17 de janeiro de 1890, é assinado o Decreto n.º 164, reformando a lei n.º 3.150 de 4 de novembro de 1882, considerando continuarem dependendo de autorização do Govêrno, para se organizarem, entre outras companhias as Sociedades Anônimas, "os bancos de circulação" e os "bancos de crédito real"; "os montepios, os montes de socorro ou de piedade, as caixas econômicas e as Sociedades de seguros mútuos."

Pelo Decreto n.º 165-A, de 17 de janeiro de 1890, foi regulado, na forma abaixo, os empréstimos a breves termos feitos à lavoura:

Artigo 1.º — Caem sob as disposições deste decreto os empréstimos a breve termo feitos por bancos, sociedades ou particulares à lavoura ou às industrias auxiliares dela, quando êsses empréstimos consistam em:

a) — Ministrar ao dono ou ao arrendatário do solo quantias em dinheiro sob penhor de máquinas e instrumentos aratórios, de animais de qualquer especie e de outros objetos ligados ao serviço de uma situação rural, ainda como imóveis por destino, de frutos colhidos no ano, ou no ano anterior de frutos armazenados, ou beneficiados, e acondicionados para se venderem, de frutos pendentes pelas raizes, ou pelos ramos, da colheita futura de certo e determinado ano, da lenha cortada, ou da madeira das matas preparadas para o corte, de capitais agrícolas em via de produção, de outros quaisquer acessórios da cultura não compreendidos na escritura de hipoteca, ou separados dela, depois de compreendidos, com assentimento do credor hipotecário.

b) — Fornecer instrumentos e utensílios aratórios, animais vivos, ou outros pertences da lavoura, estimados por avaliação estipulada entre o mutuário e o mutuante, e recebidos por àquele como depositário.

Art. 2.º — Os empréstimos compreendidos nas prescrições dêste decreto não se farão por

CRÉDITO AGRÍCOLA

2.ª Parte — Banco de Crédito Real

(Continuação)

Eng. Agr. ITAGIBA BARÇANTE
Membro da Diretoria do S.N.A.

soma inferior a Cr$ 500,00, nem por prazo maior de três anos, prorrogáveis por mais dois, se o mutuário tiver amortizado 25% pelo menos do capital mutuado.

"Estes empréstimos estão sujeitos apenas a dois terços dos direitos e custas.

Art. 3.º — Gozarão de privilégio para se pagarem precipuamente do produto da colheita, preferindo aos proprietários do sólo, os que fornecerem sementes e anteciparem dinheiro para as despesas dela.

§ 1.º— Serão pagos, outrossim, precipuamente pelo produto da safra os credores por fornecimento de adubos, fertilisantes e bem assim do gado indispensável à cultura se o proprietário, judicialmente intimado pelo arrendatário, não se opuzer no prázo de 15 dias.

"I — Manifestada, porem, oposição do proprietário, êste preferirá a êsses credores, mas só quanto às rendas vencidas nos dois anos imediatamente anteriores à divida pignoraticia, assim como quanto às que se vencerem no ano da colheita e no dia da primeira subsequente, salvo o seu direito à indenização por perdas e danos, que se lhe reconhecer em ação competente.

"II — Este privilégio do proprietário cessará, se o empréstimo houver sido feito em comum ao arrendatário e a êle.

"§ 2.º — É nula, de pleno direito, tôda a estipulação, que tenha por fim tolher ao arrendatário os benefícios do penhor agrícola, e bem assim qualquer cláusula, que autorize o credor a se assenhorar do penhor sem as formalidades legais.

§ 3.º — As penas do art. 264 do código criminal e do art. 18, § 2.º do decreto n.º 169-A de 19 de janeiro de 1890 contra os que alhearem ou desviarem o penhor agricola sem aquiescência do credor, ou perpetrarem qual-

quer ato em fraude da garantia pignoratícia, não abrangem os mutuários, que fizerem alienação subrogando o penhor, mas alcançam os que, de má fé, desampararem a cultura, e os que empregarem o empréstimo em uso estranho ao fim do penhor agrícola.

Nos casos exemplificados neste parágrafo ter-se-á como rescindido o contrato, e o devedor pignoratício o direito de chamar o devedor ao juizo competente por mandado judicial, onde se declare o dia, hora e o lugar da venda, para pagamento dentro em dez dias; pena de, não o fazendo nesse prazo, proceder-se a três praças, com intervalo de cinco dias de uma à outra, adjudicando-se ao credor, em falta de licitantes o objeto penhorado.

"§ 5.º — O penhor agrícola poderá constituir-se por escrito particular, com declaração de sua data, a assinatura do mutuário, reconhecida por oficial público; pena de nulidade.

"§ 6.º — Dispensa-se a inscrição, no registro hipotecário, do penhor agrícola por soma inferior a Cr$ 5.000,00; registrando-se, nesse caso, o contrato em livro especial, destinado a êsse serviço, no cartório do juiz de paz da situação do objeto penhorado; livre que será aberto, rubricado e encerrado pelo juiz municipal do termo.

"§ 7.º — Se a soma coberta pelo penhor exceder a Cr$ .... 5.000,00, a inscrição renovar-se-á no fim de dois anos, contados da data dela; pena de perda do privilégio do credor pignoratício.

"§ 8.º — As indenizações devidas pelas companhias de seguro contra incêndio, geada, saraiva, peste de gado e outros riscos, bem como as que ainda restem aos adquirentes de objetos empenhados, atribuem-se de pleno direito, sem embargo de qualquer cessão, aos credores privilégios, na ordem das preferências respectivas.

"São porém, válidos os pagamentos feitos de boa fé antes da oposição ou declaração dêsses credores.

Art. 4.º — São válidos, e gozam de tôdas as garantias da letra de câmbio, os bilhetes à ordem pagáveis em mercadorias.

§ 1.º — Êsses bilhetes devem conter :

a data;

a qualidade das mercadorias consignadas;

o nome e prenome da pessoa a cuja ordem se deve fazer a consignação;

a época em que esta há de fazer-se;

o valor como nas letras de câmbio.

§ 2.º — As disposições comuns às letras de câmbio e aos bilhetes à ordem, em que se estipula o pagamento em dinheiro, são igualmente aplicáveis aos bilhetes à ordem pagáveis em mercadoria.

§ 3.º — Os bilhetes à ordem não se podem sacar, senão com vencimentos a prazo fixo. Se contiverem cláusula diversa, tornar-se-ão meras obrigações, ainda quando firmados por negociantes.

§ 4.º — Vencido o prazo, incumbe ao portador executar a obrigação, expedindo a mercadoria por terra ou por mar, ou fazendo-se transportar a outros armazens ou entrepostos.

Pode, porém, conservar a mercadoria por sua conta e risco nos armazens onde se achar durante prazo maior que o estipulado no bilhete, quando os usos locais o autorisarem.

§ 5.º — O portador do bilhete em mercadorias, que não cumprir em tempo a obrigação do parágrafo antecedente, só conservará recurso contra o aceitante, ficando liberados os portadores e sacadores.

§ 6.º — A estimação da mercadoria não consignada regula-se, quanto à indenização e ao reembolso, segundo o curso da praça onde se deveria realizar a consignação e onde não foi realizada, calculando-se entre o momento da requisição e a data do vencimento do bilhete.

Art. 5.º É extensivo aos signatários de bilhetes em mercadoria o dispostos no art. 20 do Decreto n.º 164 desta data.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Govêrno Provisório, 17 de janeiro de 1890, 2.º da República.

Manoel Deodoro da Fonseca.
Rui Barbosa."

Ainda, em janeiro de 1890, pelo Decreto n.º 169-A, de .... 19-1-1890 foram substituídas as leis n.º 1.237, de 24 de setembro de 1864 e n.º 3.272, de 5 de outubro de 1885:

"O Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, decreta:

Art. 1.º — Não há outras hipotécas e onus reais, senão os que êste decreto estabelece.

Art. 2.º — A hipotéca é regulada sòmente pela lei civil, ainda que algum ou todos os credores sejam comerciantes. Ficam derrogadas as disposições do Código Comercial, relativas à hipotéca de bens de raiz.

§ 1.º — Só podem ser objeto de hipotéca:

Os imóveis;

Os acessórios dos imóveis com os mesmos imóveis;

Os animais pertencentes às propriedades agrícolas, que forem especificados no contrato, sendo com as mesmas propriedades;

O domínio direto dos bens enfitéuticos;

O domínio útil dos mesmos bens independentes da licença do senhorio, o qual não perde, no caso de alienação, o direito de opção;

Os engenhos centrais, fábricas, usinas e oficinas, abrangendo os edifícios e maquinismos;

As estradas de ferro, compreendendo todos os seus imóveis acessórios, material fixo e rodante.

§ 2.º — São acessórios dos imóveis agrícolas:

Os instrumentos da lavoura e os utensílios das fábricas respectivas, aderentes ao sólo.

§ 3.º — O prêço que no caso de sinistro fôr devido pelo segurador ao segurado, não sendo aplicado à reparação, fica subrogado ao imóvel hipotecado.

Esta disposição é aplicável à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, assim como à indenização, pela qual fôr responsável o terceiro em razão da perda ou deterioração.

§ 4.º — Só pode hipotecar quem pode alhear. Os imóveis que não podem ser alheados, não podem ser hipotecados.

§ 5.º — Ficam em vigor as disposições dos arts. 26 e seguintes do Código Comercial, sôbre a capacidade dos menores e mulheres casadas comerciantes, para hipotecarem os imóveis.

§ 6.º — O domínio superveniente revalida, desde a inscrição, as hipotécas contraídas em boa fé pelas pessoas, que com justo título possuíam os imóveis hipotecados.

§ 7.º — Não só o fiador, senão também qualquer terceiro, pode hipotecar seus bens pela obrigação alheia.

§ 8.º — A hipoteca é legal, ou convencional.

§ 9.º — As hipóteses, legais ou convencionais, sòmente se regulam pela propriedade. Esta é determinada pela inscrição nos termos estabelecidos por êste decreto.

§ 10 — São nulas as hipotecas de garantias de dívidas contraídas anteriormente à data da escritura nos 40 dias precedentes à época legal da quebra (art. 827 do Código Comercial).

§ 11 — Fica derrogado em sua segunda parte o art. 273 do Código Comercial.

DOS PRIVILÉGIOS E DOS ONUS REAIS

Art. 5.º — Os privilégios não compreendidos neste decreto referem-se:

Aos móveis;

aos imóveis não hipotecados;

ao preço dos imóveis hipotecados, depois de pagas as dívidas hipotecárias.

§ 1.º — Excetuam-se da disposição dêste artigo:

1) — Os créditos provenientes das despesas e custas judiciais feitas para excussão do imóvel hipotecado, as quais serão deduzidas precipuamente do produto do mesmo imóvel;

2.º — Os debentures ou obrigações ao portador emitidos pelas sociedades anônimas ou comanditárias por ações.

§ 2.º — Continuam em vigor as preferências estabelecidas pela legislação atual, tanto a respeito dos bens móveis, semoventes e imóveis não hipotecados, como a respeito do preço dos imóveis, hipotecados depois de pagas as dívidas hipotecárias.

Art. 6.º — Sòmente se consideram onus reais:

o penhor agrícola;

a servidão;

o uso;

a habitação;

o anticrese;

o usufruto;

o fôro;

o legado de prestações ou alimentos expressamente consignado no imóvel.

§ 1º — Os outros onus, que os proprietários impuzeram aos seus prédios, se haverão como pessoais, e não podem prejudicar os credores hipotecários.

§ 2.º — Os referidos onus reais não podem ser opostos aos credores hipotecários, se os títulos respectivos não tiverem sido transcritos antes das hipotécas.

§ 3.º — Os onus reais passam com o imóvel para o domínio do comprador ou sucessor.

§ 4.º — Ficam salvos independentes de transcrição e inscrição, considerados como onus reais, a décima e outros impostos respectivos aos imóveis.

§ 5.º — A disposição do § 2.º só compreende os onus reais instituidos por atos "inter-vivos" assim como as servidões adquiridas por prescrição, sendo a transcrição neste caso por meio de justificação julgada por sentença ou qualquer outro ato judicial declaratório.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 21 — Fica extinto o privilégio das fábricas de açúcar e mineração, do qual trata a lei de 30 de agosto de 1833.

Art. 22 — O Govêrno regulamentará o presente decreto, consolidando e modificando segundo êle os decretos regulamentares n.º 3.453 de 26 de abril de 1865, n.º 3.471 de 3 de junho de 1865 e n.º 9.549 de 23 de janeiro de 1886.

Art. 23 — Ficam revogadas as leis n.º 1.237 de 24 de setembro de 1864, o art. 1.º da lei n.º 2.687 de 6 de novembro de 1876, e lei n.º 3.272 de 5 de outubro de 1885, e bem assim quaisquer disposições em contrário.

Sala das sessões do Govêrno Provisório, 17 de janeiro de 1890, 2.º da República.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca

Rui Barbosa"

Com a queda do Império, em 15 de novembro de 1889, assumindo o Ministério da Fazenda do Govêrno Provisório da República, o grande estadista Rui Barbosa, propôs Sua Excelência, de pronto resolver o intrincado problema do crédito agrícola no Brasil, afirmando que "dentre os grandes problemas nacionais, que, há mais de um quarto de século, através de reiterados malógros, aguardam até hoje solução, nenhum pôs mais à prova o empenho dos nossos legisladores, dos nossos economistas, dos nossos homens de estado, sob o regime extinto, do que o dos "auxílios à lavoura". E ainda que, "também nenhum foi mais explorado pela astúcia dos partidos, que, nesta questão, como na do elemento servil, não cessaram de utilizar as necessidades da classe agrícola e a sua boa fé, para lhe iluquear a credulidade, e captar-lhe os sufrágios iludidos".

Em sua longa e brilhante exposição de motivos, de 31 de julho de 1890, depois de analisar, minuciosamente, os êrros da legislação anterior, acentua, principalmente:

1.º) O erro do Govêrno imperial em conceder um crédito de cem milhões de cruzeiros como auxílio a lavoura e, dos quais, havia o Govêrno anterior empenhado oitenta e seis milhões de cruzeiros, despendendo-se, com os contratos assinados até então (15-11-1889) cêrca de quarenta e seis milhões de cruzeiros, distribuídos entre vários estabelecimentos de crédito que, por fôrça das cláusulas contratuais teriam que dispender, também, de sua conta de movimento, outros quarenta e ...

lhões de cruzeiros para o mesmo fim, isto é, para empréstimos à lavoura, — afirmava Rui que os onus desta transação "várias gerações terão que carregar, sem que nem a contemporânea lhe experimente benefícios", — e que "Em nada lesa, pois, nos verdadeiros interêsses da lavoura, a medida que acabamos de adotar, pondo têrmos a tão inúteis quão ruinosas liberalidades, e poupando à Fazenda Nacional não menos 40.000.000,00, já comprometidos da situação transata".

2.º) A Lei de 6 de novembro de 1890, instituindo crédito hipotecário, como base do crédito agrícola, considerada por Rui, "na série de experiências tentadas para beneficiar a lavoura por atos do Estado se haja concentrados algumas vêzes boa soma de patriotismo, observação e critério, procedendo-se sob inspirações sinceras, inteligentes e elevadas, fora dos artifícios da velha política eleitoral", merecendo honrosa qualificação, "na ordem dos esfôrços legislativos". Entretanto, na prática, não dera os resultados esperados.

Segundo a lei, a emissão de letras hipotecárias seria facultada nos bancos de Crédito Real, uma vez que tais emissões se dessem exclusivamente nas praças da Europa, e que emprestassem sôbre a garantia de propriedades rurais, a juro que não excedesse de 7% e com amortização de 2%, — tendo os empréstimos a duração entre 5 e 30 anos.

Esclarecia Rui que: "Preconizando as vantagens inestimáveis das instituições destinadas a mobilizar o solo pelo moderno mecanismo do crédito, o Senado punha imprescindivelmente como cláusulas supremas à exequibilidade dêsse progresso entre nós "o recurso aos mercados estrangeiros", possibilitado pela garantia do erário nacional. "O principal mérito dessas instituições — dizia êle, por órgão das comissões, cujas idéias abraçou, — derivando-se do grande desenvolvimento, que deve ter a emissão das suas letras hipotecárias, multiplicadas até ao decuplo do valor do seu fundo social, resulta que elas encontram insuperáveis dificuldades, para se levantar e prosperar em países novos, onde os capitais disponíveis são sempre escassos em relação às variadas e numerosas dificuldades das industrias e melhoramentos que os reclamam. "Este é o caso, em que se acha o Brasil e seria preciso fechar os olhos à luz de tantas experiências recentes, para se esperar bom êxito da emissão de títulos hipotecários em escala assaz vasta, que corresponde à magnitude dos fins, a que são aplicados".

E, mais adiante: "Não obstante, porém, o alto prêmio com que se acenava à concorrência dos capitais estrangeiros, não obstante o oferecimento franco do crédito do Estado à especulação européia, nunca se conseguiu a satisfação das esperanças postas pelo Império no regime criado pela Lei de 1875. — Dessa decepção dava conta às câmaras, em 1877, no seu relatório, o Ministro da Fazenda, pugnando pela necessidade urgente de submeter-se o Estado a novos e maiores sacrifícios, quantos precisos fossem, para se traduzir em realidade o pensamento daquela tentativa".

Em face dos resultados negativos que teve a lei, afirmava o Ministro da Fazenda em seu relatório de 1877: — "entretanto, a nossa lavoura pede e necessita auxílios. A colonização européia não lh'os dá, nem pode dar, ela criará, no futuro, novas fontes de produção; mas não amparará o que está criado, que cumpre conservar e aumentar. O braço escravo escasseia de dia em dia, e já não dista muito a época em que êle deixará de ser instrumento de trabalho. É especialmente para lutar com essa transformação que o lavrador precisa ser auxiliado. Um conjunto de medidas refletidas e executadas com perseverança ha de atenuar, se não remover, a crise que todos prevêm e temem".

"A fundação de estabelecimentos de credito real é o que deve merecer primazia. Se a lei votada é inexequivel, como parece ser, ao menos por algum tempo, "cumpre adotar outro sistema, ainda que mais onerosa seja".

Contudo, os homens que naquela época estudavam o assunto, no Brasil, consideravam o "crédito hipotecário um dos maiores elementos vitais para a agricultura, em geral, para a expansão econômica das nossas fôrças".

"Da persistência dessa convicção deixou-nos vestígios o congresso agrícola reunido em 1878, por convocação do Ministério Sinimbu"

Reconheciam, entretanto, "que o capital para o estabelecimento da instituição de crédito só nos poderia vir dos grandes mercados monetários. Com efeito, procurar levantar o Brasil os 400.000.000,00 necessários para tal instituição fôra aniquilar nossas indústrias, fôra comprometer o trabalho nacional. — Mas, para atrair da Europa êste Capital, duas condições eram precisas: — 1.ª) Assegurar a sua remuneração, garantindo-lhe o juro, e estabelecendo a proporção de 27 pence por mil reis; 2.ª) assegurar o seu retôrno, sua volta. A lei atendeu a ambas estas condições".

Todavia, a propriedade agrícola atravessava uma época de transição muito delicada, no Brasil, uma vêz que o trabalho servil tendia a desaparecer, — não havendo interêsse na inversão de capitais estrangeiros no País, — e "em vão aguardam a lei de 1875 o assentimento do capital europeu, desiderando êsse por cuja satisfação se mostravam ávidos, entre nós, todos os competentes no assunto, liberais e conservadores."

3) — Nestas condições, considerava Rui Barbosa indispensável a modificação da lei de 1875, atualizando-a "em condições incalculàvelmente mais generosas para com as necessidades do País, e, de mais a mais "sem a mínima responsabilidade para os cofres do Estado."

Essas modificações eram: — a) aumento do capital do banco que se estabelecesse com o privilégio de emissão hipotecária, no país, de 40.000.000,00, com garantia de juros pelo Tesouro, para 100.000.000,00, de capital todo estrangeiro, "prescindindo absolutamente de garantia do Govêrno;" — b) admissão das hipotécas urbanas a par das rurais; alargamento da existência do Banco em cinquenta anos; — c) exclusão do direito do Govêrno nomear o Presidente do Banco; — d) aumento da taxa de juro máximo dos empréstimos à lavoura, de 7% ao ano para a de 8% ao ano, "salvo mudança na situação dos mercados monetários estraneiros, que aconselha a elevação dêsse máximo precedendo acôrdo entre a diretoria do banco e o Govêrno;" — e) unidade bancária, isto é, organização de um banco único no País, para as operações de crédito territorial, com o privilégio de emissão hipotecária livre da concurrência de estabelecimentos congêneres; — f) constituido o estabelecimento, "a pouco e pouco, por obra do próprio banco, da sua ação econômica, da sua expansão legal, ir-se-ão resgatando as faculda-

des hipotecárias investidas noutros institutos por lei geral, para se virem agregar num só organismo, distribuído pelo país inteiro."

Advertia Rui: - "A rotina paralítica e cega há de duvidar certamente, da plausibilidade das esperanças postas por nós no futuro desta instituição, na sua maravilhosa influência criadora. "A interrogação dessa rotina de que os estabelecimentos então existentes, quer na cidade quer nos campos, já haviam "absorvido todos os valores susceptíveis de utilizar-se nesta espécie de exploração", e aos que — imaginavam "que a organização geral do credito hipotecário pode cogitar em viver da propriedade existente, dos valores já consolidados e imobilizados hoje na terra, na agricultura, na edificação urbana; respondia o Mestre que a "grande função do crédito hipotecário não é subsistir do que achou feito: "é criar a propriedade hipotecável."

"Êle extrai de si, por assim dizer, os seus elementos de vida. Transforma os baldios em campos cobertos de mêsses, a poder dos recursos que oferece no trabalho, cujos frutos o virão remunerar. Atrái ao deserto o colôno, proporcionando-lhe recursos, para converter o êrmo estéril em povoado florescente, cuja indústria contribuirá mais tarde, para enriquecer o capital, que com as suas antecipações a gerou. Transforma, pela desapropriação e pela edificação, as velhas cidades e improvisa pelos processos modernos cidades novas, mediante simplesmente as transações da hipoteca aperfeiçoada e adpta à rápida circulação comercial da propriedade imóvel pelos títulos de crédito emitidos como uma espécie de moeda internacional, aceita em todos as praças do mundo.

Entre o trabalhador e o sólo medeia um obstáculo desesperador: a indigência de capitais de exploração, a mingua de meios para a subsistência durante o primeiro amanho da gleba e a primeira cultura das propriedades produtoras. O crédito hipotecário supre-lhe essas necessidades, cuja satisfação, desentranhando-se em renda, lhe compensará co musura os sacrifícios adiantados." — E mais adiante: — "Estamos vendo afiançarem-se juros, pelo Estado, para criação de burgos agrícolas. O crédito hipotecário pode multiplicá-los sem essa garantia. Vêmos debater-se o problema supremo da imaginação, o grande problema nacional, exclusivamente no círculo estreito dos favores oficiais dos auxílios diretos do Estado. Pois bem: organizai o crédito hipotecário em tôdas as suas condições de fecundidade e energia, e tereis criado para a solução dess problema o mais poderoso dos instrumentos."

— Rui Barbosa não escondia o seu grande entusiasmo pelo projeto que apresentava à assinatura do Chefe do Govêrno Provisório da República Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e acreditava mesmo ser êle "depois da lei de 13 de maio, o maior passo dado entre nós, para a reconstitu'ção da lavoura, o desenvolvimento da colonização e a transformação da propriedade pelo crédito, associada no sólo e ao trabalho."

Afirmava, ainda, que "o que a monarquia não conseguiu em quatorze anos de esfôrços, sempre frustaneos, a República, ao que parece, virá realizar nos seus primeiros mêses e em proporções incomparavelmente mais grandiosa."

O projeto, consubstanciado no Decreto n.º 612 de 31 de julho de 1890, provia à criação do Banco Hipotecário Nacional, concedendo aos Senhores "Dr. Eduardo Pierantoni, Salvatore Nicosia, Stefano Questa, Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Domingos Soares de Paiva e Dr. Antonio Felicio dos Santos a faculdade de organizarem, no Brasil, com capitais estrangeiros, um Banco Hipotecário Nacional, tendo por zona o território inteiro da República."

Pelo artigo 20 do Decreto, é concedido ao Banco Hipotecário Nacional "durante cinquenta anos, privilégio para emitir em tôda a Republica, "bonds" hipotecários em ouro, salvo o direito dos Estados a fazer concessões semelhantes, limitados, porem, a circunscrição territorial de cada Estado, e bem assim os direitos já adquiridos pelos bancos existentes em virtude de autorizações anteriores a êste decreto." O artigo 21, dispunha que êste privilégio poderia "ser resgatado pelo Govêrno Federal cinco anos depois de sua concessão, nas condições que então se acordarem entre êle e a diretoria do banco."

Os "bonds" e "obrigações" do Banco Hipotecário estavam isentos de impostos, não podendo os Governos Estaduais lançar sôbre os referidos títulos "tributos ou gravames de espécie alguma, nem embaraçar a sua negociação ou circulação mediante dificuldades administrativas ou regulamentares de qualquer natureza."

Na forma do artigo 5.º, podia o Banco efetuar as seguintes operações:

1) — Fazer empréstimos hipotecários a curto e longo prazo sob garantia de propriedades urbanas ou rurais.

2) — Efetuar empréstimos hipotecários a curto e longo prazo sob garantias de propriedades rurais, para compra de máquinas, instrumentos agrícolas, arames e postes para cercados, etc..

3) — Celebrar empréstimos hipotecários a curto e longo prazo sob a garantia de imóveis e acessórios, pertencentes a estabelecimentos de industria nacional.

4) — Outorgar empréstimos hipotecarios em conta corrente e em dinheiro efetivo (ouro, ou sua equivalência ao câmbio corrente), sob garantia de bens de raiz inscritos no registro da lei Torrens (Decreto de 31 de maio de 1890).

5) — Emitir os "bonds" hipotecários e as "obrigações necessárias às operações precedentes"; sendo êsses títulos nominativos, ou ao portador, com amortização por sorteio os primeiros, e a prazo fixo os segundos."

6) — Pagar regularmente, na República e nas praças estrangeiras onde o Banco tiver agências, os juros e a amortização dos títulos emitidos.

(Conclusão da pág. 35)

elevado, a pecuária, embora continuando como fonte suplementar de renda, proporcionaria melhores lucros que que os atuais e para obter este padrão, a nosso ver, a simples melhoria dos padrões raciais e a realização dos elementares cuidados da higiene e alimentação seriam suficientes.

Não comportam as presentes notas que se entre em minúcias, já que um planejamento especial para o desenvolvimento da pecuária em pequena escala só pode ser feito após um prévio levantamento das condições existentes nos locais escolhidos e com o conhecimento dos elementos que verdadeiramente podem ser utilizados.

Notícias e Informações

Aumento da produção na América Latina

Foi estimado em 6% o aumento da produção agrícola na América Latina.

Reflorestamento em Minas Gerais

Segundo declarações do Dr. Dirceu Duarte Braga, Chefe da Inspetoria Florestal do Estado de Minas Gerais, foram plantadas, em 1955, no referido Estado, cerca de 20 000 de árvores.

Plantio de trigo em S. Paulo

Durante o ano de 1955, São Paulo dedicará à cultura do trigo uma área de 3 500 hectares.

Venda de tratores

A Confederação Rural Brasileira recebeu ofício em 26-1-56 da Comissão Permanente de Revenda de Material, comunicando que os tratores Fiat que se encontravam na Fábrica Nacional de Motores, já foram distribuídos às Seções de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura no interior do país.

Comissão Consultiva junto ao Serviço de Tortas e Farelos

Foi instituída junto ao Serviço de Tortas e Farelos da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo uma Comissão Consultiva, que ficou integrada pelas seguintes entidades:

a) do Serviço de Tortas e Farelos;
b) da Associação Paulista de Avicultura,
c) da Associação Brasileira de Avicultura;
d) da Associação Paulista de Criadores de Bovinos;
e) da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandeza;
f) da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo;
g) da União das Cooperativas do Estado de S. Paulo,
h) da Sociedade Rural Brasileira;
i) do Sindicato da Indústria de Rações Balanceadas para Animais;
j) do Sindicato da Indústria do Trigo do Estado de S. Paulo;
k) do Sindicato da Indústria de Azeite e Oleos Alimentícios do Estado de S. Paulo.

Cooperativismo no Rio Grande do Norte

É a seguinte a distribuição das cooperativas no Estado do Rio Grande do Norte:

Cooperativas de Crédito Urbano	7
Cooperativa de Crédito Agrícola	22
Cooperativas Agro-Pecuárias	37
Cooperativas de Produção ..	4
Cooperativas de Consumo ..	7
Cooperativas Escolares	4

Município que mais produz fumo

De acôrdo com os dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, é o maior produtor de fumo, com uma produção de 850.000 arrobas.

Produção de abacaxi

A produção nacional de abacaxi em 1954 atingiu a .... 112.015.000 de frutos no valor de Cr$ 276.065.000,00. A área cultivada com essa bromeliácea foi de 15.790 hectares.

Tratores

A Vemag S. A. veículos e máquinas agrícolas tem disponíveis, para venda, Tratores Massey Harris, modelo Mustang de 24 HP na barra e mod. 33 G, de 33 HP na barra.

Product Information Service

A E. I. Du Pont de Nemours & Company através de seu Public Relations Department acaba de publicar um interessante comunicado sôbre "Produtos químicos para proteger a semente do algodão.

Lembretes Dierberg

A Dierberger Agro-Comercial Ltda., Av. Anhangabaú 392-394, S. Paulo, publicou mais um número de "Lembretes Dierberger", referente ao ms de maio.

Crédito Agrícola e Industrial

O Banco do Brasil S. A. assinou 70.000 contratos de financiamento pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, no valor total de dez bilhões e setecentos e setenta e nove milhões de cruzeiros.

Mudas para reflorestamento

A produção de mudas para reflorestamento pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura atingiu a 12.000.000 o ano passado.

Dia da Conservação do Solo

Transcorreu a 15 de Abril o Dia da Conservação do Solo, instituído no Estado de S. Paulo pelo decreto estadual de 18 de Janeiro de 1955.

Exposição Agro-pecuária de Uberaba

Realizou-se em 3 de maio a inauguração da XII Exposição Agropecuária de Uberaba, coincidindo a tradicional exposição do Triângulo Mineiro com o centenário da próspera cidade.

Atividades da ANCAR

Na Escola de Tratoristas do Nordeste a ANCAR está realizando mais um Curso de Supervisores Rurais no Nordeste.

ASSOCIATIVISMO RURAL

Reconhecimento de Associações Rurais

Foram reconhecidas mais as seguintes Associações Rurais do Rio Grande do Sul:

a) Associação Rural de Gramacho;

b) Associação Rural de Cêrro Largo;

c) Associação Rural de Nova Petrópolis.

Associação Rural de Herval

Foi eleita e empossada a nova diretoria da Associação Rural de Herval, do Rio Grande do Sul, que será dirigida no biênio 1956-1957 pelo Snr. Floricio Soares.

Associação de Criadores de Nelore do Brasil

A Associação de Criadores de Nelore do Brasil patrocinou a I Exposição-Feira de Gado Indiano que teve lugar em S. Paulo, no Parque Fernando Costa, no período de 19 a 27 de maio do corrente ano.

Associação Comercial e Industrial de Barra do Piraí

É a seguinte a nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Barra do Piraí: Francisco Paulo Chicarino, Carlos Perhson, Romeu Micheli, João Antonio Camerano, Henrique Aires, Manoel Fonseca, Lourival Gomes da Rocha e Carmelo Donato.

Cresce o número de entidades rurais

De acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, dez Estados da Federação já dispõem de mais de cinquenta entidades rurais devidamente registradas de acôrdo com o Decreto-Lei 8.127 de outubro de 1945.

São os seguintes os Estados com mais de 50 entidades rurais:

S. Paulo — 150 entidades rurais;

Ceará — 91 entidades rurais;

Pernambuco — 89 entidades rurais;

R. Grande do Sul — 82 entidades rurais;

Minas Gerais — 80 entidades rurais;

Maranhão — 67 entidades rurais;

Sta. Catarina — 62 entidades rurais;

Paraná — 60 entidades rurais;
Estado do Rio — 58 entidades rurais;

Bahia — 53 entidades rurais.

O Estado de S. Paulo à frente do associativismo rural

O associativismo rural no país encontra no Estado de S. Paulo sua mais alta expressão, com cento e cinquenta entidades rurais registradas no S. E. R., assim distribuídas:

Associações Rurais Municipais	87
Associações Rurais Regionais	54
Associações Rurais Especializadas	5
Associações Especializadas em Agronomia	1
Associações Especializadas em Veterinária	1
Associações de Âmbito Nacional	1
Federação de Associações Rurais	1

Sociedade Fluminense de Avicultura

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Sociedade Fluminense de Avicultura:

Presidente — Marcelo Brasileiro de Almeida

Vice-Presidente — José Marques Lino

1.º Secretário — Haroldo Vieira de Vasconcellos

2.º Secretário — Moacyr Denizot Bandeira

1.º Tesoureiro — Svend Hvenegaard

2.º Tesoureiro — Laumelino Afonso de Paula

Comissão Fiscal — Heitor de Souza Quartim Pinto, Oswaldo da Costa Frias e José Raphael Cavalcanti.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

A Associação Rural do Vale do Rio Grande, em Barretos, Estado de S. Paulo, publica um Boletim, com farto noticiário de interêsse para seus associados.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

O Sr. Rubens de Campos Farrula, Presidente do Serviço Social Rural, leu perante o plenário do Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, o seguinte discurso:

"Não há negar que o problema fundamental da vida rural do país reside na valorização do homem do campo, através a saúde, a educação e a assistência sanitária e técnica — o bem-estar social, enfim, a que, com sua família, aspira e faz jus. Está hoje superada a teoria de que os problemas rurais devem ser encarados tão somente pelo lado econômico, por ser o homem, em verdade, o principal fator da produção.

É pois para êle que se devem voltar preferentemente as atenções e os cuidados dos responsáveis pelo progresso econômico do povo.

A convicção de que nos cumpre elevar essa grande parcela de nossa população a níveis compatíveis com a dignidade humana, se expressa por muitas iniciativas, seja do Poder Público nos seus vários ramos, seja da Ação Social da Igreja, dos diversos grupos componentes da sociedade, seja da própria classe rural, organizada dentro do sistema preconizado pelo decreto lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1954.

Há necessidade desse amparo ao homem do interior, amparo que reputamos urgente, e que deverá ser prático e eficaz. Com tal objetivo, se contam já algumas medidas, se bem que executadas de modo disperso e fracionário.

Não devemos perder de vista as memoráveis palavras do Presidente Getulio Vargas, no seu discurso de 8 de abril de 1951, quando afirmava que o Serviço Social Rural devia" ser o veículo para levar ao interior as condições de estabilidade e de bem estar indispensáveis ao homem do campo. A professôra municipal, estadual ou federal; o médico sanitarista, o agrônomo e o veterinário, os professôres municipais, as autoridades religiosas rurais, os lavradores e líderes do campo — todos enfim que tenham responsabilidade na direção da vida social, devem constituir, em cada município, o Serviço Social Rural. Assim — descentralizado e dinâmico, procurando corrigir pelo ensino prático — velhas rotinas, êsse Serviço deverá levar ao homem do interior, às crianças, bem como às pequenas comunidades agropecuárias, os elementos mínimos de progresso e de estabilidade econômica a integrá-los na circulação da vida brasileira".

Foi para coordenar e disciplinar a ação de tais elementos, e de lhes fornecer os indispensáveis meios materiais, que logo a seguir enviava o saudoso Presidente Mensagem ao Congresso Nacional sugerindo a criação do Serviço Social Rural, e de cuja longa tramitação nas duas casas legislativas, resultou a lei n.º 2613, há tanto pleiteada pelos ruralistas brasileiros.

No momento em que a Igreja Católica, nesta feliz Reunião de Campina Grande, inclui como ponto capital do temário dos seus trabalhos o papel a ser desempenhado pelo órgão a cuja presidência me elevou a confiança da classe e do Govêrno, sinto-me no dever de afirmar que não pouparemos esfôrços para que se processe, de modo o mais rápido possível, a integração dêsses dois têrços de nossa população brasileira — a que ignorancia, a doença e a miséria têm ate aqui relegado à condição de fatores negativos de nosso progresso e de nossa civilização.

Procuramos, na aplicação do Serviço Social Rural, torná-lo "um movimento de expansão prática, popular e democrática da agricultura", "uma cruzada de cultura para o homem, para a cultura da terra", no dizer feliz do Sr. Cardeal Motta, — Arcebispo de São Paulo.

Na concessão dos benefícios previstos na lei que a classe, após longa e denodada batalha, obteve do Congresso Nacional, será considerada em primeiro plano a comunidade rural e a família em particular — não o rurícola, isoladamente. Os serviços serão eminentemente educativos, visando estimular no meio rural a iniciativa e a economia do homem do campo.

É evidente que não podemos alcançar de uma vez todos os objetivos em mira; teremos de fazê-lo por partes, atendendo aos aspéctos mais prementes — no caso a saúde, a educação sanitária, a educação de base, a orientação técnica e a melhoria do padrão de vida para o homem e a criança rurais.

Será tarefa a longo prazo, sòmente atingível mediante estreita e indispensável colaboração com tôdas as fôrças atuantes da Sociedade, aí incluída de modo especial a ação social da Igreja, pela sua permanente influência e penetração na comunidade rural.

São êstes os nossos propósitos — e serão também certamente, os dos ilustres e virtuosos prelados que aqui se encontram no afan patriótico de servirem ao Brasil, e aos quais, como presidente do Serviço Social Rural, rendo as mais calorosas homenagens, certo de que de suas deliberações nesta Reunião muito terão a lucrar a Autarquia que nos cumpre organizar e executar, e, sobretudo, o homem do campo, a serviço do qual todos aqui nos encontramos.

De acôrdo com o projéto de Regulamento em mãos do Exmo Sr. Presidente da República, a execução dos serviços caberá aos conselhos estaduais e às juntas municipais, pelos seus diversos agentes — aparelhados, para tal, da necessária liberdade de ação executiva, embora obedientes às diretrizes emanadas, de modo geral e amplo, do órgão central — o Conselho Nacional.

Para o crescente desenvolvimento da prestação de tais benefícios, um imediato e fiel levantamento das condições peculiares a cada região será levado a efeito, de modo a habilitar os órgãos dirigentes do Serviço a uma cada vez mais útil e perfeita colaboração assistencial à classe.

Uma verdadeira campanha de recuperação do homem do campo deverá ser a nossa méta, nos moldes, guardadas as devidas proporções, da que foi, há mais de meio século, levada a efeito nos Estados Unidos, por iniciativa do Presidente Theodoro Roosevelt, que através a sua *COUNTRY LIFE COMISSION*, obteve as informações e subsídios necessários aos átos legais que em seguida proporcionaram ao Govêrno americano a organização econômica e social da vida rural do país.

Assim, pois, teremos de enfrentar duas etapas bem distintas em nosso programa de tra-

(Continua na pág. 481

Importância dos Vermes Marinhos

Rui Simões de Menezes
Eng. Agrônomo-Biologista

Os chamados "vermes marinhos" distribuem-se pelos seguintes "phyla" zoológicos: I) Platyhelminthes (**Lineus longissimus**, de 25 m de comprimento, o maior dos invertebrados); II) **Nemathelminthes**; III) **Phoronidea**; IV) **Chaetognatha** (comprimento máximo de 75 mm; **Sagitta**); V) **Annelida** (ordem **Polichaeta**, com gêneros bênticos — vivendo no fundo como **Nereis, Glycera, Arenicola**) gêneros sedentários, em tubos calcáreos ou fibrosos, como **Spirobis** e **sebella**; gêneros pelágicos, como **Tomopteris**; no todo, mais de 3.500 espécies, marinhas em sua quase totalidade; e a classe **Echiuroidea**, com vermes marinhos carnosos, vivendo perto da praia); VI) **Tunicata** (**Enteropneusta** vermiformes, enterrados na lama e na areia).

A importância dos vermes marinhos, do ponto de vista econômico, reside na sua contribuição, direta, na alimentação humana.

Vermes marinhos (Influência direta na alimentação humana) — Segundo Miller, Pen e Gatty (1955), o verme anelídeo marinho conhecido por "palolo" (**Eunice viridis**) sobe à superfície do oceano, provindo dos recifes de coral de Samoa, Fiji e outras ilhas tropicais do Pacífico, de outubro a dezembro. Habilitaram-se os nativos, durante gerações, a predizer a época desta ascensão, mas Gatty, mediante observações científicas, capacitou-se a formular predições mais exatas. Calcula-se atinja a milhares de toneladas a quantidade de "palolo" que sobe de 2 a 3 dias. Consideram-no os nativos um prato delicado, apanhando tantos "palolos" quanto possível e remetendo-os ao interior como presentes de alta valia aos chefes e amigos. Comem o "palolo" cru ou cozido. Embora a periodicidade da ascensão do verme haja interessado nos cientistas durante anos, tanto quanto sabemos ninguém investigou seu valor nutritivo. Foram refrigerados "palolos coletados por Gatty, congelados dentro de 24 horas e expedidos via aérea de Fiji a Honolulu, em garrafa térmica. Relatam as análises a seguinte composição de 100 gramas de "palolo" cru 70,2 g. de água; 15,1 g de proteínas; 4,0 gs de gordura; 2,4 g de cinzo; 36,6 mg de cálcio; 310 mg de fósforo; 2,9mg de ferro; 514 unidades internacionais de vitamina A: 1,350 g de caroteno: 0,07 mg de tiamina; 0,59 mg de riboflavina; 1,32 mg deniacina.

Vermes marinhos (Influência indireta na alimentação humana) — Conforme Mac Phil (1955), a pesca esportiva marinha de valor comercial "sandworm" ou "clamworm", **Nereis virens**, e "bloodworm", **Glycera dibranchiaata** — para captar muitos peixes, inclusive "blackfish" (**Centropristas striatus**, mesma família da garoupa), "bluefisch" (**Pimatomus saltatrix**, a enchova brasileira), "fluke" (**Paralichthys dentatus**, mesmo gênenero do linguado), "kingfish" (**Scomberomorus regalis**, a cavala branca), "porgy" (**Stonolomus versicolor**, da família do pargo), "weakfish (**Cynoscion regalis**, do gênero da pescada), "sea bass" (família da garoupa, **Serranidae**), "striped bass" (**Roccus saxatilis**, da mesma família) e "flounder" (linguados e solhas). Devido ao crescimento da pesca esportiva naquele país, a partir de 1945, aumentou

a procura de vermes para isca a ponto de, às vêzes, exceder o fornecimento. Transferiu-se essa procura para o Canadá, em 1949.

Limitam diversos fatôres o estabelecimento de uma pesca de vermes para isca. Sendo o valor dos vermes descarregados de um dolar a um dolar e 25 "cents" por centena, devem êles ocorrer em quantidade tal que uma cavadeira possa colher um mínimo de 400 a 500 em cada período de baixa mar, a fim de compensar o trabalho. Cumpre haver disponibilidade de algas para acondicionamento, sendo mais empregada a alga fibrosa, **Ascophyllum mackali**. São inadequadas as algas comuns de rochas porque apodrecem ràpidamente, matando os vermes com mucosidade, ou são demasiado pesadas. O produto da pesca deve ser localizado em depósito arejao a fim de assegurar custo de transporte mínimo ao produto perecível a embarcar. Há necessidade de assegurar mão de obra para o trabalho sazonal.

De tôda a área costeira canadense, apenas uma continua "bloodeworms" em escala comercial, incluindo Yarmouth Harbor, Little River, Goose Bay, Pubnico Harbor e Jardan River. Embora o tamanho médio dos vermes fosse um tanto inferior ao de Maine (U.S.A.), revelaram-se xecelentes as facilidades de manuseio no Canadá, parecendo bons as perspectivas da indústria.

Na opinião de MacPhail, pouco se conhece da biologia do "Bloodworm" que possa auxiliar na avaliação das possibilidades futuras da indústria. Na primavera de 1953 a Estação Biológica do Atlântico iniciou uma investigação em Yarmouth County, Nova Scotia, sôbre a biologia do "bloodworm", com atenção particular aos efeitos da pesca sôbre os estoques, prosseguindo o trabalho nas áreas mais promissoras.

Figurando na dieta de muitos peixes de valor comercial, contribuem ainda os vermes marinhos, indiretamente, na alimentação humana.

Perspectivas da exportação de vermes marinhos no Brasil — A escassez de isca prejudica diversas vêzes o rendimento das pescarias brasileiras. Lançam mão os pescadores cearenses de organismos aquáticos de valor comercial apreciável — lagosta, **Panulirus argus** — para captura: peixes de valor comercial. Como a lagosta do Ceará e de Pernambuco vem sendo exportada para os Estados Unidos, parece conveniente estudar-se a de auferir a maior quantidade de divisas com essa exportação — sem esquecer a regulamentação da pesca e a salvaguarda dos estoques do crustáceo.

A substituição da isca de lagosta por outras iscas de menor valor, por parte dos pescadores de peixes de valor comercial, é uma medida que precisa ser tomada, em benefício do maior volume de exportação de **P. argus** para os Estados Unidos.

Talvez conviesse às Universidades do Ceará e do Recife investigar se, nas praias nordestinas, ocorrem vermes marinhos que possam ser empregados como isca, evitando o consumo da lagosta e de peixes para êsse fim.

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA DO PAÍS

JOSÉ A. VIEIRA
(Diretor do S.I.A.)

E' indiscutível a importância de algumas medidas tomadas pelas altas autoridades militares do país para a formação de nova mentalidade rural nos soldados recrutados das regiões agrícolas. Visam tais medidas impedir que os braços da lavoura depois de manipularem os fuzis, abandonem as enxadas e afastem da vida rural valioso contigente humano, quase sempre traído pelas seduções das grandes cidades depois da permanência nos quartéis.

Uma das afirmativas comuns, porém inexata, é a de que o Exército, convocando anualmente milhares de rapazes dos campos para suas tropas, concorre para agravar as condições do trabalho agrícola do país. O êxodo rural teria, mesmo, uma de suas causas no recrutamento da mocidade dos campos, desfalcando-os de seus melhores elementos. Não assiste razão aos que advogam esta tese, pois o êxodo rural tem outras origens, mais profundas e complexas. O recrutamento militar nunca foi causa real dêste êxodo, quando muito um dos veículos para alcançar as cidades. Ao contrário, o serviço militar tem tôda possibilidade de representar, para a vida nacional, um dos mais eficientes e positivos fatôres de fixação do homem rural em seu meio de origem e da elevação da produtividade agrícola, exercendo influência imediata na melhoria do padrão de vida das populações do interior.

As próprias classes rurais já se pronunciaram nêste sentido, em conclaves de âmbito nacional (Conferência Rural Brasileira, em São Paulo, 1954), reconhecendo ser indispensável a colaboração das Fôrças Armadas, em particular do Exército, na estabilidade e maior produtividade de nossa economia agrícola.

No Exército, o cidadão recrutado do meio rural, independentemente da instrução militar, poderá receber inestimável educação agrícola ou pastoril por intermédio das bem organizadas granjas já existentes em vários corpos de tropa, bem como em serviços especializados, como o de Remonta e Veterinária. Os resultados já obtidos são promissores, como mostraremos adiante e a experiência já acumulada indica os rumos certos que devem ser tomados, com maior amplitude, para a integração do cidadão rural na sua comunidade, no seu regresso à vida civil. É de se prever, assim, a multiplicação das granjas militares e sua organização dentro de novos objetivos ou finalidades, dando, dêste modo, ensejo a que o rurícola, em sua vida militar, aprenda novas técnicas de produção e possa, retornando ao meio de onde veio, contribuir para o melhoramento e rendimento dos trabalhos agrícolas. Além do que já tem sido feito, não é de desprezar a sugestão, já lançada pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o eminente professor Artur Torres Filho, no sentido da criação de centros especiais de treinamento agrícola, em tôdas as organizações militares, mediante melhor e perfeito entrosamento de ação entre os Ministérios da Agricultura e da Guerra. Seria esta realmente uma fórmula excelente, de indiscutível eficiência, para a educação das populações rurais.

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de "A LAVOURA"

Videira Niagara

Esclarecendo ao Snr. J. P., nosso consócio do Estado do Espirito Santo, temos a informar

a — a videira Niagara é, realmente magnifica variedade para a produção de uva de mesa;

b — e uma variedade rustica, resistente a enfermidades e muito produtiva;

c — a videira Niagara é cultivada, principalmente, nos Estados de Minas Gerais e de S. Paulo.

Plantas resiniferas

Atendendo ao pedido de nosso consócio M. L., do Estado do Rio informamos que, entre outras, podemos lembrar como resiniferas, as seguintes plantas brasileiras: jutaí, breu branco, aruru, anani, lacre, sorveira, tamanqueira e outras.

Crotalarias

Respondendo ao Snr. M. N. V., nosso consócio do Estado da Bahia, temos a informar que entre as Crotalarias são muito usadas para a produção de massa verde (adubação verde), a Crotalaria juncea (fornece cerca de 50 toneladas de massa verde por hectare), a crotalaria paulina (cerca de 40 ton/hectare) e a Crotalaria spectabilis (cerca de 20 ton hectare).

Cultura da Juta

Esclarecendo ao Snr. B. L. O., nosso consócio do Estado do Ceará, informamos:

a — a semeadura da juta na Amazônia realiza-se nos meses de Novembro e Dezembro;

b — a colheita realiza-se nos meses de Março e Abril (quatro meses após a semeadura;

c — o rendimento medio e de 1 100 quilos por hectare;

d — a juta e uma fibra lignocelulósica, contendo aproximadamente 60% de celulose

Queda de frutos

Respondendo ao Snr H. G. M., nosso consócio do Estado de Minas Gerais temos a informar que a queda de frutos da laranjeira pode ter várias origens.

a) disturbios fisiologicos;
b) ataque de pragas
c) enfermidades;
d) condições climáticas adversas

Acaros no mamoeiro

Pela descrição feita pelo nosso consócio do D. Federal, Snr. A. C. M., trata-se, sem dúvida, de ataque de acaro no mamoeiro.

Para controle da praga aconselhamos pulverizações com enxofre molhavel na seguinte proporção:

enxofre molhavel . . .	80 gr.
agua	10 litros

O consulente deve fazer três pulverizações com intervalos de 10 em 10 dias.

Tem aumentado considerávelmente nos últimos anos o número de cooperativas na China. Segundo dados divulgados, existiam na China, até o fim do ano passado, 1.200.000 o fim do ano passado, 1.240.000 cooperativas de produtos agrícolas.

UNIÃO CULTURAL BRASIL-ESTADOS-UNIDOS

Foi eleita e empossada a nova Diretoria para o biênio 1956-1957, que ficou assim constituída:

Presidente — *Dr. Trajano Pupo Netto.*

1.º Vice-Presidente — *Dr. Joaquim A. Carioba.*

2.º Vice-Presidente — *Dr. Roberto V. Cardeias.*

1.º Secretario — *Dr. Benedito P. Porto.*

2.º Secretário — *Dr. Sylvio do C. M. Filho.*

1.º Tesoureiro — *Sr. Alvaro P. de Aguir.*

2.º Tesoreiro — *Dr. Antonio S. Junior.*

Diretores — *Sr. Charles E. Waddell, Dr. Paulo R. de Magalhães e Prof. Peles G Baker.*

CURSOS DE INFORMAÇÃO DE EXTENSÃO AGRICOLA

Durante o corrente ano realizara-se-ão no Brasil, três cursos de Informação Agrícola e de Redação Técnica nos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, promovidos pelo Instituto Interamericano de Ciencias Agricolas.

CINTURÃO VERDE EM BELO-HORIZONTE

O Dr. Alvaro Marcilio, em entrevista concedida à imprensa, expos o seu plano de formação de um cinturão verde destinado a abastecer a capital mineira com frutas, hortaliças e ovos.

CURSOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Serão realizados seis Cursos Praticos de Inseminação Artificial, nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

NOTICIÁRIO

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil exportou, em 1955, segundo as estimativas, mais café, mais algodão, mais cacau, em volume físico.

SAFRA CAFEEIRA PAULISTA

A primeira estimativa da Sub-Divisão de Economia Rural de S. Paulo referente à café para o ano 1955/56 foi de 7.600.000 sacas, e a estimativa do Instituto Brasileiro do Café foi de 8.800.000 sacas.

SAFRA BRASILEIRA DE CAFÉ

O Instituto Brasileiro do Café estimou em 20.347.810 sacas o montante da safra brasileira de café no ano 1955/1956.

PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM S. PAULO

Segundo estimativa feita pela Sub-Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, será de 49 milhões de arrobas a safra de algodão em caroço naquele Estado.

MILHO NO PARANÁ

Estima-se a presente safra de milho do Estado do Paraná em cerca de 20.000.000 de sacas de 60, com um elevado acréscimo em relação ao ano anterior, que foi de 15.517225 sacas de 60 quilos.

AUMENTO DE NOSSA PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA

Segundo os dados divulgados por Conjuntura Econômica houve um aumento de 5,3% sobre os resultados do ano anterior, no volume da produção agropecuária do país (agricultura, produção animal e extrativa vegetal).

EM S. PAULO, A MAIOR PRODUÇÃO AGRICOLA DO PAIS

A produção agricola do Estado de S. Paulo atingiu, em 1955 a 17.776.832 toneladas no valor aproximado de trinta e oito bilhões de cruzeiros.

CURSO AVULSO DE AUXILIARES FEMENINOS RURAIS

Na sede da Universidade Rural do Km. 47 funcionará, no corrente ano, um Curso Avulso de Auxiliares Femeninos Rurais, com o fim de preparar moças do interior para ajudar o trabalho social na zona rural.

MAIS LAVRADORES REGISTRADOS

Foram registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, durante o mês de março do corrente, mais 1.240 lavradores.

(Conclusão da pág. 44)

balho: a imediata, que corresponderá à prestação de um verdadeiro socorro de emergência ao trabalhador rural, pela adoção de medidas diretas e específicas; a mediata, baseada na complementação de pesquizas e estudos já iniciados e em cujos resultados serão alicerçados previdências de caráter mais profundo, porém de resultados mais seguros e definitivos.

Para lá seguirmos com a cooperação de todos, aproveitando ao máximo iniciativas e serviços em curso; organizado novos e sobretudo procurando, pela união de esforços, chegar ao objetivo principal do S.S.R., que é o de criar condições capazes de fixar no meio rural o agricultor e sua familia, pelo bem-estar social, pelas condições de saúde, educação e economia, evitando não só o êxodo desordenado e sempre crescente para os centros populosos, como garantindo e mantendo, em ritmo ascendente, os índices da nossa produtividade agrícola".

BIBLIOTECA DA S. N. A.

Recebemos e agradecemos as seguintes doações feitas à biblioteca da S. N. A.:

OFERTA DO DR. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

1 — Boletim do expurgo e beneficiamento de cereais — mimeografado — 1931 - 1932 — esgotado.
2 — Plano de eletrificação de Minas Gerais, elaborado sob a orientação do Eng. Lucas Lopes — (5 volumes).
3 — A provincia Eclesiástica do Rio de Janeiro — Dr. Guilherme Schubert.
4 — Aspectos econômicos da bacia do Rio São Francisco (mapas) por Antonio de Arruda Câmara — esgotado.
5 — La NACION — número de, homenagem — 1822-1922 — contendo um trabalho do Dr. Arthur Torres Filho.
6 — Atlas geológico do Brasil.
7 — Relatórios das Comissões Cruls e Poli Coelho.
8 — Investigações Agronômicas — zonas de Goiás — Antonio de Arruda Câmara — esgotada.
9 — Apostilhas das aulas de Metodologia do Ensino Agricola do curso de formação de professores e orientadores do Ensino Agricola da Fundação Getúlio Vargas — Geraldo G. da Silveira.
10 — Mapas que ilustraram a conferência do Vice-Presidente Arruda Câmara sôbre o sitio da Nova Capital.

OFERTA DO PROFESSOR GERALDO G. DA SILVEIRA

1 — Boletin da União Panamericana — vol. XLII — n. 7 — 1940.
2 — Boletim do coperativismo do Estado do Rio de Janeiro — ano V — n. 40.
3 — Revista de Agricultura — ano 36 — n. 1.
4 — Anuário Estatistico do D. F. — 1947 — ano X — vol. I.
5 — Agricultura e pecuária — ano XVIII — n. 287 — (duplicata).
6 — Extrato del Boletin del Ministerio de Agricultura, de la Nacional — tomo XXVIII — n. 1-2-2-3 — tomo XXIX — n. 1-2-3 — homo XXX — n. 1-4.
7 — O concurso de vacas leiteiras, na 1.ª exposição-feira agro-pecuária de Juiz de Fora — 1937
8 — O alcool carburente, problema nacional — 1942.
9 — Pelo Indio e pela sua proteção oficial — Luiz Bueno Horta Barbosa — Rio de Janeiro — 1947.
10 — Sinopse estatística do Estado — n. 1 — 1936.
11 — Instruciones para el uso del Polisulfuro de calcio sarnifugo — 1938.
12 — Reajuste de arrendimientos agricolas, ley n 12771 — 1942.
13 — Memória acêrca da fiscalização e defesa comercial da manteiga — 1931
14 — A fabricação do queijo — H. L. Wilson 1938
15 — Estrutura da economia agropecuária do Brasil — estatistica agricola n 1 — 1950
16 — Banco Mineiro da produção S. A. — relatorio — 1949.
17 — Valoricemos nuestros cueros vacunos — 1934
18 — Regulamento e temário do 1.º Congresso Florestal Brasileiro — 1953.
19 — Profilaxia da tuberculose bovina — Luiz Gonçalves Vieira — 1936.
20 — Exposição Palacio da descoberta Universidade de Paris — 1953.
21 — O Ministerio da Agricultura — 1932.
22 — Memória del servicio sanitário algodonero — 1933.
23 — Instruciones para afectuar una correta vinificación — Nicolas Correra Luna — 1936
24 — Alimentacio del ganado — Andrés Aguirre Arregui — 1936.
25 — Avicultura — 1935.
26 — El Uruguay como productor de arroz — Engenio M. Topolanski — 1940.
27 — Coleta de material para exame — 1944
28 — Haces menos inseguras las cosechas de maiz — Rafael Vargas — 1942.
29 — Argentina.
30 — A duração do cio da vaca nas regioes tropicais — J. Barisson Villares — S. Paulo — 1944
31 — Principais doenças do porco — A. M. Penha — S. Paulo — 1932.
32 — Refrigerantes populares — Mozart de Cunto — 1950
33 — Boletim fomento rural — n 8-64-73
34 — Boletim fomento pecuario — n 10-28-33

35 — Boletin frutas y hortalizas — n. 3.
36 — Profilaxis de la sarna ovina — Alejandro Andrieu y Gabriel Antonio Casos — 1941.
37 — Huevos — Pedro A. de Sarasqueta — Buenos Aires — 1946.
38 — Caracteristicas de la vaca lechera — Felipe Erdmann — Buenos Aires.
39 — Instrucciones para la elaboracion de cueros — Buenos Aires — 1944.
40 — Enfermedad de los rastrojos — Buenos Aires — 1941.
41 — Preparación de cuajo de chivito y corderito — Buenos Aires — 1942.
42 — Identificación de hilados, tejidos y confecciones — Buenos Aires.
43 — Estomatites vesiculosa y estomatitis pustulosa de los equinos — Buenos Aires — 1943.
44 — La febre aftosa — Luiz Pizzi — Buenos Aires — 1946.
45 — Un mes de labor en el M. de Agricultura — Buenos Aires — 1945.
46 — Lanares en la Republica Argentina — Cesar A. Calvo — 1948.
47 — Casimir — cachemira — kashmir — Cesar Calvo — Buenos Aires — 1948.

OFERTA DO DR. FRANCISCO ANTONIO MAGARINOS TORRES

1 — Hydrologie agricole — F. Dienert — Encyclopédie agricole — Paris.
2 — Microbiologie — Ed Kayser — Encyclopedie agricole — Paris.
3 — Industrie et Commerce des engrais — Ch. Pluvinage — Encyclopedie agricole — Paris.
4 — Engrais — G. V. Garola — Encyclopedie agricole — Paris.
5 — Zootechnie générale — P. Diffloth — Encyclopédie agricole — Paris.
6 — Zootechnie — races chevalines — P. Diffloth — Encyclopédie agricole.
7 — Maladies parasitaires des plantes cultivees — Delacroix & Maublanc — Encyclopedie agricole — Paris.
8 — Botanique agricole — E. Schribaux et Nanot — Encyclopédie agricole.
9 — Silviculture — Albert Fron — Encyclopédie agricole — Paris.
10 — Analyses agricoles — R. Guillin — Encyclopédie agricole — Paris.
11 — Agriculture générale — semailles & recoltes — P. Diffloth — Encyclopedie agricole — Paris.
12 — Hydrologie agricole — F. Dienert — Encyclopédie agricole — Paris.
13 — Machines de récoltes — G. Coupan — Encyclopédie agricole — Paris.
14 — Agricultura y agronomia tropical — U. R. Senelal — Biblioteca de Agricultura — Paris.
15 — Céréales — G. V. Garola — Paris — Encyclopédie agricole.
16 — Agriculture générale — le sol et les labours — P. Diffloth — Encyclopedie agricole — Paris.
17 — Laiterie — Ch. Martin — Encyclopedie agricole — Paris.
18 — Économie rurale — E. Jouzier — Encyclopédie agricole — Paris.
19 — Le livre agricole des instituteurs — C. Seltensperger — Encyclopédie agricole — Paris.
20 — Agriculture generale — le sol et les labours — P. Diffloth — Paris.
21 — Législation rurale — E. Jouzier — Encyclopédie agricole — Paris.
22 — Geologie agricole — E. Card — Encyclopédie agricole — Paris.
23 — Machines de culture — G. Coupan — Encyclopédie agricole — Paris.
24 — Hygiene et maladies du bétail — P. Gagny et R. Gouin — Encyclopédie agricole — Paris.
25 — Maladies parasitaires des plantes cultivées — Delacroix & Maublanc — Encyclopédie agricole — Paris. (duplicata).
26 — Chimie agricole — chimie vegétale — G. André — Encyclopédie agricole.
27 — Plantes à parfums et plantes aromatiques — A. Rolet. Encyclopédie agricole — Paris.
28 — Comment exploiter un domaine agricole — R. Vuigner — Encyclopédie agricole —
29 — Culture du midi — Ch. Rivière & H. Lecq — Encyclopédie agricole — Paris.
30 — Comptabilité de la ferme — Rony Ballu — Encyclopédie agricole — Paris.
31 — L'Agriculture à L'Ecole Supérieure — L. Rougier — Cl. Perret — Paris.
32 — Economie rurale — législation — Comptabilité — Charles Seltensperger.
33 — Cultures speciales — Charles Seltensperger — Paris.
34 — La conservation des récoltes — P. Diffloth — Paris.
35 — O Ceará Económico — Dr. G. de Souza Pinto — Fortaleza — 1934.
36 — Serviços rodoviários no Estado da Bahia — Bahia — 1933.
37 — A Indústria pastoril na Republica Argentina — A. Gomes Carmo — Buenos Aires — 1916.
38 — A merindiba — Octavio Silveira Mello — Rio de Janeiro — 1938.
39 — Primeiro congresso de cultivadores de alfafa — S. Paulo — 1915.
40 — Rumo à terra — Fábio Luz Filho — Rio de Janeiro — 1929.
41 — Conservação dos produtos agricolas — Cesare Manicardi — Lisboa — 1916.
42 — Noções elementares de agronomia — Lourenço Granato — S. Paulo — 1911.
43 — Tecnologia agricola — Lourenço Granato — S. Paulo — 1912.
44 — Os oleos vegetais na economia mundial — Joaquim Bertino de Moraes Carvalho — Rio de Janeiro — 1939.
45 — Chaves para determinação de gêneros brasileiros e exoticos das dicotiledôneas mais cultivadas no Brasil — Liberato Joaquim Barroso.
46 — Nomes vulgares de plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio — A. J. Sampaio — Rio de Janeiro — 1938.
47 — Legislação agro-pecuária do Estado de São Paulo — Joaquim T. de Assumpção — S. Paulo — 1920.
48 — Alerta — Orozimbo Martins Pereira — Rio de Janeiro — 1942.
49 — Banco do Brasil — Carteira de Crédito Agricola e Industrial — 1939.
50 — O Crédito agricola e industrial no Brasil — 1940.
51 — Relatório apres. ao Sr. Dr. Getulio Vargas por Dr. Paulo Martins de Souza Ramos — 1940.
52 — O Mosaico da cana de açúcar e de outras gramíneas — E. C. Brandes.

53 — Comissão nacional do gasogênio — Rio de Janeiro — 1941.
54 — O mercado mundial de ovos e as possibilidades de exportação pelo Brasil — Julio Portzcher — Rio de Janeiro — 1940.
55 — Contribuição ao estudo do problema dos parques nacionais — Paulo F. de Souza — Rio de Janeiro — 1936.
56 — A hulha nacional e sua aplicação à indústria — Fernando Martins Pereira e Souza — Rio de Janeiro — 1943.
57 — Tecnologia da madeira — D. Guilherme de Almeida — Rio de Janeiro — 1940.
58 — Notas sôbre a cultura da oiticica — Fernandes e Silva — Rio de Janeiro — 1940.
59 — Defesa dos grãos alimentícios armazenados contra insetos nocivos. H. S. Lepáge — São Paulo — 1943.
60 — Produção de crêmes — Pedro Menendez Lees — Rio de Janeiro — 1937.
61 — Curso rápio de sericicultura — Rio de Janeiro — 1939.
62 — I. S. N. sericicultura — n 6-9-10 — Campinas — 1935.
63 — A cultura da mandioca — Milton Barreira — Rio de Janeiro — 1940.
64 — O milho — Henrique Lobbe — S. Paulo — 1939.
65 — A crise do trigo e a fabricação dos pães mixtos — Rio de Janeiro — 1917.
66 — Instruções práticas sôbre a cultura do algodoeiro — R. Cruz Martins. Boletim n. 5 — S. Paulo.
67 — Comentários informativos sôbre o algodão — Juvencio Mariz de Lyra — Rio de Janeiro — 1933.
68 — O algodão — Fernando Costa.
69 — Aspectos econômicos da exploração algodoeira no Brasil — Juvencio Mariz de Lyra — Rio de Janeiro — 1933.
70 — Cultura da Gardênio — folheto n. 199.
71 — Rumos da lavoura no Recôncavo da Bahia — Gregorio Bondar — boletim n 3 — Bahia — 1939.
72 — Palmeiras na Bahia do Gênero Cocos — Gregorio Bondar — boletim n. 4 — Bahia — 1939.
73 — Importância econômica das palmeiras nativas do gênero cocos nas zonas secas do interior bahiano — Gregorio Bondar — Bahia — 1939.
74 — O coqueiro no Brasil — Gregorio Bondar — Boletim n. 7 — Bahia — 1939.
75 — Palmeiras do gênero cocos e descrição de duas espécies novas — Gregorio Bondar — boletim n. 9 — Bahia — 1941.
76 — Rumos a lavoura no Estado do Espírito Santo e culturas tropicais na Bahia — Gregorio Bondar — Bahia — 1942. boletim n. 10.
76 — Rumos a lavoura no Estado do Espírito Santo e culturas tropicais na Bahia — Gregorio Bondar — Bahia — 1942 boletim n. 10.
77 — As ceras no Brasil e o licuri na Bahia — Gregorio Bondar — boletim n 11 — Bahia — 1942.
78 — Penão — novo recurso oleífero da Bahia — Gregorio Bondar — boletim n. 12 — Bahia — 1942.
79 — A piassaveira e outras palmeiras attaleineas na Bahia — Gregorio Bondar — boletim n. 13 — Bahia — 1942.
80 — Cultura do fumo — série sôbre agricultura — 1934.
81 — Instruções práticas sôbre a cultura do fumo — Gustavo R. P. D'Utra — S. Paulo — 1910.
82 — Cultura do fumo — Rio de Janeiro — 1928.
83 — A cultura do fumo — Rio de Janeiro — 1931.
84 — Lei das cooperativas — Rio de Janeiro — 1938.
85 — Marcha para o Oeste — Rio de Janeiro — 1940.
86 — Reforma dos serviços de estatística geral do Estado da Paraíba — Ed. Brandão Maldonado — Rio de Janeiro — 1935.
87 — Palmeiras nativas gênero côcos na alimentação dos animais domésticos — 1939.
88 — O gasogênio nos auto-veículos — Octavio Rodrigues da Cunha — Rio de Janeiro — 1940.
89 — Mamona, a baga que vale ouro — Pimentel Gomes — Rio de Janeiro — 1940.
90 — Cultura da cana de açucar — Adrião Caminha Filho — Rio de Janeiro — 1939.
91 — Alimentação das galinhas — Silvio Torres — Rio de Janeiro — 1938.
92 — O aquário no lar — Rio de Janeiro — 1939.
93 — A industrialização das fibras texteis liberianas — Irvino W. Tibyriçá — Rio de Janeiro — 1940.
94 — O vinho do pôrto — José Joaquim da Costa Lima.
95 — Produção, comércio e consumo de hortaliças em São Paulo — Evaristo Leitão e João Soares Palmeira — Rio de Janeiro — 1937.
96 — Processos usados na embalagem de frutas e hortaliças no mercado do Distrito Federal — Evaristo Leitão — Rio de Janeiro — 1936.
97 — Sisal — Irvino W. Tibyriçá — Rio de Janeiro — 1940.
98 — Para melhorar a alimentação da população paulista — Pompeo do Amaral — São Paulo — 1941.
99 — O palmito e o coco nos usos culinários no Brasil — Gregorio Bondar — Rio de Janeiro — 1942.

(Continua)

A Renda Nacional em 1953

A Renda Nacional do Brasil elevou-se a 336,5 bilhões de cruzeiros em 1953, segundo as estimativas da Fundação Getúlio Vargas. Em relação ao ano de 1952, quando o total estimado havia sido de 284,4 bilhões de cruzeiros, o aumento foi da ordem de 18,3%. Desde de 1947, as taxas de incremento anual, em têrmos nominais, têm sido sempre superior a 11%, alcançando o máximo (19,5%) em 1951, para cair a 15,6% em 1952 e novamente elevar-se no ano seguinte.

São Paulo contribui com a maior parte — 113,2 bilhões de cruzeiros, o que corresponde a pouco menos de terço do total nacional. Mas o crescimento, em comparação com o ano anterior, foi ali de apenas 6,4%. No Distrito Federal, a segunda Unidade de maior Renda (50,9 bilhões), verficou-se também incremento anual relativamente modesto: 12,3%. As mais elevadas taxas de cresclmento aparecem no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde os resultados referente aos do ano de 1953 foram, respectivamente, 24,9% e 24,3% superiores aos do ano de 1952. Em um único Estado — o Rio Grande do Norte — houve declina absoluto da renda : de 2.824 milhões para 2.676,3 milhões de cruzeiros.

A renda "per capita" do brasileiro evoluiu de 2.870 cruzeiros, em 1947, a 6.033 cruzeiros em 1953, em valores não deflacionados, passando do indice 100, naquele ano, ao indice 242, nêste último. Na discriminação pelos Estados, as quotas por habitante variam dos minimos de 1.878 e 1581 cruzeiros no Maranhão e no Piauí, aos máximos de 11.510 cruzeiros em São Paulo e 19.549 cruzeiros no Distrito Federal. Assim, a renda "per capita" do carioca é mais de 10 vêzes superior à do piauiense e a do paulista quase 10 vêzes superior à do maranhense.

(Conclusão da pág. 36)

Inglês, Matemática, Geografia Econômica, e noções de Comércio, estando em estudos a ampliação do número de matérias.

No sistema SENAC acham-se hoje matriculados cêrca de 5.000 (cinco mil) alunos, e de ano a ano sobe a cifra daquêles que se beneficiam com o ensino gratuito instituído em benefício da classe comerciária pelos seus dignos patronos.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, tal como o *Sesi*, o *Sesc* e outros, são uma demonstração do interêsse da classe patronal em favor dos trabalhadores. Ate aqui havia uma falha, nesses serviços assistenciais, pela exclusão da classe agrícola. Com a organização, entretanto, do Serviço Social Rural, o campo em breve passará a beneficiar-se também com facilidades de ensino, de alimentação, de habitação — que sempre lhe faltaram, mas que agora, sem dúvida, e em breve, deverão concorrer decisivamente para o alevantamento do nível de vida dessas abandonadas populações.

O desequilíbrio desaparecerá e tudo faz com que, num e noutros setores, um aperfeiçoamento sempre crescente irá tornando tais benefícios cada vez mais palpáveis, mais evidentes.

Regulamento do Serviço Social Rural

TÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º O Serviço Social Rural (S.S.R.), criado pela Lei n.º 2.613, de 23-9-55, subordinado ao Ministério da Agricultura, constitui uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de patrimônio próprio, sede e fôro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º São finalidades do S.S.R.:

I — prestar serviços sociais no meio rural visando à melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne a:

a) alimentação, vestuário e habitação;

b) saúde, educação e assistência sanitária;

c) incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e fixá-lo à terra;

II — promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento de técnicas de trabalho adequadas ao meio rural.

III — fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;

IV — incentivar a criação de cooperativas e associações rurais, bem como melhorar a organização social e econômica das comunidades.

V — realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo.

VI — fornecer, semestralmente, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, relações estatísticas sôbre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

TÍTULO II

Da organização

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Administrativos

Art. 3.º São órgãos do S.S.R.:

I — Conselho Nacional (C. N.).

II — Conselhos Estaduais, dos Territórios Federais e Distrito Federal (Conselhos Regionais C. R.);

III — Juntas Municipais (J.M.);

Parágrafo único — Os Conselhos Estaduais, dos Territórios Federais e do Distrito Federal (C. R.) terão a autonomia necessária para promover a execução dos planos traçados pelo Conselho Nacional e, por intermédio das Juntas Municipais, adaptá-los às peculiaridades locais, dentro das normas gerais traçadas pelo C. N.

Art. 4.º O Conselho Nacional é constituído:

a) de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, dentre três nomes escolhidos pela Diretoria da Confederação Rural Brasileira;

b) de um representante do Ministério da Agricultura;

c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

d) de um representante do Ministério da Educação e Cultura;

e) de um representante do Ministério da Saúde;

f) de quatro representantes da classe rural, eleitos em As-

sembleia Geral da Confederação Rural Brasileira.

Art. 5.º Os Conselhos Regionais são constituidos de um Presidente, escolhido pelo Conselho Nacional, dentre três nomes apresentados pela diretoria da respectiva Federação das Associações Rurais, de um representante da classe rural, eleito em assembleia geral da mesma federação, e de um representante do Govêrno do Estado, do Território ou do Distrito Federal.

Art. 6.º As Juntas Municipais são constituidas de um Presidente, escolhido pelo Conselho Regional, dentre três nomes apresentados pela diretoria da Associação Rural local filiada à Federação das Associações Rurais do Estado, do Território ou do Distrito Federal; de um representante da classe, eleito em Assembléia Geral da mesma Associação, e de um representante da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único — Nos Municipios onde não existir Associação Rural, poderá ser instalada a J. M., cabendo ao C.R. nomear o seu Presidente e à Federação das Associações Rurais do Estado do Território ou do Distrito Federal, indicar o representante da classe. Criada, porém, a Associação Rural e feitas por esta as indicações, será a J. M. reestruturada, funcionando seus dois novos membros pelo restante do prazo do mandato.

Art. 7.º O mandato dos membros dos Conselhos Nacional, Regionais e das Juntas Municipais será de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

§ 1.º Os órgãos colegiados de que trata êste Capitulo funcionarão com a maioria de seus membros, cabendo aos presidentes voto deliberativo e de qualidade.

§ 2.º Na falta ou impedimentos eventuais dos presidentes serão êle substituidos pelo representante da classe, cabendo ao presidente do C.N. designar o seu substituto dentro do mesmo critério. No caso de renúncia ou morte, a substituição prevalecerá até a nomeação do novo presidente, que completará o mandato do anterior.

Art. 8.º Os representantes dos Ministérios serão designados por por ato do Presidente da República, dentre três nomes indicados pelo respectivo Ministro de Estado, e se empossarão perante o Presidente do C. N.; e os dos Governos dos Estados e dos Municipios, por ato dos respectivos Governadores e Prefeitos.

Art. 9.º As eleições dos representantes das classes rurais se regerão pelos estatutos da respectiva entidade, sendo, contudo, obrigatório o escrutínio secreto bem como a convocação da Assembleia Geral por edital, publicado, no minimo, com 30 (trinta) dias de antecedência, no **Diário Oficial** do Estado e nos órgãos de maior circulação da imprensa local, se houver. Na ausência de órgão de imprensa local, será o edital estampado em jornal de grande circulação, editado na Capital e afixado na sede da Prefeitura e **Forum** locais.

Parágrafo único — A reunião de diretorias de Associações ou Federações Rurais para a escolha dos três nomes de candidatos à Presidência dos Conselhos Regionais ou das Juntas Municipais será convocada, por carta registrada com dez dias de antecedência no minimo.

Art. 10. O Presidente do Conselho Nacional tomará posse perante o Ministro da Agricultura cabendo-lhe dar posse aos demais membros e aos presidentes dos C.R.;

§ 1.º Os presidentes dos C.R. empossarão os demais membros dêstes e os presidentes das J.M., e êstes os componentes destas.

§ 2.º A posse dos integrantes dos Conselhos e Juntas será procedida à vista dos respectivos titulos de nomeação ou, nos casos de eleição, pela exibição de certidão da ata da assembleia, acompanha dos editais de convocação de que trata o art. 9.º

Art. 11. Os vencimentos dos Presidentes dos Conselhos Regionais e Juntas Municipais, e a gratificação dos seus membros, serão fixados pelo C. N.

Art. 12. O C.N. reunir-se-á ordinàriamente uma vez por semana e os demais quinzenalmente, podendo qualquer dêles ser convocado extraordinàriamente por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 13. As atividades técnicas e de administração geral do S.S.R. serão exercidas através de um Departamento Técnico-Administrativo (D. T. A.), que poderá ser subdividido em Divisões, Serviços e Seções, de acôrdo com as conveniências e necessidades dos trabalhos.

TÍTULO III

Da competência dos orgãos administrativos

CAPITULO I

Do Conselho Nacional

Art. 14. Compete ao Conselho Nacional a administração geral do S. S. R. e, especialmente:

a) baixar o regimento interno do S. S. R., estruturando os respectivos serviços em todo o território nacional;

b) organizar, até 31 de julho de cada ano, o plano geral de serviços do S. S. R., podendo, para êsse efeito, desdobrá-lo, tendo em vista as peculiaridades de diferentes regiões do país e formular os critérios gerais para a prestação de serviços;

c) elaborar o orçamento geral, até 20 de dezembro, especificando as verbas relativas aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municipios, para aprovação do Presidente da República;

d) propor ao Presidente da República a aprovação ou alteração do Quadro de Pessoal;

e) baixar as instruções necessárias à boa execução da lei e dêste regulamento;

f) exercer o contrôle geral dos serviços, fiscalizar a aplicação dos dinheiros e tomar contas sempre que julgar oportuno;

g) deliberar sôbre alterações propostas pelos C.R., quanto à aplicação, para a respectiva jurisdição, do plano geral elaborado;

h) autorizar a assinatura de convênios com entidades públicas ou privadas para efeito de recolhimento das contribuições devidas ou para a realização de serviços;

i) designar servidores especializados do S.S.R., com prazo certo, para regularizar o funcionamento de Conselhos Regionais ou Juntas Municipais nos casos de falta de prestação de contas, indevida aplicação de verbas, desvirtuamento na execução dos planos aprovados ou desentendimento de instruções

superiores. Tal intervenção só poderá ser decretada por votação de dois terços no mínimo do C.N., ex-officio ou por solicitação do Presidente do C.N., da Federação das Associações Rurais, da Associação Rural do Município ou pela maioria do C. R. ou da J. M.

j) dirimir as dúvidas surgidas quanto à classificação dos contribuintes e incidência das contribuições;

k) determinar as providências que se fizerem necessárias para a mais perfeita arrecadação e fiscalização das contribuições, inclusive autorizando a realização de convênios e acordos;

l) subsidiar serviços, tendo em vista, especialmente, as zonas menos favorecidas do território nacional;

m) baixar, na forma da lei, instruções para aquisição e venda de materiais;

Parágrafo único — As deliberações do C.N. serão sempre tomadas como base nos estudos e sugestões apresentados pelo D. T. A.

CAPITULO II

Do Presidente do Conselho Nacional

Art. 15. O Presidente do C.N. tomará posse perante o Ministro da Agricultura e será o responsável pelas atividades executivas do S.S.R.

Art. 16. Compete ao Presidente do C.N.:

a) representar o S.S.R., ativa e passivamente, em juízo ou fora dêle, podendo delegar poderes que lhe forem específicos;

b) presidir as sessões do C.N.;

c) superintender as atividades do S.S.R., pondo em execução o programa e as determinações do C.N., bem como o cumprimento das disposições legais, regulamentares e regimentais a êle relativas;

d) autorizar as despesas previstas no orçamento propostas pelo Diretor Geral do D.T.A.

e) movimentar recursos financeiros, dar quitação, emitindo e aceitando saques e ordens de pagamento, assinando recibos, cheques e mais documentos, juntamente com o Diretor Geral do D.T.A.;

f) dar posse ao Diretor Geral do D.T.A. bem como aos demais ocupantes de cargos em comissão;

g) nomear, exonerar e promover, à vista de proposta do D.T.A., os funcionários efetivos do S.S.R. e aprovar ou não as indicações oriundas dos C.R. e J.M.;

h) apresentar ao C.N. plano de execução de serviços atribuídos ao S.S.R., bem como proposta orçamentária, até 30 de julho após o pronunciamento do D.T.A.;

i) transmitir aos C.R. e J.M. as deliberações do C.N. que lhes digam respeito;

j) fiscalizar através do D.T.A. as aplicações de dinheiro pelos C.R. e J.M., manifestando-se a respeito perante o C.N., bem como solicitar aos mesmos informações que julgue necessárias ou sejam pedidas por qualquer dos membros do Conselho;

k) exercer, na forma da alínea anterior, fiscalização sôbre execução dos serviços do S.S.R., e a aplicação de recursos, em qualquer ponto do território nacional;

l) supervisionar a cobrança das contribuições devidas ao S.S.R.

m) organizar, através do D.T.A. a prestação de contas do exercício anterior, submetendo-a ao C.N. até 15 de março.

n) conhecer dos conflitos entre os C.R. e as J.M. e decidir ex-officio sujeito a aprovação do C.N.

CAPITULO III

Dos Conselhos Regionais

Art. 17. Compete aos Conselhos Regionais, em colaboração com o C.N., no que couber:

a) administrar os serviços em sua esfera de ação, fiscalizando a sua execução pelas J.M., tomando-lhes contas, tudo dentro do aprovado pelo C.N. e dando a êste conhecimento de irregularidades que encontrar;

b) programar a aplicação dos próprios recursos em sua esfera de ação tendo em vista as diretrizes fixadas pelo C.N., elaborando proposta de orçamento a ser encaminhada à apreciação dêste até 31 de outubro;

c) subsidiar, nos têrmos da letra supra, serviços municipais do S.S.R., tendo em vista especialmente as zonas menos favorecidas da região;

d) estudar e planejar a execução dos programas de serviços aprovados pelo C.N., para os respectivos municípios, adaptando-os às peculiaridades locais, levando em consideração as propostas vindas das J.M.;

e) enviar mensalmente ao C.N. cópia de seu balancete, bem como relatório de suas atividades;

f) discutir e votar o balanço e o relatório anual de suas atividades, enviando-os ao C.N. até 20 de fevereiro;

g) prestar ao C.N. as informações que lhe sejam solicitadas, bem como facilitar por todos os meios e a qualquer tempo, a fiscalização de seus serviços e contas;

h) exercer funções e realizar serviços que lhe sejam delegados pelo C.N. mediante indenização de gastos.

CAPITULO IV

Dos Presidentes dos Conselhos Regionais

Art. 18. Compete aos Presidentes dos C.R.:

a) presidir às sessões do C.R.;

b) superintender as atividades do C.R., pondo em execução o programa aprovado e fazendo cumprir, em sua jurisdição, as determinações legais e regulamentares do S.S.R.;

c) movimentar recursos financeiros, dar quitação, emitindo e aceitando saques, ordens de pagamento, assinando cheques, recibos e mais documentos;

d) indicar ao Presidente do C.N., nomes para serem nomeados para os cargos em comissão e aplicar penas disciplinares em funcionários, inclusive de suspensão até 15 dias e conceder licenças;

e) elaborar e encaminhar ao C.R., até 30 de setembro, planos de serviços e propostas de orçamento, inclusive os dos serviços municipais;

f) encaminhar ao C.R., até 31 de janeiro, para apreciação, a prestação de contas e o relatório anual;

g) fiscalizar a execução dos serviços do S.S.R. no respectivo território, sem prejuízo da ação paralela do C.N., comunicando a êstes as irregularidades que encontrar;

h) prestar prontamente quaisquer informações solicitadas pelo C.N. ou pelo C.R.;

i) praticar outros atos inerentes a suas funções.

CAPITULO V

Das Juntas Municipais

Art. 19. As J.M. são os órgãos executivos locais, competindo-lhes:

a) programar, dentro do plano traçado pelo C.N. e adapta-

do pelos C.R., a execução dos serviços municipais do S.S.R., elaborando proposta de orçamento das respectivas despesas, a ser encaminhada ao C.R., até 31 de agôsto, sugerindo, inclusive, as alterações que julgue melhor atender às necessidades locais;

b) tomar conta da aplicação dos recursos, encaminhando o balanço anual e documentação ao C.R. até 15 de janeiro;

c) encaminhar ao C.R. o balancete mensal e relatório do desenvolvimento dos serviços;

d) representar ao C.R. contra qualquer deficiência verificada no desenvolvimento dos trabalhos, fazendo as sugestões que julgue convenientes;

e) articular suas atividades com instituições, associações, grupos ou centros sociais existentes no município;

f) organizar documentação a respeito do município em seus aspectos gerais e, em particular, nos que interessarem diretamente à execução dos serviços sociais no meio rural.

g) promover a realização de palestras, mesas redondas, e outras reuniões, sôbre temas ligados à vida rural e, principalmente ao bem estar de suas populações dentro dos planos gerais estabelecidos pelo C.R.

CAPÍTULO VI

Dos Presidentes das Juntas Municipais

Art. 20. Compete aos Presidentes das J.M. :

a) presidir às sessões da J.M.;
b) superintender as atividades da J.M., pondo em execução o programa aprovado e fazendo cumprir, da esfera de sua competência, as determinações legais, regulamentares e regimentais do S.S.R.;

c) movimentar recursos financeiros, dar quitação, emitindo e aceitando saques e ordens de pagamento, assinando recibos, cheques e mais documentos;
d) indicar ao Presidente do C.N., por intermédio do presidente do C.R. os nomes para serem nomeados para os cargos em comissão e aplicar penas disciplinares em funcionários, inclusive de suspensão até 15 dias e conceder licenças;
e) elaborar e submeter à J.M., até 20 de agôsto, os planos de serviços e propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao C. R.;
f) submeter à J.M., até 10 de janeiro, a prestação de contas e relatório relativo ao exercício anterior;

g) prestar a qualquer tempo informações e contas, que lhe sejam solicitadas pelos demais membros da J.M., pelo C.R. ou pelo C.N.;

h) exercer outras funções inerentes às suas atribuições

CAPÍTULO VII

Do Departamento Técnico-Administrativo

Art. 21. Compete ao Departamento Técnico-Administrativo, que será dirigido por um Diretor Geral, orientar, fiscalizar e executar tôdas as atividades de âmbito nacional do S.S.R., que se refiram aos programas técnicos de trabalho e aos serviços administrativos em geral.

Art. 22. Ao Diretor Geral do D.T.A. compete :

a) dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades técnicas e administrativas do D.T.A. diretamente ou através dos órgãos em que êste se subdivida;

b) superintender e coordenar o trabalho dos diferentes setores do S.S.R. e velar pelo fiel cumprimento das deliberações do Conselho Nacional, Conselhos Regionais e Juntas Municipais;

c) propor ao Presidente a realização de despesas previstas no orçamento e créditos especiais;

d) assinar, conjuntamente com o Presidente, todos os papéis referentes a despesas efetuadas pelo Serviço Social Rural;

e) remover e punir servidores de qualquer categoria, conceder licenças, abonar faltas e aprovar a escala de férias dos seus subordinados;

f) propor ao Presidente do Serviço Social Rural nomeação promoção e demissão de servidores;

g) exercer fiscalização das aplicações de quaisquer dotações orçamentárias ou de créditos especiais do Serviço Social Rural;

h) providenciar a prestação de contas do exercício anterior para ser submetido ao C.N. do S.S.R., até o dia 15 de março, pelo Sr. Presidente;

i) participar das reuniões do C.N., podendo discutir os assuntos em pauta, sem direito a voto.

TÍTULO IV

Do regime econômico e financeiro

CAPÍTULO I

Art. 23. O patrimônio do S.S.R., constituído na forma do Art. 2.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, poderá ainda ser acrescido com os bens móveis, imóveis e haveres posteriormente adquiridos.

CAPÍTULO II

Das rendas e das contribuições

Art. 24. Para manutenção e desenvolvimento de seus serviços e custeio de encargos conta o S.S.R. com :

a) renda patrimonial;

b) renda por serviços prestados;

c) taxas e emolumentos por serviços administrativos;

d) o produto do recebimento das contribuições previstas no Art. 25;

e) juros de mora e multas por atrazo no recolhimento de contribuições;

f) receita eventual.

CAPÍTULO III

Dos contribuintes

Art. 25 — Cabe ao S.S.R. arrecadar :

..a) 3% (três por cento) sôbre a soma devida mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas, inclusive cooperativas de produção que exerçam as seguintes atividades:

I — indústria de açúcar;
2 — indústria de laticínios;
3 — charqueadas;
4 — indústria do mate.
5 — extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão;
6 — indústria de beneficiamento de café;
7 — indústria de beneficiamento de arroz;
8 — extração do sal;
9 — extração de madeira e lenha;
10 — matadouros;
11 — frigoríficos rurais;
12 — curtumes rurais;
13 — olaria.

b) 1% (um por cento) sôbre o montante da remuneração, devida a seus empregados, mensalmente, pelas pessoas naturais ou

jurídicas, que exerçam quaisquer outras atividades rurais não especificadas na letra anterior;

c) 0,3% (três décimos por cento) sôbre o total dos salários pagos mensalmente pelos empregadores contribuintes de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Parágrafo único — Considerar-se-á remuneração, para efeito de arrecadação, o valor total, pago em dinheiro ou em espécie (inclusive comissões, percentagens e gratificações) a diaristas, mensalistas, tarefeiros, empreiteiros, parceiros e semelhantes pela prestação de serviços relativos às atividades das emprêsas mencionadas nas alíneas **a** e **b**.

Art. 26. Estão isentos da contribuição de 3% (três por cento) de que trata a alínea "a" do artigo anterior

I — a indústria caseira, entendida como tal aquela que trabalha em economia de família;

II — O artezanato;

III — as pequenas organizações rurais de transformação ou beneficiamento de produtos rurais do próprio dono e cujo valor não exceder de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Parágrafo único — As emprêsas discriminadas neste artigo ficam, não obstante, sujeitas à contribuição de 1% (um por cento) prevista na alínea "b" do artigo anterior, salvo o estabelecido no artigo subseqüente.

Art. 27. Estão isentos da contribuição de que trata a alínea "b" do art. 25 as pessoas físicas que explorarem propriedades próprias ou de terceiros, de valor venal inferior a Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 28. As contribuições dos que não possuirem escrituração em forma legal serão calculadas, para efeito de lançamento ex-officio, ou de fiscalização à base do salário mínimo local mais 10% (dez por cento), tendo em vista o número de dias de serviço necessários à execução das culturas e mais atividades da emprêsa, acrescido dos encargos relativos a repouso remunerado e férias.

CAPITULO IV

Da arrecadação das contribuições

Art. 29. As contribuições devidas ao S.S.R. deverão ser recolhidas até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

§ 1.º Expirado o prazo de recolhimento, a importância devida passará a vencer juros de 6% (seis por cento) ao ano;

§ 2.º Decorridos 120 (cento e vinte) dias do prazo para recolhimento, a importância em débito será lançada ex-officio e inscrita, acrescida de 10% (dez por cento), para efeito de cobrança executiva;

§ 3.º O regimento interno estabelecerá o modo de fiscalização dos contribuintes e o lançamento ex-officio bem como o fornecimento de certidões negativas.

Art. 30. O valor das contribuições de que tratam as alíneas **a** e **b** do art. 25 dêste Regulamento, será recolhido à agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal ou à Coletoria Federal mais próxima do domicílio do contribuinte.

§ 1.º O recolhimento se fará mediante guia de depósito, assinada pelo contribuinte.

§ 2.º Para facilitar os recolhimentos poderá o C.N. estabelecer convênios com outras pessoas de direito público ou privado, encarregando-as do recebimento das contribuições ressalvada a preferência às relacionadas neste artigo.

§ 3.º No interêsse da arrecadação, os contribuintes são obrigados a prestar ao S.S.R. as informações e os esclarecimentos necessários, bem assim permitir a mais ampla fiscalização por parte de seus delegados, relativamente aos assuntos de sua competência, ressalvados unicamente os casos de segredo comercial expressamente garantidos em lei.

§ 4.º A alteração dos órgãos de arrecadação prevista neste regulamento será sempre precedida de edital publicado, com 30 (trinta) dias de antecedência, na imprensa oficial do Estado, e na imprensa local, se houver.

e afixados nas sedes das Prefeituras e "Forum" locais

Art. 31. A arrecadação da contribuição de 0,3% (três décimos por cento) de que trata a alínea "a" do art. 25 dêste Regulamento será feita pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões a que são atribuidas as quotas de previdência correlativas, devidas pelos empregadores.

§ 1.º As entidades arrecadadoras mencionadas neste artigo não poderão receber as quotas que lhes cabem, sem que estejam acrescidas da parcela pertencente ao S.S.R., sob pena de pagarem a êste o seu valor, subrogando-se em seus direitos.

§ 2.º As contribuições arrecadadas na forma dêste artigo serão imediatamente depositadas na conta do S.S.R., no Banco do Brasil.

CAPSTULO V

Da distribuição das contribuições

Art. 32. As contribuições previstas no art. 25, deduzidas as despesas da arrecadação, serão aplicadas :

a) 60% (sessenta por cento) exclusivamente em serviços no município onde foram devidas, cabendo à J.M. custear inclusive as despesas gerais;

b) 20% (vinte por cento) para os serviços dos C.R., nas condições acima.

c) 20% (vinte por cento) para o C.N.

Parágrafo único — Para o cálculo das percentagens estabelecidas neste artigo, ter-se-á em conta não o domicílio do contribuinte, mas o município onde os respectivos empregados exerçam atividades, fazendo-se recolhimento parcelado, quando fôr o caso.

Art. 33. O regimento interno incluirá disposições necessárias no sentido de que sejam creditadas prontamente, aos diferentes órgãos do S.S.R., as percentagens o que têm direito. Entretanto, sòmente poderão ser movimentadas pelos C.R. e pelas J.M., em cada exercício, as importâncias correspondentes nos orçamentos das respectivas despesas aprovadas, mediante retiradas periódicas, comunicadas pelo C.N. ao depositário, no início de cada exercício financeiro

CAPÍTULO VI

Do Orçamento, Contabilidade e Prestação de Contas

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35. O orçamento do S. S. R. será um, incluindo discriminadamente as dotações de cada C.R. e J.M.

Parágrafo unico — As dotações se destinarão a encargos de pessoal, recursos para prestação de serviços e aquisição de material.

Art. 36. O C.N. estabelecerá o sistema de contabilidade e documentação, cuja execução é obrigatória para todos os órgãos do S.S.R.

Art. 37. O S.S.R. enviará ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, as contas da gestão anterior, acompanhadas de sucinto relatório do Presidente, indicando os benefícios realizados.

TÍTULO V

Des Servidores

Art. 38. O funcionalismo do S. S. R. constituirá um quadro único para todo o território nacional, compreendendo o pessoal efetivo e os cargos em comissão.

Parágrafo único — Os servidores efetivos sòmente poderão ser admitidos mediante concurso público de provas efetuado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Excepcionalmente, quando não houver candidato habilitado em concurso, poderão ser admitidos funcionários interinos, pelo prazo máximo e improrrogável de um ano.

TÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 39. O plano anual de ação do S.S.R., aprovado pelo C.N., será elaborado à base das características regionais e municipais, levando em conta as peculiaridades econômico-sociais de diversas áreas do país e fixará os critérios de execução.

Art. 40. Pelo menos uma vez por ano, reunir-se-ão com o Conselho Nacional os Presidentes dos Conselhos Regionais, com o objetivo de discutir os planos e problemas das respectivas regiões.

Art. 41. O S.S.R. funcionará em íntima colaboração e articulação com os órgãos de Serviços Públicos.

Art. 42. Enquanto não fôr aprovado o quadro de pessoal o Presidente do S.S.R. poderá, através do D.T.A. e na forma da legislação vigente, requisitar servidores de outros órgãos e admitir pessoal à título precário, à conta da dotação a que se refere o art. 14 da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955.

Parágrafo unico — Dentro de noventa dias, o Presidente do S.S.R. submeterá aprovação do Presidente da República o Quadro de Pessoal de que trata o artigo 38.

Art. 43. As despesas iniciais de instalação e aluguel da sede do S.S.R., também correrão à conta da dotação referida no artigo anterior.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1956 — **Ernesto Dornelles.**



Um "aplicador", coloca a água de amônia no solo antes da semente ser plantada. O liquido fertilizante é colocado no solo através de mangueiras dispostas logo atrás dos dentes do implemento, sendo imediatamente coberta por outro dispositivo.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

Tableau de l'Economie Tunisienne
Jean Vibert

Trata-se de uma obra completa sôbre a economia tunisiana, abrangendo os grandes problemas do desenvolvimento econômico e social daquele país.

Tableau de l'Economie Tunisienne, de autoria de Jean Vibert, é uma brochura in 8.º, de 242 páginas e numerosos gráficos e ilustrações publicada pelo Bulletin Economique et Social de la Tunisie

O Agronômico
Vol. 7 — N. 1-12

Trata-se da coleção referente ao ano de 1955 do Boletim Informativo do Instituto Agronômico de Campinas.

O Agronômico é uma magnífica revista que apresenta, em todos os números, as seguintes secções permanentes: Reuniões Científicas, Fundo de Pesquisas, Instruções Práticas, Concursos, etc.

A agricultura em S. Paulo
Ano VI — N. 1

O presente número, referente ao mês de janeiro do corrente ano, do Boletim da Subdivisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, traz um magnífico estudo sôbre "Aspectos do comércio de fertilizantes em S Paulo".

A Agricultura em S. Paulo

Como sempre o Boletim da Subdivisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, traz magníficos e importantes estudos de seus técnicos.

No número de dezembro de 1955, por exemplo, apareceu um estudo sôbre "Balanço do ano agrícola 1954-1955" e "Uso das terras do Estado de S Paulo".

Gazeta das Aldeias
Números 2322 e 2323

Bons e interessantes artigos aparecem nos dois números referentes ao mês de março de "Gazeta das Aldeias", revista quinzenal de produção agrícola publicada no Pôrto, Portugal.

Revista de la Asociación Rural del Uruguay
Ano LXXXIII — N. 1

O número de Janeiro da Revista da Associação Rural do Uruguai traz numerosos e interessantes artigos de interêsse para os criadores.

Instituto de Botânica
Estado de S. Paulo

O Instituto de Botânica, ex-Departamento de Botânica do Estado de S. Paulo acaba de publicar dois valiosos trabalhos do cientista F. C. Hoehne:

a) Relatório Anual do Instituto de Botânica do Estado de S. Paulo, referente ao exercício de 1951;

b) Plantas aquáticas — Publicações da série "D".

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Vol. XIII

Acaba de ser publicado o vol. XIII dos Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com magníficos trabalhos assinados por G. M. Barros,

A LAVOURA

(ÓRGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

A. C. Brade, Leslie A. Garay, G. Boudar, F. R Milanez e C. T. Rizzini.

Plantas e formação organogenica das dunas do litoral paulista

Trata-se de um ótimo trabalho do Prof. Dr. Kurt Hueck, abrangendo os seguintes tópicos: "Introdução", "Formações organogenicas das dunas do Estado de S. Paulo", "As associações vegetais das dunas costeiras" e "Observações ecológicas sôbre algumas plantas da praia e sua importância para a fixação das dunas".

Hilgardia
Vol. 24 — N. 5-10

Recebemos mais os seguintes numeros de Hilgardia:

a) The spotted alfalfa aphid (yellow clover aphid on alfafa);
b) The biology of the grape bud mite Eriophyes vitis (PGST);
c) Wound healing, keeping quality, and compositional changes during curing and storage of sweet potatoes;
d) Observations on the symbiotes of certain coccidae.
e) Determining water needs for crops from climatic data;
f) Formulas and tables to facilitate the calculation of recombination values in heredity.

Mundo Agricola

Recebemos e agradecemos diversos números de Mundo Agrícola, revista mensal publicada pela Editora Mundo Agrícola, que nos foram remetidos pela editora, para completar a coleção da biblioteca do S. N. A.

Revista Mensal da Liga do Comércio do Rio de Janeiro
Ano XX — Ns. 265 a 269

Recebemos e agradecemos mais esses cinco números do órgão oficial da Liga do Comércio do Rio de Janeiro.

Gado Holandês

Recebemos e agradecemos os números de "Gado Holandês" para completar a biblioteca do S. N. A. Trata-se de uma publicação dedicada ao fomento e progresso da raça Holandêsa, que é o órgão oficial da Associação Brasileira de Criadores Bovinos da Raça Holandêsa.

Revista Brasileira de Panificação
Novembro de 1955

A edição n. 243, correspondente ao mês de novembro de 1955, é dedicada ao II Congresso Brasileiro de Panificação, com artigos de interêsse agrícola, tais como:

a) Aumento da fertilidade do solo pelo aproveitamento de palha — Eng. Agr. Brandão de Melo,
b) Ciclo vegetativo do trigo;
c) Lídimo exemplo da Política Triticola — Eng. Agr. Aníbal T. de Melo.

Divulgação Cooperativista
Ns. 73 a 76

Divulgação Cooperativista é o órgão da Divisão de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro onde colaboram doutrinadores do cooperativismo como Fábio Luz Filho, Moacir Gomes de Azevedo, Valdik Moura, Soares Brandão Filho, Roberto Bezerra de Menezes e outros.

Boletin de la Asociación Nacional de Ingenieros Agronomos
Ns. 67 e 68

Recebemos mais êsses dois números do Boletim da Associação Nacional de Engenheiros Agrônomos, de Madri, Espanha.

Boletim da Associação Comercial do Amazonas
Ano XVI — Ns. 170 a 172

Recebemos os números referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 1955, do Boletim da Associação Comercial do Amazonas.

Pampa Argentina
Março de 1956

Como sempre, Pampa Argentina, editada em Buenos Aires, traz bons e oportunos trabalhos de interêsse para agricultores e criadores.

Estación Experimental Agricola de "La Molina"

Recebemos da referida Estação Experimental mais dois interessantes trabalhos sôbre fitopatologia:

a) Enfermedades del algodonero en Piura, de Victor A. Revilla M.;
b) Falso carbon del arroz, do mesmo autor.

O reerguimento econômico do Vale do Paraiba e o aproveitamento hidrelétrico de Caraguatatuba

Recebemos e agradecemos o magnifico trabalho do Engenheiro Mário Lopes Leão, sôbre o aproveitamento hidrelétrico de Caraguatatuba.

Fôlha de Boituva

O número 1.311, ano XXXIII, de "Fôlha de Boituva", traz dados estatísticos sôbre o referido município.

Agrada mais

a nova embalagem

- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica



Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açucar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açucar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



açucar PEROLA

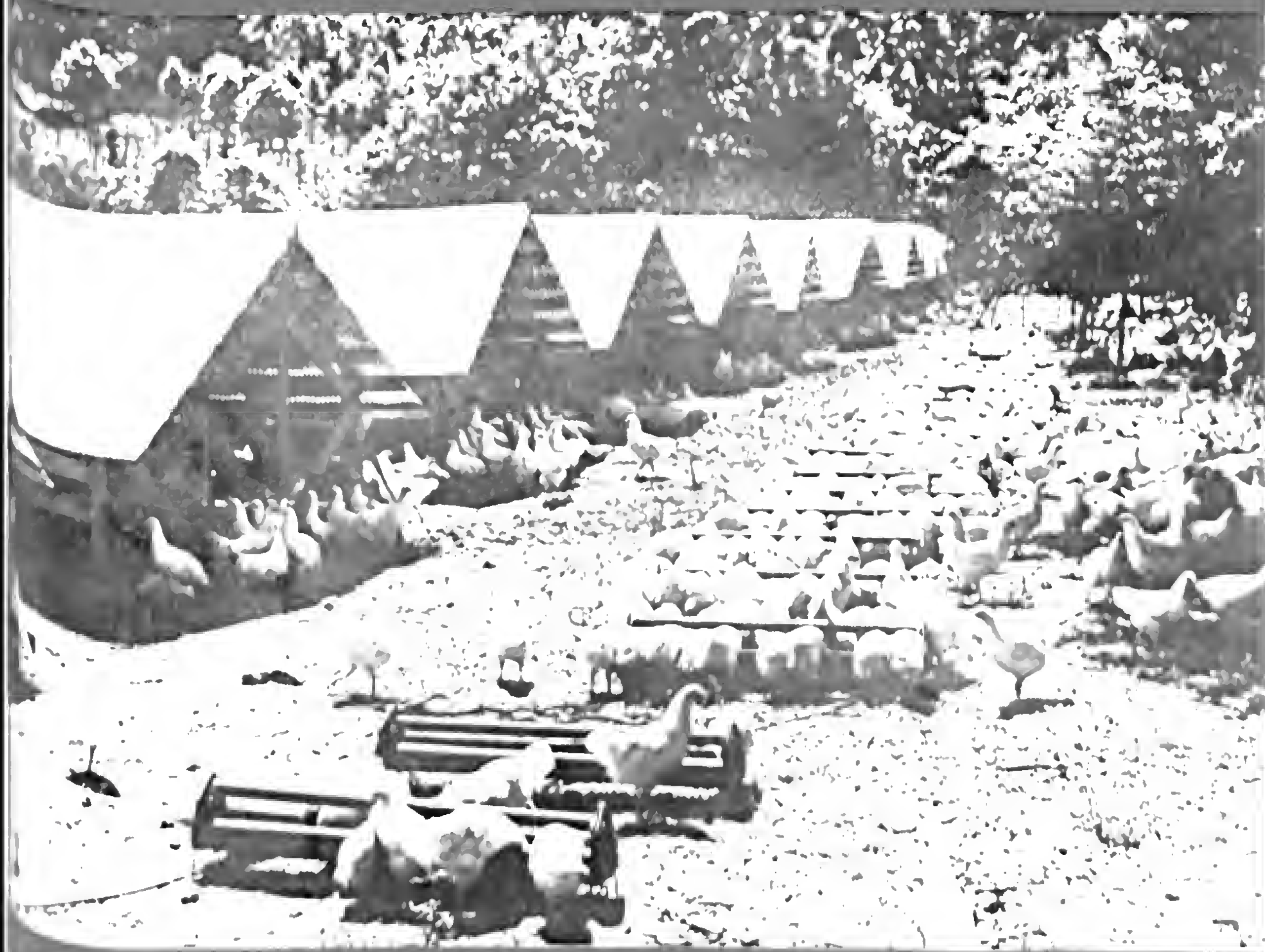
saco azul e cinta encarnada

fabius

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

SETEMBRO OUTUBRO, 1956



A operosidade de um agricultor americano do Norte transformou uma extensa e árida gleba, em admirável campo de culturas e criações, aproveitando inteligentemente reserva hídrica do sub-solo

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ

ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

ENIO LUIZ LEITÃO

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO

JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS

JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX SETEMBRO-OUTUBRO — 1956

POLÍTICA AÇUCAREIRA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

A política açucareira nacional, confiada, como está, a um órgão autárquico, a êsse órgão cabe encará-la sob os aspectos agrícola, comercial e industrial tendo em vista tratar-se de um artigo de primeira necessidade para o consumo.



Como o Brasil oferece, em seu vasto território, condições ecológicas das mais favoráveis, ao desenvolvimento da cana de açúcar, a industrialização, por métodos e processos modernos poderá permitir uma produção barata e suficiente para atender ao consumo nacional.

Por efeito de condições históricas e sociológicas, a agroindústria do açúcar localizou-se no Nordeste assim como no Sul, principalmente nos Estados do Rio e São Paulo.

Como artigo de consumo interno nacional, o açúcar sofreu os efeitos da 2.ª guerra mundial, repercutindo nos países produtores. No Brasil, a indústria passou por grandes transformações. E, como imperativo do crescimento demográfico do país, muitas regiões tornaram-se produtoras, deixando de ser consumidoras, o que ocorreu principalmente no Sul. Em conseqüência dêsse fenômeno, sobreveio o desequilíbrio para a indústria do nordeste, cuja produção contava com o consumo dos Estados sulinos, principalmente do Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Diante das dificuldades de transporte entre os Estados do Nordeste e os mercados sulinos e sendo diferentes as épocas de produção do açúcar, acontece sobrevir a escassez do produto e conseqüente elevação de preços, agravando a carestia da vida. Deduz-se que a intervenção do Estado, no caso da indústria açucareira, terá que obedecer a uma política coordenadora da agroindústria do açúcar dentro da livre iniciativa, orientando o aperfeiçoamento agrícola e tecnológico para uma produção a baixo custo que atenda ao consumo interno e a venda nos mercados externos.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

(S. S. R.)

AVISO N.º 1

Contribuição de 3% das

Indústrias de Açúcar — Indústrias de Lacticínios — Charqueadas — Indústria do Mate — Extração de fibras vegetais e descaroçamento de Algodão — Indústria de beneficiamento de café — Indústria de beneficiamento de arroz — Extração do sal — Extração de madeira e lenha — Matadouros — Frigoríficos rurais — Cortumes rurais — Olarias

A fim de responder a numerosas consultas que lhe tem sido endereçadas, o Conselho Nacional deliberou esclarecer :

a) Por fôrça do dispôsto no Art. 6º da Lei 2.631 de 23/9/55, letra "a" do Art. 25 do Regulamento baixado com o Decreto N.º 39.319, de 5/6/56, é devida mensalmente a êste Serviço pelas emprêsas (pessôas naturais ou jurídicas), inclusive cooperativas de produtores, que exerçam as atividades acima relacionadas, a contribuição de 3% (três por cento) sôbre o total dos salários de seus empregados (inclusive comissões, percentagens e gratificações) pagáveis em dinheiro ou em espécie ;

b) A contribuição deverá ser recolhida até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços ;

c) O recolhimento será feito mediante Guia que contenha :

1 — Nome e endereço do contribuinte;
2 — natureza da atividade;
3 — nome da repartição arrecadadora;
4 — montante dos salários e repectivo mês;
5 — valor da contribuição que se recolhe à crédito do S.S.R.;
6 — data e assinatura do contribuinte ou seu preposto.

d) São autorizados a recolher as contribuições o Banco do Brasil (guia em 3 vias) ou Caixas Econômicas Federais (guia em 3 vias), situadas no domicílio do contribuinte ou ainda a Coletoria Federal (guia em 4 vias) mais próxima, quando não existam aí qualquer das duas primeiras entidades ;

e) Estão isentas da contribuição de que trata este aviso

1 — a indústria caseira, entendida como tal aquela que trabalha em economia de família;
2 — artezanato;
3 — as instalações industriais rurais destinadas exclusivamente a transformar ou beneficiar os produtos rurais do próprio dono, desde que o valor de tais instalações não exceda de Cr$ 200.000,00.

f) O não recolhimento no prazo da contribuição sujeita o devedor ao pagamento de juros moratórios de 6% a/a. Decorridos 120 dias será feito o lançamento "ex-ofício com o acréscimo de 10%, para efeito de cobrança executiva.

Rio, 26 de julho de 1956.

as.) **Rubens de Campos Farrulha**
Presidente do Conselho Nacional do SSR.

REFORMA AGRÁRIA

(Conferência pronunciada por Lynn Smith sob o patrocínio da Confederação Rural Brasileira, da Sociedade Nacional de Agricultura do Serviço Social Rural, da Comissão Nacional de Política Agrária e da Fundação Getúlio Vargas, no dia 20/7/1956, no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura)

O SR. ERNESTO DORNELLES, Ministro da Agricultura — Com a palavra o Prof. Lynn Smith.

O SR. LYNN SMITH — Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Membros da Mesa, Representantes da Sociedade Nacional de Agricultura, do Serviço Social Rural, da Confederação Rural Brasileira da Fundação Getúlio Vargas, da Comissão Nacional de Política Agrária, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Prezados Amigos.

E' para mim prazer imenso ter oportunidade de visitar o grande País que é o Brasil, bem como aos amigos que há muitos anos não vejo.

E' sempre motivo de satisfação voltar ao Brasil. Estou muito emocionado por pisar a terra brasileira. Lamento não me seja possível falar correntemente o português o qual está pior do que há cinco anos, quando aqui estive.

Recordo com muita saudade os meus amigos falecidos, como o Dr. Oto Ramos o Dr. Teixeira de Freitas e o grande Oliveira Viana, amigos meus há muito tempo que muito me ajudaram em meus estudos, na minha permanência no Brasil.

Não obstante estar ausente do Brasil durante muito tempo, tenho sempre procurado manter estreito contacto com as coisas do Brasil, para dar as boas vindas a todos os brasileiros que visitam outras partes do mundo e espero não esteja tão longe a oportunidade de saudar muitos dos amigos que nos desejem visitar em nossa casa, na Florida.

Saí de casa dia 14 de junho e fui para Lisbôa, onde fiquei duas semanas fazendo conferências na Universidade Técnica de Lisboa, na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Letras e na Universidade do Pôrto. Tomei rumo, em seguida, para o Brasil, atracando primeiro em Recife, passando por Belém do Pará, Fortaleza, Salvador chegando bem cedo, ontem, na nossa formosa e grande cidade do Rio de Janeiro.

Quando eu partir, irei direto a São Paulo e, posteriormente, a Bolívia, Paraguai, Peru Equador, Colombia e Paraguai. Deverei voltar à casa mais ou menos a 15 de setembro, para recomeçar novamente nosso ano letivo.

As palavras que vou pronunciar hoje representarão alguns dos meus pensamentos sôbre os princípios fundamentais da reforma agrária.



Na Tribuna o Prof. Lynn Smith, abordando o tema "Reforma Agrária"

Quero ressaltar que estou deixando aqui alguns exemplares dos meus livros para as entidades que estão patrocinando esta conferência e os meus amigos da Embaixada Americana informam que outros exemplares poderão ser conseguidos.

(Lendo)

"Reforma Agrária é uma expressão de uso bastante comum, notadamente desde o fim da II Guerra Mundial. Mesmo um exame superficial da literatura sôbre o assunto, no entanto, torna evidente que essa expressão significa diferentes coisas para diferentes pessoas. E' possível que o uso mais generalizado, principalmente nos aspectos práticos definiria "reforma agrária" como a expropriação das grandes propriedades, dividindo-as em pequenos lotes distribuindo-as entre os trabalhadores agrícolas. As vêzes, as terras sob discussão podem ser sòmente terras em desuso, ou terras arrendadas a camponeses, e o grau de remuneração ou compensação dos proprietários pode diferir muito. Mesmo assim, em várias partes do glôbo, inclusive em algumas repúblicas latino-

americanas, esforços concretos para a modificação das relações institucionais vigentes entre o homem e a terra prosseguem sob o "estandarte" de reforma agrária. Ao iniciar meus próprios comentários a respeito do assunto, quero indicar claramente que qualquer reforma agrária que consiste em nada mais do que um programa de expropriação das terras constituídas em grandes propriedades e subsequente redistribuição em pequenos lotes, certamente se constituirá em um desapontamento para quase todos que dela participarem. As probabilidades de que esta expropriação possa piorar são tão grandes como as que possam melhorar a situação em geral, a condição do camponês, a economia nacional e os níveis e padrões de vida nos países em foco. Isto tudo devido ao fato que o elemento mais importante na equação é o próprio trabalhador ou camponês. O que foi feito por êle, com êle e para êle e sua família determinará, certamente, no final (long run) e mesmo no presente, o êxito ou a falência de qualquer programa de reforma agrária. E' de suma importância, portanto, que se considerem os aspectos mais amplos do tópico, principalmente pelos líderes de qualquer país que esteja promovendo e tentando dirigir esforços concretos à modificação dos sistemas de propriedades e contrôle.

Estas observações preliminares não devem ser intepretadas como um apêlo para a manutenção do "status quo" no sistema de propriedade e nas outras relações institucionalizadas entre o Homem e a Terra. Do que se segue, tornar-se-á suficientemente claro que o orador é da crença da necessidade de uma reforma agrária em, pràticamente, quase todos os países, e que em muitos destes a necessidade é urgente. O que ele sugere, e urge fazer é a compreensão mais ampla e a apreciação dos muitos elementos que compõem qualquer programa de mudança social, planejado e dirigido, que se possa genuinamente chamar de reforma agrária. Por estas razões eu poderei dividir minhas observações acêrca do assunto nas três partes seguintes: (1) indicadores da necessidade de reforma agrária; (2) os objetivos da reforma agrária; e (3) as medidas, técnicas e meios que podem ser utilizados na execução da reforma agrária. E' preciso reconhecer-se que o tratamento dos referidos assuntos será aqui, necessàriamente, um pouco cursório e inadequado.

INDICADORES DA NECESSIDADE DE REFORMA AGRARIA

Os sintomas ou indicadores da necessidade de uma reforma agrária que são mencionados e brevemente comentados aqui, são meramente aqueles que se apresentam importantes ao orador. Outros queiram talvez excluir alguns dêles e incluir vários outros. Não haveria objeção alguma a isso de minha parte, mas creio que os mencionados são suficientes para os objetivos presentes. E' natural que todos eles estejam interrelacionados, produzidos na maioria das vêzes pelos mesmos fatores ou fôrças. Alguns, talvez, sejam meramente reflexos dos outros. Mas cada um deles é util para fins de diagnósticos e é esta a nossa preocupação principal no momento.

UM GRAU ELEVADO DE CONCENTRAÇÃO DE PROPRIEDADE E CONTRÔLE DA TERRA

Isto acho, é quase universalmente aceito e reconhecido como indicador básico da necessidade de reforma agrária, exceptuando aqueles que querem eliminar completamente, a propriedade da terra, fazendo do Estado o proprietário único. Eu não admito a validez desta exceção. Cêrca de 30 anos de observação e estudo intensivo neste assunto, convencem-me que o grau a que a propriedade e contrôle da terra esta concentrado nas mãos de alguns num extremo, ou amplamente distribuido entre aquêles que trabalham na agricultura, no outro, é o determinante individual mais importante para o bem estar da população rural. Os problemas inerentes na concentração da propriedade e contrôle da terra agravam-se ainda mais quando os proprietários estão ou vivem ausentes, de suas terras.

LATIFUNDISMO

O significado especial dado a êsse têrmo na América Latina torna desejável a sua separação da concentração recem-tratada. Através da América Latina, o latifundio não é meramente uma grande propriedade, mas sim uma em que a terra é deliberadamente não cultivada ou usada para fins produtivos. Em tais casos, uns poucos e poderosos proprietários, geralmente ausentes, têm sido capazes de impedir que o govêrno local ou estadual imponha taxas significantes sôbre suas terras. Como resultado disso a terra torna-se um asilo para o capital. Faltam pressões econômicas que forcem a utilização econômica da terra e por via de regra, considerando que as zonas bem desenvolvidas perto dos centros de população são as mais desejadas pelas famílias ricas e influentes, a produção de safras e produtos animais é forçada a se deslocar para lugares cada vez mais distantes dos centros consumidores.

Nestas circunstâncias, o sistema de transporte fica sobrecarregado e o agricultor vê a safra produzida apodrecer por falta de transporte, ao mesmo tempo que a população urbana revolta-se pela falta de alimento. (A minha observação pessoal no Brasil em 1946 é um excelente exemplo disto que me refiro agora). A existência de latifundismo de qualquer forma é prova patente da necessidade de reforma agrária.

ALTA PROPORÇÃO DE TRABALHADORES AGRICOLAS NA POPULAÇÃO AGRICOLA

Considerados como base, digo, uma classe, os trabalhadores não especializados, sempre ficam na posição mais baixa da escala socio-econômica e os trabalhadores agrícolas, entre estes são sempre os de posição mais inferior. Se porventura, são migratorios, a sua situação é ainda menos desejável. Altas proporções de trabalhadores agrícolas, é claro, são meramente um reflexo da concentração da propriedade e contrôle da terra. Mas apesar disso as proporções altas de trabalhadores rurais constituem ainda um indice bastante sensível. Uma pessoa que passa a vida como trabalhador agrícola é incapaz de desenvolver as qualidades da personalidade de extrema importância que resultam do exercício das funções de gerente e do acumulo e uso do capital. Mais importante, ainda, a família da qual ele é chefe, é incapaz de transmiti-las à geração que a sucede. Qualquer país em que mais de uma em cada dez famílias, classifica-se permanentemente na categoria de trabalhador agrícola, necessita de uma reforma agraria em algum grau. Quando a proporção é acima de 50 por cento a situação deve ser considerada como seria; e se ela é acima de 75 por cento, crítica.

A PREDOMINANCIA DO MINIFUNDIO OU MICROFUNDIO

Ainda que uma considerável porção da população agrícola seja composta de proprietários de terra, não há garantia de que não haja necessidade de grandes reformas. Há veracidade nesta afirmativa. Se os lotes são tão pequenos que êles não podem prover o suficiente para abastecer as necessidades básicas, das famílias, de forma a exigir que os proprietário careçam de procurar emprêgo em outros lugares, a situação não é completamente boa nos distritos rurais. A existência de centenas de milhares de sitios pequenos, inadequados e não econômicos, é sòmente pouco menos desvantajoso para a sociedade do que a concentração de propriedades e contrôle em poucas mãos. Mi-

minifundismo é sòmente um pouco menos desastroso do que latifundismo. E' também um indicador seguro da necessidade de uma reforma agrária.

BAIXA PRODUÇÃO POR TRABALHADOR

Há uma tendência entre os economistas agrícolas e especialistas em administração de fazendas de considerar a produção por hectare, por fazenda ou por empresário agrícola, como critério satisfatório. Isto leva-os a supôr, às vezes, que as operações agrícolas em grande escala são mais eficientes do que aquelas executadas por uma única família agrícola valendo-se do melhor conhecimento, fôrça e equipamento científicos. Se tomassem, porém, o tempo necessário para calcular a produção média do trabalhador empregado no processo e dependente de uma parte da produção, chegariam freqüentemente a conclusões diferentes. Onde quer que a produção por trabalhador agrícola seja baixa, a existência de grandes propriedades e altas proporções de trabalhadores agrícolas será verificada, mas a par disso a baixa produtividade deve ser considerada como índice da necessidade de reforma.

BAIXOS PADRÕES MÉDIOS DE NÍVEIS DE VIDA

O conhecimento humano da natureza e dos processos de produção é agora suficiente para prover a humanidade de serviços numa proporção do que faz atualmente. Isto é verdade tanto na agricultura como na indústria. Pode ser que chegue o dia em que o conhecimento humano dos métodos de aumentar os meios de subsistência seja suficiente em relação ao aumento da população, mas no presente os malajustamentos resultam de uma aplicação inadequada dos conhecimentos disponíveis. Por esta razão, a mera existência de baixos padrões médios de níveis de vida entre os agricultores é, por si mesmo, indicação da necessidade de mudanças nas relações básicas entre o homem e a terra, isto é, de uma reforma agrária fundamental.

GRAUS EXTREMOS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A mais casual observação é suficiente para que se reconheça que algumas sociedades rurais são compostas de umas poucas famílias da elite no ápice da escala social uma grande massa de trabalhadores empobrecidos, incultos, inexperientes e relativamente improdutivos na base, e pouco nada do que possa chamar de classe média agrícola para preencher o largo espaço entre os dois. Uma so-



Aspecto da mesa presidida pelo Sr. Ministro da Agricultura, Gen. Ernesto Dornelles

ciedade assim constituída tem tôdas as características inerentes necessárias para produzir os outros indicadores que mencionamos acima. Por si mesmo, meramente a existência de tal sistema indica a necessidade de reforma agrária.

Esta lista poderia ser continuada quase indefinidamente, pois onde quer que haja grande concentração de propriedade e contrôle da terra em poucas mãos, males sociais de todos os tipos certamente haverão de abundar. Estes já mencionados, no entanto, devem ser suficientes para os fins presentes. Com êle em mente passemos a uma consideração dos objetivos de reforma agrária.

OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA

Explícita ou implicitamente, ou pelo menos parece ao orador, três objetivos amplos e básicos parecem estar incluídos em quase tôdas as propostas e programas de reforma agrária. Estes podem ser enunciados na seguinte forma: (1) uma reforma agrária genuína deve efetivar melhoramentos substanciais nas capacidades, habilidades e desempenhos daqueles que cultivam a terra para trazê-los mais em linha com as potencialidades humanas, (2) qualquer reforma agrária de valor deve resultar num aumento sensível no quantum de produtos agrícolas e mul-



Aspecto parcial da assistência, vendo-se no primeiro plano, Dr. Ben Hur Raposo da C.R.B., Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Soc. Nac. de Agricultura, e Dr. Manuel Diegues, do Conselho Nacional do S. S. R.

mais colhidos de uma dada área de terra e dos respectivos esforços dispendidos dos que nela trabalham; (3) uma verdadeira reforma agrária deve resultar na substituição dos processos ineficientes, dissipantes, humilhantes e estultificantes de produzir os produtos agrícolas, e por métodos que conservem energia humana, que elevem, dignifiquem e enobreçam àqueles que se dedicam à agricultura e à criação de gado. Consideremos brevemente cada um dêsses itens, separadamente.

Qualquer programa de reforma agrária sàbiamente concebido, há necessariamente de reconhecer que o homem pròpriamente dito é o agente ativo em questão. Em tôdas as relações entre o homem e a terra, esta última é o elemento passivo. Qualquer programa que trata meramente com a terra e faz pouco ou nenhum esforço para modificar as qualidades e habilidades daquelas que a cultivarão, é certo que pouco ou nada realizará. O ponto que tenho em mente foi expresso clara e concisamente pela Comissão Nacional de Política Agrária do Brasil, em 1952. Nas diretrizes preparadas pelos membros da Comissão para orientação daqueles que desenvolviam planos e programas para a melhoria das relações institucionalizadas do homem e a terra neste grande país, está explícita e categòricamente assinalado como se vê:

Simultâneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna.

Em minhas pròprias palavras escritas para o uso da Comissão, mais tarde, no mesmo ano, eu tentei expressar o mesmo princípio da seguinte maneira:

O objetivo primordial da reforma agrária é elevar a qualidade e aumentar o bem-estar do habitante comum do Brasil rural — é, por outras palavras, valorizar o homem. Como objetivo paralelo a êste vem o da melhoria da terra e da sua capacidade produtiva e o aperfeiçoamento das relações entre o homem e a terra.

Apesar de que nem só de pão vive o homem, é também verdade que os alimentos são necessários se é que êle vai sobreviver. Poucos poderiam ser incentivados a empreender uma reforma pacífica ou evolucionária do seu sistema de terras, se fosse sabido ou suspeitado que um dos resultados seria a baixa ou diminuição dos abastecimentos agrícolas e animais. E' também provável que seria possível entusiasmar a população rural para realizar atividades revolucionárias violentas destinadas a reformar as relações institucionalizadas do homem à terra, se êles soubessem que haveria, como resultado, menos ainda para comer e vender. Portanto, tôda reforma agrária deve ter como um dos seus objetivos um aumento na produção de produtos agrícolas e animais. Felizmente, o conhecimento que temos no presente da maneira como devemos extrair os recursos do solo é tão avançado, que, tomando o sistema de organização rural menos irracional e mal orientado, êste objetivo é fàcilmente conseguido.

Uma reforma agrária genuína precisa empreender a mudança drástica no modo pelo qual aquelas que vivem da agricultura extraem um meio de vida do solo. Para tal há uma necessidade patente. Após ter examinado montanhas de provas e comprovantes, como eu me apresento hoje aqui num dia em que estamos além dos portais da Era Atômica, estou profundamente convencido que, pelo menos a metade dos agricultores do mundo dependem de um sistema de agricultura que é menos eficiente, mais pródigo com as energias humanas, e em geral menos produtivo do que aquele que estava sendo empregado pelos egípcios no alvorecer da história. Isto meramente do ponto de vista econômico. Igualmente se não mais importante, porém, é o fato que a maneira como as atividades agriculturais são organizadas influência e amolda as crianças, imersas no sistema por virtude de nascimento, tornando-as em criaturas nas quais as qualidades de animal de carga parecem estar freqüentemente em ascendência sôbre aquelas de ser humano. E' preciso um sistema de agricultura em que a energia que cultiva a terra não seja usada pródiga e inùtilmente, para o qual as tarefas árduas sejam reduzidas ao mínimo, sistema em que homens e mulheres não mais sejam animais de carga, e no qual as atividades agrícolas sejam produtivas, humanas e de valor social. Felizmente a raça humana já desenvolveu o conhecimento técnico aperfeiçoou os sistemas de organização social, num grau suficiente para tornar isto realidade.

Imagino que muito de vós chamastes já à memória vários exemplos de sociedade rurais em muitas partes do mundo, em que a necessidade de reforma agrária apresenta-se aparentemente insignificante. Isto é, áreas em que os largos objetivos acima descritos têm sido quase plenamente atingidos. Se isso aconteceu parte da Suíça, Alemanha ocidental, Dinamarca e outras parte da Escandinávia, grande parte das Ilhas Britânicas, porções da França, largos segmentos do Canadá provàvelmente figuram em vossas meditações. E' possível que várias proporções dos Estados Unidos, e principalmente as regiões do centroeste que recentemente atrairam os visitantes da Rússia Soviética tenham também vinda à nossa mente. De qualquer forma, quase certamente estareis pensando em áreas nas quais a agricultura é desenvolvida quase exclusivamente por homens e mulheres da classe média agrícola (farmer class). Por isto eu quero dizer que em todas aquelas areas, aqueles que cultivam a terra constituem uma genuína classe social média. Conspícuos pela sua ausência é qualquer classe baixa significante composta daqueles que dedicam suas vidas às não estimadas e não compensadoras tarefas atribuídas aos trabalhadores agrícolas. Se uma classe de elite de proprietários está presente, como acontece na Inglaterra passando já e o dia em que os seus membros podiam requisitar a maior parte de tudo que se produz em suas terras, note-se que hoje em dia a propriedade é um peso econômico que êles sustentam devido ao prestígio social que trazem. Os arrendadores que controlam as terras usufruem uma segurança de posse, e têm direitos no uso da terra por um preço que bem pode ser a causa de inveja a agricultores em muitas outras partes do mundo.

Com êstes exemplos em mente, talvez seja bom retomarmos os objetivos básicos da reforma agrária, simplesmente como aquele de fazer com que as atividades agrícolas e de criação de gado da nação venham a concentrar-se altamente nas mãos de uma classe social média de agricultores (farmers). Em outras palavras ainda êste seria o objetivo de desenvolver e manter em qualquer país ou área num sistema de produção agrícola e vida rural, que compararia favoràvelmente com aqueles encontrados em qualquer parte do globo, sujeitos sòmente à limitação dos recursos que o solo oferece. (Lamentàvelmente, deve ser mencionado aqui que não há em forma alguma associação aproximada entre a abundância de recursos naturais, ou da riqueza do solo, e altos padrões e níveis de vida, do povo que vive na terra). Para realizar isto, um considerável número de menores e mais limitados objetivos precisam ser alcançados, incluindo os seguintes:

1 O contrôle da terra, como proprietários ou como arrendadores a longo prazo, precisa ser posto nas mãos daqueles que cultivam na realidade. Isto quer dizer que qualquer classe permanente de trabalhadores precisa haver a eliminação por um lado, de trabalhadores agrícolas, seja qual fôr o seu nome, ou por outro, a eliminação de qualquer privilégio de uma categoria de

proprietários pelos quais eles têm poderes virtuais de vida ou morte sôbre os trabalhadores, que trabalham em suas fazendas.

2. Por intermédio da educação, treinamento e experiência o homem comum que trabalha na terra precisa ser desenvolvido para constituir-se em pessoa que seja capaz de executar com considerável facilidade as funções de capataz ou "entrepreneur" e aquelas do capitalista ou proprietário, como também as do trabalhador agrícola. Cada agricultor (farmer) deve ver a combinar em sua própria personalidade todos as atitudes, habilidades e hábitos que acompanham o desempenho das três funções econômicas básicas, descritas pelo economista nominalmente aquela de capitalista, aquela de gerente e aquela de trabalhador agrícola. Em suma isto significa ensinar, incentivar, e permitir a cada futuro agricultor a desenvolver todas as qualidades, atitudes, características e hábitos do agricultor (farmer) da classe média.

MEDIDAS TÉCNICAS DE REFORMA

Finalmente voltemos a nossa atenção para alguns métodos, técnicas e medidas que podem ser aplicadas e elaboraram uma reforma agrária. O que eu tenho a dizer neste assunto baseia-se grandemente em propostas específicas feitas ao govêrno brasileiro em 1952, quando aqui estive, como consultor junto ao Sr. Ministro da Agricultura e outros membros da Comissão Nacional de Política Agrária. Em verdade em proporção considerável eu uso linguagem exata empregada no memorando em assinalei de minhas principais observações que preparei para o uso da Comissão quando me preparava para regressar aos Estados Unidos. Com somente pequenas alterações tais recomendações seriam quase tão aplicáveis em países como a Bolívia, Peru, Equador e Colômbia como o seriam no Brasil.

Esse memorandum começa recordando que, de acôrdo com o que estava claramente expresso nas Diretrizes preparadas pela Comissão, as quais são citados acima, a valorização do brasileiro rural e o objetivo fundamental de qualquer reforma agrária digna desse nome, portanto este deve ser o primeiro e permanente pensamento em esforços quaisquer destinados a armar e levar a efeito as várias medidas específicas que, reunidas, constituirão um genuíno programa de reforma agrária. Se de qualquer forma, quando a população rural do Brasil, da Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, parte sul dos Estados Unidos ou de qualquer outro país fôr valorizada, os efeitos serão



O auditório da Soc. Nac. de Agricultura, completamente lotado, durante a conferência do Prof. Lynn Smith

visíveis a todos na forma de uma melhor alimentação, habitações melhoradas, vestimentos melhores, analfabetismo reduzido, métodos eficientes de extrair meios de vida do solo e uma vida em comunidade mais rica e mais satisfatória. Então por exemplo, o Brasil deixará de ser um país onde há mais chofere para cuidar dos carros dos abastados do que há professores em todas as escolas secundárias da nação.

A seguir devem ser suscitadas as seguintes questões: Quais são os passos e medidas necessárias para realizar tal valorização do brasileiro, ou boliviano, ou peruano, ou colombiano rural comum? E como estão estes relacionados a uma reforma agrária? As medidas específicas são muitas e tomadas como um todo, elas constituem em si mesmas uma eficaz reforma agrária.

Começarei, para iniciar a discussão, com a educação rural, mas quero advertir, ao fazê-lo, que ela representa apenas uma faceta num complexo de problemas que abarcam a alimentação, a saúde, eficiência no trabalho, melhores meios de transporte, tudo mais.

Em poucas palavras, o grosso dos agricultores brasileiros precisa familiarizar-se com métodos modernos e eficientes de extrair do solo um meio de vida. Precisam aprender a cultivar a terra e isto só se verificará quando o Brasil insistir muito mais no problema da educação em geral e, em particular, no problema da educação agrícola e mecânica em todo o país. A



O Dr. Rubens Farrula, Presidente da S.N.A. assistindo a conferência ao lado do Arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Villela

educação resultará num processo produtivo muito menos dependente de mão de obra e mais dependente de animais de tiro e de maquinária. Os primitivos e destruidores sistemas de derrubadas e queimadas e de agricultura por meio de enxada que consomem tanto trabalho humano, precisam ser substituídos por sistemas em que o trabalho do agricultor comum alia-se à fôrça de cavalos e de instrumentos os mais úteis, simplificando e acelerando todo o processo de preparo do solo, de contrôle das ervas daninhas, de colheita, de beneficiamento do produto e de seu transporte ao mercado. O Brasil pode e deve erguer o nível de eficiência de seus produtores rurais a ponto de não precisar de mais de 40 por cento de sua população para produzir todo o alimento, as fibras e as matérias primas de que necessita sua população e, além disso, para produzir grande volume dos mesmos produtos para exportação. Isto, porém, só será feito quando a população rural brasileira for composta, em sua maioria, de membros de uma classe média a exercerem, êles próprios, as três funções econômicas principais, isto é se forem capitalistas em pequena escala, como proprietários de fazendas de tamanho médio "entrepreneurs" que planejam e dirigem as várias empresas, e auxiliados pelos demais membros da família, fazem o grosso do trabalho manual necessário à manutenção de suas atividades agrícolas, impelidos para a frente, rumo aos altos padrões de vida que um sistema educacional completo lhes terá inspirado.

Recomendei como uma primeira medida específica no programa da reforma agrária, que se acrescente uma nova exigência à lista ora em vigor para a criação de um novo município ou para que um município conserve tal categoria. Em poucas palavras, todo o município deve obrigatòriamente ter e manter pelo menos, uma escola pública secundária com pelo menos 5 professôres inteiramente a ela dedicados. Tais escolas proporcionarão instrução nas disciplinas usuais, tais como Português, Matemática, Geografia, História etc. e, além disto, deverão proporcionar cursos de Agricultura em geral, de Mecânica de Economia Doméstica. Quero acentuar enfàticamente que a idéia não é de criar escolas agrícolas de programa diferente do de qualquer outro estabelecimento de ensino secundário e que venham a formar alunos sem direito de acesso ao estudo universitário que queiram empreender em busca de cultura. Minha idéia é, ao contrário, que a instrução agrícola e as noções de Mecânica e Economia Doméstica venham a se tornar parte da educação necessária ao cidadão do país em geral.

Já se terá notado que não comecei por falar em escolas primárias, que nem mesmo cheguei a mencioná-las. E fiz propositadamente. Estou convencido de que, de uma ou de outra forma, o Brasil precisa pois aperfeiçoar seu sistema de educação primária universal, sob pena de não aguentar a convivência entre nações modernas. Entretanto, a valorização do homem tal como é contemplado neste memorandum não pode resultar simplesmente de educação primária. Meninos e meninas saídos das escolas primárias não tem a maturidade necessária para realizar o programa aqui esboçado. Só um estudo secundário completo, tanto teórico como prático, que abranja a maioria da população rural só um estudo que prepare legítimos membros de uma classe média, com as especializações de tal classe, poderá dar forma concreta aos objetivos.

Acreditamos, porém, que o mesmo sistema que recomendamos para a criação de uma educação secundária eficaz o sistema de concentrar os recursos e esforços locais será também o melhor para que o país mantenha em tôda a sua extensão o tipo mais eficaz de escolas públicas primárias.

Mas, como poderá um município brasileiro médio enfrentar essa nova responsabilidade? Como pode um agrupamento rural que somará de 8 000 a 400.000 pessoas numa pequena parte do território brasileiro, levantar o dinheiro necessário para conseguir um prédio, para munir êsse prédio do material escolar, contratar os serviços de limpeza e outros, e finalmente pagar os honorários de pelo menos cinco professôres de primeira ordem e que dêem todo o seu tempo util à escola?

O problema não difere, essencialmente, do que desafiou outras comunidades rurais pelo mundo afora e que, em muitos países, foi resolvido com êxito pelos próprios municípios interessados. A solução consiste, em suma, em encontrar os meios de fazer todos os habitantes dos municípios contribuirem, anualmente com uma parte substancial de seus esforços produtivos; essa contribuição financiará o ensino secundário fácil e gratuito a todos os seus jovens, o cidadão médio contribue substancialmente para a manutenção das escolas. Numa sociedade agrária há um velho e garantido meio de concentrar os recursos locais necessários à manutenção dos serviços escolares, ou outros qualquer. Refiro-me ao imposto territorial geral, baseado no valor da terra e benfeitorias dentro dos limites do município em que se situa a escola. Por êste motivo, é que recomendei como segunda providência específica, que se fizesse a emenda constitucional territorial geral e que, no país inteiro pelo menos um por cento sôbre o valor da propriedade ficasse em cada município irremovìvelmente dedicado à manutenção da escola ou escolas municipais. O município, por outras palavras, poderá se quizer, tributar em mais de um por cento as propriedades dentro de seus limites, mas há de gravá-las em pelo menos um por cento, pois tal percentagem, por determinação da União será dedicada à escola ou escolas municipais.

Fica estabelecido, para fins de cálculo e recolhimento do impôsto, que uma quantia mínima terá de ser paga por propriedade. Acima dessa quantia entretanto, as fazendas e os sítios ocupados pelos respectivos donos ficarão isentos de impôsto até um determinado valor, o qual deve ser equivalente mais ou menos a terceira parte do valor da propriedade média.

Esse impôsto territorial com a proposta isenção dos sítios e fazendas ocupados pelos respectivos proprietários — será um meio eficaz de extinguir o latifundismo no Brasil. O proprietário que esteve fazendo uso eficiente de sua terra pagará o tributo com uma pequena parte da sua renda ou do seu lucro. Mas para o que está com ela especulando, ou para o que a priva deliberadamente de um emprêgo produtivo, o impôsto acabará por fazer-se intolerável. Para êle, o impôsto territorial geral será o equivalente a uma tributação direta sôbre o capital. Assim cercado, ou bem êle tornará sua terra produtiva ou bem a verá literalmente comida pelos impostos. Não existe fórmula mais garantida para exterminar o problema de vastas áreas desprovidas perto das cidades grandes. Num país como os Estados Unidos, onde o impôsto que agrava a propriedade territorial é alto e onde êsse impôsto tem sido empregado, mediante a concentração de recursos municipais, na construção de estradas, na manutenção de escolas, na organização do govêrno local, etc., o problema latifundiário simplesmente não pode ocorrer. O mero fato da extinção dêsse problema no Brasil virá estimular sobremaneira a produção agrícola, principalmente nas áreas próximas aos grandes centros de produção.

O grau de autonomia municipal resultante de tais providências poderá causar certa preocupação mesmo a pessôas bem informadas. Essencialmente aquêles proprietários que vivem ausentes dos latifúndios provàvelmente não ficarão satisfeitos com êsse propósito. E assim aconteceria, por certo, em face de terem êles no passado sido responsáveis pelas prerrogativas



O Prof. Lynn Smith, quando era cumprimentado após sua brilhante conferência

constitucionais que não permitiam aos municípios agravar impostos sôbre a terra. Em muitos municípios, sem dúvida, a inspeção federal e estadual poderá fazer-se necessária, para salvaguarda dos fundos. O fato, porém, de ser o dinheiro recolhido localmente e desembolsado dentro do município representa em si mesmo a melhor garantia possível.

A teoria média específica que recomendei foi o estabelecimento de um fundo a ser empregado por uma determinada agência (Banco, Ministério) com a finalidade exclusiva de adquirir, ao serem postas à venda, propriedades de 1.000 hectares ou mais para vendê-las em lotes de 10 a 200 hectares. Os administradores de tal agência deviam atentar para que nenhuma pessôa ou grupo de pessoas intimamente relacionadas pudesse comprar mais de 200 hectares de terra contígua.

Essa medida foi proposta simplesmente porque há muitos fatores que conduzem à concentração na posse da terra, enquanto há poucos que ajudam a transformação dos latifúndios em propriedades de tamanho familiar.

Acontece freqüentemente que os donos de propriedades grandes não podem conseguir, em dado lugar e tempo, compradores para a fazenda integral, e acontece freqüentemente t...



Um dos assistentes da conferência foi o Sr. Plinio Salgado, presidente do Partido de Representação Popular e notável conhecedor dos problemas nacionais.

tem que êles, com dinheiro e crédito para compra de fazendas de tamanho familiar, não podem adquirir boas terras à venda que não formam parte de uma propriedade grande. Mesmo uma medida tão simples muito pode contribuir para uma reforma agrária no Brasil e é igualmente necessária na minha terra, os Estados Unidos.

Em conclusão, chegamos à quarta e última das minhas recomendações, isto é, a de criar os meios de desapropriar as grandes propriedades que se situem nas áreas próximas aos centros de consumo e que decorridos mais de cinco anos das providências acima delineadas (que terão intensificado as pressões econômicas destinadas a forçar o uso produtivo da terra) permaneçam ainda por cultivar ou continuem em grande parte abandonadas.

Disse, propositadamente, muito pouco sôbre a desapropriação e isto porque o assunto parece estar recebendo a atenção que merecia. Quero advertir, todavia, que a desapropriação pura e simples, desacompanhada de um programa de instrução agrícola, pode transformar-se em fator de agravamento em lugar de ser um fator de melhoria da situação. Reitero aqui que o ensino do cultivo da terra por meios de métodos diversos, das derrubadas e queimadas, ou da cultura pela enxada, devoradora de esfôrço humano, é absolutamente essencial se quisermos que o grosso da população rural do Brasil colha os benefícios de uma reforma agrária. Se quaisquer extensões vastas de terras forem desapropriadas, recomendei que fossem entregues à colonização de agricultores de classe média que se dispusessem a lavrar êles próprios o solo nos moldes do que recomendei para as terras devolutas.

Com estas palavras em relação às necessidades da reforma agrária, dos objetivos e das medidas específicas que podem ser adotadas, espero haver contribuído para que haja mais preocupação, discussões e atividades a respeito do assunto.

(Palmas prolongadas).

O SR. ERNESTO DORNELLES, Ministro da Agricultura — Estão abertos os debates e franqueada a palavra para quem dela quiser fazer uso.

O SR. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA — Ouvimos a exposição do ilustre Prof. Lynn Smith com tôda a atenção que a sua autoridade e o seu nome significam para nós no Brasil. Sua exposição teve a segurança e a serenidade próprias de um mestre da estatura do Prof. Lynn Smith.

Naturalmente, as idéias que S. Ex. acabou de apresentar coincidem, em grande parte, com as preocupações do ...

mens públicos e dos estudiosos dêstes problemas, entre nós.

Há três anos foi realizado em Campinas, São Paulo, no Instituto Agronômico de Campinas, sob os auspícios da FAO, o Seminário Latino-Americano sôbre os Problemas da Terra, quando os assuntos de colonização, de reforma agrária e outros foram examinados à luz dos princípios que o Prof. Lynn Smith nos apresentou. Estamos, pois, nessa parte, em perfeito acôrdo, em perfeito entendimento com S. Exa.

Há, todavia, alguns pontos da palestra do Prof. Lynn Smith que eu gostaria de comentar e sôbre êles ouvir mais objetivamente a opinião de S. Exa.

Disse S. Exa., por exemplo — com o que estamos de acôrdo — que a simples divisão, a fragmentação da propriedade não resolve o problema daqueles objetivos altos que S. Exa. apresentou como os objetivos da Reforma Agrária. Perfeitamente. Disse também o nobre orador que é fundamental o ensino técnico, para que este, somado à distribuição da propriedade, venha a criar condições de alevantamento do padrão de vida e de trabalho do agricultor. Mencionou também a escola secundária como um dos grandes caminhos a ser utilizado para que esta Reforma seja preparada e bem conduzida.

Aqui começa o grave problema, que é nosso e, num certo sentido, da América Latina, o problema da falta de adequação entre a escola e as necessidades da população rural.

O ilustre conferencista não mencionou e eu não tenho os dados de cabeça, mas calculo haver 800 mil jovens brasileiros hoje estudando nas escolas secundárias, nos colégios, nos ginásios, nos cursos de indústria etc. Dêsses 800 mil jovens — e aqui há gente do Ministério da Agricultura que poderá retificar ou ratificar minha afirmação — 2 ou 3 mil estudantes fazem cursos práticos de agricultura nas escolas médias de agricultura do Ministério.

Pelo último recenseamento temos que 69% dos brasileiros vivem no campo, o que representa para cada 1.000 estudantes em nível secundário, 25 estudantes de agricultura. Vinte e cinco em mil — é uma proporção que não ajuda a que se possa fazer a reforma agrária sonhada pelo Prof. Lynn Smith. Esta a realidade que precisa ser levada na devida consideração para que a reforma agrária não seja mais uma ilusão, uma perniciosa ilusão no Brasil.

O Prof. Lynn Smith, de 1952 para cá, estudou evidentemente o Brasil, porque S. Exa. é um homem de estudos, de observações, não perdeu os contactos com o nosso País, e hoje, no Brasil, ilustre Professor, estamos confrontados com duas mentalidades a respeito do campo: há os que consideram a reforma agrária uma panacéia e os que acham a reforma agrária uma idéia de gente nova ou de gente que lê, mas que, aplicada, traria mais malefícios do que os já existentes. Há ainda aquêles que julgam não ser o problema brasileiro, em relação ao interior, de divisão da propriedade particular mas um problema de educação, de organização da produção, de frigoríficos e armazéns, de comércio da produção. Não discutimos êsse aspecto, porque tais assuntos são essenciais, não há dúvida alguma.

Encontramos também aquêles que vêem, ao lado dêsses problemas e junto com êles, a necessidade de, em certas áreas do País haver, seja a compra da propriedade grande e depois a sua revenda, seja a desapropriação por maior interêsse social. Êsse grupo pensa ser isso preciso, simultâneamente com as outras medidas.

Desejo perguntar ao ilustre Prof. Lynn Smith o seguinte: se S. Exa. estivesse, neste momento, contratado pelo Govêrno brasileiro para nos assistir, para estudar conosco e sugerir medidas concretas com vistas ao Brasil, acharia que o nosso País está maduro para uma reforma agrária. Sei que a pergunta é muito complexa na sua resposta, mas gostaria de saber se S. Exa. aconselharia as autoridades brasileiras, executivas ou legislativas no sentido de procederem à reforma agrária e por onde essa reforma deveria começar, do ponto de vista de áreas entre nós.

O SR. LYNN SMITH — Com êstes novos dados, acho que já está em marcha a reforma agrária no Brasil porque a situação do País vai bem mais longe do que há 15 anos, quando visitei diversas partes desta Nação.

E' para mim motivo de grande prazer ouvir esta informação do modo como se está processando, sobretudo a formação do brasileiro rural nestes assuntos gerais, e como naqueles dedicados à agricultura.

Mais ainda: acho que todo fazendeiro do Brasil deve pensar muito nas escolas, especialmente nas secundárias, com a atenção voltada para os assuntos agrícolas, nos próprios municípios. Conheço muitos brasileiros fazendeiros, por visitas que empreendi em suas propriedades, em várias partes do Brasil, e todos sabem que chega o dia em que, completando seu filho ou filha somente três ou quatro anos de escola primária, êle deseja mais educação, mais formação para seu filho ou filha. Há dois rumos a seguir: ou manda seus filhos para fora do município, muitas vezes para a Capital do Estado ou outra cidade bem perto do mar para ficar com parentes ou com outras pessôas, durante todo o tempo necessário, ou êle mesmo tem de mudar, de ir viver morar na cidade, com todos os filhos, ficando à frente da fazenda uma pessôa estranha. Isto faz muitos proprietários virem para os centros populosos. Acredito que muitas vezes gasta-se mais nesse tipo de despesa do que se necessitaria para fomentar, dentro dos municípios essas escolas secundárias rurais a que me referi.

Em todo caso, fiquei muito contente com os dados que acabei de ouvir. **(Muito bem. Palmas).**

O SR. VASCONCELOS TORRES — Ouvi atento a explanação do meu — posso classificar assim — velho amigo e mestre e fiquei ponderando sôbre a necessidade de um esclarecimento do notável sociólogo Prof. Lynn

Smith complementa a ... estudo sôbre a reforma agrária, no sentido de saber se não seria interessante, antes de se cogitar de assunto tão importante, procedermos a estudos sérios sôbre o problema mais grave que o Brasil enfrenta neste momento, que é o da movimentação das suas populações. O exodo rural continua e essa macrocefalia urbana despovoando os campos de maneira assustadora.

Não sei se o eminente autor de "Sociologia da Vida Rural" tem lido notícia do que se tem processado últimamente em nossa terra, principalmente dos fluxos migratórios do Norte para o Sul e do que se verifica também — e quero falar do meu Estado, como fluminense que sou — na minha terra, onde há condições especialíssimas para o desenvolvimento da agricultura e o êxodo vem adquirindo uma intensidade alarmante.

Objetivando minha pergunta, solicitaria ao notável mestre que me informasse se a par dêsses estudos que tão objetivamente realizou não acharia interessante — e aqui está presente o Sr. Ministro da Agricultura — que orgão especializados estudassem não aqui na cidade, com um trabalho em que a sociologia americana é campeã, com um trabalho de campo, as maneiras pelas quais os homens do interior deveriam encontrar condições de vida, condições humanas de trabalho, antes dessas reformas que, por enquanto, estão apenas no domínio da ideação e ainda não podem ser realizadas: Porque a agricultura aqui caminha com os seus proprios pés, desordenadamente; o nosso homem — estamos na Casa da Agricultura e é esta a verdade — é o mais desamparado, não tem ninguém que lhe assista. E me perdoe o Sr. Ministro da Agricultura, pois a sua Pasta, em confronto com os orçamentos de outras Secretarias de Estado, é a que menos dotação orçamentária tem, não lhe permitindo, assim, cumprir as suas altas finalidades.

Ouvindo a palestra de V. Exa., ilustre Professor e sendo representante do povo fluminense, minha atenção foi despertada para um detalhe também objeto de observação do Dr. João Gonçalves de Souza. Não acredito que, no momento, municípios onde faltam professôras, possam ter uma escola de nível secundário para o aprimoramento do homem do município, no que diz respeito aos conhecimentos ginasiais e aquêles complementares, de agricultura e de mecânica.

Quero comunicar ao Prof. Lynn Smith que S. Exa. me inspirou a apresentar na Assembléia de que faça parte, no Estado do Rio, hoje mesmo Emenda Constitucional de emancipação que e... do município que venha a ser constituído. Daqui para a frente só poderá ser emancipado se entre os requisitos exigidos pela Constituição e além destes, possuir o município uma escola de formação rural. Parece-me que, realmente, o Prof. Lynn Smith tem razão. Será essa a maneira de fazer com que o homem possa, em seu meio desenvolver seus conhecimentos, de já não saindo, para a grandeza da nossa terra. (Palmas).

O SR. LYNN SMITH — Estou tambem muito contente com a Emenda Constitucional que o meu amigo Vasconcelos pretende apresentar na Assembléia de que faz parte.

Infelizmente não estou em condições profissionais de fazer o plano ou a execução de qualquer reforma, porque ela só pode ser realizada pelos próprios brasileiros. Qualquer idéia que venha de fora poderá não surtir os efeitos necessários.

Em que eu talvez possa ajudar é no estabelecimento dos "goals", na discussão problema.

Estou mais ou menos a par dêsse grande êxodo rural da população do Nordeste e de outras partes para a cidade e, atualmente, entre as oito conferências que estou fazendo neste torneio de palestras, tenho uma que trata dos problemas sociais. Um dos quatro problemas ... tratados por esta conferência é exatamente o da migração do campo para a cidade. Mas tôda situação social é uma coisa complexa. Acho que precisamos é marchar para a frente, em todos os aspectos.

Não quero dizer que a reforma agrária seja mais necessária, que muita coisa tambem se necessita fazer nas cidades neste sentido, sobretudo quanto a educação. Acho necessária muita atenção para êste assunto.

Muitos dos meus amigos aqui já conhecem minha família. Meus filhos, quando estive no Brasil em 1942, tinham sòmente 8 e 4 anos. Hoje, estão homens e o mais velho já entrou no serviço diplomático dos Estados Unidos; o mais jovem cursa atualmente o segundo ano da Universidade. De modo que eu mesmo não tenho mais filhos para ir à escola secundária nem primária. Não tenho muitas terras, apenas a minha casa. Não obstante, todos os anos preciso trabalhar na Universidade de 5 até 10 dias para conseguir os fundos para ajudar a pagar as despesas municipais das escolas.

Acho indispensável, em qualquer País, uma parcela do esfôrço de cada um. Este não tem filhos; aquêle tem filhos na escola; todos devem concorrer para a manutenção dessas es-

colas. E' o que sugiro como meio para combater o latifúndio (**Palmas**)

O SR. GIL AMORA — Gostaria de fazer apenas uma pergunta: como acha V. Exa. se poderia extinguir ou diminuir os monopólios das riquezas formadas no interior, que estrangulam a agricultura e a pequena indústria rural. Os meios de transporte estão nas mãos desses monopolistas, acontecendo o que é do nosso conhecimento.

Lembro o ocorrido com Pedro Ernesto Batista quando quis implantar o impôsto territorial no Distrito Federal, com quem colaborei. O resultado foi que os monopólios das terras, os monopólios da riqueza formaram, engendraram em tôrno dêsse homem uma tal intriga que o levaram ao desespêro e à perda de sua situação política no País.

De que forma, pergunto, o ilustre mestre poderia ver suas idéias aplicadas no sentido de pelo menos abrandar êsse esfôrço de estrangulamento dos monopólios formados nos centros de produção para não deixar que a mercadoria se escoe para os centros de consumo?

O SR. LYNN SMITH — Não sei se estou bem a par do assunto para dar cabal resposta ao nobre interpelante. Posso dizer, seguramente que o problema de transportes vem, atualmente, preocupando muitos outros países e não somente o Brasil.

Como estive fora do Brasil desde 1953 e apenas um pouco êste ano, é-me sumamente difícil saber como marcha a coisa atualmente.

Um dos detalhes que pude observar foi o da superlotação dos transportes, devido ao fato de haver, por exemplo, junto ao Rio de Janeiro enormes glebas em desuso, fazendo com que cada vez mais longe se tenha de ir buscar os alimentos para a cidade

Outrossim também não considero bom o modo de se taxarem os produtos dentro do município. Devem-se dar mais vantagens àqueles que produzem, taxando-se — isto sim — os latifundiários, que não utilizam suas terras em benefício da coletividade. Em assim agindo, creio que teremos dado à necessária situação para o problema do transporte, por isso que a produção estará mais perto do meio de transporte. (**Palmas**).

A SRA. LAVÍNIA CARDOSO DE VASCONCELLOS — Peço vênia ao ilustre professor para lhe fazer uma pergunta e, ao mesmo tempo, dar esclarecimentos sôbre a situação da nossa política educacional, que seria básica para permitir a reforma agrária.

S. Exa. falou numa escola secundária com cinco professôras e o nosso ginásio aqui, que é a escola secundária, exige dez ou doze professôras.

Há também, em nosso meio, uma grande inadequação da escola primária. Mesmo nas capitais, como São Paulo e outras, por falta de prédios escolares, as escolas funcionam apenas duas ou três horas.

Outrossim, o ensino primário deveria ser complementado, como fazem outros países como a Alemanha e a Bélgica, em que o curso primário é de seis anos, existindo em seguida, o ensino médio, muito prático, de adaptação. Na Bélgica, por exemplo, êsse ensino é até adaptado às necessidades locais, desenvolvendo melhor os conhecimentos que servirão à agricultura, às atividades domésticas ou à indústria. Acho, então, que deveríamos ser mais objetivos discordando um pouco do ilustre interpelante membro da Assembléia do Estado do Rio, quando diz que deveríamos pesquisar as causas do abandono do campo. Essas causas são por demais conhecidas. (**Muito bem; muito bem. Palmas**) Devemos e enfrentá-las.

Sou uma humilde trabalhadora social e é nesta qualidade que estou fazendo êste apêlo a todos os homens, aos nossos dirigentes, como ao ilustre Professor, a quem faço esta sugestão. (**Muito bem. Palmas**)

O SR. LYNN SMITH — Estou plenamente de acôrdo com que esta parte da educação primária é fundamental. Aliás, não li uma parte do meu discurso em que digo que o mesmo esfôrço que fazemos para a instalação da escola secundária pode ser utilizado para o fim da criação de escolas primárias, para a prestação de assistência social ou quaisquer outros serviços locais de que necessita a população do Município.

A razão pela qual não abordei o assunto, é a de que estou absolutamente convencido de que o Brasil vai realizar essa obra, vai fazer êsse tipo de serviços educacionais, de escolá primária.

São necessários muitos anos para que qualquer nação tenha uma educação primária mais ou menos universal. Estão em marcha os melhoramentos nesse sentido e o que se tem feito nos últimos vinte e cinco anos no assunto em tôda a América, é algo bastante importante.

Podemos dizer que o assunto da conferência foi problemas sociais ou problemas educacionais. As minhas palavras tomaram um rumo um pouco diferente, mas, falando nesses "goals", achei melhor falar em um "goal" mais alto. (**Muito bem. Palmas**)

O SR. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS — Sr. Ministro, ilustre Professor Lynn Smith. Não venho pròpriamente interrogar o nobre conferencista, mas informá-lo sôbre aspectos sociológicos do Brasil.

Conheço o Prof. Lynn Smith há quatorze anos. Presidia o Congresso de Educação, em Goiânia em 1942, quando encontrei S. Exa. já preocupado com os problemas sociológicos. Aí fizemos relações, e desde então, sou grande admirador do seu esfôrço cultural em favor da sociologia no Brasil e na América em geral.

Como ouvi suas palavras com aquela admiração de sempre e o aplaudi como bem merece, tenho duas objeções a fazer. Aliás, não são pròpriamente objeções, mas observações. Uma delas é sôbre o latifúndio no Brasil.

Quem vai acabar com o latifúndio é o Direito Civil, é a Lei de Sucessão. Em minha região, por exemplo, não há mais latifúndio. Cada indivíduo que morre deixa dez doze, quatorze filhos e a terra se divide totalmente.

Sou filho da região do Seridó, terra do algodão de fibra longa, e lá não existe latifúndio. Como aquela zona existem muitas outras no Brasil. Não precisamos de reforma para acabar com o latifúndio; as leis civis acabaram com isso, principalmente a Lei de Sucessões.

A segunda observação é relativa ao ensino secundário.

O ilustre Prof. Lynn Smith advogou a necessidade de fundar escolas secundárias, ligando o fato ao problema econômico, ao problema agrícola. No Brasil, o ensino secundário produz efeitos contrários: quem faz o curso secundário abandona a agricultura e procura ser bacharel em Direito, um médico e procura as cidades. (**Muito bem**) O que advogo é o que a ilustre oradora disse há pouco e ainda há alguns dias defendi numa conferência realizada por mim no Conselho Técnico da Confederação do Comércio um Plano Geral de Educação, em que as nossas escolas primárias terminassem por um estudo de conjunto sôbre as condições econômicas da região em que a escola foi fundada a fim de se criar nas crianças que ali se formam o amor pela terra, pelos seus problemas, encarreirando-as no sentido de não abandonar a terra, mas de servi-la e eficientemente. Isto no ensino primário.

Advogo também que se deve fazer muita coisa pelo ensino secundário, mas no Brasil não há mentalidade atualmente, para isso. O ensino secundário não prenderá o homem à terra; afastá-lo-á da terra.

Não estou solicitando informação ao nobre professor, mas transmitindo-lhe alguns detalhes de caráter sociológico, para

evidenciar a evolução do Brasil nêsse terreno.

O que povoou a minha região, no início foi o gado. O gado é que levou o homem civilizado para a região do Seridó. Mas veio uma coisa chamada algodão de fibra longa e pôs o gado quase que completamente para fora, tomando conta daquela zona.

A minha região, há um século, ou pouco mais, era essencialmente e exclusivamente agrícola. Resultado: os homens que povoaram a região vinham de Pernambuco, gente de certa cultura, trazida por Duarte Coelho. De modo que embora tratando-se de proprietários de fazendas de gado e de elementos que se dedicavam à lavoura algodoeira, a preocupação de cada um era fazer os filhos bacharéis em Direito. Conheço inúmeros dêsse caso. Meu pai era agricultor e eu no comêço de minha vida ajudei muito no campo, porque meu pai era pequeno agricultor. Todos nós porém, fomos mandados para as cidades, a fim de que nos formássemos em Direito, por nossos pais fazendeiros.

Pois bem, a evolução agora é em sentido contrário. Todos nós, bacharéis, estamos mandando nossos filhos ser agrônomos. Eu mesmo, que moro no Rio de Janeiro, tenho um filho agrônomo plantando arroz no Rio Grande do Sul.

O Dr. Juvenal Lamartine, que acaba de falecer, filho de agricultor, bacharel em Direito, laureado, tem dois filhos agrônomos. E assim fazemos todos atualmente.

Quero apenas assinalar que o pensamento diretor das camadas de certas regiões do País está evoluindo no sentido de se afastar do terreno do bacharelismo para o terreno das realidades econômicas do Brasil.

São as informações que venho trazer ao ilustre professor, com o objetivo de ser útil para a continuação de seus tão preciosos estudos da sociologia brasileira. **(Muito bem. Palmas)**

O SR. LYNN SMITH — Obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ VASCONCELOS — Nobre Prof. Lynn Smith, evidentemente que o problema fundamental da reforma agrária reside na desapropriação e a Comissão Nacional de Política Agrária já dissera nas suas recomendações tendentes a uma reforma agrária que se deveria fazer a desapropriação nos casos em que por interêsse social a medida fôsse necessária. Acerca, no entanto, da maneira de se efetuar essa desapropriação é que as opiniões divergem.

Perguntaria, então, ao Prof. Lynn Smith se S. Exa. é favorável de certo modo à tendência de o pagamento ser feito ao preço do mercado ou se acha que a questão melhor se resolveria fazendo-se o pagamento pelo preço de aquisição acrescido dos respectivos juros acumulados?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Permita-me um aparte. Acho que a questão tem razão de ser, mas, infelizmente, parece que a nossa Constituição impede essa solução, que seria mais justa e a única compatível com a realidade brasileira.

O SR. LUIZ VASCONCELOS — Gostaria de ouvir a opinião, mesmo que em têrmos teóricos, do Prof. Lynn Smith, a êsse respeito.

O SR. LYNN SMITH — Não sei se também estou a par dêste assunto econômico.

Se há um sistema em que a valorização está considerada, para efeito de impôsto territorial, creio que seria mais justo pagar-se o valor constante na lista do impôsto. Isto, porém, é assunto mais para um economista, especializado no assunto.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Prof. Lynn Smith, desejo fazer duas observações. Uma decorrente da nossa Constituição que, em um preceito que me parece injusto e contrário ao progresso social, exige seja a desapropriação paga em dinheiro e no valor atual.

O SR. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA — A Constituição fala em preço justo e não valor atual.

O SR. POMPEU ACCIOLY BORGES — Devo esclarecer que dois grandes juristas, dentre êles o Desembargador Seabra Fagundes são favoráveis à eleição do preço na base do custo histórico. E' verdade que outros juristas pensam de modo diferente.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Se chegarmos a essa interpretação teremos aberto para o País as portas de uma reforma agrária que, para nós, é imperiosa.

Ouvimos do ilustre Conselheiro e Governador José Augusto, um dos homens a quem mais respeitamos neste País, que o latifúndio está acabando mediante a legislação civil. S. Exa. conhece muito bem a legislação, os fatos sociológicos da vida brasileira, mas eu vou permitir-me contraditar a informação: se a legislação civil, da sucessão está parcelando as propriedades e criando até minifúndios, a mesma legislação civil, em relação às sociedades anônimas, está permitindo grandes latifúndios.

No meu Estado há propriedades com 100 mil hectares e a maioria de usinas de açúcar tem mais de 10 mil hectares.

Recordo haver lido no admirável livro "Sociologia da Vida Rural" que V. Exa. considera que na base de todos os problemas rurais — a mobilidade rural, o analfabetismo e as doen-

ças — está o latifúndio. No Brasil esta questão ainda permanece. Talvez fôsse bom um esclarecimento a respeito, já que V. Exa. abordou o assunto.

Há o conceito de que a grande propriedade, a propriedade de 10, 20 mil hectares, lavrada, utilizada econòmicamente, embora nas mãos de um só proprietário, ou de uma só "corporation", asseguraria o bem-estar social.

Recordo das afirmações do livro de V. Exa. o contrário: que o latifúndio está na base de todos êsses males.

Há, portanto, conceitos, no Brasil, de latifúndio produtivo e latifúndio improdutivo, o que me parece não tem razão de ser.

Gostaria, se possível, de um esclarecimento definitivo de V. Exa.

O SR. LYNN SMITH — Se as grandes concentrações de propriedades criam males sociais, de muitos tipos como V. Exa. indicou alguns, pior ainda é quando a terra não é utilizada.

Quero ainda repetir que é bem fácil ver que há no Brasil a grande preocupação com a desapropriação. Mas a desapropriação traz muitas dificuldades. Eu quero é, por intermédio da pressão econômica, forçar a utilização da terra, com a formação e valorização do homem rural.

Se chegarmos um dia a alcançar êsses "goals" de uma educação primária universal e outros pontos por mim abordados em outra conferência, sôbre a comunidade Rural na América Latina, porque, òbviamente, não é possível abranger todos êsses assuntos em uma só palestra — com a formação do homem rural, através da assistência social e técnica rural, despresando os conhecimentos das estações experimentais, por meio de extensão agrícola, mediante tudo isso poderemos acabar com o latifúndio, sem muita expropriação. (Palmas).

O SR. FLORINDO VILLA-ALVAREZ — Vou ser breve Prof. Lynn Smith. Desejo mesmo que V. Exa me corrija se a minha interpretação não fôr precisa.

O Dr. José Augusto se referiu ao problema da escola secundária. Creio que a escola secundária a que se referiu o nosso ilustre conferencista não é, evidentemente, esta nossa escola secundária obsoleta, não é esta escola secundária divorciada da realidade da problemática brasileira; refere-se S. Exa. justamente ao contrário, que seria um "goal", porque, realmente, no adolescente está o momento vocacional e é a escola secundária aquela que pode no Brasil, ao invés de enviar moços para o bacharelismo, para as Faculdades de Direito encaminhá-los para as Escolas de Agronomia.

Alude então, S. Exa. à escola secundária ajustada, condicionada à realidade creio que de cada região, de cada área do Brasil, à escola secundária que desenvolve o ensino técnico, o ensino agrícola e que realmente prepara o homem para compreender o processo econômico brasileiro.

Esperamos tenha sido essa escola secundária, porque da leitura dos livros de V. Exa. e do conhecimento de sua obra, sabemos perfeitamente que aquilo de que carece a educação no Brasil é justamente no ensino médio, como referido com propriedade há pouco capaz de preparar homens para a vida agrícola, para essa vida econômica, para êsse aproveitamento econômico-social brasileiro.

O SR. LYNN SMITH — Perfeitamente. Eu sinto muito não poder falar corretamente o português, para dar melhor expressão à minha idéia.

Quero sòmente dizer uma coisa muito pessoal: eu teria um certo receio se nos Estados Unidos houvesse um sistema de educação, com o ensino da agricultura bem separado dos outros assuntos da escola secundária, de modo a que o aluno que completa a escola agrícola não pudesse entrar na Universidade. Sou contra qualquer tipo de educação rural que não dê direito gradual aos alunos das escolas rurais de seguirem com uma educação superior de seu desejo.

Vamos chegar, seguramente, no Brasil ao dia em que a preocupação com a fixação do homem à terra vai ser menor do que a da preparação do homem para ir à cidade.

Todos sabem o que se passa nos Estados Unidos: há, atualmente, apenas 20 milhões de pessôas na população agrícola entre homens, mulheres e crianças, e chegará o dia, bem próximo, em que êsse índice baixará para 15 milhões, enquanto que no ano de 1890 tínhamos 30 milhões de almas no campo. Se não houvéssemos conservado no campo todos os filhos ali nascidos, desde o ano de 1900, hoje me dia seríamos um País tão pobre, tão fraco que não se pode imaginar.

O Brasil ainda dispõe de muitas terras boas em grandes partes. E eu sei que não é possível falar apenas sôbre o Brasil, porque necessitamos referir também outros países.

A situação no Rio Grande do Sul, evidentemente, é diferente da do Piauí; a da Bahia é muito diversa da de São Paulo, e assim por diante.

O meu pensamento fundamental é dar mais oportunidade à gente do município, para fazer o principal, que está de acôrdo com as suas necessidades. (Palmas)

O SR. ZIEDE MOREIRA — Exmo. Sr. Ministro. Eminente Professor, quero falar como geógrafo e como professor que ouvi as diversas explanações do conferencista e dos interpelantes.

A minha opinião a respeito da reforma agrária, no momento, já em natural evolução, ainda que incipiente, é no sentido de que ela não deve estar dissociada de uma observação feita pelo ilustre Prof. Lynn Smith por mais de uma vez, em sua conferência, o que, por uma natural tendência de nosso povo, não tem sido levada na devida consideração. Quero aludir aos recursos naturais do País.

S. Exa. falou na devastação de florestas, na derrubada de matas, geralmente imprevidentes, geralmente mal orientadas. Acho que não pode haver, absolutamente, um impedimento ao êxodo rural, face às dificuldades sociais em que vive normalmente o homem do campo.

Precisamos dar ênfase no Serviço Social Rural que se vem de fundar recentemente, no sentido de que o homem no campo tenha os recursos de que carece, sobretudo, e que vai procurar na cidade. A educação cultural, e educação de humanidade, a educação global do indivíduo, é realmente necessária. Contudo, é indispensável também que êle tenha medico, que tenha assistência social, meios recursos capazes de neutralizar êsses atrativos naturais do homem pela cidade.

Não é apenas aglomeração, pelo confôrto social que o homem abandona o campo, mas também pela abundancia de recursos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não será também pela falta de recursos econômicos que essa assistência não vai até lá?

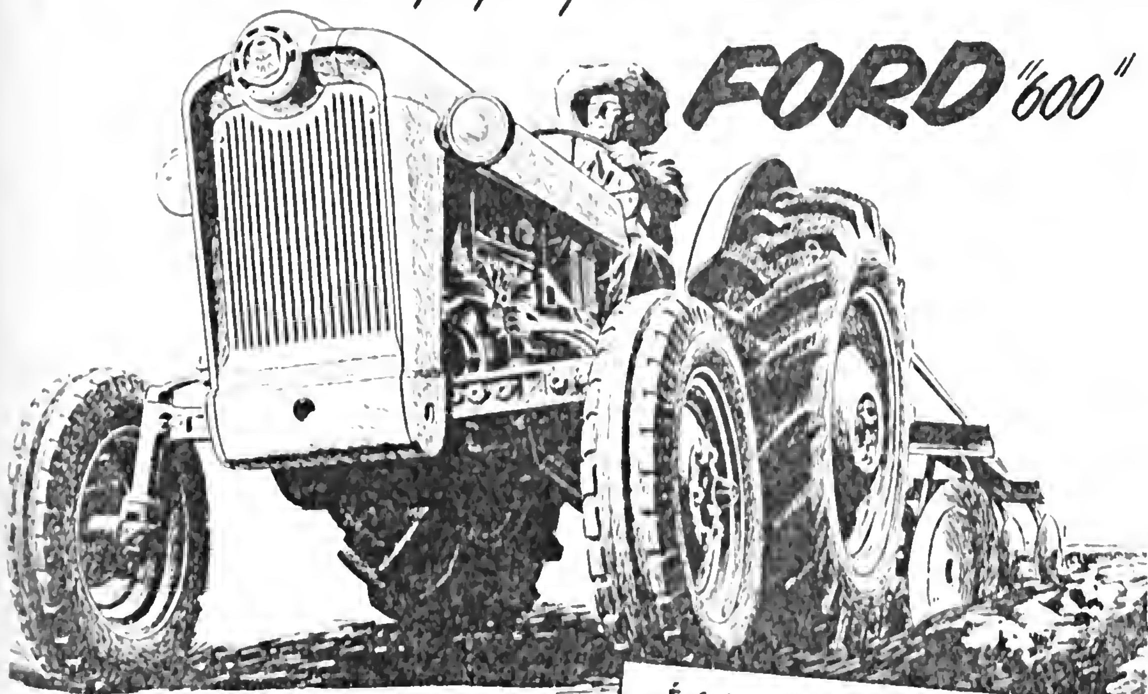
O SR. ZIEDE MOREIRA — Por falta de recursos econômicos, sim, mas também porque — e perdôem-me todos os presentes — somos bastante egoístas quando tratamos de nós mesmos e nos esquecemos das condições que existem no campo.

Temos de pensar concretamente em que o homem no campo não dispõe de um médico nem do telefone para dentro de 30 ou 40 minutos ter à sua cabeceira, se não o médico, pelo menos uma pessôa de sua família.

Torna-se, pois, necessária uma educação rural de base diretamente levada ao homem do campo mediante a criação, a fundação de escolas em número o maior possível. E' preciso, no entanto, também se faça o aproveitamento racional dos recursos naturais de cada região, de cada município, de cada localidade, para a melhor formação do indivíduo, para que êle ame a essa Natureza; caso

PREFERÊNCIA QUE SE EXPLICA!

Veja porque a maioria escolhe o FORD "600"



É "pau p'ra tôda obra"!

Linha de implementos para todos os serviços da fazenda! Veja êstes exemplos:



Enxada Rotativa — Deixa o solo preparado em uma só operação. Revolve, capina, etc.



Plantadeira - Adubadeira — Planta e aduba milho, algodão e outras culturas, com grande facilidade.



Arado-Reversível — Indispensável para uma boa aração em terrenos inclinados. Também abre sulcos.

Visite o seu Revendedor Ford!

É feito para render mais!

Famoso motor "Tigre Vermelho"

Mais potência com menos gasolina! Pistões de grande diâmetro e curso reduzido, que desenvolvem mais fôrça!



Novo sistema hidráulico

Funciona mesmo com o trator embreado. Velocidade regulável. Levanta até 450 quilos, duas vêzes mais depressa.

Transmissão com 5 marchas

De 3 até 24 k.p.h. Boa velocidade para uso na estrada. Nova alavanca de mudanças.

E ainda mais: Bitolas de largura ajustável — "Controlador de Serviço" exclusivo — Pneus maiores, de 11 x 28 e 5,50 x 16 - Rápido e eficiente sistema de engate em 3 pontos.



Peças legítimas



Assistência técnica em todo o Brasil

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC — SÃO PAULO

contrário, o homem, absolutamente, não se fixara no campo.

Aliás nos Estados Unidos, há essa mentalidade. O homem tem amor pela lavoura. Um mapa, um cartograma, enfim, qualquer representação cartográfica do País faz constar as áreas reservadas às florestas, aos monumentos nacionais, justamente aquêles que longe da terra devem ser venerados pelo homem.

Assim, como o Prof. Lynn Smith, vejo inúmeras dificuldades para a concretização dessa campanha de educação, porque, muitas vêzes, há falta, nas próprias cidades, de educadores para manter as escolas. Sem que se leve ao trabalhador rural essa educação, êsse auxílio, êsse amparo, não se impediria o êxodo rural, bem como os latifúndios.

Para finalizar, desejaria indagar do ilustre mestre qual a posição dos recursos naturais nesta campanha, no sentido de se fazer uma reforma agrária no Brasil e nos demais países latino-americanos que se encontram em situação econômica mais ou menos semelhante?

O SR. LYNN SMITH — A minha idéia é a formação do homem de capacidade média. E para fazê-lo — quero repetir — pelo menos d oque tenho conhecimento, viajando, lendo, falando com pessôas de outras terras, para alcançar êsse "goal" com êxito, com sucesso, em todo o mundo tem sido usado um sistema local, do impôsto sôbre a terra.

Para mim é muito pesado pensar o que seríamos nos Estados Unidos se há muitos anos não conseguíssemos esta medida de, através da comunidade local, manter no município o serviço de saúde, o serviço de assistência, até mesmo as pontes, as estradas de rodagem etc.

Agindo dêste modo, poderemos conseguir o necessário para atender às nossas necessidades. **(Palmas)**

O SR. ERNESTO DORNELLES, Ministro da Agricultura — Como todos os assuntos não podem ser esgotados numa sessão, vou pedir licença a todos para encerrar a conferência, agradecendo ao Prof. Lynn Smith por ter pôsto à nossa disposição o fruto de seus estudos objetivos, a fim de equacionarmos os nossos problemas diante das condições brasileiras. Acho que S. Exa., nos seus pontos fundamentais, equacionou o problema de forma a responder a tôdas as perguntas que se possam fazer.

Seu objetivo principal é levar ao meio rural para que o homem não seja ali um despojado, tenha condições de desfrutar uma vida digna. Se um homem abandona o campo para vir para a cidade, é porque êle não encontra lá recursos para se desenvolver como aqui.

E' o que acontece com o homem rico; ao invés de empregar seus capitais num objetivo social e coletivo, vai procurar aquilo que lhe dá lucros imediatos. E' o fruto de uma época individualista que se está processando.

E' preciso que todos nós, objetivamente, sem paixões, procuremos criar essa consciência coletiva, meditemos sôbre os problemas do homem rural para lhes encontrar solução.

Quero informar mesmo, a respeito de ensino, que já está em andamento uma proposta no sentido de levar as escolas vocacionais para ser instaladas junto aos institutos secundários, porque no Brasil temos diversos deficits — estaduais, federais e municipais — e muitas organizações caras não podem ser feitas. Está em andamento a propostas de se instalarem, junto aos cursos ginasiais, os cursos vocacionais, ao invés de se criarem escolas próprias, caras.

De qualquer forma, acho que os pontos equacionados pelo ilustre sociólogo servem de base para êses nossos estudos e ôs nossos propósitos de seleção.

Congratulo-me com todos os assistentes pela colaboração que deram e faço votos para que tenhamos mais oportunidades de ouvir outras conferências. O principal é que muitos se entusiasmem pelo assunto, criando-se uma consciência coletiva para afastar os obstáculos naturais, as fôrças de resistência para qualquer mudança. A verdade é que os pensadores hoje estão atrazados em relação à realidade. Em épocas passadas, quando tudo evoluía, os propagadores de idéias ficavam pregando vários anos para que outras gerações viessem a aproveitar suas lições.

Destarte, precisamos procurar os pensadores como o Prof. Lynn Smith que está vendo a realidade do presente.

Congratulo-me com os promotores desta reunião e faço votos para que prossigam nêsse caminho a fim de criarmos ambiente necessário à solução de nossos problemas.

Ao ilustre Prof. Lynn Smith, minhas homenagens; aos promotores da Conferência, meus agradecimentos; a todos, muito agradecido. **(Palmas)**.



A FOTO INTERNACIONAL

Todos os aspectos da vida agrícola merecem especiais cuidados nos Estados Unidos, uma vez que o programa de produzir tem um sentido de conjunto tão amplo e profundo que não se pode admitir ausência de qualidade numa produção em massa, da mesma forma que não se pode aceitar incremento de produção sem meios de transportes garantidos e regulares, ou falta de métodos técnicos nêsse incremento. No que concerne à avicultura em geral, os cuidados são constantes e o aperfeiçoamento de técnicas ininterrupto. Tratando-se de uma fonte de renda gigantesca e de suma valia no conjunto agro-industrial, a avicultura emprega hoje métodos científicos os mais adiantados, em particular no Estado de Missouri, cuja alta produção de ovos e de galinhas para o consumo obedece aos mais altos padrões, como nos revela a foto acima, de uma parte de uma das muitas organizações que se entregam à avicultura. O sistema adotado de galinheiros, comedouros, em zonas de sombreado parcial e nas quais sempre exista "pasto" natural, constitui uma das razões da alta produção nessas áreas da avicultura de Missouri. (Foto do "International Press Serve", especial para A LAVOURA)

A CORRESPONDÊNCIA DA REVISTA

Tôda a correspondência destinada a esta revista deverá ser endereçada para A LAVOURA — Av. General Justo, 171-2.º and. — Rio.

Desenvolvimento e Melhoramento da Fruticultura em São Paulo

O QUE SIGNIFICA E O QUE VEM REALIZANDO O FORUM PAULISTA DE FRUTICULTURA

Eng. Agr. GERALDO G. DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

I — O que é o Forum Paulista de Fruticultura

O Forum Paulista de Fruticultura, fundado em 30 de Outubro de 1951, funciona no Pavilhão Horticultura da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", em Piracicaba, e tem por objetivo "congregar os tecnicos, fruticultores, comerciantes e demais interessados, e estudar as questões relativas á fruticultura e promover o seu desenvolvimento".

II — Como surgiu o Forum Paulista de Fruticultura

De ha muito sentiam todos quanto, de um modo ou outro lidavam com a fruticultura, a necessidade de encontros periódicos dos tecnicos, fruticultores, viveiristas, comerciantes e industriais a fim de que, através de amplos debates serem traçadas medidas visando o melhoramento e o desenvolvimento da fruticultura.

Somente a 30 de Outubro de 1951, ás 13,00 horas, tecnicos, fruticultores e comerciantes de frutas reunimos no Pavilhão de Horticultura da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, sob a presidência do Prof. José de Mello Moraes, Diretor da referida Escola, concretizaram o velho ideal, com a fundação solene do Forum Paulista de Fruticultura, que bons e relevantes serviços já vem prestando ao desenvolvimento da fruticultura paulista.

III — A primeira diretoria do Forum

A primeira diretoria do Forum Paulista de Fruticultura, eleita para o periodo de outubro de 1951 á maio de 1956, ficou assim constituida :

Presidente — Dr. Phelipe Weslin Cabral de Vasconcellos (Piracicaba)

1.º Vice-Presidente — Major José Levy Sobrinho (Limeira)

2.º Vice-Presidente — Dr. Raul Drumond Gonçalves (S. Paulo)

1.º Secretário — Dr. Heitor Wether Studart Montenegro (Piracicaba)

2.º Secretário — Dr. Sulim Simão (Piracicaba)

1.º Tesoureiro — Snr. João Dieberger Junior (S. Paulo)

2.º Tesoureiro — Snr. Carlos Roderbourg (S. Paulo)

Diretor de Publicidade — Dr. Edgard Fernandes Teixeira (São Paulo)

Vice-Diretor de Publicidade — Dr. Julio Seabra Inglez de Souza (Jundiaí)

IV — A atual diretoria do Forum

No dia 12 de Julho do corrente, nos salões do "Nosso Clube" da cidade de Limeira, Estado de S. Paulo, foi eleita e empossada a sua atual diretoria, que ficou assim constituida :

Presidente — Dr. Phelipe Westin Cabral de Vasconcellos

1.º Vice-Presidente — Snr. Henrique Jacobs

2.º Vice-Presidente — Dr. Raul Drumond Gonçalves

1.º Secretário — Dr. Heitor Wether Studart Montenegro

2.º Secretário — Matshiro Yamasgushi

1.º Tesoureiro — Dr. Carlos Rodesbourg

2.º Tesoureiro — Dr. João Dieberger Junior

Diretor de Publicidade — Dr. Julio Seabra Inglez de Souza

Vice-Diretor de Publicidade — Dr. Edgard F. Teixeira

V — Os associados do Forum

De acôrdo com os Estatutos do Forum Paulista de Fruticultura "qualquer pessôa interessada nos fins da associação poderá ser aceita como sócio, desde que sua indicação, feita por um sócio, seja aprovada por dois terços dos membros da diretoria".

Quatro são as categorias de sócios do Forum :

a — **sócios efetivos** — os que pagarem a anuidade de Cr$ 120,00

b — **sócios remidos** — todos daqueles que contribuirem com Cr$ 2.000,00

c — **sócios patronos** — todos aqueles que contribuirem com Cr$ 10.000,00

d — **sócios honorários** — todos aqueles que contribuirem de um modo relevante em prol dos objetivos da sociedade, com aprovação de pelo menos metade mais um dos membros presentes numa assembléa anual da sociedade



Aspecto da Reunião Técnica de Citricultura do Forum Paulista de Fruticultura, realizada em 1954, quando falava o seu presidente Prof. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos.

VI — Comissões Tecnicas

O Forum Paulista de Fruticultura conta com as seguintes Comissões Tecnicas, cada uma delas com um número variável de membros e um coordenador :

Comissão de Viticultura
" de Cultura da Macieira
" " " da Ameixeira
" " " do Pessegueiro
" " " do Caquizeiro
" " " da Pereira
" " " do Marmeleiro
" " " do Abacaxizeiro
" " " da Figueira
" " Citricultura
" " Cultura do Abacateiro
" " " da Mangueira
" " " da Bananeira
" " " da Oliveira
" " Doenças das Frutíferas
" " Pragas das Frutíferas
" " Cultura das Mirtáceas
" " " de Frutíferas tropicais diversas
" " Cultura das Anonáceas
" " " das Frutas sêcas
" " Genética e Botânica
" " Transporte, armazenagem comercialização

VII — O que já realizou o Forum

Para que se tenha uma idéia do muito que já realizou o Forum Paulista de Fruticultura basta lembrar que, no periodo de 30 de Outubro de 1951 (data de sua fundação) até maio de 1951, realizou 7 Reuniões Técnicas, a saber :

1 — Reunião Tecnica do Pessegueiro, em Itapera
2 — " " da Mangueira, em Piracicaba
3 — " " da Videira, em Jundiaí
4 — " " do Caquizeiro, em Mogi da Cruzes
5 — " " da Figueira e da Macieira em Valinhos
6 — " " de Comércio e Industrialização, em S. Paulo
7 — " " Citricultura em Limeira

No periodo de 11 de julho de 1952 a 29 de maio de 1954, realizou-se mais nove Reuniões Técnicas, a saber :

1 — Reunião Tecnica da Bananeira
2 — " " do Abacateiro
3 — " " do Pessegueiro
4 — " " de Viticultura
5 — " " de Citricultura
6 — " " da Ameixa
7 — " " da Maçã e Oliva
8 — Simpósio de Fruticultura
9 — Reunião Tecnica de Citricultura

No periodo de 14 de setembro de 1954 à 11 de maio de 1955, realizou 3 Reuniões Técnicas a saber.

1 — Reunião Técnica de Citricultura
2 — " " da Figueira
3 — " " de Citricultura

Entre outras realizações do Forum Paulista de Fruticultura, destacamos ainda :

a) a classificação científica das árvores frutíferas cultivadas no Estado de São Paulo;

b) o interesse que tem tido pelas reinvidicações da classe:

c) congraçamento de todos os fruticultores do Estado;

d) elevação do nivel tecnico da fruticultura, no Estado de São Paulo;

e) registro, estudo e classificação de variedades novas encontradas ou criadas no Estado de São Paulo;

f) racionalização das exposições de frutas e a instituição de normas técnicas para o seu julgamento.

Conforme se verifica, são do mais alto alcance as atividades, do Forum Paulista de Fruticultura.

O registro, estudo e classificação de variedades novas criadas ou cultivadas no Estado de São Paulo a classificação científica das fruteiras nele cultivadas e a instituição de normas técnicas para o julgamento de frutos nas exposições, são medidas de grande importância para a racionalização da fruticultura em São Paulo.

O congraçamento da classe e a defesa de seus interesses, representam, também, um grande passo no sentido de incentivar o desenvolvimento da fruticultura.

Aliás, sob esse aspecto, convém lembrar que o Forum Paulista de Fruticultura divulgando como vem fazendo, a necessidade de melhores práticas culturais nos pomares e da cultura de melhores variedades, vem realizando um trabalho eficiente no sentido do melhoramento e expansão da fruticultura paulista.

VII — Estatutos do Forum Paulista de Fruticultura

DENOMINAÇAO E SEDE

Art. I — O nome desta associação é Forum Paulista de Fruticultura.

§ 1.º — O Forum Paulista de Fruticultura terá como séde e foro a cidade de Piracicaba.

FINS

Art. II — O objetivo desta associação é o de congregar os técnicos, fruticultores, comerciantes e demais interessados, estudar as questões relativas à fruticultura e promover o seu desenvolvimento.

§ 1.º Esta associação não terá qualquer objetivo de lucro, nem se ocupará de questões politicas e religiosas.

DOS ASSOCIADOS

Art. III — Qualquer pessoa interessada nos fins da associação, poderá ser aceita como sócio desde que sua infiltração, feita

por um sócio, seja aprovada por dois terços dos membros da diretoria.

§ 1.º — O secretário notificará o candidato de sua aceitação e lhe enviará uma cópia dos estatutos desta sociedade.

Art. IV — Os associados do F.P.F. serão de quatro categorias:

1.º) Serão **Efetivos**, todos aqueles que pagarem a anuidade de Cr$ 120,00.

2.º) Serão **Remidos**, todos aqueles que contribuirem com (dois mil cruzeiros Cr$ 2.000,00

3.º) **Serão Patronos**, todos aqueles que contribuirem com (dez mil cruzeiros) Cr$ 10.000,00

4.º) Serão **Honorários**, todos aqueles que contribuirem de um modo relevante em prol dos objetivos da sociedade, com aprovação de pelo menos, metade mais um dos membros presentes numa "Assembléia anual" da sociedade.

§1.º — Nenhuma pessôa gozará das vantagens de sócio, quando não quite com a sociedade.

§ 2.º — Qualquer sócio, por atos considerados prejudiciais aos interesses da sociedade, será eliminado pela diretoria, cabendo ao interessado recorrer dessa decisão na assembléia anual.

DO CONSELHO DIRETOR

Art. V — O Conselho Diretor, composto de 9 membros eleitos por escrutinio secreto em uma "Assembléia anual" e com mandato de dois anos, terá a seguinte organização: Presidente, 1.º vice-presidente, 2.º vice-presidente, 1.º secretário, 2.º secretário, 1.º tesoureiro, 2.º tesoureiro, diretor de publicidade e vice-diretor de publicidade.

§ 1.º — Os cargos de diretores do F.P.F. não serão remunerados.

§ 2.º — A "Assembléia anual" se realizará obrigatóriamente durante o mês de Maio, em local que a Diretoria designar.

§ 3.º — Quando julgarem de interêsse os sócios poderão requerer a convocação da Assembléia num requerimento assinado por, no minimo, 10 socios.

Art. VI — Compete ao Conselho Diretor administrar e dirigir a F.P.F., exercendo em seu nome, todos os atos por lei permitidos às pessoas juridicas.



Aspecto de uma Reunião da Comissão Tecnica da Figueira, do Forum Paulista de Fruticultura, realizada em Monte Alegre, do Sul. Estado de S. Paulo

§ 1.º — Os sócios não responderão pelas obrigações que a Diretoria contrair em nome da Associação.

§ 2.º — No caso de extinção da Associação seu patrimônio será entregue à Diretoria da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", para ser revertido em prêmios anuais aos melhores alunos de Fruticultura.

Art. VII — A Diretoria será competente para resolver sôbre qualquer assunto que não esteja, especialmente atribuido à "Assembléia anual" ou que não seja definido pelos presentes Estatutos.

Art. VIII — Ao Presidente compete: dirigir com os demais membros do Conselho, o Forum; presidir a Assembléia anual e as reuniões de Diretoria; representar oficialmente o F.P.F. em Juizo ou fora dele; assinar correspondência oficial do F.P.F. e rubricar seus livros.

Art. IX — Os vice-presidentes praticarão como delegados do Presidente os atos que lhes forem por êste atribuidos e por ordem o substituirão nas suas faltas e impedimentos.

Art. X — O 1.º secretário redigirá a correspondência oficial, lavrará e assinará as atas, comunicações, convocações, avisos, convites e o restante do expediente.

Art. XI — O 2.º secretário auxiliará o 1.º secretário nos seus encargos, além de substitui-lo nos seus impedimentos.

Art. XII — O tesoureiro organizará e trará em dia a contabilidade do F.P.F., apresentará em cada "Assembléia Anual"



Primeira Reunião Técnica de Citricultura do Forum Paulista de Fruticultura, quando realizava sua palestra, o Dr. Silvio Moreira

AINDA O CAFÉ

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

É de tal ordem a influência exercida pelo café na situação econômico-financeira do Brasil por ser sua maior riqueza agrícola, que estamos sempre atentos a respeito de sua posição no mercado internacional. Essa posição se apresenta com firmeza nos preços, muito principalmente para os chamados cafés "milds", atendendo-se às limitações existentes nos estoques dos países produtores

Como salienta "Conjuntura Econômica", da Fundação Getulio Vargas, de junho: "A diferença de preços indiretamente grande entre os cafés "milds" e os brasileiros do tipo "Santos" que, com os primeiros entra em competição, tem levado os torradores a uma utilização maior das qualidades médias e finas do nosso produto, o que vem traduzindo em maiores exportações brasileiras do que de costume, nesta época do ano". E como salienta "Conjuntura Econômica", êsse maior volume de vendas tem concorrido, mesmo em face dos excedentes, para a estabilidade dos preços".

Segundo revela o Instituto Brasileiro do Café, o café disponível nos portos se eleva a 4 186.468 sacas de 60 quilos, número relativamente vultoso tendo-se em vista estarmos em início de nova safra. Como a safra 1956-57 está prevista como não sendo superior a 10 milhões de sacas, pode-se considerar as perspectivas como satisfatórias. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos vem de anunciar uma colheita de 41.900.000 sacas em 1956-57, que é bem menor do que a prevista.

—— x ——

A firmeza ora existente no mercado cafeeiro, mau grado os remanescentes, não importa descuidarmos da defesa do *café brasileiro* e a melhor será aquela que vem de recomendar o Sr. Presidente da República nas festividades comemorativas do Centenário de Ribeirão Prêto, quando conclamou os agricultores à *produção de cafés finos* como a melhor arma de que poderemos dispor na luta da concorrência e consolidação dessa riqueza inestimável da economia nacional.

---

um balancete ao Conselho Diretor; arrecadará e guardará quaisquer valores do F.P.F., depositando em Banco o saldo de Caixa que exceder de um mil cruzeiros (Cr$ 1.000,00) e conjuntamente com o Presidente movimentará contas-correntes. Receberá e dará quitação de quaisquer valores, proventos ou bens destinados ao F.P.F.

Art. XIII — O 2.º tesoureiro auxiliará o 1.º nos seus encargos além de substituí-lo em seus impedimentos

Art. XIV — Ao Diretor de Publicidade compete coligir e imprimir o "Anuário", contendo os assuntos administrativos e técnicos debatidos durante as reuniões do F. P. F.

§ 1.º — O Diretor de Publicidade organizará uma comissão de sócios, da qual será o presidente nato, para colaborar na redação do "Anuário" e de outras publicações.

§ 2.º — O vice-diretor de publicidade auxiliará o Diretor nos seus encargos, além de substituí-lo em seus impedimentos.

Art. XV — A diretoria eleita designará os membros das diversas "Comissões técnicas", por ocasião de sua posse.

§ 1.º — Compete às Comissões técnicas que serão constituídas em número correspondente à importância das espécies frutíferas, estudar as questões relativas a sua cultura e desenvolvimento.

§ 2.º — Os membros de cada comissão escolherão entre si, um presidente e um relator.

REUNIÕES

Art. XVI — As reuniões técnicas dos sócios dêste Forum terão lugar em época e local marcado pela diretoria, por indicação da respectiva Comissão técnica, sendo que tais reuniões deverão ser comunicadas aos sócios, com um mês de antecedência.

Art. XVII — O Forum se obriga a imprimir um "Anuário" contendo o relatório de suas atividades, bem como trabalhos sôbre Fruticultura, discutidos em suas reuniões.

Art. XVIII — O presente estatuto só poderá ser alterado com a aprovação de pelo menos dois terços dos membros desta sociedade, presentes numa "Assembléia anual" e prèviamente convocados com este objetivo.

A DIRETORIA

IX — O futuro do Forum

Visitando recentemente o Forum Paulista de Fruticultura, em missão de estudos da Sociedade Nacional de Agricultura, tivemos oprtunidade de estar em sua séde, em Piracicaba, Estado de São Paulo.

Em palestra que então tivemos a oportunidade de ter com esse grande vulto da classe agronômica em S. Paulo, o Prof. Catedrático Dr. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, ficamos a par dos trabalhos que vem realizando o Forum em prol do desenvolvimento e do melhoramento da fruticultura no Estado de São Paulo.

Naquela ocasião, tivemos a certeza de que, graças ao idealismo e esfôrço de todos quantos estão ligados à vida do Forum, está o mesmo fadado a um futuro brilhante e promissor.

Oxalá não faltem jamais ao Forum Paulista de Fruticultura o apoio e o interesse de todos quantos almejam o desenvolvimento e o melhoramento da fruticultura para que o Brasil possa ser, não só um grande produtor, mas ainda, um grande exportador de frutas.

O PREÇO DO LEITE

A discussão sôbre o preço a ser pago ao produtor de leite envolve dois aspectos igualmente importantes, o econômico e o social.

Em matéria econômica, para se ter uma idéia da contribuição dos diversos ramos da atividade para a Renda Nacional, citaremos a sua estimativa para o ano de 1954, segundo a Revista Brasileira de Economia.

Para uma renda global de 463 bilhões e 736 milhões de cruzeiros em números redondos, as diversas contribuições foram as seguintes:

Agricultura	157.048.000.000
Indústria	100.739.000.000
Comércio	52.468.000.000
Transporte e comunicações ...	31.608.000.000
Intermediários financeiros ...	16.778.000.000
Serviços	56 879.000.000
Aluguéis	17.827.000.000
Govêrno	30.386.000.000

Verifica-se, assim, que a atividade agrícola coloca-se como contribuinte com 50% a mais que a Indústria para a renda nacional.

A ordem de importância da produção de leite apesar de não ter atingido senão uma pequena parcela daquilo que deveria representar, se enquadra entre os cinco principais produtos agropecuários de maior valor no contingente da produção agrícola.

O censo demográfico estima para 1960 uma população de 65 milhões e 743 mil habitantes para o nosso País.

Este índice representa a grosso modo o mercado consumidor em potencial.

A produção longe de atender ao mercado atual, terá que ser organizada para suprir também as necessidades futuras.

Para tanto precisa receber igualdade de tratamento a ser dada à produção nas medidas previstas para o plano de nosso desenvolvimento econômico. A título de esclarecimento vamos citar alguns dados sôbre o valor da produção de leite nos países de economia desenvolvida e produzindo apenas para seu próprio consumo, como a França, Alemanha e Suécia.

No caso da França a produção prossegue aumentando desde o final da guerra. Em 1950 já apresentava um valor de 230 bilhões de francos, que, comparados nos 150 bilhões correspondentes ao valor da indústria de automóveis, aos 129 bilhões da indústria carbonífera, aos 110 bilhões para a siderurgia e aos 91 bilhões para o valor da eletricidade, bem revela a ordem de grandeza que a produção leiteira representa na economia francesa.

Na Alemanha Ocidental, segundo dados recentes do Centro de Pesquisas de Kiel, o valor do leite tratado e industrializado ultrapassa aquêle das quantidades produzidas em carvão e aço.

Na Suécia, país com 8 milhões de habitantes, apesar das dificuldades de seu clima e onde a área de pastagens representa apenas 2,3% da área total de seu território, a produção do leite atinge o correspondente a uma vez e meia a produção do Brasil.

Nos Estados Unidos a produção de leite também representa índices semelhantes aos dos países europeus citados, e, apesar de ter chegado próximo ao ponto de saturação de seu mercado interno a sua produção vem apresentando ligeiro aumento acompanhando o seu aumento de população que alcança a 3 milhões por ano.

O desenvolvimento atual de nossa economia não permite esperar que o Brasil apresente índices tão expressivos como os que acabamos de apontar, mas certamente no planejamento das atividades econômicas o fator preço para o produtor representa um fator de importância capital.

A produção leiteira atingiu a níveis tão elevados na economia daquêles países graças à política de garantia de preços oferecidos aos produtores.

Socialmente falando a retribuição devida ao trabalho agrícola deve merecer tratamento equiparado àquele que nos centros urbanos recebe o trabalhador da cidade.

Os fatôres que compõe o custo de vida nas cidades são diversos daquêles que influenciam o mesmo nas zonas rurais, mas suas necessidades no que concerne à alimentação são exatamente as mesmas.

Se o surto inflacionário ou outra causa qualquer vem aumentar o custo da alimentação, de bens ou serviços os ônus desta situação devem ser distribuídos igualmente entre aquêles que trabalham nos campos ou exercem suas atividades nos centros urbanos.

O equilíbrio entre a Agricultura e Indústria tem a faculdade de promover uma situação econômica sadia.

Aguardamos com otimismo a solução que as autoridades às quais está afeto o estudo dos nossos problemas econômicos, saibam interferir no sentido de encontrar uma solução que venha amparar os produtores de leite para poderem enfrentar a atual conjuntura.

COOPERATIVISMO, LATIFUNDISMO E REFORMA AGRÁRIA

Por FABIO LUZ FILHO

Estrangeiro ilustre acaba de apontar caminhos certos para a reforma agrária, sendas que já deviam estar trilhadas com desassombro, há anos, de vez que a respeito não faltaram nem faltam iterativos pronunciamentos de grandes nomes do passado e do presente.

Já na primeira edição de "Rumo à Terra" (1923) percuti essa tecla, desenvolvendo-a na quinta edição (1942). Já naquela época preconceituosa, atacar um tema dêsse teor era ter sôbre si o labéu de comunista e provocar pruridos reacionários... Nêsse livro digo que o latifúndio é compreensível e admissível em determinadas condições de meio. Os pródromos da colonização portuguêsa no Brasil (Portugal possuía então 3 milhões de habitantes apenas) justificaram-no. Os "currais" foram, certo, um elemento civilizador. **Oliveira Viana** e **Gilberto Freire** pintam magistralmente a influência do latifúndio na nossa formação, o que de deletério deixou como resíduo social, econômico e político.. O panorama econômico, social e político do nosso interior não está, assim, tão afastado de nossa memória... Mas daí à conclusão de que é a única fórmula que nos pode convir como país agrícola, vai uma grande distância. Seria não conhecer as virtudes da pequena e da média propriedades, que no Brasil revestem uma significação mais lata, adquirindo o sentido de superfícies de dimensões racionais, possibilitadoras de criação e agricultura em moldes menos empíricos. As grandes áreas sesmeiras...

Se o latifúndio angelizado por certos escritôres fôra um regime sempre benéfico, era o caso de bendizer o regime das sesmarias, que reduziram o Brasil a um país pràticamente sem agricultura organizada, e não seria para lamentar que se contassem milhões de analfabetos na sua grande maioria pertencentes ao número daquêles infelizes nômades, famintos e andrajosos em situação infra-humana, que povoam nossa hinterlândia.

Já houve um sociólogo que argumentou com S. Paulo; mas o caso paulista é um caso inteiramente à parte no quadro da evolução brasileira.

Stuart Mill mostra a influência decisiva do sistema dos camponeses proprietários sôbre o caráter moral e intelectual das classes produtoras e como não há correlação entre essa forma de propriedade e a imperfeição das artes de produção. Acha que nenhum outro sistema produz efeitos tão salutares sôbre as indústrias, a inteligência, a frugalidade e a previdência dos campônios, contrastando com os maus efeitos do trabalho assalariado.

Via na pequena propriedade uma etapa para a associação...

Lavradores conheci no Estado do Rio (onde dirigi fazenda, empunhando a foice, a enxada e o arado), na nossa luta áspera da vida, que, a princípio assalariados, depois meeiros ou compradores de benfeitorias módicas em terras alheias, foram gradativamente reunindo o pecúlio necessário à compra de sítios de 4 a 6 alqueires, onde definitivamente se instalaram, fixados, vinculados à terra, que revigora e nutre, pelo sentimento da posse integral, pelo labor diuturno ao lado da prole sadia, com êsse lastro de virtudes rurais que serão o fundamento de nossa grandeza, pela criação da verdadeira democracia agrícola. E êsses sítios lhes davam o necessário para uma vida simples, de teor saudável e tranquilo, sem preocupação e sem embaraços, senhores que eram de cadernetas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, onde periòdicamente depositavam, improdutivamente, alguns contos de réis, na ausência, em sua localidade, de uma sociedade cooperativa...

E eram de ver-se a ordem, a alegria, o asseio, a relativa fortuna que reinavam em suas casas, alegria comunicativa da prole forte, alegria cantante dos milharais circunsonantes e viridentes, dos arrozais oscilantes, dos laranjais avergados ao pêso dos frutos, que floresciam..

Diz **Lorenzoni** que o princípio da expropriação da terra em favor do que assume a obrigação de a transformar ùtilmente, foi acolhido mesmo por **Arrigo Serpieri**. Na Itália, **Luzzatti** foi um defensor estremo da pequena propriedade.

No México a questão agrária apresentava aspectos desoladores, sombrios, até que culminou na v i t ó r i a revolucionária da "Constitución" de Queretáro.

Em meus livros sempre procurei focalizar, dentro de minhas possibilidade de cultura e experiência do meio rural brasileiro, êsse problema de "colonização inte-

rior", isto é, fixação do nosso homem rural à terra. Temos calculadamente 12 milhões de trabalhadores, dos quais setenta e cinco por cento exercem atividades na agricultura num nomadismo de párias sem rumo. É um potencial humano apreciável que apenas espera o que já se deu ao colono estrangeiro: terra para fixar-se.

Essa colonização interior terá seus resultados acrescidos pela consideração da orientação dada à imigração no mundo e das cautelas de que deve ser cercada no presente momento histórico. Possuidores de um cabedal humano maleável e compreensivo, segundo testemunhas de eminentes estrangeiros que nos têm visitado, de grandes fazendeiros e de notáveis escritores nossos que têm penetrado a fundo no cerne de nossa gente, nada justifica que os nossos caboclos não sejam dirigidos e aproveitados, como elementos orgânicos e básicos de um grande plano de colonização interior.

Em meus livros, entre êles "Rumo à Terra", "Cooperativismo e Crédito Agrícola" e "Cooperativismo, Crédito Agrícola e Colonização", nunca deserí do trabalhador agrícola brasileiro, com o qual muitas vêzes ombreei, em fazendas no Estado do Rio, nas lides agrícolas. Um dos melhores auxiliares que encontrei foi um tipo atarracado de caboclo nordestino, vivo, disciplinado e operoso. É um elemento plástico e inteligente. Precisa apenas de saúde e estímulo para produzir tudo o de que é capaz.

A epopéia amazônica é o maior penhor dessa extraordinária capacidade física e dêsse inexcedível poder de trabalho do homem rural brasileiro, notadamente do nordestino, desbravador indômito daquelas selvas imensas e assoberbantes, daquêle formidável potencial de riquezas. Núcleos de colonização planificada serão realmente o caminho para renovação de métodos e práticas. Eliminarão, ademais, aquela monotonia mortificante da paisagem vazia a que aludiu **Siegfried**... É indubitàvelmente acertada essa fixação do nosso homem rural à terra pela colonização interior, dadas as qualidades que todos lhe reconhecem e os resultados materiais e morais que essa prática têm produzido em todos os países que a adotaram, seja sob a égide dos governos, seja sob o amparo fecundo do princípio cooperativo através das chamadas cooperativas de trabalho ou de colonização, seja pela propriedade plena, seja pelo domínio útil, dadas nos lotes as dimensões racionistas compatíveis, dentre outras coisas, com a natureza das terras.

Aznar, quando se reporta aos benefícios da posse da terra, acentua as suas virtudes: estabilidade da família, conservação da vida, acrisolar do sentimento cívico, aglutinação da população facilitando o espírito associativo, pedra angular dos grandes edifícios sociais, intensidade e regularidade da produção controlada, minoração dos sofrimentos e da instabilidade social.

Essas virtudes, que defluem da fixação do homem à terra, são também riquezas e das mais elevadas.

Quem conhece as colônias do sul do Brasil, verifica o acêrto dos que assim pensam, e nada autoriza a ninguém a negar ao trabalhador brasileiro qualidades excepcionais para se amoldar a um plano de colonização disciplinada.

EMPRÊGO DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS NAS ADUBAÇÕES

Atendendo uma solicitação da Sociedade Comercial Importadora de Materiais Agro-Pecuários Ltda. (Casa do Agricultor), de Pelotas, a Extação Experimental de Pelotas, dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, executou um experimento para verificar o valor agrícola de um produto indicado como possuindo características rádioativas de elevado valor para fins agrícolas, o "Alphatron".

Segundo os produtores do "Alphatron": O Alphatron se incorpora ao solo na proporção de 1 grama por metro quadrado, no 1.º ano, 1/2 grama por metro quadrado no 2.º ano e 1/4 de grama nos anos seguintes, para recomeçar com 1 grama quando se verificar a escassez. A ação do Alphatron se exerce sôbre as bactérias e as raízes. Uma grama de Alphatron pode atingir com a sua radioatividade tôdas as bactérias e raízes contidas em 1 m³ de terreno, se for primeiro bem misturado com areia fina e sêca e à terra mobilizada. Não deve ser empregado mais de 1 grama de Alphatron por m². Cada tonelada de Alphatron contém cêrca de 50,8 miligramas de radium, conforme análise do Laboratório de Química do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, sob n. 6.435. O Alphatron é um produto químico rádioativo de energia atômica; são raios alfa diluídos em veículo neutro, em forma de pó, com aspecto de enxofre. São átomos que se desintegram continuamente, emanando calor e energia cinética. Tem analogia com as vitaminas e os catalizadores, porque vitalizam o solo, ionizando-o; acelera a ação das bactérias, das raízes e dos tubérculos; regulariza o metabolismo da planta estimulando-lhe a nutrição, o crescimento, a frutificação e a maturação. A Comissão de Energia Atômica e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte, em cooperação com as Estações Experimentais Agrícolas e os grandes fazendeiros, estão multiplicando as colheitas daquele país, com a aplicação da energia atômica à agricultura.

O aludido experimento, foi realizado em blocos ao acaso, com três replicações e nêle foram incluídos os seguintes tratamentos:

a) adubação com estérco de curral, com Alphatron;

b) idem, sem Alphatron;

c) adubação mineral (N-P-K), com Alphatron,

d) idem, sem Alphatron;

e) sem qualquer adubação, com Alphatron;

f) sem qualquer adubação e sem Alphatron

e, o experimento foi executado com quatro culturas: repôlho, couve-flor, nabo e chicória.

Após às colheitas, foram as produções estatisticamente analisadas, concluindo-se:

a) para as quatro culturas empregadas para testar os tratamentos, o tratamento "estérco de curral", classificou-se sempre em primeiro lugar;

b) não se verificou qualquer influência estatística do "Alphatron" como substancia estimulante dos adubos sôbre as produções de qualquer das quatro culturas.

O experimento foi depois repetido, também em blocos ao acaso, com a cultura de batatinha. As produções, igualmente analisadas estatisticamente, também não denotaram qualquer influência do "Alphatron".

O GADO E O CLIMA

ADALBERTO SERRA

A influencia dos fatores climáticos se faz sentir, nos animais de sangue quente, de maneira sempre intensa e decisiva.

Por isto mesmo, as altas temperaturas reinantes em quase todo o Brasil tornaram precaria ou impossivel a adaptação das boas raças européas de bovinos, daí resultando a preferencia generalizada pelo gado originário da India, o zebú.

Contudo, a absoluta falta de cartas climáticas, só muito recentemente editadas, vinha retardando um estudo mais acurado de tais fatores, o que iremos tentar neste breve artigo.

O total de chuva é vulgarmente considerado o elemento fundamental, dado que dêle depende em geral o estado das pastagens, e portanto a alimentação do gado. Êste, com a criação extensiva aqui reinante, emagrece na sêca e engorda nas aguas. No entanto, como a precipitação atua de modo uniforme nas varias raças, pouco interessará ao tema em revista, o mesmo sucedendo à geada, outro destruidor de pastagens.

As temperaturas elevadas, porém, agem de maneira diversa nas diferentes categorias, muito fazendo sofrer os animais originários de climas frios. Isto porque a partir de certo nivel, nêles se verifica um aumento da temperatura retal, entrando o bovino num estado febril, por assim dizer. Sua reação natural é então a de procurar sombra, e abster-se de pastar ou comer, para reduzir a produção interna de calor. Isto, que para o homem se torna mais dificil, pois sua produção calorifica cresce com a temperatura interna (lei de Vant' Hoff), resulta fácil no boi, cuja função tiroideana logo se deprime sob altas temperaturas.

O mecanismo regulador parece até melhor ajustado que o dos entes humanos. Assim por exemplo, a partir de 27° (raças Jersey e Holandêsa m. p.), 29° (vacas Brown Schwyz), ou 35° (bezerros Brown Schwyz) a redução no calor produzido se acentua fortemente, deixando os animais até mesmo de se alimentarem num ambiente acima de 40°. Já na raça Brahman, (ou zebú), mais resistente, só a partir de 38° vem a se verificar a citada redução.

Por outro lado, e com baixas temperaturas, o gado em geral aumenta a sua produção de calor, assim conseguindo lutar contra o frio. Desprovido de um sistema semelhante, o homem neste caso procura abrigo e agasalho, por ser limitado o acréscimo do seu metabolismo.

Vejamos porem, com maior detalhe, alguns dados interessantes:

Os espécimes das raças Jersey ou Holandesa procuram sombra logo que a temperatura do ar ultrapassa 27°, uma vez que seu valor térmico retal já então aumenta para 39° (mais 0°,7 que o normal, 38°,3). Num dia de sol forte, a 40°, a temperatura retal de tais bovinos pode atingir mesmo 42°,2. Isto porque as condições ambientes estão nesse caso muito longe do "ótimo" para as referidas raças, que ocorre sob um clima fresco, de média 10°.

A defesa instintiva dos animais se reflete aliás na sua atitude. Numa atmosfera a 30° êles pastam apenas 11% do tempo, passando a fazê-lo mais à noite (37% do tempo) quando a temperatura desce para 27°. Assim, caso o termômetro no abrigo ultrapasse 27°, tais raças deverao ser deixadas pastando "mais à noite que de dia".

Já o comportamento do gado Brahman, de origem tropical, é muito mais satisfatório, pois sua temperatura no reto só se eleva acima da normal quando a do ar atinge 32°.

Através cuidadosas experiências, Rhoad estabeleceu um "teste de tolerância ao calor", calculado em função da diferença entre a temperatura interna do gado (após todo um dia de exposição ao sol, com ambiente a 32°), e a

normal no reto de 38º,3. Sabendo-se que o coeficiente 100 indica ótima tolerância ao aquecimento, a tabela anexa permitirá avaliar de pronto o comportamento das várias raças:

RAÇA	INDICE
Brahman (zebú)	89
$\frac{1}{2}$ Brahman — $\frac{1}{2}$ Angus	84
S. Gertrudis	82
$\frac{1}{2}$ Afrikander — $\frac{1}{2}$ Angus	80
Jersey	79
$\frac{1}{4}$ Brahman — $\frac{3}{4}$ Angus	77
Hereford	73
$\frac{1}{4}$ Afrikander — $\frac{3}{4}$ Angus	72
Angus (Polled Angus)	59

Por outro lado, e sob altas temperaturas, a taxa respiratoria aumenta, e o boi se torna ofegante, mais um ponto em que a espécie difere bastante do homem. Assim, o n.º de respirações por minuto, que se mantinha normal (30 movimentos até 21º), cresce para 50 a 29º, e aumenta fortemente daí para cima nas raças originárias de climas frios, chegando mesmo a 110 movimentos respiratórios com uma temperatura ambiente de 38º.

Em condições idênticas, o gado de origem tropical pouco eleva a sua taxa, para apenas 50 inspirações por minuto numa atmosfera a 38º.

Com o calor crescem ainda, e naturalmente, as necessidades de água: o gado bebe muito, e procura se banhar, comendo cada vez menos, porém. Ainda contràriamente ao homem, tal excesso de bebida no calor, e uma vez que "a taxa de suor se mantém invariável", resulta para os bovinos num aumento da urina, agora naturalmente mais clara. As conseqüências da menor alimentação logo se refletem no pêso, os bois se tornando magros e pouco rendosos para o abate. Isto para não falar das diversas pragas e insetos, comuns nos climas quentes, e que tanto deprimem e desvalorizam as rezes.

Devemos recordar que no homem, e acima de 27º, a perda de água evaporada cresce exponencialmente, atingindo a taxa de suor até 24 g/kg de pêso/hora. Isto porque é nêle sobretudo "evaporativo" o mecanismo da defesa contra o calor.

O gado bovino porém, não sua mais que o normal, mesmo acima de 27º, nunca ultrapassando a taxa de 1,5 g/kg de pêso/hora. O cavalo, como se sabe, comporta-se de modo semelhante ao homem, suando muito sob temperaturas elevadas.

Ainda aqui notamos que o gado Brahman começa a beber bastante acima de 24º, e o Holandês além de 27º, quando diminui espontâneamente a alimentação.

De tudo resulta que os animais de origem européia, Jersey ou Holandêsa, começam a reduzir sua produção leiteira acima de 27º, crescendo em compensação a taxa de manteiga apurada.

Já com o Brown Schwyz no além de 29º se verifica uma queda no fornecimento de leite, enquanto o Brahman é pràticamente insensível, neste ponto, ao calor.

A temperatura ótima para o gado europeu, no referente ao total de leite, é ainda a de 10º, já referida.

Não apenas a quantidade, mas igualmente a "composição" do leite é afetada pelo aquecimento. Além das temperaturas citadas de 27º e 32º, diminuem as taxas de lactose, azoto e sólidos não gordurosos, bem como o pêso específico. Mas sobe o total de sólidos e cloretos.

Já no gado Brahman a constituição do leite quase não se altera com o calor.

Conclusões

Dos fatos expostos pode-se extrair alguns conselhos práticos:

Em primeiro lugar convém fornecer, nas épocas ou zonas quentes, água em abundância, e sobretudo "bem fria", para o gado beber e se banhar.

Isto redundará numa queda menos acentuada da produção leiteira, permitindo ao mesmo tempo melhor alimentação, e razoável "engorda" dos animais, tanto mais sensível quanto mais "fresca" a água.

A seguir providenciar sempre, para os espécimes de raça européia, campos sombreados, pastagens noturnas, e currais que lhes permitam abrigo diurno durante as quadras muito quentes. Tais construções devem ser bem ventiladas, abertas para o sul, com um telhado de alumínio, se possível, e fôrro inferior constituído por camadas de feno.

Um tanque cheio d'água, para evaporação, colocado no setor norte, e bem exposto ao sol, muito contribuirá para refrescar o ambiente.

Finalmente, a escolha das raças mais adaptáveis é básica, e poderá ser melhor orientada pelos dados de Rhoad já transcritos, dando-se natural preferência, em climas quentes, às que apresentem maior índice de tolerância ao calor. Em qualquer caso, a cor do revestimento piloso é importante: o gado branco suporta melhor as altas tem

peraturas, dado que reflete grande parte da radiação. Seguem-se o vermelho e marron, sendo o de côr preta menos tolerante ao aquecimento. Em qualquer caso, os animais de pêlo macio resistem melhor aos fatores térmicos.

O mapa anexo que apresenta as isotermas do "mês mais quente", permitirá determinar fàcilmente as zonas mais adaptáveis às diversas variedades. Levando em conta outros mapas de amplitude e temperatura máxima, já publicados, eis o que se pode concluir:

A isoterma de 26° delimita as zonas em que, durante certos meses e nas horas mais quentes, o gado de raças Jersey ou Holandêsa estará submetido a forte aquecimento. Dêsse modo, a criação de tais bovinos só será aconselhável na faixa de temperatura inferior a 24°, que abrange as montanhas de Bahia e Goiás, quase todo o estado de Minas, e partes elevadas de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, bem como a planície sudeste do Rio Grande do Sul.

Já as raças tropicais, resistentes ao calor, se impõem de modo absoluto nas faixas de temperatura superior a 26°, ou seja no Amazonas oriental, Pará, todo o Nordeste Brasileiro, Goias, sudoeste de M. Grosso e, de um modo geral, o litoral leste do País, a norte do Estado do Rio.

Finalmente, na faixa intermediária, de 24 a 26°, e com os cuidados já citados, a criação de gado europeu poderá ser experimentada.

De qualquer modo, resultados mais exatos deverão ser encontrados pelos especialistas mediante novas determinações no campo, e sobretudo aproveitando a grande riqueza de "informações climáticas' 'agora publicada.

Tal orientação, que já vem tardando, poderá ter conseqüências úteis, evitando-se o natural desperdício de tantas tentativas mal conduzidas.



A SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DO PAÍS

SALVIO ALMEIDA PRADO

Esclarecendo a minha idéia sôbre a solução do problema econômico financeiro do País, tenho a ajuntar às minhas sugestões iniciais as seguintes considerações :

Com a aceitação do ciclo inflacionário como um mal irremovível, tem-se procurado remediá-lo com providências de sustação temporária dos efeitos, quais sejam as elevações salariais e das bonificações aos artigos exportáveis, sem contudo se aprofundar em soluções definitivas.

Assim, pois, para amenisar a crise de desvalorização interna do cruzeiro que não encontra mercadoria para aplicação, joga-se mais cruzeiros no meio circulante com os aumentos de vencimentos ou alterações de categorias das bonificações na exportação buscando-se uma solução comprovadamente inacessível, e que tem trasido o seu constante agravamento.

Por uma trilha errada, ao invés de se encontrar o caminho da solução, afoga-se o País em cruzeiros.

Urge pois parar

Não pensemos em fazer voltar os preços aos valores anteriores ao surto inflacionário, contudo é imprescindível que a elevação seja estancada

Para tanto pois, não pode haver tibiez de atitude e nem consideração aos interêsses contrariados e muito menos a oposição de veleidades de assessores ou técnicos.

A gravidade da situação exige a compreensão e o sacrifício de todos, devendo-se lembrar que ou tomaremos rumo certo hoje, com o afastamento dos negócios marginais mantidos exclusivamente a base de improvisações inflacionárias e expeculativas, ou a nação encontrará o inexorável castigo originado pelos imediatistas e gananciosos envolvendo-se em desagregador caos Social

Assim compreendido é que tomei decisão de comparecer ao FÓRUM ECONÔMICO promovido por êsse grande órgão da imprensa brasileira, em Belo Horizonte apresentando o meu pensamento que procurei corporificar em recente entrevista.

Em adução a esta é que trago os esclarecimentos que se seguem.

Como procurei esclarecer, o País tem uma total dependência do regime de intercâmbio de transações internacionais, entrando as mercadorias e utilidades importadas como fatores decisivos no custo da produção e da vida interna.

O encarecimento e a escassez destas é que tem agravado a situação do País, pois, importando menos e com os



preços em cruzeiros sempre mais elevados, produzimos cada vez menos e cada vez mais caro.

O mal é pois, não sòmente o caro prêço das utilidades importadas que c o m p o e o custo da vida e da produção nacional, como a sua escassez.

Precisamos portanto "abrir os portos nacionais" facilitando as transações de entrada e saída de mercadorias, desviando-as de sua interdependência utilisando o "capital errante" para a importação dando assim possibilidades a exportação pelo seu barateamento em face do barateamento e do aumento da importação, dando ainda liberdade ao café para sua canalização ao exterior.

A alteração p r e v i s t a em meu trabalho publicado em 23 de maio procura cortar o círculo vicioso das elevações com recurso do aproveitamento do "capital errante".

Êsse capital cujo montante é elevado, foi sonegado as transações internacionais com fraude, estando portanto fora da receita de divisas. Como a receita de divisas tem a função precípua de importar, o aproveitamento dêsse "capital errante" na importação vem folgar essa receita que poderá ser melhor empregada destinando-se às importações de bens da produção para a agricultura e matérias primas, como na a m o r t i z a ç ã o dos compromissos em moldes estrangeiros.

A importação com a utilização do "capital errante" tornava-se livre, independente de cobertura cambial oficial, podendo canalisar massiças quantidades de mercadorias com o pagamento em moeda estrangeira dela oriundas, ainda com o pagamento dos ágios mínimos na sua entrada, que tornando-se abundantes, tornavam mais baratas em cruzeiros como se pode ver a seguir.

A não ser para a categoria dos produtos agrícolas, que deveriam ser atendidos substancialmente pelas divisas arrecadadas pela exportação os demais teriam as variações seguintes prováveis:

CATEGORIAS	Ágio atual	Prêço em US$	Líq. em Cr$	Ágio fixo	Dolar	Líq. Cr$
LAVOURA	— 26,50					
1.ª) Trator Ford	98,00	1.600	205.600	25,00	80,00	168.000 — 37.600
Arame farpado ..	98,00	165ton.	19.140	25,00	80,00	17.640 — 1.500
2.ª) Matéria prima .... Nikel, chumbo etc	125,00 +	Dolar fixo 18,32 =	US$ 143,32 —	30 mais	80,00 —	100 — 33,32
3.ª) Jeep	200,00	1.300	296.000	35,00	80,00	149.500 — 156.500
Caminhão F 600 .	200,00	3.000	654.000	35,00	80,00	345.000 — 309.000
4.ª) Produto químicos . estreptomicina	215,00 +	Dolar 18,32	US$ 233,32 —	40,00	80,00	120 000 — 112 320
5.ª) Rádios	300,00	70	22.260	100,00	80,00 =	12.600 — 9.660
Televisores	300,00	150	47.700	100,00	80,00	27.000 — 20.700
Automóvel Ford ..	300,00	1.600	534.000	100,00	80,00	288 000 — 246.000

Deduz-se p o r t a n t o que, além de reduzirem-se os preços em cruzeiros dos artigos importados, que as percentagens talvez não obedecessem exatamente níveis acima, dada as conveniências e necessidades de arrecadações de determinado volume de ágio para fazer face às bonificações, haveria uma apreciável redução, havendo contudo, e aí se firma, uma grande vantagem, no farto suprimento.

Havendo, portanto, muito e mais barata importação, não sòmente os cruzeiros derramados no meio nacional pelos aumentos colossais encontrariam o que comprar, não sòmente por êsse motivo direto, como por simpatia, em rebaixamento no custo dos artigos, também de produção interna que terá maior possibilidade de exportação incentivando-a.

Êste c o n j u n t o de conseqüências motivadas pela mutação das causas, trarão, a meu modo de ver, um rebaixamento no custo da vida com um volume de mercadorias que daria para serem arrecadados os cruzeiros em circulação, cuja abundância ameaça a economia e a paz social do País

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA S. N. A.

(Período de 23-3 a 30-6 de 1956)

Livros etiquetados	281
Obras catalogadas e classificadas	190
Obras registradas	149
Revistas registradas	184
Fichas intercaladas no fichário	273
Fichas batidas	504
Obras adquiridas	31
Revistas e livros enviados para encadernação	58

FESTAS DE SAFRAS FRUTÍFERAS EM S. PAULO

Baseados no trabalho de Armando Martins Clemente, publicado no Boletim Informativo do Forum Paulista de Fruticultura (ano I, n. I), apresentamos nos leitores de A LAVOURA, a relação das Festas de Safras Frutíferas no Estado de S. Paulo:

1 — Festa da Laranja, em Limeira.
2 — Exposição Vitivinícola e Industrial de Jundiaí.
3 — Festa do Figo, em Valinhos.
4 — Festa da Uva, em Vinhedo.
5 — Festa do Tomate, em Tapiraí.
6 — Festa do Caqui, em Mogi das Cruzes.
7 — Festa da Maçã, em Campos do Jordão.
8 — Festa do Morango, em Suzano.

★

ESTUDOS E PESQUISAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Dr. João Brito Jorge, do Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura teve a gentileza de oferecer à Sociedade Nacional de Agricultura um exemplar de seu magnífico relatório a respeito de sua estada na América do Norte em virtude de.

a) Bôlsa de estudos do Ponto IV objetivando o estudo das técnicas de preparo e teste de vacinas para doenças infecto-contagiosas dos animais domésticos; estudo da organização e trabalho dos laboratórios para diagnóstico de zoonozes e estudos sôbre a cooperação entre veterinários federais e estaduais e as instituições educacionais ou um moderno sistema de trabalho na erradicação das zoonozes em geral;

b) Bôlsa de estudos do Fundo McLanghlin da Universidade do Texas, para estudos e pesquisas sôbre vermes e cursos de bacteriologia, virologia, saúde pública, entomologia médica e medicina tropical.

Trata-se de um bom trabalho que mereceu aplausos do Assessor Técnico da S. N. A., Eng. Agr. Itagiba Barçante, a quem o trabalho foi distribuído.

G. G. S.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Órgão representativo da classe rural do Distrito Federal

RESOLUÇÃO

Regulamenta a letra c do art. 4.º dos Estatutos Sociais.

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura,

Considerando que, nos Estatutos aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária de 10 de outubro de 1954, o art. 37 estabelece que o "Regimento Interno e os Regulamentos elaborados pela Diretoria *completam, regulamentam e põem em execução* as disposições dos ditos Estatutos;

Considerando que, o art. 39 declara que "O Regimento Interno e os Regulamentos, uma vêz aprovados pela Diretoria, *têm a mesma fôrça* dos Estatutos;

Considerando ainda, a necessidade de ser dada maior organicidade à função de *órgão representativo da classe rural do Distrito Federal*, atribuida à Sociedade Nacional de Agricultura pelo art. 15 do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, e conforme Portaria do Ministro da Agricultura, n.º 125, de 10 de março de 1949;

Considerando, finalmente, que para que possa a categoria de *sócio filiado*, exclusivamente destinada às *associações agrícolas do Distrito Federal*, e a que se refere a letra c do art. 4.º, ter a atuação que lhe cabe no seio da S. N. A. e no meio rural da referida área territorial;

R E S O L V E :

I

Da Associação Rural (sócio filiado)

Art. 1.º — Como *associação rural*, com direito à filiação à S. N. A., se entende a reunião permanente de agricultores, em número inicialmente não inferior a 30, constituida dentro da letra do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, devidamente reconhecida e registrada no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, e com sede no Distrito Federal.

§ 1.º — Também podem filiar-se as associações rurais *especializadas* ou *regionais*, desde que organizadas e reconhecidas na forma da lei.

§ 2.º — Poderão ainda filiar-se, sem contudo terem direito a voto nas reuniões da classe rural do Distrito Federal, as cooperativas de agricultores, às quais será permitido sugerir, propor, esclarecer e debater os assuntos de interêsse da agricultura local — (Art. 50 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19.882, de 24 de outubro de 1945).

II

Da Filiação

Art. 2.º — A filiação da associação rural, especializada ou regional, ou cooperativa de agricultores à Sociedade Nacional de Agricultura — órgão de defesa, representação da classe e técnico consultivo do Govêrno do Distrito Federal (Art. 18, do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945) dar-se-á após deliberação sôbre pedido à Diretoria, devidamente instruido com os seguintes documentos:

a) exemplar dos Estatutos;
b) relação especificada do quadro social;
c) relação e nominata dos órgãos administrativos;
d) cópia fotostática autenticada da Portaria do Ministério da Agricultura, reconhecendo a associação; e,
e) certidão do registro da instituição no Cartório competente.

Parágrafo único — Cabe à Sociedade Nacional de Agricultura, nos têrmos do Art. 47 § 1.º do decreto-lei n.º 19.882, de 24 de outubro de 1945, fixar as áreas territoriais das filiadas.

Art. 3.º — A contribuição da associação ou da cooperativa será fixada bienalmente pela Diretoria da S. N. A., nos têrmos do art. 4.º, letra c, e será, a primeira, recolhida juntamente com a jóia de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

III

Das reuniões

Art. 4.º — Resolvida a aceitação da filiação, deverá a Associação indicar dois representantes, sendo um o respectivo presidente ou seu substituto estatutário, os quais atuarão nas reuniões especiais da classe agrícola, com direito a voto

Parágrafo único — Os sócios filiados têm direito à indicação de mais um representante por grupo de 100 sócios, excedentes de 200, com direito a voto nas sessões especialmente convocadas para tratar e resolver acêrca dos interêsses da agricultura local;

Art. 5.º — Estas reuniões serão convocadas tantas vêzes quantas se tornarem necessárias, sendo presididas pelo Presidente da S. N. A., ou por seus substitutos estatutários.

Art. 6.º — Nas sessões conjuntas da Diretoria e do Conselho Superior da S. N. A. os representantes dos sócios filiados têm direito à discussão e à proposição de qualsquer medidas de interêsse geral, sem contudo poderem votar.

Art. 7.º — As deliberações tomadas nas sessões especiais da classe agrícola local, das quais participara a Sociedade em igualdade de condições com as filiadas no que tange ao número de representantes com direito a voto, ou seja dois e mais um por grupo de 100 sócios excedentes de 200, serão postas em prática pela Diretoria da Sociedade, como *órgão representativo da classe agrícola do Distrito Federal*.

Art. 8.º — A convocação das sessões de que trata o artigo anterior será feita pelo Presidente da S. N. A., de própria iniciativa, ou a solicitação de duas ou mais filiadas, neste caso com antecedência mínima de cinco dias.

IV

Da competência e obrigações da S. N. A.

Art. 9.º — Como órgão representativo da classe rural do Distrito Federal, compete à Sociedade, de acôrdo com o art. 18 do citado decreto-lei :

a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;

b) articular as filiadas, promovendo entre elas entendimentos e efetiva colaboração;

c) orientar as suas atividades dentro das diretrizes estabelecidas de conformidade com os interêsses econômicos gerais do Distrito Federal;

d) cooperar para a efetivação dos planos econômicos indicados pela Confederação Rural Brasileira;

e) pleitear os direitos e interêsses da classe;

f) estudar e sugerir ao Govêrno do Distrito Federal e, por intermédio da C. R. B. ao Govêrno Federal, as medidas consideradas necessárias no desenvolvimento agro-pecuário local;

g) organizar um centro de informações sôbre a vida rural do Distrito Federal;

h) estimular e cooperar para que cada associação disponha de sua sede própria;

i) orientar e promover a organização do maior número possível de associações da classe;

j) procurar dirimir e resolver as questões que forem suscitadas entre as filiadas;

l) promover a realização de conferências, congressos e exposições agro-pecuárias locais; e,

m) pugnar pela manutenção de reservas florestais do Distrito Federia.

V

Das filiadas

Art. 10 — Compete às associações filiadas, além das obrigações estatutárias, no que lhes cabe :

a) congregar, em seu meio, todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas, de origem vegetal ou animal;

b) colaborar com o Govêrno no sentido do fortalecimento do espírito associativo;

c) articular os elementos da classe para a defesa dos seus direitos e interêssses, bem como para o progresso e o aprimoramento da atividade ruria;

d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;

e) manter um centro de informações sôbre a vida agro-pecuária do Distrito Federal;

f) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio, a Casa Rural da zona da jurisdição ou influência da Associação;

g) manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender perante a S. N. A. os interêsses e as aspirações dos seus componentes;

i) prestar informações que lhes forem solicitadas pelas repartições oficiais e pela S. N. A.;

j) difundir noções de higiene visando, principalmente, a melhoria das condições de vida no meio rural;

l) promover o ensino profissional de interêsse agro-pecuário, diretamente ou em cooperação com a S. N. A. e com as autoridades públicas;

m) organizar museus e exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;

(Continua na pág. 57)

Associativismo Rural

II CONVENÇÃO DE AVICULTURA

Promovida pela Associação dos Avicultores de Minas Gerais realizou-se em Belo Horizonte, no período de 28 de junho a 1 de julho, a II Convenção de Avicultura.

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO HOLANDÊS DO RIO GRANDE DO SUL

Foi eleita, no dia 15-5-1956, a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul:

Presidente — Ernesto J. Bulau
1.º Vice-Presidente — Julio Brunelli
2.º Vice-Presidente — Ary Rodrigues Alcântara
3.º Vice-Presidente — Dr. Arnaldo V. Ferreira
1.º Secretário — Dr. Lucidio R. Obino
2.º Secretário — Joaquim Soter
1.º Tesoureiro — Francisco da F. Perrone
2.º Tesoureiro — Francisco Matheus.

SOCIEDADE AVÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL

Foi eleita e empossada, no dia 24 de abril, a seguinte diretoria da Sociedade Avícola do Rio Grande do Sul:

Presidente — Mario G. Wetzel
Secretário — Manoel F. Moreira
Tesoureiro — Octacilio da F. Xax
Diretores — José J. Pereira da Silva, Paulo Casareto, Reinaldo Meyer e Edmundo Ala Lau.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE NOVA IGUAÇU

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Associação Rural de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro:

Presidente — Luiz Augusto Thiago da Silva
1.º Vice-Presidente — Lelur Rodrigues da Silva
2.º Vice-Presidente — Joaquim de O. Carvalho Sobrinho
1.º Secretário — Luiz Gouvela
2.º Secretário — Antônio Ribeiro
1.º Tesoureiro — Elisio Martins Moreira
2.º Tesoureiro — Joaquim de Abreu Salgado.

UNIÃO RURAL

"União Rural" é um órgão editado sob os auspícios da Federação das Associações Rurais de Pernambuco, e contém sempre farto e interessante noticiário de interêsse para os agricultores pernambucanos.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE URUÇUCA

A Associação Rural de Uruçuca, Estado da Bahia, vem desenvolvendo uma interessante e útil atuação no sentido de bem orientar seus associados.

É digno de registro o fato de seu Diretor Técnico, Sr. Manoel da Rocha Barbosa ter organizado o seguinte programa de trabalho:

a) organização de um Ciclo de Estudos da produtividade e da produção agrícola;
b) encaminhamento de pedidos de registro de lavradores;
c) responder a consultas técnicas;
d) orientação sôbre o cultivo das plantas de interêsse para a região;
e) instalações da Biblioteca Rural;
f) orientação sôbre reflorestamento;
g) visitas às propriedades agrícolas para orientá-las tècnicamente;
h) programa de revenda de material.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CONCÓRDIA

Dentro de seu programa educativo e recreativo, a Associação Rural de Concórdia (Estado de Santa Catarina) conseguiu em 1956:

a) realizar 59 sessões cinematográficas, das quais 53 na sede e 6 em outros locais;
b) exibir 250 filmes;
c) reunir 10.140 pessoas que assistiram às sessões cinematográficas;
d) 3.350 chamados atendidos pelo seu Departamento de Veterinária;
e) 180 agricultores atendidos em suas próprias colônias, pelo Departamento de Agronomia.

"LAVOURA"
LEIA

Sociedade Nacional de Agricultura

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1955, APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 22-6-1956 PELO SEU PRESIDENTE ARTHUR TORRES FILHO

— 1956 —

Senhores Consócios,

Na conformidade da letra "c" do art. 25 dos Estatutos aprovados em 10 de setembro de 1954, cabe-me apresentar o relatório das atividades e contas relativos ao exercício de 1955.

Como tem sido de seu programa, preocupou-se a S. N. A. em concorrer para o fortalecimento da nossa economia agrícola, através de estudos e investigações dos problemas econômicos e sociais referentes à exploração da terra.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.º — Entendemos que a Sociedade Nacional de Agricultura poderá e deverá colaborar com os Poderes Públicos e as entidades de classe, para a racionalização da nossa agricultura e as soluções dos problemas econômicos, técnicos e sociais da vida rural. Com êsse objetivo, voltará a atenção para as pesquisas e, dentre estas, as relativas ao levantamento dos custos de produção; conservação e restauração do solo, reflorestamento, crédito agrícola; êxodo rural; mercados agrícolas.

2.º — A queda dos rendimentos agrícolas por efeito da erosão, merecerá cuidado especial mediante um programa de refertilização do solo.

3.º — A elevação do nível de poder aquisitivo do homem do campo, a mecanização agrícola por tração animal ou a motor será estudada quanto à sua difusão no meio rural.

4.º — É já muito reclamada uma **lei agrária** cujas diretrizes foram traçadas e aprovadas pela 4.ª Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza. A Sociedade Nacional de Agricultura procurará contribuir para que a referida lei agrária se concretize.

5.º — Como as produções vegetal e animal são de caráter regional e dependem de estudo experimental, a Sociedade Nacional de Agricultura pugnará pela realização de estudos nos estabelecimentos devidamente equipados de pessoal e material, cujas atividades se entrosem com as associações rurais e possam concorrer para o progresso das respectivas regiões.

6.º — A planificação da agricultura deverá obedecer um programa de educação rural que forme profissionais capazes em Centros de Formação Profissional. A Sociedade se empenhará no estudo de um programa com essa alta finalidade.

7.º — A Sociedade Nacional de Agricultura reconhece a necessidade de um movimento educativo de caráter nacional de preservação das nossas riquezas naturais e promoverá, pelo seu Conselho Superior, em colaboração com os órgãos governamentais e as entidades de classe, um Congresso para as diretrizes a serem traçadas.

8.º — A Sociedade Nacional de Agricultura reconhece o esfôrço do agricultor que, vencendo todos os fatôres negativos, presta inestimável contribuição ao abastecimento do mercado interno e à exportação. Êsse resultado seria muito mais proveitoso para os produtores e consumidores se a organização econômica pudesse evitar os desperdícios e as perdas, pela adoção de equipamento adequado de armazens, silos e frigoríficos nas zonas produtoras e centros de consumo.

9.º — A Sociedade Nacional de Agricultura inclui em seu programa colaborar no emprêgo de todos os meios e agentes necessários à restauração da fertilidade do solo, à sua preservação e aumento de produtividade na exploração de terras já cultivadas ou precàriamente exploradas.

AÇÃO DA S. N. A.

No complexo da vida econômica brasileira, a Sociedade Nacional de Agricultura sempre teve voltada sua atenção para a assistência social, técnica e econômica das populações rurais, que representam 79% dos habitantes do país. Defende desde a sua fundação o princípio de que o fortalecimento do progresso de nossa agricultura depende da união da classe rural, para que seus componentes possam alcançar nível de vida compatível com a civilização atual. Essa grande reivindicação está sendo atingida, graças à elevada compreensão do saudoso Presidente Getulio Vargas,

com o Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, que estruturou a vida rural, com base no associativismo livre. E, finalmente, pela Lei n. 2.613, de 23 de maio de 1955, mais um passo decisivo foi dado com a criação do Serviço Social Rural, que redimirá a classe do abandono em que tem vivido.

Deseja assinalar nesta oportunidade ter cabido em grande parte à Sociedade Nacional de Agricultura, pela sua ação preserverante, a consecução dessas aspirações máximas da agricultura nacional, pois dela partiram as iniciativas em tal sentido.

Embora muito tenha conseguido, a Sociedade Nacional de Agricultura reconhece, diante da industrialização intensiva por que atravessa o Brasil, que seu programa de trabalho terá de orientar-se para que a agricultura se estabilise em níveis de produtividades tais que fique assegurado o consumo interno da população, sempre em crescimento geométrico, e com a sua capacidade aquisitiva aumentada de ano para ano.

NOVA FASE

De acôrdo com a lei básica que orienta a organização da vida rural brasileira (Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945), e com seus novos Estatutos, a Sociedade iniciou um programa de atividades em que predominam as da natureza cultural, sem contudo abandonar antigos serviços, já tradicionais.

Com êsse intuito foi dada nova estrutura ao Conselho Superior, que passou a ser constituído de 40 membros titulares, vitalícios, eleitos pela Diretoria Geral, em sessões a que compareçam pelo menos seis de seus membros, além do Presidente. Êsse Conselho tem por missão estudar questões que se prendam à produção e economia agrícolas, constituindo o órgão de pronunciamento oficial da entidade.

A Diretoria se empenha para que êsse Conselho, que afinal corresponde a uma verdadeira academia de agricultura em nosso País, em breve entre em funcionamento.

Foram eleitos treze titulares, de que são patronos antigos presidentes da Sociedade. Os restantes 27 patronos, escolhidos em sessões da Diretoria, e que completam as quarenta cadeiras, terão oportunamente seus titulares eleitos.

É com satisfação que a Diretoria apresenta agradecimentos ao Vice-Presidente Dr. Antônio de Arruda Câmara, pela sua valiosa colaboração nos entendimentos com entidades de classe para a escolha daquêles expoentes da nossa agronomia, economia e agricultura, todos falecidos e assim justamente lembrados e homenageados pela S. N. A.

Espera a Diretoria, a exemplo do que ocorre em países de agricultura mais adiantada, que o Conselho venha a prestar valioso concurso técnico-científico no estudo e orientação dos problemas rurais brasileiros.

SECRETARIA GERAL

Com a mudança da Sociedade para a Casa da Agricultura, de que falaremos a seguir uma completa remodelação foi introduzida nos serviços administrativos, a cargo da Secretaria Geral, de que é titular, o nosso antigo colaborador e companheiro, Sr. Luiz Marques Poliano. Resumindo por capítulos as atividades desenvolvidas pela Secretaria Geral desde a mudança, ocorrida em meados do ano passado, procuraremos dar uma idéia do trabalho realizado pela Diretoria neste setor

CASA DA AGRICULTURA

Em circunstanciado relatório apresentado pelo Secretário Geral à Comissão de Obras, ficou descrita e documentado aquilo a que chamamos a "Batalha do Edifício-Sede". Com efeito, dispondo de apenas um terreno, com prazo certo para a edificação — sob pena de o perdermos — conseguiu a Diretoria reunir cêrca de 17 milhões de cruzeiros, e com êles construir a sede em uma de cujas dependências nos encontramos. Este antigo anelo de tôdas as Diretorias constitui marco dos mais expressivos na vida da Instituição porque, em virtude dêle, foi alcançada a estabilidade econômica e financeira, sem a qual tôdas as nossas iniciativas em favor da Agricultura, constituíam verdadeiros milagres e inauditos sacrifícios, que só a tenacidade e o afã de bem servir o país puderam vencer até então.

Êsse relatório, aprovado pela Comissão de Obras, unânimemente aceito, em seguida, pela Diretoria e ora sujeito à deliberação desta Casa, pelos dados que no seu corpo se alinham, em mais de 20 capítulos, constitui verdadeiro documentário histórico da vida da S. N. A. Houve por bem a Diretoria fazê-lo publicar e brevemente o Corpo Social deverá recebê-lo, impresso e ilustrado, como convém a um documento de tal importância.

O nosso edifício deve ser avaliado hoje em cêrca de 40 milhões de cruzeiros. Constitui-se de 9 pavimentos, um dos quais, o maior dêles, com uma área de 700 m2 ocupado pela Sociedade. Um outro, o menor, ou seja o do 1.º andar, destinamo-lo à C. R. B., órgão de nossa inspiração e criação representante político da agricultura nacional. Como nos cumpria, à falta de recursos financeiros dessa entidade, idealizou a Diretoria um modus vivendi com a C. R. B., segundo o qual o valor da locação ficou dividido em duas partes iguais: uma, oferecida como donativo; a outra lhe é debitada mensalmente, de tal sorte que o problema da instalação condigna do órgão máximo de representação da classe não tem constituído até aqui problema para a sua administração.

Os demais pavimentos, num total de 7, são pela Sociedade alugados, e dêsse aluguel retira ela os recursos que, em sua maior parte, atendem, no momento ao custeio dos diversos serviços.

INSTALAÇÕES

Como decorrência da nova sede, teve a Diretoria de atender à sua instalação, no espaço que se destinou no novo edifício. Instalações sóbrias, porém funcionais. O salão, em que nos encontramos, parece-nos atender de modo satisfatório às suas finalidades. É pensamento da Diretoria dotá-lo de aparelhamento cinematográfico e de ar condicionado.

O mobiliário dos gabinetes e das demais dependências foi feito aos poucos, à vista das necessidades, e hoje se acha completado. Na biblioteca, que já conta com estantes suficientes para 1 ou 2 anos mais, reservou-se espaço para outras de forma a lhe duplicar a capacidade. Tôdas as seções ou departamento estão equipados com material novo, tal como máquinas de escrever, mimeógrafo, arquivos, fichários, etc.

BIBLIOTECA

Esta importante seção é hoje constituída de cêrca de 6 mil volumes, reunidos em 10 anos, já que foi a partir de 1945 que começamos a receber as primeiras doações para a sua reconstituição

A primitiva e valiosa livraria, que nos vinha de 1897, foi, como sabeis, completamente destruída no incêndio de 1943, do edifício do Parque Royal. Temos dispensado à biblioteca um cuidado todo especial, seja no que tange às suas instalações e aparelhamento, seja nas aquisições, encadernações e restauro, para os quais verbas orçamentárias estão sendo aplicadas, visando dar-lhe a situação de destaque que sempre teve nas cogitações das Diretorias anteriores. Está sendo tècnicamente catalogada, esperando a Diretoria em breve franqueá-la ao público.

TESOURARIA

A contabilidade está entregue a profissional capaz e se acha tècnicamente organizada. Previsões orçamentárias, contrôles de receita e despesa, habilitam a Diretoria a, em qualquer momento, ter à mão a situação econômica-financeira da instituição. É setor trabalhoso a que o nosso companheiro Kurt Repsold, seu dirigente e titular, dedica maiores cuidados e atenções, no longo período em que o vem exercendo.

SECRETARIA

Com a organização de inquéritos, expediente exigido pelo notável crescimento dos serviços e outras iniciativas da Diretoria, aumentaram enormemente os deveres dêste departamento. Entre telegramas, ofícios e circulares, expediram-se 4 182 documentos, contra 1.516 recebidos. No quadro de sócios foram inscritos 25, em várias categorias.

A Sociedade compareceu ou se fêz representar em numerosas Conferências, Congressos e Exposições. Para alguns, destinou prêmios, sejam medalhas ou taças de prata, demonstrando assim o seu apoio a tôdas as iniciativas tendentes ao melhoramento da nossa vida rural.

ASSESSORIA TECNICA

A Sociedade participa, em caráter permanente, dentre outros, por vários de seus diretores, dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho); Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério do Exterior); Conselho Interamericano de Comércio e Produção; Comissão Nacional de Política Agrária; Comissão Revisora de Tarifas Alfandegárias (Ministério da Fazenda); Confederação Rural Brasileira e Conselho Consultivo da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Ainda mantém uma assessoria técnica através da qual não só atende a seus associados como às solicitações da Diretoria.

ATIVIDADES CULTURAIS

Pela sua Seção de Atividades Culturais, iniciou um programa de conferências técnicas de que a primeira foi pronunciada sôbre "O Problema do Trigo no Brasil", pelo Prof. Alberto Boeger, Diretor do "Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional" — La Estanzuela — do Uruguai. No ano de 1956 êsse ciclo de conferências prosseguirá e, por especialistas nacionais e estrangeiros, serão versados problemas fundamentais da nossa economia agrícola. Outrossim, a Diretoria incluiu em seu programa filmes de interêsse cultural.

Algumas publicações estão em preparo como sejam: a Casa da Agricultura, Inquérito Sôbre Reflorestamento, Aproveitamento das Terras Marginais dos Açudes do Nordeste, Problemas Rurais

Brasileiros, de nossa autoria, que já foi dado a lume.

Também se encontra em preparo a publicação "A Febre Aftosa no Brasil", monografia laureada com o **Prêmio Ennes de Souza** — 1954, de autoria do Veterinário Jerome Langeneger.

"A LAVOURA"

A nossa velha e conceituada revista está em dia, com a sua circulação bastante aumentada. Aos poucos, estamos lhe dando caráter mais técnico, dentro do novo campo de atividades da instituição, de que é afinal reflexo, o seu órgão oficial.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Êsse tradicional estabelecimento do ensino agrícola que a Sociedade há mais de 50 anos mantém na Penha, funcionou regularmente no exercício de 1955, dentro da orientação que vem seguindo desde 1937 quando, na administração do Presidente Ildefonso Simões Lopes, o antigo Aprendizado Agrícola e Horto Frutícola da Penha foi transformado na atual Escola de Horticultura, a única no seu gênero, no País. Nos cursos práticos agrícolas, acessíveis a todos, as matrículas atingiram a 650. Êsses cursos, destinados a tôdas as classes e funcionando aos domingos, versaram sôbre: solos e adubação; enxertia; hortas domésticas; restauração de pomares; floricultura; contabilidade agrícola; defesa sanitária vegetal; entomologia; organização de viveiros; cálculos e medidas agrícolas.

Quanto aos cursos regulares para hortelões, fruticultores e floricultores, em regime de internato gratuito para filhos de agricultores vindos de diversos Estados, receberam diplomas de conclusão de curso quatro hortelões, três fruticultores e um floricultor. A Escola ainda mantém um Curso

Rápido de Apicultura em colaboração com a Prefeitura do Distrito Federal e o Clube Agrícola "Miguel Calmon", orientado pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, para o qual tem contado com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Como vêm os consócios, trata-se de uma instituição que tem merecido todos os desvelos da Sociedade e cuja manutenção, dado o alto custo da vida, conseqüência da conjuntura financeira, se deve às contribuições do Ministério da Agricultura e da Fundação "Getúlio Vargas".

A Diretoria deliberou, expostas as altas finalidades da Escola e a conveniência em alargar-se o seu programa de pesquisas e ensino, situá-la em zona rural. Com êsse objetivo, a Sociedade Nacional de Agricultura obteve do Govêrno que lhe fôsse dado por lei do Congresso Nacional o direito de alienar, da área remanescente do Horto Frutícola da Penha, os terrenos situados à margem da Avenida Brasil para, com o produto dessa venda, construir nova Escola, devidamente dotada dos indispensáveis requisitos pedagógicos; bem assim, a criação de um **fundo de manutenção** da mesma Escola. Trata-se de empreendimento de vulto e do maior alcance para o ensino profissional agrícola e para a horticultura do nosso País, representando mais um grande serviço que a Sociedade Nacional de Agricultura prestará à agricultura nacional. Para dirigir e orientar a planificação da nova Escola dentro da Lei n. 2.504, de 4 de junho dêste ano, foi, pela Diretoria, escolhida a seguinte comissão, presidida pelo Vice-Presidente Luiz Simões Lopes: Kurt Repsold, Geraldo Goulart da Silveira, Itagyba Barçante, Antônio de Arruda Câmara, Luiz Marques Poliano.

Vem a propósito assinalar que à expansão da horticultura entre nós, existe um obstáculo a vencer, que é o da produção de sementes de hortaliças, de que somos forçados a importar da Europa e recebemos presentemente em menor escala dos Estados Unidos. Precisamos de tipos e variedades de hortaliças adaptadas ao nosso clima. O trabalho de obter sementes híbridas de hortaliças é da alçada da genética bem como orientada, como já acontece na Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, com apreciáveis resultados econômicos, a exemplo dos Estados Unidos. A Sociedade Nacional de Agricultura confia que a sua nova Escola de Horticultura, dispondo de necessário aparelhamento e de pessoal técnico, possa trazer valiosa contribuição para o melhoramento da horticultura nacional.

REPRESENTAÇÃO DA CLASSE RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Está a Diretoria empenhada em dar mais organicidade à outorga que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, confirmada em Portaria Ministerial, de órgão representativo da classe rural local. As providências em tal sentido foram tomadas no devido tempo, dentro dos princípios legais que tratam da matéria.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Aquêles que, como nós, têm acompanhado a vida desta Casa, sabem que, nesse setor da administração, esbarram quase sempre tôdas as iniciativas da Sociedade, no afã de atender ao papel que se destinou a instituição. A falta crônica de recursos financeiros, que as minguadas verbas oficiais, sempre de difícil consecução e recebimento, nunca puderam remover, cedeu lugar a uma já razoável situação de auto-suficiência, de desafôgo pelo menos no momento, que procuraremos consolidar, animando a Diretoria a programas mais longos e mais permanentes.

Da "Casa da Agricultura" recebemos a maior parte de nossos recursos e, com êles, esperamos atingir os objetivos que se acham inscritos nos nossos estatutos. A situação econômica se representa principalmente por nosso patrimônio imobiliário, de que é expressão máxima o novo Edifício-Sede. No parecer da Comissão de Contas, a opinião favorável que nêle se insere corrobora êste nosso conceito.

CONCLUSÃO

De nosso relato deveis tirar, como nós, a conclusão de que a nossa tradicional Sociedade se revitalizou, que daqui por diante caminhará mais firme, porque melhor aparelhada materialmente. Por tanto, não pouparemos esforços, contando, como sempre, com a indispensável colaboração do nosso quadro social, dos membros dos órgãos da administração e do seu corpo de empregados.

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.; 7257

— SÃO PAULO —

Notícias e Informações

CLUBE ORQUIDOFILO DE PIRACICABA

O Clube Orquidófilo de Piracicaba está trabalhando no sentido de ampliar sua biblioteca "Nelson Kobel". As doações de livros podem ser enviadas para o Dr. Mário P. Mezzacappa, Seção de Genética da Escola S. A. "Luiz de Queiroz", Piracicaba — Estado de São Paulo — Brasil.

VISITA DOS DIRIGENTES DO SERVIÇO SOCIAL RURAL A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Estiveram em visita à S. N. A., no dia 9-6-1956, por ocasião de sua reunião semanal, os Srs. Rubens de Campos Fanula e João Napoleão de Andrade, respectivamente Presidente e Diretor Técnico do Serviço Social Rural. Saudaram os ilustres visitantes os Srs. Arthur Torres Filho e Luiz Simões Lopes, respectivamente Presidente e 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

IX EXPOSIÇÃO AGRO-PECUARIA E DE PRODUTOS DERIVADOS DO ESTADO DE GOIAS

O Dr. Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, foi escolhido para Presidente da Comissão de Honra da IX Exposição Agro-Pecuária e de Produtos Derivados do Estado de Goiás que se realizou no período de 10 a 13 de junho do corrente ano.

POSSE DO DIRETOR EXECUTIVO DO S. S. R.

O Presidente do S. N. A. designou a seguinte comissão para representá-la na posse do Dr. João Napoleão de Andrade como Diretor Geral do Departamento Técnico Executivo do Serviço Social Rural: Diretores Técnicos Itagiba Barçante, Geraldo Goulart da Silveira e Ben Hur Raposo e Secretário Geral Luiz Marques Poliano.

CASA DA LAVOURA DE S. MIGUEL ARCANJO

Já se instalou e está em pleno funcionamento normal a "Casa da Lavoura de S. Miguel Arcanjo", sediada em S. Paulo.

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINARIA DO PARANA

Tomou posse no cargo de Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná o Prof. Arlindo Loyola de Camargo, em substituição ao Prof. Agostinho B. Veiga.

SOCIEDADES COOPERATIVAS

Acham-se registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura 3.616 sociedades cooperativas com ..... 762.277 associados. É a seguinte a distribuição das cooperativas:

Cooperativas de consumo	1.738
Cooperativas de produção	1.301
Cooperativas de crédito .	444
Cooperativas diversas ...	133

AUMENTO DOS INDICES DE PRODUÇÃO

Segundo estudos do Conselho Superior das Câmaras de Comércio, Indústria e Navegação, os índices de atividades industriais, tomando por base os de 1922/26 = 100 apresentam a seguinte evolução.

1922/26	100
1940	91,9
1945	97,0
1950	124,7
1951	153,1
1952	189,2
1953	197,3
1954	204,0
1955	225,0

PRODUÇÃO E CONSUMO DE VINHO NO MUNDO

Segundo recente estudo realizado pelas Nações Unidas, a Espanha ocupa o 3.º lugar entre os países produtores de vinho no mundo, imediatamente depois da França e da Itália.

2.ª CONVENÇÃO ESTADUAL DE AVICULTURA

A Associação dos Avicultores de Minas Gerais realizou, no período de 28 de junho a 1 de julho, a 2.ª Convenção Estadual de Avicultores.

FINANCIAMENTOS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS

Setenta mil financiamentos no valor de 16 bilhões e 779 milhões de cruzeiros foram contratados no ano passado, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRICOLA E VETERINARIO

Atingiram a Cr$ 81.061.660,00 os recursos financeiros ora empregados pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura nos estabelecimentos agrícolas localizados no nordeste.

PRODUÇÃO DE FRUTAS

A nossa produção de frutas atingiu, no ano passado, a cinco bilhões de cruzeiros.

ALGODÃO EM ALAGOAS

Segundo dados divulgados, o Município de Amadia, no Estado de Alagoas, produziu 28% da safra de algodão do Estado.

ESTADOS PRODUTORES DE CAROA

São produtores de caroá os Estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

ESTIMULO A LAVOURA DO FUMO BAIANO

O Instituto Baiano de Fumo assentou com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a assinatura de um contrato de financiamento na importância de dez milhões de cruzeiros para a lavoura fumageira da Bahia.

ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES AGRICOLAS DO ESTADO DE S. PAULO

Foi inaugurada no dia 2 de junho, em S. Paulo, a sede da Associação das Entidades Agrícolas do Estado de S. Paulo.

VII SEMANA DO LATICINISTA

A Fábrica Escola de Laticínios "Cândido Tostes", de Juiz de Fora, realizou, pela sétima vez, no período de 9 a 14 de julho, com grande êxito, mais uma Semana do Laticinista.

AQUISIÇAO DE SEMENTES DE LINHO

A firma Vannestl Gebr — Kuurne — Bij — K orthijk (Bélgica) está interessada em saber quais os principais interessados no Brasil, em sementes de linho

COMISSÃO PERMANENTE DO CACAU

A Confederação Rural Brasileira instalou a Comissão Permanente do Cacau, destinada ao estudo sistemático dos problemas agrícolas e econômicos atinentes à produção cacaueira em todo o país.

COMISSIÓN ARGENTINA PRO FOMENTO DEL INTERCAMBIO

A referida Comissão comunica as seguintes ofertas de firmas:

1) Abreu, Sosa & Cia., S. R. L., Avenida de Mayo, 1370 — Buenos Aires — Está interessada em exportar artigos alimentícios frescos, envasados ou enlatados, dessecados, etc.

2) Arturo Bianco, Avenida de Mayo, 981 — Buenos Aires — Dispõe para exportação de queijos tipo: Sardo, Reggianito e Sbrinz.

3) Cedepa S. R. L., San Martin, 575 — Buenos Aires — Oferece exportar essência de alho.

EXPOSIÇAO PECUARIA PAN-AMERICANA

Durante a mundialmente famosa Feira Estadual do Texas terá lugar no período de 6 a 21 de outubro, a Exposição Pecuária Pan-Americana, State Fair of Texas, Box7755, Dallas, Texas, U. S. A.

ESTENDE-SE PELO BRASIL O ALCATRÃO DE VOLTA REDONDA

Milhares de quilômetros pavimentados com o excelente produto da Companhia Siderúrgica Nacional

Nem tudo é aço em Volta Redonda — eis uma frase que se consagrou. E, a evidência dos fatos, aí está para o demonstrar. Não é só com o fornecimento de trilhos para as estradas de ferro que a C. S. N. está contribuindo de maneira acentuada para a solução dos nossos problemas de transportes. Hoje, graças à existência do grande parque siderúrgico do Vale do Paraíba, milhares de quilômetros de rodovias — que são, como as ferrovias, artérias vitais do progresso das nações — estão sendo pavimentadas com o alcatrão produzido na Usina da Companhia Siderúrgica Nacional, com os melhores resultados técnicos e uma substancial economia para o Brasil, principalmente de divisas que até então eram consumidas na importação de asfalto.

Essa é, assim, mais uma poderosa influência que, desde o início de sua operação, a Usina de Volta Redonda vem exercendo nos vários setores da economia brasileira, como um dos fatôres positivos do progresso do país.

VENCEU O ALCATRÃO

Com a entrada em operação da destilaria de alcatrão — que é um dos subprodutos da coqueificação do carvão na Coqueria da Usina de Volta Redonda — o problema do seu aproveitamento para a pavimentação de estradas passou a ser cogitado sèriamente pelos nossos técnicos que, de maneira generalizada, em face do processo tradicional utilizado até então no país ser o do asfalto, receberam o uso do alcatrão com algumas restrições. No entanto, com o pronunciamento de uma autoridade mundial, na matéria, o sr. Daniel Boutet, Inspetor Geral de Pontes e Pavimentação e Professor do Curso Rodoviário da Escola Nacional de Pontes e Pavimentação da França, que a convite do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visitou o Brasil e esteve em Volta Redonda, tôdas as dúvidas que haviam no Brasil a propósito do emprêgo do alcatrão nos serviços de pavimentação foram dissipadas, tendo ainda, posteriormente, técnicos brasileiros que estiveram nos Estados Unidos para estudar o problema, verificado que aquêle subproduto da coqueificação do carvão, em relação ao asfalto, apresentava-se com algumas características superiores como, por exemplo, a da adesividade.

E hoje, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, pouco tempo após consagrado o uso do alcatrão em nosso meio, já se disseminaram por todo o país dezenas de rodovias pavimentadas com aquêle subproduto da Usina de Volta Redonda.

VARIOS TIPOS

A destilaria da Usina de Volta Redonda está produzindo vários tipos de alcatrão, em quantidades capazes de atender às necessidades do país. Êsses tipos, colocados no mercado em condições muito mais vantajosas do que as que oferece o asfalto, são os seguintes: alcatrão RT-2, utilizado na "pintura do solo"; alcatrão RT-3, para "pintura do solo" e tratamento superficial; alcatrão RT-5 ou 6, empregado no tratamento superficial e nas misturas no próprio local da pavimentação e o alcatrão RT-12, que é do tipo de maior consumo, sendo utilizado com absoluto êxito não só no tratamento de superfície, como também para a feitura da capa selante, do macadame por penetração e do concreto betuminoso.

Atualmente, além do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estão se utilizando do alcatrão de Volta Redonda para vários tipos de pavimentação, os Departamentos de Estradas de Rodagem dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Paraná e de Goiás; as Prefei-

turas do Distrito Federal, de Curitiba, de Teresópolis, de Campinas, Nova Iguaçu e Volta Redonda, além de numerosas emprêsas e firmas comerciais empreiteiras de obras de estradas de rodagem.

NO ESTADO DO RIO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio, foi um dos pioneiros no emprêgo do alcatrão de Volta Redonda, em substituição ao asfalto na pavimentação de rodovias. E tal foi o sucesso alcançado que aquêle Departamento dando um cunho racional ao emprêgo do alcatrão nos seus serviços, comprou nos Estados Unidos moderno equipamento especializado para pavimentação com aquêle produto da C. S. N., destacando-se do conjunto adquirido, uma pavimentadora PH, capaz de preparar uma base estabilizada da extensão de 6 quilômetros por dia.

A partir de 1952, o D.E.R. fluminense já pavimentou cêrca de 20 quilômetros de rodovias com alcatrão de Volta Redonda. E, êste ano, com o aceleramento dos trabalhos, deverá atingir um total de 250 quilômetros.

RODOVIAS PAVIMENTADAS

As rodovias fluminenses pavimentadas com alcatrão de Volta Redonda, segundo atestam os Engenheiros do D. E. R. do Estado do Rio, apesar do tráfego pesado e intenso a que estão sujeitas, têm apresentado até aqui os melhores resultados técnicos: com o mínimo de defeitos, êstes quase sempre provenientes de desrespeito de normas por parte de alguns poucos empreiteiros. Entre os 200 quilômetros de rodovias pavimentadas com alcatrão naquele Estado, estão vários quilômetros da mais importante estrada de rodagem daquele Estado, considerada tronco do seu sistema rodoviário, a "Rodovia Amaral Peixoto", de Niterói a Campos, que estabelece também ligação com o sistema rodoviário do Estado do Espírito Santo.

Dessa rodovia, de tráfego mais intenso do Estado do Rio, já se acha pavimentado com alcatrão de Volta Redonda todo o trecho desde Niterói até São Pedro da Aldeia passando por Trihobó, Sampaio Correia, Iguaba Grande, Iguabinha e Araruama. Atualmente, essa pavimentação caminha em direção a Macaé, que deverá ser atingida antes do fim do corrente ano. A par disso, vários ramais que partindo daquela rodovia-tronco servem a várias outras cidades já estão também pavimentados com alcatrão, bem como outras rodovias fluminenses não diretamente ligadas com a "Amaral Peixoto".

PROCESSOS EMPREGADOS

O D. E. R. do Estado do Rio tem empregado os seguintes tipos de pavimentação com alcatrão: base de macadame hidráulico, com espessura de 15 cm e revestimento de concreto betuminoso com alcatrão RT-12, com espessura de 5 centímetros, preparado em usina na fórmula de 65% (em pêso) de pedra britada, 32% de areia e 3% de cal e, finalmente, 6,5% de RT-12; base de macadame hidráulico com espessura de 15 cm e revestimento por penetração superior com alcatrão tipo RT-12, na espessura de 5 cm (o alcatrão é aplicado à razão de 5,0 l/m2); base de macadame hidráulico com espessura de 15 cm, e revestimento tipo superficial duplo com espessura de 2,5 cm, aproximadamente, empregando alcatrão RT-12 à razão de 1 3/m2; base de solo cimento de 15 cm com tratamento superficial duplo de 2,5 centímetros com as mesmas características que a do tipo já citado; base de macadame betuminoso de 10 cm de espessura, feita com aplicação de de cêrca de 9 litros por m2 de alcatrão RT-12, com revestimento de 5 centímetros de concreto alcatrão RT-12, com as mesmas características do primeiro tipo acima citado.

O D. E. R. do Estado do Rio, segundo a palavra de seus Engenheiros, só tem trabalhado com alcatrão de Volta Redonda e pretende ampliar o seu emprêgo com adoção de outros tipos de pavimentos, para o que o seu laboratório está no momento desenvolvendo intenso programa de pesquisas.

Relatório Apresentado ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura pelo Diretor Otto Frensel

Rio de Janeiro, 1º de junho de 1956

Snr.
Dr. Arthur Torres Filho
M. D. Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

RIO DE JANEIRO

Prezado amigo e demais companheiros

Recebi em devido tempo a carta datada de 17 do mês findo. Darei a seguir, em ordem cronológica apreciações, sôbre as minhas recentes viagens as quais impediram o meu comparecimento às nossas últimas reuniões semanais.

BELO HORIZONTE E SETE LAGOAS: A convite da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda., de Belo Horizonte, tive ensejo de visitar as já bem adeantadas obras e instalações da fabrica de leite em pó que essa brilhante organização cooperativista está realizando em Sete Lagoas. Acredita-se que ela possa entrar em funcionamento em setembro p.f. Acompanharam-me nessa viagem os membros da nova Diretoria daquela CCPL ou sejam os Snrs. Dr. José Balivar Drumond, Presidente, Dr Julio Coutinho Mello Franco e José Alvarenga Costa, respectivamente, Diretor-Comercial e Secretário-Tesoureiro. Tive a melhor impressão dessa importante obra a qual servirá de fiel ao aproveitamento dos excedentes das safras, além de grande incentivante à produção leiteira naquela zona.

SÃO PAULO: Entre outras visitas, tive ensejo de visitar as novas instalações de engarrafamento de leite da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo. Acompanhou-me nessa visita o Snr. João Guimarães, competente e esforçado Diretor-Comercial. Está em inicio o preparo para o terreno da futura fabrica de leite em pó perto de Guaratinguetá a qual prestará os mesmos relevantes serviços que a CCPL de Belo Horizonte espera da fabrica de leite em pó em Sete Lalgoas.

JUIZ DE FORA: Desincumbindo-me do honroso encargo que me foi confiado, assisti em 27 de maio p.p. aos festejos da inauguração da XVIIIª Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial, fazendo entrega da taça, oferecida pela nossa benemerita Sociedade Nacional de Agricultura. Foi um acontecimento de grande interesse econômico e social, presidido pelo Snr. Ministro da Agricultura.

ENG. AGR. JUAN MINUT: Por minha sugestão e a convite da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda., encontra-se aqui, desde 26 do mês findo, o mundialmente renomado tecnico lacticinista italo-uruguáio Eng. Agr. Juan Minut, afim de efetuar estudos e apresentar sugestões com relação ao abastecimento de leite da Capital Federal e aproveitamento dos excedentes. O Eng. Agr. Juan Minut foi organizador tecnico e administrativo da Cooperativa Nacional de Productores de Leche (Conaprole) de Montevideo, organização laticinista das mais perfeitas no conceito dos mais autorizados tecnicos. Basta dizer que pasteuriza 450 000 litros de leite, sendo vendidos engarrafados 420.000 litros e distribuidos a granel a hospitais, etc. os restantes 30.000 litros. Além disso produz nada menos de cinquenta sub-produtos do leite. Tudo isso graças a competente orientação daquele grande tecnico. Em uma das nossas proximas reuniões semanais, terei o prazer de apresentar aos seus colegas o Eng. Agr. Juan Minut.

COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA.: Sugiro uma visita ao novo Entreposto de Leite de Triagem dessa notavel organização cooperativista. Já se encontra em funcionamento desde janeiro p.p., engarrafando atualmente 110 000 litros de leite. A sua instalação é considerada uma das melhores do mundo, merecendo o mais amplo conhecimento de todos.

"KIBON": Outra visita util e interessante que desejo sugerir é à conhecida Fábrica KIBON (de "ice-cream") que, também, é uma das mais modelares fabricas de lacticinios, existentes na America Latina.

PREÇO DO LEITE: Atendendo a diversos convites estive novamente em Juiz de Fóra no dia 30 de maio p.p., afim de observar os trabalhos da comissão e da assembleia que lá se reuniu na Associação Rural, afim de tratar do assunto marginado. Como Diretor da nossa benemerita Sociedade Nacional de Agricultura, mereci o honrozo convite de fazer parte da mesa que dirigiu os trabalhos. Estes transcorreram com grande animação e harmonia, superiormente dirigidos pelos Snrs. Elias Villela de Andrade, Presidente da Associação Rural de Juiz de Fora e Dr. José de Albuquerque Lins, eminente "leader" da classe. Participaram também da mesa os Snrs. Dr. Josafá de Macedo, Presidente da FAREM, três representantes da bacia leiteira de B. Horizonte, o Dr. Alberto Ferraz pela FARERJ e o Dr. Roberto Mendes de Oliveira Castro, Diretor - Secretário - Tesoureiro da CCPL do Rio de Janeiro. Foi constituida uma comissão central para tratar da questão, bem como aprovado um memorial e uma serie de sugestões, apresentadas pelo Dr. José de Albuquerque Lins.

Ainda em nossa reunião de hoje deixarei de comparecer, por ter necessidade de acompanhar numa visita à Usina Central de Leite em Triagem da CCP do Rio o Snr. Dr. Pedro A. Pereira, Presidente do Departamento Estadual de Leite, de Porto Alegre.

Eis o que se me cumpria relatar, sendo que permaneço aqui ao inteiro dispor de todos para qualsquer detalhes que forem desejados.

ELIMINAÇÃO DA PRÁTICA DO REVOLVIMENTO DO SOLO NOS POMARES

Eng. Agro. ODY RODRIGUES
(do Inst. Agron. de Campinas)

Um dos problemas que causa grande preocupação aos fruticultores é o da eliminação do mato nas culturas. O mato pode ser definido como sendo tôda a vegetação indesejável na cultura.

Encontramos aqui no Estado de São Paulo, uma infinidade de plantas, principalmente gramíneas consideradas mato na fruticultura, e disseminadas de tal modo, que se constituem em "pragas" das culturas.

Na eliminação do mato, de acôrdo com seus caracteristicos, há 2 pontos básicos principais.

1) Reduzir as sementeações anuais ou bi-anuais destruindo a parte reprodutiva antes de soltar sementes.

2) Destruir as partes velhas dos matos perenes, que além de sementes, se desenvolvem a partir de bulbos, tubérculos, estolões, rizomas ou pedaços de raís.

A eliminação do mato nos pomares pode ser conseguida por vários processos culturais.

Em setembro de 1953, iniciamos um experimento na Estação Experimental de Limeira, para estabelecer qual dêles será o mais indicado para nossas condições.

Nesse experimento (projeto 31-L) foram incluidos os seguintes tratamentos:

1) limpo permanente com máquina
2) limpo permanente com hervicida "1"
3) limpo permanente com hervicida "2" (com adubo verde)
4) cobertura permanente com restos vegetais (capins, palhas, etc.)
5) a — limpo na sêca com máquina
   b — vegetação natural nas águas, ceifada
6) a — limpo na sêca com máquina
   b — mucuna prêta nas águas
7) a — limpo na sêca com máquina
   b — guandu nas águas
8) 2 lavras no verão
9) vegetação natural ceifada quando necessário

Como ainda não temos resultados experimentais vamos fazer algumas considerações sobre os 3 seguintes tratamentos:

1) solo permanentemente coberto com restos vegetais (capins, palhas, etc.).
2) solo permanentemente coberto com vegetação natural, ceifada.
3) solo permanentemente tratado com hervicida.

É admitido como certo, que o cultivo do solo com maquinas, tem como efeito o seguinte:

a) corte de raizes das plantas
b) afofamento da superfície do solo, facilitando arrastamento de terra pelas chuvas
c) endurecimento das camadas inferiores do solo, na profundidade da parte revolvida
d) tornar difícil a penetração da água no solo.

O cultivo do solo com maquinas, é feito com 3 finalidades principais:

1) eliminar a competição do mato com as plantas frutíferas
2) incorporação de adubos em geral especialmente adubos verdes
3) preparo para os trabalhos de irrigação por infiltração

A primeira finalidade é a de que vamos tratar, modificando as outras duas do seguinte modo

Afim de que seja possivel não quebrar a estrutura do solo, a incorporação de adubos verdes pode ser dispensada, deixando a vegetação cortada em cobertura, no solo, como aliás, é recomendado. E os adubos químicos também podem ser aplicados somente em cobertura, preferindo-se os solúveis.

Os trabalhos de irrigação por infiltração, poderão ser modificados para a irrigação por aspersão, que não demanda o preparo de canais ou pequenas comportas.

Ficamos então apenas com o problema do cultivo em relação ao mato.

O mato compete com as plantas úteis, roubando principalmente água, alimentos minerais e luz solar.

Tratando de cada um dos 3 processos em separado, veremos quais são seus caracteristicos e suas vantagens e desvantagens.

TRATAMENTO 1 — *Cobertura permanente com restos vegetais*

Essa cobertura consiste em se forrar o solo entre as plantas, com partes cortadas de vegetais, como capim gordura, palha de arroz, casca de arroz, etc.

A espessura da cobertura deverá ser de mais ou menos 20 cms. Os trabalhos de corte, transporte e esparramação do material, devem ser os mais econômicos possiveis, afim de baratear este tipo de tratamento.

Na Estação Experimental de Limeira, precisamos cortar cerca de 3 m² de capim gordura de terra fraca, para cobrir 1 m² do pomar. Naturalmente, se o capim gordura for maior que o referido, que tinha mais ou menos 60 cms de altura, a área a ser cortada deve diminuir. O mesmo se dará, se for encontrado outro material equivalente e mais volumoso.

Colocamos um peso aproximado de 5,6 kgs de capim gordura sêco, por metro quadrado e até êste mês de junho, a cobertura tem se mantido muito eficiente com respeito ao contrôle do mato.

Para não nos estendermos muito, resolvemos apenas enumerar as vantagens e desvantagens de cada tratamento, sem mais comentarios, em

virtude de serem as mesmas, quase tôdas, evidentes por si mesmas.

É necessário porem que se ressalte, que as dúvidas so poderão ser dissipadas com os resultados experimentais que colhermos do ensaio já referido.

Vantagens :

a) A cobertura abafa o mato germinado e evita novas germinações.
b) Mantém a fertilidade e sobretudo o conteúdo em azoto do solo, evitando a lavagem dos nitratos.
c) Regulariza e abaixa a temperatura do solo. Este abaixamento influi por sua vez sobre a evaporaçao, prolongando a humidade.
d) Suprime pràticamente 100% as erosoes eólicas e de lavagem.
e) Retém mais as aguas facilitando sua penetração.
f) Nos anos subsequentes, cada vez deve diminuir mais a germinação de mato, o que possibilitara reduzir a cobertura.

Desvantagens :

a) Alto custo inicial da mão de obra.
b) Perigo de fôgo, principalmente no periodo seco do ano.
c) A irrigação só poderá ser feita por aspersão.
d) A materia orgânica compete com as plantas, roubando N do solo na decomposiçao, o que aliás pode ser compensad) com adubaçao suplementar.
e) É dificultada a circulação no pomar.

TRATAMENTO 2 — (*Vegetação natural ceifada*)

O corte da vegetação natural, deverá ser feito aparando-a rente ao solo, e tanto poderá ser feito com ferramenta manual, como com máquina. As ceifadeiras de trator, dão grande rendimento de trabalho, tornando-o mais economico nos lugares onde é possivel o seu uso.

A vegetaçao deve ser ceifada depois que as espécies de mato mais precoces deram sementes, para assegurar uma boa germinação no ano seguinte. O mato mais tardio, que é o que mais faz concorrencia em água e fertilidade deverá ser ceifado antes mesmo de produzir sementes.

Esta prática cultural, reduzindo o poder de competição das ervas daninhas com as plantas frutiferas não consegue eliminar essa disputa. Nos periodos secos do ano, no planalto paulista a concorrência em humildade deverá ser grande e se não puder ser feita adição de água ao solo, por irrigação, o mato possivelmente precisará ser eliminado. Acredita-se que o mesmo não aconteça nas terras próximas ao litoral, de pluviosidade grande, onde essa concorrència deverá pouco ou nada afetar a produção.

Constata-se pelos dados acima, a grande diferença de precipitação de chuvas nestas duas regiões escolhidas para exemplo.

Vantagens :

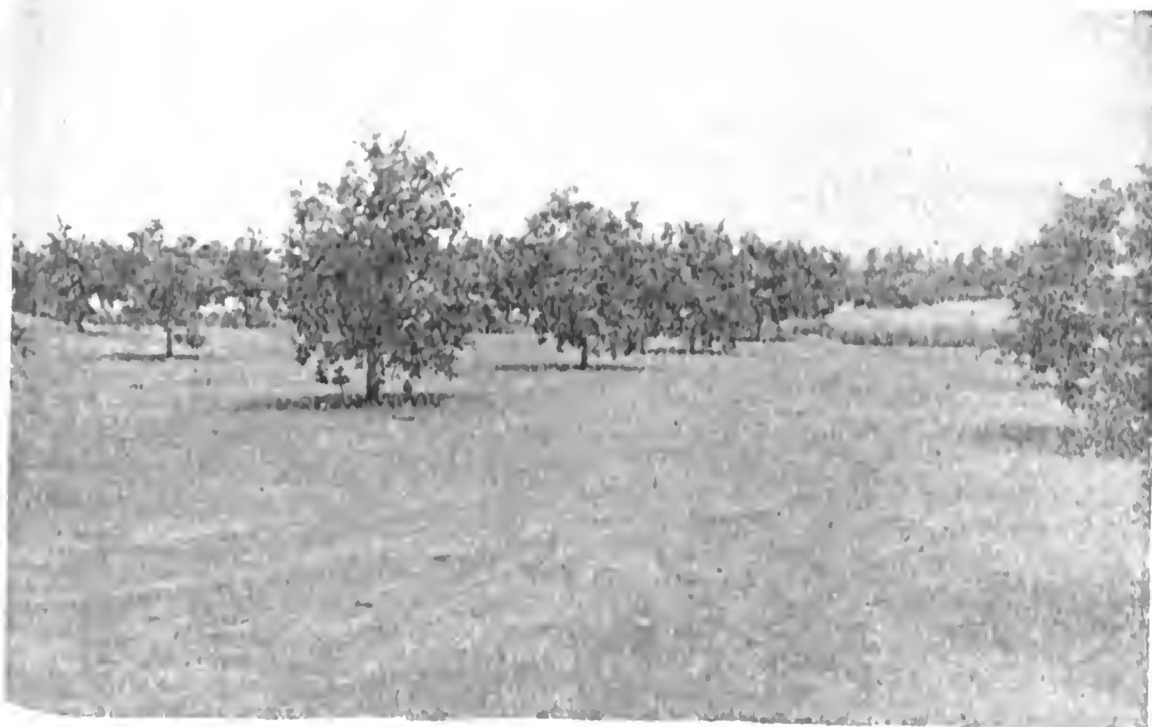
a) Há combate à erosão, sendo uma das maneiras mais eficientes para isso
b) Há grande rendimento de trabalho com ceifadeira, em terrenos favoráveis, com baixo custo
c) Permite a cultura mesmo em terrenos ingremes, ceifando com ferramenta manual (foice ou estrovenga).
d) Há adubação orgânica, com a decomposição da massa cortada.

Desvantagens :

a) So é exequivel em lugares de pluviosidade grande (ou com irrigação) para não haver competição de água (dados pluviométricos).
b) Em lugares ingremes não permite o uso de máquinas.
c) So tem dado resultados em solos profundos e porosos proximos ao litoral.
d) Se o terreno é infestado de grama seda, ela se alastrará sempre mais, o que vai causar maior concorrência com as plantas úteis.
e) Em certos lugares podem aparecer coelhos, ratos caracols, etc., que prejudicam as plantas.
f) A matéria orgânica quando sêca, pega fôgo com facilidade o que também precisa ser vigiado.
g) A decomposição de materia orgânica reduz ainda o nitrogênio do solo, roubando-lhe às plantas o que deverá ser compensado com uma adubação suplementar desse elemento

CHUVAS EM M/M

		Limeira 7 anos (1938 e 1940 a 45)		*Ubatuba* 8 anos (1939-46)	
	Set	63		178,1	
Prim.	Out.	126	370	258,4	738,5
	Nov.	181		302,0	
	Dez.	190		386,8	
Ver.	Jan.	222	581	372,8	1 129,5
	Fev.	169		369,9	
	Mar.	174		460,9	
Out.	Abr.	61	263	295,3	884,0
	Mai.	23		127,8	
	Jun.	48		82,8	
Inv	Jul.	18	72	61,0	245,9
	Ago.	6		102,1	
	Ano :		1 286		2.997,0



Parcela de um ensaio de tratos culturais na Estação Experimental de Limeira, S. Paulo. O tratamento foi feito com oleo diesel fortificado (agua, 82%; oleo diesel, 17%, premerge a 0,7%; e emulsionante, 0,3%)

TRATAMENTO 3 — *Hervicidas*

Não se tem noticia de terem sido usado hervicidas, no tratamento de pomares, no Brasil.

Tratando-se de assunto novo, é natural que para seu uso sejam encontradas inumeras dificuldades.

Citemos por exemplo que os hervicidas que dão bons resultados nos EE. UU., onde predominam matos de folha larga, não dão o mesmo resultado aqui no Brasil, com outro clima, onde predominam as gramineas.

Quanto ao modo de agir dos hervicidas, isso é caracteristico de cada um. Alguns atuam diretamente, outros são especificos, enquanto que outros são generalizados.

Tambem a ocasião da aplicação, poderá ser antes ou após o aparecimento do mato no solo, denominando-se a aplicação de pre ou post germinativa.

Temos empregado nos nossos ensaios, os hervicidas 2,4 D (acido 2,4 diclorofenoxiacetico) Formula 40 *TCA* (acido tricloroacetico) e *Premerge* (oleo mineral fortificado com Dinitro). São todos produtos da "Dow Chemical", que é representada em São Paulo, pela firma "Bleno S. A.".

Enquanto não temos resultados experimentais, apenas consideraremos o que se conhece sobre as vantagens ou desvantagens da aplicação de hervicida, e que vão a seguir resumidas.

Vantagens

a) Há melhoria das propriedades fisicas no solo, sendo aumentada a facilidade de pentração da agua (melhor para irrigação).

b) A erosão é reduzida porque o solo absorve mais água e a superficie do solo é mais firme. Só há erosão quando vem água de fora, o que deve ser evitado com canais de retenção.

c) A produção é indiretamente aumentada com o não prejuizo das raizes cortadas, aumento de agua no solo, etc.

d) A colheita de frutos, tratamentos fitossanitarios, etc., pode ser feita com mais facilidade, em virtude de a circulação no pomar poder ser feita em terreno mais firme, livre de mato, torrões, pedra ou terra fofa. Pode haver circulação 1 ou 2 dias depois de chuvas pesadas, enquanto que noutros casos o tempo é bem maior — 4 dias a 1 semana.

e) O aumento de temperatura do solo (insolação) pode abreviar a maturação dos frutos. Até 2 grans mais foi observado nos EE. UU. comparando com pomares de cultura em cobertura (ficha da seção n.º 422).

Desvantagem

a) É alto o custo inicial dos tratamentos, principalmente em pomares de muito mato. Há no entanto a redução no preço, com a sequencia dos tratamentos.

VISITA ÀS FÁBRICAS "BAYER"



O Embaixador do Brasil junto ao Governo da Alemanha Ocidental, Dr. A. B. Bueno do Prado, acompanhado de altos funcionarios da Embaixada, visitou, recentemente, as magnificas instalações das Fabricas "Bayer", localizadas em Leverkusen. Na foto acima, um aspecto dos visitantes quando examinavam atentamente a maquete geral do grande parque industrial das Fábricas "Bayer"

---

b) Há diminuição da matéria organica no solo.

c) As laranjeiras e especialmente limoeiros, são afetados pelo 2,4-D o qual deve ser aplicado com muito cuidado, com o ar calmo e em concentrações baixas.

d) O número de aplicações nos 2 primeiros anos varia de 4 a 8 e no 3.º e 4.º reduz-se para 1 ou 2

Na California, em 5 pomares tratados com herbicida, o custo por acre variou de 11,48 a 49,03 dolares nos primeiros anos. O material pulverisado variou de 29 a 213 galões.

Muitos fatores influem nos resultados, principalmente a quantidade e natureza do mato.

Comparado com os tratamentos a máquina (disc ou tiller), obtiveram em 352 pomares, cobrindo 4 993 acres, o custo variavel de 17,80 a 35,27 dolares por acre.

Em resumo, ficou constatado nesses estudos, que o sistema sem máquinas (herbicida), custa cerca de 1/3 mais nos 2 primeiros anos, o mesmo no 3.º ano e 50% menos depois do 3.º ano.

E indispensável então, que apos o inicio dos tratamentos, os pomicultores não os interrompam, precavendo-se de antemão com todos os materiais necessarios a continuação dos mesmos.

Com o prosseguimento dos trabalhos do ensaio de tratos culturais, teremos indicação de qual será, para as condições de Limeira, o melhor tratamento a ser feito em pomares, atendendo tanto a parte economica como a de produção.

Ob. Palestra realizada no dia 8 de junho de 1954, no Instituto Agronomico de Campinas, Estado de São Paulo, pelo Enge-Agronomo Ody Rodrigues

CULTURA DAS CROTALARIAS JUNCEA E PAULINA

INSTRUÇÕES GERAIS

Entre as principais leguminosas recomendadas para as nossas condições, destacam-se duas Crotalarias: juncea e paulina, pela grande capacidade de produção de massa verde.

CROTALARIA JUNCEA — Planta anual, erecta, podendo atingir mais de 2 m de altura, com ramos finos e alongados. Fôlhas simples e lineares. Flores amarelas, aparecem 100-120 dias após o plantio. Vagens quase cilíndricas, com pelos, encerrando muitas sementes côr de chumbo escuro. Pêso médio de 1.000 sementes — 54 gramas.

CROTALARIA PAULINA — Planta anual, erecta, arbustiva, podendo atingir mais de 2 m de altura. Fôlhas simples, elípticas e grandes. Flores amarelas, aparecem geralmente 140-160 dias após o plantio. Vagens quase cilíndricas, sem pelos, encerrando muitas sementes pequenas, de côr escura. Pêso médio de 1.000 sementes — 14 gramas.

SOLO

ESCOLHA E ROTAÇAO — O desenvolvimento dessas duas Crotalarias é muito bom em quase todos os tipos de solos, arenosos e argilosos. Nos muito compactos é necessário, entretanto, quebrar bem os torrões, para facilitar a germinação das sementes. Não são aconselháveis solos mal drenados.

Qualquer delas pode ser incluída num plano de rotação de culturas anuais, sendo que a Crotalaria juncea, em virtude de seu porte erecto, também serve como adubo verde para lavouras perenes (cafezais e pomares).

São plantas produtoras de grande quantidade de massa verde. Sob êsse aspecto suplantam a Mucuna preta. Fornecem matéria orgânica capaz de melhorar a fertilidade de nossos solos e ainda manter em alto nível as colheitas de produtos comerciais.

Dados obtidos experimentalmente, como no caso da rotação com a cultura do milho, mostram resultados que recomendam a prática de se incluir adubos verdes nos planos de rotação de culturas. O milho cultivado depois da incorporação da massa de Crotalaria juncea produziu na base de 141 sacos por alqueire ao passo que o milho sem adubo verde, deu um rendimento apenas de 100 sacos. Em outros anos a Crotalaria proporcionou aumentos semelhantes.

Com relação a essa leguminosa é preciso destacar a questão de não repetir o seu plantio no mesmo terreno, a fim de evitar os estragos da murcha.

PREPARO — Feita a aração o trabalho da grade deve ser executado com certo esmêro principalmente em terra compacta, para que a germinação das sementes dessas plantas seja facilitada, sabido que um excesso de torrões prejudica o nascimento das plantas. Com referência a essa operação, em geral há mais vantagem em gradear nas vésperas do plantio, permitindo isso que as plantas novas cresçam sem concorrência de ervas más.

PLANTIO

ADUBAÇAO — Estabelecido um programa de rotação de culturas, no qual é incluída uma dessas leguminosas, é mais vantajoso adubar as parcelas ou faixas em que são feitas as culturas comerciais (algodão, milho, etc.) Em virtude da rotação,

essas leguminosas aproveitam o efeito residual dos adubos aplicados no ano anterior naquelas culturas comerciais.

Em parcelas ou faixas de terras excessivamente pobres, cuja fertilidade pode ser melhorada com a cultura de leguminosas para adubos verdes, aconselha-se aplicar um adubo fosfatado na base de 150-200 quilos por hectare.

ÉPOCA — Os plantios efetuados em setembro-outubro dão melhores resultados em produção de massa.

ESPAÇAMENTO — Áreas destinadas à produção de sementes devem ser semeadas à distância de 1 m entre fileiras. Nas fileiras deixa-se cair um filete de sementes de Crotalaria juncea, na base de 54 gramas em 20 m de sulco. As sementes de Crotalaria paulina são distribuídas na base de 8-10 cada 20 cm, ou sejam 12-15 gramas por 20 m de sulco.

Tendo em vista a produção de massa vegetal, semeia-se à distância de 50 cm entre fileiras, qualquer das duas Crotalarias. Nas fileiras as sementes são distribuídas de acôrdo com as quantidades e espaçamentos acima indicados.

QUANTIDADE DE SEMENTES — Para a semeadura dum alqueire são necessários 120-140 quilos de sementes de Crotalaria juncea e 30-35 quilos de sementes de Crotalaria paulina. A área destinada à produção de sementes consome a metade das quantidades acima referidas, tendo em conta que o espaçamento é de 1 m entre fileiras.

INOCULAÇÃO DE SEMENTES

As leguminosas, quando cultivadas em condições favoráveis apresentam nas raízes pequenas nodosidades, que encerram bactérias vivendo associadas com essa planta: as bactérias vivem à custa das plantas, mas no mesmo tempo fixam o azôto do ar, enriquecendo assim a terra dêsse elemento.

Para melhor desenvolvimento dêsse sistema — plantas bactérias —, é recomendável inocular as sementes de leguminosas, utilizando um inoculante distribuído pelas "Casas da Lavoura" ou fornecido pelo Instituto Agronômico de Campinas, de acôrdo com as instruções que acompanham êsse material. Deve ser feita diàriamente a inoculação em uma quantidade de sementes que possa ser semeada no mesmo dia.

Quase tôdas as leguminosas comumente cultivadas no Brasil são inoculadas por uma bactéria, pertencente no chamado "grupo do cow-pea". Assim sendo, devem-se usar o mesmo inoculante para as seguintes leguminosas: crotalarias, kudzu, guandu, feijão de porco, amendoim e mucuna.

SEMEADURA — Risca-se o terreno, de preferência em contôrno, utilizando-se de cultivador, ao qual se adaptam duas peças sulcadoras, de maneira a se conseguir dois riscos no mesmo tempo. A semeadeira mesmo à tração animal, além de permitir trabalho uniforme de distribuição das sementes, empregando-se chapa adequada, torna a operação muito econômica.

TRATOS CULTURAIS — Durante o primeiro período de vegetação, em que as plantas não cobrem o terreno, são indispensáveis os cultivos mecânicos. Nesse período a Crotalaria paulina tem desenvolvimento relativamente lento, exigindo assim maiores cuidados de cultivo.

PRAGAS E MOLÉSTIAS — A Crotalaria juncea em geral não é afetada por ataque de pragas. Entretanto é sujeita a uma moléstia (murcha) que seca inteiramente as plantas e quando isso acontece, numa ou noutra cultura, as plantas não chegam a completar o seu desenvolvimento.

Quanto à Crotalaria paulina, em geral não é atacada por moléstias.

PRODUÇÃO DE MASSA — A Crotalaria juncea em terras cansadas pode produzir de 50 a 80 toneladas de massa verde ou sejam 15 a 24 toneladas de massa sêca. Em terras novas, isto é com poucos anos de cultura, as produções oscilam entre 100-120 toneladas, que podem dar 30 a 36 toneladas de massa sêca.

As produções da Crotalaria paulina em terras cansadas são semelhantes às da Crotalaria juncea, ao passo que em terras novas são maiores que as de juncea, isto é, podem atingir 130-140 toneladas de massa verde ou 40-55 de massa sêca.

O rendimento de sementes quando a área é semeada para êsse fim, oscila entre 800-1 000 quilos por hectare.

ENTERRIO DA MASSA

Aconselha-se cortar as plantas no período de florescimento, usando de preferência um rôlo-faca ou então grade de discos. Pequenas áreas podem ser cortadas com alfange, foice ou mesmo à enxada. Deixa-se a massa sôbre o solo, a se transformar em pleno ar, durante o inverno e princípios da primavera, ocasião em que a massa já decomposta é incorporada no solo pela aração da primavera.

Além de dispensar uma aração, êsse método apresenta outras vantagens, porque a massa em decomposição sôbre o terreno:

1.º — Evita o desenvolvimento de ervas más.

2.º — Preserva a umidade do solo, retendo alguma chuva de inverno e

3.º — Protege a superfície do solo, em relação ao calor solar, num período em que a terra geralmente está sem vegetação alguma.

(Notas fornecidas pelo Instituto Agronômico de Campinas.)

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentarios pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
Ano 9, número 4

O presente número da revista editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês de dezembro de 1955, traz um oportuno estudo sôbre a "Estimativa da Renda Nacional do Brasil" incluindo estudos sôbre suplementos a salários e ordenados no setor agro-pecuário.

BOLETIM AGRICOLA
Números 426 e 427

Trata-se do órgão oficial da Sociedade Antioqueña de Agricultura, com interessante colaboração assinada por Rafael Rivera, Dr. Santiago Mejia, Noel Ramírez e outros.

O AGRONÔMICO
Volume 8, números 1 e 2

Como sempre, o "O Agronómico", que é o Boletim informativo do Instituto Agronômico de Campinas, traz colaboração de interêsse para os técnicos e para a classe rural. O presente volume refere-se aos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano.

BOLETIM DE AGRICULTURA
Ano 5, números 49 e 50

O "Boletim de Agricultura" é o órgão da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, que se destina a divulgar conhecimentos sôbre agricultura, veterinária e higiene rural.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL

O I. B. G. E. acaba de publicar mais os volumes do Censo Demográfico referentes aos seguintes Estados:

a) Rio Grande do Norte;
b) Maranhão;
c) Espírito Santo;
d) Ceará;
e) Paraíba;
f) Alagoas

Recebemos ainda:

a) Censo Agrícola do Estado de Minas Gerais,
b) Censo Industrial, Comercial e dos Serviços do Estado de Minas Gerais;
c) Censo Industrial, Comercial e dos Serviços do Estado de S. Paulo

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA
Março de 1956

O presente número traz o relatório do Clube de Engenharia referente ao ano de 1955, apresentado à diretoria pelo seu presidente, Eng. Mauricio Joppert da Silva.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION
Iowa State College

A referida Estação Experimental acaba de publicar os seguintes Research Bulletin:

a) Application of expectation models to livestock and crop prices and products by William Darcovich e Earl O. Heady;
b) Optimum combinations of livestock enterprises and management practices on farms including supplementary dairy and poultry enterprises, by Earl O. Heady e J. C. Gilson;
c) Physical and mathematical theories of tile and ditch drainage and their usefulness in design by Jan V. Schilgearde, Don Kirhtam e R. K. Freoct;
d) Optimum allocation of resources between pasture improvement and other opportunities on Southern Iowa Farms by Dean E. McKee, Earl O. Heady e J. M. Scholl.
e) Nutrition of 9, 10 and 11 year old public school children in Iowa, Kansas and Ohio.

HILGARDIA

Recebemos os seguintes números do "Journal of Agricultural Science", publicado pela California Agricultural Experiment Station:

a) Responses of the rice plant to different formulations and methods of aplication of 2,4 D, MCP, and 2, 4, 5 — T, por P. B. Kaufman e A. S. Crafts;
b) Statistical analyses of supply response in late spring potatoes in California, por Chester O McCorkle Jr. e Yair Mundlak;
c) Variability in the macrofauna of a single siffle in prosser creek, California, as indicated by the surber sampler, por Paul R. Needham e Robert L. Usinger

REVISTA DOS MERCADOS
Ano VII, número 69

O presente número do Boletim de Informações da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo traz, entre outros, estudos sôbre beneficiamento de algodão e estudos sôbre os mercados de algodão, café e cereais, todos êles de interêsse para os lavradores.

A AGRICULTURA EM SAO PAULO
Fevereiro de 1956

Entre outros, "A Agricultura em S. Paulo", Boletim da Subdivisão de Economia, traz um interessante estudo sôbre "Custo de formação de um pomar de pêssego", de grande interêsse para aquêles que se dedicam à fruticultura.

SEPARATAS DA REVISTA DA ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINARIA DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Registramos o lançamento das seguintes separatas da Revista da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Rio Grande do Sul:

1 — Determinação de uma fórmula simplificada e geral para a dosagem da uréia no sangue pelo Ureômetro de Ambard, por Antônio J. S. de Siqueira.
2 — Prof. Maximiliano Canduro.
3 — Experiências sôbre o efeito da incisão anular, por Alvaro Xavier e Moisés P. M. Vianna.

RAÇA NACIONAL CARUNCHO

A Suinocultura Guararema, localizada na Estrada da Arca, Itaipava, Estado do Rio, acaba de publicar um interessante folheto de 8 páginas sôbre "Raça Nacional Caruncho".

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1950

O Conselho Nacional de Estatística publicou mais dois volumes do Recenseamento Geral do Brasil — 1950:

a) Censo industrial, comercial e dos serviços do Estado de Minas Gerais;
b) Censo agrícola, do Estado de Minas Gerais.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇAO
Dr. Carlos Pasquale

O Dr. Carlos Pasquale, Diretor do Departamento Nacional de Educação apresentou ao Ministro da Educação e Cultura um completo relatório de 207 páginas mimeografadas sôbre as atividades do referido Departamento no ano de 1955.

REVISTA DOS CRIADORES
Ano XXVII, números 316-317

Os referidos números da "Revista dos Criadores", referentes aos meses de abril e maio de 1956 trazem farta documentação de interêsse para os criadores. A referida revista é o órgão oficioso da Associação Paulista de Criadores de Bovinos.

A FAZENDA
Maio e abril de 1956

Os referidos números de "A Fazenda" trazem interessantes e oportunos artigos sôbre erosão, rega e irrigação, chá, cafeicultura, armazenagem de produtos animais e outros.

CONDIÇÕES DE VIDA NA AGRICULTURA
Ben-Hur Raposo

O Dr. Ben-Hur Raposo, Economista do Ministério da Agricultura acaba de publicar, através da Comissão Nacional de Política Agrária, um interessante, oportuno e objetivo trabalho sôbre "condições de vida na agricultura". O índice do referido livro consigna os seguintes capítulos: "Plano de pesquisa", "Aspectos estaduais", "Aspectos regionais e nacionais", "Habitações", "Alimentação", "Saúde", "Vestuários,', "Rendas ou economias" e "Bibliografia citada".

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho que deve ser lido por todos quantos se interessam pelos nossos problemas de economia e de sociologia.

PARANA ECONOMICO
Ano IV, números 36, 37 e 38

Farto noticiário e assuntos de interêsses para as classes produtoras encontram-se nos referidos números de "Paraná Econômico" que é publicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná e colaboração da Federação das Indústrias do referido Estado, do SESC e do SENAC.

LAVOURA ARROZEIRA
Ano X, números 111 e 112

Os referidos números de "Lavoura Arrozeira" relativos aos meses de março e abril de 1956, trazem bons artigos assinados por Paulo Simões Lopes, José Carvalho Bernardes, José M. Penny, Luiz Pires Reis, João Batista Brum, Edison Alves de Castro, José Angelo Sperotto e outros.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION
Kansas State College of Agriculture and Applied Science Manhattan

Recebemos as seguintes publicações da Agricultural Experiment Station, de Kansas:

a) Tables for coefficients of inbreeding in animals;
b) Easy steps in cleaning dairá utensils on the farm;
c) Farm machinery to buy or not to buy;
d) Conservation on rented land in the Midvest;
e) Kansas corn tests (1955);
f) Growing turkeys in Kansas;
g) North Central States grain warehouse regulation;
h) Controlling damage caused by animals.

REVISTA DE IMIGRAÇAO E COLONIZAÇAO
Anos XIV e XVI

Em sua nova fase, a "Revista de Imigração e Colonização", órgão oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, traz artigos assinados por Renato Azzi, João Castelo Branco, Valdiki Moura e outros.

MUNDO AGRICOLA
Junho de 1956

Como sempre, "Mundo Agrícola", da Editôra Mundo Agrícola, de S Paulo, traz farto e interessante noticiário de interêsse dos lavradores e criadores, além de abundante colaboração de técnicos.

CHACARAS E QUINTAIS
Ano 47, vol. 93, números 5 e 6

"Chácaras e Quintais", a popular revista agrícola fundada pelo saudoso Conde Amadeu A. Barbiellini, continua, como sempre, merecendo grande aceitação por parte dos lavradores e criadores do Brasil. Os dois números citados, referentes aos meses de maio e de junho de 1956, estão magníficos.

GAZETA DAS ALDEIAS
Números 2.325, 2.326 e 2.327

Bons artigos e ótimas seções, são encontrados sempre em "Gazeta das Aldeias", revista quinzenal de propaganda agrícola publicada em Pôrto, Portugal. Os números acima indicados correspondem aos meses de abril (2.ª quinzena) e maio.

VITA
Volume XIII, números 8, 9 e 10

"Vita" é o boletim bimensal da Confédération de l'Alimentation Belge, editado em Bruxelas, Bélgica.

LAVOURA PORTUGUESA
Ano 44, números 40 e 41

Recebemos e agradecemos os números correspondentes aos meses de abril e maio de 1956, do Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

BAHIA RURAL
Ano XXIV, números 1 e 2

"Bahia Rural" é distribuida gratuitamente pela Cooperativa Central de Pecuária da Bahia a seus associados. Os números 1 e 2 do ano XXIV, comrrespondem aos meses de janeiro e fevereiro

IOWA FARM SCIENCE
Volume 10, números 10 e 11

Farm Science é publicado pelo Iowa State College, Aures, Iowa.

WASHINGTON AGRICULTURAL EXPERIMENT STATIONS
Institute of Agricultural Sciences
State College of Washington

Recebemos do referido Instituto, as seguintes publicações:

1 — Problems an dpratices of Washington cattlemen;
2 — Occupational and educational plans of High School Seniors, from farm nou — farm - humes;
3 — High school drop-outs in a smal country,
4 — The Columbia basin settler

(Conclusão da pág. 37)

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos prdoutos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciadas, serviços oficiais de estatísticas;

q) organizar serviços de arbitragem no meio rural, e bem assim, de avaliação e peritagens, respeitada a legislação em vigor;

r) executar, se essa tarefa lhes fôr concedida, serviços de contrôle leiteiro e de registro genealógico;

s) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural e promovendo a fundação e desenvolvimento de cooperativas;

t) realizar periòdicamente, com a assistência da S. N. A. e do Govêrno, exposições agro-pecuárias nas respectivas regiões;

u) desempenhar as atribuições que, por intermédio de seus órgãos superiores, lhes forem delegado pelos poderes públicos,

v) finalmente, acatar e cumprir as disposições desta Resolução e efetuar pontualmente o pagamento das contribuições que lhes couberem.

VI

Disposições Gerais

Art. 11 — O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura escolherá, na segunda reunião dos representantes das filiadas, de uma lista tríplice organizada pelos representantes com direito a voto, um Diretor Executivo, que terá por função precípua estabelecer a coordenação dos trabalhos das reuniões da agricultura local com a Diretoria da S. N. A.

Parágrafo único — Imediatamente, serão fixadas em reuniões das filiadas, as atribuições dêsse titular, tirado obrigatòriamente do quadro social de uma das entidades filiadas.

Art. 12 — Os sócios filiados receberão as revistas e publicações da Sociedade Nacional de Agricultura em número correspondente ao do seu quadro social.

Art. 13 — Os serviços administrativos da Sociedade ficarão à disposição das filiadas, para a execução e cumprimento das deliberações tomadas em favor da agricultura do Distrito Federal.

Art. 14 — Serão criados, na Contabilidade da S. N. A., conta e títulos específicos, para a escrituração da receita e despesa efetuadas pela entidade, como órgão representativo da classe rural do Distrito Federal, tendo-se em vista o disposto no art. 22 do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

(Aprovado por despacho do Sr. Ministro da Agricultura, publicado no Diário Oficial de 30 de Junho de 1956)

Impressionante Poderio da Cooperativa de Cotia

O SEU MOVIMENTO ATINGE A QUASE 3 BILHÕES DE CRUZEIROS — 1.400 TRATORES EM AÇÃO — 5 MIL FAMÍLIAS EM ATIVIDADES

O último relatório da Cooperativa Agrícola de Cotia, aprovado em sua 29.º Assembléia Geral Ordinária, de 31 de Julho próximo findo, constitui a expressão mais eloquente da expansão e pujança dessa organização, a maior e mais poderosa, no gênero, em tôda a América Latina. Com sede em São Paulo, a C.A.C. estende seu raio de ação através de quase todo o território nacional. Vencendo uma série de vicissitudes, relacionadas com a conjuntura econômico-financeira do país ,a C.A.C. apresenta um movimento da importância de .... Cr$ 2.681.987.974,40. Compreende uma coletividade humana de cinco mil famílias e movimenta 1.400 tratores. O relatório faz ênfase no capitulo referente è assistência social, impressionante pelo volume de benefícios. Com 45 anos de inestimáveis serviços prestados ao país, a C.A.C. encontrou em homens como o saudoso Manuel Carlos Ferraz de Almeida, recentemente falecido, e Gervásio Tadashi, seu atual presidente, propulsores dinâmicos de seu progresso e grandeza.

EXTRATO

É do relatório o seguinte tópico:

A cooperativa vem assim progredindo satisfatòriamente, de ano para ano, e, para atender ao lastreamento material, os associados contribuem com 5% das importâncias de vendas para a constituição do fundo de capital. O aumento de capital verificado durante o ano social em apreço ascende a Cr$ 61.274.000,00, tendo-se em vista que ao findar o ano social de 1954-55 o capital social totalizava a importância de Cr$ 139.481.400,00, para atingir em 31 de março de 1956 a apreciável cifra de Cr$ 200.755.400,00.

Êsse capital social, juntamente com diversos fundos de reserva, soma .... Cr$ 268.915.222,90 que comparados com a cifra do ano social anterior, de .... Cr$ 200.793.028,90 — põe em relêvo uma majoração de Cr$ 68.122.194,00. Por outro lado, o ativo imobilizado de organização sobe ao montante de .... Cr$ 306.447.471,90, ao passo que no término do ano social de 1954-55 o mesmo título acusava Cr$ 242.694.597,70. Pelo exposto se vê que o ativo imobilizado ultrapassa o capital social e os diversos fundos de reserva em Cr$ 37.532.249,00. As imobilizações levadas a têrmo no decorrer do exercício social de 1955-56 subiram a ... Cr$ 63.752.874,20.

As principais aquisições, construções e reformas levadas a efeito, neste ano, foram as seguintes: Rio de Janeiro, um terreno em Bonsucesso, de 5.382,50 m2 pela importância de Cr$ 6.451.480,00. Em Moinho Velho, Adamantina e Santos, terrenos no valor de Cr$ 1.892.270,00.

Destacam-se ainda as construções de armazéns para seções de batata e ovos, adubo carpintaria e serralheria no valor de Cr$ 23.931.067,60. Construção de galinheiro para aves de linhagem: .... Cr$ 1.793.591,20; construção de galinheiro para galos reprodutores: .... Cr$ 1.515.164,80; outras construções ... Cr$ 1.327.060,00.

RECEITA DO ANO SOCIAL

Conforme demonstra o balanço geral realizado em 31 de março de 1956, a receita do ano social foi de .... Cr$ 189.486.854,80, com um aumento de 32,92% em relação ao ano anterior. As taxas arrecadadas pelo serviço de vendas contribuíram com Cr$ 62.074.062,60 superando e mCr$ 225.862,60 a estimativa orçamentária, e as do serviço de compras atingiram Cr$ 64.997.958,80 assinalando um aumento de 40,30% sôbre os resultados do ano precedente ultrapassando em 68,70% as previsões do respectivo orçamento.

Os juros sôbre os empréstimos efetuados pela cooperativa somaram ...... Cr$ 15.912.132,40, e as taxas dos serviços

de utilização mútua montaram a ...... Cr$ 46.606.879,40. Como receita extraordinária, de origens diversas, consignamos a soma de Cr$ 250.821,60.

Atendidas as despesas da organização durante o ano social, acusou o balanço em análise um excedente de .... Cr$ 21.073.592,30, do qual 10% deverão ser destinados ao Fundo de Reserva Legal e 10% para o Fundo de Reserva Especial, na conformidade do que dispõe a lei e os estatutos sociais. Quanto ao restante, no importes de Cr$ 17.069.609,80, deverá a Assembléia Geral Ordinária dar-lhe o destino conveniente de acôrdo com a soberania das suas resoluções.

Para gratificações aos 1.700 funcionários da cooperativa, seguindo a praxe, em correspondência com os muitos méritos dêsse magnífico quadro de auxiliares, decidiu a Diretoria destinar a importância de Cr$ 11.000.000,00.

Outrossim, aos representantes de bairros e aos chefes de distritos que, no decorrer do ano, tiveram insano trabalho zelando pela harmonia do quadro de cooperados e pelo bom andamento dos serviços da cooperativa nos seus respectivos bairros, desejando retribuir aos seus eficientes esforços, deliberou a Diretoria dar-lhes uma ajuda de Cr$ 2.038.177,50.

O QUADRO DE COOPERADOS

Durante o ano social em exame, ocorreram 628 admissões e 410 demissões, resultando um aumento de 218 sócios, elevando-se, assim, o quadro associativo da organização a 4.964 lavradores.

Os recenseamentos econômicos e demográficos vêm sendo efetuados desde os primórdios da fundação da Cooperativa. A partir de 1945, funcionários especializados se encarregaram dêsse importante serviço, que se realiza trienalmente.

No último ano social, com a colaboração dos filhos de associados, foram visitadas 4.301 propriedades agrícolas, ou sejam, 86,64% do total de 4.965 cooperados, sendo êste resultado sensivelmente superior a 81,5% do censo anterior. Elevou-se a 33.854 o número de pessoas que compõem a comunidade, registrando um aumento de 12% sôbre 30.327 pessoas do exercício precedente. Os assalariados são em número de 22.536, ou sejam 42% a mais em comparação com 15.852 pessoas do censo anterior.

10.586.000 DÚZIA DE OVOS

Trabalhou ativamente o departamento geral de vendas da Cooperativa, com a adoção de novos métodos de comercialização, dando cumprimento ao seu programa da expansão da rêde distribuidora.

Assim é que o movimento de vendas da organização subiu a Cr$ 968.457.960,80, que comparado ao do ano precedente, que fôra de Cr$ 766.911.280,30, expressa um aumento de 26.28%.

Conforme a preferência do mercado consumidor foram vendidas 1.335.606 sacas de batatas, 868.760 caixas de tomates, 10.586.000 dúzias de ovos, 27.584 sacas de amendoim.

Em consequência da sêca extemporânea que se registrou durante a época de chuvas, diminuiu a produção de alface, escarola e outras verduras. A ervilha foi prejudicada pela geada e o chuchu pelo abandono da zona produtora de Santos, teve grande redução de entrada. As demais verduras e legumes tiveram porém aumento de 20 a 50%, sendo vendido um total de Cr$ 92.152.546,40 que representa aumento de 35% em comparação com Cr$ 68.261.467,10 do ano anterior.

A venda de cereais tornou-se mais movimentada no decorrer dêste exercício, O arroz, por exemplo, teve aumento superior a 200%.

Com as dificuldades surgidas no comércio exportador da banana e a queda na produção em consequência da geada do ano anterior ,os produtores sofreram sucessivos e graves prejuizos. Houve queda de 25% na quantidade exportada e de 27% na venda para consumo interno.

O pêssego e o morango tiveram diminuição de 53,54% em sua produção. Foram beneficiados, porém, o caqui, laranja e uvas respectivamente com o crescimento de 138%, 55% e 68%.

A venda de aves vivas e abatidas registrou um movimento satisfatório. Foram vendidas 253.959 cabeças, sendo .... 166.685 cabeças de aves vivas e 87.274 de aves abatidas.

Foram exportados 194.567 quilos de chá, sendo o aumento de 13% no volume e 12% no preço médio, ou sejam 61% no valor total. Cumpre salientar que o chá produzido pela C.A.C. vem sendo preferido pelos principais centros consumidores do país e do exterior.

BIBLIOTECA DA S. N. A.

100 — De von Martius aos ervanários da Bahia — Narciso Soares da Cunha — Bahia — 1941.
101 — Do ensino secundário — Decio Lyra da Silva — Rio de Janeiro — 1936.
102 — Notas entomológicas da Bahia III — Gregorio Bondar — Rio de Janeiro.
103 — O girassol, sua cultura e importância econômica — R. Fernandes e Silva — Rio de Janeiro — 1940.
104 — Código Florestal, Rio de Janeiro — 1939.
105 — Alerta! Tudo pelo Brasil! — Paulo Ramos — Maranhão — 1942.
106 — Lo que al agricultor conviene saber para predecir el tiempo — L. H. Robledo — 1934.
107 — The Rocky Monttain Wood Tick — R. A. Cooley — 1932.
108 — Prefeitura do Distrito Federal — Rio de Janeiro — 1940.
109 — Produção de pastinaca — folheto n. 154.
110 — Moléstias cryptogamicas do caféeiro — Rosario Averna Saccá — S. Paulo.
111 — Questes õtécnico-industiais. Os óleos vegetais — J. Bertino M. Carvalho — Rio de Janeiro — 1924.
112 — Analysis de plantas — Alberto Lofgren F. L. S. — São Paulo — 1905.
113 — A conferência nacional de economia e administração. — Rio de Janeiro — 1939.
114 — Regimento do Serviço de Economia Rural — Rio de Janeiro — 1939.
115 — A festa das árvores — Ataliba de Figueiredo Paz — Pôrto Alegre.
116 — Substâncias tanantes — José Sotéro Angelo — Curitiba — 1932.
117 — Contribuição ao estudo bio-quimico da alimentação animal — José Sotéro Angelo — Curitiba — 1938.
118 — Adubos verdes — Gustavo R. P. D'Utra — São Paulo — 1919.
119 — Febre aphtosa — Luiz Picollo — São Paulo — 1923.
120 — A saude dos meus animals — William Pearson, Ltd. — Londres.
121 — O estrume de cachoeira e o seu emprego racional nas terras de cultura — Luiz Fernando Ribeiro — Pará — 1934.
122 — Primeiros principios de alimentação vegetal — Admar Lopes da Cruz — Niterói — 1940.
123 — O mate — Francisco Leite Alves Costa — Rio de Janeiro — 1935.
124 — O corte das matas e a exportação das madeiras brasileiras — Rio de Janeiro — 1917. (S. N. A.)
125 — A Usina de creosotagem da estrada de ferro central do Brasil — Paulo Ferreira de Souza — Rio de Janeiro — 1934.
126 — Relatório — Nelson Dantas Maciel — 1932.
127 — Utilidade e funções das florestas — José Marianno — Rio de Janeiro.
128 — A Alimentação — Sul América. Rio de Janeiro.
129 — Escola de Horticultura Wenceslau Bello — (Sociedade Nacional de Agricultura) — 1937.
130 — Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Rio de Janeiro — 1940.
131 — Dois anos de govêrno — Landulpho Alves — Bahia — 1940.
132 — Gestão financeira da Bahia — Govêno do Estado — 1940.
133 — Exposição nacional dos mapas municipais — I. B. G. E. — 1940.
134 — Os carrapatos com respeito às moléstias do gado — Inglaterra.
135 — Instruções para a fiscalização da produção e classificação oficial para o estrangeiro de laranjas, bananas e abacaxis. Rio de Janeiro — 1932.
136 — Produzione lattiera e casearia Italiana — Elia Savini — Roma — 1934.
137 — La leche acidofilada — R. Teodoro Moreno — Buenos Aires — 1930.
138 — Estatutos da Sociedade Brasileira de Botânica — Rio de Janeiro.
139 — Curculionides noveaux du Brésil — A. Hustache — Rio de Janeiro.
140 — Soybeans for hay and seed — F. W. Oldenburg — 1934.
141 — Fruta el gran alimento.
142 — La producción de fruta Argentina para la exportación — Adrian Ollivier — Buenos Aires. 1935.
143 — Analyse espectrographica quantitativa pelo metodo da chama — Carlos del Negro — Leandro Vettori — Rio de Janeiro — 1938.
144 — Egg production in fall and winter — W. H. Rice — 1934.
145 — Single-deck cages for laying hens — 1954.
146 — Poultry farming and poutry breeding.
147 — X Congresso mondiale di latteria — Roma — 1934.
148 — Defendamos o futuro — 1935.
149 — Palavras aos brasileiros — 1936.
150 — Trabalho e produção — 1936.
151 — Revista da flora medicinal — ano VIII — n. 10.
152 — Boletin do leite — ano X — n. 110.
153 — Instituto de Quimica, memoria — n. 5.
154 — Revista de agricultura — vol. IX — n. 5-6 — (duplicata).
155 — Boletim do Ministério de Agricultura — ano 29 — n. 7 — (dupli.)
156 — Boletim da secretaria de agricultura, Indústria e Comércio — vol. IX — n. 3 — duplicata
157 — Bahia rural — ano I — n. 6-8 — duplicata.
158 — Arquivo do Instituto Biológico — vol. 12.
159 — Brazil trade journal — vol. I — n. 2-1.
160 — Biologia médica — ano III — n. 9.
161 — Revista da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro — ano XXVI — n. 11.
162 — Boletim do Museu Goeldi — vol. VIII — 1911-1912.
163 — Nossa terra — n. 6.
164 — Correio rural — ano I — n. 2.
165 — Jornal agricola — ano II — n. 16.
166 — Jornal de Agricultura — ano II — n. 22
167 — Grande dicionário enciclopedico ilustrado Lelo Universal — fasciculo n. especial — da letra (ame a letra gir).
168 — A Lavoura — 1941 — n. 1-2-3-4.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA





RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIX

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1956



Plantando uma variedade de planta da família do junco num barranco, este agricultor defende a sua propriedade contra a erosão

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Bailarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. **Suplente:** Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX — NOVEMBRO-DEZEMBRO — 1956

RUMOS SEGUROS PARA A CAFEICULTURA:

O BRASIL PRECISA AUMENTAR A SUA PRODUÇÃO DE "CAFÉS FINOS" — PERIGOSA CONCORRÊNCIA DO CAFÉ AFRICANO E DOS CAFÉS FINOS AMERICANOS

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em que pese a opinião de conhecedores das condições da cafeicultura africana, como se pode verificar pela marcha da exportação do café africano de tôdas as colônias (vide quadro), de 1940 a 1954, em tôdas elas houve aumento na exportação e se esforçam, com o auxílio técnico e financeiro das metrópoles, pelo melhoramento da qualidade. Na América, por sua vez, os países produtores de café, não só desenvolvem a produção como adotam programa sistemático de melhoria da qualidade, muito principalmente a Colômbia, o México e a Venezuela.

Quando da reunião, em março último, em Lisbôa, dos países produtores da África (Inglaterra, Bélgica, Espanha, França, Etiópia e Portugal), tendo por objetivo a criação de uma Federação, foram examinados os seguintes pontos principais dessa união: estudos relativos à produção, ao acondicionamento e à propaganda dos cafés africanos, não ficando esquecidas as pesquizas técnicas e científicas de melhoramento da qualidade.

O presidente Sr. Juscelino Kubitschek, por ocasião das solenidades comemorativas do Centenário de Ribeirão Prêto, levantou a bandeira da produção de cafés finos, como o verdadeiro rumo salvador da posição do Brasil nos mercados exportadores.

É da responsabilidade do Instituto Brasileiro do Café traçar e executar as diretrizes da nossa cafeicultura.

As declarações que acabam de ser feitas na Junta Administrativa dêsse Instituto, em São Paulo, pelo eng. agr. José Cassiano dos Reis, sôbre os perigos que corre o Brasil na sua exportação de café, diante da concorrência dos "cafés finos", é alarmante e uma advertência que corrobora o pronunciamento em Ribeirão Prêto do presidente Sr. Kubitschek, exigindo que o Ins-

tituto Brasileiro do Café tranqüilise o País pondo em execução, sem demora, um programa de ação em bases seguras de estruturação da cafeicultura nacional.

Diante da contingência grave em que se encontra a cafeicultura brasileira com a concorrência nos mercados externos, surge como uma esperança a medida tomada pela Câmara dos Deputados constituindo, em 1954, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre o Café, encarregada, também, de estudar a "crise do café, suas origens e repercussões, e apontar as medidas necessárias para enfrentá-las'. Essa comissão teve para presidí-la o ex-presidente do Instituto Brasileiro do Café, o ilustre eng. agr. Pacheco Chaves, e como relator o Sr. Newton Carneiro, do Paraná, que, a respeito, apresentou um projeto para exame, depois de ouvir uma centena de pessoas altamente credenciadas, inclusive o ex-ministro da Fazenda. O projeto se desdobra em 25 artigos e dá ao I. B. C. uma estruturação de tal magnitude que lhe caberá a plena responsabilidade de tôda a política cafeeira, criando um Conselho Nacional e o Fundo do Café, com recursos suficientes para traçar as diretrizes que garantem, em bases técnicas, as qualidades de café brasileiro, no consumo interno e no exterior, habilitando-o com poderes, no âmbito nacional e pela propaganda bem orientada, que realizará nos mercados estrangeiros, de modo a possibilitar o Instituto a defender a nossa maior riqueza agrícola e que é a espinha dorsal da economia e das finanças nacionais.

ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO EM SÃO PAULO

NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELA DIVISÃO DO SOLO DO D.E.M.A. DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO

Praticas Conservacionistas	1950	1951	1952	1953	1954	1955	TOTAL
Plantio em nivel (café principalmente)	178	51	458	682	707	486	2.572
Cordões em contorno em cafezal	301	319	444	530	479	220	2.293
Terraceamento	103	30	285	241	227	155	1.041
Culturas em faixa	40	198	43	36	11	15	343
Irrigação e drenagem	30	50	60	134	98	84	465
Barragens	—	—	4	28	14	11	57
Levantamento topográfico	—	5	1	49	(+)	(+)	55
Diversas	13	48	15	29	51	25	181
TOTAL GERAL	665	710	1.310	1.729	1.587	1.006	7.007

Alguns Aspectos da Citricultura

Conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura no dia 25-9-1956, pelo Engenheiro Agrônomo Sylvio Moreira, abordando alguns aspectos de defesa sanitária, comercialização e industrialização das frutas cítricas

O Eng. Agr. Sylvio Moreira, recentemente chegado de Israel onde compareceu ao Congresso de Citricultura ali realizado, pronunciou, a convite da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 25/9/1956, no auditório da mesma, com a presença de uma selecionada assistência, uma magnífica conferência, que vai na íntegra adiante transcrita.

Após a conferência por todos aplaudida, o orador esclareceu, de uma maneira clara e segura todas as perguntas que lhe foram dirigidas e projetou numerosos slides documentando suas visitas á Israel, Espanha e África do Sul.

CONFERÊNCIA DO DR. SYLVIO MOREIRA

A nossa citricultura, especialmente no Estado de São Paulo, está atravessando uma fase particular e delicada, pois acha-se em " febre de crescimento". É comum nos organismos vivos essa fase vir acompanhada de dificuldades de várias naturezas, e o que esta acontecendo agora nos meios citrícolas permite-nos animadora conclusão: há vida, outra vez, em nossa citricultura. E isso é o que importa.

Tem havido entre os citricultores paulistas manifestação de certa ansiedade, resultado do temor de virmos outra vez, sofrer as danosas consequências da superprodução. Já se chegou até a propor no govêrno medidas tendentes a paralizar o fomento das plantações. Não nos parece ser êsse o caminho acertado. Sem uma grande massa de produção não se pode organizar a comercialização. A rota preferível, a nosso ver, deve ser esta: aumento e aperfeiçoamento da produção com medidas imediatas para promover a colocação de toda a fruta produzida nos mercados internos e externos.

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Um dos fatores que podem atuar sôbre o aumento e o aperfeiçoamento da produção é a Defesa Sanitária dos laranjais. Esse é um dos pontos fracos da nossa citricultura, no momento. Na década 1930-40 conseguiu-se grande transformação dos métodos culturais nos nossos pomares, como consequência de uma fiscalização vigorosa do produto a ser exportado e intenso trabalho de persuação junto aos citricultores, visando o contrôle permanente das pragas e moléstias mais comuns em nossos laranjais.

A partir de 1940, com a impossibilidade de se continuar exportando para a Europa, houve progressivo abandono das plantações e chegou-se a suspender completamente todas as práticas já de uso generalizado. Reiniciando as exportações nestes últimos anos, estão os comerciantes encontrando grande dificuldade em apresentar aos serviços de fiscalização, frutas com bom aspecto, porque a proporção de refugo é elevadíssima.

Nos laranjais de São Paulo a "verrugose", a "melanose" e a "ferrugem" prejudicam completamente a aparência das laranjas. É comum também fortes infestações de cochonilhas, causando sérios prejuizos ás plantas e á grande produção. Sobrepondo-se a tudo isso, vêm as moscas das frutas que, durante certo período, cobram pesadas taxas aos citricultores. Com exceção da verrugose da laranja doce, todas essas moléstias e pragas existem nos pomares das zonas citrícolas do Mediterrâneo e da União Sul Africana, que vimos de visitar, mas os prejuizos que causam não são tão elevados porque as medidas de contrôle são executadas com bastante eficiência. Como regra geral as condições sanitárias dos laranjais que visitamos são bastante satisfatórias e isso se reflete na produção de fruta refugo, reduzida a um mínimo razoável, não ultrapassando de 20%. Todas as zonas visitadas estão localizadas em climas sêco ou sub-úmido, de maneira que as pragas (insetos) são mais sérias do que as moléstias. O uso das fumigações a base de gás cianídrico chegou a se generalizar nesses pomares cítricos e, ainda hoje, na Espanha, Israel e União Sul Africana êste método de contrôle é utilizado, embora venha sendo gradualmente substituido pelo emprêgo dos insetícidas de base fosforada. Destes, o Paration vem sendo empregado, com resultados satisfatórios no contrôle de vários insetos nocivos. Especialmente em relação á mosca do Mediterrâneo é de uso generalizado, aplicando-se em solução açucarada com o emprêgo de brocha, a fim de evitar a pulverisação total das árvores. O uso indiscriminado de inseticidas violentos, como o Paration, está sendo condenado em todos os países, em virtude da quebra do equilíbrio biológico com a destruição de muitos insetos



O Eng. Agr. Sylvio Moreira quando pronunciava sua conferencia na tribuna do auditorio da Sociedade Nacional de Agricultura



"E agora...
vamos tomar um cafèzinho?"

Antes, durante
ou depois de
um bom negócio,
êste é o convite
bem brasileiro

O cafèzinho é um traço marcante de cordialidade e o fecho feliz de muitas transações comerciais! Ao homem de negócio, cuja preocupação é distinguir os seus amigos e clientes, nada melhor que lhes oferecer em seu próprio escritório um gostoso cafèzinho *feito num instante*. Nescafé - tão fácil de preparar - tem o verdadeiro gôsto do café porque é feito com café da mais alta qualidade.

Nescafé... feito num instante
e em qualquer lugar!



benéficos. Tivemos oportunidade de constatar êsse mau resultado na Fazenda Zebediela, no Transval, onde uma nova praga apareceu recentemente, depois das pulverizações gerais com Parathion. Trata-se da **Neocleora tailiaghata**, cuja larva alimenta-se das fôlhas das laranjeiras. Fato semelhante já ocorreu também na Califórnia, onde se notou grande infestação dos laranjais pelo pulgão branco (Icerya), devido à destruição do seu inimigo natural, a joaninha australiana.

Em virtude dêsses fatos nenhuma região abandonou completamente o emprêgo das emulsões oleosas para contrôle das cochonilhas e afídios. Em São Paulo seus resultados são bem satisfatórios.

No setor das moléstias causadas por fungos, o "mal sêco", bastante disseminado nos limoeiros da Itália e Israel, é a maior razão de apreensões para nossos citricultores, que devem, a todo custo, evitar a introdução de material vivo dêsses países. Uma vez introduzida no país moléstia dessa natureza provavelmente jamais será eliminada. Uma outra moléstia desconhecida em nossos laranjais, a "black spot" (mancha preta) está se tornando bastante séria em algumas áreas da União Sul Africana. É causada pelo fungo **Guignardia Citricarpa** que se desenvolve nas fôlhas e nos frutos, tornando-se imprestáveis para comércio. As experiências demonstram que os fungicidas cúpricos controlam bem as infestações dêste parasita.

Interessante trabalho realizado na Estação Experimental de Nelspruit demonstrou que uma das mais importantes moléstias da laranjeira naquela área, um tipo de gomose causada por fungo do gênero **Diplodia**, deixa de ter maior significação quando as árvores recebem conveniente adubação azotada e irrigação bem controlada.

Nos laranjais da Espanha, Israel e União Sul Africana são as moléstias de vírus que causam maiores prejuízos. A "sorose" está presente em todos os pomares de laranja Bahia na região de Valência; a "xiloporose" parece infestar todos os clones de laranja Shamouti em Israel; o "stem pitting" e o "greening" estão dificultando a manutenção dos pomares de pomelos e tangerinas, na União Sul Africana. Nos dois últimos países — Israel e Sul d'Africa — já estão os técnicos se preocupando com a produção de clones novos das variedades infetadas, na expectativa de que tais vírus não sejam transmissíveis pelas sementes nem por algum inseto vetor.

Problemas semelhantes já foram enfrentados por nossos técnicos que, lançando mão dos clones novos, iniciaram em São Paulo a distribuição de borbulhas isentas dos vírus da sorose, exocorte e xiloporose. Mudas enxertadas com essas borbulhas estão sendo fornecidas pelo Instituto Agronômico de Campinas para formação de blocos de plantas matrizes. Êste é um setor em que nos encontramos à frente da maioria dos nossos concorrentes.

Dentro do setor "sanidade" é importante mencionar ainda as podridões que atingem os frutos em trânsito, causadas principalmente por **Penicillium** e **Phomopsis**. O correto tratamento sanitário dos pomares e o desvelado cuidado no manuseio das frutas, desde a colheita até o embarque, são condições indispensáveis para que as laranjas, pomelos e limões suportem o transporte a longas distâncias e atinjam o consumidor em bom estado. Espanha e Itália, estando muito próximas dos mercados consumidores, podem descurar dêsse trabalho mas Israel e especialmente o Sul d'Africa estão em condições semelhantes às nossas. Nesses dois países grande perfeição já se conseguiu nesse setor, e as frutas que exportam gozam de merecida confiança dos importadores. Êste assunto foi recentemente focalizado em palestra que o Eng. Agr. Anderson de Andrade pronunciou, na Secretaria da Agricultura, em São Paulo, após viagem de estudos realizada nos países importadores de nossas laranjas.

PREFERÊNCIA DOS MERCADOS EUROPEUS

Não é somente o fator confiança na qualidade e resistência da fruta que influe na preferência dos mercados. Também a variedade deve ser considerada quando se pretende penetrar ou se expandir em um mercado qualquer. Ao contrário do que acontece nos mercados nacionais, onde há acentuada preferência pelas frutas bastante doces, mesmo quase sem acidês, os mercados europeus exigem variedades em cujo suco a acidês e os açúcares estejam em proporções bem equilibradas. E parece que quanto mais frio o clima mais elevada deve ser a quantidade de ácidos. De acôrdo com essas preferências, como os mais promissores mercados acham-se situados muito ao norte do Trópico de Câncer, nas zonas de clima temperado e frio, não podemos pensar em conquistar mercados com a nossa tão apreciada laranja Lima, ou com a tangerina Cravo.

Outra exigência dos mercados importadores refere-se à espessura da casca que influe sensivelmente na porcentagem de suco. Pagando elevado preço pelas frutas cujas cascas não são aproveitadas, é claro que quanto menor seja a porcentagem desta em relação com a de suco maior aproveitamento será obtido da despesa feita. Êste fator elimina de nossas cogitações a exportação de variedades de casca espessa, como as laranjas Seleta e Shamouti produzidas no planalto paulista. Interfere também com a porcentagem de suco o **número de sementes** cujo pêso é pago pelo consumidor sem o menor aproveitamento e, ainda, causando o desagradável trabalho de sua separação do suco ou da polpa. Algumas das nossas variedades, assim como a conhecida Pineapple, são postas de lado por apresentarem exagerado número de sementes. O mesmo acontece com muitas variedades de pomelos (Triunfo, Duncan, MacCarty) cujo cultivo vem sendo



Aspecto da mesa que presidiu a sessão, vendo-se ao centro o Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A., à sua direita o Senador Fernandes Tavora e à sua esquerda o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o Dr. Nestor Barcelos Fagundes.

Agrada mais

a nova embalagem



- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica

Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açucar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açucar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



açucar PEROLA

saco azul e cinta encarnada

fabius

substituido sistemàticamente pelo das variedades sem sementes.

A **coloração externa** da fruta tem influencia notavel sobre o comprador. Ha variedades de coloração mais intensa, como as sanguineas, porem o clima tem decisiva influencia quanto a êste fator. Neste particular estamos desfavorecidos, porquanto nossas principais regiões produtoras, São Paulo e Rio, não possuem clima com inverno suficientemente frio para dar as frutas a coloração intensa, tão bela e apreciada das laranjas da California, Italia, Espanha e Israel. Ha, porem, o recurso da coloração artificial que, se bem praticada, melhora notàvelmente o aspecto externo das laranjas. Êste recurso tem sido adotado com as citrinas paulistas tanto para o mercado interno como para a exportação. Para isso dois processos podem ser seguidos: a descoloração pelo etileno, que elimina a clorofila, fazendo dominar a cor alaranjada natural, e a adição de materia corante que pode conferir intensidade de côr de acôrdo com as preferências do consumidor. As vezes a combinação dos dois processos é aconselhada. Quanto a êste particular podemos, com satisfação, mencionar que partidas de laranjas coloridas da Flórida e do Brasil foram êste ano examinadas no continente europeu por tecnico estrangeiro, e da comparação resultou opinião favorável ao trabalho aqui realizado. Naturalmente a coloração artificial só deve ser permitida quando as frutas já atingiram todos os demais caracteres para ser considerada boa, isto é, quando completaram a chamada maturação fisiológica.

Tambem a **coloração da polpa** é fator que confere privilegio a certas variedades e quanto a esta caracteristica, igualmente dependente da variedade e do clima, e, ate, mais dêste do que daquela, estamos tambem desfavorecidos. As laranjas produzidas em São Paulo e Rio não atingem internamente côr muito intensa. Mesmo as variedades Sanguineas, tão cultivadas na Itália e Espanha, quando transportadas para nossas condições perdem a sua caracteristica de maior valor. Raramente mostram uma ou outra raia.

Além da coloração, deve-se levar em conta a **textura da polpa**, havendo variedades de bagaço grosseiro e outras, delicado. Ainda aqui o clima tem marcada influencia, como se comprova facilmente comparando laranjas Bahia produzidas no sul da California com as da Flórida, de polpa muito menos delicada.

Feitas estas considerações estamos agora em condições de perguntar: qual ou quais as variedades citricas que atraem a preferência dos mercados europeus?

Se procurarmos referências às variedades atualmente lançadas naqueles mercados verificaremos logo que as sanguineas exportadas da Espanha e Italia (Blood Oval, Taroco, Sanguinello) acham-se em primeiro plano. Mas, como todas elas são algum tanto tardias, a variedade Shamouti, produzida em Israel, com coloração viva e delicada polpa, embora não sanguinea, se coloca no mesmo plano ate janeiro.

Poderiamos, nós, abastecer o mercado europeu no verão com frutas dessas mesmas variedades? Não! é, infelizmente, a resposta. Na Estação Experimental de Limeira, a uma altitude de 700 metros e 22½ graus de latitude sul temos exemplares dessas variedades produzindo há varios anos e suas frutas não adquirem a coloração desejada. É sabido que a laranja Shamouti tem sido plantada em escala experimental em varios paises, mas seu cultivo não se expande porque, até agora, sòmente no litoral suleste do Mediterraneo apresentam suas frutas as apreciadas caracteristicas que a tornaram famosa fruta do Natal europeu. Felizmente o nosso mais serio concorrente, a União Sul Africana, que exporta citros no mesmo periodo do ano, durante o verão europeu, não gosa desses privilégios. Suas várias regiões citricolas acham-se situadas em posição geográfica comparável á dos Estados de S. Paulo e Paraná, com climas, devido a altitude, menos favoráveis. De fato, não encontrámos lá laranjas melhores ou mais coloridas do que as nossas. Regra geral, são ate inferiores em paladar e na aparência natural.

Se excluirmos as laranjas sanguineas de nossas cogitações podemos considerar a laranja de umbigo como aquela que reune maior número de caracteres procurados pelo consumidor europeu: proporção muito bem equilibrada na relação acidês para açucares, o que lhe dá paladar inconfundivel e inigualavel; casca fina, não em excesso, assegurando-lhe razoável resistência e permitindo fácil descascamento a mão; sem sementes; coloração externa e interna boas; textura da polpa geralmente delicada.

Concedeu-nos a natureza o favor especial de ser a pátria da laranja que, pela sua origem, tomou o nome de Bahia e que é, presentemente, a mais cultivada variedade precoce da especie **Citrus sinensis**. Na Califórnia, onde foi rebatizada sob o nome de Washington Navel, nas diversas zonas citricolas da União Sul Africana, na Espanha, em Marrocos, na Tunisia, em Israel e na Austrália essa variedade é geralmente cultivada. De todas essas regiões a laranja Bahia tem sido exportada para os mercados europeus e nelês recebida como a rainha das laranjas. Tornou-se, portanto, variedade internacional graças à particularidade notável de, em toda parte, produzir frutas apresentando caracteristicas razoávelmente constantes.

Para as condições da exportação brasileira a laranja Bahia, produzida no Estado que lhe deu o nome, no Rio ou em São Paulo, tem um defeito grave, sob o ponto de vista comercial: elevada proporção das frutas grandes, caracteristica também influenciada pelo fator clima.

Foi ainda um novo favor da natureza, (desta vez surgido em Piracicaba, São Paulo) observado, estudado e proclamado pelo emérito Prof. Cabral de Vasconcelos, que nos permitiu continuar cultivando a laranja de umbigo para exportação. O aparecimento da Baianinha Piracicaba, por **mutação**, veio solucionar uma situação realmente embaraçosa para nosso comércio exportador. Mais de 50% dos frutos da laranjeira Bahia era constituido por frutos de tamanhos inexportáveis, com mais de 70% atendendo á preferência do mercado inglês, o mais exigente neste particular.

Quanto a variedade de laranjas tardias devemos reconhecer que a Valência Late atende melhor ás preferências desse mercado do que a nossa conhecida Pera. Há razões para isso acontecer. A Valência tem sido exportada para a Europa desde muito tempo, de quase todas as regiões: Califórnia, Flórida, Sul d'Africa e Israel. Tornou-se, assim, muito **popular**, o que, tanto no mercado de votos como no de frutas confere indiscutiveis vantagens.

A laranja Pera é cultivada sòmente em nosso país, que não tem se preocupado em fazer qualquer propaganda desta ou de qualquer outra variedade. Não podemos, em relação á Pera aproveitar, como no caso da Bahia, da intensa propaganda feita pelos outros paises. Uma pergunta ocorre: porque não cultivamos a Valência tardia? A resposta vem fácil e, creio, convincente. Nas nossas condições a laranja Pera atinge a maturação fisiológica mais precocemente do que a Valência. Esta particularidade torna a Pera variedade mais interessante para o comércio de exportação porquanto não temos vantagem em atrasar demais o periodo de remessas para Europa. Entrariamos em competição com a safra dos paises mediterrâneos o que não parece interessante.

De nosso maior interesse é procurar variedade de laranja de **meia estação**, isto é, que atinja a maturação entre o final da safra de Bahia e o inicio da de Pera. Este fato ocorre igualmente no Sul d'Africa onde certas variedades estão sendo aconselhadas para eliminar essa falha. Temos em observação um grande número de **variedades na coleção da Esta-**

ção Experimental de Limeira e esperamos encontrar algumas que possam ser aconselhadas para o nosso caso.

As variedades Hamlin e Barão têm sido exportadas de São Paulo mas não parece recomendável ampliar muito seu cultivo porque tem certos defeitos que as deixam em situação de inferioridade quando o mercado está bem abastecido.

O mercado para pomelos, muito menos amplo do que o de laranjas, não deve ser descurado em nossa exportação, pois há tendencia para diminuição nas remessas da União Sul Africana. O pomelo Marsh Seedless é ainda a variedade mais apreciada, especialmente no mercado inglês.

A nossa mexerica é a mais conhecida variedade da especie **Citrus reticulata** no mercado europeu, onde é tão apreciada como aqui. Apresenta dois graves defeitos: um, que não afeta sua posição como fruta de exportação dos países vizinhos das regiões importadoras — pouca resistencia ao transporte — mas constitui entrave para nosso comercio; outro — grande numero de sementes — cuja eliminação não se tem conseguido.

Em relação a limões parece não haver duvida quanto à conveniencia de se exportar os do tipo siciliano, unico conhecido dos consumidores da Europa.

Concretizando, podemos dizer que, considerando as nossas condições, as laranjas Baianinha e Pera, o pomelo Marsh Seedless, a Mexerica e os limões do tipo siciliano são as variedades mais indicadas para atender as preferências atuais do mercado europeu.

As considerações atrás desenvolvidas sôbre a questão das variedades perderiam muito de seu significado se estivessem tratando de frutas para industrialização. As laranjas do tipo Bahia seriam completamente eliminadas porque, segundo parece, até hoje não se conseguiu eliminar um paladar desagradavel que adquire o suco concentrado das frutas desse grupo. A Valência, a Pineapple e varios tipos aqui conhecidos sob o rótulo comum de Caipiras passariam ao primeiro plano.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Tábua de salvação, em boa hora descoberta pela indústria citrícola norte-americana, é a industrialização com o aproveitamento total da fruta. Neste caso não podemos dizer, como na industrialização do boi, que há ainda alguma coisa a aproveitar — o berro. Como é hoje praticada nos Estados Unidos, a industrialização das frutas cítricas nada deixa a desejar. Aproveita-se tudo, desde o óleo essencial da casca até o óleo alimentar da semente e também o bagaço residual de todas as extrações. A produção de um suco concentrado que, ao ser diluido em água, readquire as caracteristicas naturais do suco fresco, tornou-se possível levar a todos os rincões do país os beneficios desse refrescante incomparável. E, como resultado, estamos sabendo a que extraordinário limite atingiu a capacidade de consumo da nação americana: cerca de 200 milhões de caixas anualmente.

Nos países que vimos de visitar êste setor está ainda muito longe do adiantamento atingido nos Estados Unidos. Não que se desinteressem pelo assunto. Todos eles produzem vários tipos de beberagens, com maior ou menor proporção de suco de laranja.

Da mesma forma que acontecia nos Estados Unidos antes de se preparar o "frozen concentrated", essses refrescantes todos deixam muito a desejar, pois adquirem um certo paladar que os colocam longe do suco natural. Na Itália vende-se muito no verão a "aranciata S. Pelegrino" que, na falta de água, é avidamente consumida mas, para falar a verdade, achamo-la intragável, preferindo ingerir Coca-Cola que também não gosa de nossas preferências.

Todos os países do Mediterrâneo, especialmente Espanha, Itália e Israel, não têm problemas muito sérios com a colocação da fruta refugo, porquanto podem vendê-la em boas condições nos respectivos mercados internos, onde numerosa é a população com certa capacidade aquisitiva. Já o mesmo não acontece na África do Sul. Dos seus 13 milhões de habitantes cerca de 10 milhões são nativos que têm baixo nível de vida e, segundo parece, não se preocupam muito em melhorar sua dieta nutritiva. O fato é que com o continuo aumento da produção e da exportação, cresce também o volume do refugo e já está havendo dificuldade em sua colocação. Isto vem determinando interesse cada vez mais acentuado pela industrialização das frutas cítricas, a tábua de salvação para a qual estão voltadas todas as vistas.

Tanto na Uunião Sul Africana com em Israel existem várias usinas para produção de suco concentrado comum e aproveitamento de outros subprodutos, como óleo, pectina, tortas, etc. Não produzem, porém suco congelado, uma vez que para se generalisar o seu consumo é condição indispensável a existência generalisada da refrigeração caseira, coisa ainda longe de ser atingida.

O problema do aproveitamento do refugo e da ampliação do consumo nesses países, bem como nos europeus e também no Brasil, talvês venha a ser resolvido com o processo de cristalização do suco, já em franco desenvolvimento nos Estados Unidos, mas do qual temos ainda pouco conhecimento.

A situação da citricultura nacional com relação a industrialização merece alguns comentários. Desde que a "tristeza" destruiu a quase totalidade de nossos laranjais tem havido dificuldade para abastecer os mercados internos com frutas frescas, as quais tem obtido preços realmente vantajosos. Em volume e, as vezes, até em preços a exportação nesses ultimos anos pode ser considerada subsidiária do consumo interno, pois com produção superior a 10 milhões de caixas temos exportado menos de 2 milhões. Estamos, portanto, em condições bem mais favoráveis do que a União Sul Africana, cujos 3/4 da produção total precisa ser exportada.

Com a ampliação das plantações, especialmente em São Paulo, cujo parque citrícola está crescendo a razão de um milhão de árvores por ano, esta situação tende a se modificar. No momento se está estudando a maneira de proporcionar facilidades a uma exportação que deve atingir e ultrapassar, dentro de poucos anos, os números de antes da guerra. Realmente pensamos poder exportar em 1960 mais de 5 milhões de caixas. Esse aumento das exportações, consequência do aperfeiçoamento do trato dos pomares e da maior produção, deve atingir um limite em que teremos um volume de fruta refugo tão vultoso que o merendo interno não terá capacidade de absorver. Nesse momento a tábua de salvação será a industrialização. Desde já, devemos lançar nossas vistas para esse lado se não quisermos, mais uma vez, clamar, como tantas vezes já temos feito, na hora do desespero: não cuidâmos!

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA COOPERATIVA E AMÉRICA LATINA

FABIO LUZ FILHO

Posição explicável, o apoio estatal no plano cooperativo, em se tratando de países subdesenvolvidos. É a tese de "**Campbell, Strichsland, Fabra Ribas, Nuñez**" e outros conhecedores das condições sócio-econômico-políticas dêsses países.

Já tive oportunidade de frisar que, em países dêsse talhe, se luta com o problema da falta de cultura econômica do povo. Daí a posição do Estado, de amparo e vigilância, sem paternalismos, o que tem o apoio, como o assinala a União-Pan-Americana, de economistas, sociólogos e educadores, que vêem no movimento cooperativo nas Américas uma esperança de bem-estar social, mediante uma coordenação da ação estatal e da individual dentro de certos lindes, sem subversão dos princípios que embasam o movimento cooperativo livre e autônomo.

Condições econômicas, influições díspares de ordem sociológica e mesológica, não podem deixar de dar côres distintas ao mundo latino-americano, e disso o movimento cooperativo teria de se ressentir, com raízes num substrato cultural tão diferente do europeu, mas que uma ação de catequese irá, lenta mas seguramente, vencendo.

"**Oliveira Viana**" mesmo, em carta com que nímiamente me honrou e sensibilizou em 1942 (reproduzida na quarta edição de "**Teoria e prática das sociedades cooperativas**"), disse-me que era êle um dos que mais acreditavam no formidável papel que "o cooperativismo tem a exercer em nosso país, chegando mesmo à conclusão de que o cooperativismo deve ser aqui uma fórmula **obrigatória** de organização social e não **facultativa**, como até agora tem sido, principalmente nos campos e entre a nossa população rural..." Com isso o saudoso e eminente sociólogo abonou, com o seu inconteste prestígio, o movimento de idéias salutares que o cooperativismo encarna.

Já frisei que, para se poder penetrar nas raízes históricas do movimento cooperativo brasileiro e explicar a razão de ser da presença do Estado, é preciso considerar essas condições sócio-econômico-políticas dos países latino-americanos, nos quais o Estado teve de se fazer presente para a eclosão, o desenvolvimento e a disciplina da idéia cooperativa, dadas as condições de subdesenvolvimento das suas imensas regiões rurais, as características de sua ecologia humana, não tendo fugido o Brasil a êsse imperativo de circunstâncias históricas adversas, vindas dos pródromos e vaivens, das vacilações, da incompreensão e dos percalços colonizadores, do desordenado caldeamento étnico, dos impactos climáticos e antropogeográficos, das acerbidades telúricas.

A estrutura econômica da América latina, sobretudo a dos países bolivarianos, é ainda essencialmente agrária, com o seu ponto nevrálgico na formulação: terra-trabalho. Atendendo a isso, os "experts" de Genebra já assinalaram que, nesses países, o cooperativismo em larga medida constitui uma fórmula de índole prática da economia política de todos os dias. É um movimento de natureza econômica que se vale, com inteligência e propriedade, da educação ou um processo educativo que tem por instrumento a ação econômica.

A ação do Estado, quando feita em têrmos discretos de auxílio e vigilância, está dentro da moderna concepção social do direito, ao estatuir o primado do interêsse coletivo, a defesa jurídica dos econômicamente fracos.

O ilustre professor "**Ventosa Roig**", que me honra com a sua amizade e me desvanece com seu aprêço, já assinalou, em trabalho publicado no México, que o estadismo onímodo e carismático é desaconselhável e contraproducente; mas será grave êrro pensar que os poderes públicos nada poderão fazer no sentido de propagar e favorecer o movimento cooperativo em seus aspectos multímodos, em seu fecundo poder de transformação social. Além da ajuda transitória e circunstancial, o trabalho mais eficiente da ação estatal, nesse sentido, reside em difundir a educação cooperativa, apolegando cooperadores sinceros, leais, convictos, capacitados, atuantes, responsáveis, levando ao amadurecimento de uma nítida consciência cooperativa capaz de remover montanhas e erradicar a inércia e o alheamento.

Já se disse que há um egoísmo individual e há um egoísmo de grupos e de classes, êstes muitas vêzes mais agressivo do que aquêle. Assim, arestudos, se encantoam os grupos, se fecham sôbre si mesmos, impermeáveis a uma sadia osmose social. Essa insolidariedade grupal, que galhardeia privilégios e exclusivismos, leva à intolerância aforada em sistema, ao facciosismo, à defesa rábida do grupo hermético.

Esse organismo, essa paixão grupal, têm, assim, uma influência inibidora sôbre as faculdades julgadoras do homem e, até, sôbre suas faculdades volitivas. Mas, a harmonia humana, procura o cooperativismo realizá-la, sobretudo o de consumo, solidarizando classes sociais de todos os matizes, sem discriminações animosas, transmontando fronteiras obsidentes, num nobre movimento de solidariedade huma-

na. E encontra um denominador comum: a luta pela justiça econômica, com suas lógicas decorrências morais e sociais, que envolvem a dignificação da pessoa humana, centro vital da democracia cooperativa.

Nunca será demais lembrar a "Charles Gide" quando afirma que os homens de seu tempo os juristas e os economistas, encastelados em suas concepções rígidas, distanciados da realidade da vida social, não deram importância ao cooperativisbo e menosprezaram-no, porque partira de pobres operários sem formação científica... Mas, esqueceram-se de que o movimento tinha fundamentos incoercíveis em suas necessidades, em circunstâncias econômicas novas, na genial intuição dos que sentiam na própria carne os destemperos de um sistema econômico cheio de iniquidades... Warbasse disse bem que em cooperativismo a raiz das coisas se vai transformando por um processo orgânico e, por conseguinte, lento. Põe-se em marcha a idéia cooperativa onde e quando as coisas se não fazem bem, onde uma necessidade não se satisfaz convenientemente, onde fracassa o lucro mercantil. Estabelece-se onde dêle se necessita, onde se adapta a uma situação que exige corretivo ou remédio, e onde pode funcionar com eficiência. Assim, êle se radica, penetra na consciência econômica do trabalhador e consegue uma mudança substancial. É um radicalismo pacífico e construtivo.

Um filósofo francês acentuou, com justeza, que o homem, individualmente, com as faculdades que possui, é o produto da vida social e a organização social é a verdadeira condição orgânica do aparecimento de outras faculdades dêsse mesmo homem. Em estado de insulamento o homem não pensa nem fala, pois "l'âme est fille de la cité"...

E "Fábio Luz" em "Dioramas" afirmou que a vida se organizou socialmente na base do auxílio mútuo, a princípio no clã, depois na comunidade rural e, finalmente, nas cidades livres.

"O cooperativismo não é uma sociedade de capitais e, sim, de pessoas, ao serviço da família e da comunidade humana".

Em livros sucessivos tenho aventado êsse assunto fascinante.

Seja um assinante de "A Lavoura"

A BATATA — SEMENTE

ADALBERTO SERRA

É bem conhecida dos nossos agricultores a dificuldade para se obter boas sementes de batata inglesa, dado o frequente ataque das mesmas por pragas diversas, e fatores ecológicos de degeneração.

Experiências conduzidas por Burgos na Argentina, e cujas conclusões vamos aqui transcrever, permitirão talvez um reexame da situação.

Recomenda aquela autoridade, em primeiro lugar, que as sementes de batatinha sejam conservadas à "temperatura constante" de 4°., condição ideal para o seu "descanço".

Indica ainda o mesmo autor que o maior "rendimento" das plantações se verifica nas regiões de temperatura anual entre 4 e 10°, com mês mais quente abaixo de 21°. Como é sabido não existem no Brasil áreas em tais condições, pois é de 16° a nossa menor temperatura anual. Contudo, as serras elevadas do Paraná e Santa Catarina, bem como pequenos trechos de Minas e São Paulo, registram médias, em janeiro, inferiores a 21°.

A época de plantio é também muito importante. Conforme o "Calendário Agricola", ela se estende, no Paraná, de agosto a setembro, havendo uma plantação de "seca" em fevereiro-março. Já no Estado de São Paulo, além destes periodos, planta-se também na várzea irrigada, de abril a junho.

A colheita ocorrerá portanto de novembro a janeiro, no primeiro caso, entre maio e julho no da seca, e setembro a outubro na várzea.

Ignoramos se tais épocas, calcadas sobretudo numa longa tradição, serão realmente as mais próprias.

Na Argentina, por exemplo, o maior rendimento foi obtido plantando de 5 de outubro a 5 de novembro. Tal escolha permite evitar de um lado o prejuizo causado pelas geadas, que atrasam a bratação, e de outro o aumento das pragas, sob o intenso calor do verão.

O plantio é aliás favorecido se chover até a floração, mas prejudicado por chuvas posteriores a esta. Assim deve-se escolher zonas de verão "fresco e umido", o que vem novamente confirmar a localização já indicada. Entretanto, e até que possamos concluir o traçado das cartas pluviométricas em elaboração, nada poderemos dizer neste sentido.

Vejamos agora, com mais detalhe, a ação dos virus que infestam a batata. Segundo Burgos, eles pouco atacam em zonas frescas e de "pequena amplitude térmica anual". Este elemento, bastante acentuado no Rio Grande do Sul (11°) decresse a 8,5° nas encostas elevadas de Santa Catarina e Paraná, para atingir mesmo 6° em certas regiões de São Paulo e Minas.

Tais virus são aliás transportados por insetos (vetores) das ordens afídeos e tisanuros. Os mesmos só começam a voar em temperaturas superiores a 13° com máximo a 24°, quando voltam a reduzir o seu percurso. São também mais ativos sob valores de umidade compreendidos entre 20 e 50%, mas, se a temperatura for alta, voarão pouco com teor higrométrico superior a 50%. Também não voam sob ventos acima de 2 ms/seg., sobretudo se tais correntes provém do mar, pois trazem então alta úmidade. Os ventos secos de terra, apresentam, pelo contrário, maior número de insetos ativos. Estes reduzem igualmente seus passeios em dias encobertos, para aumentá-los nos de sol forte.

Desse modo, e para fugir às pragas, as plantações deveriam ser feitas, no Brasil, de preferência em zonas de baixa temperatura (máxima e mínima), com amplitude diária também reduzida. Ora, esta última, fraca ao longo do oceano (6°), cresce rápidamente para o interior, onde atinge de 12 a 14°.

O litoral é também a faixa de menor temperatura máxima (28° no verão, 22° na primavera). Tais valores vão crescendo para o interior, mas decaem naturalmente nas zonas elevadas.

Já as menores mínimas ocorrem nas serras sulinas, com 10° na primavera, apresentando o litoral noites mais quentes (18° na mesma época). Tudo conduz, desse modo, a fixar como regiões menos propícias aos virus da batata, as de maior altitude, próximas do oceano.

Nova consulta às cartas de úmidade relativa mostra ainda que ocorrem à beira-mar os valores mais altos, atingindo 85% no Paraná e Santa Catarina. Já São Paulo e Minas são mais secos, e portanto menos convenientes. No Rio Grande do Sul, também seco, o vôo dos afídeos seria favorecido, caso não o limitasse a forte velocidade dos ventos (3-4 m/seg). Sob esse aspecto, o litoral de Paraná e Santa Catarina apresenta igualmente velocidades elevadas, de 4 m/seg, que baixam contudo para 1 m/seg, formando assim uma faixa perigosa, justamente na zona até agora julgada melhor, que éra a da serra litorânea.

Já São Paulo e Minas experimentam em geral correntes fracas, de 1 a 2 m/seg, e que permitem maior atividade dos insetos.

Quanto à direção, esta é via de regra favoravel, soprando ventos maritimos, de E-SE, nos vários estados sulinos.

Em resumo, deverão ser mais propícios à obtenção de boas sementes, os terrenos elevados do Paraná e Santa Catarina, quando "próximos do Atlântico". Já os do Rio Grande do Sul, desfavorecidos pela maior temperatura, levariam vantagem sob o vento forte e constante.

Contudo a elevada taxa de insolação (220 horas) constitui fator prejudicial neste último Estado, enquanto o menor número de horas de sol (140 a 160 por mês) nas serras litorâneas do Paraná e Santa Catarina volta a confirmar a superioridade daquelas zonas.

De qualquer modo, será sempre mais recomendavel plantar nos terrenos expostos para o sul, onde a menor insolação se faz acompanhar de baixa temperatura e elevada úmidade.

Já os de exposição a norte, mais quentes de dia sob a forte insolação, e mais frios à noite pela grande radiação, serão geralmente os piores. Salvo no caso de apresentarem uma grande ventilação, quando poderão ser aproveitados, sobretudo os varridos por ventos maritimos.

Terminam aqui nestas breves notas, dado que não desejamos sair do âmbito estritamente meteorológico. Esperamos contudo haver demonstrado a grande riqueza de informações que se pode extrair do "Atlas Climatológico do Brasil".


Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...
É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES - POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO
EXPERIMENTE-O!
SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

CAMPO E INDÚSTRIA

O Professor Mauricio Babenco, Diretor do Ateneu Libre de Estudios Económicos de Buenos Aires e figura de projeção no Movimento Cooperativista Argentino, realizou, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 1 de agôsto de 1956, uma magnífica conferência sôbre o tema "Campo e Indústria", à qual compareceram diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e representantes do Centro Nacional de Estudos Cooperativos, do Clube de Engenharia, do Ministro da Guerra, da Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro, da Confederação Rural Brasileira, da Divisão Econômica do Instituto Nacional do Pinho, da Cooperativa Agrícola de Cotia e outras, além de elevado número de economistas, líderes do movimento cooperativista no país, etc.

Foi a seguinte a conferência pronunciada pelo conceituado líder do movimento cooperativista na Argentina".

"Vivemos obsessionados por uma terrível preocupação : a industrialização de nossos países. Especialmente os países considerados poucos desenvolvidos industrialmente, têm caído em um complexo de inferioridade, por não estarem à altura das grandes potências industrializadas. Nunca os políticos tiveram um motivo mais atraente que o da industrialização Jornalistas, escritores e os conversadores de café, jamais poderiam esgrimir um tema tão eloquente quanto o da industrialização. A opinião publica vê-se arrastada por um apaixonado delírio, quando lê ou escuta sôbre a necessidade de engrandecer a indústria do seu país. O delírio cresce quando a eloquência da palavra escrita ou falada relaciona estreitamente a industrialização com a independência, a liberdade, a elevação do padrão econômico, colonialismo ,jugo estrangeiro e tantas outras frases altissonantes, que agradam ao público, ao escutá-las, ou lê-las, como aos políticos, ao pronunciá-las ou escrevê-las.

Enquanto os que observam a monstruosa capacidade alcançada pelos países de grande desenvolvimento industrial, lhes invejam e desejam imitá-los, aquêles que suportam, precisamente, o enorme pêso de seu desenvolvimento, vêm a compreender :

— Que a aglomeração de grandes massas humanas nas cidades cria o sério perigo da desocupação ,falta de trabalho, greves e distúrbios.

— Que as grandes e pequenas indústrias reunidas nas cidades, dificultam o transporte, encarecem a habitação e a subsistência, confinam as pessoas em reduzidos espaços e em detrimento da moral, gerando questões sociais e sindicais cada vêz mais difíceis de dirimir.

— Que o desequilíbrio entre a capacidade produtiva do campo e a grande procura das cidades, ameaça de fome as populações, carreando enfermidades e excesso de mortalidade por escassa e má alimentação.

— Que a educação dos filhos, a moral dos jovens, a formação de um lar, a procriação, a vida familiar, e tudo quanto pode ser caro e aprazível ao gênero humano, vai decaindo nas grandes cidades de vida febril e agitada, para produzir, tão sòmente, moderada, mais reduzida e difícil situação de vida.

Sem embargo, apesar de tudo quanto podemos vêr e compreender do que sucede nos "grandes países industrializados, os "pequenos", os chamados pouco desenvolvidos, estão ansiosos para imitar.

Acontece que os pequenos não conhecem a sua grandeza, e os grandes apenas começam a compreender e a reconhecer a sua pequenez. Sabem os grandes que a sua situação se torna cada vêz mais séria pelo crescimento fabuloso da massa operária. Que a indústria dos seus países chegou à situação incontrolada, e que não pode frear-se nem deter-se um instante, sem provocar desemprêgo, fome, distúrbios e voltar ao totalitarismo dogmático, cruel e despótico. Compreendem que a competição entre os grandes produtores vai em perigoso aumento, que cada vêz necessitam de maiores contigentes humanos para colocar a sua produção; e sabem, também, que os elementos de produção que dispõem, são antiquados, e que a técnica e a ciência já os superaram bastante, obrigando a acelerar a sua aplicação antes que outros o façam.

Naturalmnte não quero dizer que um país deva ser exclusivamente pastoril ou agrícola. Mas



O Prof. Maurício Babenco quando pronunciava sua conferência na tribuna do auditório da Sociedade Nacional de Agricultura.

deixar abandonadas as suas imensas e ricas terras, que tanto benefício podem trazer ao país e à humanidade, e correr atrás de uma ilusória atividade industrial, em concorrência com os que levam dezenas de anos adiantados e séculos marcados em relação ao progresso técnico, com a esperança de que fiquem estancados para que outros os alcancem e superem, há diferença muito grande. Pretendendo imitar os países industrializados, criar, em nossa terras, os mesmos êrros sociais e econômicos de que êles pretendem libertar-se agora, não adiantaria nada, senão criar uma atmosfera adequada à rebelião, consequência lógica das dificuldades criadas por um regime de trabalho caro e de vida onerosa.

Resulta, pois, que maior dependência têm os países grandes dos que consideram pequenos, do que êstes daquêles. Não se pode falar de submissão e colonialismo, quando um país agro-pecuário concentra o seu trabalho industrial na exploração dos seus bens naturais para fornecer matéria prima, para que os que têm melhores máquinas, técnica e capacidade, elaborem para êles aquilo que por sua vêz o povo necessita. Por outro lado, industrializando os produtos autóctones, produzindo alimentos suficientes para a sua própria população e para fornecer aos países que necessitam, o equilíbrio seria completo, e as populações de ambas as esferas, a industrial e a agrária, viveriam felizes dentro das suas possibilidades, hábitos e necessidades satisfeitas.

Uma coisa certa podemos estabelecer : um país que vive do campo tem assegurado uma existência feliz e tranquila. O país que depende das suas indústrias é uma sementeira de ódios, discórdias e luta se destruição. Sempre dependerá de o u t r o s: de uns, para que lhe comprem os seus produtos, de outros para que lhe proporcionem matérias primas e alimentos para a sua conglomerada e explorada população.

De sua privilegiada posição de país com imensos recursos naturais, o Brasil deve observar tranquilamente a situação criada, porisso deve também refletir muito serenamente. A terra e o trabalho continuam sendo a base de tôda a riqueza. A potencialidade reside em que possa organizar o trabalho para melhor aproveitamento da terra, e não concentrar, perigosa e inconcientemente, conglomerados humanos para criar indústrias que nunca alcançarão, sequer, igualar àquelas que já tenham adiantado meio século em seu progresso.

É preciso não deixar-se levar pelo entusiasmo demagógico, nem pelas falsas promessas políticas, e analisar, devidamente, a situação. Convém seguir o exemplo dos países industrializados, quando aquêles agonisam sob o pêso das suas indústrias ? Pode-se, com uma relativa capacidade técnica e elevado custo da mão de obra, criar indústrias e competir com os que possuem maior técnica, experiência e elementos, ou com aquêles cujo padrão de vida é muito inferior ? Seria inteligente abandonar as terras férteis e dadivosas, e converter o camponês em operário ? Com que objetivo e vantagem ? E quando a indústria não der o resultado que dela se espera ? Como se converterá o operário, outra vêz, em homem do campo ? São problemas sérios que dão lugar a profunda meditação! É muito fácil abandonar o campo. Tampouco não é difícil empreender indústrias, difícil é poder manter a produtividade do campo e o desenvolvimento industrial ao mesmo tempo.

Sugestionada por um dogma que, desgraçadamente, já se converteu em mito, a opinião generalizada — mal orientada pelos jornais sensacionalistas — aceita a idéia de que é absolutamente necessário satisfazer às necessidades da produção industrial para libertar-nos dos que produzem os artigos que necessitamos. Se não elaboramos — dizem — os produtos que requeremos para o nosso uso, os países que os fabricam continuarão explorando-nos, e seremos sempre colônias à mercê daqueles. Que absurdo maior ! Se os países que dispõem de terras agricultáveis, matérias primas e tudo quanto elas encerram em sua superfície e profundidade, soubessem aproveitá-las e explorá-las devidamente, receberiam, em troca, pelos mesmos, quanto quisessem, e em condições mais vantajosas e econômicas, sem que porisso deixasse de subsistir e progredir a indústria própria, realizada em condições humanas.

Eis aí o problema plantado. Nosso poder, nossa riqueza, é a terra e o que ela contém. Devemos saber explorá-la e evitar, a todo o custo, a escassez de mãos para trabalhá-la e o aumento de bocas para alimentar. Já temos exemplos que nos dão ensinamentos bastante eloquentes, para não incorrermos em êrros semelhantes. O que devemos fazer é humanizar o padrão do trabalho e de vida do campo, e ao mesmo tempo, buscar como satisfazer nossas próprias necessidades, para depender, no mínimo, dos produtos e artigos de exterior.

Povoar a terra melhorando a condição de vida, atrairá o homem para o campo e elevará o seu espírito, sua situação moral, social e cultural.

Tenho analisado problemas muitos sérios, que poderiam resumir-se assim :

1º.) — O desenvolvimento agrário é fundamental para a subsistência e progresso do país.
2º.) — O desenvolvimento industrial é necessário para assegurar o progresso econômico do país.
3º.) — Para lograr um elevado agrário, devemos melhorar a situação de vida do homem do campo.
4º.) — Para lograr um elevado progresso industrial, é preciso estimular o Capital e o Trabalho, elevando o benefício para o primeiro e a condição de vida para o segundo.
5º.) — Estas situações são inconciliáveis entre si.

Entretanto, podemos criar uma nova situação fundada nos altos objetivos do bem-estar geral e não parcial. Não pretendo sugerir a destruição do regime existente, nem tirar nada a ninguém, nem provocar situações extremamente revolucionárias. Deixemos as coisas como estão e, com todos aquêles que o desejem, criaremos algo novo para os que gostam de orientar suas vidas para um futuro melhor. Estabeleçamos um regime em que nem o Capital nem o Trabalho tenham domínio, um sôbre o outro. Para isso devemos suprimir o lucro como fonte única — e certamente ilusória — de trabalho e inversão, e tratar de organizar a vida de tal forma que seja digna de ser vivida.

A Colônia Cooperativa Industrial não constitui nem latifúndio nem minifúndio. Nela poderão ajustar-se o Capital, o Trabalho e o Talento, atuando em uníssono e com o objetivo exclusivo e comum de desfrutar a vida.

Tampouco tenho o simples propósito de brilhar — se é que

pude lográ-lo, do que duvido — com uma conferência, e de apenas ocupar a atenção dos presentes com a mesma. Costumo, como dizem em meu país, não dar ponto sem fio. Se atendendo à convocação que lhes fêz a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, patrocinadora desta conferência, aqui compareceram homens tão capazes e idealista ,desejo formular-lhes um caloroso apêlo no sentido de tomarem a seu cargo a formação de uma grande emprêsa privada, que possa dar cunho sistemático à planificação das colônias cooperativas agro- industriais, naturalmente em articulação com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Não desconheço a atuação desta autarquia do Govêrno Federal, mas como todo organismo estatal, em qualquer país, deve naturalmente ter deficiências funcionais por fôrça das complicações burocráticas que embaraçam as suas atividades, julgo aconselhável que uma ampla emprêsa privada bem sistematizada e planificada, venha complementar a ação do Estado, atuando com maior elasticidade e desembaraço de ação.

Tendes aqui todos os recursos necessários. Ricas e imensas terras para povoar e cultivar. Dinheiro suficiente no país — sem necessidade de recorrrer a empréstimos estrangeiros — que terá interêsse em ajudar a realização desta iniciativa; uma crescente multidão de homens e mulheres que aceitariam, com muito bom grado, a reforma de suas vidas, e o início de um novo e progressivo rumo para um futuro humano, para o seu bem-estar e felicidade. Tendes imensos recursos de homens, capitais e ferramentas que estão dispostos a ingressar no país, desde que lhe ofereçam garantias suficientes de poder trabalhar tranquilamente e se lhes proporcionem terras adequadas para lavra.

Tudo está no alcance da mão, e bastaria propôr-lhes realizá-lo. E tendo tudo isto, dispondo de tanta riqueza quanta queiram possuir, seria desaconselhável meter-vos em complicações de industrialização, recorrendo a onerosos empréstimos que manterão o país travado por anos seguidos, para fazer, afinal, maus produtos e elevado custo em relação aos que poderiam receber a prêço e qualidade muito mais vantajosos, devido à grande concurrência que existe entre os países extremamente industrializados.

Levantemos nós da América Latina, as nossas vistas e olhemos mais alto no futuro. Deixemos aos líricos e políticos que crêm salvar o país e a situação de fome de suas modestas populações por meio da industrialização. Deixemo-los seguir o seu caminho, se é que não podemos evitar que se detenham. Mas, de nossa parte, formemos em cada um dos nossos países, um organismo que não seja estatal, nem estatístico nem acadêmico, pela união dos homens de bôa vontade, dispostos a prestar o seu tributo intelectual ao bem do país, de seus concidadãos e de tôda a humanidade.

Apelo aos que aqui estão presentes, no sentido de constituirem uma comissão de estudo e execução, que preparará os passos necessários. Os que desejarem poderão ficar, para discutir e realizar êste elevado propósito, que modesta e humildemente me tenho permitido expôr-lhes."

(Conclusão da pag. 55)

riam se entrelaçar para a organização da grande obra de recuperação e desenvolvimento dos MUNICÍPIOS BRASILEIROS, formando um fundo nacional para cuidar dos problemas nacionais através de acordos específicos que seriam celebrados entre os Municípios e os órgãos especializados oficiais, segundo as obras e os serviços em vista. Êsses acordos seriam elaborados e planejados na forma de "projetos" para serem executados em função da lei de desenvolvimento rural elaborada pelo município, isto é, seriam executados pelo próprio município, embora sob orientação e fiscalização dos referidos órgãos especializados.

4.º — No presente caso, da CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL nos MUNICÍPIOS, objetivando o desenvolvimento da EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL ou DE BASE junto às populações (Missões Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Centros de Treinamento, de Cooperativismo, Orientação de Líderes e de Colaboradores Locais, Semanas Rurais, etc.), promoveria, êste órgãos, a preparação especializada do pessoal local necessário para a realização das atividades técnicas; instalaria os serviços, entregando-os depois ao pessoal preparado, cabendo-lhe, então, a orientação técnica para assegurar a execução perfeita do Plano e os melhores resultados do convênio.

(Conclusão da pag. 23)

nha, Carlos Camargo Shalders, Humberto Monteval Cerqueira, Manoel Batista de Morais Filho, Cid Cabral de Mello, Armando de Brito, Leonidas Meirelles, Edy Costa Leite, Léo de Barros Jensen, José Dias da Silva, Lihania Carneiro Rabelo e Belfort de Oliveira..

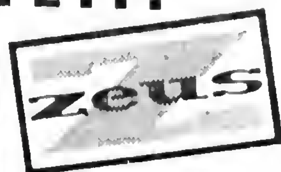
VI — **Resultados alcançados**

Indiscutivelmente, foram dos mais apreciáveis os resultados alcançados com a realização do curso, dado o caráter prático e objetivo que a êle tão bem soube imprimir o Prof. Mac Lean.

Estão, pois, de parabéns, a O. E. A., pela inclusão de um tão útil e oportuno curso em seu programa de trabalho; o S. I. A., que tanto apoio emprestou ao mesmo; o Prof. Mac Lean, pela segura orientação que soube imprimir às aulas, os técnicos que frequentaram o curso, pelos sólidos conhecimentos que adquiriram e os agricultores brasileiros, que contarão daqui por diante com uma equipe de divulgadores agrícolas capazes de levarem até êles, de uma maneira clara e objetiva, os conhecimentos de que tanto carecem para a melhoria de suas técnicas de trabalho e elevação de seu nível de vida.

AGORA, FINALMENTE...

a PROPAC lança os



FRIGORÍFICOS



câmara tipo com 6 secções, parte anterior, com 2 tipos diferentes de portas

Pré-fabricados, desmontáveis, resolvem todos os seus problemas de armazenagem e transporte de mercadorias sob contrôle de temperatura e umidade, (alta ou baixa). Construidos em aço galvanizado ou aluminio e acabamento em metal polido ou pintura a laca sintética, são alteráveis em suas dimensões, com capacidade a partir de 4 m3. De funcionamento automático, são equipados com geradores de frio a gás FREON ou AMÔNIA, conjugáveis com geradores elétricos e podem ser instalados, em poucas horas, em qualquer ponto do país.

Para maiores detalhes, dirija-se à

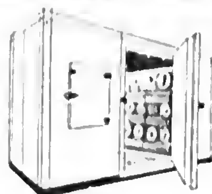
DIVISÃO DE REFRIGERAÇÃO DA

COMPANHIA

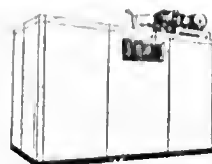


(COMÉRCIO E INDÚSTRIA)

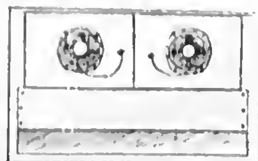
Rio: Rua Camerina, 79/81 - Tels.: 23-1761 e 43-4990
S. Paulo: Rua Álvares Penteado, 208 - 9.º andar
Belo Horizonte: Rua Guarany, 307



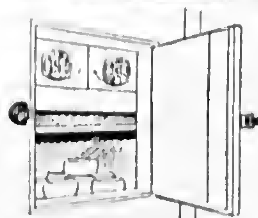
Parte anterior com 1 porta aberta, vendo-se laticínios armazenados



Vista posterior, com quadro de comando e unidade condensadora (compressor, motor, condensador, etc.). Essas unidades condensadoras serão orçadas à parte.



Difusor de frio, que também fabricaremos nesse e em outros modelos. Essa peça é instalada dentro das câmaras.



Vista através uma das portas menores, aparecendo o difusor de frio

MELHORES TÉCNICAS DE INFORMAÇÃO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

O que foi o Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da O E A (Organização dos Estados Americanos), ministrado no Rio de Janeiro, de 21 de agôsto a 5 de setembro de 1956, em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

I — Generalidades

O Curso Nacional de Informação Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas é o Projeto 39 do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos (O. E. A.) da Zona Sul e foi ministrado no Rio de Janeiro, no período de 21 de agosto a 5 de setembro de 1956, em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Encontrando por parte do Sr. Ministro da Agricultura, General Ernesto Dornelles, todo o apoio e estímulo, pôde o S. I. A. prestar mais um relevante serviço à agricultura nacional, proporcionando a agrônomos, veterinários e jornalistas, através de um curso intensivo, o conhecimento das mais modernas técnicas de informação de extensão agrícola.



O Prof. Alejandro Mac Lean y Estenós e os alunos que concluiram o Curso de Informação de Extensão Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

II — Programa do curso

Foi o seguinte o programa preparado pelo Prof. Alejandro Mac Lean y Estenós e desenvolvido durante o curso:

PROGRAMA

— Objetivo dos Cursos Nacionais de Informação Agrícola.

— Integração e funcionamento dos Serviços de Informação e de Publicações Agrícolas na América Latina.

— Organização dos Serviços de Divulgação Agrícola no Brasil.

— Filosofia da Informação de Extensão Agrícola.

— Os processos de comunicações e de difusão.

— Como os agricultores aceitam novas idéias.

— Quem escreve sôbre agricultura e vida rural: o pesquisador agrícola, o jornalista e o especialista em informação agrícola.

— Métodos para fazer chegar a informação ao agricultor: em massa, em grupos de pessoas e em contatos individuais.

— Preferência dos agricultores sôbre temas agrícolas.

— Técnicas para medir o grau de facilidade de leitura de um texto. A fórmula Flesch.

— Diferenças básicas entre artigos científicos agrícolas e de divulgação popular.

— A propriedade da linguagem.

— Campos de investigação em informação agrícola.

— Papel a desempenhar pelas Estações Experimentais e Institutos Agronômicos na divulgação agrícola.

— Fontes de informação sôbre a agricultura e a vida rural.

— Conveniência de utilizar diversos métodos de informação em acontecimentos especiais (festa da soja, do tomate etc.).

— Análise de revistas e boletins de extensão agrícola: preparo, redação e mecânica do estilo.

— Aplicação das normas sôbre preparação de publicações de extensão. Comentários sôbre revistas agrícolas brasileiras.

— Etapas por que passa um artigo até sua publicação.

— Erros mais comuns na redação de artigos.

— Os artigos científicos agrícolas como fontes de informação para o preparo de notas de divulgação.

— A revisão editorial. Aplicação e importância da mecânica de estilo na revisão editorial.

— O Manual de Estilo: fins visados e pontos chaves.

— Como verificar a exatidão de dados e números.

— O editor: suas funções, problemas e distribuição de trabalho.

— Correções que o editor deve fazer num texto.

— Sinais convencionais a usar na correção de provas.

— Os serviços de documentação aplicados as ciências agrícolas. Uso do material bibliográfico.

— Preparo de resenhas ou resumos. Diferença entre resenhas, análise de livros e anotações.

— Preparo de bibliografias. A literatura citada.

— Importância da imprensa e do rádio em programas de Informação Agrícola.

— Preparo de material para imprensa e rádio.

— Os jornais ou suplementos agrícolas, os comunicados para a imprensa, as colunas agrícolas.

— As notícias agrícolas. Características principais. Normas a seguir no preparo de notas sôbre assuntos agrícolas.

— As cartas circulares.

— Apreciação de um artigo de divulgação agrícola.

— Os meios visuais. Sua importância no ensino agrícola.

— Como preparar exibições, cartazes, quadros, gráficos.

— Apreciação dos diferentes tipos de auxílios visuais.

— Importância das ilustrações em publicações de extensão.

— Apresentação de diafilmes relacionados com informação agrícola.

— Uso do quadro de flanela em trabalhos de extensão e informação agrícola.

— As Relações Públicas: objetivos visados e meios que utiliza.

— A ciência agrícola e a opinião pública.

— Integração de um programa de relações publicas.

III — Quem ministrou o curso

O curso esteve a cargo da figura insinuante e amável do Engenheiro Agrônomo Alejandro Mac Lean y Estenós, da O. E. A., que, desde a primeira aula conquistou a simpatia dos alunos, entre os quais se encontravam técnicos do Ministério da Agricultura, professores e jornalistas especializados em assuntos agrícolas.

Profundo conhecedor do assunto, já tendo desempenhado várias e importantes funções relacionadas com a divulgação agrícola em seu país: — o Peru —, é atualmente especialista de informação de extensão do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. Orientou pouco antes, em S. Paulo, em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado, curso idêntico. Tanta objetividade e eficiência tem sabido imprimir ao curso, que a Secretaria de Agricultura do Paraná já solicitou sua colaboração para a realização, em outubro, de um curso semelhante naquele Estado.

Simples e agradavel, o Prof. Mac Lean soube sempre imprimir às suas aulas grande objetividade, despertando interesse por parte dos alunos e levando-os a debaterem, com ampla liberdade, todos os assuntos focalizados.



Aspecto da visita dos alunos do Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola ao Diario Carioca, vendo-se sentados o Prof. Mac Lean e o jornalista Xavier Placer e em pé, da esquerda para a direita, o Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, da Divisão de Defesa Sanitaria Vegetal do Ministério da Agricultura, o médico veterinário Arthur J. C. Coelho e o jornalista Belfort de Oliveira, do Diário Carioca

IV — As aulas

Apesar de intensivo, não foram descuidadas as aulas práticas que se seguiram, com freqüência, às aulas teóricas ministradas pelo Prof. Mac Lean e às palestras dos técnicos Eng. Agr. Sebastião Gonçalves e Silva, da Secretaria de Agricultura de S. Paulo, jornalista José Anastacio Vieira, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e Eng. Agr. Mario Villiena, do Ministério da Agricultura, e outros.

As aulas práticas constaram de comentários sôbre revistas agrícolas brasileiras, apreciação de artigos de divulgação agrícola, organização de programas radiofônicos para o meio rural, comentários sôbre filmes e diafilmes exibidos, respostas a questionários distribuidos aos alunos etc.

V — Os que frequentaram o curso

Matricularam-se no curso, os seguintes agrônomos, veterinários, jornalistas e interessados no assunto: José Anastácio Vieira, Jorge Vaistman, Jorge Pinto Lima, Geraldo Goulart da Silveira, Antonio Rodrigues Coutinho, José Maria Pereira, Heitor Tavares, Maria Dolores Palmerio, Ruy Calheiros Bonfim, Carlos Buhr, Xavier Placer, Luis Noguchi, Guaracy Cabral de Lavor, Inacio Dantas de Bragança, Helio Ferraz Franco, Juraci Lourdes A. de Oliveira, Eduardo Sidney Witehurst, Frederico Murtinho Braga, Carmosina Monteiro de Araujo, Antonio dos Santos Oliveira, Arthur José Caetano Coelho, Paulo de Oliveira Cami-

(Continua na pag. 20)

O Instituto Agronômico de Campinas

Seu decisivo papel atual na defesa da economia agrícola do Estado de São Paulo e do Brasil

Prof. Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em 1809 era plantado o primeiro cafezal em Campinas, que seria o ponto de partida para a formação de sua maior riqueza agrícola e prosperidade do Estado, até hoje. Em 27 de junho de 1887, D. Pedro II, graças à larga visão do Conselheiro Antônio Prado, então Ministro da Agricultura, era criada a Estação Agronômica de Campinas e contratado para dirigi-la o prof. Dr. F. W. Dafert. A escolha de Campinas, dentre outras razões, se justificava porque, já àquela época, Campinas se tornara o centro de irradiação da cultura cafeeira, que se deslocara do Estado do Rio para as regiões não desbravadas, de terra roxa, que se transformaria no Eldorado da cafeicultura brasileira. Sempre atento à evolução econômica que se operou com a grande riqueza agrícola, em 1892, a Estação Agronômica passou para a alçada do govêrno estadual e em 1897 o sábio professor Defert regressava à Austria deixando assinalada a sua passagem por uma obra notável, caracterizada por uma ação intensa, de experimentação, de que se destacam as referentes à cultura cafeeira cujas bases científicas foram por ele traçadas e até hoje os seus ensinamentos, contidos em relatórios, são estudados e aplicados. Em reconhecimento à obra científica que realizou em benefício da nossa agricultura, ergue-se no Instituto a herma do sábio autríaco. Seguiu-se-lhe na direção do Instituto o engenheiro Uchôa Cavalcanti e o engenheiro agrônomo Gustavo D'Utra, cuja atuação também foi assinalada por trabalhos de grande valor. Como Gustavo D'Utra fosse chamado a prestar sua valiosa colaboração na organização do Ministério da Agrifissionais foram chamados para dirigir o Instituto Agronômico de Campinas, Lourenço Granato e Arthur Bert e outros.

Quando Secretário da Agricultura Cândido Rodrigues, sofreu o Instituto sua primeira reforma a que se seguiu uma outra, pelo Doutor Heitor Penteado que, procurando atender à evolução econômica e técnica da agricultura paulista, criou as secções técnicas.

Coube ao Secretário da Agricultura, Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos aperfeiçoar a organização técnico-científica do Instituto adaptando-o à evolução científica da agronomia e às reais necessidades da economia agrícola de São Paulo e também do Brasil convidando, em 1923, para a realização dessa transformação notável e da mais larga repercussão em todo o País, o ilustre professor Theodureto de Camargo, que até 1942 dirigiu o Instituto, que teve, nesse período, a sua fase áurea no campo da experimentação e da assistência técnica às principais fontes de produção do Estado, que passaram a contar com secções especializadas, tendo à frente das mesmas grandes profissonais. Nesso época surgiram novos setores econômicos no Estado, como o do algodão e da citricultura e as indústrias agrícolas tiveram orientação científica com novo surto de progresso. Na administração Theduretо de Camargo, dentre da nova estruturação, o Instituto Agronômico se revitalisou com orientação segura na ordem administrativa e científica e passou a formar profissionais brasileiros especializados nos grandes ramos da agronomia, merecendo destaque o da genética, com o melhoramento das principais culturas, sendo criadas, para muitas delas, estações experimentais regionais. Pode-se assinalar que graças à atuação do Instituto e à segurança de suas pesquisas e assistência técnica à classe agrícola, o Estado de S. Paulo passou a orientar o Brasil no verdadeiro caminho que lhe pode assegurar e consolidar sua riqueza agrícola porque, sem orientação científica e sem pesquisas experimentais, não pode hoje haver exploração racional do solo.

Com o grão de aperfeiçoamento atingido em suas explorações agrícolas e diante de seu crescimento industrial e demográfico, o Instituto Agronômico de Campina passou a ser a mola principal da estabilidade e do progresso de sua agricultura em que se apoiaria o edifício econômico do Estado e sua financeira.

São os seguintes os setores básicos das atividades do Instituto, que dispõe de 27 estações Experimentais devidamente organizadas nas diferentes zonas econômicas do Estado: agrogeologia; química mineral; conservação do solo; botânica; genética e ecologia; introdução de plantas; fisiologia; fitopatologia; virologia; entomologia; tecnologia agrícola; técnica experimental e cálculo.

As estações experimentais do Instituto se dedicam, em maior ou menor gráu, a várias economias, com prioridade para uma ou mais culturas, de acôrdo com a respectiva região do Estado.

Para ter-se idéia da multiplicidade e volume dos trabalhos experimentais nas 17 estações experimentais, bastará dizer que em um ano foram executados 1.233 projetos e 261 na séde do Instituto. Além disso, o Instituto dá completa assistência técnima aos agricultores do Estado. 140 agrônomos radicados nas "Casas da Lavoura", no interior do Estado, em íntimo contacto com os agricultores para orientá-los nos seus processos de exploraçao, recebem, em íntimo intercâmbio, a colaboração do Instituto para a solução dos seus problemas, além do estágio que realisam no Instituto, nas secções especializadas. Os trabalhos experimentais são divulgados pelo "Agronômi-

(Continua na pag. 56)

TEME-SE A FOME EM TODO O MUNDO

Luiz Carlos de Mesquita Maia

O XVIII Congresso Geográfico Internacional recentemente realizado no Rio de Janeiro debateu o problema da alimentação humana, criado em face da excessiva multiplicação de nossa espécie, cuja população mundial vai aumentando em uma média de trinta a quarenta milhões de indivíduos. Grandes autoridades em matéria de alimentação têm, aliás, se manifestado ultimamente sôbre o assunto, demonstrando pessimismo e apreensão diante do agravamento da ameaça de fome, pairante sôbre uma crescente fração da humanidade.

No mencionado conclave, os participantes apresentaram relatórios, citaram estatísticas e chegaram à conclusão surpreendente de marchar o homem, que dominou, com sua inteligência, o planeta, para a fome e a inanição. Acreditam alguns estudiosos da matéria, que, inclusive, faltará espaço vital para a espécie humana, dentro de alguns séculos, pois, na opinião dêles, a nossa população continuará se multiplicando de maneira incontrolável.

Tal revelação surpreende, de vez que, nesta era atômica de tão decantado esclarecimento geral, os meios de resolver o problema têm sido detalhadamente estudados e explicados e, aparentemente, não há govêrno que ignore as soluções preconizadas.

O que mais espanta, entretanto, é a revelação feita pelos congressistas relativamente à fome que já se verifica, no momento, em diversas partes do mundo. Vários milhões de indivíduos passam fome, no sentido literal da palavra (não se trata, apenas, de fome carencial), enquanto verificamos, com assombro, que amplas áreas do mundo ainda estão desabitadas ou quase, áreas estas que, em grande proporção, são férteis e aproveitáveis.

A velha Índia, hoje dividida politicamente em dois países independentes, é um exemplo desconcertante dêsse paradoxo. Vastas extensões territoriais, ao sul do Himaláia, encontram-se pràticamente desabitadas e cobertas por uma flora pujante, às vêzes a famosa "jungle" que Rudiyard Kipling imortalizou, e, entretanto, nas vizinhanças de tôda aquela exuberânia, homens morrem de fome e outros, em número extraordinário, vivem de esmolas para poderem comer.

No Brasil também há fome, tem detalhado o Dr. Josué de Castro. E, todavia, a nossa pátria possui grandes áreas desertas de humanidade, sertões que surpreendem a qualquer pessoa, devido à vastidão imensurável. Os Estados de Mato Grosso e Amazonas são, talvez, os dois melhores exemplos, porém quase todo o território brasileiro está escassamente, deficientemente mesmo, ocupado pelo homem.

Deduz-se que o problema da fome humana, pelo menos na atualidade, não é consequência da super-lotação de regiões ou países. E, se analisarmos a situação atual do Japão, compreenderemos que provavelmente nunca a humanidade ocupará *tôda* a superfície emersa do planeta. É impressionante a densidade demográfica das ilhas nipônicas, porém áreas de apreciável amplidão ainda se mantém livres da ocupação humana permanente e certamente assim permanecerão por tempo indeterminado. É o caso, por exemplo, das frias montanhas japonesas.

Desta maneira, as considerações acima nos conduzem ao ponto básico da questão, motivo dêste artigo: *por maior que seja a população humana, sempre haverá áreas, às vêzes vastas, que ficarão livres da ocupação pelo homem*. Isto significa que, sem prejuízo da humanidade em expansão, e apesar dela, estas áreas podem ser dedicadas à formação de estoques de alimentos em potencial, que independam do trabalho humano para sua manutenção e seu desenvolvimento. Mas... qual a fonte de alimentos a ser encontrada nos desertos, lagos, cordilheiras e, durante ainda muito tempo, nos amplos sertões espalhados por todo o mundo? É a fauna, evidentemente.

A fauna mundial constitui um manancial de alimentos de imensurável valor e que, com poucas excessões, não tem sido usado nas devidas proporções para saciar a fome de grupos humanos. Pelo contrário, os animais selvagens, e principalmente os de maior tamanho, foram e, embora geralmente em menor escala, ainda são massacrados inutilmente, por motivos vários, dos quais o mais estúpido é o "tiro ao alvo com vida". A caça esportiva não sacia quem morre de fome e diminui ou mesmo extingue importantes estoques de alimentos. Todavia o mais idiota pretêxto para se chacinarem animais selvagens foi o inventado ultimamente pelas autoridades sul-africanas. Decidiram estas exterminar, fora dos refúgios de fauna, certas espécies de antílopes a fim de tentar a eliminação da doença do sono. É lógico que a moléstia jamais acabará, porque continuará veiculada pelos rebanhos dos refúgios de fauna e dos países vizinhos.

Considerada em conjunto, a fauna mundial da atualidade possui elementos, úteis para a alimentação humana, adaptados a qualquer tipo de "habitat", o que leva à compreensão de que será possível o aproveitamento permanente das regiões ou zonas que a humanidade não ocupa nem ocupará.

Em muitos casos, todos os elementos faunísticos adaptados a um mesmo "habitat", estão irregularmente espalhados pelo mundo, de modo que um aproveitamento científico, em grande escala, para os fins em causa, de uma dada área, requer a introdução artificial de espécies animais, de outros países ou continentes.

A fauna, sobrevivendo independentemente dos cuidados da nossa espécie, é um grande elemento para a alimentação de grupos humanos, através das áreas não ocupadas por nós. Os exemplos que registramos, no passado e mesmo atualmente, são bastante encorajadoras.

Verificamos que, tanto ocasionalmente como em caráter permanente, a fauna de várias partes do mundo tem servido para alimentar satisfatòriamente a humanidade. Assim aconteceu, por exemplo, durante a construção de ferrovias no Oeste dos Estados Unidos, durante o século passado, e na África Oriental, há alguns decênios. Uma capital africana tem os seus açougues regularmente abastecidos de carne de caça e não há necessidade de se mencionar aqui a série de povos mais ou menos primitivos que vivem, exclusivamente ou quase, da alimentação fornecida pelos animais selvagens.

Lògicamente, é preciso haver contrôle sôbre o abate de exemplares, a fim de se evitar o decréscimo da população animal e sua consequente perda de valor. As autoridades faunísticas dos Estados Unidos lamentam hoje o desaparecimento dos sessenta milhões de visões, que, segundo seu cálculos, proporcionariam agora poderosa fonte de alimentos, pràticamente sem despesas. Por outro lado, os funcionários coloniais britânicos que cuidam da fauna, conseguiram, em várias regiões africanas, através da regulamentação da caça a manutenção de importantes estoques vivos de alimentos, já em uso e com sucesso.

O Brasil também se encontra em boa posição no terreno. Tem importância secundária o fato de nosso país não possuir desertos, grandes lagos ou amplas montanhas inabitáveis. Igualmente, pouco significa que os nossos sertões tedam a ser ocupados e colonizados, em escala crescente.

É que o Brasil, como tôdas as nações civilizadas, aliás, tem necessidade de manter reservas florestais de grande envergadura, não só para fins de equilíbrio ecológico (chuva anual, proteção de mananciais, etc.), mas também por causa da indústria da madeira e derivados. Até aonde podem alcançar as nossas previsões atuais, haverá sempre essa necessidade de preservação de densas e vastas florestas nas nações importantes.

Igualmente, a civilização moderna exige a manutenção de reservatórios de água, tais como reprêsas, etc., o que reforça a crença na sobrevivência, durante os tempos presentes e futuros, de amplas áreas desocupadas por parte da humanidades.

Compreendido o valor para a alimentação humana, dos grandes herbívoros selvagens, percebe-se imediatamente o absurdo que constitui deixar as áreas obrigatòriamente desabitadas pelo homem, também desertas de fauna.

No Brasil, graças ao maior realce da fauna de nossos rios e florestas em relação à dos outros tipos de "habitat", o panorama se mostra muito favorável ao aproveitamento das zonas acima discriminadas. Não olvidemos os tapires, os porcos do mato com suas numerosas manadas, o peixe-boi, os botos de rio, o pirarucu, etc.

Não há, portanto, necessi-

(Continua na pag. 56)

ABATEDOURO MODELO BRASIL S/A

ORGANIZAÇAO HOTELEIRA

CAPITAL Cr$ 30.000.000,00

Escritório Central: RUA AFONSO CAVALCANTE, 179 — Tel. 48-2395

Endereço Telegráfico: BRASILALVES — Caixa Postal, 371

RIO DE JANEIRO — BRASIL

BALANÇO GERAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1955

ATIVO

	Cr$	Cr$
Disponivel:		
Caixa	1.511.685,30	
À ordem em Bancos	2.070.636,00	3.582.321,30
Imobilizado:		
Caixas e engradados	3.185.052,00	
Despesas de instalação	73.143,50	
Imóveis	5.215.717,60	
Maquinismos	1.102.289,10	
Material rodante	3.390.386,70	
Móveis e utensílios	1.176.387,70	
Obras e instalações	3.721.105,40	
Rouparia	321.131,40	18.185 213,40
Realisável, a curto e longo prazo:		
Acionistas	3.402.950,00	
Contas correntes	717.930,30	
Depósitos	432.842,70	
Duplicatas e Obrigações a receber	10.551.957,20	
Impostos reembolsáveis	218.348,70	
Mercadorias	8.455.301,20	
Participação em Sociedades	120.000,00	
Titulos da Cruzeiro do Sul Capitalização	385.693,30	
Valores pertencentes à Sociedade	444.164,00	24.729.187,40
Compensado:		
Ações em caução	15.000,00	
Caução	1.000.000,00	
Endossos	4.629.059,00	5.644.059,00
		52.140.781,10

PASSIVO

	Cr$	Cr$
Não exigível:		
Capital realisado	26.597.050,00	
Capital a realisar	3.402.950,00	30.000.000,00
Fundo de obras novas	984.335,40	
Fundo de reserva legal	1.414.944,20	
Fundo de provisão para perdas	2.404.590,00	
Fundo de depreciação dos materiais	2.624.744,80	
Titulos depositados	185.000,00	7.613.614,40
Exigivel:		
Contas correntes	2.044.883,70	
Dividendos	3.290.169,90	
Obrigações a pagar	501.120,00	
Contas de Bancos	845.154,90	
Diversas contas	614.523,60	
Bonificações	108.863,30	
Impostos a pagar	620.000,00	8.024.719,90
Compensados:		
Endossos	4.629.059,00	
Titulos Caucionados	1.000.000,00	
Caução da Diretoria	15.000,00	5.644.059,00
Lucros & Perdas:		
À disposição da Assembléia Geral		858.387,80
		52.140.781,10

Rio de Janeiro, 31 de de dezembro de 1955. — **João Francisco Gomes Puga**, Presidente — **Antonio de Amorim**, Tesoureiro — **José Gomes de Barros**, Secretário. — **Manoel de Jesus Martins**, Contador Reg. C. R. C. 4.176.

EMPOSSADO O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL DO DISTRITO FEDERAL

No dia 28 de setembro, no Gabinete do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, teve lugar a posse do Prof. Adamastor Lima, no elevado cargo de Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, eleito em sessão realizada pelo Conselho Nacional do S. S. R., no dia 20 de setembro.



Leitura do termo de posse do Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, Prof. Adamastor Lima, vendo-se além do empossado, o Dr. Rubens Farrula, presidente do S.S.R. e o Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A.

Estiveram presentes à solenidade, o Dr. Rubens de Campos Farrula, Presidente do Conselho Nacional do S. S. R. a quem coube dar posse ao primeiro presidente do Conselho Regional do Distrito Federal; o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente Sociedade Nacional de Agricultura; o Dr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da S. N. A.; Engenheiros Agrônomos Geraldo Goulart da Silveira, Cyneas de Lima Guimarães, Itagiba Barçante, Alberto Ravache, Kurt Repsold e outros, todos membros da Diretoria do S. N. A.; o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral do S. N. A.; o Sr. Abel de Almeida, representante da S. N. A. no Conselho Regional do Distrito Federal do S. S. R.; o Sr. Flavio de Brito, Presidente da Federação de Cooperativas; os Srs. João Luiz de Carvalho, Ubaldo Carvalho, Antonio Correia da Silva e outros elementos de destaque na lavoura carioca; funcionários do Ministério da Agricultura, da Confederação Rural Brasileira, do Conselho Nacional do Serviço Social Rural e da Sociedade Nacional de Agricultura, além de numerosos amigos e admiradores do Prof. Adamastor Lima.

Usaram da palavra na ocasião, o Dr. Rubens Farrula, que disse da satisfação com que empossava o Prof. Adamastor Lima no elevado cargo, pois se tratava de um elemento de há muito ligado ao ruralismo, ocupando cargos tanto na diretoria da C. R. B., como na diretoria do S. N. A. e o Professor Arthur Torres Filho, que, em nome da S. N. A. saudou o empossado, que há mais de quarenta anos estava integrado nos ideais da referida instituição.

Em seu magnífico improviso o Prof. Arthur Torres Filho focalizou as necessidades do sertão carioca em matéria de assistência social e a certeza de que o empossado, profundo conhecedor do meio rural do Distrito Federal tudo faria para elevar o nível de vida daqueles que vivem no Sertão Carioca.

Usou, finalmente, da palavra, o Prof. Adamastor Lima que disse de seus propósitos de bem servir ao meio rural carioca na Presidência do Conselho Regional do Distrito Federal, estando certo de que, com o apoio de seus companheiros de Conselho e dos líderes rurais do Distrito Federal, poderia realizar alguma coisa de bom e de útil, dentro do critério que norteou a criação do Serviço Social Rural.

DIA DO LAVRADOR CARIOCA

Brilhante solenidade realizada na Fazenda Modêlo, por ocasião do Dia do Lavrador Carioca — A classe rural carioca unificada — Magnifico discurso do Major Acácio Gomes

Por ocasião da passagem do Dia do Lavrador Carioca, que é também o Dia do Agricultor, de acôrdo com o estabelecido pela Confederação Rural Brasileira e que coincide com o Dia da Árvore (21 de Setembro), realizou-se na Fazenda Modelo, uma solenidade à qual compareceram os representantes das altas autoridades municipais, lideres do ruralismo carioca e numerosos lavradores.

Durante a solenidade, falou em nome dos lavradores do Distrito Federal o Major Acácio Gomes, cujo magnifico discurso vai na íntegra adiante transcrito.

Agradecendo, e comemorando a unificação da classe rural do Distrito Federal em torno de seu orgão representativo que é a Sociedade Nacional de Agricultura, investida da função de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, usou da palavra o seu Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Pollano, que disse da satisfação da S. N. A. pela harmonia estabelecida entre as entidades de classe do Distrito Federal e que a mesma trabalhará como sempre trabalhou, em prol das justas reinvindicações daqueles que, no Sertão Carioca labutam na lavoura.

Coube ainda o Secretário-Geral da S. N. A., comemorando a data duplamente auspiciosa para a lavoura Carioca, plantar um exemplar de Pau Brasil.

Foi o seguinte o magnífico discurso pronunciado, na ocasião pelo Major Acácio Gomes:

DISCURSO DO MAJOR ACACIO GOMES

Na reunião do dia 17 do corrente, da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, considerada a "mais importante já realizada", depois de sua existência, pelo conhecimento que tiveram os lavradores do território carioca, de que a sua maior organização de classe se havia incorporado, por uma interpretação do Ministério da Agricultura à Sociedade Nacional de Agricultura, e por consequência à Confederação Rural Brasileira, com os mesmos direitos e deveres de suas congêneres, alcançando-se assim, satisfatòriamente a aspiração maxima dos ruralistas cariocas, fui designado, por proposta, do Presidente Flavio da Costa Brito, e com o consenso de todos os presentes, para dizer aqui palavras aos colegas da lavoura, relativamente ao dia de hoje, que é oficialmente o nosso dia, isto é, do lavrador do Distrito Federal.

A tarefa que me confiou o Presidente da FARDIF, é para mim fácil e agradável, desempenhá-la, por motivos que me dizem respeito, a sentimentos intimos — que é a oportunidade que tenho, de entrar em contacto com velhos e bons companheiros, alguns amigos de muitos anos, e ser aqui neste recanto do sertão carioca, que conheço desde 1909, quando vinha com colegas de farda, ainda aspirante. Que magnifica recordação fazermos churrasco nas matas da Fazenda da Prefeitura, quando Prefeito o inesquecivel Marechal Bento Ribeiro.

Meus caros colegas lavradores, pelo que venho de dizer, estou habilitado a fazer um histórico das atividades agro-pecuaristas, durante os últimos quarenta anos, do território carioca, porque delas, tenho participado na minha propriedade rural, à Estrada Intendente Magalhães n.º 2816, adquirida em 1915; mas não farei, porque, infelizmente, tem havido soluções de continuidade no desenvolvimento de nossa vida agro-pecuarista. Vou reportar-me tão sòmente a recordar ligeiramente a época áu-

rea da laranja, marco destacado do progresso rural do Distrito Federal, quando era um jardim encantador, com belos e bem cuidados laranjais, orgulho dos turistas cariocas, e que proporcionaram abundantes divisas para o País, com a exportação de seus frutos, e em cuja atividade muitos companheiros nossos, fizeram fortunas apreciáveis.

É justo, meus companheiros lavradores, que prestemos uma homenagem especial, no dia do lavrador carioca, ao agrônomo, que com seu entusiasmo de moço, grande capacidade de trabalho, competência, e honestidade funcional, tudo fez ao seu alcance, para que no sertão carioca, se aproveitasse uma grande área de suas terras férteis, com a cultura da laranja, e que sempre foram disputados por consumidores nacionais e estrangeiros, pela sua excelente qualidade. Êste profissional, que tem o seu nome ligado à cultura de tão apreciada fruta, embora com a saúde um tanto alterada, ainda dirige a contento o órgão máximo da classe — que é a Sociedade Nacional de Agricultura — refiro-me ao nosso grande amigo — Dr. *Arthur Torres Filho* — um dos maiores ruralistas brasileiros, excelente homem público, a quem a agricultura nacional, e em particular a carioca, muitos lhe deve.

Já que fiz uma homenagem especial a um grande vulto da agricultura nacional, cumpre-me o dever de mencionar o nome de mais dois, isto é, os membros 1 e 2 da escola da agricultura do Distrito Federal, que relevantes serviços prestaram e ainda prestam com o mesmo ardor e eficiência à nossa lavoura; o primeiro da escala, que considero autoridade na produção agrícola e na distribuição; competente, entusiasmado, grandemente interessado pelo bem estar de seus colegas, naturalmente honesto, e acima de tudo, possue a consciência exata do homem de bem, como constatei quanto Secretário da Agricultura — não precisaria indicar o seu nome, já vejo que está aflorando nos lábios de todos — é o nosso companheiro Abel de Almeida; o segundo da escala, a que me refiro é um professor de agricultura, um técnico de valor, nosso conhecido há mais de trinta anos, perfeitamente identificado com o sertão carioca e com os seus habitantes, dotado de sólida cultura, inteligente, prestativo e com exemplar honestidade funcional, que apesar de um pouco maduro, tem espírito de moço e acompanha com vivo interêsse, todos os progressos da agricultura — todos já sabem também quem é êle: o nosso velho amigo Corrêa.

Estes dois pioneiros da agricultura, por mim apontados — Abel de Almeida e Antônio Corrêa, e mais o prestimoso Presidente da nossa FARDIF o digno companheiro Flávio da Costa, que tem dado sobejas provas de ser um grande batalhador e infatigável defensor dos interêsses agro-pecuários do território carioca, agiram de comum acôrdo, no sentido de aplainar dificuldades e garantir os nossos legítimos direitos, em face à Sociedade Nacional de Agricultura, e o êxito dos resultados obtidos, foram de grande valia, com a abertura de um novo horizonte para a agricultura carioca. Promete-se de agora em diante, um contacto direto com os Poderes Públicos Federais, para usufruirem tôdas as vantagens das leis sociais em vigor.

É um dever do Poder Público, procurar afastar os produtores da influência dos atravessadores, que se infiltram sorrateiramente na faixa, que separa os produtores dos consumidores, e basta uma ligeira observação nos centros distribuidores — feiras-livres e mercados — para que os produtores se capacitem da necessidade imperiosa de se organizarem em classe — Associações e Cooperativas — e foi o que fizeram os da época, reunindo logo em seguida, tôdas as organizações existentes, na Federação das Associações Rurais do Distrito Federal — a Fardif, — e que devido à sua influência, como órgão máximo da classe, foi construido o Entreposto Central Agrícola da Praça da Bandeira.

Como vêm, meus companheiros, muitos e bôas providências foram tomadas, em prói do lavrador, como a construção do Entreposto Central Agrícola, e que na inauguração, declarei, como Secretário da Agricultura, ao Sr. General Mendes de Moraes, que igual àquele precisaríamos de mais alguns, para a melhor distribuição dos produtos de nossa lavoura.

Houve muita satisfação, fêz-se um regulamento, nomeou-se administrador, mobilizou-se até telefone, e logo em seguida mudou-se o Govêrno Municipal, e a nova administração, encarando o assunto através de um outro prisma, cedeu-o, sem relutância, ao *Saps*, e êste, o destruiu imediatamente, como se fôsse uma velha casa da Avenida Presidente Vargas, e construiu no terreno limpo, o Supermercado.

E agora, meus amigos, o que estamos assistindo, o Govêrno Federal, grandemente preocupado de melhorar as condições de vida de nosso povo, incumbiu o Presidente da *Cofap* e o nosso digno Secretário da Agricultura, o Senhor Dr. Fontes Romero, para escolherem local e construirem um Entreposto de Produtos Agrícolas, dentro de 120 dias.

O programa que foi traçado pela Secretaria da Agricultura, anos atrás, e executado pelo Departamento da Agricultura, sob a competente, entusiasta e dinâmica direção, do então jovem, agrônomo Osmar Rezende, e depois, hàbilmente seguida pelo inteligente e brilhante agrônomo Antônio Dias Lopes, proporcionou, tais ajudas e benefícios aos lavradores e criadores, que desafiam confronto com o de países, que mais interêsse tomam, por aquêles, que dedicam suas atividades, na produção dos elementos básicos, destinados à alimentação de seus semelhantes.

Não vou analisar o panorama agrícola de ontem o de hoje. Sei perfeitamente que a Secretaria de Agricultura, apenas de estar nas mãos

de um homem inteligente, exprimentado e hábil político, como é o Sr. Dr. Fontes Romero, tem que enfrentar dificuldades muitas, pois, dispondo do mesmo pessoal técnico, competente e trabalhador, como bem sei, não dispõe todavia, de dotações, que possam atender com eficiência, os vários serviços de sua Secretaria. Por cima de tudo, veio a inflação alterar também a situação social e econômica do nosso sertão com a valorização brusca de suas terras, tornando-se ante-econômico o seu aproveitamento na exploração agro-pecuária, e daí o febril loteamento a que estamos assistindo, em todos os sentidos, e em muitos, ainda se observam vestígios, como galinheiros e árvores frutíferas, indicando, que antes, eram centro de ativa produção agro-pecuário.

Antes de terminar, desejo lembrar como justa e merecida homenagem, o nome do Sr. General Angelo Mendes de Moraes, que foi inquestionavelmente, o Prefeito que mais fez pelo desenvolvimento agro-pecuário do Distrito Federal, e como tal, passou a ser chamado, expontâneamente, por todos nós, como *Prefeito dos Lavradores*.

Feliz inspiração, teve o legislador carioca, fazendo coincidir o nosso dia de festa, com o da árvore, por ser ela, uma das melhores dadivas divinas e por isso, devemos dedicar um grande amor, não só pelo lirismo de sua beleza, como pelos grandes benefícios que presta à humanidade.

O lavrador carioca, um grande apaixonado pela cultura da terra, associa-se, com prazer, e aplaude, com entusiasmo, a campanha patriótica, dirigida pelo Sr. General Dornelles, operoso Ministro da Agricultura, da recuperação de nossas florestas, por todo o território nacional.

Finalmente, meus caros companheiros, faço votos de progresso e felicidades, e para que todos nós, irmanados, no sentimento de produtores, continuemos, com o mesmo garbo e entusiasmo, produzindo — *muito, cada vez mais e melhor*.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA S. N. A.

Foi o seguinte o movimento da biblioteca da S. N. A. durante os meses de Julho e Agôsto.

Livros etiquetados ...	101
Obras catalogadas ...	80
Livros registrados ...	45
Revistas registradas .	231
Fichas intercaladas nos fichários	1.626
Fichas batidas	1.443
Livros enviados para encadernação	94
Revistas enviados para encadernação	56
Mapas guardados	21

Obs.) Foi iniciado, no referido mês, a organização do mapoteca.

Notícias e Informações

Comision Argentina Pro Fomento del Intercambio.

De acôrdo com ofício da Comision Argentina Pro Fomento de Intercâmbio, divulgamos as seguintes ofertas e procuras de firmas argentinas.

a) Benjamin Kohn & Cia., José Fererico Moreno 1497 Mendoza interessado em exportação de frutas, frutas sêcas, etc.

b) Onofre Tuma, Rivada, 756 — Las Heras — Mendoza, interessado em exportação de mel.

11..º *Aniversários das Nações Unidas*

No Dia 24 de outubro, as Nações Unidas comemoraram mais um aniversário. O Centro de Informações do Rio de Janeiro divulgou uma interessante nota a respeito intitulada "Viver em paz uns com os outros os outros, como bons vizinhos.

1.ª *Conferência Panamericana de Organização Científica*

Realizou-se, no período de 12 a 17 de novembro, em Santiago do Chile, a 1.º Conferência Panamericana de Organização Científica, organizada pelo Instituto Chileno de Administração Racional de Emprêsas "ICARE" e sob os auspícios da Pan América Council Of the Comié International de el Organizacion Scientífica.

Confederação Rural Brasileira

O Presidente da S. N. A. recebeu, em Agosto, telegrama do Presidente da Confederação Rural Brasileira, congratulando-se com a vitória ao veto parcial da lei execução do reajustamento pecuário.

Cooperativismo no Brasil

A UNESCO reconhece um grande progresso nas cooperativas escolares do Brasil. Em 1931, o nosso companheiro Dr. Fábio Luiz Filho publicou o primeiro modelo de Estatutos para as Cooperativas Escolares e em 1933, a primeira edição de um livro sôbre o assunto. Em 1954, o Brasil constava com 759 Cooperativas escolares. Atualmente o nosso país é o que, entre os paizes latino — americanos, publica mais números de revistas, livros e folhetos sôbre o assunto.



A FOTO INTERNACIONAL

O símbolo da vida agrícola americana bem pode ser o Estado da Pennsylvania, pois as fazendas nessa região dos Estados Unidos tem um característico especial e conservado através dos anos de história da própria nação. Uma fazenda da Pensylvínia é invariàvelmente algo que reflete uma tradição e um processo de história, embora seja ultra moderna e disponha das culturas mais avançadas. Há algo nas fazendas do formoso Estado, e o clichê nos mostra uma típica fazenda da região, com seu lago próprio, destinado a conservar água para vàrios usos, inclusive para servir de cria de ouro peixes, sem falarmos na parte de recreação que oferece. Como vemos na fotografia, essa fazenda traz a marca de um processo agro-pecuário que não se desviou da tradição, embora as conquistas modernas que encerra. (Foto do International Press Service, especial para A Lavoura).

MÉTODO DE ANÁLISE DOS ELEMENTOS TROCÁVEIS DAS TERRAS DE CULTURAS

1 — *Preparo da amostra de terra* — Estende-se em uma bandeja a amostra de terra a ser analisada, a qual é levada a uma estufa e sêca à temperatura de 50°C. A estufa é provida de uma ventoinha afim de assegurar uma perfeita circulação do ar quente. A seguir, a terra é triturada e passada através de uma peneira com orifícios de 2 mm de diâmetro. Denomina-se "terra fina" a amostra preparada nestas condições, a qual se coloca em vidros e está pronta para ser analisada.

2 — *Umidade higroscópica* — Em um cadinho prèviamente tarado, pesam-se 5 g de terra fina; coloca-se em uma estufa, pelo espaço de 3 horas e à temperatura de 110°C. Depois de resfriado o cadinho em um dessecador, a água contida em 5 g de terra fina. Essa diferença de pêso, multiplicada por 20, expressará a percentagem de umidade higroscópica.

Devendo ser calculadas para terra sêca a 110° tôdas as percentagens dos elementos dosados no decorrer da análise, acha-se o fator correspondente da seguinte maneira: Sendo *a* a percentagem de unidade higroscópica — representará o fator $\frac{100}{100\text{-}a}$ pelo qual será multiplicado o teor percentual dos elementos dosados na terra fina, para transformar em percentagem na terra sêca a 110°C.

3 — *Matéria orgânica* — Coloca-se 0,5 ou 1 g de terra fina no forno elétrico do aparelho determinador de carbono "Dietert", a uma temperatura de 500 a 600°C, passando-se uma corrente de oxigênio. Os gases formados na combustão (CO^2), o oxigênio e o ar — são conduzidos a uma bureta especial do aparelho, fazendo-se o nível d'água coincidir com o zero da escala. Em seguida, faz-se a mistura dos gases atravessar uma solução concentrada de hidróxido de potássio, que retêm todo o CO^2. O restante dos gases (oxigênio e ar) faz-se voltar novamente à bureta, onde, por diferença, se obtém os cc antes ocupados pelo CO^2. O método de trabalho e a graduação da bureta do aparelho darão diretamente a percentagem de carbono na terra fina. Donde:

$$C\% \times 1{,}724 \times \frac{100}{100\text{-}a} =$$

Matéria orgânica % em gramas (g), na terra sêca a 110°C.

4 — *Nitrogênio total (N)* — Em um balão de Kjeldahl, atacam-se 5 g de terra fina com 20 cc de ácido sulfúrico concentrado, usando-se como catalisador 0,5 g de sulfato de cobre. Terminada a oxidação da matéria orgânica, que leva de 4 a 6 horas, retira-se o balão do fogo e depois de frio transvasa-se o seu conteúdo para um balão calibrado de 200 cc, completa-se o volume e agita-se. A seguir, tomam-se 100 cc de destilação, juntam-se 50 cc uma solução de hidróxido de (2,5 g de terra) em um balão

de água destilada e 50 cc de sódio a 50%. Destila-se 2/3 do volume, recebendo-se o NH^3 destilado em 10 cc de uma solução de ácido bórico a 1%. Finda a operaçao, titula-se o borato de amônia formado com uma solução de ácido clorídrico n/20, usando-se como indicador 15 gôtas da mistura dos solutos alcoólicos de vermelho de metilo e verde de bromocresol a 0,1%. Sabendo-se que 1 cc da solução de ácido clorídrico n/20 corresponde a 0,0007 g de nitrogênio, calcula-se a percentagem do teor em N do seguinte modo: Os cc de HCl n/20 × 0,0007×40×100 / 100-a = N% em gramas (g), na terra sêca a 110°C.

5 — *Indice pH* — Em um copo de 50 cc de capacidade, colocam-se 10 g de terra fina e adicionam-se 25 cc de água destilada, — prèviamente fervida e resfriada. Por meio de um agitador elétrico, agita-se a mistura por minutos e deixe-se em repouso por 18 horas. Executa-se depois a determinação do pH da mitura, por intermédio de um potenciômetro, provido de elétrodo de vidro, de acôrdo com a técnica indicada.

Fósforo (PO4me) — Em um tubo percolador de 30mm de diâmetro por 300 mm de altura, colocam-se 10 g de terra fina e juntam-se 100 cc da solução extratora, formada de um volume de ácido oxálico normal e três volumes de oxalato de potássio também normal. Do percolado, depois de bem agitado, tomam-se 100 cc, colocando-se em um balão calibrado de 100 cc. Em seguida, juntam-se 3 cc de uma solução de ácido sulfúrico 10 N e 9,5cc de uma solução de permanganato de potássio normal e espera-se a reação oxidante do permanganato sôbre o ácido, que se processa mesmo a frio. Uma vez incolor a solução, junta-se, gôta a gota, a solução de permanganato de potássio normal até excesso de duas gôtas. Adicionam-se cêrca de 30 cc de água destilada e mergulha-se o balão em banho-maria. Depois de 10 minutos, juntam-se 5 cc de uma solução de glicose, a 24% e deixando-se no banho maria até que a solução se torne incolor, indicando a redução total do MnO2. Após 10 minutos de redução, adicionam-se 2 cc do reativo sulfomolíbdico. Iniciada a coloração azul, deixa-se em banho -mariapelo espaço de 30 minutos, findo os quais complete-se o volume do balão, depois de frio. Em seguida, mede-se a intensidade da coloração azul da solução por intermédio do Eletrofotômetro "Fisher", usando-se o filtro vermelho. A leitura da escala (L) multiplicada pelo fator de calibração do aparelho (f) dará os miliquivalentes (me) de PO_4.

$$\text{Assim, } L \times f \times 100 \frac{100}{100-a} = PO_4$$

me por 100 g de terra sêca a 110°C.

7— *Percolação do Cálcio e Potássio trocáveis* — *Em* 1 tubo percolador de 50 mm de diâmetro por 400 de altura, colocam-se 30 g de terra fina e adicionam-se 300 cc de uma solução de ácido nítrico n/20 Recebe-se o líquido percolado 300 cc. Terminada a percolaem um balão calibrado de 300cc. Terminada a percolação, completa-se o volume e agita-se o balão.

8 — *Cálcio (Ca me)* — Em um copo de 150 cc de capacidade, tomam-se 100 cc líquido percolado, onde se juntam 3 cc de ácido cítrico a 10% e 5 cc de uma solução saturada de cloreto de amônio. — Alcaliniza-se com hidróxido de amônio e leva-se ao fogo. Eliminado o amoníaco livre, precipita-se o cálcio com 5 cc de uma solução saturada de oxalato de amônio, deixando-se em fogo brando até que todo o precipitado fique assentado. Em seguida, filtra-se, lavando-se o precipitado de oxalato de cálcio com água quente. Passa-se depois, o funil para um Erlemmeyer de boca larga e dissolve-se o precipitado com ácido sulfúrico (1+9) e quente. Titula-se, a seguir, o ácido oxálico formado com uma solução de permanganato de potássio n/10. O cálculo é o seguinte: Os cc de $KMnO_4$ n/10 × $\frac{100}{100-a}$ = Ca me por 100 g de terra sêca a 110°C.

9 — *Potássio (K me)* — Em uma cápsula de porcelana, evaporam-se 200 cc do líquido percolado (20 g de terra), até completa secura. Leva-se, depois, a cápsula ao fogo direto, onde é calcinada brandamente cêrca de 10 minutos. Depois de frio, dissolve-se o resíduo em 5 cc de água destilada, agitando-se com um bastão de vidro, provido de ponta de borracha. Filtra-se e, do líquido filtrado, tomam-se 2 cc (g de terra), em um pequeno tubo de ensaio e precipita-se o potássio com 2 cc do reativo de cobalto. Depois de 3 horas de repouso, coloca-se o tubo na centrífuga para turbinar enèrgicamente por 2 minutos, aspirando-se, em seguida, o líquido sobrenadante por meio de um tubo capilar de vidro, ligado a uma trompa dágua. Lava-se o precipitado com pequenas porções de água destilada, centrifuga-se novamente e aspira-se o líquido limpo. A lavagem e centrifugação são repetidas até que o líquido sobrenadante apresente-se completamente incolor. Passa-se o precipitado para um Erlenmeyer de bôca larga e procede-se à titulação com uma solução de permanganato de potássio n/25, operando-se da seguinte maneira: Por meio de uma bureta, junta-se um pequeno volume da solução de permanganato, adicionam-se 3 cc de ácido sulfúrico e coloca-se o Erlenmeyer em banho-maria. Deve-se tomar a precaução de ter sempre um pequeno excesso do permanganato, a fim de serem evitadas perdas de gás nitroso. Prossegue-se a titulação até que a solução apresente a coloração rosa persistente. Retitula-se, o excesso da permanganato com uma solução de oxalato de sódio n/25. Dos cc de permanganato de potássio n/25, obtendo-se, então, os cc de permanganato de potássio n/25 realmente combinados. Sendo o pêso de ensaio final de 8g de terra e sabendo-se que 1 cc de permanganato de potássio n/25

corresponde a 0,006664 miliquivalentes de potássio, calcula-se o teor em K da se-

$$KMnO_4 \quad n/25 \times 0{,}833 \times \frac{100}{100\text{-}a} =$$

K me por 100 g de terra sêca a 110°C.

Quando se dispõe de um Fotômetro de Chama, a dosagem de potássio é feita, em linhas gerais, da seguinte maneira: Neutraliza-se uma parte do liquido percolado com hidróxido de amônio, usando-se como indicador a fenoftaleina. Depois de um repouso de 2 horas, separam-se, por filtração, os precipitados de hidróxidos de ferro e de alumínio formados. Em seguida, leva-se o liquido filtrado ao fotômetro, para a determinação do potássio, pelo processo da leitura direta da intensidade das radiações emitidas pelo elemento em análise, utilizando-se o ultragás (propano) como fonte de energia.

REAGENTES

Indicador de vermelho de metilo e verde de bromocresol

I — Vermelho de metilo 0,1 g
Alcool a 95% 100cc

II — Verde de bromocresol 0,1 g
Alcool a 95% 100 cc

Misturam-se 50 cc do soluto alcoólico I com 20 cc do soluto alcoólico II.

Solução de glicose

Glicose	24 g
Água destilada	90 cc
Alcool	10 cc

O álcool adicionado tem, apenas, a propriedade de conservar a solução.

Reativo sulfo-molibdico

Molibdato de amônio	10 g
Água destilada	100cc
Água sulfúrico (1,84)	100cc

Dissolve-se o molibdato de amônio na água destilada, adicionando-se, depois, pouco a pouco, resfriando continuamente, o ácido sulfúrico.

Reativo de cobalto

"a" Nitrato de cobalto 10 g
Água destilada 20 cc
Acido acético glacial 5 cc

"b" Nitrato de sódio 48 g
Água destilada 72 cc

Tomam-se 84 cc da solução "b" e adiciona-se à solução "a", passando-se, em seguida, uma corrente de ar até o desaparecimento dos vapores nitrosos.

Obs) Dados fornecidos pela Seção de Química do Instituto Agronômico de Minas Gerais.

O ELEMENTO HUMANO NA COLONIZAÇÃO

Ney Brandão
Engº. agrº.
Especial para "A Lavoura"

O Brasil é um país que, pela sua baixíssima densidade demográfica, está destinado a utilizar grande quantidade de braços para o seu soerguimento econômico, o qual se baseará principalmente nas atividades industriais e agrícolas. Estas últimas consistirão na ocupação permanente com culturas ou criações de animais domésticos.

Para utilizar de forma efetiva a terra, temos que realizar a colonização. Um dos problemas capitais que comprometem o sucesso de qualquer obra colonizadora é o elemento humano.

Diversos e muitos dêles recentes, têm sido os fracassos ocasionados pela escolha infeliz e conseqüente utilização de mão de obra agrícola, em empreendimentos particulares ou mesmo patrocinados pelo poder público. Não chegamos a dizer que tenham sido causas únicas, porém não podemos deixar de considerá-las como decisivas.

Duas são as origens a que se recorre para o povoamento: a nacional e a estrangeira. Esta última é sempre escolhida pressupondo-se a sua melhor capacidade de trabalho, o que se traduz por técnicas mais fáceis e rendosas.

Entretanto, o simples fato de não ser alienígena não confere a "priori" a garantia de êxito, como querem os acérrimos valorizadores da mão de obra não brasileira. Inúmeros têm sido os insucessos que têm acontecido com elementos, que, pela sua origem, eram considerados ótimos.

Lembremos os alemães no Espírito Santo, por exemplo. De tal modo se confundiram com o ambiente ecológico que degeneraram; o contacto imigratório se orientou de tal forma que o único resultado objetivo da aculturação foi uma simples mudança no tamanho e na densidade da população da região.

A nosso ver, cremos que não deve ocorrer um nítido isolamento estrutural e sim um contacto receptivo, progressivo, através do qual o grupo introduzido, embora influa preponderantemente, não consiga o predomínio cultural. A aculturação ideal é aquela que traga uma mudança e para melhor, das possibilidades econômicas. Mas nada disto se obtem, pela simples razão de não se fazer uma escolha prévia e cuidosa

Cuida-se simplesmente de introduzir "tantas famílias do país tal", para se dedicar à agricultura. Não há a menor preocupação em se conhecer se têm tais famílias habilitações necessárias ao bom desempenho da atividade agrária.

Comumente entre os "colonos", encontramos e em proporções bem acentuadas, pessoas que jamais trabalharam na lavoura ou pecuária. Eram na terra de origem artífices, operários especializados ou mesmo tinham nível universitário! Procurando fugir às condições adversas, tais elementos emigraram sob o amplo título de "colonos".

É fácil compreender que êstes tipos de imigrantes não trazem qualquer benefício para o desenvolvimento agrícola. Logo que podem, deixam o meio rural e vão exercer as profissões para as quais estavam realmente preparados.

Julgamos que o recrutamento da mão de obra estrangeira deve ser bastante cuidadoso, feito no local de origem e adequado para o fim especial em vista, por técnicos nacionais em agricultura e colonização.

Assim é imprescindível que sejam selecionados agricultores para a lavoura! Parece uma observação inoportuna, porém, na verdade, ela precisa ser feita, pois os resultados estão aí a afirmar da necessidade de uma escolha bem feita.

Quanto ao elemento nacional, não deve escapar, e com mais forte razão, de um critério seletivo. Não basta transportar, colocar no local

(Continua na pág. 56)

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

LII

FOLCLORE — PRODUTOS AGRICOLAS NA COZINHA AFRO-BAIANA

Nos pratos da cozinha afro-baiana registrados pelo escritor Luiz da Camara Cascudo em o seu magnifico "Dicionário do Folclore Brasileiro" figuram, além de hortaliças, verduras e óleos vegetais (dendê), arroz, feijão, mandioca e milho.

Entra o arroz no preparo de **açaçá, afurá, arroz de assuá, cuscuz de arroz** e de **cuscá** ou **euscá**. É o feijão fradinho utilizado na feitura do **abalá, abará** ou **acarajé**, do **ebó**, do **ecuru** e do **humulueú** ou **feijão de azeite**. Outros feijões, entre os quais o mendohi, também chamado mulatinho, na Bahia, entram na confecção de apreciadas e diversas iguarias. A mandioca é empregada para o preparo do **abrazo, ambrazô** ou **ambrozô de mandioca**, do **arubé**, do **beiju**, do **carimã**, do **cuscuz de mandioca**, do **olubó** e de outros componentes de variadas iguarias. O milho, com múltiplas aplicações, entra no preparo do **aberém**, do **abrazô**, do **acaçá de milho**, do **ado**, do **angú**, da **cangica**, do **curáu**, do **cuscuz de milho**, do **denguê**, do **mugunzá**, da **pamonha**, etc., **pipoca** e **xerém**.

LIII

GOMA DE MASCAR — INDUSTRIA EXTRATIVA DE FUTURO

Gregorio Bondar, cujos trabalhos são numerosos e apreciados, em estudo sobre a goma de mascar, ressalta a possibilidade do desenvolvimento de sua exploração. Enumera os processos de extração e indica, além do sapotizeiro, principal fornecedor da goma chicle na América Central, apocináceas e sapotáceas, essas abundantes nas matas do sul da Bahia.

LIV

NOMADISMO DO SERINGUEIRO NO VALE AMAZÔNICO, — SUAS CAUSAS e MEIOS DE EVITA-LO

Em trabalho apresentado à III.ª Conferência Econômica da Borracha, realizada em Belém, Estado do Pará (1948) tivemos oportunidade de dizer:

"O homem da hinterlândia amazônica, vivendo, sabe Deus como, na solidão das matas, — disperso desde a planicie até as encostas e chapadas de além cachoeiras —, torna-se, pelo hábito das distâncias, mais ou menos andejo, tendendo ao nomadismo. Não é, entretanto, pelo menos os de origem de zonas rurais nordestinas, nômade por indole, e seria mais feliz se pudesse exercer sua atividade extratora simultaneamente com a de pequeno lavrador e criador.

O nomadismo é uma resultante, — não em todos, mas, na maioria dos casos —, da precariedade das condições da vida nos seringais. Melhorá-las, facilitando a constituição regular da familia e sua instalação para o exercicio da atividade agro-extrativa de interesse permanente, muito propicio a favorecer o povoamento dos seringais, é, naturalmente, o caminho indicado."

LV

GREVE NO ABASTECIMENTO DE LEITE

Foi com justa inquietação, em referência ao futuro dos produtores, que tomei conhecimento da última greve no fornecimento de leite aos mercados consumidores. Traz ela consequências lamentáveis e essas, com um pouco de senso, teriam sido evitadas. Temos demonstrado a necessidade imperiosa da baixa do nivel do custo da produção e da melhoria do seu rendimento.

Não dispõe a maioria, senão a totalidade dos criadores, de recursos para enfrentar o complexo e dispendioso problema. Entretanto, o papel a ser desempenhado pelas associações rurais e suas federações junto aos criadores e aos poderes, exige prudência e, sobretudo, muito tato.

LVI

MISTURA INJUSTIFICAVEL

Não se justifica, e deve, mesmo, ser combatida como fraude prejudicial aos interesses do Brasil, e dos seus cafeicultores, a projetada mistura ou liga do café brasileiro ao de procedên-

cia africana nos mercados internacionais.

O que necessitamos é manter campanha, racional e persistente, visando elevar a produção de cafés finos para substituir, nos mercados importadores, os de qualidade inferior.

LVII

ALGAROBA

Tem despertado real interesse entre os criadores nordestinos o plantio da algaroba, — leguminosa forrageira considerada como fator de desenvolvimento da pecuária nas zonas sêcas. É utilizada como "rama" e como "forragem concentrada" proporcionada pelos seus frutos.

LVIII

INDÚSTRIA BRASILEIRA DO BACALHAU VERDADEIRO E SEUS CONGÊNERES

Dispendemos com a importação do bacalhau elevada soma de divisas e dada a importância e tradição do seu consumo no país, devemos lutar pela sua industrialização no Brasil e pela exploração de seus congêneres pescados em águas brasileiras.

O bacalhau verdadeiro, — **Gadus morrhua**, obtido em campos internacionais de pesca, poderia ser trazido, já salgado, para ser beneficiado no Brasil. Aponta a Divisão de Caça e Pesca, pelo seu clima e situação privilegiada, o Rio Grande do Norte como ponto indicado para a instalação da indústria.

A exploração dos congêneres, isto é, abrotéa — **Uroplycis Brasiliensis**, badejo — **Melanogrammus aeglefinus**, badejo largo — **Molva molva**, badejo negro — **Pollachius virens**, brosmio — **Brosme brosme**, e merluza — **Merluccius merluccius** deve ser tentada, sobretudo no sul do país, onde revela-se promissora a pesca da abrotéa e da merluza. Indica a Divisão de Caça e Pesca a instalação, em local a ser escolhido, no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, de parque industrial organizado nos moldes mais modernos, dispondo de construções simples e eficientes, de custo o mais baixo possível.

LIX

CARTEIRA DE CRÉDITO COOPERATIVO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Dirigida pelo Eng. Agrônomo Roberto Bezerra de Menezes, está a COOPE dividida em dois setores, cuidando o primeiro (Operações) do financiamento às sociedades cooperativas e o segundo (Orientação técnica e planejamento) da assistência técnica, quando solicitada, e da difusão da doutrina e prática cooperativista.

Falhas de ordem técnica e administrativa, corrigíveis com o tempo, têm dificultado a ampliação dêsse tipo de operações. Entretanto, no exercício de 1955, foram financiadas 48 sociedades cooperativas (Cr$ 32.295.000,00) e no primeiro semestre do corrente ano foram beneficiadas com financiamento 31 sociedades cooperativas (Cr$ .... 23.800.000,00). As 79 entidades contempladas, tôdas sediadas na área do polígono das sêcas, atenderam a 4474 cooperativas, realizando assim um magnífico programa de redistribuição.

"As cooperativas constituem, — como bem disse Roberto Bezerra de Menezes em conferência pronunciada em Terezina, o veículo ideal para fazer chegar aos pequenos agricultores o crédito agrícola."

LX

XXXIV DIA COOPERATIVO INTERNACIONAL

Ao ensejo da comemoração, ocorrida em 7 de julho, tivemos oportunidade de enviar ao CNEC a seguinte mensagem:

"É um dever de mais velho, trazer aos companheiros, nessa expressiva data comemorativa, as congratulações que, a rigor, vêm do fundo do coração. As realizações do cooperativismo brasileiro são, realmente, apreciáveis. E, se a família cooperativista continuar unida prestigiando a ação construtiva de seus membros, dia virá em que a sua atuação, cada vez mais fortalecida, far-se-á sentir de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil. Tudo depende, em última análise, de orientação do Centro Nacional de Estudos Cooperativos. Unamo-nos todos em tôrno do CNEC com os olhos fitos na posição do cooperativismo brasileiro, levando-o a enquadrar-se, pelo estudo e pelo exemplo, entre os mais prósperos do continente e do mundo".

LXI

FOSFATO NATURAL DE OLINDA

O fosfato de Olinda representa para a lavoura brasileira a segurança de sua prosperidade. De sua exploração e emprêgo dependem a recuperação dos solos empobrecidos pela constante retirada do elemento fósforo. Pela situação das jazidas em exploração, vulto de sua cubagem (45 milhões de toneladas) composição do produto **in natura** (19 a 34% de P_2O_5) e, sobretudo, pela aparelhagem e organização da indústria, tudo indica que o adubo produzido será colocado, a preços razoaveis, à disposição dos produtores.

É necessário que associações rurais e as cooperativas de agricultores não fiquem indiferentes, pois, como bem disse o senador Apolonio Sales, em Aspectos do Problema da Adubação:

"Os solos brasileiros precisam ser recuperados, custe o que custar. Ou se levantam estas miseraveis médias de produção ou não haverá quem detenha a penúria que ronda as populações rurais e faz caretas aos citadinos que, mais felizes, recebem do govêrno o amparo passageiro das importações de alimentos.

E para isso é preciso adubo. Adubo em quantidade, adubo a bom preço, de boa qualidade, adequado às terras, e nacional, a fim de que não custe, pela via indireta das divisas escoadas para o exterior, o saldo mirrado do trabalho brasileiro.

Em uma palavra, aponto à nação o problema do adubo como em plano igual ao do petróleo, ao da siderurgia, ao do provimento de energia."

SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ÀS ASSOCIAÇÕES RURAIS

O Ministério da Agricultura acaba de determinar ao Banco do Brasil, que por intermédio de suas agências, efetuem o pagamento das subvenções e auxílios às associações abaixo relacionadas:

SÃO PAULO

Associação Rural Presidente Prudente — .... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Caçapava — .... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Bebedouro — ... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Tatuí — .... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Piraju — .... Cr$ 100.000,00. Associação Rural Novo Horizonte — Cr$ 100.000,00; Associação Rural Mogi das Cruzes — Cr$ 100.000,00; Associação Rural Paranapanema — Cr$ 150.000,00; Associação Rural São Carlos — Cr$ 50.000,00; Sociedade Luiz Pereira Barreto — Cr$ 100.000,00; Associação Rural Fernandópolis — Cr$ 50.000,00; Associação Rural Catanduva — .... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Vargem Grande do Sul — Cr$ 50.000,00; Associação Rural Atibaia — Cr$ 50.000,00; Associação Rural Tambaú — ...... Cr$ 130.000,00; Associação Rural Araraguara — Cr$ 200.000,00; Associação Rural Ibitinga — ...... Cr$ 180.000,00; Associação Rural Leme — .... Cr$ 50.000,00; Associação Rural Nova Granada — Cr$ 50.000,00; Associação Rural Araras — .... Cr$ 120.000,00; Associação Rural Taubaté — .... Cr$ 100.000,00; Associação Rural Casa Branca — Cr$ 150.000,00; Instituto Oceanográfico Universidade São Paulo — Cr$ 800.000,00; Mosteiro Cisterciense de Santa Cruz de Itaporanga, Missão Rural, Itaporanga — Cr$ 50.000,00.

RIO GRANDE DO NORTE

Associação Rural São Paulo Potengi — ...... Cr$ 40.000,00; Associação Rural Angicos — .... Cr$ 60.000,00; Associação Rural Nova Cruz — ... Cr$ 190.000,00; Associação Rural Martins — ...... Cr$ 30.000,00; Associação Rural Santana do Matos — Cr$ 146.000,00; Associação Rural Goianinha — Cr$ 30.000,00; Associação Rural Açú — .... Cr$ 100.000,00; Associação Rural Caraíbas — .... Cr$ 98.000,00; Associação Rural Florania — ...... Cr$ 60.000,00; Associacã Rural Alexandria — ..... Cr$ 30.000,00; Associação Rural Serra Negra do Norte — Cr$ 150.000,00; Associação Rural Jucurutu — Cr$ 30.000,00; Associação Rural Apodi — Cr$ 30.000,00; Associação Rural Augusto Severo — Cr$ 30.000,00; Associação Rural Santa Cruz — ... Cr$ 100.000,00; Serviço Assistência Rural (Natal) — Cr$ 78.000,00; Associação Rural Caicó — ...... Cr$ 150.000,00; Associação Rural Currais Novos — Cr$ 80.000,00; Associação Rural Ouro Branco — Cr$ 40.000,00; Associação Rural São Tomé — .... Cr$ 70.000,00.

MINAS GERAIS

Associação Rural Carlos Chagas — .... Cr$ 50.000,00; Sociedade Rural Triângulo Mineiro (Uberaba) (2) — Cr$ 554,150,00.

PARÁ

Associação Rural Igarapé Açu (1) — .... Cr$ 175.670,00.

MATO GROSSO

Associação Rural Cuiabá (1) — Cr$ 1.000.000,00

PARAÍBA

Associação Rural Conceição — Cr$ 150.000,00; Associação Rural Alagoinha (2) — Cr$ 100,000,00.

SERGIPE

Associação Rural São Cristóvão — .... Cr$ 350.000,00; Associação Rural Japoatã (2) — Cr$ 100.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Associação Rural Lageado — Cr$ 90.700,00; Associação Rural Nossa Senhora Anunciação (Cerro Largo) (2) — Cr$ 20.700,00.

ESPIRITO SANTO

Associação Rural Santa Teresa (1) — ...... Cr$ 164.800,00.

SANTA CATARINA

Associação Rural Seara — Cr$ 100.000,00; F. A. R. E. S. P. (2) — Cr$ 200.000,00.

(Continua na pág. 41)

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

PESQUISA DE PADRAO DE VIDA NO BRASIL

José Alípio Goulart

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, através da Série Estudos e Ensaios (n.º 11), acaba de publicar um interessante trabalho sôbre "Pesquisa de padrão de vida no Brasil", de autoria de José Alípio Goulart, de grande interêsse para os estudiosos no assunto.

SERVIÇO ESPECIAL DE ESTATÍSTICA

**Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
Banco do Brasil S. A.**

O Banco do Brasil S. A. publicou um útil e oportuno volume do Serviço Especial de Estatística, com o movimento anual de 1955.

ZOOTECNIA ESPECIAL

Guilherme E. Hermsdorff

Sob os auspícios da Universidade Rural e do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, acaba de ser publicado o tomo I — Equídios, da Zootecnia Especial do Dr. Guilherme Edelberto Hermsdorff, Professor Catedrático da Escola Nacional de Veterinária.

Trata-se de um magnífico volume que não deve faltar na biblioteca de todos quantos se dedicam aos estudos da zootecnia, dada as credenciais do autor, nome sobejamente conhecido e consagrado como abalizado zootecnista.

EXPOSIÇAO GERAL DA SITUAÇAO ECONÔMICA DO BRASIL

O Conselho Nacional de Economia, publicou, como faz anualmente, um magnífico volume com a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, referente ao ano de 1955, onde examina, com a sua autoridade em assuntos econômicos, os seguintes problemas:

a) Orçamento Econômico Nacional em 1955;
b) Consumo e Investimentos;
c) Despesas Governamentais;
d) Investimentos Públicos e Privados;
e) Importação e Exportação de Bens e Serviços;
f) Política do Café;
g) Política de Energia Elétrica;
h) Política de Transporte;
i) Política da Borracha;
j) Política do Trigo.

BRAZIL — PEOPLE AND INSTITUTIONS

T. Lynn Smith

O sociólogo americano T. Lynn Smith publicou, por intermédio da Lousiana State University Press — Baton Rouge, um magnífico trabalho de 704 páginas, fartamente ilustrado, onde analisa, com grande conhecimento, o povo e as instituições do Brasil, que êle tão bem conhece através de suas viagens no nosso país.

REVISTA DE IMIGRAÇAO E COLONIZAÇAO

Ano XIV — XVI

Na nova fase, a Revista de Imigração e Colonização é o órgão Oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Entre as valiosas colaborações destacam-se: "Política Imigratória e Colonizadora" de Renato Azzi; "A Política de Colonização no Brasil", de João Castelo Branco; "Cooperação na Vida Rural Finlandesa", de Valdiki Moura; "Um pouco da vida de Karl Von Koseritz", de José Fernandes Carneiro, etc.

ECONOMIC SURVEY

Registramos, com satisfação, o reaparecimento de "Economic Survey", após cinco anos de ausência.

A. C. A. R.

Acaba de aparecer o 7.º Relatório Anual da A. C. A. R., com farta documentação das ativida-

A LAVOURA
(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)
Fundada em 1897
Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor
Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário
Redação e Administração:
General Justo, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
Rio de Janeiro
Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados
Representante em S. Paulo:
NEWTON FEITOZA
RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257
— SÃO PAULO —

des da referida entidade que tão bons serviços vem prestando às comunidades rurais no Estado de Minas Gerais.

A CABRA NA PAISAGEM DO NORDESTE

Octavio Domingues

O magnífico livro "A cabra na paisagem do Nordeste", de autoria do Professor Catedrático da E. N. A., constitui a publicação n.º 5 da Seção de Fomento Agrícola no Ceará.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho de grande interêsse principalmente para aquêles que se dedicam aos estudos da agro-pecuária nordestina.

CORNELL UNIVERSITY

Agricultural Experiment Station, Ithaca, New York

Recebemos os seguintes trabalhos da Universidade de Cornell.

1 — The characeae of the State of New York.
2 — Study of three cuts of power and higher grade beef.
3 — The quality of seed on sale in New York.
4 — Seventy fourth annual report.
5 — Analysis of forage harvesting patterns.
6 — Effect of curing methods and stage of maturity upon feeding value of noughages.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Recebemos do I. B. G. E. os seguintes volumes referentes ao VI Recenseamento Geral do Brasil, de 1950:

1 — Estado do Pará — Censo Demográfico.
2 — Estado de Goiás — Censo Demográfico.
3 — Estado de S. Paulo — Censos Industrial, Comercial e dos Serviços.
4 — Estado do Rio Grande do Sul — Censos Econômicos.

O SOLO

Ano XLVII — N.º único

Como sempre, o número único do ano XLVII, de "O Solo", que é o órgão dos acadêmicos de agronomia da Universidade de São Paulo, traz farta e valiosa colaboração.

SÍTIOS E FAZENDAS

Maio e junho de 1956

Sítios e Fazendas, editada em S. Paulo, é uma revista de grande aceitação entre os agricultores brasileiros. Os dois últimos números trazem uma variada e interessante colaboração de interêsse dos lavradores e criadores.

(Conclusão da pag. 39)

RIO DE JANEIRO

Associação Rural Parati — Cr$ 30.000,00; Federação das Associações Rurais (Niterói) (2) — Cr$ 1.000.000,00.

PERNAMBUCO

Associação Rural Vertentes — Cr$ 50.000,00. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (Recife) — Cr$ 100.000,00; Associação Rural Nazaré da Mata — Cr$ 200 000,00; Associação Rural Tabira (4) — Cr$ 100.000,00.

BAHIA

Associação Rural Santo Estêvão — .... Cr$ 520.000,00; Associação Rural Ituaçú — ...... Cr$ 230.000,00; Associação Rural Barreiras — ... Cr$ 20.000,00; Associação Jaguaquara (4) — .... Cr$ 600.000,00.

MARANHÃO

Associação Rural Rosário — Cr$ 200.000,00; Associação Rural Vitória Mearim — Cr$ 80.000,00; Associação Rural Alta Parnaíba — Cr$ 100.000,00; Parque de Exposição Pecuária Pinheiro (4) — ... Cr$ 200.000,00.

AMAZONAS

Associação Rural Fonte Boa — Cr$ 207.000,00, Associação Rural Tefé — Cr$ 107.000,00; Associação Rural Borba — Cr$ 107.000,00; Associação Rural Parintins (4) — Cr$ 400.000,00.

PIAUÍ

Associação Rural Picos — Cr$ 100.000,00; Associação Rural Piracuruca — Cr$ 150 000,00; Associação Rural Paulistana (3) — Cr$ 100 000,00.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A EXOCORTE DOS CITRUS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

I — Generalidades

Em recente viagem de estudos que tivemos a oportunidade de fazer ao Estado de S. Paulo, em missão da Sociedade Nacional de Agricultura, observando várias questões relacionadas com a fruticultura, dedicamos uma certa atenção ao problema da **exocorte**, que vem despertando inquietação entre os citricultores daquele Estado.

É natural que assim seja, pois é bem recente ainda o que a doença "tristeza" causou no referido Estado, inutilizando para a produção, numerosos pomares.

Laranjais desapareceram sob a ação implacável da "tristeza", ocasionando não só prejuízos de vulto para os citricultores, como também, danos à economia nacional, com a redução de nossa produção citrícola.

Superado o problema da tristeza, mal se iniciava uma nova fase para a citricultura, eis que outra doença, embora não se apresentando com a mesma gravidade, vem, novamente, causar inquietação entre os citricultores paulistas.

Trata-se da "exocorte", enfermidade que vem sendo observada em S. Paulo desde 1945, em porta-enxertos de limão cravo.

Embora nem sempre o aparecimento da exocorte determine a morte da planta, os prejuizos não deixam de ser de vulto, pois em consequência de sua ação, o desenvolvimento da copa torna-se muito reduzido, e assim, muito acentuada é a queda da produção.

Baseados nos estudos realizados pela "Comissão da Exocorte", integrada por técnicos da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, do Instituto Agronômico de C a m p i n a s, do Instituto Biológico e da Divisão de Fomento Agrícola do Estado, podemos fazer as ligeiras considerações que se seguem.

II — O que é a exocorte

Embora não se possa afirmar com segurança seja a exocorte uma doença de virus, tudo leva a crer que sim; e, até mesmo, que resulte da atuação simultânea de mais de um virus, ou melhor, de um complexo de virus.

Estudos já concluidos em outros países, indicam que a exocorte em Poncirus trifoliata (limão trifoliata), é causada por um virus, e, entre nós supõe-se que sejam os mesmos agentes os causadores da exocorte em enxertos sôbre limoeiro cravo, a exemplo do que ocorre aqui também com o limoeiro trifoliata.

III — Sinonimia da exocorte

A doença que tem ocorrido em laranjais de S. Paulo e que já tem sido observada em outras regiões (E s t a d o do Rio, por exemplo), quando enxertados sôbre limão cravo, parece ser causada, como dissemos acima, pelo virus ou complexo de virus que ataca o limão trifoliata.

Esso doença recebe as seguintes denominações: **"descascarado"**, na Argentina; **"scaly butt"**, na Austrália; **"E x o c o r t i s"** nos Estados Unidos e **"exocorte"**, no Brasil.

IV — Sintomatologia da doença

Entre outros, podemos citar como sintomas da exocorte, os seguintes:

a — redução do desenvolvimento da copa, perda do brilho característico das fôlhas, definhamento geral da planta, etc. (êsses, são os chamados sintomas da copa);

b — aparecimento de lesões características nas cascas dos porta-enxertos, sempre abaixo do ponto de enxertia, portanto. Os tecidos externos da casca do porta-enxerto apresentam fendilhamentos que se levantam depois em placas mais ou menos alongadas e secas, seguindo-se, geralmente, a formação de goma, que sai através dos referidos fendilhamentos. Em casos de ataques muito intensos os próprios tecidos internos ficam s e r i a m e n t e comprometidos (êsses são os chamados sintomas do cavalo ou porta-enxerto).

V — Experimentos de porta-enxertos

Nos experimentos de porta-enxertos de Citrus que se realizam desde 1936 na Estação Experimental de Limeira, do Instituto Agronômico de Campinas, observou-se que apresentam sintomas de exocorte:

a- a laranjeira Baianinha, quando enxertada em P. trifoliata;

b — o pomelo Marsh Seedless, também quando enxertado em P. trifoliota.

Nos experimentos de porta-enxertos que se realizam desde 1949 na Estação Experimental de Tietê, do mesmo Instituto, verificou-se que:

a — apresentavam sintomas de exocorte, as laranjeiras Baianinha, Hamlin e Maracanã, quando enxertadas em limão trifoliata;

b — não apresentavam sintomas de exocorte os enxertos de laranjeira Pêra e limoeiro Eureka, sôbre o mesmo porta-enxerto.

A Seção de Citricultura do Instituto Agronômico de Campinas vem estudando cuidadosamente as combinações enxerto-cavalo afetadas pela enfermidade, não só através dos ensaios citados, como também em andamento, em diferentes regiões do Estado.

Esses estudos evidenciaram, até o momento, que:

a — as copas que tem apresentado exocorte sôbre porta-enxertos de Poncirus trifoliata têm sido as mesmas que apresentam a doença do limoeiro cravo quando enxertadas nêsse porta-enxerto;

b — as seguintes copas enxertadas sôbre limoeiro cravo tem apresentado os sintomas de exocorte: laranjeiras Hamlin, Baianinha, Natal, Valência, Pêra, Barão, Maracanã, Piralima; as tangerineiras Ponkan e Cravo e a grapefuit Marsh seedless;

c — em nenhum caso foi observada a exocorte quando os mesmos tipos de copa estavam enxertados em laranjeiras Caipira e Pêra e em tangerineiras Cleópatra.

VI — Como se transmite a exocorte

Todas as observações até agora feitas e os vários ensáios e experimentos já realizados no Estado de São Paulo evidenciaram que:

a — a transmissão da exocorte realiza-se através de borbulhas retiradas de plantas afetadas, isto é, de plantas matrizes portadoras do virus;

b — não foi constatado nenhum caso de transmissão da exocorte de uma planta para outra por meio de vetores, tal como ocorre com a "tristeza"

Em face de tais observações pode-se concluir que o problema da escolha das borbulhas para a enxertia é fundamental para evitar que a exocorte venha a comprometer os novos laranjais que anualmente, em escala sempre ascendente, estão sendo plantados no Estado de São Paulo.

Ao lado disso, naturalmente, a questão relativa à escolha de porta-enxertos não pode ser descuidada, tornando-se necessário, como medida de precaução, a utilização de porta-enxertos que sejam tolerantes à doença.

VII — O problema das matrizes sadias.

Processando-se a transmissão da exocorte através de borbulhas de plantas afetadas, o problema da determinação de plantas matrizes sadias (isentas do agente da doença), é fundamental para a obtenção de boas borbulhas para a enxertia.

Aliás, na escolha de matrizes sadias, deve-se levar em consideração, também, outras doenças (Serose, xilosporose, e outras), para evitar possíveis preocupações futuras.

Em São Paulo já foi sugerido, a exemplo do que ocorre em outros países (Estados Unidos, por exemplo), que a Secretaria de Agricultura estabeleça um "Serviço de Registro de Matrizes para Enxertia", a fim de que, através dêle, possa ser feito, com segurança, o fornecimento em quantidade suficiente, de borbulhas sadias aos lavradores.

Tal serviço, naturalmente implicaria em grande trabalho e despesas, o que, sem dúvida, seria compensado com os resultados práticos que dêles adviriam.

Trata-se, indiscutivelmente, de uma sugestão que merece ser considerada, tendo-se em vista as possibilidades da citricultura para a economia nacional.

VIII — Controle da exocorte pela sub-enxertia

Os estudos até agora feitos têm evidenciado a vantagem do controle da exocorte em pomares já formados, através da sub-enxertia (inarching).

Nos pomares de laranjeiras Baianinha, Pêra e Hamlin enxertados sôbre limoeiro cravo, da Fazenda Cambuí (Matão, Estado de S. Paulo), afetados pela exocorte, o controle da doença vem sendo feito, a conselho do Instituto Agronômico de Campinas, através da sub-enxertia com porta-enxertos de laranjeira Caipira.

Os resultados até agora obtidos conduzem à conclusão de que, embora um tanto cara e trabalhosa a operação, ela é recomendavel como meio adequado de controle da exocorte em pomares já formados.

Mais alguns anos de observações, são, entretanto, necessários, uma vez que os trabalhos de sub-enxertia naquela Fazenda datam, apenas, de 1953 (pouco mais de três anos de observações).

IX — Como se pratica a sub-enxertia

A sub-enxertia, também chamada "inarching", é feita plantando-se dois a três porta-enxertos ao lado do tronco da árvore com os sintomas característicos da exocorte, e cuja enfermidade se deseja controlar.

A extremidade desses porta-enxertos deve ser cortada em bisel e, em seguida, enxertada sob a casca da copa da árvore afetada, através de uma incisão em tê invertido.

De acôrdo com as observações feitas na Fazenda Cambuí, houve melhor pegamento dos sub-enxertos quando os porta-enxertos eram um tanto lenhosos.

Uma vez pegados os enxertos, a alimentação da planta passa a fazer-se através dos porta-enxertos, e vão assim, gradativamente, desaparecendo os sintomas da enfermidade.

X — Escôlha do porta-enxertos

Em face dos conhecimentos que se tem sobre a "tristeza" e a "exocorte", são recomendáveis para a enxertia dos Citrus, os seguintes porta-enxertos:

1 — **Laranja Caipira** — No momento, tendo em vista o que se tem observado a respeito de seu comportamento, é o mais recomendavel dos porta-enxertos para Citrus, em virtude de:

a — ser bastante vigoroso
b — ser tolerante tanto à tristeza como à exocorte.

Apresenta, entretanto, entre outras, as seguintes desvantagens:

a — é de formação dificil nos viveiros
b — é pouco resistente à sêcas.

2 — **Tangerina Cleópatra** — É, segundo a maioria dos estudiosos no assunto, um porta-enxerto de grande futuro em virtude de ser:

a — tolerante tanto à trisza como à exocorte
b — resistente à gomose
c — de facil formação nos viveiros.

A tangerineira Cleópatra é, segundo observações no Estado do Rio, um bom porta-enxerto para terrenos de baixada

3 — **Limoeiro Cravo** — É, nas nossas condições, o melhor dos porta-enxertos para os Citrus, embora seja tolente à exorte. Entre as vantagens da utilização do limoeiro cravo como porta-enxerto podemos citar:

a — é de facil formação nos viveiros
b — as plantas enxertadas sôbre êle são mais precoses
c — é tolerante à tristeza
d — pode ser usado em qualquer tipo de solo.

Apresenta, como dissemos acima, a grande desvantagem de ser intolerante à exocorte, de modo que só pode ser usado como porta-enxerto quando se tem certeza de que as borbulhas a serem nele enxertadas são provenientes de matrizes não portadoras de exocorte.

4 — **Limoeiro Rugoso** — É segundo os ensáios já feitos, um bom porta-enxerto. O limão rugoso é resistente à tristeza, porém parece que até certo ponto é intolerante à exocorte, razão pela qual não pode ser aconselhado sem reservas. Em terrenos arenosos é excelente o seu comportamento, segundo observações no Estado do Rio.

XI — Considerações finais

O estudo de todos os problemas relativos à citricultura no Estado de São Paulo é da mais alta importância, uma vez que nos três últimos anos a sua recuperação vem se processando num ritmo bastante acelerado.

O ano de 1939 foi áureo para a citricultura paulista, bastando lembrar que naquele ano a sua exportação de laranjas atingiu a elevada cifra de 2.890.653 caixas.

Daí por diante a exportação foi caindo, concorrendo para isso não só o colapso do mercado mundial em virtude da guerra, como também, as sensíveis perdas ocasionadas pela tristeza.

São Paulo que em 1939 havia exportado quase três milhões de caixas de laranjas, em 1953 exportou pouco mais de cento e vinte mil caixas (exatamente 120.550 caixas).

No momento, entretanto, é outro o panorama.

Magnificas são as perspectivas, tanto do mercado interno como do mercado externo e, em São Paulo, o novo surto da citricultura é um fato que chama a atenção de todos.

Para que se tenha uma idéia do que representa a citricultura no momento, no Estado de São Paulo, basta lembrar que, segundo as estimativas do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do referido Estado, em junho de 1956, são as seguintes:

a — existem no Estado 8 075.022 pés de laranjeiras, entre as que se encontram em produção e as mais recentemente plantadas, e, portanto, ainda não em produção (o número dessas últimas é muito elevado);

b — estima-se em 7.852.875 o número de caixas de laranjas produzidas no corrente ano.

Transcrevemos adiante a estimativa do Departamento de Produção Vegetal do Estado de São Paulo (junho de 1956), relativamente ao número de pés e produção nos Municipios mais produtores:

Municipios	N. de pés	Produção (Caixas)
Piracicaba	2.184.500	1.809.500
Bebedouro	1.139.982	1.048.650
Araraquara	822.000	861.000
Piraçununga	760.000	738.000
Campinas	615.000	681.000
Taubaté	435.400	175.275
Itapetininga	257.440	348.500

Além dos Municipios citados, são ainda produtores de laranja os seguintes: Avaré, Baurú, Bragança Paulista, Catanduva, Fernandópolis, Franca, Jaú, Jundiaí, Lins, Lorena, Lucélia, Marilia Irlândia, Ourinhos, Paraguaçú Paulista, Ribeirão Preto, Santos, São João da Bôa Vista, São João do Rio Petro, São Paulo.

Conforme se verifica:

a — sómente os sete Municipios citados em primeiro lugar detém 6.414.302 das ..... 8.075.092 árvores de laranjeiras plantadas no Estado.

b — os sete Municipios citados produzirão, no corrente ano, 5.661.925, caixas das 7.852.875 caixas de laranjas que se espera colher em São Paulo.

Apenas êsses dados são suficientes para focalizar a importância da citricultura no Estado de São Paulo, e justificam os estudos cuidadosos que ii vêm se processando a seu respeito.

CONTRÔLE DE ERVAS DANINHAS POR MEIO DE HERBICIDAS

O que foi o 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, em colaboração com a Universidade Rural

I — **Generalidades**

Realizou-se, nos dias 4 e 5 de Julho de 1956, no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, com a colaboração da Universidade Rural, o 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

O certame, que despertou vivo interesse entre técnicos e demais pessôas interessadas no assunto, contou com a presença de mais de 100 representantes de instituições oficiais, firmas comerciais e industriais.

As questões estudadas e debatidas foram da mais alta importância e, tendo-se em vista o resultado dêsse primeiro encontro entre técnicos e demais interessados no assunto, ficou assentado, desde já, a realização, em 1958, do 2.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

Sessão inaugural

Durante a sessão inaugural do certame usaram da palavra:

a — o Sr. Ministro da Agricultura, General Ernesto Dornelles, que focalizando a importância dessas reuniões técnicas formulou votos de pleno êxito dos trabalhos.

b — o Prof. Waldemar Raythe, Diretor Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, ressaltando a importância da reunião

c — O Prof. Oswaldo Bastos Menezes, Diretor do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola salientando não só a importância do certame, como também os detalhes de sua organização e o interêsse despertado entre os técnicos.

II — **Sessões realizadas e Mesa Redonda**

Durante o Seminário forem realizadas:

1 — 6 sessões técnicas, para estudo dos seguintes problemas:
- a — Herbecidas seletivos em Diversas Culturas e Pastagens
- b — Herbicidas Seletivos em Hortas e Pomares
- c — Sistemática de Plantas Daninhas
- d — Herbicidas Totais
- e — Herbicidas e Conservação do Solo
- f — Esquema Experimental e Interpretação dos Resultados

2 — 1 Mesa Redonda para estudo do seguinte temário:
- a — Preços de Aplicação
- b — Mão do Obra
- c — Custo do Herbicida
- d — Dificuldades de Importação
- e — Aparelhagem
- f — Possibilidades de fabricação no Brasil



Grupo de Participantes do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas

III — **Organização das sessões e trabalhos apresentados**

1.ª Sessão: Herbicidas Seletivos em Diversas Culturas e Pastagens

Presidente: Dr. Dalmiro Almeida
Secretário: Dr. Salomão Aronovich

TRABALHOS

1 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves, Lins, R-UR Sambra — Pernambuco.
"Contrôle de Dicotiledoneas em pastagens".

2 — Souza Dias, Herval — I.A.A. — Campos — Estado do Rio.
"Aplicação de herbicidas em culturas de cana de açúcar".

3 — Paixão J. C. e J. Dobereinner — ENA e I.E.E.A. (Km. 47)
"Contribuição para o emprego de herbicidas em culturas de milho".

4 — Camareira, João — Serrana S/A — São Paulo.
"Dados práticos sôbre aplicações de herbicidas em culturas de cana e trigo".

5 — Marques de Almeida, Leucio — I.A.N. — Pernambuco.
"Primeiros resultados experimentais obtidos com herbicidas na lavoura canavieira de Pernambuco".

6 — Torres, S. A. — Indústrias Quimicas Imperial — São Paulo.
"Experimento com herbicidas em cultura de cana de açúcar em São Paulo."

2.ª Sessão: Herbicida Seletivos em Hortas e Pomares

Presidente: Prof. Eudes de Souza Leão Pinto
Secretário: Prof. Mario Pereira Duarte

TRABALHOS

1 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves Lins, R. — U.R. — Pernambuco.
"A eficiência do 2,4-D e 2,4,5-T em aplicação sôbre Ipomea fistula".

2 — Coelho, Mario — E.S.A. — Pernambuco.
"Primeiros resultados obtidos com Arbocidas sôbre vegetação expontanea de Restingas ocupadas com coqueiro".

3 — Couto, Flavio — E.S.A. — Minas Gerais.
"Observações preliminares sôbre o uso de Alanap como herbicida seletivo para Curcubitaceas".

4 — Giocometti, Dalmo e J. C. Paixão — I. E. Exp. A. (Km. 47).
"Emprego do Carpinox em experimento de manejo do solo em laranjal (Nota prévia)

5 — Kramer, Moysés — I. B. — São Paulo.
"Estudo sôbre contrôle químico da tiririca".

6 — Camarcira, João — Serrana S/A. — São Paulo.
"Combate às pragas de pastagens com 2,4,5-T".

7 — Duarte, M. P. — I. A. L. — Bahia.
"Competição de herbicidas para contrôle do capim "Dandá".

8 — Torres, S. C. A. — Indústrias Quimicas Imperial — São Paulo.
"Contrôle do leiteiro por meio de produtos químicos".

3.ª Sessão: Sistemática de Plantas Daninhas.

Presidente: Prof. Honorio Monteiro Filho
Secretário: Dra. Inoah de Aquino

TRABALHOS

1 — Limoeiro, Rubem — I. E. Exp. A. (Km. 47)
"Contrôle de Plantas Invasoras no I. E. Exp. A."

2 — Monteiro H., Paixão J. C. e Monteiro J. — E. N. A. (Km. 47)
"Ervas Daninhas invasoras de culturas".

3 — Silva, Sebastião Luiz — D.C.P. — (Km. 47).
"Ervas Daninhas em Piscicultura".

4 — Ciuffi, Adriano — ICOMI — Amapá.
"Amostras sêcas de ervas daninhas do Amapá".

5 — Teixeira, Liene — I.A.B.A.
"Fichário de ervas daninhas".

4.ª Sessão — Herbicidas Totais.

Presidente: Milton Anacleto de Souza
Secretário: Dalmo Giacometti

TRABALHOS

1 — Gibson, Oscar — Bleneo.
"Herbicidas em Alfafa".

2 — Farah, João B. e M. Kramer — Eletro-Quimica Paulista — São Paulo.
"Cloreto de Sódio na Agricultura".

3 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves Lins, R. — U.R. e Sambra — Pernambuco.
"O valor econômico dos herbicidas totais em substituição ao processo mecânico de erradicação de vegetação daninha".

4 — Aragão, Mario — D. N. Endemias Rurais — D. Federal.
"Evolução do combate ás Bromeliáceas que são criadouros de anofelinos".

5.ª Sessão: Herbicida e Conservação do Solo

Presidente Dr. Edgard Lorenz
Secretário: Dr. Edgard Leite

TRABALHOS

1 — Paixão J. C. e J. Doberelnner — ENA e IEEA. Km. 47.
"Ensaio preliminar com Karmex W quando aplicado com herbicida total".

2 — Fernandes, Clovis — I. A. N. — Pernambuco.
"Observações sôbre a ação do 2,4-D e do TCA nos microorganismos de nitrificação".

6.ª Sessão: Esquema Experimental e Interpretação dos resultados

Presidente: Prof. Octavio Drumond
Secretário: Dr. Fernando Costa Pereira

TRABALHOS

1 — Penteado, Alberto — S. A. P. A. — Km. 47.
"Experimentos de herbicidas no SNPA".

2 — Discussão sôbre esquema e interpretação de experimentos com herbicidas. Demonstração — Após a 6.ª Sessão foram feitas demonstração da nova polvilhadeira "Solo" destribuidas pela Soc. Com. Ind. Lasec Ltda.

IV — Mesa Redonda

Durante o 1.º Seminário de Herbicidas e Ervas Daninhas realizou-se uma Mesa Redonda para debate do seguinte temário:

Temário: Prêços de Aplicação — Mão de obra — Custo do Herbicida — Dificuldades de Importação — Aparelhagem — Possibilidade de Fabricação no Brasil.

A Mesa Redonda ficou assim constituida:
Coordenador: Dr. Alvaro Barcelos Fagundes; Secretário: Dr. Moysés Kramer; Expositores: Dr. Herval Dias de Souza — I.A.A. — E. Rio; Dr. Edgard Andrade — Bleneo S/A. — D. Federal; Dr. José da Cruz Paixão — IEEA e ENA (U. Rural); Dra. Inoah de Aquino — Serrana S/A. — São Paulo; Dr. S. C. A. Torres — Imperial Chemical — S. P.; Dr. Gercino Carvalho — Cia. Shell — D. Federal; Dr. Mario Aragão — Dept. Endemias Rurais; Dr. Clovis Nery — E. Exp. Botucatú — S. P. e Dr. Afonso Maita — Volta Redonda.

Participaram desta mesa redonda mais de 50 técnicos, tendo feito explanação os seguintes:

1 — Agr. Herval Dias de Souza sobre prêço de aplicação de herbicida em cultura de cana de açúcar no Est. do Rio.

2 — Agr. Eudes Souza Leão Pinto sôbre o mesmo assunto em Pernambuco.

3 — Agr. Clovis Nery sôbre prêço de aplicação de Her- Paulo).

4 — Agr. S. C. A Torres, da Imperial do Brasil, sôbre problemas de aplicação de herbicidas.

5 — Eng. Afonso Maita de Volta Redonda, sôbre emprêgo do sulfato ferroso como herbicida e sua fabricação na Siderurgica de Volta Redonda.

6 — Agr. Gercino Carvalho, da Shell Limited, sôbre possibilidades do emprego dos óleos como herbicidas.

7 — Agr. Liene Teixeira, do Inst. Agr. de Belo Horizonte, sôbre a quimica dos herbicidas.

8 — Prof. Antonio Barreto, da ENA, sôbre emprego do Sulfato Ferroso, etc.

(Continua na pág. 56)

AÇÃO SOCIAL RURAL NO BRASIL

G. Mello Mourão

Os serviços existentes no Brasil, com relação à Assistência Social Rural, são apenas de caráter pioneiro. Sua significação, nem por isto, deve ser subestimada, uma vez que, além dos trabalhos concretos e fecundos que podem apresentar, são êles também o instrumento experimental de que se vai servir a organização recentemente criada do Serviço Social Rural, cuja ação se fará sentir no campo próprio, em caráter de profundidade e fixação.

O serviço mais importante até aqui existente, é a Campanha Nacional de Educação Rural — CNER — subordinada ao Ministério da Educação e Cultura.

Visa a CNER assistir ao homem do campo, mediante uma "educação de base" ou "fundamental", segundo o planejamento da Unesco, no sentido de "proporcionar aos indivíduos e às comunidades um mínimo de conhecimentos teóricos e técnicos, indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, e porque, sem essa base, as atividades dos serviços especializados (médicos, sociais, agrícolas) não seriam plenamente eficazes".

Dentro desta finalidade, empenha-se a Campanha Nacional de Educação Rural, segundo os têrmos do seu próprio Regulamento, em "fornecer um mínimo de educação geral, ajudando crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos, e a participarem eficazmente do progresso social e econômico da comunidade a que pertencem".

As atividades da CNER abrem-se num leque de trabalhos assim distribuídos: Missões Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Campanhas Educacionais, Semanas Educativas, Centros de Treinamento de Líderes Rurais e de Professores e Auxiliares Rurais.

Estas diversas modalidades de serviços estão sistematizadas num esquema duplo, compreendendo dois itens gerais:

1) — As Missões Rurais;
2) — Os Centros de Comunidade.

DA MISSÃO RURAL

No III Congresso Nacional de Municípios, reunido em São Lourenço, em 1954, ficaram definidas e aprovadas as bases de funcionamento das Missões Rurais. Segundo o plano ali apresentado, a Missão Rural é uma equipe de educadores, especializados no conhecimento dos diferentes problemas que caracterizam a vida rural, e que procuram, no próprio local em que vive a família camponeza e onde êsses problemas se situam, orientar os indivíduos e a comunidade, para lhes encontrar a solução e resolvê-los, ao mesmo tempo que incentivam a organização dessa comunidade, para formular, equacionar e resolver, pela sua própria iniciativa, os novos problemas que venham a surgir.

Para consecução dessa finalidade, a Missão Rural desenvolve o seu trabalho com os seguintes objetivos:

a) — investigação e pesquisa das condições econômicas, sociais e culturais do homem rural;
b) — reconhecimento e preparação dos líderes das comunidades rurais, permitindo-lhes, assim, mais ampla e mais intensa participação nas diversas fases do programa educativo;
c) — formação de grupos sociais primordiais (clubes, núcleos, etc.) para o estudo, a aprendizagem e a convivência social;
d) — colaboração e apôio às instituições e aos serviços educativos existentes no meio rural e que visem ao bem comum;
e) — preparação da mentalidade juvenil para as práticas agrícolas, como motivação à introdução de hábitos higiênicos, sociais e econômicos, e como incentivo do amor

à terra e confiança no êxito do bom trabalho;

f) — orientação das moças para as lides do lar e para o aproveitamento dos lazeres, num sentido econômico e cultural através de cursos de artezanato, de recreação, popular, de economia doméstica, de indústrias rurais, etc.;

g) — contribuição para elevação do nível social, econômico e cultural da família rural pela criação de Centros Sociais de Comunidade, por iniciativa e responsabilidade das populações interessadas, de modo que cada comunidade tenha sua "casa do povo", onde encontre recursos e instrumentos para a aprendizagem e para a recreação sadia;

h) — orientação dos lavradores, organizados em grupos de trabalho por meio de demonstrações práticas de agricultura racional e dos métodos auxiliares de educação audio-visual, bem como palestras, reuniões, seminários, círculos de estudos, etc.

i) — criação de uma mentamentalidade cooperativista, através de pequenos cursos, debates, trabalhos experimentais;

j) — amparo e estímulo às tradições locais, festejos populares, divertimentos outras manifestações do folclore;

k) — estímulo à organização e prática dos desportos pelas comunidades rururais.

4 — MÉTODOS DE AÇÃO DA MISSÃO RURAL

A característica fundamental da Missão Rural é o trabalho em equipe, isto é, a consciência de que o grupo de técnicos constitui uma unidade de ação para um único objetivo — elevação dos padrões culturais das comunidades junto de que agem. Êsses técnicos — agrônomo, assistente social, enfermeira, médico, operador cinematográfico, professores de artes e indústrias rurais, de economia doméstica, de recreação, etc. — embora especializados na aplicação de suas técnicas profissionais, colaboram intimamente uns com os outros, quer na organização dos planos de trabalho, de modo que todos visem simultâneamente os mesmos problemas, quer dando sua participação indiviual ao trabalho específico que cada um dos outros realiza.

Assim é que se o agrônomo, por exemplo, sugere uma campanha pelo desenvolvimento da horticultura, o assunto é debatido e planejado por tôda a equipe de modo que a atividade educativa se movimenta em tôrno dêsse problema : — a assistente social encaminha os grupos e clubes para o estudo da questão, em conversas e debates; os educadores sanitários (médicos e enfermeira) organizam palestras, pequenos cursos e demonstrações a respeito do problema alimentar, focalizando sempre a importância das hortaliças na dieta; a recreadora estimula e sugere diversões em que se valorizam as frutas e os legumes; a agente de economia doméstica ensina a bem aproveitar as propriedades nutritivas dos produtos hortícolas, pelo trato das hortas, preparo adequado e pela boa apresentação, mostrando as técnicas de sua conservação; projetam-se filmes sôbre técnicas de horticultura, regime alimentar, fabrico de conservas, etc.; o agrônomo enfim, assume a supervisão das técnicas de formação e trato das hortas. Em suma a horta constituirá a motivação central do trabalho conjunto de todo o grupo. A mesma tática se observa com referência a qualquer programa agrícola, sanitário, social etc.

Para conseguir êsse espírito de equipe, os trabalhadores da Missão Rural devem ser selecionados e treinados, o que se faz em cursos intensivos, durante 60 dias, em regime de internato, nos Centros Regionais de Treinamento de Educadores de Base, que a CNER vem mantendo em Pinhal (São Paulo), Cruz das Almas (Bahia) e Florestal (Minas Gerais), nos quais são ministrados as seguintes disciplinas : Sociologia Rural, Geografia Agrícola, Higiene Rural e Educação Sanitária, Extensão Agrícola, Cooperativismo, Serviço Social de Grupo de Organização de Comunidade, Psicologia Educacional e Pedagogia Rural.

É finalidade dos cursos, não sòmente informar cada técnico a respeito dos métodos e objetivos de trabalho de seus companheiros, como fornecer-lhe orientação e, sobretudo, habituá-los ao trabalho em equipe e desenvolver o espírito ruralista, no sentido da exata compreensão humana do camponês, vivendo-se e sentindo-se os seus padrões de vida e tomando contacto com suas reações diante dos fenômenos ambientais, pois simultâneamente às preleções informativas, aos debates em círculos de estudos e seminários, realizam os técnicos, durante o curso, trabalhos de campo, supervisionados por professôres e monitôres, de modo a cumprir um rápido programa experimental de técnica de Missão Rural junto às comunidades vizinhas ao Centro de Treinamento.

Após êsse estágio de seleção, organiza-se a equipe, atribuindo-se-lhe a área de trabalho, geralmente um município, em cuja sede se aloja. A área sofre uma investigação preliminar, pelo Setor de Estudos e Pesquisas da CNER, que fornece os resultados à Missão Rural. Esta examina cada um dos grupos de vizinhança e, entre êles seleciona aqueles que lhe pareçam mais adequados ao trabalho. Impõe-se esta seleção, porque a equipe não pode agir eficazmente sôbre um número excessivo de comunidades e tem de limitar o seu campo de ação às possibilidades, da mesma forma que uma classe escolar tem de estabelecer um limite de matrículas. De fato, demonstra a experiência que o trabalho educativo, para produzir bons resultados, exige duas visitas semanais a cada grupo, não devendo cada visita demorar menos de duas horas, exclusive o transporte. Como a equipe dá dois turnos obrigatórios de trabalho de campo e como o dia de domingo tem de estar livre para trabalhos eventuais, são doze turnos de visitas, o que limita a seis (no máximo) as comunidades a serem eficientemente trabalhadas, embora o número ótimo seja cinco, de modo a deixar horário para reuniões de estudo, revisão e planejamento. Depois que o processo educativo se vai desenvolvendo e as pequenas comunidades rurais começam a organizar e fazer funcionar os seus grupos de ação a equipe pode reduzir seu trabalho à supervisão dos núcleos e de seus líderes, dispondo, assim, de tempo para agir junto a outras comunidades.

Em cada comunidade, realiza a equipe um levantamento social, quer dizer, investiga as condições de vida locais, através de um inquérito informal, em visitas sucessivas, auscultando cada técnico, isoladamente ou em reuniões de grupo, os indivíduos, e as famílias, sôbre os problemas e dificuldades que os preocupam. Anotados cuidadosamente os informes obtidos, são êles comentados, discutidos, controlados de modo a fornecerem elementos para o diagnóstico social da comunidade, e elabora-se um relatório, em que se analisa a comunidade em todos os seus aspectos — geografia, economia, saúde, vida doméstica, relações de vizinhança, costumes, tradições, história local, folclore, religiosidade — pois, do solo até o espírito, tudo tem de ser pesquisado e compreendido.

Dessa análise é que surge o diagnóstico dos problemas fundamentais, discriminados e expostos numa sequência natural de sua importância sócio-econômica. Dentre êles, faz a equipe uma dupla seleção. De início distingue os que podem ser resolvidos pela ação direta da comunidade e os que incumbem à administração, por sobreexcederem a fôrça realizadora da ação local. Os problemas administrativos irão constituir assunto de debate, no sentido de serem encaminhados aos poderes públicos, ou diretamente ou por meio dos representantes naturais da comunidade e com a colaboração da Missão e dos órgãos diretivos da CNER. Os outros (e êstes são os mais numerosos) constituirão a motivação do trabalho de Missão Rural. Esta seleção é imperativa, pois os "grandes problemas" não podem ser atacados no programa educativo da Missão, devendo-se considerar especialmente os chamados "pequenos problemas". Sendo o objetivo do trabalho orientar a comunidade na solução das deficiências locais, usando os próprios recursos e criando o espírito de iniciativa, êsses grandes problemas, cuja execução é dispendiosa ou excessivamente demorada, acima dos recursos do grupo, são discutidos, com o propósito de encaminhá-los aos órgãos administrativos, formando, assim, o hábito de estudar os problemas coletivos e esclarecendo os direitos das populações de reclamarem benefícios do poder público. A fôrça de atuação da Missão Rural, porém, tem de concentrar-se nas "pequenas coisas", questão as mais gerais, de que não cuidam os administradores e que podem ser decididas pela iniciativa local. Se o abastecimento de água exige a construção de um açude, o assunto será levado ao conhecimento da administração, mas se se trata de abrir poços ou cisternas, ou de regularizar uma fonte, mobiliza-se a própria comunidade.

Depois dessa primeira seleção, fixados e delimitados os escopos a atingir, faz-se a segunda escolha, classificando-se os diversos problemas de acôrdo com a sua prioridade, de modo a serem atingidas o superadas aquelas deficiências fundamentais, cuja solução irá ensejar condições para trabalhos ulteriores, ou aquelas que mais intensamente preocupam os rurícolas.

Essa pesquisa leva ao planejamento geral do trabalho, planejamento que constitui, na realidade, um esquema e um rotei-

ro, pois tem de ser extremamente flexível, de modo a atender a novas condições que o próprio trabalho venha a criar. Neste planejamento, cada técnico toma a seu cargo as questões que lhe são especialmente afetas, e das quais se constitui o supervisor, pois todo o serviço tem de estar entrosado, de modo que o processo de recuperação do camponês não se sente sob aspectos particulares — da economia, da saúde, da educação — mas em globo, como a realidade a apresenta, em interdependência íntima, condicionada a elevação econômica pela melhoria de saúde e da educação e, vice-versa, dependentes os mais altos padrões de saúde, da base econômica e da valorização educacional. A questão de saber se êste ou aquêle setor é mais ou menos importante é um problema inteiramente fora das cogitações da Missão Rural, que encara o homem como uma personalidade indivisível, cujas necessidades tôdas têm de ser consideradas simultâneamente, pois o seu objetivo é a recuperação do homem rural, pela elevação de suas condições de vida, o que se tem de fazer por etapas, mas integralmente, obtendo-se sempre uma melhoria, pequena que seja, mas em todo o seu status, e firmando-se nessa base para obter condições favoráveis e novos progressos. A Missão Rural considera a educação no seu conceito mais alto — preparação para a vida — e, assim, tem de levar na mesma conta todos os aspectos com a que a vida se apresenta.

Estabelecido o planejamento, programa-se o horário do serviço, de modo que cada comunidade seja visitada duas vêzes por semana, de preferência uma vez pela manhã e outra à tarde. Durante a visita, já estabelecidos os laços de confiança e cordialidade pelos contactos anteriores entre a equipe e a família rural, inicia-se o trabalho de organização da comunidade, objetivo primordial da Missão Rural. Utilizando as técnicas do Serviço Social de Grupo, tôdas as conversas são encaminhadas no sentido da formação dos núcleos primordiais, buscando agrupar homens, senhoras, moças, meninos ou meninas, para debaterem algum problema ou algum interêsse comum. Logo que há certa mobilização, promove-se uma exibição de cinema educativo, encarregados os elementos mais entusiastas da comunidade de fazerem os convites e adaptarem o local (quase sempre a céu aberto). Os filmes são selecionados em função do problema a atacar (conservação da saúde, fertilização do solo, deveres sociais, etc., além de filmes recreativos), o técnico comenta o filme, explica-o ajustando-o ao centro de interêsses do grupo; ao final, há sempre uma turma de interessados, para os quais se programa uma reunião no horário de visita da equipe.

Dessa reunião, sai a idéia da organização de um clube; dias sucessivos, é a questão debatida; aparecem no debate, os líderes naturais, processa-se a eleição de uma diretoria (presidente, secretário, tesoureiro); fixam-se as contribuições; planeja-se um trabalho a executar. A equipe da Missão Rural está presente, mas se retrai o mais que pode, deixando a iniciativa e a direção aos membros da comunidade e limitando-se a estimular a supervisionar. Surge a necessidade do local para reuniões e, alugada ou cedida, obtem-se uma sala. Os vários clubes se associam nessa tarefa, e, enquanto os homens cuidam da reforma e adaptação da casa, as moças planejam e executam leilões, fabricam-se móveis rústicos, adornam-se as paredes, fazem-se repositórios. A equipe orienta e ensina, colaborando para a boa execução dêsses trabalhos. Durante todo período de formação e organização dos clubes, período que pode ser mais ou menos longo conforme a receptividade do grupo, a equipe vai realizando suas demonstrações — com os lavradores sôbre práticas agrícolas, construção de fossas sanitárias, captação de água, com as senhoras, sôbre arranjos do lar, cuidados com os filhos, preparo dos alimentos; com as moças, sôbre corte e costura, fabrico de objetos de uso doméstico ou pessoal; com as crianças, na escola e fora dela, em atividades de classe (junto à professôra local) ou extra-classe.

Seria um nunca acabar, se fôssemos enumerar tôdas as pequenas coisas que a vida apresenta e que a Missão Rural contribui para melhorar. Basta dizer que não há assunto que escape ao interêsse do trabalho, não há problemas pequenos, pois tudo interessa, já que tudo diz respeito à vida do rurícola.

5 — RESULTADOS OBTIDOS

A CNER iniciou o seu programa de ação, em 1952, com prudência, buscando experimentar as técnicas e ajustar os técnicos. Não tem havido precipitação. Procuram-se acordos com entidades e instituições que já viessem atuando no meio rural, associando-as ao trabalho e utilizando as suas anteriores experiências. Nem tudo tem dado certo, é verdade, erros têm sido cometidos e insucessos têm-se verificado. Mas o volume de resultados obtidos demonstra que a técnica de Missão Rural produz frutos e conduz e o homem rural a uma melhor compreensão dos seus problemas, desperta-lhe o espírito de iniciativa, melhorando a sua capacidade produtiva e elevando os seus padrões de vida. Estão em funcionamento as Missões Rurais de Osório e Alegrete (Rio Grande do Sul), Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), Januária (Minas Gerais), Cruz das Almas, Serrinha e Feira de Santana (Bahia), Pinhal (São Paulo), Palmeira dos Índios (Alagôas), Sobral (Ceará), em diferentes regiões do país, de modo a proporcionar, em diversas condições, elementos comprovadores de sua eficiência.

Que conclusões fundamentais pode dar-nos o trabalho já apurado? Enumerar cada uma das Missões e analisar os seus efeitos é emprêsa de alto porte e que demandaria mais espaço que o limitado por esta tese. Citar um que outro exemplo, não nos daria uma impressão real do que se vem fazendo e seria injustiça para os que não fôssem referidos. Expor números não seria um bom método, pois o trabalho educativo é daqueles que nem sempre pode ser medido, devendo, antes, ser sentido e compreendido. Que adiantaria dizer, por exemplo, que no município de Osório há tantos clubes agrícolas e tantos pelotões de saúde, se êsse número não nos informa do espírito que anima cada uma dessas instituições?

Melhor será, talvez, um depoimento pessoal, sem discriminação, abertos que estão os trabalhos à vista e à comprovação dos interessados.

Em conseqüência do trabalho educativo realizado pela Missão Rural, observa-se completa modificação no espírito do camponês. Habituando-se, através de

pequenas experiências, a ensaiar novos métodos de trabalho, outras formas de vida, maneiras diferentes de pensar, comprovando os benéficos efeitos das inovações que vai praticando, conseguindo aquela oportunidade de relações humanas com pessoas de outro padrão cultural, o camponês supera o espírito de rotina, passa a confiar na sua própria iniciativa e, tendo vencido dificuldades que lhe pareciam insuperáveis, conquista a auto-confiança. A vida social assume novo aspecto; os clubes — embriões do Centro Social de Comunidade — recebem os diferentes grupos, que ora realizam um trabalho conjunto, ora freqüentam pequenos cursos de aprendizagem, ora escutam palestras dos técnicos da Missão ou de outras instituições, ora discutem e planejam assuntos do seu interêsse. Por fôrça dessas oportunidades, modifica-se a paisagem humana, transforma-se a paisagem física.

A agricultura assume uma nova feição; utilizam-se, à medida que chegam os recursos máquinas agrícolas; ensaiam-se novas culturas e modernizam-se e ampliam-se as que estavam decadentes; fabrica-se o adubo orgânico e aprende-se a sua boa utilização; começa-se a combater a erosão; pratica-se a rotação de culturas; cuida-se da criação de animais sob os ensinamentos da técnica; combatem-se as pragas e os insetos daninhos; seguem-se os preceitos da defesa sanitária vegetal e animal; vai-se substituindo, através de demonstrações e experiências, o uso da enxada pelo arado e pelo cultivador, como passo inicial para a mecanização. O cultivo extensivo da batata e do tomate, em Osório; as lavouras de hortaliças, a adubação generalizada, a correção no cultivo do fumo, em Cruz das Almas; a campanha pela silvicultura e o reflorestamento, em Paraíba do Sul; a racionalização do plantio do milho, pelo alinhamento e espaçamento adequados, em Serrinha; a vitória sôbre o curuquerê, em Palmeiras dos Índios; a intensificação da pomicultura (laranjeiras, mamoeiros e coqueiros), em Feira de Santana; para só referir resultados definitivos de Missões que completaram um ano de atividade, bastam para demonstrar a profundidade e extensão da recuperação econômica.

Se avaliarmos o setor médico-sanitário, comprovaremos a larga disseminação de privadas higiênicas ao lado de cada casa de campônio, construída por sua iniciativa e utilizadas na certeza de que, assim, se evita a verminose; os pequenos mananciais de água potável estão protegidos, cisternas e poços são abertos, famílias e famílias adquirem o hábito de ferver a água, enquanto outras, com mais recursos, usam o filtro; os pátios e terreiros estão livres do lixo (usado nas pilhas de adubo orgânico); faz-se a vacinação antivariólica, antitífica e pelo BCG; abrem-se janelas nos quartos de dormir; começam a ser vencidos os tabús alimentares; acostumam-se a procurar, confiantes, o Centro de Saúde e o Hospital, esclarecidos sôbre os benefícios da boa assistência médica; as parteiras curiosas, orientadas e informadas, já se apercebem dos preceitos da higiene, fazem uma assepsia rudimentar, realizam um correto penso umbilical, aplicam o nitrato de prata nos olhos do recém-nascido, dão o banho com acêrto; os cursos de puericultura, de noivas, de mãezinhas, têm fornecido um esclarecimento seguro sôbre o cuidado com a criança, a amamentação materna passa a ser habitual, o bêrço infantil, construído de material rústico, acessível a todos, começa a tornar-se peça obrigatória do mobiliário — e já se percebe que as crianças assim cuidadas vivem sadiamente e que a mortalidade infantil, nessas comunidades começa a declinar.

A escolinha da roça, animada e ajudada a professôra (que sempre viveu abandonada a si mesma), cria um novo elan e retira da equipe tôda a colaboração possível; fazem-se palestras e demonstrações, dentro do currículo ou nos intervalos; organizam-se clubes agrícolas e pelotões de saúde, cultiva-se a horta, faz-se a experiência da sopa escolar; começam-se pequenos projetos de artes manuais; faz-se a boa recreação, em rodas, canções, dramatizações diversas, teatrinhos de fantoches (preparados os bonecos pelas mesmas crianças); os cursinhos de costuras e bordados observem o interêsse e o entusiasmo das garotas — a escola começa a viver e atrair a criançada.

O ambiente reflete o novo con-

ceiro de vida. Os mais pobres buscam esforçar-se por melhorar a casa e consertam uma parede, abrem uma janela, fabricam um móvel (a equipe mantém cursos de fabricação de móveis rústicos), caiam a casa; enquanto os menos desprovidos de meios, iniciam obras de reconstrução, e as novas casas se fazem com mais higiene e mais confôrto, tendo um fogão, um banheiro, uma latrina; a preocupação pela limpeza e pelo bem estar vai surgindo e os quadros e os jarros de flôres vão adornando o lar; no quintal cultiva-se a horta, à frente da casa plantam-se flôres. As jovens aprendem a fazer os utensílios e os adornos domésticos, com arame, contas, fibras, pedaços de madeira, tampas de garrafa, usando tôda essa porção de coisas inúteis que a arte feminina sabe transformar em beleza, e surgem os centros de mesa, os tapetes e capachos, as toalhas e porta-toalhas, os paninhos para o pote ou para o moringue, as cestas de ovos, as peneiras, as bolsas, frutos do trabalho, cujas sobras começam a ser levadas ao mercado, dando, assim um sentido econômico aos lazeres.

A família é valorizada como elemento fundamental da vida social, regularizam-se e legalizam-se situações conjugais, criase a consciência da necessidade do registro civil. Suavemente, através da recreação e dos desportos, vai-se atacando o grave problema da jôgo e da bebedeira.

Isto o que nos mostra um pouco mais de doze meses de ação educativa. Mas o que sobreleva a tudo o que realmente impressiona a quem se habituou a tratar com o nosso camponês, é o novo espírito que nele desperta. Nas comunidades onde vem agindo uma Missão Rural, já não é aplicável a imagem do jecatatú, a retrucar sempre que "não paga a pena". A gente rural está aprendendo a encarar de frente os seus problemas, e a resolvê-los com proveito. E, na verdade, confortador, ver os rurícolas — homens, mulheres, crianças — organizados em grupos, discutindo com espírito crítico e entusiasmo, debatendo questões de interêsse imediato, mas também preocupados com os problemas gerais da coletividade — a construção de igreja, o ajardinamento da praça, a abertura de uma estrada de rodagem. O que entusiasma é sentir que se rompe aquela crosta de pessimismo e desalento com que se costuma apresentar o camponês, e descobrir o homem novo, que se costuma apresentar o camponês, e descobrir o homem novo, que se revela descontente com a vida de miséria e desconfôrto, palpitando de anseios de progressos, pronto a arriscar-se para melhorar, sequioso por aprender, olhando para as novas iniciativas com o desejo de experimentá-las, e experimentando-as.

Vem-me a vontade de transcrever, aqui, episódios sem conta, depoimentos inúmeros, manifestações incontestes dêsse espírito que tenho observado em visita aos diversos trabalhos de Missões Rurais. Os limites desta tese me impedem de expô-los, pois começar seria não chegar ao fim.

6 — CONCLUSÕES

1 — O homem rural não encontra elementos para os contactos humanos, que ensejam condições para a educação informal.

2 — A escola primária, com sua atual orientação, seus métodos e seus programas, é inadequada à zona rural.

3 — Dirigindo-se sòmente às crianças, a escola primária é insuficiente para as necessidades educativas do comunidade rural.

4 — A comunidade rural precisa de elementos educadores que atendam a crianças, adolescentes e adultos, fornecendo-lhes meios para a melhoria de seus padrões culturais.

5 — A Missão Rural, pela sua técnica e pelos seus objetivos, atende a esta necessidade.

6 — As experiências de Missão Rural realizadas no Brasil, demonstram que se pode conseguir essa melhoria das condições de vida do camponês, aumentando-lhe a capacidade econômica, despertando-lhe a capacidade a iniciativa e fornecendo-lhe padrões mais altos de vida, no lar e na sociedade.

7 — O trabalho de Missão Rural, exigindo uma metodologia especial e uma unidade de orientação, deve ser dirigido e supervisionado por um órgão central, na dependência do Ministério da Educação e Cultura.

8 — Deve-se ampliar o campo de ação da Campanha Nacional de Educação Rural, de modo a se instalarem Missões Rurais em todos os Estados e em todos os municípios que ofereçam condições técnicas para êsse tipo de trabalho educativo.

9 — O Govêrno Federal deve destinar maiores recursos orçamentários à Campanha Nacional de Educação Rural.

10 — Os Governos Estaduais devem reservar uma parcela de suas dotações para fins educacionais, ao serviço de educação rural, em convênio com a CNER.

11 — Recomenda-se às administrações municipais que procurem realizar convênios com a Campanha Nacional de Educação Rural, com o objetivo de instalar, em cada município, uma Missão Rural, constituindo essa iniciativa um dos mais legítimos benefícios de ordem rural, e boa aplicação da cota-parte do impôsto de renda atribuída ao Município.

CENTROS DE COMUNIDADE

Enquanto as Missões Rurais atuam, assim, como instrumento de penetração da CNER, os Centros de Comunidade promovem a fixação dos serviços de educação e assistência.

Os Centros de Comunidade operam sob diversas formas, como:

a) — Centros Regionais de Educadores de Base;

b) — Centros de Treinamento de Professôres e Auxiliares Rurais;

c) — Centros Sociais de Comunidade;

d) — Orientação de Líderes Locais;

e) — Centro de Treinamento de Cooperativismo;

f) — Patrocínio de Conferências, Congressos e similares.

No sentido de oferecer possi-

bilidade de aperfeiçoamento a líderes rurais e técnicos, a CNER mantém um sistema de bolsas de estudo, bem como um programa progressivo de publicações, que possam dar a êsses elementos acesso fácil ao conhecimento atualizado dos problemas de interêsse da vida rural.

Atendendo, ainda, às necessidades de maior extensão de sua política de soerguimento do homem do campo, a CNER mantém acordos com terceiros, especialmente, paróquias e bispados para a execução de seus serviços específicos.

A constituição dos Centros de Comunidade é formada pelo mesmo elemento humano exigido para o estabelecimento de uma Missão Rural, a saber:

1 médico,
1 agrônomo,
1 assistente social,
1 enfermeira,
1 técnica em recreação,
1 agente de economia doméstica,
1 motorista.

As atribuições de cada um dêsses elementos são as que constam das fôlhas mimeografadas anexas ao presente resumo.

LOCALIZAÇAO E EXTENSAO ATUAL DOS TRABALHOS DE MISSÕES E CENTROS DE COMUNIDADE RURAL

Segundo as técnicas de Educação de Base aplicadas pelos técnicos em seu trabalho de equipe, têm sido instituídas tôdas as motivações necessárias ao desenvolvimento do trabalho educativo, isto é: clubes agrícolas, para crianças, adolescentes e adultos, com demonstrações das práticas racionais da agricultura, lavouras demonstrativas, pomares demonstrativos, clubes de lavradores, caixas de socorros de urgência, centros de enfermagem, cursos de puericultura, pelotões de saúde, cursos de Educação Social, centros de reuniões pedagógicas, orientação e colaboração às escolas, associações de pais e mestres, caixas escolares, etc., clubes femininos, com cursos de corte e costura, trabalhos manuais, alimentação e culinária, enfermagem doméstica, recreação, artesanato e indústrias domésticas e rurais, ensinamentos cívicos e democráticos, etc.; centros sociais rurais de comunidade, semanas de estudo, entrosamento e articulação com as entidades oficiais e particulares, etc.

As MISSÕES acham-se localizadas nos seguintes municípios:

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, (Estado de Alagôas),
atuando nas comunidades de Cacimbinhas, Colônia, Igací, Canafístula e Palmeira de Fora.

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia),
atuando nas comunidades de Araçá, Santa Terezinha, Sapucaia, Páu Mulatinho, Taboleiro da Vitória, Aldeia, Chapada, Poções, Cadete, Três Bocas, Tuá, Velame, Bebe Agua, Tapera, Embira.

FEIRA DE SANTANA, (Estado da Bahia),
atuando nas comunidades de Pé de Serra, Sobradinho, Boa Vista, Gameleira, Olhos Dágua, Maria Quitéria, Matinhos e Pacatá.

SERRINHA, (Estado da Bahia),
atuando nas comunidades de Retiro, Chapada, Bela Vista, e Tanque Grande.

MISSOES em instalação no Estado da Bahia:

JEQUIÉ e PIAÚ, BARREIROS e ANGICAL, SEABRA, SENHOR DO BOMFIN.

ITAPAGÉ e BATURITÉ, (Estado do Ceará),
atuando nas comunidades de Santa Luzia, Cruz, Soledade, Itapagé, Uruburetama, Pacoti, Guaramiranga, Apuiarés, Itapipoca.

SOBRAL, (Estado do Ceará),
atuando nas comunidades de Monte Castelo, Pedrinha, Cidao, Coração de Jesus, Patrocínio, Estação, Fortaleza, Saúde.

BACABAL, (Estado do Maranhão),

VARGINHA, (Estado de Minas Gerais),
atuando nas comunidades de Anta, Vargem Grande, Mata da Onça, Remanso, Bela Vista, Pedra Negra.

JANUARIA, (Estado de Minas Gerais),
atuando nas comunidades de Brejo do Amparo, Bela Vista, Levinopolis, São José do Patrocínio.

MISSAO em instalação no Estado de Minas Gerais:

SAO JOAO DEL-REI.

PARAIBA DO SUL, (Estado do Rio de Janeiro),
atuando nas comunidades de Inconfidência, Queima-Sangue, Cavarú, Werneck.

SAO JOSÉ DO RIO PRETO, (Estado do Rio de Janeiro),
atuando nas comunidades de Santa Cruz, Valverde, Boa Vista, Contendas, Jaguará, Córrego Sujo, Tristão Câmara, Posu, Parada Morell.

NISIA FLORESTA, (Estado do Rio Grande do Norte),
atuando nas comunidades de Pirangí e Alcaçuz.

OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul),
atuando nas comunidades de Morro Azul, Maquiné, Costa, Aguapé, Encruzilhada, Marquês de Herval.

ALEGRETE, (Estado do Rio Grande do Sul),
atuando nas comunidades de Encruzilhada, Vasco AAlves, Pinheiros, Passo Novo.

MISSÕES em instalação no Estado do Rio Grande do Sul:

TORRES, abrangendo 4 distritos.
SANTO ANTÔNIO, abrangendo 7 distritos.
GRAVATAÍ, abrangendo 3 distritos.
VIAMAO, abrangendo 2 distritos.

PINHAL, (Estado de S. Paulo),
atuando nas comunidades de Jaguaribe, Santa Luzia, Fazenda da Glória, Parque Municipal, Santa Maria, Areia Branca.

MISSAO em instalação no Estado de São Paulo:

BIRIGUÍ, atuando em tôda a zona rural do município.

CENTROS SOCIAIS DE COMUNIDADE

Os Centros Sociais de Comunidade são organizados em caráter permanente pelas próprias comunidades, orientadas pelos

técnicos da Campanha com o fim de promover o bem comum por meio de alguns processos de Missão quando não se possa contar com esta no local ou quando a Missão se dispuser a deslocar-se, considerando a comunidade suficientemente preparada para desenvolver o seu auto-govêrno.

Além daqueles, portanto, que as Missões, estão organizando como corolário do seu trabalho de penetração educativa nas zonas rurais, há a enumerar os que foram promovidos isoladamente nas seguintes comunidades:

SOBRAL, (Estado do Ceará),
Centros localizados nas comunidades de UBAJARA, TAPERUABA, SANTANA DO ARACARAU, IBIAPINA, COREAU, MERUOCA.

CAUCACIA, (Estado do Ceará),
ITAPAGÉ, (Estado do Ceará),
APUIARÉS, (Estado do Ceará),
ITAPIPOCA, (Estado do Cea-
CAPUAN, (Estado do Ceará),
PETROLINA, (Estado de Pernambuco),

10 Centros no Estado do Rio Grande do Norte,
SÃO PAULO DO POTENGI DO NORTE, ITARETAMA, PEDRO VELHO, SAO RAFAEL, SANTANA DE MATTOS, TOUROS, SAO JOSÉ DO MIPIBÚ, CANGUARETAMA, SÃO TOMÉ, STA. CRUZ, NOVA CRUZ; Sub-centros em LAGES PINTADA e CAMPO REDONDO.

ITARETAMA, (Estado do Rio Grande do Norte),
Centros em organização no Rio Grande do Norte: 14 em diversos municípios.

JARRAGUÁ, (Estado de S. Paulo), em organização.
17 Centros localizados em TUPINIQUINS JARAÇATIA, MIRACATU, JUQUIA, APIAI, MORRO AGUDO, BARRA DO CHAPÉU, IPORANGA, RIBEIRA, ANA DIAS, MARANDUBA, PERUIBE, BIGUA, SETE BARRAS, ITUPAMIRIM, MUSACEA, TRES IRMÃOS.

CENTROS DE TREINAMENTO DE PROFESSÔRES E DE AUXILIARES RURAIS

A CNER visa, com esta espécie de treinamento, em caráter prático preparar os professôres rurais a fim de que possam colaborar nos objetivos da Educação de Base, aperfeiçoando-os nas suas atribuições pedagógicas junto às escolas e orientando-os para o papel que lhes cabe de liderança social junto às comunidades. Também prepara, nestes cursos, elementos com certa base cultural para o auxílio dos trabalhos das equipes ou dos Centros Sociais de Comunidade (Auxiliares Rurais).

A CNER tem realizado cursos desta natureza nos seguintes Centros:

PALMEIRA DOS INDIOS, (Estado de Alagôas),
MESSEJANA, (Estado do Ceará),
COROATÁ, (Estado do Maranhão),
BETIM, (Estado de Minas Gerais, Fazenda Rosário),
DIAMANTINA, (Estado de Minas Gerais),
PARÁ DE MINAS, (Estado de Minas Gerais),
VIÇOSA, (Estado de Minas Gerais),
PIRAPORA, (Estado de Minas Gerais),

TEÓFILO OTONI, (Estado de Minas Gerais),
(êstes Centros de Treinamento de Professôres Rurais localizados no Estado de Minas Gerais foram organizados pela Secretaria de Educação daquele Estado e recebem a colaboração da Campanha).

NATAL, (Estado do Rio Grande Norte),
1 Centro localizado na Fazenda Ponta Negra.

OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul),
1 Centro em instalação.

SANTA MARIA, (Estado do Rio Grande do Sul),
1 Centro em instalação.

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia),
1 Centro em instalação.

CENTROS DE TREINAMENTO DE COOPERATIVISMO DE JOVENS LOCAIS

Êstes Centros têm por objetivo educar os moços dentro do regime cooperativista, incutindo-lhes o amor à terra, e o interêsse em fixarem-se na zona rural pela exploração econômica dos recursos naturais das regiões onde vivem. Os jovens são reunidos em sua fazenda, após seleção cuidadosa, entre aqueles habituados à vida do campo e ainda não contaminados pela influência negativa dos grandes centros. Seu trabalho é desenvolvido na fazenda, não como alunos, mas como membros de uma cooperativa por êles organizada e dirigida. São educados tanto no que respeita à lavoura, às indústrias e à economia, como também em assuntos de cultura geral. O Centro visa, com o referido treinamento e suas práticas, a melhoria dos processos agrícolas regionais, através de "Projetos" a serem realizados pelos jovens, tais como: cultura de mil pés de tomates, criação de quinhentas galinhas, engorda de vinte porcos, cultura de tantos hectares de milho, de feijão, de batata, etc. Não há perigo de aprendizagem rigorosamente determinado. A medida que os cooperados forem terminando os "Projetos" estabelecidos, irão egressando do Centro. Um mesmo cooperado pode realizar mais de um "Projeto", segundo suas possibilidades. A renda do trabalho é dividida em três partes iguais: uma é creditada na Caixa Econômica em favor do cooperado; outra pagará o gasto do "Projeto"; e a terceira é entregue ao jovem para que experimente a satisfação de dispôr de dinheiro ganho com o seu trabalho. Os egressos são acompanhados pelos Centros. Os que vivem na região e cujos pais tenham terras, poderão trabalhá-las financeiramente ligados à Cooperativa do Centro. Os demais serão concentrados em diversas regiões do país a fim de, em núcleos desenvolverem atividades agrícolas e pastoris e instalarem cooperativas nos moldes da que funciona no Centro.

A Campanha Nacional de Educação Rural está começando a desenvolver esta espécie de Centros. Estão pois, sendo instalados os seguintes:

PARÁ DE MINAS, Fazenda Florestal, (Estado de Minas Gerais).

AVARÉ, (Estado de São Paulo).
SANTA MARIA, (Estado do Rio Grande do Sul).
ILHABELA, Barreiros, (Estado de São Paulo),

CENTROS DE ORIENTAÇÃO DE LIDERES LOCAIS

São Centros que se destinam ao preparo da comunidade em geral especialmente da juventude masculina e feminina, segundo seus interêsses. Êstes Centros muito ajudam na preparação e no aproveitamento dos líderes comunitários para o papel que lhes cabe de liderança local na irradiação dos trabalhos de Missões e de Centros Sociais de Comunidade, visando levantar o padrão de vida das populações. A Campanha realiza os seguintes :

BARRA, (Estado da Bahia)
MESSEJANA, (Estado do Ceará)
FORTALEZA, (Estado do Ceará) — 10 Centros localizados nos subúrbios, em colaboração com a Prefeitura Municipal.

SANTOS, (Estado de São Paulo) — preparação de jovens litorâneos procedentes de todos os municípios do Litoral Paulista.

SOBRAL, (Estado do Ceará).

CENTROS DE TREINAMENTO DE EDUCADORES DE BASE

A Campanha realiza o treinamento dos seus técnicos em Educação de Base através de cursos de alto padrão didático e prático. Êsses técnicos se destinam ao trabalho de chefia, planejamento e orientação das atividades da Campanha, seja no "staff" central, seja nas localidades em que se desenvolvem as Missões, os Centros Sociais de Comunidade e as demais atividades. Os referidos técnicos são profissionais titulados de acôrdo com a natureza dos trabalhos da Campanha : médicos, agronomos, assistentes sociais, enfermeiros, etc. Os Centros de Treinamento de Educadores de Base da Campanha Nacional de Educação Rural são de caráter regional e se acham localizados nos seguintes municípios :

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia),
PARA DE MINAS — Florestal, (Estado de Minas Gerais).
PINHAL, (Estado de São Paulo).
OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul), em instalação.

PESQUISAS E ESTUDOS ESPECIFICOS PARA LEVANTAMENTO DOS MUNICIPIOS E PARA CONSTATAÇAO DO RESULTADO DAS TECNICAS APLICADAS

Trata-se de atividades de setor especializado da Campanha, com a aplicação da técnica de pesquisa Geo-Antropo-Sociológica, visando coletar os dados essenciais para estudo e planejamento dos trabalhos a serem realizados nos municípios e, ainda, para a constatação periódica dos resultados dos trabalhos e das técnicas aplicadas. A Campanha tem realizado atividades com os referidos objetivos nos seguintes municípios :

PALMEIRA DOS INDIOS, SANTANA DO IPANEMA e ARAPIRACA, no Estado de Alagôas.

CRUZ DAS ALMAS, FEIRA DE SANTANA e SERRINHA, no Estado da Bahia.

PACOTÍ, GUARAMIRANGA, APUIARES, ITAPAGE e ITAPIPOCA, no Estado do Ceará.

SANTA TEREZA, no Estado do Espírito Santo.

AREIA, CAMPINA GRANDE, MURUNGU, no Estado da Paraíba.

IRATÍ, MALÉ, JOAQUIM TÁVORA e JACAREZINHO, no Estado do Paraná.

PETRÓPOLIS, PARAÍBA DO SUL, no Estado do Rio de Janeiro.

NAZARÉ DA MATA, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, CARUARÚ, GARANHUNS, NISIA FLORESTA, SÃO PAULO DO POTENGI, no Estado do Rio Grande do Norte.

OSÓRIO e tôda a Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

SÃO JOAQUIM, no Estado de Santa Catarina.

PINHAL, no Estado de São Paulo.

Diante dos trabalhos já realizados e da experiência obtida, o III Congresso Brasileiro de Municípios estabeleceu, com referência à Campanha Nacional de Educação Rural, as seguintes.

CONCLUSÕES :

1.º — Sendo o MUNICIPIO a célula primária administrativa da Nação, é lógico que para êle devem convergir as atenções dos governantes em sua tarefa de promover serviços e orçamentos, para que seu ritmo de vida corresponda às aspirações dos municípios.

Daí a conveniência se aparelharem os MUNICÍPIOS RURAIS BRASILEIROS, com os recursos de extensão educativa e de fomento da produção, isto é, aqueles que representam maior interêsse ao trabalhador do campo, em função de suas necessidades : a ESCOLA, o POSTO DE SAÚDE, o POSTO AGRO-PECUARIO.

Que êstes serviços funcionem sob a jurisdição do MUNICIPPIO, embora os Ministérios os supervisionem em função de colaboração e de assistência geral.

2.º — Cada MUNICIPIO deverá elaborar sua lei municipal de desenvolvimento rural, segundo as necessidades e as possibilidades estudadas cientificamente, podendo dirigir-se aos órgãos especializados da União e dos Estados para colaborarem nesta tarefa. (E' oportuno mencionar aqui, de passagem, a lei municipal n.º 214, de 11 de novembro, de 1953, que "DISPÕE SÔBRE A CRIAÇAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA RURAL" formulada e promulgada pela Câmara de Vereadores e respectiva Prefeitura Municipal de BIRIGUI, do Estado de São Paulo, a qual demonstra um alto espírito de civismo e de compenetração administrativa, digno de ser louvado com a devida vênia, nesta ilustre assembléia municipalista).

3.º — Os Estados, a União e os municípios deve-

(Continua na pag. 20)

(Conclusão da pag. 21)

co", em que colaboram os técnicos do Instituto e pelos jornais.

É certo que o Estado não poderá ser grande sem poder provar às necessidades das diversas classes sociais.

O futuro de São Paulo, como só acontece com o do Brasil, dependerá de sua *organização econômica*, evitando os desequilíbrios que possam afetar a sua economia agrícola.

Compreende-se a suma importância que tem a direção do Instituto Agronômico. Representava grave responsabilidade a substituição do Dr. Theodureto de Camargo por quem fosse capaz de seguir suas diretrizes na direção do Instituto. Houve feliz inspiração ao se confiar essa direção a um discípulo e colaborador dedicado e que foi o engenheiro Agrônomo Carlos Krug, que no período de 1949 a 1955 esteve à testa da notável Instituição cujas realizações, durante mais de sete anos, consolidaram a obra inesquecível de Theodureto de Camargo e fizeram do Instituto Agronômico de Campinas verdadeiro Instituto Oswaldo Cruz da agronomia brasileira.

A par das intensas atividades de pesquisas que obedeceram a seguros planejamentos para a defesa dos setores agrícolas da economia paulista, destaca-se a criação da *autonomia* e do *"fundo de pesquisas"*, como obras do maior relêvo da administração do geneticista Carlos Krug; sendo de esperar, como até hoje, que os governantes de São Paulo e o Conselho de Política da Agricultura do Estado, tenham sempre presente o papel fundamental do Instituto, não só para a vida econômica de São Paulo, como do Brasil.

(Conclusão da pag. 26)

dade de se temer a fome no Brasil. Porque, se falharem os meios comumente preconizados pelos estudiosos do problema, para sua solução, restará a fauna para saciar a carência alimentar de, no menos, uma parte dos famintos dêste país. E havendo perfeição no trabalho, não haverá fome em nenhuma de suas formas.

Mas, para que tenhamos bons estoques faunísticos no futuro, é preciso que obremos desde já. E tal trabalho começa com a boa regulamentação da caça e da pesca, sua zelosa fiscalização, em especial nas áreas já transformadas em reservatórios, a ampliação do sistema de hortos florestais, a criação de refúgios de fauna, o cumprimento de tôdas as finalidades dos parques nacionais.

Acima de tudo, porém, é necessário que incutamos o valor da proteção à fauna na mente do povo brasileiro em geral e, em particular, dos funcionários públicos ligados de qualquer forma à matéria e que, porventura, ainda não sejam fervorosos defensores da causa.

(Conclusão da pag. 36)

de trabalho, e dar auxilio financeiro e em material de trabalho; tudo redundará ou em fracasso, ou em um rendimento não compensador, pois a mão de obra não selecionada so permite estas duas alternativas.

De qualquer forma, julgamos que preferência deve ser dada àqueles que tenham melhores conhecimentos de agricultura e estejam bem familiarizados com as culturas em que irão trabalhar.

Finalizando, temos a considerar que o êxito da colonização está totalmente condicionado a um planejamento conciso, que seja baseado em um levantamento fiel das possibilidades existentes e dos recursos materiais com que se poderá contar. É a ocasião propicia de se dar ao elemento humano o destaque que na realidade merece.

(Conclusão da pag. 46)

9 — J. Cruz Paixão, do IEEA e da ENA, sôbre prêço de aplicação e problemas de aplicação de herbicidas em canaviais de Sergipe.

V — Sessão Cinematográfica

Durante o Seminário houve, no Auditório da Universidade Rural, uma Sessão Cinematográfica durante a qual foram projetados 5 filmes documentários, sendo:

a — dois documentários da Shell Limited

b — um documentário da Dow Chemical

c — dois documentários do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

VI — Considerações finais

Conforme se verifica, foram os mais proveitosos os resultados do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

Durante o mesmo, técnicos de diferentes regiões do país estudaram e debateram diversos problemas sôbre a contrôle de ervas daninhas através da aplicação de herbicidas seletivos em hortas, pomares, pastagens e em diversas culturas; estudaram a sistemática das ervas daninhas; estudaram os herbicidas totais; focalizaram a ação dos herbicidas sôbre a conservação do solo e, finalmente, traçaram esquemas de experimentação com herbicidas e discutiram trabalhos experimentais já realizados.

Durante a Mesa Redonda, que despertou vivo interesse, foram estudadas e debatidas questões objetivas tais como o custo dos herbicidas e de sua aplicação; os problemas de aparelhagem e da mão de obra; as dificuldades da aplicação e, finalmente, as possibilidades de fabricação de herbicidas no Brasil.

Tendo-se em vista os bons resultados dêsse primeiro encontro entre técnicos e representantes de firmas comerciais e industriais resultarão, sem dúvida, medidas práticas e objetivas que possibilitarão o emprêgo mais generalizado de herbicidas no contrôle de plantas invasoras das lavouras.

Com a experiência do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas, não temos dúvida, o 2.º Seminário, programado para 1958, alcançará, igualmente, completo êxito e despertará maior atenção ainda que o recem-realizado pelo Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas em colaboração com a Universidade Rural, que conseguiu reunir mais de 100 interessados no assunto.

G. G. S.

NOVA JORNADA DE ÊXITOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

O rumo seguro que a diretoria da C. S. N. presidida pelo general Edmundo de Macêdo Soares e Silva vem imprimindo nos trabalhos do nosso maior parque siderúrgico

Uma nova jornada de êxitos para a Companhia Siderúrgica Nacional assinalou o ano de 1956, ora a findar-se. Em todos os setores de atividades da emprêsa foram alcançados índices de produção superiores aos do ano anterior, que já constituíam, por sua vez, "récords" absolutos na história da Companhia Siderúrgica. Esta produtividade crescente repousa, sobretudo, no rumo seguro que a diretoria da CSN, presidida pelo general Edmundo de Macedo Soares e Silva, vem imprimindo nos trabalhos do nosso maior parque siderúrgico, com vistas a novos objetivos de panorama econômico-industrial brasileiro.

Concentrando seus esforços no sentido de compensar, pela eficiência da operação e pelo aumento do rendimento técnico, os inevitáveis reflexos da conjuntura nacional sôbre a vida da Companhia, pode a CSN suportar o impacto dos aumentos de fretes, do custo da matéria prima e das reivindicações salariais sem maiores transtornos na sua vida financeira, mercê do aprimoramento técnico da produção.

Números de Produção

O acêrto das medidas adotadas para obtenção de tão expressivo e favorável resultado traduz-se, inequivocamente, nos números de produção. Até o mês de setembro último, a produção de coque havia atingido 362 649 toneladas, contra 358 818 toneladas de igual período de 1955, o que representa um aumento de 3 831 toneladas. O ferro gusa chegou a 424 164 toneladas, contra 342 965 do ano anterior, ou seja, um aumento de .. 81.469 ton., o que percentualmente é da ordem de 24%. A produção de aço em lingotes foi de 548 907 ton., contra 482 119 tons. em 1955, significando um aumento de 14%.

A produção de laminados seguiu o mesmo ritmo ascencional, sôbre a produção de 1955, assim distribuída: mais 36.894 tons. de trilhos e acessórios (16% de aumento); 7.745 tons. de Chapas Finas a Quente (9% de aumento); 14 949 tons. de Chapas Finas a Frio (21% de aumento); 1.698 tons. de Chapas Galvanizadas (18% de aumento) e 28.934 tons. de Folhas de Flandres (113% de aumento). Houve pequena redução na produção de perfilados, barras e chapas grossas, em virtude da maior produção de trilhos.

No último trimestre do ano, os índices de produção mantiveram o mesmo nível de superioridade sôbre 1955, na Coqueria, na Aciaria, na Fundição e na Laminação. O mesmo se verificou no setor de matérias-primas com algarismos dantes não atingidos, na produção do carvão lavador, no beneficiamento do carvão, na produção de minérios e fundentes, de energia elétrica e ainda no transporte marítimo, todos êles quebrando marcas alcançadas em 1955.

Além do êxito técnico e financeiro da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1956, há a considerar, ainda, o êxito, que se traduziu na ampliação da política assistencial que a emprêsa dispensa aos seus servidores, política assistencial essa que não tem paralelo em nenhuma outra organização brasileira. Parte substancial dos lucros da CSN reverteu em benefício dos próprios empregados, através de assistência hospitalar, habitacional, educacional e assistência social pròpriamente dita.

Marcha para um milhão

O ano de 1956 teve ainda excepcional significação para a Companhia Siderúrgica Na-

(Continua na pag. 61)

UNIFICADA A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

O alto alcance social do movimento de pacificação cujo objetivo primordial é o fortalecimento da classe rural carioca

A Sociedade Nacional de Agricultura volta a controlar a classe rural do Distrito Federal — Transformada a "F. A. R. D. I. F." em "D. A. R. D. I. F." — Eleito por unanimidade para representante da classe no Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, o sr. Abel de Almeida — As festividades comemorativas do Dia da Árvore — As novas instalações da "D. A. R. D. I. F." — Prosseguem normais as reuniões — Projeto que institui prêmios aos lavradores cariocas — Distribuição de resíduos às entidades federadas — Outras notas

Acontecimento deveras auspicioso para a lavoura carioca ocorreu no dia 17, do mês de setembro, quando, em memorável assembléia geral extraordinária, a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, a "F. A. R. D. I. F.", reconhecendo as prerrogativas legais da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA decidiu, por unanimidade das organizações rurais que a constituíam, cessar definitivamente as suas atividades, transferindo à gloriosa entidade presidida por Arthur Torres Filho, a orientação, contrôle e responsabilidade da classe rural do Distrito Federal. Transformou-se assim a "F.A.R.D.I.F.", entidade que inegàvelmente prestou assinalados serviços ao desenvolvimento do associativismo rural do Distrito Federal, em Departamento das Associações Rurais, conforme normas estatutárias em vigor. Esse fato, não só trouxe para a Classe uma incontável soma de vantagens que mais a robustecem no âmbito municipal, como também, deu oportunidade ao ruralismo carioca de vêr se abrirem novos horizontes ao seu crescente progresso na esfera pròpriamente nacional da vida rural brasileira.

Uma comissão constituída pelos Srs. Abel de Almeida, Flávio da Costa Britto e Antonio Correia da Silva foi incumbida de transferir para a S.N.A. o patrimônio da Fardif.

Documento histórico

Do acontecimento no qual já nos reportamos com abundância de detalhes, foi feita e registrada no cartório competente, uma ata, cujo teôr transcreveremos abaixo:

"no livro "D" número três, do Documento Integral de Pessoas Jurídicas, dêste Cartório, dêle consta, registrado sob o número de ordem mil quatrocentos e cinquenta e nove e do Protocolo número dez mil setecentos e trinta e um, uma ata apresentada pela FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL (FARDIF), aos vinte e cinco dias de setembro de mil novecentos e cincoenta e seis, do seguinte teôr: — Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 1956, em sua séde provisória, à Rua Debret n.º 23, 13.º andar, nesta capital do Rio de Janeiro, reuniram-se os representantes legais de todas as Associações Rurais do Distrito Federal filiadas à Federação das Associações Rurais do Distrito Federal (FARDIF) juntamente com a diretoria desta e tendo em vista aquela unanimidade, deliberou-se converter a reunião em assembléia geral extraordinária da aludida Federação, a fim de examinar a situação da entidade em face do Decreto lei 8.127, de 24 de outubro de 1945 e respectivo regulamento baixado com o decreto n.º 19.822 da mesma data, deliberando-se em definitivo a respeito. O senhor Flávio da Costa Brito, vice-presidente da FARDIF, em exercício da presidência, na direção dos trabalhos deu a palavra ao Engenheiro Agrônomo Antonio Correia da Silva, secretário geral da entidade, para expor a matéria objeto da reunião tendo o mesmo feito minucioso relato sôbre os trabalhos de organização dos lavradores e criadores do Distrito Federal nas regiões em que os mesmos exercem suas atividades criando-se as Intendências Agrícolas locais reunidas em torno do Conselho Rural do Distrito Federal, órgão federativo das mesmas e das Cooperativas existentes. Aquelas Intendências posteriormente se converteriam nas Associações Rurais, transformando-se o Conselho na atual Federação. Expôs, ainda, que sempre houve da parte de quantos empenharam esforços naquele sentido, o desejo de unir os interessados, dentro da lei, para a defesa de seus direitos e prerrogativas. Prosseguindo, citou a recente decisão do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura aprovando a regulamentação da letra e do art. 4.º dos Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude da qual aquela Sociedade foi mais uma vez confirmada na investidura, que lhe coube por fôrça da citada legislação, de órgão representativo da classe rural do Distrito Federal. E como a perfeita união dos lavradores e criadores do Distrito Federal foi sempre o desiderato dos companheiros que se dedicavam à organização rural metropolitana, entende o orador que não poderiam existir dois órgãos com as mesmas finalidades, até porque, sob a égide da Sociedade Nacional de Agricultura, dada a sua qualidade de instituição rural mais antiga do País, os lavradores e criadores do Distrito Federal estariam em condições vantajosas de nela integrados, prosseguir na luta em prol dos seus direitos. Nesta conformidade, e havendo estudado a matéria por determinação dos companheiros e do Vice-Presidente, no exercício da presidência, chegara à conclusão de que se impunha a filiação das Associações Rurais, já legalmente constituídas como sociedades civis e fundadoras da FARDIF, à Sociedade Nacional de Agricultura, para que possa dar-se a realização do que a lei prescreveu. Em seguida, o Senhor Vice-Presidente em exercício, apoiando as conclusões do orador, fêz relato das conversações que manteve, em companhia do Senhor Abel de Almeida Torres Filho e outros membros destacados da sua direção. Falou em seguida, o companheiro Abel de Almeida que também fêz referências ao assunto, apoiando as sugestões dos Srs. Vice-Presidente e Secretário Geral. Posta a matéria em votação, foi decidida por unanimidade, a extinção da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, (FARDIF), delegando-se poderes aos Senhores Flávio da Costa Brito, Abel de Almeida e Antônio Correia da Silva para tratar da filiação à Sociedade Nacional da Agricultura, das Associações Rurais que integravam aquela Federação, procedendo-se à entrega de todos seus haveres à aludida Sociedade Nacional de Agricultura, para constituir patrimônio das Associações Rurais do Distrito Federal, mediante as formalidades legais. Ficou, também a referida comissão incumbida de, uma vez aprovada e assinada a presente ata, proceder ao seu

registro no Cartório das pes-pessoas jurídicas desta Capital para o efeito de se extinguir a referida Federação das Associações Rurais do Distrito Federal (FARDIF), cuja ata de fundação foi registrada sob n.º 3 609, livro A-3, protocolo n.º 7998 em 25 de janeiro de 1955, no cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, fornecendo-se à Sociedade Nacional de Agricultura a competente certidão, para os devidos efeitos. E nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada às 18 horas, sendo lavrada a presente ata, por mim Antônio Correia da Silva, Secretário Geral, que assino, com o Sr. Vice-Presidente e demais presentes. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1956. (as) Antônio Correia da Silva, Secret. Geral Flávio da Costa Brito — Vice-Presid. em exercício... Juvenal da Silva Azevedo — Presidente Pres. Ass. Rural de Viegas. Francisco José de Moraes — Presid. A. R. Palmares. Theobaldo José Ribeiro — Pres. Ass. Lavr. F. Coqueiros — Antonio Ferreira Caseiro Associação Rural de Jacarepaguá — Eleuzipio Candido da Silva Pr. da Associação Rural de Santa Eugênia. Antônio Vaz Presidente da Associação Rural de Realengo. Angelo Hoshima Pres. Int. Agr. Reta do R. Grande. Pelayo Vidal, Pres. digo, pela Ass. dos Avicultores do D. Federal. Jonas Passos Soares — Associação Rural Rio da Prata. A presente ata ora lançada de folhas cento e oitenta e dois, a cento e oitenta e três verso, de um livro de atas da FEDERAÇAO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL (FARDIF), com duzentas folhas, numeradas seguidamente de um a duzentos, não estando as mesmas rubricadas e contendo sòmente o ter, digo e contendo os termos de abertura e encerramento. Registrada firmente na data retro. Era êste o conteúdo do registro lançado já no princípio declarado, ao qual me reporto de cujo teôr, por me haver sido pedido por certidão, bem e fielmente extraí a presente, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, aos vinte e cinco dias de setembro de mil novecentos e cincoenta e seis. Eu, Almir Alexandrino da Silva Oficial Substituto, subscrevo dou fé e assino.. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956. Almir Alexandrino da Silva.

AMPARADOS PELO ORGAO MAXIMO DA CLASSE

PALAVRAS DO MAIOR ACACIO GONÇALVES NA REUNIAO DE 16 DE OUTUBRO, NA S.N.A.

"É a primeira vez, que assisto uma reunião, das Associações Rurais do Distrito Federal, e não perco esta oportunidade, para manifestar a minha satisfação, o meu regosijo, por ser realizado o que há muito desejava, que os interêsses dos lavradores do Distrito Federal, fossem amparados pelo órgão máximo da classe, aos quais estavam vinculados por força de lei, e para felicidade de todos, houve uma bôa compreensão, e hoje, aqui estamos irmanados com os mesmos sentimentos de produtores, e dispostos a prestigiar e a engrandecer cada vez mais a Casa da Agricultura.

Esta Casa, com suas lindas e harmoniosas linhas arquitetônicas, é o fruto do trabalho árduo e profícuo, de muitos brasileiros, como uma homenagem especial, cito o nome de três que mais se distinguiram: — SIMÕES LOPES, TEIXEIRA LEITE e ARTHUR TORRES FILHO.

Há dias, Sr. Presidente, aqui estive pela primeira vez, em uma visita ao meu grande, bom e valioso amigo, Dr. Arthur Torres Filho, amizade de mais de 30 anos, conquistada pelo procedimento impecável, correto e exemplar desta excelente criatura, que, sempre se impôs pela sua capacidade de trabalho, inteligência viva e esclarecida, com vasta e profunda cultura, tendo acionado pela fôrça de vontade, que ainda mantém, de engrandecer cada vez mais a Agricultura Nacional.

Sr. Presidente, apesar de encontrar o meu amigo Dr. Torres Filho, um pouco cansado pelo trabalho, fiquei grandemente satisfeito em abraçá-lo, e ao mesmo tempo sensibilizado, pelo que assisti, por parte de todos os que aqui trabalham, o modo respeitoso, carinhoso e afetivo que dispensam ao seu querido e estimado chefe.

Hoje, Sr. Presidente, a Casa da Agricultura, reune sob o mesmo têto, tôdas as organizações, necessárias e indispensáveis, ao progresso, não só da lavoura pròpriamente dita, como também, da justa e humana garantia do bem estar dos nossos patrícios, que se dedicam ao árduo e penoso trabalho, do amanho da terra.

Aqui temos, em pleno funcionamento, a Confederação Rural Brasileira, que representa com todo o rigor, a força viva da Agricultura Nacional, dirigida e acionada pelo dinamismo do Dr. Iris Meinberg, inquieto, vibrátil, voluntarioso e trabalhador, qualidades que o habilitou a defender com segurança e proveito, os interêsses pecuaristas.

Temos mais, entre nós, o Serviço Social Rural, organizado para garantir o bem estar e os direitos do homem do Campo, semelhantes nossos, que proporcionam alimentação farta e segura, e que sempre estiveram à margem, ao Deus dará, sem amparo, e sujeitos a ação dos agentes atmosféricos, que hoje dão e amanhã tiram, que graças a esta nova organização, que tem sob sua direção, o Sr. Rubens Farrulla, homem íntegro, decente e de caráter experimentado, com o trato da coisa pública, com grande capacidade de trabalho, exigente no cumprimento do dever, natural rigorosamente honesto, dotado de grande espírito público, e tudo isto que venho de dizer, sôbre a personalidade do Dr. Farrulla, é fruto de minha observação, na antiga Comissão Executiva do Leite, e na Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, acrescido do convívio que tivemos durante muitos anos, e de responsabilidades das juntas na diretoria da Cooperativa dos Avicultores de Benfica.

A Cooperativa dos Avicultores de Benfica, organizada por 12 avicultores, em 1936, afirmo com segurança, é trabalho do Sr. Dr. Farrulla, todos nós gravitamos em torno de sua pessoa, não só atraídos pelo seu ardoroso entusiasmo, pela sua autoridade de agro-pecuarista, pois já possuía na época, a granja Heliópolis, situada no Município de Nova Iguaçu, com milhares de aves, entre galinhas, marrecos e perus; puro e selecionado gado Jersey e alguns milhares de laranjeiras de alta produção, e por cima de tudo, tinha por hábito, que era do agrado de todos, a louvável disposição de pagar tôdas as despesas.

Sr. Presidente, os inquilinos desta Casa, são os órgãos propulsores da riqueza básica de nosso país, que é a agricultura, pelo que, estou certo, que todos nós com os mesmos sentimentos de patriotismo, atendendo com satisfação os reclamos justos do povo, e sob a inspiração animadora do Sr. Presidente da República, tudo se conseguirá em futuro próximo, para o bem de todos e a grandeza da nossa Pátria.

REIVINDICAÇÕES DOS LAVRADORES DO DISTRITO FEDERAL

Na reunião de 5 de outubro, da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Iris Meinberg deu conhecimento à casa que a Sociedade Nacional de Agricultura, órgão representativo da lavoura do Distrito Federal, entregou ao Prefeito Negrão de Lima um memorial contendo numerosas reivindicações dos lavradores do chamado Sertão Carioca, seriamente prejudicados pela ausência de medidas por parte dos poderes públicos em favor de suas lavouras.

Dentro as reivindicações constantes do referido memorial destacam-se as referentes ao escoamento da produção, saneamento de vários setores rurais instalação e reaparelhamento de escolas, repressão às atividades de falsos lavradores e providências tendentes a assegurar aos ocupantes de glebas em produção a tranquilidade de trabo-

lho, constantemente ameaçada pelos pseudos proprietários com mandados de despejo, originando uma situação aflitiva não só para os lavradores como para a população, dado aos obstáculos que surgem para o perfeito abastecimento do Distrito Federal.

O Prefeito Negrão de Lima recebeu a numerosa comissão, à frente da qual se encontravam o Sr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da S.N.A., Adonias Lima, Secretário daquela entidade e Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, Abel de Almeida, Flavio de Brito, Presidente da União das Cooperativas do D. F.; Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da Sociedade Nacional de Agricultura; Coronel Acacio Gomes, Presidente da Cooperativa de Agricultura de Benfica, além de outros elementos representativos da lavoura do Distrito Federal.

O Sr. Prefeito trocou idéias com os representantes prometendo estudar, com todo o interêsse, o memorial, onde se encontram algumas reivindicações da alçada do Govêrno Federal.

O DIA DA ARVORE NA LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Como ocorre anualmente, a 21 de setembro de 1956 foi solenemente comemorado pelas associações rurais do Distrito Federal o dia da árvore. Na Fazenda Modelo da Prefeitura do Distrito Federal, em Campo Grande, presentes numerosos lavradores e diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, membros da diretoria da antiga Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, funcionários da Municipalidade e jornalistas, transcorreu num ambiente de entusiasmo e confraternização a cerimônia do plantio de várias mudas de madeira de lei e árvores frutíferas. Falando em nome da diretoria da antiga Fardif que todos os anos promovia aquela solenidade, usou da palavra o Major Acacio Gonçalves que disse da satisfação de todo por passarem a integrar o quadro federativo da Sociedade Nacional de Agricultura. O Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da tradicional instituição representativa da classe agradeceu as referencias do orador, dizendo também da satisfação da S. N. A. pela unificação da Lavoura do Distrito Federal.

As 13 horas, no patio da Fazenda Modelo foi servido aos presentes um suculento churrasco ouvindo-se vários oradores.

REPRESENTANTE DA CLASSE NO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Outro acontecimento de excepcional significação para a unificação da Lavoura do Distrito Federal, ocorreu nos primeiros dias do mês de outubro.

Referimo-nos a eleição do Sr. Abel de Almeida, um dos fundadores da Fardif e da Intendencia Agricola do Mendanha, veterano agricultor do chamado Sertão Carioca, para a honrosa incumbência de representante dos lavradores do Distrito Federal, no Conselho Regional do Serviço Social Rural.

PREMIOS MUNICIPAIS AOS LAVRADORES

O vereador Antonio Dias Lopes, legítimo representante da classe rural do Distrito Federal na Câmara Municipal apresentou à mesa do legislativo da municipalidade um projeto de lei destinado a premiar os lavradores que mais se distinguirem na produção agrícola.

Eis a integra do projeto:

Artigo 1.º Ficam instituidos prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que, se distinguirem durante o ano decorrido nas condições do artigo seguinte:

Artigo 2.º Os prêmios aludidos no artigo anterior, em número de doze, serão conferidos nas seguintes bases:

I — Prêmios de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao o lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão da sua escrita no movimento produtivo e despesas gerais dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada.

II — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por Ha, maior rendimento no cultivo de hortaliças.

III — Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de 5Ha.

IV — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos, tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas) aves.

V — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de muda citrica, tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) mudas.

VI — Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao criador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) cabeças.

VII — Prêmio de Cr$ 30 000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar melhor produção apícola, qualitativa e quantitativamente, tomando-se por base 5 (cinco) colmêias.

VIII — Prêmio de Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados, as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área base de 5 (cinco) Ha:

IX — Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que, mediante o emprêgo de máquinas agrícolas, reduzir comprovadamente os gastos de manutenção e mão de obra na sua atividade agrícola, tomando-se por base uma área de 5 (cinco) Ha.

X — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao criador que possa

XI — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que reflorestar, uma área contigua de 3 (três) Ha, de terreno fortemente acidentado, obedecendo o melhor critério técnico.

XII — Prêmio de Cr$ 30 000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiária.

Art. 3.º — A concessão dêstes prêmios recairá obrigatoriamente em lavradores e criadores registrados na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 1.º O lavrador e criador só pode concorrer a um prêmio dos prêmios estabelecidos no art. 2.º.

§ 2.º Considerando-se, para cumprimento da presente lei lavrador e criador aquêle que vive essencialmente das suas atividades agrícolas.

Art. 4.º — Os prêmios serão conferidos pela Prefeitura mediante parecer de uma comissão constituida de um representante da Camara do Distrito Federal, dos diretores e chefes de serviços especializados da Secretária Geral de Agricultura e de um representante do Federação das Associações Rurais do Distrito Federal.

Art. 5.º — Os prêmios instituidos pela presente lei serão distribuidos a 21 de setembro de cada ano, dia destinado ao lavrador do Distrito Federal.

Art. 6.º — O orçamento municipal consignará, anualmente a verba necessária, à execução desta lei.

Art. 7.º — O Prefeito do Distrito Federal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, baixará regulamento para fiel execução da presente lei.

SANCIONADA PELO PREFEITO A LEI SOBRE FINANCIAMENTO A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Em cerimonia realizada a 20 de outubro no Palácio Guanabara, o Prefeito Negrão de Lima sancionou a lei municipal de autoria do vereador Osmar Rezende e que dispõe do financiamento do crédito rural para os lavradores do Distrito Federal.

Ao ato estiveram presentes, o Secretário Geral da Agricultura, Sr. José Fontes Romero, o Presidente do Banco da Prefeitura, o diretor da Carteira Agrícola do citado estabelecimento de crédito da nossa municipalidade, o autor do projeto, Sr. Osmar Rezende, o Sr. Flavio da Costa Britto, representante do Departamento das Associações Rurais da Sociedade Nacional da Agricultura e Presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal, o professor Antonio Santa Rosa, presidente da Associação dos Avicultores do Distrito Federal, o Sr. Pelayo Vidal, membro da Comissão Nacional de Avicultura, outros representantes de entidades rurais e diversos lavra-

Na ocasião, usaram da palavra, além do Prefeito Negrão de Lima, o vereador Osmar Rezende, o diretor da Carteira de Crédito Agrícola e o presidente da Associação dos Avicultores, todos ressaltando os benefícios que advirão dos dispositivos legais sancionados, tanto para os criadores como os lavradores.

Em seu artigo 1.º dispõe a lei que a Prefeitura depositará anualmente no Banco da Prefeitura do DF, em conta a longo prazo, a importância de 50 milhões de cruzeiros, para atender no financiamento exclusivo do crédito rural do DF e zonas circunvizinhas.

Os depósitos serão efetuados durante dez anos consecutivos, a partir de 1957 e não poderão vencer juros inferiores a 1 por cento ao ano.

O financiamento aos produtores rurais do DF será feito pela Carteira do Crédito Agrícola do Banco da Prefeitura do DF SA, que atenderá na distribuição dos recursos para êsse fim aos planos organizados em colaboração com a Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da PDF.

A Secretaria Geral de Agricultura fixará normas detalhadas e objetivas para o emprêgo do crédito obtido e fiscalizará a respectiva aplicação.

O emprêgo do crédito em desacôrdo com as normas estabelecidas pela Secretaria Geral de Agricultura sujeitará o responsável no pagamento de juros de 12 por cento ao ano, sôbre o total do financiamento.

Nenhum empréstimo poderá ser concedido por prazo superior a 15 anos.

A partir do undécimo ano, deverá ter início a recuperação do capital com a liberação dos depósitos efetuados na base mínima de dez milhões de cruzeiros anuais.

As importâncias anualmente liberadas voltarão a constituir disponível imediato da PDF.

TAXAS E JUROS

As taxas dos juros dos empréstimos obedecerão à seguinte discriminação: 4%, 4,5%, 5,5% e 6%, respectivamente, até os prazos máximos de 1 (um), 5 (cinco), 10 (dez) e 15 (quinze) anos.

A lei autoriza o Prefeito do DF a praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento.

A lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SIGNIFICATIVA HOMENAGEM AOS SRS. ABEL DE ALMEIDA E IRIS MEINBERG

Testemunhando o aprêço que desfrutam no seio dos lavradores do Distrito Federal, essa numerosa classe homenageou a 15 de novembro p.p. com um churrasco no Guandu do Sena, os Srs. Abel de Almeida, representante da mesma no C. R. do Serviço Social Rural da D. Federal e o Deputado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira.

Ao churrasco, compareceram numerosos lavradores e representantes de entidades dentre as quais destacamos os Srs. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Flavio da Costa Britto, representante da Dardif e presidente da Urodif, Pelayo Vidal pela Associação dos Avicultores do Distrito Federal, Major Acacio Gonçalves, da Cooperativa dos Avicultores de Benfica, Antonio Tennynon Go-Benfica, Antonio Tennynon Garcez, da Cooperativa Doméstica de Jacarepaguá, Francisco de Moraes, da Associação Rural de Palmares, Juvenal de Azevedo, da Associação Rural de Vieeas, Antonio Vaz e Joaquim Borges, da Associação Rural do Realengo, Genesio Medeiros, da Cooperativa de Agro Pecuária de Kosmos, Antonio Joaquim Fernandes, da Cooperativa de Irajá e numerosos outros representantes de Cooperativas, Associações e Intendências mais do Distrito Federal.

Convidado especialmente, compareceu também o vereador Antonio Dias Lopes que teve oportunidade de falar aos lavradores sôbre os motivos e significação da homenagem.

Os homenageados Srs. Iris Meinberg e Abel de Almeida, como também os Srs. Flavio Costa Britto, Luiz Marques Poliano fizeram uso da palavra no que foram bastante aplaudidos.

AS REUNIÕES SEMANAIS DA DARDIF

A Diretoria das Associações Rurais do Distrito Federal, órgão da Sociedade Nacional de Agricultura e que passou a orientar e controlar a classe está funcionando em sua sede própria à Avenida General Justo, 171 — 2.º andar, à disposição dos lavradores cariocas que desejarem tratar de assuntos da classe. Ali os interessados, das 9 às 17,30, serão atendidos, como também, pelo telefone [illegible]. Semanalmente realizam-se as reuniões ordinárias semanais às quais vem comparecendo elevado número de lavradores.

A orientação da classe continua entregue aos Srs. Flavio Costa Britto, Abel de Almeida e Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

A parte referente aos serviços do expediente e distribuição de resíduos, como de outros assuntos de interêsse das organizações filiadas está entregue ao encarregado, Sr. Braulio Guimarães.

Nas páginas que se seguem publicamos quadros demonstrativos da distribuição de resíduos.

RECOMENDAÇÃO AOS LAVRADORES FILIADOS À DARDIF

Para perfeita orientação das organizações que recebem cotas de resíduos da COFAP e da Secretaria Geral de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, o Secretário Geral da S. N. A. dirigiu aos presidentes das mesmas entidades a seguinte recomendação:

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1956.

"De ordem do Sr. Presidente e, tendo em vista reiteradas determinações da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, permitimo-nos advertir aos Srs. Presidentes de Cooperativas, Associações e Intendências, quanto ao item 8.º da circular n.º —, de 15 de agosto de 1955 da Dardif, que determina o seguinte:

"Chamamos a atenção dos Srs. Presidentes de Associações, Cooperativas e Intendências para a necessidade de rigoroso cumprimento da presente circular e avisamos que será realizada fiscalização em todas as sedes, tanto por parte da COFAP como também por parte da Prefeitura, a fim de verificar a existência de alimentos a entrarem na composição das rações, de acôrdo com as várias fórmulas aprovadas."

Assim, damos por bem recomendada a rigorosa observância das exigências oficiais, a fim de evitar cancelamentos de quotas por parte das repartições competentes.

A comprovação da aquisição de ingredientes para aplicação nas quotas de resíduos, assim, é providência que solicitamos, devendo ser enviada uma via a esta Sociedade e outra à COFAP.

Aproveitando o ensêjo para apresentar nossos protestos de elevada consideração e distinto aprêço.

Luiz Marques Poliano. — Secretário Geral da S. N. A.

DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DE RESIDUOS DE TRIGO EM NOVEMBRO DE 1956

QUOTA D.A.R.D.I.F.

	(SACOS)
1) Cooperativa Agricultores Criadores Jacarepaguá	950 scs
2) Cooperativa Avicultores Doméstica Jacarepaguá ..	950 scs
3) Cooperativa Agricola de Bangú Ltda.	410 scs
4) Cooperativa Agricultores e Criadores Campo Grande	450 scs
5) Cooperativa Agricultores e Criadores Irajá	420 scs
6) Cooperativa Agricultores e Criadores Guaratiba	260 scs
7) Cooperativa Agricultores Criadores Ilha Guaratiba ..	410 scs
8) Cooperativa Agricultores Criadores de Mato Alto	260 scs
9) Cooperativa Agricultores da Zona Rural Ltda.	125 scs
10) Cooperativa Agricola Mista Agro-Pec. Santa Cruz ..	480 scs
11) Cooperativa Agricultores da Reta do Rio Grande ..	145 scs
12) Cooperativa Avicultores de Benfica	330 scs
13) Cooperativa Avicultores de Santa Cruz	230 scs
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarepaguá-Guaratiba ...	135 scs
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	180 scs
16) Associação Lavradores Fazenda Coqueiros	174 scs
17) Associação Agricola de Jacarepaguá	161 scs
18) Associação Rural do Realengo	290 scs
19) Associação Rural de Viégas	260 scs
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200 scs
21) Associação Rural dos Palmares	380 scs
22) Associação Rural do Rio da Prata .	410 scs
23) Intendência Agricola da Cachamorra	230 scs
24) Sociedade União dos Agricultores ..	160 scs
TOTAL GERAL	8.000 scs

DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DA QUOTA RESIDUO DE TRIGO DO MES DE OUTUBRO DE 1956

D. A. R. D. I. F.

	SACOS
1) Cooperativa Agricultores Criadores Jacarepaguá	1.170
2) Cooperativa Agricultores Doméstica de Jacarepaguá	1.170
3) Cooperativa Agricola de Bangú Ltda.	320
4) Cooperativa Agricultores Criadores Campo Grande	320
5) Cooperativa Agricultores de Irajá	320
6) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba	320
7) Cooperativa Agricultores Criadores Ilha Guaratiba	320
8) Cooperativa Agricultores Criadores Mato Alto	300
9) Cooperativa Agricultores da Zona Rural	150
10) Cooperativa Agricola Agro-Pec. Santa Cruz	300
11) Cooperativa Agricola da Reta do Rio Grande	170
12) Cooperativa Avicultores de Benfica	320
13) Cooperativa Avicultores de Santa Cruz ..	240
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarep-Guaratiba	190
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	220
16) Associação Lavradores da Fazenda Coqueiros	190
17) Associação Agricola de Jacarepaguá	190
18) Associação Rural do Realengo	320
19) Associação Rural de Viégas	280
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200
21) Associação Rural dos Palmares	300
22) Associação Rural do Rio da Prata	300
23) Intendência Agricola da Chamorra	200
24) Sociedade União dos Agricultores	190
TOTAL Geral	8.000

DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DA QUOTA RESIDUO DE TRIGO DO MES DE OUTUBRO DE 1956

P. D. F.

	SACOS
1) Cooperativa Agricultores Criadores Jacarepaguá	1.170
2) Cooperativa Agricultores Doméstica Jarepaguá	1.170
3) Cooperativa Agricola de Bangú Ltda.	320
4) Cooperativa Agricultores Criadores Campo Grande	320
5) Cooperativa Agricultores Criadores de Irajá	320
6) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba	320
7) Cooperativa Agricultores Criadores Ilha Guaratiba	320
8) Cooperativa Agricultores Mato Alto	300
9) Cooperativa Agricultores da Zona Rural	150
10) Cooperativa Agricola Mista Agro-Pec. Santa Cruz	300
11) Cooperativa dos Bandeirantes	170
12) Cooperativa Avicultores de Benfica	320
13) Cooperativa Avicultores de Santa Cruz	240
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarep-Guaratiba	220
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	220
16) Associação Lavradores da Fazenda de Coqueiros	190
17) Associação Agricola de Jacarepaguá	190
18) Associação Rural do Realengo	320
19) Associação Rural de Viégas	280
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200
21) Associação Rural dos Palmares	30[illegible]
22) Associação Rural do Rio da Prata	300
23) Intendência Agricola da Cachamorra	200
24) Sociedade União dos Agricultores	1[illegible]0
TOTAL GERAL	8.000

DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS RESÍDUO DE TRIGO EM NOVEMBRO DE 1956

QUOTA DA P.D.F.

	SACOS
1) Cooperativa Agricultores e Criadores Jacarepaguá ..	950 scs
2) Cooperativa Avicultores Domestica Jacarepaguá	950 scs
3) Cooperativa Avicultores de Bangú Ltda.	410 scs
4) Cooperativa Agricultores e Criadores Campo Grande	cancelada
5) Cooperativa Agricultores e Criadores Irajá	580 scs
6) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba ...	cancelada.
7) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba	565 scs
8) Cooperativa Agricultores Criadores Mato Alto	390 scs
9) Cooperativa Agricultores da Zona Rural Ltda.	154 scs
10) Cooperativa Agrícola Mista Agro-Pec. Santa Cruz.	640 scs
11) Cooperativa dos Bandeirantes	145 scs
12) Cooperativa Avicultores de Bentica	362 scs
13) Cooperativa Avi-Cruz	350 scs
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarepaguá- Guaratiba...	250 scs
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	180 scs
16) Associação Lavradores Fazenda Coqueiros	224 scs
17) Associação Agrícola de Jacarepaguá	190 scs
18) Associação Rural de Realengo	cancelada
19) Associação Rural de Viegas.........	cancelada
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200 scs
21) Associação Rural dos Palmares	500 scs
22) Associação Rural do Rio da Prata .	540 scs
23) Intendência Agrícola da Cachamorra	230 scs
24) Sociedade União dos Agricultores ..	190 scs
TOTAL GERAL	8.000 scs

Reveindicações dos lavradores e criadores do Distrito Federal

Memorial encaminhado ao Prefeito Negrão de Lima pela Sociedade Nacional de Agricultura

Firmado pelo seu presidente, Dr. Arthur Torres Filho, a Sociedade Nacional de Agricultura, orgão de representação da classe rural do Distrito Federal, interpretando à vontade das Associações Rurais, Intendencias Agricolas e Cooperativas de Agriculturas e Criadores sediadas em diversas regiões agro-pecuarias metropolitanas, dirigiu ao Prefeito Negrão de Lima, um memorial contendo numerosas reveindicações dos lavradores e criadores do Sertão Carioca.

A integra do importante documento é a seguinte:

A — Escoamento da produção:

a) — Manter a função atacadista do Mercado de Madureira;

b) — Estabelecer áreas reservadas exclusivamente às vendas dos lavradores e criadores do Distrito Federal nos dias tradicionais (3.ªs., 5.ªs. e sábados), e, em horário próprio;

c) — Reservar áreas para as operações de venda de lavradores do Estado do Rio de Janeiro e outros;

d) — Proibir a permanência, por tempo superior a 48 horas, mercadorias de encalhe, nas áreas reservadas às vendas dos lavradores e criadores;

e) — Admitír, na administração do Mercado de Madureira, a representação da classe rural, por meio de delegado por ela escolhido na Sociedade Nacional de Agricultura (Federação das Associações Rurais do Distrito Federal;

f) — Estabelecer o principio da rotatividade mensal dos fiscais e trimestral da Administração do Mercado de Madureira;

g) — Estabelecer, sob a gestão das Associações Rurais, nas regiões produtoras do Distrito Federal, postos cobertos para recepção de carga e coleta pelos transportadores.

B — Auxilios aos lavradores e criadores

a) — Requipamento dos Postos Agrícolas de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, em material agrícola em geral, especialmente inseticidas e em pessoal técnico-auxiliar (técnicos agricolas e praticos rurais) para que êstes, trabalhando efetivamente sediados nas regiões agro-pecuárias, possam cooperar com os lavradores e criadores no preparo da terra, plantio, desinfecções de plantas e combate às pragas;

b) — Funcionamento do Serviço Reembolsavel junto às Associações Rurais, para que possam ser adquiridos ferramentas, utensilios, sementes, animais de criação, vacinas, inseticidas e adubos, em ligação com a Carteira de Credito Rural do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, cujas atividades deverão ser planejadas por uma Junta, da qual faça parte, um representante da classe rural;

c) — Conclusão das obras de construção das escolas primárias em Campo Grande (Estrada do Guandu do Sena — Venda da Varanda) e no Sáco de Viegas;

d) — Terminação das obras de construção da Estrada do Viegas, com um quilômetro, apenas para ligação com o Rio da Prata (D. E. R.), bem como conservação das estradas localizadas no Nucleo Colonial de Santa Cruz, conforme relação abaixo:

Estrada Aterrado do Leme (antiga Sacoassu), Estrada da Ligação, do Cortume; do Rio Grande ou Fernando Costa; Canal do Guandu, margem direita e margem esquerda; Aterrado de Itaguai; Morro do Ar, dos Bandeirantes e Estrada de São José.

e) — Instalação de telefones públicos no Saco do Viegas, na Escola Rural de Santa Cruz, em Santa Eugênia e nas sedes das Cooperativas dos Agricultores e Criadores de Irajá, na Rua Nilo Romero n.º 87, e de Bangú; na Estrada do Quafá, 46, bem como eletrificação das Estradas do Guandu do Sena, do Furão, da Carapiá e Radiobrás;

f) — Criação de um Serviço Agronômico de Irrigação e Drenagem, na Secretaria Geral da Agricultura, Industria e Comércio, para o planejamento, execução e conservação do sistema de drenagem, em Jacarepaguá (Baixada dos Bandeiran-

(Conclusão da pag. 57)

cional, com vistas à sua projeção no cenário econômico brasileiro. As providencias financeiras para assegurar a ampliação das instalações da Usina, de modo a atingir a produção de um milhão de toneladas por ano, foram adotadas. Após conversações mantidas em Washington pelo general Macedo Soares, o Export and Import Bank concedeu um empréstimo de 35 milhões de dolares, emprestimo que foi anunciado pelo proprio Vice-Presidente dos Estados Unidos, sr. Richard Nixon, na visita que fez a Volta Redonda, juntamente com o presidente Juscelino Kubitschek.

Por outro lado, para ocorrer às despesas de expansão em moeda nacional, foi a Companhia Siderurgica autorizada pelo Governo a ampliar o seu capital, em mais 500 milhões de cruzeiros. Em assembléia geral extraordinária, realizada a 5 de novembro último, o aumento de capital foi aprovado e será obtido pela emissão de dois milhões e quinhentas mil ações ordinárias de 200 cruzeiros cada uma, em cinco chamadas. A primeira, de 20% do capital subscrito e as demais, ao fim de cada um dos quatro semestres subsequentes.

Ultimadas essas providencias, outras, de caracter executivo, foram paralelamente adotadas. Alem dos trabalhos normais do Escritorio de Nova York, foi reaberta a comissão de Cleveland, com as mesmas incumbências do tempo da construção e da primeira expansão — as de fiscalizar a fabricação do material destinado à nova expansão da Usina. Servidores da CSN foram especialmente designados para esta tarefa, enquanto outros se preparam no âmbito de suas especialidades, para a nova fase que surgirá na vida de Volta Redonda, com a expansão de sua capacidade de produção. Fazendo estágios nos centros tecnicos mais avançados do mundo, incorporam ao seu cabedal de conhecimentos as mais modernas conquistas da ciencia e da tecnica no campo da siderurgia, para aplica-las na nova Volta Redonda que está surgindo no bojo da primeira, graças à dedicação e capacidade de seus dirigentes e empregados, todos eles irmanados pelo ideal superior de dotar o Brasil de uma verdadeira industria de base.

E para um pais que tem fome permanente de aço, no seu processo de crescimento, Volta Redonda, concluida há pouco mais de dez anos, prepara-se no limiar de 1957, para uma segunda expansão, destinada a dotar o Brasil dos elementos essenciais à dinamização dos seus imensos recursos naturais.

---

tes); em Campo Grande (região do Mendanha e Tinguí) e, em Santa Cruz (com 60 Km de canais), bem como para a utilização sistemática de águas fluviais e abertura de poços, para irrigação, o que reverterá num aumento imediato de 50% da produção em tôda a região.

g) — Adoção de normas explicitas para o exame prévio das concessões de loteamentos em zonas agro-pecuárias, com o obrigatório pronunciamento dos órgãos da Secretaria Geral de Agricultura, Industria e Comércio, dentro dos criterios estabelecidos nos Decretos ns. 8.388, de 14 de dezembro de 1945 e 9.942, de 29 de julho de 1949;

h) — Liberação do regime de tabelamento de prêços dos produtos horti-granjeiros pereciveis, cuja comercialização é obrigatòriamente processada dentro de 72 horas, no máximo (aipim, batata-doce, chuchu, foliáceas em geral, jiló, quiabo, pimentão, maxixe, milho verde);

i) — Segurança da prioridade concedida aos produtores (lavradores e criadores) no recebimento de quotas, de resíduos de trigo, por intermédio das Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas, a exemplo do que acontece no Estado de São Paulo, cujo Govêrno assegurou o abastecimento dos produtores paulistas, antes da exportação de resíduos.

C — Situação dos lavradores ocupantes de terras do Govêrno da União.

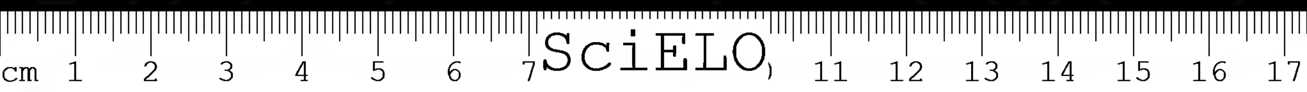
a) — Regularização da situação dos Lavradores ocupantes de terras desapropriadas, na Serra do Rio da Prata do Cabuçú (Campo Grande), por entendimento entre o Sr. Ministro da Agricultura, o Serviço Florestal e a Secretaria Geral da Agricultura, Industria e Comercio (Departamento de Agricultura) — Posto Agricon IV), com a assistência da Associação Rural do Rio da Prata:

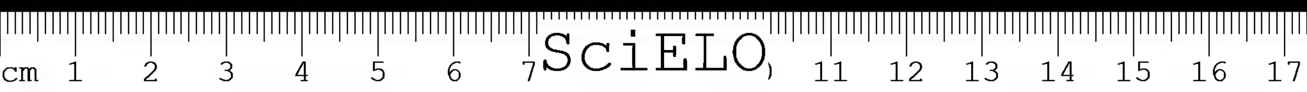
b) — Exame da situação dos Lavradores localizados nas seguintes regiões: Fazenda do Piaí, Santa Eugênia e Coqueiros, no momento sob ameaça de despejo, bem como outras grandes fazendas da Zona Rural, tendo em vista, garantir a estabilidade das respectivas lavouras.

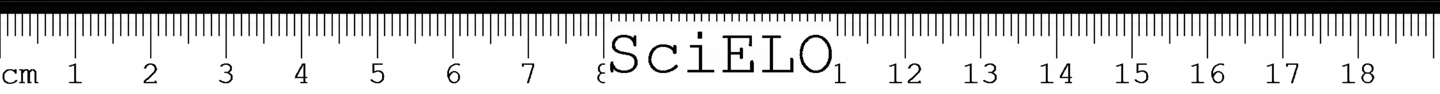
c) — Enérgicas providências, no sentido de serem regularizados os títulos de propriedades ou escrituras definitivas dos componentes do Nucleo Colonial de Santa Cruz, constantes de 1.697 lotes agrícolas, medindo em media, 10 hectares cada um.

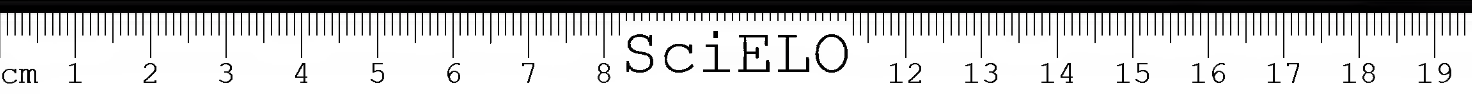
d) — Construção de uma ponte sôbre o Canal de São Francisco, único meio de ligação do próprio Núcleo entre a parte emancipada e não, bem como daquela região do Distrito Federal no Estado do Rio de Janeiro, o que estão acarretando não só a economia de cada agricultor, bem como a do municipio, do Estado e da União, incalculáveis prejuizos.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio


SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 1 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19